ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 186

Brasília - DF, terça-feira, 25 de setembro de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 14
Ministério da Cultura 15
Ministério da Defesa 18
Ministério da Educação 18
Ministério da Fazenda 21
Ministério da Integração Nacional 31
Ministério da Justiça 35
Ministério da Previdência Social 43
Ministério da Saúde 48
Ministério das Cidades 61
Ministério das Comunicações 62
Ministério de Minas e Energia 69
Ministério do Desenvolvimento Agrário 77
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 78
Ministério do Esporte 79
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 79
Ministério do Trabalho e Emprego 80
Conselho Nacional do Ministério Público 81
Ministério Público da União 81
Poder Judiciário 110
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 111

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 24 de setembro de 2012

Entidade: AR HS ARCANGELTI, vinculada à AC SINCOR RFB, AC SINCOR, AC CERTISIGN RFB e AC CERTISIGN MÚLTIPLA
Processos nºs: 00100.000306/2007-12, 00100.000426/2005-58, 00100.000183/2003-96 e 00100.000040/2003-84

Acolhe-se as Notas nºs 474/2012-APG/PFE/ITI, 468, 512 e 518/2012-DSB/PFE/ITI, que opinam pelo deferimento do pedido de credenciamento de nova Instalação Técnica da AR HS ARCANGELETI, vinculada à AC SINCOR RFB, AC SINCOR, AC CERTISIGN RFB e AC CERTISIGN MÚLTIPLA, localizada na Rua Doutor Soares Hungria, 772, Centro, Cerquilho-SP, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.2, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR VECSHI, vinculada à AC SINCOR RFB
Processo nº: 00100.000282/2012-69

Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 062/2012 e consoante Parecer 125/2012- APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR VESCHI, vinculada à AC SINCOR RFB, com instalação técnica situada na Rua Cristiano Olsen, 1898, Higienópolis, Araçatuba-SP, para as Políticas de Certificados já credenciados.

Entidade: AR SEGMASTER, vinculada à AC SINCOR RFB
Processo nº: 00100.000281/2012-14

Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 061/2012 e consoante Parecer 126/2012- APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SEGMASTER, vinculada à AC SINCOR RFB, com instalação técnica situada na Rua José Lopes Rodrigues, 406, Ermelino Matarazzo, São Paulo-SP, para as Políticas de Certificados já credenciados.

Entidade: AR PAULO CASTRO, vinculada à AC SINCOR RFB
Processo nº: 00100.000283/2012-11

Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 063/2012 e consoante Parecer 124/2012- APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR PAULO CASTRO, vinculada à AC SINCOR RFB, com instalação técnica situada na Rua Itàpolis, 587, Pacaembu, São Paulo-SP, para as Políticas de Certificados já credenciados.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 420, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Altera a Portaria nº 1.547, de 29 de outubro de 2008, que dispõe sobre a requisição de elementos de fato e de direito necessários à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na defesa dos direitos e interesses da União, suas autarquias e fundações e dá outras providências.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição, o art. 4º, inciso I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 14, do Decreto nº 2.839, de 6 de novembro de 1998, resolve:

Art. 1º O art. 6º da Portaria n° 1.547, de 29 de outubro de 2008, passa a vigorar acrescido do § 5º, com a seguinte redação:

"§ 5º A Secretaria-Geral de Contencioso, no âmbito de suas competências, comunicará às autoridades, entidades e órgãos públicos federais interessados, para fins de cumprimento, as decisões e acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, devendo emitir manifestação sobre a sua exequibilidade, quando lhe for solicitada."

Art. 2º A Portaria n° 1.547, de 29 de outubro de 2008, passa a vigorar acrescida do art. 7º-A, com a seguinte redação:

"Art. 7º-A Incumbe ao advogado ou procurador ao qual for distribuído o mandado ou processo contendo intimação de decisão, sentença ou acórdão dotado de exequibilidade, adotar as providências de que tratam os arts. 6º e 7º desta Portaria, ressalvada a regulamentação específica editada pelos órgãos de direção superior para atender as suas peculiaridades organizacionais."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 138, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Altera a Portaria Conjunta nº 1, de 11 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a atuação das Procuradorias da União e das Procuradorias Federais na representação judicial da União, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nas ações que envolvam bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.

A PROCURADORA-GERAL DA UNIÃO e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas competências previstas, respectivamente, nos incisos I e VIII do Ato Regimental nº 05, de 19 de junho de 2002, e nos incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o disposto nos art. 2º, 8º e 9º da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, e no Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, e considerando o disposto no Parecer nº 73/2009/EMPO/DPP/PGU/AGU, no Termo de Conciliação nº CCAF-CGU-AGU-PMS 008/2009, no Parecer nº 018/2011/DECOR/CGU/AGU, no Despacho PGF/AGU nº 125/2011 e no Parecer nº 22/2011/COEJ/DEPCONT/PGF/AGU, resolvem:

Art. 1º A Portaria Conjunta PGU/PGF nº 1, de 11 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Compete aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União representar a União judicialmente nas ações em que a Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA figurava como autora, ré, assistente, opoente ou terceira interessada, ressalvado os casos previstos no inciso II do art. 17 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 e no art. 2º desta Portaria.

Parágrafo Único. É também de atribuição dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União atuar nas ações:

a) de desapropriação direta propostas pela RFFSA e de desapropriação indireta ajuizadas em face da extinta sociedade de economia mista bem como nas de usucapião, neste último caso se foram propostas pela RFFSA com a finalidade de se contrapor a pedidos de indenização por desapropriação indireta; e

b) que versem sobre bens de valor artístico, histórico e cultural transferidos à União." (NR)

"Art. 2º Compete aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, por força do disposto nos artigos 8º e 9º da Lei nº 11.483, de 2007, representar judicialmente o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, na forma a seguir disciplinada:

I - o DNIT, nas ações, mesmo que ajuizadas antes da extinção da RFFSA, referentes aos bens transferidos à sua propriedade pelo artigo 8º da Lei nº 11.783, de 2007, incluindo:

a) Ações relativas a obrigações tributárias *propter rem*, principais e acessórias, mesmo que o fato gerador seja anterior à transferência do bem; e

b) Ações relativas a passivos ambientais. (NR)

II - .....

Parágrafo único - A representação judicial de que trata o caput será exercida pelo Departamento de Contencioso, Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, quando já lhes tenha sido atribuída à representação judicial do DNIT ou do IPHAN, ou, excepcionalmente, pelas unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT ou da Procuradoria Federal junto ao IPHAN, conforme o caso, nos locais em que estas ainda tiverem essa atribuição. (NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 749, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a colaboração temporária entre a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional de Saúde em Brasília e a Procuradoria Federal junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Brasília/DF e a Procuradoria Federal junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da primeira, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

SECRETARIA DE PORTOS

DESPACHO DO MINISTRO
Em 24 de setembro de 2012

Ref.: Processo nº 00045.002401/2009-24
Contrato nº 04/2010
Contratada: Enterpa Engenharia Ltda.
Contratante: União (Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR)
Objeto: Obra/serviços de dragagem e aprofundamento por resultado dos acessos Aquaviários ao Porto de Cabedelo - PB

1. Vistos e examinados os autos, com observância aos princípios da legalidade, proporcionalidade e da razoabilidade, adoto, como razões de fato e de direito para decidir as orientações contidas no PARECER Nº 137/2012/ASSJUR-SEP/PR/CGU/AGU, 24.09.2012,e na Nota Técnica nº.58/2012/DEOP, de 24.09.2012,e por isso admito o RECURSO ADMINISTRATIVO tempestivamente apresentado pela Enterpa Engenharia Ltda., CNPJ/MF nº 47.892.906/0001-21, que ora recebo apenas no efeito devolutivo, e JULGO pela sua procedência parcial.

2. Consequentemente, RECONSIDERO a decisão recorrida para rever a penalidade anteriormente aplicada na forma do Quadro 7 - Aplicação das Sanções, reduzindo-a nos termos do Quadro anexo à Nota Técnica nº. 58/2012/DEOP, de 24.09.2012, de modo a manter a aplicação das penas de advertência, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, e multas no valor total de R$3.138.341,19 (três milhões, cento e trinta e oito mil e trezentos e quarenta e um reais e dezenove centavos), nos termos dos art. 87, incisos I, II e IV, e 109, §§ 2º e 4º, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em função do descumprimento de obrigações contratuais que ocasionaram, inclusive, a inexecução parcial do Contrato nº 04/2010, que tem por objeto a obra de dragagem e aprofundamento por resultado dos acessos Aquaviários ao Porto de Cabedelo.

2.1. A esse montante deverá ser adicionado o valor que deve ser liquidado de R$ 1.429.247,61 (um milhão, quatrocentos e vinte nove mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), totalizando o valor de R$ 4.567.588,80 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos) a ser ressarcido pela Enterpa Engenharia Ltda.

3. Apurem-se os valores efetivamente devidos pela Contratada, e caso este supere o valor total da Garantia, proceda-se à cobrança administrativa da diferença encontrada, e na hipótese de insucesso da SEP/PR, remeta-se cópia integral dos presentes autos à Advocacia-Geral da União para cobrança judicial.

4. Indefiro o pleito de remessa do Recurso Administrativo à Presidência da República, posto que a Lei nº 8.666/93 prevê expressamente quais os recursos cabíveis de decisões em processo relativos a licitações e contratos administrativos, não havendo que se falar em omissão e aplicação subsidiária da lei de processo administrativo federal (Lei nº 9.784/99).

5. Promovam-se a revisão e registros/anotações das penalidades que restaram confirmadas, inclusive no Sistema próprio de Governo.

6. Intime-se.

LEÔNIDAS CRISTINO

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/08/2012

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**559.547**	***Circulante***	**255.817**
Caixa e Bancos	6.887	Salários, Provisão e Encargos Sociais	38.287
Aplicações Financeiras	285.729	Fornecedores e Prestadores de Serviços	13.881
Siafi-c/c vinculada - Inv. Infraestrutura	224.907	Questões Trabalhistas a Pagar	852
Contas a Receber, líquidas	38.657	Impostos e Contribuições a Recolher	16.462
Estoques	596	Programa de Recuperação Fiscal	447
Créditos Tributários	333	Empréstimos e Financiamentos	2.710
Despesas Antecipadas	1.769	Plano de Pensão	116.805
Outros Créditos	669	Adicional de Tarifa Portuária – ATP	59.568
		Outras Obrigações	6.805
Não Circulante	**1.636.832**	***Não Circulante***	**751.324**
Realizável a Longo Prazo	**645.031**	***Exigível a Longo Prazo***	**751.324**
Contas a Receber, líquidas	569.054	Empréstimos e Financiamentos	8.897
Valores a Receber da União	11.815	Plano de Pensão	47.375
Bens Destinados a Alienação	4.930	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	215.344
Depósitos Judiciais – Recursos	59.232	Receita Diferida	470.930
		Outras Obrigações	8.778
Investimentos	5	***Patrimônio Líquido***	**1.189.238**
Imobilizado	989.378	Capital Social	783.995
Intangível	2.418	Reserva de Lucros	90.076
		Reserva para Aumento de Capital	228.720
		Resultado do Exercício	86.447
TOTAL DO ATIVO	**2.196.379**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2.196.379**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2012 A 31-08-2012

	R$ MIL
RECEITA LÍQUIDA	435.054
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(187.661)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(89.093)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(43.492)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	8.783
RESULTADO OPERACIONAL	123.591
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(37.144)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	86.447

RENATO FERREIRA BARCO – Diretor-Presidente
ALENCAR S. DA COSTA – Diretor de Adm. e Finanças
MARIO SÉRGIO R. ALONSO – Contador CRC/1SP135973/O-6

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 1.926, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.214297/2011-66, e em cumprimento à decisão judicial emanada nos autos do Processo nº 38910-96.2012.4.01.3400 - Classe: Mandado de Segurança Individual, da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Autorizar, enquanto perdurarem os efeitos da decisão judicial, o funcionamento jurídico da sociedade empresária PAULICOPTER - CIA PAULISTA HELICOPTERO LTDA - TAXI AÉREO, CNPJ 50.395.037/0001-34, com sede social em São Paulo (SP), como empresa exploradora do serviço de transporte aéreo público não-regular na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2º A empresa deverá comprovar o início do processo de certificação para obtenção do Certificado de Operador Aéreo - COA no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de revogação desta Autorização de Funcionamento Jurídico.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

VOCÊ SABIA QUE...



Réplica da nau Medusa, que está em exposição no Museu da Imprensa.

...os primeiros prelos da Impressão Régia vieram nos porões da nau Medusa, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo à colônia inestimáveis benefícios, dentre os quais, a criação de uma Imprensa Oficial?

SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Ministerial nº 726, de 8 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 9 subsequente, Seção 1, página 8, no § 2º do art. 4º, onde se lê: ... Comporão as Equipes de Supervisão nos Serviços e Seções de Gestão, ..., leia-se: ... Comporão as Equipes de Supervisão nas Divisões de Defesa Agropecuária - DDA/SGA-UF, ...,

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 118, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 10 e 42, do Anexo I, do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, e tendo em vista o que consta no Processo nº 21000.006441/2012-37, resolve:

Art.1o Submeter à consulta pública pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua publicação, o Projeto de Instrução Normativa que aprova as NORMAS PARA VIGILÂNCIA DO MORMO, na forma dos anexos desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa e seus anexos estão disponíveis na rede mundial de computadores, na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.agricultura.gov.br, Serviços e Sistemas, Sistemas, Legislação Sislegis, Sislegis Sistema de Consulta à Legislação.

Art.2o As sugestões ao Projeto de que trata o art. 1o, uma vez tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas, por escrito, para a Divisão de Sanidade dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas (DSECOA/DSA/SDA), situada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo A, Sala 308, CEP 70.043-900, Brasília-DF, ou para o endereço eletrônico dsecoa@agricultura.gov.br

Art.3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

ANEXO I

PROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA No , DE DE DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto no 5.741, de 30 de março de 2006, no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto no 24.548, de 3 de julho de 1934, e o que consta do Processo no , resolve:

Art.1o Aprovar as NORMAS PARA VIGILÂNCIA DO MORMO com vistas à sua erradicação e prevenção no território nacional, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE), nos termos da presente Instrução Normativa.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.2o As ações previstas nesta Instrução Normativa serão coordenadas pelo Departamento de Saúde Animal (DSA), da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e executadas pelo serviço veterinário oficial, este representado pelas Superintendências Federais de Agricultura (SFA's) e pelos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Animal que celebram convênios com a União, por intermédio do MAPA, ou que estão em concordância com as ações estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art.3o O mormo é uma doença de equídeos, de notificação imediata, causada pela bactéria Burkholderia mallei, incurável, letal, de potencial zoonótico e constante da lista da Organização Mundial de Saúde Animal OIE.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA caracterização da condição sanitária para MORMO

Art.4o O MAPA deverá coordenar, apoiar e fiscalizar a realização de trabalhos pelos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Animal que visem à caracterização da condição sanitária para mormo e dos riscos envolvidos na sua difusão ou manutenção, classificando esses como negligenciáveis ou não, de acordo com metodologia definida pelo DSA.

§1o Os trabalhos previstos no caput do presente artigo deverão ser previamente aprovados pelo DSA.

§2o Para realização da caracterização mencionada no caput do presente artigo, além de informações sobre a epidemiologia da doença, deverão ser considerados os itens a seguir:

a) disponibilidade de cadastro atualizado e sistematizado das propriedades mantenedoras de equídeos, dos produtores e das explorações pecuárias;

b) conhecimento sobre a distribuição da população de equídeos, por espécie e pelo tipo de propriedade mantenedora de equídeos (jóquei clube, sociedade hípica, haras, fazenda, unidade militar, assentamentos, entre outros);

c) análise do fluxo de movimentação de equídeos, com base no levantamento dos documentos oficiais de trânsito animal e de informações da comunidade local;

d) levantamento dos fatores geográficos, incluindo áreas fronteiriças ou áreas que, ainda que não sejam fronteiras, possam representar risco epidemiológico para entrada, disseminação ou manutenção do agente, e;

e) série histórica, de pelo menos dois anos, dos exames laboratoriais de mormo por finalidade (trânsito, vigilância, entre outros).

Art.5o Para apoiar a caracterização mencionada no artigo anterior, o DSA avaliará a necessidade da realização de estudos epidemiológicos de campo envolvendo testes de diagnóstico para avaliação da situação sanitária de mormo nas áreas geográficas objetos do estudo.

§1o Os Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Animal, uma vez atendidos os itens mencionados no §2o do art.4o, poderão solicitar a realização dos estudos mencionados no caput do presente artigo, os quais deverão estar fundamentados pela elaboração de Plano de Trabalho, incluindo embasamento estatístico e epidemiológico definidos em conjunto com o DSA.

§2o O Plano de Trabalho mencionado no parágrafo anterior deverá ser aprovado pelo DSA, considerando:

I a identificação de todas as instituições envolvidas (Governos Federal, Estadual e Municipal, entidades privadas e representativas do setor, proprietários e sociedade em geral) e suas respectivas atribuições;

II a identificação e o detalhamento do instrumento legal, estrutura, recursos humanos e materiais técnicos necessários, e;

III a definição dos prazos de execução das atividades, em um cronograma mensal.

Art.6o Com base nos resultados da caracterização prevista no art.4o da presente Instrução Normativa, os Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Animal deverão adotar estratégias para manter a condição sanitária caracterizada no estudo, por meio de monitoramento periódico nas áreas geográficas objetos dessa análise, com objetivo de avaliar a eficácia das medidas aplicadas.

CAPÍTULO III

DO TESTE LABORATORIAL PARA DIAGNÓSTICO DO MORMO

Seção I

Do Formulário de Requisição

Art.7o O modelo de Formulário de Requisição a ser utilizado para acompanhamento de amostras para realização do teste de triagem oficial para o diagnóstico laboratorial do mormo e posterior emissão de resultado, está descrito no Anexo I desta Instrução Normativa e será impresso pelo laboratório credenciado emissor do laudo e integrante da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Parágrafo único. A partir do prazo de seis meses da data de publicação desta Instrução Normativa, o modelo citado no caput deste artigo perderá validade e somente o modelo de Formulário de Requisição e Resultado de Teste para Mormo descrito no Anexo II desta Instrução Normativa será valido, obedecendo às seguintes especificações técnicas:

I -papel tipo A4, tamanho 210 mm X 297 mm (área de corte), gramatura 75-90g, branco:

1ª via, destinada ao proprietário;

2ª via, destinada ao setor competente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA) de origem do animal, e;

3ª via, destinada ao laboratório;

II texto na cor preta, retícula 10% cinza, em todas as vias, e;

Art.8o A impressão do formulário descrito no parágrafo único do art.7º desta Instrução Normativa para requisição de exames com finalidade de trânsito de equídeos caberá ao médico veterinário privado devidamente cadastrado no Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal da UF onde atuam, o qual deverá solicitar previamente a sequência única de identificação dos formulários (UF com duas letras, seguida de letra de série e número de seis dígitos) ao setor competente da SFA na UF correspondente.

Parágrafo único. O setor competente da SFA na UF correspondente deverá aprovar o formulário a ser utilizado pelo médico veterinário privado devidamente cadastrado, já constando impressos no respectivo formulário os campos referentes à identificação do requisitante.

Art.9o A impressão do formulário descrito no parágrafo único do art.7º desta Instrução Normativa para requisição de exames com finalidade de trânsito de equídeos em locais onde comprovadamente houver indisponibilidade de médico veterinário privado; para saneamento de foco ou para estudos epidemiológicos oficiais para avaliação da condição sanitária para mormo caberá ao serviço veterinário oficial.

§1o Os formulários citados no caput do presente artigo serão usados exclusivamente por médicos veterinários do serviço veterinário oficial lotados na UF responsável pela impressão destes.

§2o No caso dos estudos epidemiológicos oficiais para avaliação da condição sanitária para mormo, o formulário mencionado no presente artigo poderá ser dispensado, utilizando-se de modelos específicos acordados com o DSA.

Art.10. Em todas as vias dos formulários descritos no art.7º desta Instrução Normativa deverão constar a assinatura do médico veterinário requisitante e o seu carimbo, contendo o número do CRMV correspondente.

Parágrafo único. A responsabilidade legal pela veracidade e fidelidade das informações prestadas nos formulários é do médico veterinário requisitante, exceto àquelas relacionadas ao campo de uso exclusivo do laboratório.

Art.11. Os formulários descritos no art.7º desta Instrução Normativa serão invalidados nos casos de rasura, emenda, alteração ou falsificação.

Parágrafo único. A alteração ou falsificação dos formulários, bem como o uso de formulários alterados ou falsificados, sujeitará o infrator às penalidades previstas em legislações específicas.

Art.12. O modelo de Formulário de Requisição a ser utilizado para realização de teste complementar para o diagnóstico do mormo está descrito no Anexo III desta Instrução Normativa.

§1o A impressão do formulário citado no caput do presente artigo para requisição de exames com finalidade de trânsito de equídeos após descarte de suspeita de mormo ou para confirmação de suspeita caberá aos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Animal.

§2o O formulário citado no caput do presente artigo será utilizado exclusivamente pelo serviço veterinário oficial.

Seção II

Do Requisitante

Art.13. A requisição do teste laboratorial para diagnóstico de mormo só poderá ser realizada por:

I médicos veterinários privados devidamente cadastrados no Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal da UF onde atuam, para atendimento das finalidades estabelecidas no art.8º, e;

II médicos veterinários do serviço veterinário oficial, para atendimento das finalidades estabelecidas no art.9o e no §1o do art.12.

Art.14. Ao médico veterinário requisitante compete a responsabilidade:

I da colheita do sangue;

II - do preenchimento completo, legível e sem rasuras dos formulários descritos nos Anexos I e II da presente Instrução Normativa, com especial atenção para a acurada descrição gráfica e escrita do animal (resenho);

III da entrega, no laboratório, da amostra de soro sanguíneo, devidamente identificada, acondicionada e conservada, acompanhada do formulário corretamente preenchido, devendo nomear portador quando impossibilitado de fazê-la pessoalmente, preenchendo, nesse caso, as informações que constam no Anexo IV, se o portador for pessoa física, ou no Anexo V, se o portador for pessoa jurídica, da presente Instrução Normativa e;

IV de prestar informações sempre que solicitado pelo serviço veterinário oficial.

Parágrafo único. Os médicos veterinários privados cadastrados deverão participar, sempre que convocados pelo serviço veterinário oficial e a suas expensas, de reuniões, capacitações ou treinamentos especializados promovidos em sua região de atuação.

Art.15. O médico veterinário privado poderá ter seu cadastramento suspenso ou cancelado, obedecido ao direito de ampla defesa e do contraditório, quando do descumprimento desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A suspensão ou cancelamento poderão ser revistos decorridos seis meses, considerando os resultados das investigações e os motivos da suspensão ou cancelamento.

Art.16. O Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal deverá manter registro dos médicos veterinários cadastrados, incluindo banco de assinaturas, e fornecer à SFA da UF correspondente uma lista desses veterinários, indicando o nome completo, número da carteira de identidade e número da inscrição de registro na Entidade de Classe.

Seção III

Do Teste Laboratorial

Art.17. O teste de triagem oficial para o diagnóstico laboratorial do mormo será o teste de fixação de complemento (FC).

Art.18. O teste de triagem para diagnóstico do mormo somente será realizado em laboratório público ou privado, credenciados e integrantes da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

§1o Os laboratórios citados no caput do presente artigo somente poderão receber as amostras quando acompanhadas de seus respectivos formulários, devidamente preenchidos.

§2o Os laboratórios citados no caput do presente artigo deverão enviar relatório sobre os exames realizados para mormo ao setor competente da SFA na UF onde estão localizados, juntamente com a segunda via dos formulários de requisição, até o 5o dia útil do mês subsequente, independente de terem sido ou não realizados testes.

§3o Caso seja identificado, no relatório citado no parágrafo anterior, exames referentes a equídeos de outra jurisdição, o setor competente da SFA deverá enviar, imediatamente, cópia do relatório, via fac-símile ou digitalizado, ao setor competente da SFA na UF de origem desses animais, bem como as segundas vias dos respectivos formulários de requisição.

Art.19. O teste complementar oficial para o diagnóstico laboratorial do mormo será o teste de maleinização e será realizado exclusivamente pelo serviço veterinário oficial.

Parágrafo único. O teste complementar de maleinização será aplicado em animais reagentes positivamente ao teste de FC ou em animais não reagentes ao teste de FC e que apresentem sinais clínicos sugestivos de mormo.

Art.20. Não será utilizado o teste complementar de maleinização para animais de propriedade reincidente ou em regime de saneamento, sendo neste caso, o teste de FC positivo considerado conclusivo para o diagnóstico de mormo.

Seção IV

Dos Resultados

Art.21. O resultado do teste de triagem para diagnóstico do mormo será emitido no formulário descrito no Anexo I ou no Anexo II desta Instrução Normativa observando-se o estabelecido no Art.7º e seguirá o seguinte fluxo:

I havendo somente resultados negativos em um lote de testes de animais de um mesmo estabelecimento, o laboratório entregará os resultados ao médico veterinário requisitante ou ao proprietário dos animais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II havendo pelo menos um resultado positivo em um lote de animais de um mesmo estabelecimento, o laboratório encaminhará imediatamente todos os resultados desse lote, via fac-símile ou digitalizado, somente ao setor competente da SFA na UF onde está localizado o laboratório, que repassará essa comunicação imediatamente ao setor competente da SFA na UF de origem dos animais, quando a propriedade estiver localizada em outra UF;

III as primeiras e segundas vias dos formulários citados no inciso anterior deverão ser enviadas ao setor competente da SFA na UF onde está localizado o laboratório, onde ficarão retidas até a resolução do episódio;

IV caso o animal positivo esteja localizado em outra UF, o setor competente da SFA na UF onde está localizado o laboratório deverá encaminhar as primeiras e segundas vias dos formulários citados no inciso II ao setor competente da SFA na UF de origem dos animais, onde ficarão retidas até a resolução do episódio;

V o setor competente da SFA na UF de origem dos animais notificará oficialmente os resultados positivos e negativos de um mesmo lote ao Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal que notificará o médico veterinário requisitante ou o proprietário dos animais.

Parágrafo único. o receber a comunicação de resultado positivo no teste de triagem, o serviço veterinário oficial deverá adotar os procedimentos necessários para interdição do estabelecimento onde o animal se encontra, proibindo a entrada e saída de equídeos, de produtos ou materiais que possam propagar o agente etiológico causador do mormo; manter isolado o animal positivo; proceder à investigação do episódio, e:

a) não se confirmando caso de mormo, entregar as primeiras vias dos formulários de requisição de exame citados no inciso III do presente artigo ao médico veterinário requisitante ou ao proprietário dos animais, ou;

b) confirmando-se caso de mormo, carimbar as primeiras vias dos formulários com o texto "SEM VALIDADE PARA TRÂNSITO" antes de entregá-las ao médico veterinário requisitante ou ao proprietário dos animais.

Art.22. A validade do resultado negativo do teste de rotina será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da colheita da amostra.

Art.23. O resultado de exame negativo obtido em estudos epidemiológicos oficiais será desconsiderado para finalidade de trânsito e o serviço veterinário oficial deverá carimbar as primeiras vias dos formulários com o texto "SEM VALIDADE PARA TRÂNSITO" antes de entregá-las ao proprietário dos animais, caso seja utilizado o modelo de formulário descrito no Anexo I da presente Instrução Normativa.

Art.24. O resultado do teste complementar de maleinização para o diagnóstico do mormo será emitido no formulário descrito no Anexo III desta Instrução Normativa e será realizado por meio de aplicação de derivado proteico purificado (PPD) maleína, na dose de 0,1 ml por via intradérmica, na pálpebra inferior de um dos olhos do animal e o procedimento de leitura deverá ser realizado 48 horas após a sua aplicação.

§1o Animais que apresentarem, após aplicação da maleína, reação inflamatória edematosa palpebral, com ou sem secreção purulenta, serão considerados positivos.

§2o Animais que não apresentarem reação à maleína serão considerados negativos para mormo e o resultado negativo emitido no formulário descrito no Anexo III desta Instrução Normativa terá validade de 120 (cento e vinte) dias, sendo utilizado para fins de trânsito e, neste período, os animais não poderão ser submetidos ao teste de triagem.

Art.25. Nos casos em que o resultado do teste de maleinização não configurar claramente reação positiva o serviço veterinário oficial da UF onde se localiza o animal deverá enviar relatório fotográfico da reação da maleinização, via mensagem eletrônica para o DSA que irá, após sua análise, descartar a suspeita ou confirmar o foco de mormo.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS EM Caso De Suspeita OU OCORRÊNCIA De Mormo

Art.26. Será considerado caso suspeito de mormo o equídeo que apresentar pelo menos um dos itens a seguir:

I resultado positivo no teste de triagem;

II resultado negativo no teste de triagem e sinais clínicos sugestivos de mormo;

II sinais clínicos sugestivos de mormo, ou;

III vínculo epidemiológico com caso confirmado de mormo.

§1o Os sinais clínicos mais comuns em equídeos acometidos pelo mormo são febre, corrimento nasal mucopurulento, dispnéia, formação de nódulos e ulcerações no trato respiratório superior, nos pulmões, rins, baço e fígado, bem como formação de crostas e úlceras na pele, não necessariamente manifestando todos os sinais descritos acima.

§2o A caracterização do vínculo epidemiológico é de responsabilidade do serviço veterinário oficial que levará em consideração a possibilidade de transmissão do agente etiológico do mormo, podendo ser estabelecido pela movimentação animal, pela proximidade geográfica que permita o contato entre animais doentes e susceptíveis ou pela presença de outros fatores capazes de favorecer a transmissão da doença.

Art.27. Será considerado caso confirmado de mormo o equídeo que apresentar pelo menos um dos itens a seguir:

I resultado positivo no teste complementar de maleinização, e;

II resultado positivo no teste de triagem e vínculo epidemiológico com caso confirmado de mormo, com presença ou não de sinais clínicos compatíveis com a doença.

Art.28. Diante de caso descartado de mormo, o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal deverá:

I manter registros auditáveis sobre o atendimento, incluindo os motivos do descarte da suspeita, e;

II desinterditar o estabelecimento.

Art.29. Diante de caso suspeito de mormo, o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal deverá:

I interditar o estabelecimento, proibindo a entrada e saída de equídeos e de produtos ou materiais que possam propagar o agente etiológico;

II manter os casos suspeitos isolados, em área definida pelo serviço veterinário oficial;

III realizar inspeção clínica em todos os equídeos, bem como investigação epidemiológica, incluindo análise da movimentação animal;

IV fornecer orientações aos responsáveis pelos animais dos riscos de infecção humana e difusão entre os animais; e;

V informar oficialmente às autoridades locais de saúde humana.

§ 1o A colheita de novas amostras para diagnóstico de mormo em estabelecimentos com casos suspeitos ou confirmados da doença somente poderá ser realizada sob responsabilidade do serviço veterinário oficial, enquanto durar a interdição.

§ 2o Havendo recusa, por parte do proprietário do animal ou seu preposto, em tomar ciência do termo de interdição do estabelecimento, será lavrado termo de ocorrência na presença de duas testemunhas e requisitado apoio de força policial para o efetivo cumprimento da medida de defesa sanitária.

Art.30. Diante de caso confirmado de mormo, o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal deverá:

I manter a interdição do estabelecimento, proibindo a entrada e saída de equídeos, de produtos ou materiais que possam propagar o agente etiológico;

II sacrificar os casos confirmados de mormo, coletar amostras para fins de investigação e em seguida proceder à destruição dos cadáveres e à limpeza e desinfecção das instalações e fômites;

III colher amostra de soro sanguíneo dos equídeos do estabelecimento para realização do teste de FC em laboratório oficial ou credenciado público;

IV realizar ações de vigilância e inspeção nos estabelecimentos com vínculo epidemiológico com o estabelecimento foco, e;

V desinterditar o estabelecimento foco seis meses após o sacrifício do último caso confirmado, mediante resultado negativo em dois testes consecutivos de FC, realizados em todos os equídeos da propriedade, sendo o primeiro teste realizado logo após o sacrifício do último caso confirmado e o segundo realizado três meses após o primeiro.

§ 1o Equídeos que, nesse período de seis meses, apresentarem sinais clínicos compatíveis com a doença deverão ser isolados dos demais e imediatamente submetidos ao teste de FC.

§ 2o Caso as ações de saneamento se prolonguem por um período maior que seis meses, equídeos com histórico de realização de, pelo menos, três exames de FC negativos consecutivos e que desde a realização do primeiro teste foram segregados juntos em lotes menores dentro da propriedade, com manejo diferenciado que venha a configurar unidades epidemiológicas distintas, poderão ser liberados desta propriedade.

Seção I

Do Sacrifício Sanitário

Art.31. O sacrifício sanitário dos casos confirmados de mormo será realizado pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal, de acordo com os procedimentos e métodos de eutanásia animal recomendados e aprovados internacionalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de confirmação do caso, no estabelecimento onde o animal se encontra.

§ 1o Na impossibilidade de o sacrifício ser realizado no estabelecimento onde o animal se encontra, esse ocorrerá em outro local definido pelo serviço veterinário oficial, sendo o animal transportado em veículo cujo compartimento de carga deve estar lacrado, com lacre numerado e identificado no documento oficial de trânsito animal pelo emitente deste, sendo o lacre rompido no destino final, sob a responsabilidade do serviço veterinário oficial.

§ 2o Deverá ser lavrado o Termo de Sacrifício e Destruição, conforme modelo disposto no Anexo VI desta Instrução Normativa, assinado pelo médico veterinário do serviço veterinário oficial, pelo proprietário do animal ou seu preposto e, no mínimo, por uma testemunha.

§ 3o Havendo recusa por parte do proprietário do animal ou seu preposto em permitir o sacrifício do caso confirmado de mormo, será lavrado termo de ocorrência na presença de duas testemunhas e requisitado apoio de força policial para o efetivo cumprimento da medida de defesa sanitária animal, ficando o infrator sujeito às sanções previstas em lei..

§ 4o Não caberá indenização ao proprietário de animal sacrificado em decorrência de mormo.

CAPÍTULO V

DO CONTROLE DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE EQUÍDEOS

Art.32. Somente será permitido o trânsito interestadual de equídeos acompanhados do documento oficial de trânsito animal, conforme legislação vigente, bem como observados os requisitos sanitários a seguir:

I resultado negativo no exame laboratorial da doença, emitido nos modelos de formulários descritos nos Anexos I e II desta Instrução Normativa em observância ao que preconiza o art. 7º ou no modelo de formulário descrito no anexo III desta Instrução Normativa em observância ao que preconiza o §3o do art. 24, dentro dos respectivos prazos de validade, e;

II das demais exigências sanitárias, observada a legislação vigente.

Art.33. A exigência de que trata o inciso I do artigo anterior aplica-se apenas ao trânsito interestadual de equídeos procedentes de:

I UF's ou zonas de UF onde houve registro oficial de caso confirmado de mormo nos últimos três anos e, nesse período, não foi realizada caracterização da condição sanitária para mormo que demonstrasse risco sanitário negligenciável para a doença, conforme os parâmetros estabelecidos no Capítulo II, ou cuja caracterização, feita nesse intervalo, demonstrou risco sanitário não negligenciável para a doença;

II UF's ou zonas de UF onde não houve registro oficial de mormo há pelo menos três anos e nesse período foi realizada caracterização da condição sanitária para mormo que demonstrou risco sanitário não negligenciável para a doença, conforme os parâmetros estabelecidos no Capítulo II;

§1o Para as UF's ou zonas de UF citadas no inciso II, a exigência de que trata este artigo entrará em vigor somente após três anos da publicação desta Instrução Normativa e neste período serão consideradas de risco negligenciável para mormo, à exceção quando houver registro da doença neste período.

§2o Após o período de três anos da publicação desta Instrução Normativa, a exigência de que trata este artigo se aplicará também para as UF's ou zonas de UF onde não houve registro oficial de caso confirmado de mormo há pelo menos três anos e nesse período, não realizaram a caracterização da condição sanitária para mormo que demonstrasse risco sanitário negligenciável para a doença, conforme os parâmetros estabelecidos no Capítulo II.

Art.34. Para o trânsito de equídeos oriundos de UF's ou zonas de UF com registro oficial de casos confirmados de mormo nos últimos três anos ou classificadas como de risco não negligenciável com destino a UF's ou zonas de UF's sem registro oficial de casos confirmados de mormo nos últimos três anos ou classificadas como de risco negligenciável, o exame de que trata o inciso I do art. 32 deverá ser realizado a partir de amostra colhida na origem em até dez dias prévios à emissão do documento oficial de trânsito.

Art.35. A critério do MAPA, como Instância Central e Superior do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, a autorização do trânsito de equídeos, bem como de produtos ou materiais que possam propagar o agente etiológico da doença, poderá ser temporariamente suspensa ou restrita em determinada área, tendo em vista a gravidade da situação epidemiológica e enquanto houver riscos à sanidade dos equídeos.

CAPÍTULO VI

DA PARTICIPAÇÃO DE EQUÍDEOS em AGLOMERAÇÕES

Art.36. A participação de equídeos em aglomerações, como exposições, feiras, leilões, competições esportivas, rodeios, vaquejadas, cavalhadas, entre outras, estará condicionada à apresentação dos seguintes requisitos:

I documento oficial de trânsito animal, conforme legislação vigente;

II resultado negativo no exame laboratorial da doença, emitido nos modelos de formulários descritos nos Anexos I e II desta Instrução Normativa em observância ao que preconiza o art. 7º ou no modelo de formulário descrito no anexo III desta Instrução Normativa em observância ao que preconiza o §3o do art. 24, com o respectivo prazo de validade para todo o período do evento, e;

III das demais exigências sanitárias, observada a legislação vigente.

Art.37. A exigência de que trata o inciso II do artigo anterior aplica-se apenas para equídeos procedentes de UF's ou zonas de UF consideradas de risco não negligenciável citadas nos incisos I e II do art.33.

CAPÍTULO VII

DO ENVIO DE EQUÍDEOS PARA ABATE

Art.38. O envio de equídeos para estabelecimentos de abate estará condicionado à apresentação dos seguintes requisitos:

I documento oficial de trânsito animal, conforme legislação vigente;

II resultado negativo no exame laboratorial para a doença, emitido nos modelos de formulários descritos nos Anexos I e II desta Instrução Normativa em observância ao que preconiza o art. 7º ou no modelo de formulário descrito no anexo III desta Instrução Normativa em observância ao que preconiza o §3o do art. 24 e;

III das demais exigências sanitárias, observada a legislação vigente.

Art.39. A exigência de que trata o inciso II do artigo anterior aplica-se apenas a equídeos procedentes de UF's ou zonas de UF consideradas de risco não negligenciável citadas nos incisos I e II do art.33.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.40. O serviço veterinário oficial deverá estabelecer procedimentos para realizar vigilância em hospitais e clínicas veterinárias, bem como em estabelecimentos de abate de equideos, visando à detecção de possíveis casos de mormo, considerando inclusive o histórico de trânsito de equídeos desses estabelecimentos e condições de biossegurança do local.

Art.41. Animais atendidos por veterinários autônomos ou privados em hospitais e clínicas veterinárias, bem como em haras, jóquei clubes e demais estabelecimentos de criação comercial, que apresentem diagnóstico inconcluso de doença respiratória refratária a tratamentos prévios ou com recidivas também inconclusas deverão ser submetidos a teste de triagem para mormo.

Art.42. Para fins de registro genealógico definitivo, todo equídeo deverá apresentar resultado negativo no teste laboratorial para diagnóstico de mormo.

Art.43. Delega-se competência à SDA para a publicação de normas complementares a esta Instrução Normativa propostas pelo DSA.

Art.44. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art.45. Revoga-se a Instrução Normativa nº 24, de 5 de abril de 2004.

MENDES RIBEIRO FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

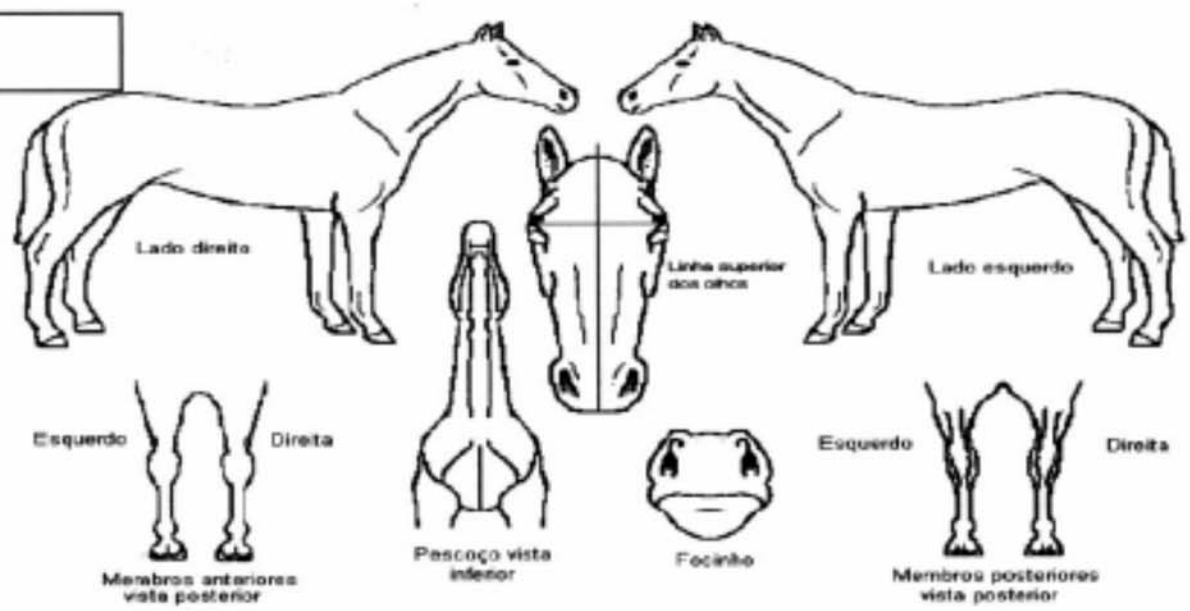
REQUISIÇÃO E RESULTADO DO EXAME PARA DIAGNÓSTICO DE MORMO – FC

Laboratório	Portaria de Credenciamento	Nº do exame SÉRIE:__(UF) Nº:____

Proprietário do animal	Endereço Completo	Telefone
Veterinário requisitante	Endereço Completo	Telefone

Nome	Registro/ Nº/Marca	CLASSIFICAÇÃO					
Espécie:	Raça	JC	SH	CR	H	FC	UM
Sexo:	Idade:						
Propriedade onde se encontra		Nº de eqüídeos existentes:					
Município/UF							

PELAGEM



Descrição do animal:

REQUISITANTE	LABORATÓRIO:
O animal foi inspecionado por mim, nesta data: Local e data: --- Assinatura e carimbo do Médico Veterinário requisitante	Data do exame: Resultado: Validade: --- Assinatura e carimbo do Responsável Técnico

JC- Jockey Club; SH-Sociedade Hípica; CR-Cancha Reta; H-Haras; FC-Fazenda de Criação; UM-Unidade Militar

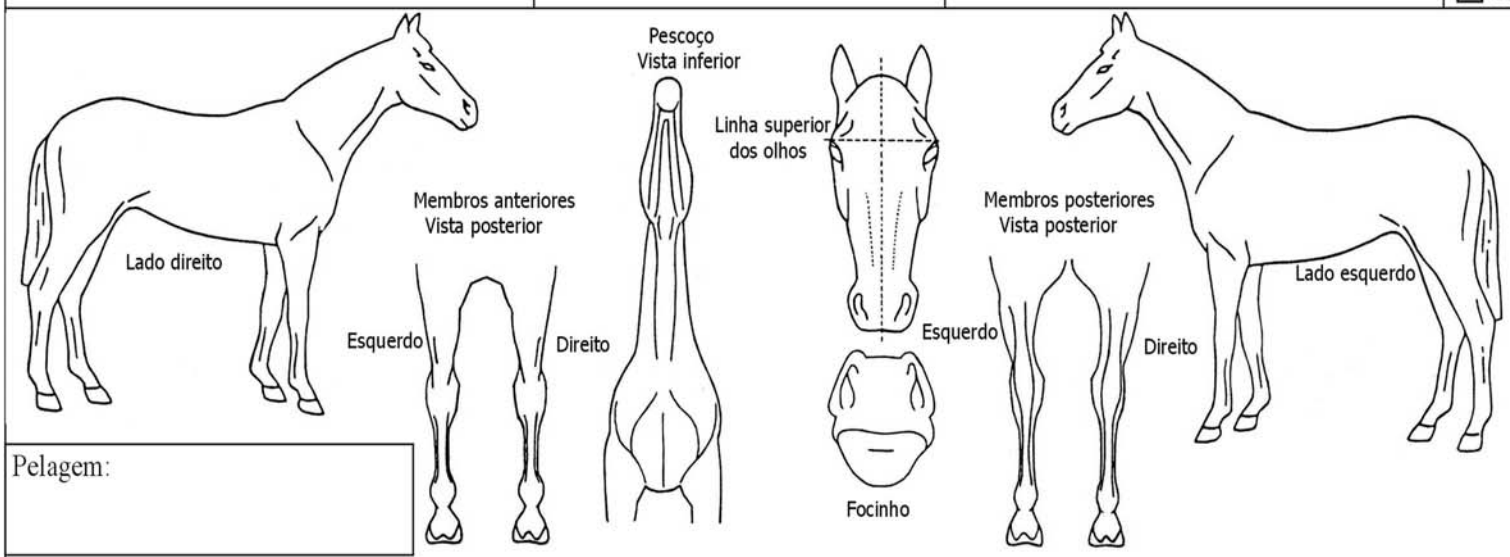
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012092500006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE REQUISIÇÃO E RESULTADO DE TESTE PARA MORMO

FORMULÁRIO DE REQUISIÇÃO E RESULTADO DE TESTE PARA MORMO			Nº **UF-A-000000**
Médico Veterinário Requisitante (impresso):		CRMV- UF (impresso)	Nº. Cadastro SVO (impresso)
Telefone:	Endereço eletrônico / e-mail:		
Proprietário do animal:			Tel.:
Endereço:			CEP:
Município/UF:		Endereço eletrônico / e-mail:	
Local onde se encontra o animal:			Nº. Cadastro SVO:
Endereço da Propriedade:			
Município / Distrito / Zona da Propriedade:	UF:	Classificação da Propriedade: ☐ JC ☐ SH ☐ H ☐ FC ☐ UM ☐ OUTRA:	
FINALIDADE DO EXAME: ☐ Trânsito ☐ Saneamento de foco ☐ Estudo epidemiológico oficial			
Nome do Animal:		Raça:	Espécie: ☐ Equino ☐ Asinino ☐ Muar
Registro / nº / Marca:	ID. Eletrônica:	Idade:	Sexo: ☐ Macho ☐ Fêmea



Pelagem:

Descrição:

A colheita da amostra e o resenho deste animal são de minha responsabilidade. Assinatura e carimbo do Médico Veterinário requisitante:

Município/ UF: Data da colheita:

_____ ___/___/_____

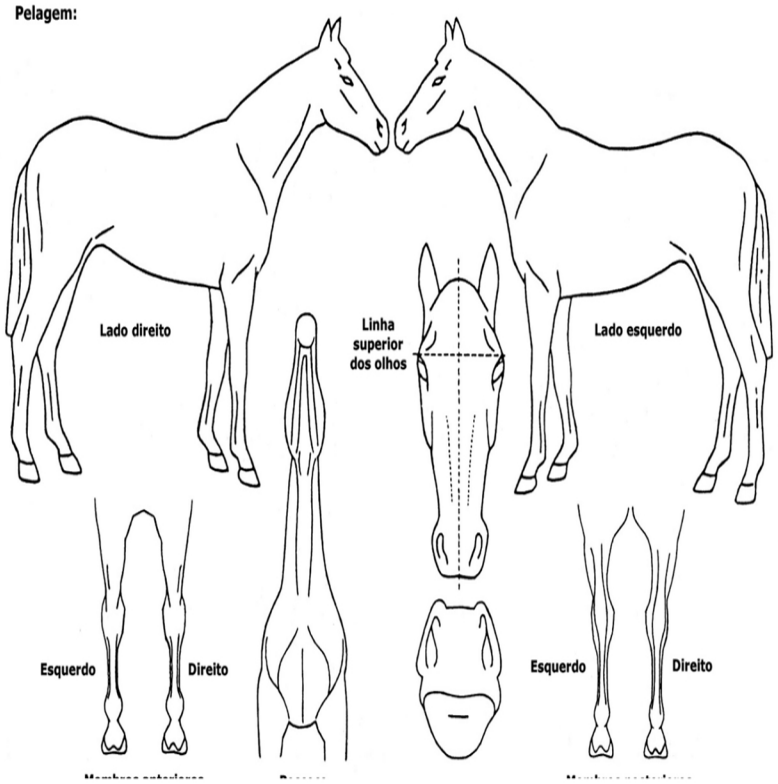
1ª via - proprietário; 2ª via - LANAGRO correspondente; 3ª via - laboratório/ **JC**: Jóquei Clube - **SH**: Sociedade Hípica - **H**: Haras - **F**: Fazenda - **UM**: Unidade Militar

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012092500007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE REQUISIÇÃO E RESULTADO DO EXAME DE MALEINIZAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="8">REQUISIÇÃO E RESULTADO DO EXAME DE MALEINIZAÇÃO</td></tr>
<tr><td colspan="2">Proprietário do Animal:</td><td colspan="3">Endereço completo:</td><td colspan="3">Telefone:</td></tr>
<tr><td colspan="2">Veterinário requisitante:</td><td colspan="3">Endereço completo:</td><td colspan="3">Telefone:</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome do animal:</td><td>Espécie:</td><td colspan="2">Raça:</td><td colspan="3">CLASSIFICAÇÃO</td></tr>
<tr><td colspan="2">Registro / Nº / Marca:</td><td>Sexo:</td><td colspan="2">Idade:</td><td>JC</td><td>SH</td><td>H</td><td>FC</td><td>UM</td></tr>
<tr><td colspan="4">Propriedade onde se encontra:</td><td colspan="4" rowspan="2">Nº de eqüídeos existentes:</td></tr>
<tr><td colspan="4">Município / UF</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nº do exame de FC:</td><td colspan="5">Laboratório onde foi realizado o exame de FC:</td></tr>
<tr><td colspan="8">Pelagem:
Resenha Gráfica de Eqüídeos
 
</td></tr>
<tr><td colspan="4">Data da aplicação da maleína:</td><td colspan="4">Data da leitura:</td></tr>
<tr><td colspan="8">Interpretação do exame: ( ) Positivo ( ) Negativo Validade:</td></tr>
<tr><td colspan="8">Nome do responsável pelo exame:</td></tr>
<tr><td colspan="8">Assinatura e carimbo:</td></tr>
</table>

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012092500008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

JC: Jóquei Clube - **SH**: Sociedade Hípica - **H**: Haras - **F**: Fazenda - **UM**: Unidade Militar

ANEXO IV
NOMEAÇÃO DE PORTADOR – PESSOA FÍSICA

Eu, ..., médico veterinário requisitante CRMV -UF nº..... - ....., nomeio ....., portador da C.I nº. ....., emitido pelo ....., e CPF nº....., como portador de .....amostra(s) de soro, colhida(s) e identificada(s) sob minha responsabilidade e acompanhadas dos *Formulários de Requisição e Resultado de Teste para Mormo*, de número(s) de série....., e que será(ão) entregue(s) ao Laboratório .....

Data: ...../...../.....

.....
Assinatura e carimbo do médico veterinário requisitante

ANEXO V
NOMEAÇÃO DE PORTADOR PESSOA JURÍDICA

Eu, ..., médico veterinário requisitante CRMV -UF nº..... - ....., nomeio a empresa ...., portadora de CNPJ nº ....., como portadora / transportadora de..... amostra(s) de soro, colhidas(s) e identificada(s) sob minha responsabilidade e acompanhadas dos *Formulários de Requisição e Resultado de Teste para Mormo*, de número(s) de série ....., e que será(ão) entregue(s) ao Laboratório..... .....

Data: ...../...../.....

.....
Assinatura e carimbo do médico veterinário requisitante

ANEXO VI
TERMO DE SACRIFÍCIO E DESTRUIÇÃO

Aos..... do mês de .....de....., às.....horas na propriedade ...., localizada em ..... foi(foram) sacrificado(s) o(s) equídeo(s) abaixo especificado(s), em atendimento à Instrução Normativa Ministerial n° ....., de....., de..... .

Nome ou Número do Animal	Número de Referência do Exame	Data do Resultado do Exame	Laboratório

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 43, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989.

01. Motivo da solicitação: Registro (25/07/2012)
Requerente: Spray Farm do Brasil Comércio e Representações Agropecuárias
Marca comercial: SF 002
Nome comum: Álcool Laurílico 7 EO
Nome químico: Álcool Laurílico Etoxilado
Classe de uso: Adjuvante
Indicação de uso pretendido: Produto adjuvante
Processo nº: 21000.006278/2012-11
02. Motivo da solicitação: Registro (26/07/2012)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda
Marca comercial: 2,4-D Tradecorp 806 SL
Nome comum: 2,4-D
Nome Químico: (2,4-dichlorophenoxy) acetic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de arroz, cana-de-açúcar, milho, pastagem e soja
Processo nº: 21000.006298/2012-83
03. Motivo de solicitação: Registro (24/07/2012)
Requerente: Dow AgroSciences Industrial Ltda.
Marca comercial: Apache
Nome comum: Aminopiralide + Triclopir-Butotílico
Nome químico: 4-amino-3,6-dichloropyridine-2-carboxylic acid + 2-butoxyethyl[(3,5,6-trichloropyridin-2-yl)oxy]acetate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de pastagem
Processo nº: 21000.006255/2012-06
04. Motivo da solicitação: Registro (25/07/2012)
Requerente: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A.
Marca comercial: Tiametoxam Nufarm 35 FS
Nome comum: Tiametoxam
Nome químico: 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene(nitro)amine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, cevada, feijão, girassol, milho, pastagem, soja, sorgo e trigo
Processo nº: 21000.006272/2012-35
05. Motivo da solicitação: Registro (25/07/2012)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: Fipronil Nortox
Nome comum: Fipronil
Nome químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, arroz irrigado, batata, cana-de-açúcar, eucalipto, feijão, milho, pastagem, soja, e trigo
Processo nº: 21000.006287/2012-01
06. Motivo da solicitação: Registro (30/07/2012)
Requerente: S3 Serviços Administrativos e Consultoria Ltda.
Marca comercial: Tiodicarbe Técnico Proventis
Nome comum: Tiodicarbe
Nome químico: 3,7,9,13-tetramethyl-5,11-dioxa-2,8,14-trithia-4,7,9,12-tetra-azapentadeca-3,12-diene-6,10-dione
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006410/2012-86
07. Motivo da solicitação: Registro (31/07/2012)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Imidaclopride 700 WG Tide
Nome comum: Imidacloprido
Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolin-2-ylideneamine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, algodão, alho, batata, cana-de-açúcar, citros, feijão, fumo e tomate
Processo nº: 21000.006430/2012-57
08. Motivo da solicitação: Registro (02/08/2012)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Tebutiurom Tradecorp 500 SC
Nome comum: Tebutiurom
Nome químico: 1-(5-tert-butyl-1,3,4-thiadiazol-2-yl)-1,3-dimethylurea
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de cana-de-açúcar.
Processo nº: 21000.006513/2012-46
09. Motivo da solicitação: Registro (02/08/2012)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Epoxiconazol Tradecorp Técnico
Nome comum: Epoxiconazol
Nome químico: (2RS,3SR)-1-[3-(2-chlorophenyl)-2,3-epoxy-2-(4-fluorophenyl)propyl]-1H-1,2,4-triazol
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006514/2012-91
10. Motivo da solicitação: Registro (26/07/2012)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Abamectina Tradecorp Técnico
Nome comum: Abamectina
Nome Químico: (10E, 14E, 16E, 22Z)-(1R,4S,5'S, 6S,6'R,8R,12S,13S20R,21R,24S)-6'-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-(3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-4-O-(2,6-dideoxy-3-O-methyl-a-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-a-L-arabino-hexopyranoside (i) mixture with (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6'-isopropyl-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-4-O-(2,6-dideoxy-3-Omethyl-a-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-a-L-arabino-hexo pyranoside (ii) (4:1) (i) R = -CH2CH3 (avermectin B1a) (ii) R = -CH3 (avermectin B1 b)
Classe de Uso: Inseticida, acaricida e nematicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006299/2012-28
11. Motivo da solicitação: Registro (30/07/2012)
Requerente: CCAB Agro S.A.
Marca comercial: Fomesafem Técnico CCAB
Nome comum: Fomesafem
Nome químico: 5-(2-chloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyloxy)-N-methyl sulfonyl-2-nitrobenzamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006377/2012-94
12. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Quatdown
Nome comum: Dicloreto de Paraquate
Nome químico: 1,1'-dimethyl-4,4'-bipyridinium dichloride
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, banana, batata, café, cana-de-açúcar, cevada, citros, couve, feijão, maçã, milho, seringueira, soja e trigo.
Processo nº: 21000.006055/2012-45
13. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Blowout
Nome comum: Dibrometo de Diquate
Nome químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de batata, café, citros, feijão e soja.
Processo nº: 21000.006049/2012-98
14. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda
Marca comercial: Rainburon Plus
Nome comum: Diurom
Nome químico: 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, algodão, cacau, café, cana-de-açúcar e citros
Processo nº: 21000.006054/2012-09
15. Motivo da soliciração: Registro (17/07/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Spraykill
Nome comum: Dibrometo de Diquate
Nome químico: 1,1'-ethylenel-2,2'-bipyridyldiylium dibromide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de batata, café, citros, feijão e soja.
Processo nº: 21000.006048/2012-43
16. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Trilla Plus
Nome comum: Diurom
Nome químico: 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, algodão, cacau, café, cana-de-açúcar e citros
Processo nº: 21000.006053/2012-56
17. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Herbina
Nome comum: 2,4-D
Nome químico: Dimethylammonium (2,4-dichlorophenoxy) acetate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de arroz, café, cana-de-açúcar, milho, pastagem, soja e trigo.
Processo nº: 21000.006051/2012-67
18. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Dinaxine
Nome comum: 2,4-D
Nome químico: Dimethylammonium (2,4-dichlorophenoxy) acetate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de arroz, café, cana-de-açúcar, milho, pastagem, soja e trigo
Processo nº: 21000.006050/2012-12
19. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Sprayquat
Nome comum: Dicloreto de Paraquate
Nome químico: 1,1'-dimethyl-4,4'-bipyridinium dichloride
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, banana, batata, café, cana-de-açúcar, couve, citros, feijão, maçã, milho, seringueira, soja e trigo.
Processo nº: 21000.006052/2012-10
20. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2012)
Requerente: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Kosak
Nome comum: Clomazona
Nome químico: 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethylisoxazolidin-3-one
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, arroz irrigado, cana-de-açúcar, mandioca, pimentão e soja.
Processo nº: 21000.006046/2012-54
21. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2012)
Requerente: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Lampo
Nome comum: Ametrina + Clomazona
Nome químico: N2-etil-N4-isopropil-6-metiltio-1,3,5-triazina-2,4-diamina + 2-(2-clorobenzil)-4,4-dimetilisoxazolidin-3-ona
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, cana-de-açúcar e mandioca
Processo nº: 21000.006047/2012-07
22. Motivo da solicitação: Registro (13/07/2012)
Requerente: Basf S.A.
Marca comercial: Vivace
Nome comum: Piraclostrobina + Fluxapiroxade
Nome químico: Methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl]phenyl}(N-methoxy) carbamate + 3-(difluoromethyl)-1-methyl-N-(3',4',5'-trifluorobiphenyl-2-yl)pyrazole-4-carboxamide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas algodão, amendoim, aveia, batata, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, citros, crisântemo, feijão, girassol, maçã, manga, melão, milho, pepino, pimentão, rosa, soja, sorgo, tomate e trigo
Processo nº: 21000.005971/2012-68
23. Motivo da solicitação: Registro (20/07/2012)
Requerente: Atanor do Brasil Ltda.
Marca comercial: Glifosato K Atanor
Nome comum: Glifosato
Nome químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, citros, feijão, maçã, milho, soja e trigo
Processo nº: 21000.0061777/2012-31
24. Motivo da solicitação: Registro (01/08/2012)
Requerente: Volcano Agrociência Indústria e Comércio de Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Fluroxypyr Técnico Volcano
Nome comum: Fluroxypyr Meptyl TC
Nome químico: (RS)-1-methylheptyl 4-amino-3,5-dichloro-6-fluoro-2-pyridyloxyacetate.
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006465/2012-96
25. Motivo da solicitação: Registro (24/07/2012)
Requerente: S3 Serviços Administrativos e Consultoria Ltda.
Marca comercial: Fludioxonil Técnico Proventis
Nome comum: Fludioxonil
Nome químico: 4-(2,2-difluoro-1,3-benzodioxol-4-yl)pyrrole-3-carbonitrile
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006252/2012-64
26. Motivo da solicitação: Registro (25/07/2012)
Requerente: S3 Serviços Administrativos e Consultoria Ltda
Marca comercial: Fomesafem Técnico Proventis
Nome comum: Fomesafem
Nome químico: 5-(2-chloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyloxy)-N-methyl sulfonyl-2-nitrobenzamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.0062536/2012-17
27. Motivo da solicitação: Registro (13/08/2012)
Requerente: CCAB Agro S.A.
Marca comercial: Fipronil Técnico CCAB II
Nome comum: Fipronil
Nome químico: (±)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a0trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole- =3-carbonitrile
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº: 21000.006806/2012-23
28. Motivo da solicitação: Registro (08/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Simanex
Nome comum: Simazina
Nome químico: 6-chloro-N2,N4-diethyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de café e milho
Processo nº: 21000.006630/2012-18
29. Motivo da solicitação: Registro (08/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Gesazina Combi
Nome comum: Atrazina + Simazina
Nome químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine + 6-chloro-N2,N4-diethyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de milho.
Processo nº: 21000.006631/2012-54
30. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Tropicio
Nome comum: 2,4-D + Picloram
Nome químico: (2,4-dichlorophenoxy) acetic acid + 4-amino-3,5,6-trichloropyridine-2-carboxylic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de pastagem.
Processo nº: 21000.006571/2012-70
31. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Torch Plus
Nome comum: 2,4-D + Picloram
Nome químico: (2,4-dichlorophenoxy) acetic acid + 4-amino-3,5,6-trichloro-2-pyridinecarboxylic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de pastagem
Processo nº: 21000.006572/2012-14
32. Motivo da solicitação: Registro (08/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Simanex Combi
Nome comum: Atrazina + Simazina
Nome químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine + 6-chloro-N2,N4-diethyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de milho
Processo nº: 21000.006632/2012-07
33. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Clearup
Nome comum: Glifosato
Nome químico: N-(phosphonomethyl)glycine, isopropylammonium salt
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de ameixa, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citrus, eucalipto, maçã, milho, nectarina, pêra, pêssego, pastagem, pinus, soja, trigo e uva.
Processo nº: 21000.006576/2012-01
34. Motivo da solicitação: Registro (08/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Gesazina
Nome comum: Simazina
Nome químico: 6-chloro-N2,N4-diethyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de café e milho.
Processo nº: 21000.006629/2012-85
35. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Trilla
Nome comum: Diurom
Nome químico: 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, algodão, cacau, café, cana-de-açúcar e citros
Processo nº: 21000.006574/2012-11
36. Motivo da solicitação: Registro (08/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Tropicio
Nome comum: Picloram
Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloropyridine-2-carboxylic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de pastagem
Processo nº: 21000.006625/2012-05
37. Motivo da solicitação: Registro (08/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Torch
Nome comum: Picloram
Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloropyridine-2-carboxylic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de pastagem
Processo nº: 21000.006626/2012-41
38. Motivo da solicitação: registro (08/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Sugarina
Nome comum: Ametrina
Nome químico: N2-ethyl-N4-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de cana-de-açúcar e milho
Processo nº: 21000.006627/2012-96
39. Motivo da solicitação: registro (03/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Rainburon
Nome comum: Diurom
Nome químico3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, algodão, cacau, café, cana-de-açúcar e citros.
Processo nº: 21000.006578/2012-91
40. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda..
Marca comercial: Herbzina
Nome comum: Atrazina
Nome químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de cana-de-açúcar, milho e sorgo.
Processo nº: 21000.006577/2012-47
41. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2012)
Requerente: Milênia Agrociências S.A..
Marca comercial: Trop Max
Nome comum: Glifosato
Nome químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, citros, feijão, maçã, milho, soja e trigo.
Processo nº: 21000.006548/2012-85
42. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Weedspray
Nome comum: Glifosato
Nome químico: N-(phosphonomethyl)glycine, isopropylammonium salt
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, ameixa, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citros, maçã, milho, nectarina, pastagem, pêra, pêssego, soja, trigo e uva.
Processo nº: 21000.005730/2012-19
43. Motivo da solicitação: Registro (25/06/2012)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda..
Marca comercial: Captain 500 WP
Nome comum: Captana
Nome químico: N-(trichloromethylthio)cyclohex-4-ene-1,2-dicarboximide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de ameixa, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citrus, eucalipto, maçã, milho, nectarina, pêra, pêssego, pastagem, pinus, soja, sorgo, trigo e uva.
Processo nº: 21000.006575/2012-58
44. Motivo da solicitação: Registro (08/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Gesamena
Nome comum: Ametrina
Nome químico: N2-ethyl-N4-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de cana-de-açúcar e milho
Processo nº: 21000.006628/2012-31
45. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Farmozine
Nome Comum: Atrazina
Nome Químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso: Para as culturas de cana-de-açúcar, milho e sorgo.
Processo: 21000.006573/2012-69
46. Motivo da solicitação: Registro (07/08/2012)
Requerente: Ouro Fino Química Ltda.
Marca comercial: Glifosato Técnico OF BR
Nome comum: Glifosato
Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.006611/2012-83
47. Motivo da solicitação: Registro (06/08/2012)
Requerente: Milênia Agrociência S.A.
Marca comercial: Fludioxonil Técnico Milênia
Nome comum: Fludioxonil
Nome químico: 4-(2,2,-difluoro-1,3-benzodioxol-4-yl)pyrrole-3-carbonitrile
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente.
Processo: 21000.006550/2012-54
48. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2012)
Requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Marca Comercial: Lambda Cyhalothrin Técnico Syn
Nome comum: Lambda-Cialotrina
Nome químico: Reaction product comprising equal quantities of (R)-a-cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)-a-cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.006546/2012-96
49. Motivo da solicitação: Registro (20/08/2012)
Requerente: Nortox S/A
Marca Comercial: Mesotrione Técnico Nortox
Nome comum: Mesotriona
Nome Químico: 2-(4-mesyl-2-nitrobenzoyl)cyclohexane-1,3-dione
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007186/2012-40
50. Motivo da solicitação: Registro (21/08/2012)
Requerente: Genbra Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca Comercial: Fipronil Técnico Genbra
Nome comum: Fipronil
Nome Químico: 1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-=3-carbonitrile
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007207/2012-27
51. Motivo da solicitação: Registro (03/09/2012)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca Comercial: Agrothiazox Técnico
Nome Comum: Hexitiazoxi
Nome Químico: cyclohexyl-4-methyl-2-oxo-1,3-thiazolidine-3-carboxamide
Classe de uso: Acaricida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007598/2012-80
52. Motivo da solicitação: Registro (29/08/2012)
Requerente: Dinagro Agropecuária Ltda.
Marca Comercial: Glifosato Técnico Dinagro
Nome Comum: Glifosato
Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007471/2012-61
53. Motivo da solicitação: Registro (29/08/2012)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca Comercial: Cimoxanil Tradecorp Técnico
Nome comum: Cimoxanil
Nome químico: 1-(2-cyano-2-methoxyiminoacetyl)-3-ethylurea
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007490/2012-97
54. Motivo da solicitação: Registro (30/08/2012)
Requerente: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A
Marca Comercial: Fomesafem Técnico Nufarm
Nome comum: Fomesafem
Nome químico: 5-(2-chloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyloxy)-N-methyl-sulfonyl-2-nitrobenzamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007503/2012-28
55. Motivo da solicitação: Registro (29/08/2012)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca Comercial: Folpete Tradecorp Técnico
Nome comum: Folpete
Nome químico: N-(trichloromethylthio)phthalimide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007491/2012-31
56. Motivo da solicitação: Registro (31/08/2012)
Requerente: Consagro Agroquímica Ltda.
Marca Comercial: Metomil Técnico
Nome Comum: Metomil
Nome Químico: S-methyl N-(methylcarbamoyloxy)thioacetamidate
Classe de uso:
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007556/2012-49
57. Motivo da solicitação: Registro (30/08/2012)
Requerente: Sulphur Mills do Brasil Importação e Exportação de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca Comercial: Tebuconazole Técnico Sulphur Mills
Nome Comum: Tebuconazol
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007522/2012-54
58. Motivo da solicitação: Registro (23/08/2012)
Requerente: FMC Química do Brasil Ltda.
Marca Comercial: Clomazone JB Técnico FMC
Nome Comum: Clomazone
Nome Químico: 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethyl-1,2-oxazolidin-3-one
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso: Registro de produto técnico equivalente
Processo: 21000.007318/2012-33

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador-Geral

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 44, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989.
1. a.Nome do Titular: Cropchem Ltda- Porto Alegre/RS
b.Marca Comercial : Rajer 250 WG
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 00112 conforme processo 21000.007878/2008-10
d.Fabricante: Jiangsu Changlong Chemicals Co. Lta- China
Jiangsu Institute Of Economes- China
Shenyang Research Institute of Chemical- China
Wischem CO. Ltd- China
Formulador: Nortox S.A-Arapongas/PR
Nortox S.A- Rondonópolis/MT
Jiangsu Repont Pesticide Factory Co. Ltd- China
Nanjing Dajiang Agricukture Chemical Co. Ltd - R.P. China
Nanjing Source Chemical Co. Ltd - R.P. China
Wischem CO. Ltd- China
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia / SP
e.Nome Químico: Ethyl 2-(4-cloro-6-methoxypyrimidin-2-ylcarbomoylsulfamoyl)benzoate
Nome Comum: Clorimurom-Etílico
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para a cultura de soja
h.Classificação toxicológica: IV- Pouco tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
2. a.Nome do Titular: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda - São Paulo /SP
b.Marca Comercial : Magnific
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 00212 conforme processo 21000.007746/1999-09
d.Fabricante: Arysta Lifescience Corporation- Japão
Jiahua Chemicals Corporation- China
Nagarjuna Agrichem Limited- Índia
Zhejiang Linghua Chemicals- China
Rallis Índia Ltd- India
Formulador: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda-Salto de Pirapora/SP
Fersol Indústria e Comércio Ltda- Mairinque/SP
FMC Química do Brasil Ltda- Uberaba/MG
Iharabras S.A Indústrias Químicas- Sorocaba/SP
IQL-Indústria Químicas Lorena Ltda- EPP- Roseira/SP
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A- Maracanaú/CE
Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba/MG
Ultrafine Technologies Ind. e Com. de Produto Químicos Ltda- Indaiatuba/SP
e.Nome Químico: O,S-dimethyl acetylphoramidothiote
Nome Comum: Acefato
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Indicado para as culturas Amendoim, Batata, Couve, Couve-Flor, Brócolis, Repolho, Feijão, Melão, Pimentão, Tomate, Rosa, Cravo e Crisântemo
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
3. a.Nome do Titular: Atar do Brasil Defensivos Agrícolas Ltda- Resende /RJ
b.Marca Comercial : Glifosato Atar
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 00312 conforme processo 21000.004665/2008-28
d.Fabricante: Atanor S.C.A- Buenos Aires- Argentina
Formulador: Atanor S.C.A.-Buenos Aires-Argentina
e.Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Nome Comum: Glyphosate (Glifosato)
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Indicado para as culturas de Citros, café, Cana-de-açúcar (Cana-soca), Soja, Milho, Arroz e Trigo.
h.Classificação toxicológica: III- Medianamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
4. a.Nome do Titular: Milenia AgroCiências S.A - Londrina / PR
b.Marca Comercial : Imidaclopride Técnico Milenia
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 00412conforme processo 21000.000310/2009-41
d.Fabricante: Makhteshim Chemical Works Ltd.-Sheva- Israel
Jiangsu Yangnong Chemical Co. Ltd.- China
e.Nome Químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine
Nome Comum: Imidacloprido
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata-se de Produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
5. a.Nome do Titular: Reccol Comercial e Importação e Exportação Ltda - São Paulo /SP
b.Marca Comercial : Kelpak
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 00512 conforme processo 21000.008310/2007-27
d.Fabricante: Kelp Products (Pty) Ltd.- África do Sul
e.Nome Químico: Não se Aplica
Nome Comum: Ecklonia maxima
f.Nome científico, no caso de agente biológico : Ecklonia maxima
g.Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Milho e Soja
h.Classificação toxicológica: III- Medianamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV- Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente
6. a.Nome do Titular: Pilarquim BR Comercial Ltda - Barueri / SP
b.Marca Comercial : Pilarich
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 00612 conforme processo 21000.003959/2008-07
d.Fabricante: Pilarquim (Shangai) Co. Ltd - China
Formulador: Pilarquim (Shangai) Co. Ltd- China
Fersol Indústria e Comércio S.A- Mairinque/SP
Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba/MG
Milenia Agrociências S.A- Londrina/PR
Milenia Agrociências S.A-Taquari/RS
Prentiss Química Ltda- Campo Largo/PR
Servatis S.A-Resende/RJ
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produto Químicos Ltda- Paulínia/SP
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A-Maracanaú/CE
UPL do Brasil- Com. Import. e Export. de Insumos Agropecuários Ltda- Ituverava/SP
e.Nome Químico: Tetrachloroisophthalonitrile
Nome Comum: Clorotalonil (Chlorothalonil)
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Indicado para as culturas de Amendoim, Batata, Feijão e Tomate
h.Classificação toxicológica: I-Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.
7. a.Nome do Titular: Ouro Fino Química Ltda- Uberaba /MG
b.Marca Comercial : Aclamadorbr
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 00712 conforme processo 21000.002548/2009-19
d.Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd- China
Formulador: Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG
Ouro Fino Saúde Animal Ltda- Cravinhos/SP
Servatis S.A- Resende/SP
Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba/MG
Shangdong Qiaochang Chemical Co. Ltd- China
e.Nome Químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Nome Comum: Atrazine (Atrazina)
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Indicado para a cultura de Milho.
h.Classificação toxicológica: II-Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.
8. a.Nome do Titular: Ouro Fino Química Ltda - Uberaba /MG
b.Marca Comercial : Belobr
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 00812 conforme processo 21000.009479/2009-66
d.Fabricante: Anhui Guangxin Agrochemical Co. Ltd- China
Ningxia Sanxi Chemical Co. Ltd - China
Formulador: Ouro Fino Química Ltda-Uberaba/MG
Ouro Fino Saúde Animal Ltda- Cravinhos-SP
Servatis S.A- Resende-RJ
Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba-MG
Anhui Guangxin Agrochemical Co. Ltd- China
Ningxia Sanxi Chemical Co. Ltd.- China
Ningxia Sanxi Chemical Co. Ltd - China
e.Nome Químico: 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea
Nome Comum: Diuron (Diurom)
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Indicado para a cultura: Indicado para as culturas de Café e Cana-de-açúcar
h.Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
9. a.Nome do Titular: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda- São Paulo/SP
b.Marca Comercial : Sequence
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 00912 conforme processo 21000.008599/2008-65
d.Fabricante: Syngenta Limited- Ingraterra
Nantong Jingshan Agrochemical & Chemicals Limited Liability Co- China
Monsanto Europe NV- Bélgica
Monsanto Company- Estados Unidos
CABB AG- Suíça
Formulador: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda- Paulínia/SP
Iharabras S.A. Indústrias Químicas- Sorocaba/SP
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP
e.Nome Químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N- [(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N- [(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o toluidide +N-[(+N-(phosphonomethyl)glycine
Nome Comum: S-metolacloro + Glifosato
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Indicado para a culturada Soja, variedades convencionais e resistentes ao Glifosato.
h.Classificação toxicológica: I- Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.
10. a.Nome do Titular: Consagro Agroquímica Ltda- Campinas/SP
b.Marca Comercial : Impessive 250 WP
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01012 conforme processo 21000.009439/2008-33
d.Fabricante: Shangdong Jingbo Agrochemicals Co., Ltd- China
Formulador: Shangdong Jingbo Agrochemicals Co., Ltd- China
FMC Química do Brasil Ltda- Uberaba/MG
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A- Maracanaú/CE
Prentiss Química Ltda- Compo Longo/PR
Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba/MG
Servatis S.A - Resende /RJ
e.Nome Químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea
Nome Comum: Diflubenzuron
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Milho, Soja, Tomate e Trigo
h.Classificação toxicológica: I-Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
11. a.Nome do Titular: Milenia AgroCiências S.A- Londrina / PR
b.Marca Comercial : Fipronil Técnico Milenia
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01112 conforme processo 21000.003022/2009-48
d.Fabricante: Makhteshim Chemical Works Ltd - Israel
Dalian Raiser Pesticides Co. Ltd- China
e.Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa,-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Nome Comum: Fipronil
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata-se de produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.
12. a.Nome do Titular: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda - São Paulo/ SP
b.Marca Comercial : Tebuconazole Técnico Oxon
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01212 conforme processo 21000.006507/2008-11
d.Fabricante: Astec Lifesciences Limited- Índia
e.Nome Químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol
Nome Comum: Tebuconazole (Tebuconazol)
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata-se de produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: I- Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
13. a.Nome do Titular: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) - Brasília - DF
b.Marca Comercial : Tricovab
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01312 conforme processo 21000.007506/2010-08
d.Fabricante/Formulador: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac)-Itabuna/BA
e.Nome Químico: Não se aplica
Nome Comum: (Nome biológico): Trichoderma stromaticum Samuels&Pardo- Schultheiss CEPLC 3550
f.Nome científico, no caso de agente biológico : Trichoderma stromaticum Samuels&Pardo- Schultheiss CEPLC 3550
g.Indicação de uso: Indicado para a cultura de Cacau.
h.Classificação toxicológica: IV- Pouco Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV- Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente
14. a.Nome do Titular: Milenia AgroCiências S.A- Londrina/PR
b.Marca Comercial : Fipronil Técnico Mil
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01412 conforme processo 21000.011417/2010-58
d.Fabricante: Makhteshim Chemical Works Ltd- Israel
Dalian Raiser Pesticides Co. Ltd- Chinal
e.Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Nome Comum: Fipronil
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata-se de Produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
15. a.Nome do Titular: Ouro Fino Química Ltda- Uberaba/MG
b.Marca Comercial : Capatazbr
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01512 conforme processo 21000.001366/2009-12
d.Fabricante: Gharda Chemicals Limited- Índia
Dow Agrosciences India Pvt Ltd- Índia
Dow Agrosciences Ltd- Inglaterra
The Dow Chemical Company- EUA
Formulador: Ouro Fino Química Ltda-Uberaba/MG
Sipcam UPL Brasil S.A-Uberaba/MG
Servatis S.A- Resende/RJ
e.Nome Químico: O,O-diethyl O-3,5,6-trichloro-2-pyridyl phosphorothioate
Nome Comum: Clorpirifós
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Algodão, Café, Citros, Milho, Pastagem, Soja e Tomate
h.Classificação toxicológica: I- Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: I- Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente
16. a.Nome do Titular: Pilarquim BR Comercial Ltda - Barueri / SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b.Marca Comercial : Ichiban
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01612 conforme processo 21000.004034/2008-17
d.Fabricante: Pilarquim (Shanghai) Co. Ltd- P.R.China
Formulador: Pilarquim (Shanghai) Co. Ltd- P.R.China
Fersol Indústria e Comércio S.A-Mairinque/SP
Servatis S.A-Resende/RJ
Milenia Agrociências S.A- Londrina/PR
Milenia Agrociências S/A- Taquari/RS
Prentiss Química Ltda- Campo Largo/PR
Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba/MG
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda- Paulínia/SP
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A- Maracanaú/CE
UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.- Ituverava/SP
e.Nome Químico: Tetrachloroisophthalonitrile
Nome Comum: Clorotalonil
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Amendoim, Batata, Feijão e Tomate.
h.Classificação toxicológica: I- Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
17. a.Nome do Titular: Milenia Agrociências S.A- Londrina / PR
b.Marca Comercial : Epoxiconazol Técnico Milenia
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01712 conforme processo 21000.000309/2009-16
d.Fabricante: Makhteshim Chemical Works Ltda- Israel
e.Nome Químico: (2RS,3SR)-1-[3-2-chlorophenyl)-2,3-epoxy-2(4-fluorophenyl)propyl]-1H-1,2,4-triazole
Nome Comum: Epoxiconazole
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata-se de produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: III- Medianamente tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
18. a.Nome do Titular: Sabero Organics America Ltda - Belo Horizonte / MG
b.Marca Comercial : Glyweed
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01812 conforme processo 21000.011132/2007-11
d.Fabricante: Sabero Organics Gujarat Limited- India
Formulador: Sabero Organics Gujarat Limited- India
Arysta Lifescience do Brasil Ind. Quím. e Agropec. Ltda- Salto de Pirapora/SP
Iharabras S.A Indústrias Químicas-Sorocaba/SP
Sipcam UPL Brasil S.A-Uberaba/MG
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A-Maracanaú/CE
Fersol Indústria e Comércio S.A- Mairique/SP
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda- Paulínia/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
Prentiss Química Ltda- Campo Largo/PR
e.Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Nome Comum: Glifosato
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Café, Cana de açúcar, Milho e Soja.
h.Classificação toxicológica: I- Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
19. a.Nome do Titular: FMC Química do Brasil Ltda - Campinas /SP
b.Marca Comercial : Savana
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 01912 conforme processo 21000.001359/2009-11
d.Fabricante: FMC Corporation- EUA
Shangai Baoda Veterinary Pharmaceutical Co. Ltd- China
Jiangsu Lianhe Chemical Technology Co. Ltd- China
Zhejiang Lianhe Chemical Technology Co. Ltd - China
Formulador: FMC Química do Brasil Ltda- Uberaba/MG
Arysta Lifescience do Brasil Ind. Química e Agropecuária Ltda- Salto de Pirapora/SP
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda-Paulínia/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A- Maracanaú/CE
Indústrias Químicas Lorena Ltda- Roseira/MG
Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba/MG
Fersol Indústria e Comércio S.A- Mairique/SP
e.Nome Químico: 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethyl-1,2-oxazolidin-3-one+ethyl(RS)-2-chloro-3-[2-chloro-5-[4-(difluoromethyl)-4,5-dihydro-methyl-5-oco-1H-1,2,4-triazol-1-yl]-4-fluorophenyl]propionate
Nome Comum: Clomazona+Carfentrazona-Etílica
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para a cultura de Eucalipto
h.Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.
20. a.Nome do Titular: Biesterfeld do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - São Paulo / SP
b.Marca Comercial : Glifosato Técnico Biesterfeld
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 02012, conforme processo 21000.0009296/2008-60
d.Fabricante: Jiangsu Good Harvest Weien Agrochemical Co. Ltd - China
e.Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Nome Comum: Glifosato
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata-se de Produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: I-Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
21. a.Nome do Titular: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda - Porto Alegre / RS
b.Marca Comercial : Atrazina Tecnico Rainbow
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 2112, conforme processo 21000.009265/2009-90
d.Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd - China
e.Nome Químico: 6-chloro-N2 -ethyl-N4 -isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Nome Comum: Atrazina
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata-se de Produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: III- Medianamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
22. a.Nome do Titular: Bioeffect Controle Biológico de Pragas Ltda- Votuporanga / SP
b.Marca Comercial : Cotésia Flavipes Bioeffect
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 02212, conforme processo 21000.013268/2011-42
d.Fabricante: Bioffect Controle Biológico de Pragas Ltda- Votuporanga/SP
e.Nome Químico: Não se aplica
Nome Comum: Cotesia flavipes
f.Nome científico, no caso de agente biológico : Cotesia flavipes (vespa endoparasitóide)
g.Indicação de uso: Produto indicado para a cultura de Cana-de-açucar
h.Classificação toxicológica: Não se determina devido a natureza do produto (Inimigos Naturais)
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV- Produto Pouco Perigoso ao meio ambiente
23. a.Nome do Titular: Arysta LifeScience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda - São Paulo / SP
b.Marca Comercial : Centauro
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 02312, conforme processo 21000.009773/2005-44
d.Fabricante: Arysta LifeScience Corporation- Japão
Zhejiang Linghua Industry Co., Ltd- China
Jiahua Chemicals Corporation- China
Nagarjuna Agrichem Limited- Índia
Rallis India Ltd- Índia
Formulador: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda-Salto de Pirapora/SP
FMC Química do Brasil Ltda- Uberaba/MG
Iharabrás S.A Indústiras Químicas- Sorocaba/SP
Indústrias Químicas Lorena Ltda- Roseira/SP
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A- Maracanaú/CE
e.Nome Químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate
Nome Comum: Acephate (Acefato)
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Algodão, Amendoim, Batata, Couve-flor, Couve, Brócolis, Feijão, Fumo, Pimentão, Soja, Tomate, Rosa, Crisântemo, Cravo, Citros e Melão.
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
24. a.Nome do Titular: Rotam do Brasil Agroquímica e Produto Agrícola Ltda- Campinas / SP
b.Marca Comercial : Lobster 50 EC
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 2412 conforme processo 21000.011301/2008-02
d.Fabricante: Tianjin Rotam Chemical Co. Ltd- China
Formulador: Jiangsu Rotam Chemistry Co. Ltd- China
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda-Paulínia/SP
Fersol Indústria e Comércio S.A- Mairinque/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
FMC Química do Brasil Ltda- Uberaba/MG
e.Nome Químico: Reaction product comprising equal quantities of (S)-a-cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoro prop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (R)-a-cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate
Nome Comum: Lambda-Cialotrina
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para a cultura de Algodão, Milho, Soja e Tomate
h.Classificação toxicológica: I- Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: I- Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente
25. a.Nome do Titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda - Porto Alegre / RS
b.Marca Comercial : Pampa
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 02512 conforme processo 21000.007948/2009-11
d.Fabricante: Jiamusi Heilong Agricultural and Industrial Chemical Co. Ltd- China
Zhejiang Yongnong Chemical Industrial Co., Ltd- China
Formulador: Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba/MG
Prentiss Química Ltda- Campo Largo/PR
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda-Paulínia/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
Nortox S.A- Arapongas/PR
Nortox S.A- Rondonópolis/MT
Zhejiang Yongnong Chemical Industrial Co., Ltd- China
e.Nome Químico: Sal Trietanolamina do acido 4-amino 3,5,6 tricloropiconílico + Sal trietanolamina do acido 2,4- diclorofenoxiacético
Nome Comum: Picloram, sal trietanolamina + 2,4-D, sal trietanolamina
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Arroz e Pastagem
h.Classificação toxicológica: I- Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
26. a.Nome do Titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda - Porto Alegre / RS
b.Marca Comercial : Facca
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 02612 conforme processo 21000.008094/2009-81
d.Fabricante: Jiamusi Heilong Agricultural and Industrial Chemical Co. Ltd - República Popular da China
Zhejiang Yongnong Chemical Industrial Co., Ltd- República Popular da China
Formulador: Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba/MG
Prentiss Química Ltda- Campo Largo/PR
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda- Paulínia/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
Nortox S.A- Arapongas/PR
Nortox S.A- Rondonópolis/MT
Zhejiang Yongnong Chemical Industrial Co., Ltd- China
e.Nome Químico: Sal trietanolamina do acido 4-amino 3,5,6 trricloropiconilico + sal tritanolamina do acido 2,4- diclofenoxiacético
Nome Comum: Picloram, sal trietanilamina + 2,4-D, sal trietanolamina
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Arroz e Pastagem
h.Classificação toxicológica: I- Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.
27. a.Nome do Titular: Alta-América Latina Tecnologia Agrícola Ltda- Curitiba /PR
b.Marca Comercial : Fipronil Técnico Alta
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 02712 conforme processo 21000.004302/2011-98
d.Fabricante: GSP Crop Science Private Limited- Índia
Sinochem Ningbo Ltd- China
jiangsu Changqing Agrochemical Co., Ltd-China
e.Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Nome Comum: FIPRONIL
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata-se de Produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
28. a.Nome do Titular: BASF S.A. - São Paulo / SP
b.Marca Comercial : Teor ® 800 WG
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 02812 conforme processo 21000.000254/2007-82
d.Fabricante: BASF Agri Production SAS - França
Formulador: Basf S.A- Guaratinguetá/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
e.Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Nome Comum: FIPRONIL
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Batata e Cana-de-açucar
h.Classificação toxicológica: II- Altamente tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
29. a.Nome do Titular: BASF S.A - São Paulo / SP
b.Marca Comercial : Salasat ® 800
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 02912 conforme processo 21000.004041/2007-57
d.Fabricante: BASF Agri Production SAS - França
Formulador; Basf S.A- Guaratinguetá/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
e.Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Nome Comum: Fipronil
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso:Indicado para as culturas de Batata e cana-de-açúcar

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
30. a.Nome do Titular: BASF S.A - São Paulo/SP
b.Marca Comercial : Salasat ®
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 03012 conforme processo 21000.000253/2007-38
d.Fabricante: BASF Agri Production SAS - França
Formulador: Basf S.A- Guaratinguetá/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
e.Nome Químico: (RS)-5- amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-pl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Nome Comum: FIPRONIL
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Batata e cana-de-açúcar
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso Ao Meio Ambiente
31. a.Nome do Titular: BASF S.A - São Paulo /SP
b.Marca Comercial : Teor ®
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 03112 conforme processo 21000.000255/2007-27
d.Fabricante: BASF Agri Production SAS - França
Formulador: Basf S.A- Guaratinguetá/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
e.Nome Químico: (RS)-5- amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Nome Comum: Fipronil
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Batata e Cana-de-açúcar
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
32. a.Nome do Titular: Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda - Campinas / SP
b.Marca Comercial : Stoy 40 SC
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº03212, conforme processo 21000.009294/2008-71
d.Fabricante: Jiangsu Rotam Chemistry Co. Ltd - China
Formulador: Jiangsu Rotam Chemistry Co. Ltd- China
Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda-Paulínia/SP
Fersol Indústria e Comércio S.A- Mairinque/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
FMC Química do Brasil Ltda- Uberaba/MG
e.Nome Químico: 2-(4,6-dimethoxypyrimidin-2-ylcarbamoyl sulfamoyl)-N,N-dimethylnicotinamide
Nome Comum: Nicossulfurom
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para a cultura de Milho
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
33. a.Nome do Titular: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - São Paulo / SP
b.Marca Comercial : Caparol
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 03312 conforme processo
21000.002020/2010-75
d.Fabricante: Ciba Speciality Chemicals Corporation- EUA
Omnium (Divisão de Fabricação de Produtos para Proteção à agricultura da Agriliance, Lcc)- EUA
Formulador: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - Paulínia /SP
Syngenta Crop Protection Monthey S.A- Suíça
Syngenta Crop Protection INC - EUA
Syngenta Crop Production France S.A.S - França
e.Nome Químico: N2,N4-di-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4,diamine
Nome Comum: Prometrina
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para a cultura de Algodão
h.Classificação toxicológica: III- Mediamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
34. a.Nome do Titular: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - São Paulo / SP
b.Marca Comercial : Arbaten
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 03412 conforme processo 21000.002019/2010-41
d.Fabricante: Ciba Speciality Chemicals Corporation - EUA
Omnium (Divisão de Fabricação de Produtos para Proteção à Agricultura da Agriliance, Lcc)- EUA
Formulador: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda- Paulínia/SP
Syngenta Crop Protection Monthey S.A- Suíça
Syngenta Crop Protection INC- EUA
Syngenta Production France S.A.S- França
e.Nome Químico: N2,N4-di-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Nome Comum: Prometrina
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para a cultura de Algodão
h.Classificação toxicológica: III- Medianamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
35. a.Nome do Titular: BASF S.A- São Paulo /SP
b.Marca Comercial : Teor® WG
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 03512 conforme processo 21000.004015/2007-00
d.Fabricante: BASF Agri Production SAS - França
Formulador: Basf S.A- Guaratinguetá/SP
Servatis S.A- Resende/RJ
e.Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Nome Comum: Fipronil
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Batata e Cana de açúcar
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
36. a.Nome do Titular: Cross Link Consultoria e Comércio Ltda - Barueri / SP
b.Marca Comercial : Glifosate ZLG Técnico
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 03612 conforme processo 21000.005812/2009-68
d.Fabricante: Jingma Chemicals Co., Ltd - China
e.Nome Químico: N-(prosphonomethyl) glicine
Nome Comum: Glifosato
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata-se de Produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: I-Extremamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
37. a.Nome do Titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda- Porto Alegre / RS
b.Marca Comercial : Nicossulfuron Técnico R-BRA
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 03712 conforme processo 21000.001818/2010-08
d.Fabricante: Jingsu Report Pesticide Factory Co. Ltd - China
e.Nome Químico: 2-(4,6-dimethoxypyrimidin-2-ylcarbamoyl sulfamoyl)-N,N-dimethylnicotinamide
Nome Comum: Nicossulfuron
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata- se de Produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: III- Medianamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
38. a.Nome do Titular: AllierBrasil Agro Ltda - São Paulo/SP
b.Marca Comercial : Grassato
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 03812 conforme processo 21000.007006/2010-68
d.Fabricante: Huikwang Corporation- Taiwan
Formulador: Prentiss Química Ltda- Campo largo/PR
Sipcam UPL Brasil S.A-Uberaba/MG
Servatis S.A-Resende/RJ
Huikwang Corporation-Taiwan
CHD's Agrochemicals SAIC- Paraguai
Shanghai Hui Kwang Chemical Co., Ltd-China
e.Nome Químico: Sal de Isopropilamina de N-(phosphonomethyl)glycine
Nome Comum: Grifosato, sal de Isopropilamina de N-(phosphonomethyl)glycine
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Algodão, Cana de açúcar, Café, Milho e Soja.
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente
39. a.Nome do Titular: Helm do Brasil Mercantil Ltda - São Paulo/SP
b.Marca Comercial : Azoxystrobin Técnico Helm
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº 03912 conforme processo 21000.000592/2010-10
d.Fabricante: Bhagiradha Chemicals & Industries Ltd - Índia
e.Nome Químico: methyl (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-3-methoxyacrylate
Nome Comum: Azoxystrobin
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Trata- se de Produto Técnico Equivalente
h.Classificação toxicológica: III- Medianamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
40. a.Nome do Titular: AllierBrasil Agro Ltda - São Paulo / SP
b.Marca Comercial : Grassato SL
c.Resultado do pedido:Deferido, concedido registro nº04012, conforme processo 21000.006578/2010-20
d.Fabricante: Huikwango Corporation - Taiwan
Formulador: Prentiss Química Ltda- Campo Largo/PR
Sipcam UPL Brasil S.A- Uberaba/MG
Servatis S.A- Resende/RJ
Huikwang Corporation-Taiwan
CHD's Agrochemicals SAIC- Paraguai
Shanghai Hui Kwang Chemical Co., Ltd- China
e.Nome Químico: Sal de Isopropilamina de N-(phosphonomethyl) glycine
Nome Comum: Grifosaro, Sal de Isopropilamina
f.Nome científico, no caso de agente biológico : não se aplica.
g.Indicação de uso: Produto indicado para as culturas de Algodão, Café, Cana-de-açúcar, Milho, e Soja.
h.Classificação toxicológica: II- Altamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto Perigoso ao Meio Ambiente

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador-Geral

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.383/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 155ª Reunião Ordinária, ocorrida em 20/09/2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002104/2012-15
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Av. Nações Unidas, 12901 - Torre Norte - 7º e 8º andares - CEP: 04578-000 - São Paulo -SP
Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pedido para conduzir liberação planejada no meio ambiente de cana de açúcar geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante a herbicidas, concluiu pelo DEFERIMENTO. O ensaio será conduzido na unidade operativa de Santa Helena de Goiás/GO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.384/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 155ª Reunião Ordinária, ocorrida em 20/09/2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002927/2012-32
Requerente: Du Pont do Brasil SA - Divisão Pioneer Sementes
CNPJ: 61.064.929/0043-28
Endereço: SGAS 902, Lt. 74, Conjunto B, Salas 2221-224, Bloco A Ed. Athenas, Asa Sul, Brasília-DF
Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente de OGM
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pedido para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante a herbicidas, eventos combinados DP-082117-3 x MON 04032-6, concluiu pelo DEFERIMENTO. Os ensaios serão conduzidos nas unidades operativas de Brasília/DF; Sorriso/MT; Palmas/TO e Primavera do Leste/MT.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.385/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 155ª Reunião Ordinária, ocorrida em 20 de setembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000034/2006-12

Requerente: ArborGen Tecnologia Florestal Ltda.

CNPJ: 06.950.451/0001-76

Endereço: Rua. Dr. Emílio Ribas, 174 - salas 81 e 82 - Edifício Espaço Grenoble, Cambui, Campinas-SP

Assunto: Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança-CQB

Extrato Prévio: nº 3229/2012, publicado em 26/06/2012

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação de Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança -CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A ArborGen Tecnologia Florestal Ltda. solicitou à CTNBio incluir no CQB 225/06 a área localizada na Chácara Santo Antônio no município de Itapetininga em São Paulo - SP para realizar atividades de liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação do produto, detecção e identificação de OGM, descarte e armazenamento com plantas pertencentes à classe de risco I. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade NÃO É potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.386/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 155ª Reunião Ordinária, ocorrida em 20 de setembro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002520/2012-13

Requerente: Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B salas 221 a 224, bloco A - Ed. Athenas, Brasilia - DF

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente e importação

Extrato Prévio: nº 3265/2012, publicado em 08/08/2012

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e importação de soja geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas evento DP-082117-3 x MON-04032-6 x DAS-68416-4 e MON-04032-6. Os ensaios serão conduzidos no Centro de Pesquisa da Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes, localizado em Sorriso/MT.

Fica autorizada a importação de 0,8 Kg de sementes oriundas dos Estados Unidos (Havaí e/ou Porto Rico) com local de quarentena previsto para CENARGEN. A requerente deverá obedecer as Normas para o Transporte de Organismos Geneticamente Modificados (Instrução Normativa 04/1996) na ocasião da movimentação do material em território nacional.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 24 de setembro de 2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 155ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 20/09/2012, que de acordo com a Portaria nº 373, publicada no DOU de 03/06/2011, foram deferidos os pedidos de sigilo para as informações contidas nos Relatórios Anuais da BASF S.A - Processo 01200.003812/1997-56 (Relatório Anual 2011 - Anexo 2); Monsanto do Brasil Ltda. - Processo 01200.003966/1996-49 (Relatório Anual 2011 - Anexo 1).

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 155ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 20/09/2012, que de acordo com a Portaria nº 373, publicada no DOU de 03/06/2011, foram deferidos os pedidos de sigilo para as informações contidas nos relatórios de conclusão de liberação planejada no meio ambiente, processo nº 01200.003885/2008-71 (Anexo 1); processo nº 01200.003639/2008-19 (Anexo 1); processo 01200.003369/2009-27 (Anexo 1) e processo: 01200.000080/2010-90 (Anexo 1).

FLÁVIO FINARDI FILHO

Ministério da Cultura

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 300, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Presidente em exercício da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Presidente da Funarte, nos termos da Portaria nº 279A, de 13/09/2012, publicada no DOU de 17/09/2012, em conformidade com a Portaria n° 162, de 29/06/2012, publicada no DOU de 02/07/2012, que regulamentou o Edital de Ocupação do Teatro Dulcina/2012, resolve tornar público o seu resultado final:

Projeto	Proponente	Cidade	UF	Nota
DULCINA EM CENA	NKV PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E EVENTOS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ	393
DULCINA ENCANTA A CIDADE	TURBILHÃO DE IDEIAS CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ	380
PODE ENTRAR!	ENTRE EXPERIÊNCIA CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ	357
DULCINA NO PLURAL	REALEJO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	RIO DE JANEIRO	RJ	350
CENTRO DE ATRAÇÕES	GOG E MAGOG PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ	338
OCUPAÇÃO PREVILEGIADA	PRIVILEGIADO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	RIO DE JANEIRO	RJ	331
VERÃO NO DULCINA	ASSOCIAÇÃO CULTURAL PANORAMA	RIO DE JANEIRO	RJ	317
ENCONTROS... O QUE É QUE O DULCINA TEM?	GENE INSANO COMPANHIA DE TEATRO (GI PRODUÇÕES CULTURAIS)	RIO DE JANEIRO	RJ	312
VOCÊ É CHIQUE	FOMENTA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ	311
MUSICAIS BRASILEIROS	NOVO SÉCULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ	310
SHAKESPEARE TOTAL	PROJÉTEIS COOPERATIVA CARIOCA DE EMPREENDEDORES CULTURAIS	RIO DE JANEIRO	RJ	308
KÛMPANIA DI CARMEM	KÛMPANIA DI CARMEM PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ	218
A ARTE NO PODER	ARK X PRODUÇÕES E COMUNICAÇÕES LTDA	SÃO GONÇALO	RJ	185

ANTONIO GILBERTO PORTO FERREIRA

PORTARIA Nº 301, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Presidente em exercício da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Presidente da Funarte, nos termos da Portaria nº 279A, de 13/09/2012, publicada no DOU de 17/09/2012, em conformidade com a Portaria n° 166, de 29/06/2012, publicada no DOU de 02/07/2012, que regulamentou o Edital de Ocupação do Galpão 3 da Funarte MG/2012, resolve tornar público o seu resultado final:

Título Projeto	Nome do Proponente	CIDADE	UF	Total
I Mostra de Artes Cênicas Benjamin de Oliveira	Associação Burlantins	Belo Horizonte	MG	393
Estação das Artes Cênicas	Associação Movimento Teatro de Grupo de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG	374
Levante	Napele Produções Artísticas Ltda	Belo Horizonte	MG	366
Insight Cultural	Insight Comunicação e Cultura Ltda	Contagem	MG	342
Funarte - Estação das Artes	Associação Crepúsculo Arte, Saúde e Educação sem Barreiras	Belo Horizonte	MG	301
Da infância a terceira idade: Artes Cênicas para todas as idades	Audio Light - Produções Culturais, Locação e Comércio de Equipamentos de Som e Luz Ltda	Belo Horizonte	MG	224

ANTONIO GILBERTO PORTO FERREIRA

PORTARIA Nº 302, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Presidente em exercício da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Presidente da Funarte, nos termos da Portaria nº 279A, de 13/09/2012, publicada no DOU de 17/09/2012, em conformidade com a Portaria n° 165, de 29/06/2012, publicada no DOU de 02/07/2012, que regulamentou o Edital de Ocupação do Teatro Plínio Marcos/2012, resolve tornar público o seu resultado final:

Projeto	Proponente	Cidade	UF	Nota
EM CENA NO PLANALTO	STUDIO ZISS SOCIEDADE CIVIL E LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ	**282**
ARTES CÊNICAS MÊS A MÊS O QUE BRASÍLIA AINDA NÃO VIU!	GRUPO ORIUNDO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	BELO HORIZONTE	MG	**222**
PER VERSOS	OLHAR MÍDIA E PROPAGANDA LTDA.	BRASÍLIA	DF	**142**

ANTONIO GILBERTO PORTO FERREIRA

PORTARIA Nº 303, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Presidente em exercício da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Presidente da Funarte, nos termos da Portaria nº 279A, de 13/09/2012, publicada no DOU de 17/09/2012, em conformidade com a Portaria n° 169, de 29/06/2012, publicada no DOU de 02/07/2012, que regulamentou o Edital de Ocupação da Sala Renée Gumiel/2012, resolve tornar público o seu resultado final:

Proponente	Projeto	Cidade	UF	Nota
Sala de Produção Ltda	Diálogos de Dança	São Paulo	**SP**	**340**
Associação Dita	Intencidades	Fortaleza	**CE**	**255**

ANTONIO GILBERTO PORTO FERREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 304, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Presidente em exercício da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Presidente da Funarte, nos termos da Portaria nº 279A, de 13/09/2012, publicada no DOU de 17/09/2012, em conformidade com a Portaria n° 168, de 29/06/2012, publicada no DOU de 02/07/2012, que regulamentou o Edital de Ocupação do Teatro de Arena Eugênio Kunest/2012, resolve tornar público o seu resultado final:

Proponente	Projeto	Cidade	UF	Nota
Tô Ligado Eventos e Produções Ltda.	Nova Dramaturgia da Melanina Acentuada	Salvador	**BA**	**383**
Cooperativa Paulista de Teatro - Grupo Caldeirão	Puras Misturas - Hibridismo e Diversidade na Cena Teatral	São Paulo	**SP**	**376**
Cooperativa Paulista de Teatro / Fraternal Cia. de Arte e Malas Artes	Fraternal Companhia de Artes e Malas Artes: 20 Anos do Projeto Comédia Popular Brasileira - A Reflexão pelo Riso	São Paulo	**SP**	**368**
Cooperativa Paulista de Teatro / Cia. Letras em Cena	Plínio em Cena	São Paulo	**SP**	**319**
Cooperativa Paulista De Teatro - Jhaíra	Arena das Palavras - Dramaturgia Lusófona Contemporânea	São Paulo	**SP**	**304**
Cooperativa Paulista de Teatro - Novos Baianos	Novos Baianos Passeiam na tua Garoa	São Paulo	**SP**	**297**
Cooperativa Paulista de Teatro - Cia.Iya Tunde de Teatro	Aldeia - Cia. Iya Tunde de Teatro	São Paulo	**SP**	**280**

ANTONIO GILBERTO PORTO FERREIRA

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 125, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

12 6160 - IGUAÇU, O GRANDE RIO DO PARANÁ
Eduardo Emílio Fenianos
CNPJ/CPF: 839.155.169-53
Processo: 01400.016730/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 414.260,10
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Realização de um documentário de 40 minutos sobre o Rio Iguaçu, principal rio do Estado do Paraná.

12 5790 - CANAL PEQUENO PRÍNCIPE
Ety da Conceição Gonçalves Forte
CNPJ/CPF: 819.422.739-91
Processo: 01400.016220/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 268.190,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Realização de oficinas de cinema com crianças e jovens pacientes do Hospital Pequeno Príncipe, tendo como produto final um DVD.

12 6470 - Uretano no Asfalto Início do Skateboard nos anos 70
Luiz Fernando da Silva
CNPJ/CPF: 934.253.768-53
Processo: 01400.017287/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 537.570,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 70 minutos, sobre o início do skate em São Paulo nos anos 70.

12 5713 - Projeto Nutriamigos
PEN - PROGRAMA DE EDUCACAO NUTRICIONAL LTDA
CNPJ/CPF: 03.490.097/0001-56
Processo: 01400.016109/20-12
SP - Bauru
Valor do Apoio R$: 1.163.790,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Produção de um kit cultural para crianças composto por 1 DVD com desenhos animados, 1 CD de músicas, 1 encarte impresso e 1 CD com arquivos de tarefas.

ANEXO II

12 5938 - REVISTAPONTOCOM
PLANETAPONTOCOM
CNPJ/CPF: 06.992.318/0001-82
Processo: 01400.016422/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 295.800,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Ampliação dos conteúdos de uma revista on-line sobre cultura, educação, mídia e avanços e impactos socioculturais das novas tecnologias.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 543, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 6343 - FESTIVAL ESTUDANTIL DE ARTE E CULTURA AIR Marketing e Entretenimento LTDA
CNPJ/CPF: 10.229.460/0001-40
Processo: 01400.017101/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 856.590,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Promover o Festival Estudantil de Arte e Cultura em dez diferentes cidades do Paraná com ações exclusivas de fomento a arte com destaque para o Teatro. Dança, fotografia e poesia também serão contempladas. Ao todo, serão 200 apresentações de Dança, 200 de Teatro, 200 fotografias expostas e 200 poesias publicadas.

12 4923 - Cultura Acessível: Onde tem Arte eu Vou - 2012
Passatempo Educativo
CNPJ/CPF: 07.734.376/0001-79
Processo: 01400.012769/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 305.190,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Cultura Acessível realizado desde 2011,foi classificado ao Prêmio Arte e Cultura Inclusiva Edição Albertina Brasil.Possibilita às pessoas com necessidades especiais,vinculadas a centros de reabilitação a participação no circuito cultural de uma forma acessível,oferecendo as condições para estimular suas potencialidades e interesses.Visita a museus, parques, exposições, esquetes teatrais através do desenvolvimento de aspectos perceptivo/sensoriais como recursos disponíveis em Braille,Libras,etc

12 5956 - Saberes da Dança - Oficinas e Mostra Didática
Instituto de Pesquisa da Arte pelo Movimento
CNPJ/CPF: 13.310.879/0001-10
Processo: 01400.016440/20-12
SC - Joinville
Valor do Apoio R$: 66.627,40
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Oficinas Culturais em diversos gêneros de dança a serem oferecidas gratuitamente a aproximadamente 200 estudantes de dança, bailarinos amadores e profissionais e professores de dança de Joinville/SC. Os professores-ministrantes são convidados vindos de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Herval d'Oeste/SC e Montevidéu/Uruguai. Serão 04 dias de oficinas culminando com uma Mostra Didática, seguida por um debate tendo como tema "O Processo Criativo na Dança".

12 5030 - OS REIS DO RISO
Idéias & Ideais Produções Artísticas S/C Ltda
CNPJ/CPF: 02.982.342/0001-80
Processo: 01400.012945/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.502.828,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto irá gerar um espetaculo de qualidade com excelentes profissionais, e em sua maioria, com respeitada trajetoria e premiacao em suas áreas de sua atuação. Com texto de Neil Simon um dos mais importantes e premiado autor dos ultimos tempos (03 Oscars, Globo de OUro, Pulitzer e outros dezessete premios) e no elenco Pedro Paulo Rangel e Norival Rizzo sob a direcao de Jose Possi Neto.

12 6374 - PROJETO ARTESANATO CAPOEIRA IV
Instituto Educacional Profissionalizante de Mococa - Artesanato
CNPJ/CPF: 52.504.354/0001-77
Processo: 01400.017137/20-12
SP - Mococa
Valor do Apoio R$: 60.925,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Projeto tem por finalidade ser um instrumento para formação integral da criança e do adolescente, fortalecendo seus vínculos familiares e contribuindo na sua educação e no desenvolvimento físico, psíquico e social, valorizando a diversidade cultural, o conceito ético de justiça e cidadania

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
12 5756 - Amazonas Filarmônica - Série Guaraná Temporada 2012/2013
AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL - AADC
CNPJ/CPF: 13.659.617/0001-65
Processo: 01400.016166/20-12
AM - Manaus
Valor do Apoio R$: 1.069.433,48
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização da Nona Edição de concertos da Orquestra Amazonas Filarmônica e da Orquestra de Câmara do Amazonas, batizada de Série Guaraná. O projeto é uma iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, dedicado a difundir a música para todas as camadas sociais, visando a formação de novas platéias, o incentivo à Cultura, ao turismo e ao desenvolvimento sócio-econômico da região.

12 6234 - PREPARANDO PARA O FUTURO
FERNANDA BONAVOGHI DEMAZO
CNPJ/CPF: 253.504.518-47
Processo: 01400.016923/20-12
SP - São Lourenço da Serra
Valor do Apoio R$: 254.970,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A partir da constatação da indisponibilidade de espaços públicos destinado à formação musical na cidades de Itapecerica de Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba (grande São Paulo), desenvolveu-se em 2011 o projeto Preparando para o Futuro, contando exclusivamente com apoio da iniciativa privada. A proposta foi oferecida à 70 alunos oriundos de escolas públicas, com faixa etária entre 09 e 17 anos, que tiveram aulas de violino. Busca-se mecanismos que amplie o atendimento para até 400 alunos.

12 4970 - BANDA MARCIAL TRADICIONALISTA MURIALDO II
Instituto Leonardo Murialdo Centro Técnico Social
CNPJ/CPF: 88.637.780/0004-79
Processo: 01400.012840/20-12
RS - Caxias do Sul
Valor do Apoio R$: 116.580,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Temos a Banda Marcial Tradicionalistal gaúcha e Italiana, duas expressões culturais presentes em nossa região. Realizamos apresentações, Semana Farroupilha e outras. Queremos ampliar e qualificar o grupo e desenvolver um coral, para se apresentar juntamente com a Banda e separadamente.Possibilitaremos o ingresso de mais crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na Banda e no coral a partir deste projeto. Faremos 10(dez) apresentações, no mínimo.

12 5483 - PROJETO CANTOR DO FUTURO
RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS ME
CNPJ/CPF: 08.955.823/0001-82
Processo: 01400.015768/20-12
SC - São Lourenço do Oeste
Valor do Apoio R$: 135.000,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Formação de um coral de meninos e meninas cantoras com idades de 7 a 17 anos afim de suprir a carência, a médio prazo, de cantores em corais de adultos da cidade e região. Neste prazo teremos cantores capacitados para participar de corais de adultos com uma boa base de teoria musical, solfejo, técnica vocal e história da música.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12 6336 - Cultura para todos
Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes
CNPJ/CPF: 82.653.403/0001-02
Processo: 01400.017087/20-12
SC - Blumenau
Valor do Apoio R$: 388.940,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Oportunizar o acesso e a qualificação de alto nível em teatro, música e dança nas escolas do Teatro Carlos Gomes, por meio da oferta de 276 bolsas de estudos integrais e parciais para alunos de Blumenau e região de diversas faixas etárias e de renda.

12 5819 - Arte Instrumental
Alex Lameira Neves
CNPJ/CPF: 178.479.978-51
Processo: 01400.016265/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 248.767,41
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto trata-se da produção de um CD com 10 faixas de musicas instrumentais sendo clássicos da música brasileira compostas pela "Família Itiberê Zwarg", contendo no encarte as letras, comentários e créditos. A tiragem será de 3.000 (três mil) exemplares.

12 5134 - Projeto Concertos para Uberlândia
Viviane Terezinha Mion Bodaczny Taliberti
CNPJ/CPF: 504.226.189-34
Processo: 01400.014954/20-12
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 189.472,80
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar o Projeto Concertos para Uberlândia, promovendo uma Temporada de Concertos com artistas nacionais e internacionais, com apresentações voltadas para todo o público, incentivando o desenvolvimento da música erudita. Apoiar a profissionalização de jovens músicos através de Master Classes, Palestras e Oficinas, além de abrir espaço para que eles possam apresentar seu talento.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

12 5075 - A LINGUAGEM PELO MOVIMENTO - DUDA PENTEADO
Josilane Slaviero Me
CNPJ/CPF: 01.138.026/0001-63
Processo: 01400.014884/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 39.152,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:
Exposição de 10 a 12 telas e 35 desenhos em papel do artista Duda Penteado Trata-se de uma exposição acompanhada de obra poética em prosa e filosófica, cujo tema fundamental é a vida humana em todas as suas expressões artísticas, por meio do uso do movimento como imagem poética fundamental. As poesias serão apresentadas em grandes painéis impressos em 3 línguas; português, inglês e espanhol e para cada poesia haverá a interpretação gestual da obra de arte.

12 6385 - SUFOCO
LUIZA RIBEIRO PRODUCOES VISUAIS LTDA EM
CNPJ/CPF: 15.185.459/0001-84
Processo: 01400.017154/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 230.700,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A obra "Sufoco" é uma instalação que oferece à percepção, através de uma cama de vidro e relógios encapados com tecido preto, dados surreais a respeito do espaço e do tempo. Afinal o que é o tempo se não o instante em que se existe?

12 5637 - ARTE E PÚBLICO 4
Roselene Maria Peixe
CNPJ/CPF: 444.954.479-04
Processo: 01400.016007/20-12
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 203.762,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização de 06 exposições de artes visuais contemporâneas a serem realizadas. Dentre estas, ocorrerão 02 exposições de artistas atuantes no circuito nacional, 4 exposições selecionadas através de edital específico. Junto a cada exposição será realizado um trabalho de ação educativa e serão disponibilizados transportes para grupos.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

12 2845 - Centro Integrado de Cultura de Navegantes
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES - FMC
CNPJ/CPF: 04.238.035/0001-14
Processo: 01400.009702/20-12
SC - Navegantes
Valor do Apoio R$: 433.776,61
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O presente projeto se constitui num plano de reforma e adaptação do Pavilhão de Eventos "Milton Seara Muller", para que o espaço utilizado seja otimizado de forma a acomodar a Biblioteca Pública "Cruz e Sousa", a Escola de Arte "Profª Vilma Rebello Mafra", bem como, apresentações de espetáculos, de shows musicais, teatros e conferências culturais. O espaço também contará com uma galeria de arte e com uma sala de vídeo

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

12 6605 - O RAMBAM ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BRASILEIRA ISRAELITA YESHIVA TOMCHEI TMIMIM
CNPJ/CPF: 07.569.731/0001-00
Processo: 01400.017472/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 184.920,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto cultural destina-se a produção, edição e impressão de 1 livro de arte contendo a tradução do início da história de MOSHÊ MAIMÔNIDES, famoso filósofo judeu que viveu nos anos de 1200. A intenção de possibilitar o acesso a esta sabedoria foi o que motivou esta tão importante tradução.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)

12 5978 - FOBICÃO ESPACIAL II
Terra do Som - Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.340.976/0001-64
Processo: 01400.016464/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 891.800,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Dar continuidade a tradição do Trio Elétrico Armandinho, Dodô & Osmar (instituição), em se apresentar gratuitamente para o folião pipoca baiano e das mais diversas partes do Brasil e do mundo, que juntos formam na avenida um imenso rolo compressor humano, ao som da Banda Armandinho, Dodô & Osmar e do Trio Elétrico Fobicão.

12 6406 - 17º RODEIO INTERNACIONAL DO MERCOSUL; tradição e folclore
Faz - Assessoria Planejamento e Eventos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 94.584.216/0001-95
Processo: 01400.017176/20-12
RS - Viamão
Valor do Apoio R$: 405.880,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar o 17º Rodeio Internacional do MERCOSUL, seguramente um dos maiores eventos tradicionalistas do sul do País, visando fomentar este patrimônio cultural baseado na tradição e folclore do Estado. Este projeto irá destacar as lides artísticas do evento, enfocando os usos e costumes do gaúcho, através de suas danças, concursos artísticos, declamações, trovas, grupos musicais e a participação do artesanato, valorizando o homem do campo gaúcho com suas manifestações típicas.

12 6431 - PROJETO CULTURAL CANTORA MARIA LOPES
Maria Aparecida dos Santos Lopes
CNPJ/CPF: 027.880.098-01
Processo: 01400.017203/20-12
SP - Brotas
Valor do Apoio R$: 142.200,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Objetivo do projeto é conseguir possibilidade de captação de recursos para gravação de CD 12 faixas com 60 minutos de duração e prensagem de 2.200 cópias. A proposta é levar entretenimento de qualidade para o público sem distinção de classe e pessoas com necessidades especiais. Vamos levar a cultura a população sem distinção de classe, com entrada franca. O projeto visa com esta gravação do CD,gerar empregos a profissionais da área.

12 6344 - Reviva Bahia e Reviva Espírito Santo
MAYRA SANTOS CARVALHO RIBEIRO
CNPJ/CPF: 779.457.785-34
Processo: 01400.017102/20-12
ES - Serra
Valor do Apoio R$: 588.380,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto visa a realização de 3 shows musicais, com entrada gratuita, , com diversas bandas gospel, promovendo o acesso à cultura em evento gratuito, aberto a toda a comunidade.

12 5655 - MIX INDIGENANDO
Limongi Studio Ltda ME
CNPJ/CPF: 11.392.664/0001-60
Processo: 01400.016035/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.331.883,66
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produzir a turnê da cantora Ju Cassou com entrada gratuita, totalizando 15 shows. Haverá Juntamente com a produção de material áudio visual em DVD a tiragem de 3.000 (Três Mil) cópias para sua distribuição gratuita com o objetivo de difundir a cultura Indígena Guarani.

12 6419 - Movimento Cultural Tamar - Ubatuba
RCS Comunicação Integrada Ltda - EPP
CNPJ/CPF: 13.189.854/0001-00
Processo: 01400.017189/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 567.633,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto Movimento Cultural Tamar compreende a realização de 6 apresentações musicais. A programação traz nomes consagrados do cenário musical brasileiro, novos talentos, bandas contemporâneas regionais e folguedos tradicionais. Além disso, contempla a realização de 6 oficinas musicais para jovens das comunidades locais.

12 5624 - Nossos Músicos, Nossos Valores
Associação Cultural Desportiva e beneficente Fabrica de Talentos
CNPJ/CPF: 09.009.420/0001-03
Processo: 01400.015994/20-12
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 2.903.000,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto visa gerar a oportunidade de mostrar o trabalho de Músicos de Santa Catarina, com uma estrutura de Som e Iluminação, compatíveis com grandes espetáculos de artistas de renome nacional. Serão 40 apresentações, com 04 bandas formadas por musicos do nosso estado, onde serão captadas imagens e som para resultar na produção de CDs e DVDs que servirão de elementos de divulgação e promoção destes artistas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)

12 5114 - A Harmonia do Papel
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTROFIA MUSCULAR
CNPJ/CPF: 47.309.836/0001-36
Processo: 01400.014932/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 169.075,00
Prazo de Captação: 25/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Exposição de arte em papel, com obras realizadas por portadores de distrofia muscular. As peças serão ministrada pelo artista plástico Carlos Eduardo Mac Quillin em parceria com terapeutas ocupacionais. Ao final do projetos teremos capacitado profissionalmente os participantes da oficina e as obras criadas serão de cada autor.

PORTARIA Nº 544, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 2828 - Piollin Escola
Centro Cultural Piollin
CNPJ/CPF: 09.291.279/0001-84
PB - João Pessoa
Período de captação: 01/09/2012 a 31/12/2012

PORTARIA Nº 545, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a redução de Valor em favor dos projetos culturais relacionados no anexo a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
06 9460 - Ponte Hercílio Luz - Uma Obra de Engenharia
Associação Cultural Brasil - Santa Catarina
CNPJ/CPF: 03.680.305/0001-80
SC - Florianópolis
Valor reduzido em R$: 44.202,75

PORTARIA Nº 546, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do nome dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 10 5570 - "RIBOMBANTE", publicado na portaria n° 0685/10 de 13/12/2010, publicada no D.O.U. em 14/10/2010, para "Olhar Submarino - Dodô Ferreira".

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 752/GC3, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Altera dispositivos da Portaria nº 913/GC3, de 21 de setembro de 2009.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV, do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto na ICA 700-1 "Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica", aprovada pela Portaria nº 839/GC3, de 29 de agosto de 2006, e considerando o que consta do Processo nº 67050.009567/2012-79, resolve:

Art. 1º Os artigos 4º, 5º e 11. da Portaria n° 913/GC3, de 21 de setembro de 2009, que "Dispõe sobre o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro", passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4° A normatização, a coordenação, a supervisão e a fiscalização das atividades constantes do art. 2º, exceto as relacionadas à COM, são de responsabilidade exclusiva do DECEA.

Art. 5º A normatização, a coordenação, a supervisão e a fiscalização da COM são de responsabilidade do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), Órgão Central do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) e do DECEA, coordenados entre si, em seus respectivos níveis de atuação.

Art. 11. Para fins de atendimento às exigências das atividades de vigilância, controle e defesa aérea, o espaço aéreo brasileiro está estruturado em Regiões de Defesa Aeroespacial (RDA).

Parágrafo único. A cada RDA corresponde um Órgão de Controle de Operações Aéreas Militares Principal (OCOAMP)". (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2.348, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:

Retificar os termos da Portaria GR nº 842, de 27/3/2012, publicada no DOU de 04/4/2012, que homologou resultado para o cargo de Professor Temporário, objeto do Aviso de Seleção nº 01, de 23/1/2012, especificamente no nome da candidata aprovada, onde se lê: "...Mirella Souza e Silva..., Leia-se: "...MIRELLA SOUSA E SILVA...".

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Estabelece orientações, diretrizes e critérios para a implantação e execução da formação continuada no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, bem como orientações e diretrizes quanto à assistência financeira destinada às Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de cursos de formação de técnicos das Secretarias de Educação e de conselheiros escolares.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Constituição Federal de 1988 - art. 214; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; Lei Orçamentária Anual - LOA; Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007; Portaria MEC nº. 2896, de 16 de setembro de 2004; Portaria MEC nº. 1243, de 30 de dezembro de 2009; Resolução CD/FNDE nº 24, de 16 de agosto de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelos arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto n.º 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, e pelos arts. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b"; 5º, caput; e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. de 2 de outubro de 2003, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do FNDE realizada no dia 31 de maio de 2012, e o que consta nos autos do processo administrativo nº 23034.005849/2012-20 e,

CONSIDERANDO a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, pela Portaria Ministerial nº 2.896/2004, que visa ao desenvolvimento de ações de fomento para a implantação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

CONSIDERANDO o desafio de alcançar, em 2022, um nível de desenvolvimento da educação básica equivalente à média dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE),

CONSIDERANDO a necessidade e relevância da continuidade do processo de formação continuada de técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e de conselheiros escolares,

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N°. 9394/96), define, no seu artigo 63, que os institutos superiores de educação deverão manter "programas de formação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis", resolve, "ad referendum":

Art. 1° Estabelecer as orientações, diretrizes e critérios para a implantação e execução da formação continuada no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, bem como os critérios e os procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, parceiras da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC na execução do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, criado pela Portaria/MEC nº 2.896, de 16 de setembro de 2004, tendo em vista a execução de ações relativas à formação continuada de técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e de conselheiros escolares.

I - DOS OBJETIVOS E DO PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA

Art. 2º O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares tem por objetivo fomentar a implantação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, por meio da elaboração de material didático específico e da formação continuada, presencial e a distância, para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e para conselheiros escolares, de acordo com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação, envolvidos com a gestão democrática, visando a:

I - instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas e ações de implantação e fortalecimento de Conselhos Escolares;

II - promover a formação continuada dos profissionais das secretarias estaduais e municipais de educação e dos conselheiros escolares, na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação básica com qualidade, socialmente referenciada;

III - estimular o desenvolvimento de práticas de gestão democrática que contribuam para ampliar e qualificar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;

IV - estimular a integração entre os Conselhos Escolares;

V - apoiar os Conselhos Escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;

VI - promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para garantir a qualidade social da educação.

Art. 3° O público-alvo dos cursos de formação continuada do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares é constituído por técnicos das secretarias de educação e por conselheiros escolares das escolas públicas da educação básica.

II - DOS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 4° Os cursos de formação continuada oferecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares são: formação de técnicos das secretarias de educação, Fase I e Fase II; formação de conselheiros escolares - módulo introdutório; e formação de conselheiros escolares - módulos temáticos.

III - DO CURSO DE FORMAÇÃO DE TÉCNICOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO

Art. 5° O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, com o auxílio do FNDE, prestará assistência financeira, por meio de descentralização de créditos orçamentários às Instituições Federais de Ensino Superior, parceiras da SEB/MEC, que ofertarem cursos de formação de técnicos das secretarias de educação.

Art. 6º O curso de formação de técnicos das secretarias de educação visa à capacitação dos agentes que atuarão como formadores de servidores públicos efetivos das redes municipais de ensino, servidores esses que serão qualificados em cursos específicos para a formação de conselheiros escolares e, de acordo com as condições descritas no art. 14, poderão atuar na rede de tutoria do programa, organizada no plano estadual ou distrital e responsável pela capacitação direta de conselheiros escolares nas escolas e nas localidades.

Parágrafo único. O curso de formação de técnicos das secretarias de educação, ministrado à distância pelas Instituições Federais de Ensino Superior, parceiras da SEB/MEC, é constituído de duas (2) fases, cada uma com cem (100) horas de duração.

Art. 7° Os concluintes do curso de formação de técnicos das secretarias poderão ser selecionados para compor a Rede de Tutoria como tutor ou articulador para a formação de conselheiros escolares.

Art. 8° As ações executadas para a formação de técnicos das secretarias de educação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares deverão acontecer em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com as Instituições Federais de Ensino Superior.

Art. 9º A assistência financeira será prestada mediante solicitação das Instituições Federais de Ensino Superior, por meio de projetos educacionais, nos termos da resolução em vigor referente à descentralização de créditos orçamentários no FNDE.

§1º As Instituições Federais de Ensino Superior deverão inserir Termo de Cooperação no sistema SAPENET do FNDE, e apresentar o original assinado pelo dirigente máximo da Instituição, após prévia aprovação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

§2º A Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC, por meio da Diretoria de Apoio à Gestão Educacional - DAGE, será responsável pela análise e aprovação técnica dos projetos educacionais apresentados.

§3º As Instituições Federais de Ensino Superior deverão apresentar junto ao FNDE o Termo de Cooperação analisado, com o Projeto Básico e demais documentos aprovados pelo gestor do Ministério da Educação, responsável pelo Programa.

§4º A assistência financeira de que trata esta resolução, objetivando a execução dos projetos tecnicamente aprovados, será efetivada mediante a descentralização de créditos orçamentários às Instituições Federais de Ensino Superior.

§5º A execução dos cursos de formação continuada para conselheiros escolares não contará com repasse de recursos financeiros para as Instituições Federais de Ensino Superior.

§6º A assistência financeira de que trata esta Resolução correrá a conta de dotação orçamentária consignada anualmente ao FNDE e fica limitada aos valores autorizados na ação específica, observando-se os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual do Governo Federal, e condicionada aos regramentos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual do Governo Federal e à viabilidade técnica e operacional.

Art. 10 As propostas das Instituições Federais de Ensino Superior para a formação continuada dos técnicos das secretarias de educação serão analisadas pela equipe técnica do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares da Coordenação Geral de Redes Públicas da Diretoria de Apoio à Gestão Educacional - DAGE/SEB/MEC.

Parágrafo único. A análise das propostas compreende a avaliação de seu conteúdo, considerando:

I - adequação e consistência da proposta em relação aos objetivos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

II - previsão de recursos humanos que garantam a exeqüibilidade e sustentabilidade do projeto;

III - previsão de acompanhamento, monitoramento e avaliação do desenvolvimento e dos resultados do projeto, sob a ótica do alcance dos objetivos propostos;

IV - existência e explicitação do projeto pedagógico, que deve apresentar relação com o material didático elaborado especificamente para o Programa;

V - adequação do plano de execução financeira, exequível e em consonância com as finalidades e metas do Projeto.

Art. 11 São agentes no processo de transferência de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:

I - a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC;

II - o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

III - as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES;

IV - as Secretarias Estaduais, e do Distrito Federal de Educação;

V - as Secretarias Municipais de Educação;

Art. 12 São competências e responsabilidades dos agentes envolvidos no processo de assistência financeira ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:

I - da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC):

a) coordenar e monitorar a execução da formação continuada, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, mediante reuniões e recebimento de relatórios periódicos das Instituições Federais de Ensino Superior parceiras;

b) elaborar as diretrizes dos cursos de formação continuada, bem como os critérios de inscrição;

c) auxiliar os agentes envolvidos direta e indiretamente na consecução do processo de assistência financeira;

d) monitorar e avaliar as atividades realizadas pelos agentes no processo de assistência financeira;

e) auxiliar os agentes envolvidos, de forma a garantir a utilização do material didático elaborado especificamente para o Programa nas ofertas de formação continuada;

f) fornecer ao FNDE as metas anuais do Programa Nacional de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares e sua respectiva previsão de desembolso, bem como solicitar a assistência financeira para viabilizar a oferta de formação continuada,

g) manter calendário com as ofertas de cursos de formação continuada;

h) prestar cooperação técnica aos agentes do processo de assistência financeira;

i) solicitar login e senha de acesso às instituições participantes do programa para o sistema SAPENET;

j) analisar os Termos de Cooperação apresentados pelas Instituições Federais de Ensino Superior e elaborar parecer técnico com a respectiva indicação orçamentária no SAPENET;

k) notificar aos órgãos de controle eventuais irregularidades que comprometam o cumprimento das metas pactuadas;

l) gerenciar a coordenação nacional do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

m) apoiar a constituição de coordenações estaduais do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

n) emitir parecer conclusivo sobre os relatórios exigidos na resolução do FNDE em vigor referente à descentralização de créditos orçamentários.

II - do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC):

a) fornecer login e senha de acesso aos sistemas SAPENET e SIGEF WEB às instituições participantes do programa;

b) realizar, de acordo com os Termos de Cooperação aprovados e sob solicitação da SEB/MEC, a assistência financeira que envolva repasse a instituições federais observando as normas estabelecidas na Resolução do FNDE relativa às descentralizações de créditos orçamentários vigente, no que diz respeito às descentralizações, aos repasses as descentralizações de créditos orçamentários, bem como os repasses dos recursos financeiros às IFES beneficiárias, nos termos da resolução do FNDE referente às descentralizações de créditos orçamentários em vigor;

III - do Instituições Federais de Ensino Superior:

a) selecionar, de acordo com os critérios definidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e resolução do FNDE que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos programas de formação de professores e demais profissionais da educação, a equipe técnica e os profissionais que desempenharão as funções de coordenador-geral, coordenador-adjunto, professor pesquisador, supervisor de curso, formador e tutor;

b) realizar o acompanhamento técnico-pedagógico de todas as ações referentes aos cursos de formação continuada;

c) elaborar cronograma para realização das formações continuadas, presenciais e a distância;

d) zelar pelo cumprimento da meta física pactuada nos projetos de formação aprovados e financiados pelo MEC, promovendo ações necessárias para evitar e/ou contornar a evasão e repetência dos cursistas;

e) fornecer informações, periodicamente, para atualização do monitoramento realizado pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

f) designar oficialmente o coordenador-geral da formação continuada na Instituição Federal de Ensino Superior que, na qualidade de gestor local, que será responsável por atestar todas as informações prestadas, bem como por solicitar, o pagamento mensal dos beneficiários que estiverem aptos a receber bolsa;

g) informar tempestiva e oficialmente à SEB/MEC as ocorrências que indiquem a permanência, suspensão ou cancelamento do pagamento aos bolsistas vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

h) expedir certificado aos cursistas aprovados nos cursos de formação continuada;

i) indicar um representante para participar da Coordenação Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

j) responsabilizar-se pelo cadastramento correto e fidedigno dos bolsistas no sistema informatizado utilizado para a gestão das bolsas, assim como encaminhar ao FNDE/MEC, na eventualidade de incorreções ou alterações nos dados cadastrais registrados, pedido oficial de correção ou alteração, com as devidas justificativas apoiadas em documentação comprobatória;

k) encaminhar oficialmente ao FNDE/MEC pedido de interrupção ou cancelamento de pagamento a bolsista;

l) apresentar os relatórios exigidos pela resolução do FNDE em vigor referente à descentralização de créditos orçamentários.

IV- das Secretarias Estaduais e do Distrito Federal de Educação:

a) registrar a demanda por formação continuada do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação - SIMEC, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR;

b) selecionar e designar, de acordo com os critérios definidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, os técnicos que irão participar de formações continuadas, com o objetivo de serem responsáveis pelo desenvolvimento de ações para a implantação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares no respectivo sistema de ensino;

c) acompanhar o desempenho do técnico designado durante a formação continuada, proporcionando, na medida do possível, tempo e recursos para o bom desempenho do técnico na formação continuada;

d) analisar e viabilizar as propostas do técnico capacitado pelo Programa para promover ações de implantação e fortalecimento dos conselhos escolares;

e) designar dois (2) representantes para participar da coordenação estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

f) apoiar a realização dos encontros presenciais do curso para conselheiro escolar.

V - das Secretarias Municipais de Educação:

a) registrar a demanda por formação continuada do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação - SIMEC, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR;

b) selecionar e designar, de acordo com os critérios definidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e seguindo as determinações das resoluções do FNDE em vigência relativamente ao pagamento de bolsas de estudo e pesquisa, os técnicos que irão participar de formações continuadas, com o objetivo de se qualificarem para desenvolver as ações que propiciem a implantação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares no respectivo sistema de ensino, entre as quais a capacitação direta de conselheiros escolares nos cursos referidos no Cap. V desta resolução, oferecidos visando à constituição da rede de tutoria do programa;

c) acompanhar o desempenho do técnico designado durante a formação continuada, proporcionando, na medida do possível, tempo e recursos para o bom desempenho do técnico na formação continuada;

d) analisar e viabilizar as propostas do técnico capacitado pelo Programa para promover ações de implantação e fortalecimento dos conselhos escolares;

e) aderir ao Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

f) apoiar a realização dos encontros presenciais do curso para conselheiro escolar.

IV - DO CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS ESCOLARES

Art. 13 O curso de formação de conselheiros escolares, com carga horária de 40 horas, tem por finalidade capacitar conselheiros escolares das escolas públicas de educação básica.

§1° O curso de formação de conselheiros escolares - módulo introdutório - ministrado pelos Tutores e supervisionado pelos Articuladores, visa propiciar ao conselheiro escolar a base necessária para melhor compreender as competências e a forma de funcionamento dos Conselhos Escolares.

§2° O curso de formação de conselheiros escolares - módulo introdutório - é pré-requisito para os cursistas conselheiros participarem dos cursos de formação de conselheiros escolares - módulos temáticos.

§3° O curso de formação de conselheiros escolares - módulos temáticos - ministrado pelos Tutores e supervisionado pelos Articuladores, visa contribuir para a qualificação da atuação dos conselheiros escolares.

Art. 14 A Rede de Tutoria será composta por:

I - Articuladores: são servidores efetivos que atuam nas Secretarias de Educação e que são selecionados de acordo com seu desempenho, formação e conhecimento em Conselho Escolar. Os servidores designados pelas Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Educação e selecionados pela coordenação estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares são capacitados por meio do curso formação de técnicos das secretarias de educação. Uma vez concluído este curso com o aproveitamento de "Aprovado com Destaque", as Secretarias de Educação podem pleitear junto à coordenação estadual que o servidor possa atuar como articulador do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. As coordenações estaduais serão responsáveis por analisar os currículos e as necessidades de cada região para atribuir aos candidatos à função de articulador. A função dos articuladores é apoiar a coordenação nacional, distrital e estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e acompanhar a oferta de cursos para os conselheiros escolares e as atividades dos tutores na realização dos cursos de formação de conselheiros escolares.

II - Tutores: são servidores efetivos que atuam nas Secretarias de Educação e que são selecionados de acordo com seu desempenho, formação e conhecimento em Conselho Escolar. Os servidores designados pelas Secretarias de Educação e selecionados pela coordenação estadual do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares são capacitados por meio do curso de formação de técnicos das secretarias estaduais, do Distrito Federal e municipais de educação. Uma vez concluído este curso com o aproveitamento de "Aprovado com Destaque" ou "Aprovado", as Secretarias de Educação podem pleitear junto à Coordenação Estadual que o servidor possa atuar como Tutor do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. As coordenações estaduais serão responsáveis por analisar os currículos e as necessidades de cada região para atribuir, aos candidatos, a função de tutor. A função dos tutores é apoiar, diretamente, os cursistas no âmbito do módulo introdutório e dos módulos temáticos do curso de formação de Conselheiros Escolares.

III - Coordenadores Estaduais: são servidores efetivos que atuam nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Instituição Federal de Ensino Superior e União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), selecionados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Parágrafo único. As funções de Articuladores e Tutores da Rede de Tutoria serão preenchidas preferencialmente pelos servidores aprovados nos cursos de formação de técnicos das secretarias ministrados pelas Instituições Federais de Educação Superior.

V - DO MATERIAL DIDÁTICO

Art. 15 O curso de formação de técnicos das secretarias de educação e o de formação de conselheiros escolares tem por base os cadernos que compõem o material didático do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Parágrafo único. Os estados, Instituições Federais de Ensino Superior, Distrito Federal e municípios poderão sugerir outros materiais didáticos relacionados às funções dos conselhos escolares a fim de contemplar eventuais especificidades da política.

VI - DA AVALIAÇÃO, DA APROVAÇÃO E DA CERTIFICAÇÃO DOS CURSISTAS

Art. 16 A avaliação da aprendizagem dos cursistas do curso de formação de técnicos da secretaria de educação será realizada mediante avaliação do Formador responsável pelo acompanhamento do curso (90%) e pela avaliação do curso feita pelo próprio cursista (10%).

§1° O Formador deve basear sua avaliação no acompanhamento da trajetória do cursista em cada um dos módulos do curso, bem como na realização e entrega de trabalhos e atividades, do curso nas duas (2) fases do curso de formação de técnicos da secretaria de educação.

§2° As avaliações em cada um dos módulos presentes nas duas (2) fases do curso de formação de técnicos da secretaria de educação, bem como os trabalhos do curso, serão realizados de acordo com critérios definidos pelas IFES em parceria com a Coordenação Nacional.

Art. 17 A avaliação da aprendizagem dos cursistas do curso de formação de conselheiros escolares será realizada mediante avaliação do Tutor responsável pelo acompanhamento do curso (90%) e pela avaliação do curso feita pelo próprio cursista (10%).

§1° O Tutor deve basear sua avaliação no acompanhamento da trajetória do cursista no curso, bem como na realização e entrega de trabalhos e atividades.

§2° As avaliações serão realizadas de acordo com os conceitos definidos pela Coordenação Nacional

VII- DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Art.18 A necessidade de ampliar o alcance do programa até o nível da unidade escolar torna imperativa a estruturação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares em rede, por meio de parcerias com entes federados, de modo a distribuir responsabilidades e decisões entre os três níveis de governo, federal, estadual (distrital) e municipal.

Parágrafo único. A rede de parcerias para desenvolver o Programa, tendo em vista os objetivos explicitados no art. 2° desta Resolução, envolve os seguintes agentes:

I- a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, por intermédio da Coordenação Geral de Redes Públicas da Diretoria de Apoio à Gestão Educacional (CGRP/DAGE/SEB/MEC);

II- os estados e o Distrito Federal, representados pela Secretaria Estadual de Educação ou órgão similar;

III- os municípios, representados pela Secretaria Municipal de Educação ou órgão similar;

IV- a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME); e

V- as Instituições Federais de Ensino Superior.

Art. 19 Na esfera federal, a estrutura do Programa conta com uma coordenação nacional e uma equipe técnica, constituída por servidores da Coordenação Geral de Redes Públicas da Diretoria de Apoio à Gestão da Secretaria de Educação Básica, tendo como função primordial promover as condições necessárias à realização do processo de formação previsto no art. 4° desta Resolução.

§1° A coordenação nacional será responsável por:

a) realizar a gestão pedagógica e administrativo-financeira do Programa;

b) receber e processar os documentos de formalização da adesão dos entes federados;

c) promover a comunicação entre os agentes da rede, visando à formação e capacitação da rede de tutoria;

d) planejar, executar, monitorar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pelos parceiros da rede de tutoria no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

e) produzir o material didático;

f) gerir o ambiente virtual de aprendizagem (AVA);

g) criar, hospedar, manter e administrar o Sistema de Informação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (SICE);

h) definir critérios para a formação de turmas e para a distribuição de vagas;

i) acompanhar e monitorar as solicitações de pagamento aos bolsistas do Programa, encaminhando-as ao Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) devidamente homologadas por certificação digital.

§2° Ao Ministério da Educação cabe prover os recursos necessários à consecução dos objetivos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, de forma que sejam viabilizadas todas as suas ações.

Art. 20 No âmbito dos estados e do DF é imprescindível que o Programa conte com uma coordenação estadual ou distrital que exercerá o papel de coordenar e implementar as ações de formação em sua respectiva área de jurisdição.

§ 1° À coordenação estadual ou distrital compete, em sua jurisdição:

a) realizar a gestão administrativa do Programa a partir das orientações estabelecidas pela coordenação nacional;

b) definir o plano de ação para a implantação e execução do Programa, de acordo com as orientações da coordenação nacional;

c) gerenciar a rede de tutoria para atuar em sua jurisdição, garantindo a formação e capacitação dos tutores;

d) selecionar os candidatos indicados pelos estados, pelo DF e municípios para participarem dos cursos de formação de técnicos das secretarias de educação;

e) planejar, executar, monitorar e avaliar os cursos de formação de conselheiros escolares (módulo introdutório e módulo temático), ministrados pelos tutores e supervisionado pelos articuladores;

f) estimular a participação dos estados, do DF e municípios no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

g) dar suporte aos articuladores, tutores e cursistas em relação à utilização do SICE e monitorar, sistematicamente, a atualização das informações;

h) monitorar a execução das ações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares pelo estado, DF (ou DF) e pelos municípios, com base no previsto no Plano de Ações Articuladas - PAR;

k) apoiar a pesquisa avaliativa do Programa, propondo reformulações pertinentes.

§2° A coordenação estadual será composta por dois (2) representantes da Secretaria Estadual ou Distrital de Educação, dois (2) representantes do Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, um (1) representante das Instituições Federais de Ensino Superior e um (1) representante da UNDIME, totalizando o número de seis (6) integrantes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 21 Compete a cada governo estadual, do Distrito Federal e municipal que aderir ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:

I - designar candidatos a participar no curso de formação de técnicos da secretaria de educação, de acordo com o estabelecido no documento de Diretrizes Gerais do Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares, disponível no sítio eletrônico do MEC/SEB;

II- assegurar ao(s) tutor(es) e articulador(es) selecionado(s) pela coordenação estadual condições de participação em todas as fases (presencial e a distância) do curso de tutoria;

III- garantir condições logísticas para a realização dos cursos, e eventual apoio financeiro aos cursistas, incluindo necessariamente:

a) computadores com acesso a internet para que o(s) tutor(es) cumpra(m) as atividades da fase a distância;

b) deslocamento dos cursistas técnicos para participar das atividades de formação;

IV- assegurar, na medida das possibilidades das secretariais estaduais, do Distrito Federal e dos municípios, ao(s) tutor(es) do Programa uma carga horária semanal, para que este(s) se dedique(m) ao acompanhamento dos cursistas conselheiros escolares;

V- estruturar no município condições técnicas e tecnológicas para efetiva realização dos cursos voltados para os conselheiros escolares.

§1° Compete aos Articuladores do Programa Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar:

I - promover e divulgar o Programa, destacando seus objetivos, critérios de participação e período de inscrição;

II - apoiar as coordenações nacional, estaduais e do DF na oferta dos cursos de formação de conselheiros escolares;

III - apoiar os Tutores na realização dos cursos de formação de conselheiros escolares;

IV - avaliar o desempenho dos Tutores;

V- participar da gestão do Programa, apontando dificuldades, problemas e possíveis soluções; e

VI- programar e fomentar a avaliação institucional do Programa para possíveis correções de curso e fluxo de atendimento.

§2° Compete aos Tutores do Programa Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar:

I- promover e divulgar o Programa, destacando seus objetivos, critérios de participação e período de inscrição;

II- orientar os cursistas conselheiros sobre os procedimentos de pré-matrícula e de matrícula;

III- comunicar, aos inscritos no curso, a confirmação da matrícula e informar o local e horário da realização de encontros presenciais;

IV- organizar os encontros presenciais do curso, em acordo com o estado, prefeitura e articulador, indicando a localidade, infraestrutura, materiais e equipamentos adequados e necessários à realização dos eventos;

V- elaborar plano de acompanhamento pedagógico dos cursistas conselheiros;

VI - apresentar cronograma de execução do curso à coordenação estadual do Programa;

VII- disponibilizar o material didático;

VIII- conhecer e partilhar com os cursistas, informações sobre o funcionamento e a metodologia do curso;

IX- acompanhar técnica e pedagogicamente o processo de formação dos cursistas conselheiros;

X- solicitar apoio técnico e pedagógico ao articulador sempre que necessário;

XI- promover a socialização e o debate de experiências em relação aos cursos, reforçando sempre a autonomia dos cursistas conselheiros na busca de soluções criativas e pertinentes a sua realidade;

XII- receber e avaliar as atividades, dentro do prazo definido no cronograma de execução do curso, lançando os resultados no SICE;

XIII- avaliar o processo de formação dos cursistas conselheiros, apresentando observações sobre os diversos níveis do Programa;

XIV - selecionar os trabalhos finais mais significativos dos cursistas para serem encaminhados à coordenação estadual ou distrital do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, para ampla divulgação;

XV- participar da gestão do Programa, apontando dificuldades, problemas e possíveis soluções; e

XVI- programar e fomentar a avaliação institucional do Programa para possíveis correções de curso e fluxo de atendimento.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUEM PAIM FERNANDES

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Estabelece orientações e diretrizes para a transferência de recursos financeiros às Instituições Públicas de Ensino Superior, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Constituição Federal de 1988 - art. 214; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; Lei Orçamentária Anual - LOA; Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006; Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007; Portaria nº 3.272, de 6 de novembro de 2003; Portaria nº 1.243, de 30 de dezembro de 2009; Resolução CD/FNDE nº 24, de 16 de agosto de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelos arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto n.º 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, e pelos arts. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b"; 5º, caput; e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. de 2 de outubro de 2003, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do FNDE realizada no dia 31 de maio de 2012, e o que consta nos autos do processo administrativo nº 23034.005850/2012-54,

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação, em atendimento ao artigo 211 da Constituição Federal de 1988, e cumprindo o seu papel de formulador de políticas nacionais para a educação, assumiu a tarefa de apoiar os sistemas de ensino, criando por intermédio da Portaria Ministerial n.º 3.272/2003, de 06 de novembro de 2003, o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho, que visa fomentar o fortalecimento dos atuais conselhos, apoiar a criação de novos conselhos de forma representativa, democrática, participativa, com base nos princípios da representatividade, legitimidade e autonomia, como uma medida efetiva e indispensável para fortalecer a gestão democrática e assegurar o desenvolvimento de uma educação sintonizada com a sociedade,

CONSIDERANDO que nos termos da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em seu art. 3º, inciso VIII, o ensino será ministrado com base em princípios, e dentre esses, o da gestão democrática do ensino,

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar uma estrutura educacional que garanta a aprendizagem escolar e a participação coletiva na avaliação das ações pedagógicas e administrativas do poder público municipal,

CONSIDERANDO o desafio de atingir as médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB, previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE,

CONSIDERANDO que a formação continuada do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho visa qualificar representantes da sociedade civil, gestores e técnicos das Secretarias Municipais de Educação, conforme o caso, para que atuem em relação à ação pedagógica escolar, à legislação e aos mecanismos de financiamento, repasse e controle do uso das verbais da educação,

CONSIDERANDO a necessidade e a relevância de continuidade do processo de formação continuada dos Conselheiros Municipais de Educação, para a formação de multiplicadores que atuem na educação básica pública,

RESOLVE "AD REFERENDUM":

Art. 1° Estabelecer as orientações e diretrizes, bem como os critérios e procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, parceiras da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação na execução do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho, instituído pela Portaria Ministerial nº 3.272/2003, tendo em vista a implantação e desenvolvimento de ações relativas à formação continuada de conselheiros municipais de educação.

Art. 2º O Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), instituído pela Portaria Ministerial n.º 3.272/2003, objetiva incentivar o fortalecimento dos Conselheiros Municipais de Educação e fomentar a criação de novos conselhos municipais de educação, por meio da elaboração de material didático específico e formação continuada, presencial e à distância, para conselheiros municipais e técnicos das secretarias municipais de educação, de acordo com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e da necessidade de aprimorar a capacitação dos atores sociais envolvidos, por meio de uma gestão democrática, visando:

I - instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas e ações de implantação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação;

II - capacitar os conselheiros municipais e estaduais de educação para o exercício de suas diferentes funções, levando em conta a sua inserção institucional e a sua representação, bem como aos técnicos das secretarias municipais, especialmente dos sistemas que ainda não possuam Conselhos Municipais instituídos;

III - assegurar a participação da sociedade na gestão educacional, por intermédio da criação de Conselhos Municipais de Educação e do seu fortalecimento como órgão do sistema de ensino;

IV - contribuir para o fortalecimento dos sistemas municipais de ensino, motivando por meio de estratégias variadas, a criação de conselhos municipais de educação, com caráter normativo;

V - contribuir para a criação de redes estaduais e regionais de competências, para a discussão, organização e implantação de propostas de formação continuada de conselheiros de educação, sob o enfoque de suas instituições de origem;

VI - ampliar a capacidade de compreender e interpretar a legislação educacional e a capacidade de atuação dos conselheiros;

VII - estimular a integração entre os conselhos; e

VIII - consolidar uma estrutura educacional que garanta a inclusão e permita, com eficiência, promover a participação do poder municipal em ações pedagógicas e administrativas.

Art. 3º O Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE prestará assistência financeira, por meio de descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros, para as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, para o alcance dos objetivos apresentados no artigo 2º.

Art. 4º As ações executadas com recursos provenientes da assistência financeira às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES deverão acontecer no âmbito das regras estabelecidas no Programa e, preferencialmente em parceria com as Secretarias de Educação dos Municípios.

Art. 5º A assistência financeira será processada mediante solicitação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, por meio de projetos educacionais, elaborados sob a forma de Termos de Cooperação, conforme exposto em resolução vigente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

§1º As Instituições Federais de Ensino Superior deverão inserir Termo de Cooperação, no sistema SAPENET/FNDE, e apresentar original assinado pelo dirigente máximo da Instituição, após prévia aprovação técnica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

§2º A assistência financeira, que envolva repasses a instituições federais, observará as normas estabelecidas na Resolução do FNDE relativa às descentralizações de créditos orçamentários vigente, no que diz respeito às descentralizações, aos repasses de recursos financeiros e às eventuais devoluções.

§3º A Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC, por meio da Diretoria de Apoio à Gestão Educacional - DAGE, será responsável pela análise e aprovação técnica dos projetos educacionais apresentados.

§4º A assistência financeira de que trata esta resolução, objetivando a execução de projetos tecnicamente aprovados, será efetivada mediante descentralização de créditos orçamentários entre o FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

§5º A assistência financeira de que trata essa resolução correrá a conta de dotação orçamentária consignada anualmente ao FNDE, e fica limitada aos valores autorizados na ação específica, observando-se os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual do Governo Federal, e condicionada aos regramentos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual do Governo Federal, aliada à viabilidade técnica e operacional.

Art. 6º As propostas serão analisadas pela equipe técnica do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pro- Conselho, da Coordenação Geral de Redes Públicas, da Diretoria de Apoio à Gestão Educacional - DAGE/SEB/MEC.

Parágrafo único. A análise das propostas compreende a avaliação de seu conteúdo considerando:

I - adequação e consistência da proposta em relação aos objetivos do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação;

II - previsão de recursos humanos que garantam a exeqüibilidade e sustentabilidade do projeto;

III - previsão de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento e dos resultados do projeto;

IV - existência e explicitação do projeto pedagógico, que deve apresentar relação com o material didático elaborado especificamente para o Programa;

V - adequação do plano de execução financeira, exeqüível e em consonância com as finalidades e metas do Projeto.

Art. 7º São agentes no processo de transferência de recursos financeiros do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação;

I - a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC);

II - o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

III - as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES;

IV - as Secretarias Municipais de Educação.

Art. 8º São competências e responsabilidades dos agentes do processo de transferência de recursos financeiros do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação:

I - da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC):

a) coordenar e monitorar a execução do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho;

b) elaborar as diretrizes dos cursos de formação continuada, bem como os critérios de sua inscrição;

c) interagir com os agentes envolvidos direta e indiretamente no processo de transferência de recursos financeiros;

d) monitorar e avaliar as atividades realizadas pelos agentes envolvidos no processo de transferência de recursos financeiros;

e) orientar os agentes envolvidos para a garantia da utilização do material didático elaborado especificamente para o Programa nas ofertas de formação continuada;

f) fornecer ao FNDE as metas anuais do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho, e sua respectiva previsão de desembolso, bem como solicitar a transferência de recursos financeiros para viabilizar a oferta de formação continuada;

g) manter calendário com as ofertas de cursos de formação continuada;

h) prestar cooperação técnica aos agentes envolvidos no processo de transferência de recursos financeiros;

i) encaminhar ao FNDE/MEC, por intermédio do Sistema de Gestão de Bolsas - SGB, os cadastros dos bolsistas vinculados ao Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho, bem como oficiar qualquer solicitação de correção ou alteração em dados cadastrais dos beneficiários, ou de interrupção ou cancelamento do pagamento de bolsistas vinculados ao programa, devidamente justificada;

j) analisar os Projetos Básicos e os Termos de Cooperação apresentados pelas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e elaborar parecer técnico com a devida indicação orçamentária no SAPENET;

k) notificar os órgãos de controle quanto a eventuais irregularidades que comprometam o cumprimento das metas pactuadas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

l) emitir parecer conclusivo sobre os relatórios exigidos na resolução do FNDE em vigor, referente à descentralização de créditos orçamentários.

II - do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC):

a) efetuar as descentralizações orçamentárias e os repasses dos recursos financeiros para as instituições selecionadas no âmbito do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho;

b) realizar, de acordo com os Termos de Cooperação aprovados e sob solicitação da SEB/MEC, a assistência financeira do Programa às IFES beneficiárias, nos termos da resolução do FNDE referente às descentralizações de créditos orçamentários em vigor, sob os aspectos da própria descentralização, do repasse de recursos financeiros e das eventuais devoluções;

c) fornecer login e senha de acesso aos sistemas SIGEF WEB e SAPENET às instituições participantes.

III - das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES:

a) selecionar, de acordo com os critérios definidos pelo Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho e as Resoluções vigentes do FNDE, a equipe técnica e os professores que desempenharão as funções de coordenador-geral, coordenador-adjunto, professor pesquisador, supervisor de curso, formador e tutor;

b) realizar o acompanhamento técnico-pedagógico de todas as ações referentes aos cursos de formação continuada;

c) elaborar cronograma para realização das formações continuadas, presenciais e à distância;

d) zelar pelo cumprimento da meta física pactuada nos projetos de formação, aprovados e financiados pelo MEC, promovendo as ações necessárias para evitar e/ou contornar a evasão e repetência dos cursistas;

e) fornecer informações, periodicamente, para atualização do monitoramento realizado no âmbito do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho;

f) indicar oficialmente o coordenador-geral da formação continuada nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, que, na qualidade de gestor local, será responsável por atestar todas as informações prestadas, bem como por solicitar, o pagamento mensal dos beneficiários que estiverem aptos a receberem as bolsas;

g) informar tempestiva e oficialmente à SEB/MEC as ocorrências que indiquem a permanência, suspensão ou cancelamento do pagamento aos bolsistas vinculados ao Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho;

h) expedir certificado aos cursistas aprovados nos cursos de formação continuada;

i) solicitar login e senha de acesso ao sistema SIGEF WEB;

j) apresentar os relatórios exigidos pela resolução do FNDE em vigor referente à descentralização de créditos orçamentários.

IV - das Secretarias Municipais de Educação.

a) registrar a demanda por formação continuada do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho, no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação - SIMEC, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR;

b) selecionar e indicar, de acordo com os critérios definidos pelo Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho, e, com as determinações das resoluções do FNDE em vigência relativamente ao pagamento de bolsas de estudo e pesquisa, os conselheiros e técnicos que irão participar de formações continuadas, com o objetivo de serem responsáveis pelo desenvolvimento e execução de ações para a implantação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais no respectivo sistema de ensino;

c) acompanhar o desempenho do Conselheiro e ou técnico indicados durante a formação continuada, proporcionando, na medida do possível, tempo e recursos para o bom desempenho do cursista na formação continuada;

d) analisar e viabilizar as propostas do Conselheiro, bem como do técnico capacitado pelo Programa, conforme o caso de solicitação, para promover as ações de implantação e fortalecimento dos Conselhos Municipais.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 177, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e considerando o Parecer CNE/CES nº 314/2009, homologado no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2009, seção 1, página 11, conforme consta no Processo nº 23001.000115/2009-36, Registro nº 20031007469, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1° Fica autorizado o curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana, na Rua Artemia Pires Freitas, s/n, no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia, mantida pelo Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda., com sede no Município de Salvador, no Estado da Bahia.

'Art 2º Torna-se sem efeito os termos da Portaria da Secretaria de Educação Superior nº 211, de 16 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2009, seção 1, página 17.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 7.262, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Síntese e Transformação de Produtos Naturais, do Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 34, de 23 de março de 2012, publicado no DOU nº 60, de 27 de março de 2012.

1º - Fernanda Gadini Finelli
2º - Evanoel Crizanto de Lima
3º - Alessandro Kappel Jordão
4º - Andréa Luzia Ferreira de Souza

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 7.264, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Ortodontia, da Faculdade de Odontologia, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 74, de 29 de maio de 2012, publicado no DOU nº 107, de 04 de junho de 2012

1º - Jose Vinicius Bolognesi Maciel
2º - Liliane Siqueira de Moraes
3º - Cláudia Trindade Mattos
4º - Luciana Rougemont Squeff
5º - Gláucio Serra Guimarães

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 7.266, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público o nome da candidata aprovada homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor de Contabilidade Gerencial da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 114, de 13 de dezembro de 2010, publicado no DOU nº 06, de 10 de janeiro de 2011.

- Yara Consuelo Cintra

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 7.267, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público o nome do candidato aprovado, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor de Área Projetual e Mídias Digitais, da Escola de Belas Artes, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 112, de 11 de outubro de 2011, publicado no DOU nº 200, de 18 de outubro de 2011.

- Jofre Silva

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 7.268, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público o nome do candidato aprovado, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos no Setor Hidroginástica, Natação e Atividades Aquáticas da Escola de Educação Física e Desportos, na categoria Auxiliar. O número do edital do concurso é 120, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOU nº 204, de 24 de outubro de 2011.

- Silvio de Cássio Costa Telles

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 7.269, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, no Setor Restauração, da Escola de Belas Artes, na categoria Assistente. O número do edital do concurso é 57, de 06 de maio de 2011, publicado no DOU nº 90, de 12 de maio de 2011.

1º - Humberto Farias de Carvalho
2º - Benvinda de Jesus Ferreira Ribeiro

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 7.270, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 29 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 30 de junho de 2011, resolve:

Tornar público o nome do candidato aprovado, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Estudos do Lazer e da Recreação da Escola de Educação Física e Desportos, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 147, de 20 de dezembro de 2011, publicado no DOU nº 01, de 02 de janeiro de 2012.

- Marcelo Paula de Melo

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 315, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2012, e na Portaria MPOG nº 75, de 8 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 9 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os Quadros IV e VI, constantes do Anexo I da Portaria MF nº 113, de 2 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2012, que passam a vigorar na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

ANEXO I

25101 - Ministério da Fazenda

Quadro IV - Demais Despesas da UO 25101

Limite para o ano de 2012, conforme Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012

Portaria MPOG nº 75, de 8 de março de 2012

R$ 1,00

UG Responsável		Limite 2012
170001	GABINETE DO MINISTRO - MF	1.142.239
170004	SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO/MF	177.811
170006	COORDENACÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - MF	207.673
170007	COORD.-GERAL DE DESENVOL. INSTITUCIONAL - CODIN/STN	452.368
170013	SUBSEC. DE PLANEJ., ORC. E ADMINISTRACÃO-MF	158.505
170025	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/MA	3.677
170032	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PI	6.576
170038	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/CE	7.757
170045	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/RN	9.726
170050	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PB	4.391
170055	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PE	12.337
170064	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/AL	7.079
170069	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/SE	6.930
170075	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/BA	11.915
170085	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/MG	37.809
170100	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/ES	10.722
170106	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/MS	4.670
170114	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/RJ	25.398
170131	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/SP	30.301
170153	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PR	26.230
170166	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/SC	19.135
170175	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/RS	15.089
170190	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/MT	7.204
170191	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	636.602
170195	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/GO	18.804
170207	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/AM	14.058

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

170214	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PA	7.795
170250	SECRETARIA DE POLITICA ECONÔMICA	159.528
170309	UNIDADE DE COORDENACAO DE PROGRAMA - UCP	22.617
170311	SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	99.321
170344	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/AC	8.484
170345	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/AP	4.737
170346	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/RO	4.480
170347	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/RR	6.478
170497	CONSELHO NACIONAL DE POLITICA FAZENDÁRIA	40.703
170498	UCP/SE/MF - PNAFM 2 FASE	35.454
170531	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/DF	9.835
	Total:	3.454.438

Ministério da Fazenda

Quadro VI - Demais Despesas da UO 25103

Limite para o ano de 2012, conforme Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012

Portaria MPOG nº 75, de 8 de março de 2012

R$ 1,00

UG Responsável		Limite 2012
170018	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 1ª RF	1.580.000
170217	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 2ª RF	1.805.000
170040	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 3ª RF	1.720.000
170058	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 4ª RF	1.420.000
170078	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 5ª RF	1.230.000
170088	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 6ª RF	1.660.000
170116	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 7ª RF	1.480.000
170133	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 8ª RF	2.300.000
170156	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 9ª RF	2.135.000
170177	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 10ª RF	1.625.000
170289	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - BRASÍLIA	61.000
170290	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - CAMPO GRANDE	61.000
170291	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - BELÉM	55.000
170293	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - FORTALEZA	75.000
170294	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - RECIFE	59.000
170295	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - SALVADOR	58.000
170296	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - BELO HORIZONTE	50.000
170297	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - JUIZ DE FORA	64.000
170298	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - RIO DE JANEIRO	118.000
170301	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - CAMPINAS	59.000
170307	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - RIBEIRÃO PRETO	83.000
170299	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - SÃO PAULO	70.000
170302	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - CURITIBA	64.000
170304	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - FLORIANÓPOLIS	66.000
170305	DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO - PORTO ALEGRE	62.000
170010	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB	8.646.574
170479	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS - CARF	2.500.000
	Total:	29.106.574

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Exclui a pessoa física que menciona do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE, adiante assinado, no uso da competência outorgada pelo art. 9º, II, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, com a redação dada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, tendo em vista o disposto no art. 7º, da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e no art. 7º, I, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004 e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, com fundamento no art. 7º, da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e no art. 7º, I, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, a pessoa física MANOEL DANTAS BARRETO, inscrita no CPF sob o nº 011.885.004-06, com endereço na Av. Deodoro, 402, Ed. Chácara, Petrópolis, Natal, RN, CEP 59012-600, tendo em vista que foi constatada, no processo administrativo nº 11598.000532/2012-32, a inadimplência no pagamento das parcelas devidas desde o mês de agosto de 2009.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, ao PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE, na Central de Atendimento ao Contribuinte - CAC, com endereço na Av. Duque de Caxias, n. 30, Ribeira, Natal - RN, CEP 59.012-200, mencionando o número do CPF da pessoa física excluída do PAES e o número do processo administrativo respectivo.

Art. 3º Nos termos do § 2º, do art. 12, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e do art. 11 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, o pagamento integral do débito consolidado, desde que efetuado até o décimo dia contado da data da ciência da exclusão, prejudica a exclusão.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º ou o pagamento integral do débito no mesmo prazo, a exclusão do PAES tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos na forma do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004..

ARISTÓTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÃO Nº 526, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Altera o artigo 37 da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011.

O PRESIDENTE INTERINO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 18 de setembro de 2012, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso II do art. 18 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Instrução:

Art. 1º O art. 37 da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. Os intermediários devem se adaptar ao disposto nesta Instrução e às regras editadas pelas entidades administradoras de mercado organizado até 1º de fevereiro de 2013." (NR)

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO YAZBEK

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE/PMPF Nº 18, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e considerando o disposto nos Convênios ICMS 138/06 e 110/07, de 15 de dezembro de 2006 e 28 de setembro de 2007, respectivamente, divulga que as unidades federadas indicadas na tabela abaixo, adotarão, a partir de 1ª de Outubro de 2012, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos nos convênios supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO A CONSUMIDOR FINAL									
UF	GASOLINA C	DIESEL	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMB USTÍVEL	
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
AC	3,1619	2,4856	3,3944	2,0000	2,5767	-	-	-	-
AL	2,7600	2,1040	2,8100	1,8321	2,2900	-		-	-
*AM	2,9212	2,2230	2,6210	-	2,3141	-	-	-	-
AP	2,7000	2,1900	3,1777	-	2,3400	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	2,2500	1,6650	-	-	-
CE	2,7571	1,9900	2,6154	-	2,0561	-	-	-	-
*DF	2,8390	2,1220	3,2860	-	2,2770	2,4500	-	-	-
ES	2,8722	2,0705	2,7942	2,2542	2,4826	1,8973	-	-	-
GO	2,7984	2,1393	3,0250	-	1,9480	-	-	-	-
MA	2,8020	2,0510	3,0662	1,9000	2,3420	-	-	-	-
MT	3,0125	2,4094	3,7866	3,0563	1,9277	1,8400	1,8400	-	-
MS	2,8314	2,1021	2,8718	3,1681	1,8760	1,5990	-	-	-
MG	2,9104	2,0999	2,8485	2,3000	2,2230	-	-	-	-
PA	2,8150	2,0803	3,0307	-	2,4820	-	-		-
*PB	2,6074	2,0802	2,6599	2,5053	2,2134	1,7723	-	1,8037	1,8037
PE	2,7630	2,1170	2,7200	-	2,1910	1,7990		-	-
*PI	2,6083	2,1369	3,1171	2,8210	2,2825	-	-	-	-
*PR	2,7200	2,1500	2,9900	-	1,9900	-	-	-	-
*RJ	2,9176	2,1404	3,0721	1,5960	2,2822	1,7878	-	-	-
RN	2,6550	1,9294	2,6500	-	2,0000	1,9040	-	1,6687	-
RO	2,9900	2,2500	3,0954	-	2,4300	-	-	2,0532	-
RR	2,8900	2,4550	3,4077	6,0000	2,5500	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	2,4329	1,9090	-	-	-
SC	2,7600	2,1500	3,2400	-	2,4200	2,0100	-	-	-
SE	2,7475	2,1760	2,7800	2,2898	2,2670	1,8510	-	-	-
TO	2,9700	2,0800	3,4238	3,7300	2,1700	-	-	-	-

* PMPF alterados pelo presente ATO COTEPE.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Declara suspensa a isenção tributária pleiteada na declaração de rendimentos de pessoa jurídica do ano-calendário de 2007 da instituição que menciona, por prática de infração à legislação tributária.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso da competência que lhe confere o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º A suspensão da isenção da contribuinte ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS - ASBACE, CNPJ nº 30.874.481/0001-25, conforme o processo administrativo nº 10166.726512/2012-11, em face da prática de infração à legislação tributária no ano-calendário de 2007, nos termos do § 10 do artigo 32 da Lei nº 9.430 de 27/12/1996, caracterizada pela não observação requisito de gozo de isenção previsto no art. 12, § 2°, alínea "d" da Lei n° 9.532/1997 c/c art. 15, § 3° da mesma Lei, objetivamente, não apresentação de documentação imprescindível para o fisco, regularmente solicitada mediante intimação, qual seja a demonstração analítica vinculada aos créditos (depósitos, transferências, TED e outros) que estejam diretamente relacionados à apuração dos seus resultados operacionais (ou percentual de remuneração) de forma que se permita conciliar com os valores consignados nos registros contábeis da entidade e àqueles computados na DIPJ/2008, ano-calendário 2007, Ficha 39, Linhas 01 a 06 - Origem de Recursos - que registra a totalização de R$ 12.644.371,29.

Art. 2º A suspensão surtirá efeito a partir de 01/01/2007, conforme o disposto no artigo 32, § 5º da Lei nº 9.430 de 27/12/1996.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de trinta dias contados da data da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à suspensão, nos termos do artigo 32, § 6º, inciso I e § 10 da Lei nº 9.430 de 27/12/1996.

Parágrafo único. Não havendo a manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo à suspensão tornar-se-á definitiva.

JOEL MIYAZAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 446, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei n°37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720304/2011-64.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000029/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 447, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de veículo

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 104, inciso V, do Decreto-Lei n°37/66 e arts 2 3, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art 688, inciso V, do Decreto nº 6.759/09; arts 94, 95, 96, inciso I, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts 23, 24, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts 673, 674, 675, inciso I, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720303/2011-10.

DECLARA PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Veículos nº 0130100/SAANA000028/2012, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 448, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei n°37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720079/2012-47.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000030/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 449, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei n°37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720202/2012-20.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000031/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 450, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei n°37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720211/2012-11.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000034/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 451, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Arts. 2° e 3° e §1° do Decreto-Lei n° 399/68 regulamentado pelo art. 693 c/c 689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, inciso IV, § 1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720212/2012-65.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000032/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 452, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei n°37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720213/2012-18.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000033/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 453, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Arts. 2° e 3° e §1° do Decreto-Lei nº 399/68 regulamentado pelo art. 693 c/c 689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, inciso IV, § 1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720226/2012-89.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000037/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 454, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Arts. 2° e 3° e §1° do Decreto-Lei n° 399/68 regulamentado pelo art. 693 c/c 689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

37/66, e arts. 23, inciso IV, § 1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720231/2012-91.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000041/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 456, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Arts. 2° e 3° e §1° do Decreto-Lei n° 399/68 regulamentado pelo art. 693 c/c 689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, inciso IV, § 1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720240/2012-82.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000043/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 457, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Arts. 2° e 3° e §1° do Decreto-Lei n° 399/68 regulamentado pelo art. 693 c/c 689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, inciso IV, § 1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720241/2012-27.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000044/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 458, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei n°37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720294/2012-48.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000048/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 459, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei n°37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720319/2012-11.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000035/2012, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o período em que não houve expediente normal na Delegacia da Receita Federal em Belém.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BELÉM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 209 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista que as instalações da Delegacia foram destruídas por incêndio deflagrado em 26 de agosto de 2012, e considerando o disposto no art. 5º do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e nos arts. 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 janeiro de 1999, declara:

Art. 1º Não houve expediente normal nesta Delegacia nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2012.

Art. 2º O expediente ao público foi restabelecido, a partir de 30 de agosto de 2012, por meio da transferência da Delegacia para a rua Gaspar Viana nº 125, Convento dos Mercedários, cidade de Belém (PA).

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARMANDO FARHAT

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 208, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

Declara anulada a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 item II da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, e considerando o que consta no processo 10670.721325/2012-32, resolve:

I - Anular de ofício a inscrição de nº 08.749.841/0001-08, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, concedida por esta Delegacia à sociedade CONSTRUTORA F JOSÉ COSTA LTDA.

II - Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela filial acima citada, a partir de 10/02/2004, data de sua abertura.

III - Os efeitos serão a partir da data de abertura da sociedade.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 209, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da IN RFB nº 976 de 07/12/2009 e alterações, e considerando o que consta no processo 10680.001789/2002-38, resolve:

Art. 1º Cancelar o Registro Especial nº GP-06101/00221 da pessoa jurídica TERRA EDITORA GRÁFICA LTDA.- EPP, CNPJ 04.346.901/0001-90, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nos termos do art. 7º, inc. III da IN RFB nº 976 de 07 de dezembro de 2009.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 210, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição nº 081.631.406-31, em nome do contribuinte GILMAR OLEGARIO DOS SANTOS, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 13602.720372/2012-61.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: Ementa - RETENÇÃO NA FONTE.Os pagamentos relativos à prestação de serviços de consultoria, cálculos, elaboração de projetos, serviços de engenharia elétrica, se os serviços forem isoladamente prestados, sujeitam-se à retenção na fonte desta contribuição, tendo como base de calculo o valor bruto da Nota Fiscal de Serviço. A alíquota aplicável é de 3,0% (três por cento), mesmo que a prestadora esteja no regime não cumulativo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003 e alterações posteriores, arts. 30 e 31; Dec. 3000, de 1999, art. 647, § 1º; IN SRF nº 459, de 2004, e alterações, arts. 1º, § 2º, Inciso IV; 2º, caput e § 1º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: Ementa - RETENÇÃO NA FONTE.Os pagamentos relativos à prestação de serviços de consultoria, cálculos, elaboração de projetos, serviços de engenharia elétrica, se os serviços forem isoladamente prestados, sujeitam-se à retenção na fonte desta contribuição, tendo como base de cálculo o valor bruto da Nota Fiscal de Serviço. A alíquota aplicável é de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), mesmo que a prestadora esteja no regime não cumulativo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003 e alterações posteriores, arts. 30 e 31; Dec. 3000, de 1999, art. 647, § 1º; IN SRF nº 459, de 2004, e alterações, arts. 1º, § 2º, Inciso IV; 2º, caput e § 1º.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: RETENÇÃO NA FONTE.Os pagamentos relativos à prestação de serviços de consultoria, cálculos, elaboração de projetos, serviços de engenharia elétrica, se os serviços forem isoladamente prestados, sujeitam-se à retenção na fonte desta contribuição, tendo como base de calculo o valor bruto da Nota Fiscal de Serviço. A alíquota aplicável é de 1,0% (um por cento).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003 e alterações posteriores arts. 30 e 31; Dec. 3000, de 1999, art. 647, § 1º; IN SRF nº 459, de 2004, e alterações, arts. 1º, § 2º, Inciso IV; 2º, caput e § 1º.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O INSPETOR CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Revogar o Ato Declaratório Executivo nº 11, de 9 de agosto de 2012, publicado no DOU nº 155, de 10 de agosto de 2012, seção 1, página 22.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MIGUEL DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

PORTARIA Nº 103, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI - RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, e com base no disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06/09/79, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17/09/81, resolve:

Art. 1º - Tornar insubsistente a Portaria nº 72, de 10 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11/07/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RESENDE PINHEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 104, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo 13898.720383/2012-72

O Delegado Receita Federal do Brasil de Vitória-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria Ministerial nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, declara ANULAÇÃO da Inscrição CNPJ 61.992.608/0013-78, por motivo de inscrição indevida, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011.

LUIZ ANTONIO BOSSER

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 103, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata a MP 303/2006.

A CHEFE SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso de suas atribuições, determinadas no inciso II do art. 6º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 001, de 03 de janeiro de 2007, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos artigos 6º ao 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, e no inciso II do art. 243 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional - PAEX, de que trata o Art. 1º da Medida Provisória nº 303/2006, de acordo com o inciso I do Art. 7º, as 3 (três) pessoas jurídicas, relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a inadimplência por 02 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais do PAEX ou que esta tenha sido efetuada em valor inferior (recolhimento parcial) ao fixado nos §§ 2º e 3º do Art. 3º da MP nº 303/2006.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização de Senha/Código de acesso PAEX.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias contado da data da publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES, no endereço Rua Pietrângelo de Biase, nº 56, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-190.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

ENY SIMÕES BRINCO FRIZERA

ANEXO ÚNICO

Relação de pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado (recolhimento parcial).

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

01.184.573/0001-85

02.166.365/0001-16

39.638.077/0001-27

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

PORTARIA Nº 58, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA/RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e considerando o disposto na Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Determinar que a prestação de serviços de atendimento à pessoa jurídica no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda seja feita exclusivamente via agendamento, ressalvados os casos urgentes e situações excepcionais a serem avaliados pelo (a) Chefe da Unidade de Atendimento ou seu (sua) Substituto(a).

Art. 2º - Em caso de não comparecimento na unidade de atendimento na data e no horário agendados, ficará o contribuinte, pessoa física ou jurídica, sujeito à disponibilidade de horário para novo atendimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CORRÊA LISBÔA

8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O Inspetor Chefe Substituto da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 224, 302, 304 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF 203, de 15/05/2012, publicada no DOU em 17/05/2012, bem como o artigo 810, § 3º, do Decreto 6.759/2009, publicado no DOU em 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, declara:

1.- Canceladas, no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A-08.371	Vivian Candeloro Dollinger	271.503.908-54	10831.008135/00-31
8A-05.076	Edivaldo Vicente Bassani	044.527.108-67	10831.000025/97-71

2. Incluídas, no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no artigo 810 do Regulamento Aduaneiro baixado com o Decreto 6759/2009, com a redação dada pelo Decreto 7213/2010, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO Nº
Vivian Candeloro Dollinger	271.503.908-54	10831002042/2010-36
Edivaldo Vicente Bassani	044.527.108-67	10831001353/2009-44

3. Incluídas, no Registro Ajudantes de Despachante Aduaneiro, com fundamento no artigo 810 do Regulamento Aduaneiro baixado com o Decreto 6759/2009, com a redação dada pelo Decreto 7213/2010, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO Nº
Alessandra Barbosa do Sacramento	316.793.688-69	15924-720.195/2011-24
André Dolfini de Araújo	321.614.738-08	15924-720.246/2011-18
Larissa Kojin	099.959.418-48	15924-720.314/2011-49
Cassia Grazielle da Silva	373.083.458-40	15924-720.116/2011-85
Adriano Aparecido Germano de Araujo	310.074.478-00	15924-720.339/2011-42
Adalton Aquino de Jesus	192.315.778-75	15924-720.348/2011-33
Anderson Salviano Veloso	221.260.788-17	15924-720.349/2011-88
Antonio Carlos de Azevedo	266.704.848-28	15924-720.338/2011-06
Adelson da Silva	259.382.878-12	15924-720.248/2011-15
Sergio Baptista Ferreira	108.052.948-99	15924-720.245/2011-73
Luis Gustavo Sargentelli	351.613.088-18	15924-720.354/2011-91
Adriana Angelita Diniz Muniz	158.424.618-97	15924-720.350/2011-11
Douglas Bonifacio da Cruz	385.677.228-61	15924-720.449/2011-12
Romulo de Souza Bauli	362.299.748-60	15924-720.470/2011-18
Jaqueline Pereira dos Santos	308.326.428-35	15924-720.474/2011-98
Luis Eduardo Ferreira Martins Taveira da Gama	396.525.238-01	15924-720.492/2011-70
Felipe Pereira de Assis	418.081.378-50	15924-720.499/2011-91
Raquel Belucci	379.553.218-39	15924-720.511/2011-68
Adriana Gonçalves da Silva Attenhofer	224.411.878-99	15924-720.379/2011-94
Letícia Barbuio Fernandes	309.526.588-36	15924-720.543/2011-63
Bruno Antonietto Chaos	312.702.358-85	15924-720.556/2011-32
Silmara Cristina Piacentini Moreira	120.689.378-83	10831.720289/2012-08

4. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ ROVIRALTA DIAS BAPTISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O Inspetor Chefe Substituto da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 224, 302, 304 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF 203, de 15/05/2012, publicada no DOU em 17/05/2012, bem como o artigo 810, § 3º, do Decreto 6.759/2009, publicado no DOU em 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, declara:

1. Cancelado, no Registro de Despachantes Aduaneiros, em razão da sanção administrativa de cassação de registro aplicada por decisão exarada no Processo Administrativo 10831.720290/2011-43, a seguinte inscrição:

INSCR	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D-04.112	ALEXANDRE RODRIGUES CAETANO	136.283.428-99	10314.004468/2003-44

2. Cancelado, no Registro de Despachantes Aduaneiros, em razão da sanção administrativa de cassação de registro aplicada por decisão exarada no Processo Administrativo 10831.720333/2011-91, a seguinte inscrição:

INSCR	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D-03.163	LUIZ ROBERTO MARTINS DA SILVA	111.525.098-10	10814.002028/00-34

3. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ ROVIRALTA DIAS BAPTISTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Cancelamento do Registro Especial de Papel Imune

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04/03/2009 (DOU de 06/03/2009), nos termos do artigo 3º, inciso III da Portaria de Delegação de Competência GD/10830/22/2011, de 21 de fevereiro de 2011, publicado no DOU de 23/02/2011 tendo em vista a competência estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 976, de 07/12/2009 (D.O.U. de 08/12/2009), alterada pela Instrução Normativa SRF nº 1.011, de 23/02/2010 (D.O.U DE 24/02/2010) e Instrução Normativa SRF n.º 1048 de 29/06/2010. declara:

Art. 1º - O CANCELAMENTO, a pedido das empresas, da inscrição dos contribuintes aqui relacionados no Registro Especial de PAPEL IMUNE, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 976, de 07/12/2009, que disciplina procedimentos referentes à análise de pedidos de Registro ao Regime Especial para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, instituído pelo art. 1º, da Lei n. º 11.945, de 04/06/2009, com as alterações efetuadas pela Instrução Normativa SRF nº 1.011, de 23/02/2010 (D.O.U DE 24/02/2010), e Instrução Normativa SRF n.º 1048 de 29/06/2010.

Nome Empresarial	EMPRESA JORNALISTICA EKN LTDA EPP
CNPJ:	02.940.556/0001-93
Processo	12278.720049/2012-53
Atividade	IMPORTADORA(IP)
Número do Registro Especial	IP 08104/00011 recadastrado como IP 08104/00206
ADE Concessão	008/2011 de 24/06/2011

Nome Empresarial	INFORMATICA DE MUNICIPIOS ASSOCIADOS S/A
CNPJ:	48.197.859/0001-69
Processo	10830.723164/2012-31
Atividade	GRÁFICA (GP)
Número do Registro Especial	GP 08104/00137 recadastrado como GP 08104/ 00251
ADE Concessão	008/2011 de 24/06/2011

Art. 2°- Fica revogado parcialmente o ADE de concessão supra referenciado, com relação a exclusão específica da empresa acima mencionada da relação de empresas que compõem o referido ADE..

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIEGO DE SOUSA FARIA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 279, publicada no DOU em 03 de agosto de 2012, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação da inscrição é motivada pela constatação de mais de um número de inscrição para a mesma pessoa jurídica (multiplicidade de inscrição do CNPJ), conforme previsto no inciso I do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

PROCESSO: 13069.000170/2012-93
CONTRIBUINTE: DENGES S/A
CNPJ: 05.545.491/0001-70
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 213, DE 3 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE

Por força do disposto no art. 111, inciso II, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) apenas os rendimentos relativos a proventos de aposentadoria e sua respectiva complementação, recebidos por portador de moléstia grave, são isentos do imposto sobre a renda. Os demais rendimentos, inclusive as importâncias pagas em virtude da distribuição de superavits de reservas dos planos de benefícios das entidades de previdência privada, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte e na Declaração de Ajuste Anual.

Dispositivos Legais: Art. 6º, XIV, da Lei nº 7.713, de 22.12.1988 (redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004), arts. 39, XXXIII e § 6º, do Decreto nº 3.000, de 1999, e art. 5º, XII e § 4º, da Instrução Normativa SRF nº 15, de 6.2.2001.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 214, DE 7 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

RESIDENTE NO EXTERIOR. RENDIMENTOS DE SALÁRIO.

Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos destinada a evitar a Dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto sobre a renda.

Os salários, ordenados e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receber em razão de um emprego somente são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

Dispositivos Legais: Art. 98, da Lei n° 5.172, de 25.10.1966, Código Tributário Nacional (CTN); art. 685, II, a), do Decreto n° 3.000, de 26.03.1999; art. 15, parágrafo 1, do Decreto n° 6.000, de 26.12.2006; art. 1°, da Instrução Normativa SRF n° 208; e art. 4°, da Instrução Normativa RFB n° 1.226, de 23.12.2011.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 215, DE 9 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir como despesa operacional, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução: (i) doações efetuadas a instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e, desde que preencham os requisitos estabelecidos em Lei; (ii) respeitados os demais requisitos estipulados no art. 365, inciso II do RIR/1999, as doações efetuadas às instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, consideradas entidades beneficentes de assistência social, que prestem serviços gratuitos nos limites estabelecidos pela legislação vigente.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 13; Lei nº 11.096, de 2005, art. 10; Lei nº 12.101, de 2009; art. 365 do Decreto nº 3.000, de 1999 - RIR/99; Instrução Normativa SRF nº 11/96; Instrução Normativa SRF n.º 87, de 1996.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir como despesa operacional, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução: (i) doações efetuadas a instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e, desde que preencham os requisitos estabelecidos em Lei; (ii) respeitados os demais requisitos estipulados no art. 365, inciso II do RIR/1999, as doações efetuadas às instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, consideradas entidades beneficentes de assistência social, que prestem serviços gratuitos nos limites estabelecidos pela legislação vigente.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 13; Lei n.º 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 57; Lei nº 11.096, de 2005, art. 10; Lei nº 12.101, de 2009; art. 365 do Decreto nº 3.000, de 1999 - RIR/99; Instrução Normativa SRF nº 11/96; Instrução Normativa SRF n.º 87, de 1996.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 216, DE 14 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

A administração e a locação de imóveis, próprios ou não, tais como os objeto de cessão de usufruto, se enquadram na alínea "c", inciso III, §1º, do artigo 518, do Regulamento do Imposto de Renda, atividades sujeitas à aplicação do percentual de trinta e dois por cento na determinação do lucro presumido.

Dispositivos Legais: artigos 518 e 519, § 1º, III, "c", § 3º e § 4º, do Decreto n.º 3.000, de 1999; artigos 3º e 36 da IN SRF n.º 93, de 1997; ADN Cosit n.º 10, de 1993 e PN Cosit nº 04/1995.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 217, DE 16 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

DEPRECIAÇÃO

As diferenças no cálculo da depreciação de bens do ativo imobilizado decorrentes do disposto no § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404, de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 2009, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007;

Dispositivos Legais: Parecer Normativo RFB nº 1, de 29 de julho de 2011.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

DEPRECIAÇÃO

As diferenças no cálculo da depreciação de bens do ativo imobilizado decorrentes do disposto no § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404, de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 2009, não terão efeitos para fins de apuração da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007;

Dispositivos Legais: Parecer Normativo RFB nº 1, de 29 de julho de 2011.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

DEPRECIAÇÃO

As diferenças no cálculo da depreciação de bens do ativo imobilizado decorrentes do disposto no § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404, de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 2009, não terão efeitos para fins de apuração do cálculo dos créditos no regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007;

Dispositivos Legais: Parecer Normativo RFB nº 1, de 29 de julho de 2011.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

DEPRECIAÇÃO

As diferenças no cálculo da depreciação de bens do ativo imobilizado decorrentes do disposto no § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404, de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 2009, não terão efeitos para fins de apuração do cálculo dos créditos no regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007;

Dispositivos Legais: Parecer Normativo RFB nº 1, de 29 de julho de 2011.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 218, DE 14 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

CESSÃO SEM COOBRIGAÇÃO. INCIDÊNCIA. Não incide o IOF nas operações de cessão sem coobrigação de direitos creditórios decorrentes de vendas a prazo, quando o cessionário for instituição financeira.

Dispositivos Legais: Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, arts. 2º, inciso I e 3º ; Lei nº 9.532, de 10 de novembro de 1997, art.58 ; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art.15, §1º, inciso III, alínea d; Resolução CMN nº 2.144, de 22 de fevereiro de 1995 e Parecer PGFN/CAT nº 1.709, de 2005.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 219, DE 16 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

Quando da suspensão dos pagamentos a título de benefício de aposentadoria por parte da Previdência Oficial, não há que se falar em complementação de aposentadoria para fins da isenção prevista no parágrafo 6º. do art. 39 do Decreto 3.000/99. Não fazem jus, assim, a tal isenção quaisquer montantes recebidos de entidade de Previdência Complementar durante a suspensão pelo assistido, que não mais se reveste da qualidade de aposentado.

Dispositivos Legais: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, art. 39, inciso XXXIII e §§ 4º a 7º; Instrução Normativa (IN) SRF nº 15, de 6 de fevereiro de 2001, art. 5º, §§1º a 6º e Solução de Consulta Interna Cosit nº 36, de 17 de dezembro de 2003.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 220, DE 16 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NO EXTERIOR. NÃO INCIDÊNCIA. Os pagamentos à representante comercial residente ou domiciliado no exterior pela prestação de serviços de captação e intermediação de negócios lá efetuados, não estão sujeitos à incidência da Contribuição por não configurarem hipótese de serviço prestado no Brasil ou cujo resultado aqui se verifique.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, art.1º, §1º.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

COFINS-IMPORTAÇÃO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NO EXTERIOR. NÃO INCIDÊNCIA. Os pagamentos à representante comercial residente ou domiciliado no exterior pela prestação de serviços de captação e intermediação de negócios lá efetuados, não estão sujeitos à incidência da Contribuição por não configurarem hipótese de serviço prestado no Brasil ou cujo resultado aqui se verifique.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, art.1º, §1º.

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

A partir de 1º de janeiro de 2002 (vigência da Lei nº 10.332, de 2001), com a cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) fica reduzida para 15% (quinze por cento) a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de remuneração de serviços de assistência administrativa e semelhantes.

Dispositivos Legais: Art. 2º-A da Lei nº 10.168, de 29.12.2000 (incluído pelo art. 7º da Lei nº 10.332, de 19.12.2001); arts. 682, 685,691 e 708 do Decreto 3.000, de 26.03.1999 - RIR/99.

Assunto: Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

A partir de 1º de janeiro de 2002 (vigência da Lei nº 10.332, de 2001), os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior a título de serviços de assistência administrativa e semelhantes, estão sujeitos à incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, à alíquota de 10% (dez por cento).

Dispositivos Legais: Art. 2°, §2° da Lei nº 10.168, de 29.12.2000.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 221, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

ISENÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE CARÁTER CULTURAL. Não se considera instituição de caráter cultural, para fins da isenção prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, entidade cuja atividade abranja o envio de doações em bens (obras de arte) e em espécie a entidade no exterior, sem qualquer vinculação da aplicação dos recursos para fins de benefício cultural brasileiro, não havendo participação de órgão governamental na análise e acompanhamento dos benefícios culturais decorrentes.

Dispositivos Legais: Art. 216, caput e § 3º da CRFB; Art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; Solução de Divergência Cosit nº 10, de 14 de agosto de 2001.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

ISENÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE CARÁTER CULTURAL. Não se considera instituição de caráter cultural, para fins da isenção prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, entidade cuja atividade abranja o envio de doações em bens (obras de arte) e em espécie a entidade no exterior, sem qualquer vinculação da aplicação dos recursos para fins de benefício cultural brasileiro, não havendo participação de órgão governamental competente na análise e acompanhamento dos benefícios culturais decorrentes.

Dispositivos Legais: Art. 216, caput e § 3º da CRFB; Art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; Solução de Divergência Cosit nº 10, de 14 de agosto de 2001.

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

REMESSA PARA FINS CULTURAIS. A remessa de doações em espécie a entidade no exterior, sem qualquer vinculação da aplicação dos recursos para fins de benefício cultural brasileiro, não havendo participação de órgão governamental competente na análise e acompanhamento dos benefícios culturais decorrentes, não se encontra abrangida pela hipótese de não-incidência prevista no art. 690, XI do Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/99), cabendo assim a retenção na fonte à alíquota de 15%, quando da remessa. Adicionalmente, a aplicabilidade da hipótese de não-incidência citada cinge-se às remessas que não constituírem rendimentos de residentes ou domiciliados no exterior.

Dispositivos Legais: Art. 216, caput e § 3º da CRFB; Art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; Solução de Divergência Cosit nº 10, de 14 de agosto de 2001; Art. 3º., § 1º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e Arts. 682, inciso e 685, I do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 222, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

ALIENAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL. ISENÇÃO

Está isento do imposto de renda o ganho de capital auferido por pessoa física que alienar imóvel residencial e no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da celebração do contrato aplicar o produto da alienação na aquisição de parte de outro imóvel residencial no qual o contribuinte já seja condômino, desde que não tenha se utilizado desse benefício nos últimos 5 anos.

Dispositivos Legais: Art. 39 da Lei nº 11.196, de 21.11.2005; e art. 2º, da Instrução Normativa SRF nº 599, de 28.12.2005.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 223, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

GANHO DE CAPITAL. CESSÃO DE DIREITOS.

A cessão de direito de preferência, por caracterizar-se como uma forma de alienação de bens e direitos de qualquer natureza, está sujeita ao pagamento do imposto sobre o ganho de capital.

Dispositivos Legais: Art. 117 do Decreto nº 3.000, de 26.03.1999 (republicado em 17.06.1999); art. 3º, inciso I da Instrução Normativa SRF nº 84, de 11.10.2001.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 224, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

PAGAMENTO CONDICIONAL. DEDUTIBILIDADE. No caso de pagamentos condicionais, sujeitos a condição suspensiva, somente quando do implemento da referida condição há que se cogitar de dedutibilidade da despesa pelo pagador, condicionada à necessidade da mesma.

Dispositivos Legais: Arts. 116. inciso II e 117, inciso I da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional); Decreto n.º 3.000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 299, § 1º.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 225, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Obrigações Acessórias

CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS. INSCRIÇÃO NO CNPJ. CONCEITO DE ESTABELECIMENTO. UNIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NO CNPJ.

Para efeito da legislação do CNPJ, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiro, onde a entidade exerce, em caráter temporário ou permanente as suas atividades.

A constituição de estabelecimentos filiais pela concessionária de serviço público está relacionada às atividades por ela desenvolvidas, considerando-se que o conceito de "estabelecimento" também envolve todo o complexo de bens organizado para o desenvolvimento das referidas atividades, não se limitando aos pontos de parada de trens e ônibus.

É facultado à concessionária de serviços públicos requerer a unificação de inscrição de seus estabelecimentos, desde que localizados em um mesmo município.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.250, de 1995, art. 37; Lei nº 10.406, de 2002; arts. 982 e 1.142; IN RFB nº 1.183, de 2011, art. 4º, § 2º, e art. 7º, inciso II.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 226, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

VENDA DE PREPARAÇÕES UTILIZADAS NA ALIMENTAÇÃO DE AVES E PORCOS PARA PESSOA JURÍDICA ESTABELECIDA NA ZFM. SUSPENSÃO. As operações de venda de preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais vivos classificados nas posições 01.03 e 01.05, classificadas no código 2309.90 da NCM, ainda que efetuadas a pessoas jurídicas estabelecidas na Zona Franca de Manaus, devem submeter-se à suspensão da exigibilidade da contribuição, de que tratam os arts. 54 a 56 da Lei nº 10.996, de 2010, não se lhes aplicando o disposto no art. 2º da Lei nº 10.996, de 2004.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.350, de 2010, arts. 54 e 55, § 5º, II; Instrução Normativa nº 1.157, de 2011, art. 2º, I a IV, art. 3º, §§ 1º e 4º e arts. 5º e 6º; Lei nº 10.996, de 2004, art. 2º; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

VENDA DE PREPARAÇÕES UTILIZADAS NA ALIMENTAÇÃO DE AVES E PORCOS PARA PESSOA JURÍDICA ESTABELECIDA NA ZFM. SUSPENSÃO. As operações de venda de preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais vivos classificados nas posições 01.03 e 01.05, classificadas no código 2309.90 da NCM, ainda que efetuadas a pessoas jurídicas estabelecidas na Zona Franca de Manaus, devem submeter-se à suspensão da exigibilidade da contribuição, de que tratam os arts. 54 a 56 da Lei nº 10.996, de 2010, não se lhes aplicando o disposto no art. 2º da Lei nº 10.996, de 2004.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.350, de 2010, arts. 54 e 55, § 5º, II; Instrução Normativa nº 1.157, de 2011, art. 2º, I a IV, art. 3º, §§ 1º e 4º e arts. 5º e 6º; Lei nº 10.996, de 2004, art. 2º; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

É ineficaz a consulta, não produzindo efeitos, quando não versar sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária. O processo de consulta de que tratam os arts. 48 a 50 da Lei nº 9.430, de 1996, e arts. 43 a 56 do Decreto nº 70.235, de 1972, presta-se unicamente a fornecer ao sujeito passivo a interpretação adotada pela RFB para determinada norma tributária, a qual discipline situações por ele enfrentadas e cujo sentido não lhe seja claro. Dada a finalidade para a qual está voltado, o processo de consulta não é o meio adequado para esclarecer dúvidas relativas a questões práticas e operacionais sobre procedimentos a serem seguidos para o correto preenchimento de declarações. Para tal fim, a RFB mantém em suas unidades os serviços de orientação denominados "Plantão Fiscal".

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, I, c/c art. 46.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 227, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

SUSPENSÃO. VENDA DE BOVINOS. De 01/11/2009 até 27/06/2011 gozavam da suspensão do pagamento da Cofins, incidente sobre a venda, no mercado interno, de produtos classificados nas posições 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21 e 0206.29 da NCM, as receitas obtidas por pessoa jurídica que industrializasse produtos classificados nas posições 01.02, 02.01 e 02.02 da NCM.

A partir de 27/06/2011, a suspensão do pagamento da Cofins passa a incidir sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de produtos classificados nas posições 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21 e 0206.29 da NCM, quando obtida por pessoa jurídica que revenda tais produtos ou que industrialize produtos classificados nas posições 01.02, 02.01 e 02.02 da NCM.

Dispositivos Legais: Lei n° 12.058, de 2009, art. 32, inciso II.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

SUSPENSÃO. VENDA DE BOVINOS. De 01/11/2009 até 27/06/2011 gozavam da suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep, incidente sobre a venda, no mercado interno, de produtos classificados nas posições 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21 e 0206.29 da NCM, as receitas obtidas por pessoa jurídica que industrializasse produtos classificados nas posições 01.02, 02.01 e 02.02 da NCM.

A partir de 27/06/2011, a suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep passa a incidir sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de produtos classificados nas posições 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21 e 0206.29 da NCM, quando obtida por pessoa jurídica que revenda tais produtos ou que industrialize produtos classificados nas posições 01.02, 02.01 e 02.02 da NCM.

Dispositivos Legais: Lei n° 12.058, de 2009, art. 32, inciso II.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 228, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Não incide a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação sobre os valores pagos, creditados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior a título de Royalties, como contrapartida pelo licenciamento de softwares.

Porém, se no contrato de licenciamento houver a previsão de prestação de serviços de manutenção e suporte técnico, além do simples licenciamento do software, sobre esses serviços incidirá a contribuição.

Nos casos em que o contrato não for suficientemente claro para individualizar esses componentes, o valor total deverá ser considerado referente a serviços e, com isso, sofrer a incidência da contribuição.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, 2004, caput, art. 1º, § 1º e art. 3º, inciso II; arts. 22 e 23, da Lei nº 4.506, de 1964; art. 17 da IN SRF n° 252, de 2002.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Não incide a Cofins-Importação sobre os valores pagos, creditados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior a título de Royalties, como contrapartida pelo licenciamento de softwares.

Porém, se no contrato de licenciamento houver a previsão de prestação de serviços de manutenção e suporte técnico, além do simples licenciamento do software, sobre esses serviços incidirá a contribuição.

Nos casos em que o contrato não for suficientemente claro para individualizar esses componentes, o valor total deverá ser considerado referente a serviços e, com isso, sofrer a incidência da contribuição.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, 2004, caput, art. 1º, § 1º e art. 3º, inciso II; arts. 22 e 23, da Lei nº 4.506, de 1964; art. 17 da IN SRF n° 252, de 2002.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 229, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Não incide a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação sobre os valores pagos, creditados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior a título de Royalties, como contrapartida pelo licenciamento de softwares.

Porém, se no contrato de licenciamento houver a previsão de prestação de serviços de manutenção e suporte técnico, além do simples licenciamento do software, sobre esses serviços incidirá a contribuição.

Nos casos em que o contrato não for suficientemente claro para individualizar esses componentes, o valor total deverá ser considerado referente a serviços e, com isso, sofrer a incidência da contribuição.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, 2004, caput, art. 1º, § 1º e art. 3º, inciso II; arts. 22 e 23, da Lei nº 4.506, de 1964; art. 17 da IN SRF n° 252, de 2002.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Não incide a Cofins-Importação sobre os valores pagos, creditados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior a título de Royalties, como contrapartida pelo licenciamento de softwares.

Porém, se no contrato de licenciamento houver a previsão de prestação de serviços de manutenção e suporte técnico, além do simples licenciamento do software, sobre esses serviços incidirá a contribuição.

Nos casos em que o contrato não for suficientemente claro para individualizar esses componentes, o valor total deverá ser considerado referente a serviços e, com isso, sofrer a incidência da contribuição.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, 2004, caput, art. 1º, § 1º e art. 3º, inciso II; arts. 22 e 23, da Lei nº 4.506, de 1964; art. 17 da IN SRF n° 252, de 2002.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 230, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Não incide a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação sobre os valores pagos, creditados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior a título de Royalties, como contrapartida pelo licenciamento de softwares.

Porém, se no contrato de licenciamento houver a previsão de prestação de serviços de manutenção e suporte técnico, além do simples licenciamento do software, sobre esses serviços incidirá a contribuição.

Nos casos em que o contrato não for suficientemente claro para individualizar esses componentes, o valor total deverá ser considerado referente a serviços e, com isso, sofrer a incidência da contribuição.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, 2004, caput, art. 1º, § 1º e art. 3º, inciso II; arts. 22 e 23, da Lei nº 4.506, de 1964; art. 17 da IN SRF n° 252, de 2002.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Não incide a Cofins-Importação sobre os valores pagos, creditados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior a título de Royalties, como contrapartida pelo licenciamento de softwares.

Porém, se no contrato de licenciamento houver a previsão de prestação de serviços de manutenção e suporte técnico, além do simples licenciamento do software, sobre esses serviços incidirá a contribuição.

Nos casos em que o contrato não for suficientemente claro para individualizar esses componentes, o valor total deverá ser considerado referente a serviços e, com isso, sofrer a incidência da contribuição.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, 2004, caput, art. 1º, § 1º e art. 3º, inciso II; arts. 22 e 23, da Lei nº 4.506, de 1964; art. 17 da IN SRF n° 252, de 2002.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 231, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

RENDIMENTOS. CARTÓRIO. TRIBUTAÇÃO NA PESSOA FÍSICA DO TITULAR.

Os rendimentos oriundos dos serviços notariais e cartoriais a que se refere o art. 236 da Constituição Federal serão tributados mensalmente pelo imposto de renda na pessoa física do titular do cartório, sujeitando-se ao recolhimento do carnê-leão na forma da legislação em vigor.

Os valores dos títulos liquidados em cartório, por não constituírem rendimentos de serviços dos cartórios, não devem ser escriturados no livro caixa, assim como seus repasses aos respectivos credores não constituem despesas dedutíveis.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.713, de 1988, art. 11; Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999 (Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999), arts. 75, 106 e 109.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 232, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO - ATIVIDADE GRÁFICA

A receita obtida pela impressão gráfica, por encomenda de terceiros, sujeita-se ao percentual 8% (oito por cento) para apuração da base de cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro presumido, salvo se produzida sob encomenda direta do consumidor ou usuário, em oficina ou residência, com no máximo cinco empregados e desde que o trabalho profissional represente no mínimo sessenta por cento na composição de seu valor, quando o percentual para apuração da base de cálculo do IRPJ será de 32% (trinta e dois por cento).

Dispositivos Legais: LC nº 116, de 2003; Decreto nº 7.212, de 2010 (Ripi/2010), art. 4º, art. 5º, inciso V, art. 7º, inciso II; Lei nº 9.249, de 1995, art. 15 e ADI RFB nº 26, de 2008.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO - ATIVIDADE GRÁFICA

A receita obtida pela impressão gráfica, por encomenda de terceiros, sujeita-se ao percentual 12% (doze por cento) para apuração da base de cálculo da CSLL pela sistemática do lucro presumido, salvo se produzida sob encomenda direta do consumidor ou usuário, em oficina ou residência, com no máximo cinco empregados e desde que o trabalho profissional represente no mínimo sessenta por cento na composição de seu valor, quando o percentual para apuração da base de cálculo da CSLL será de 32% (trinta e dois por cento).

Dispositivos Legais: LC nº 116, de 2003; Decreto nº 7.212, de 2010 (Ripi/2010), art. 4º, art. 5º, inciso V, art. 7º, inciso II; Lei nº 9.249, de 1995, arts. 15 e 20 e ADI RFB nº 26, de 2008.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 233, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. Somente faz jus ao desconto de crédito da Contribuição para o PIS/Pasep calculado em relação a bens e serviços utilizados como insumo, de que trata o art. 3º, II da Lei nº 10.637, de 2002, a pessoa jurídica que exerça a atividade de produção de bens ou de prestação de serviços. A apuração de crédito com esse fundamento legal não alcança pessoa jurídica que se dedique à revenda de bens.

Dispêndios de pessoa jurídica revendedora com divulgação, propaganda e qualquer gênero de marketing de seus produtos, em especial sendo ela sua revendedora exclusiva no País, caracterizam-se como despesas de venda dessa pessoa jurídica revendedora, jamais como dispêndios com uma atividade de prestação de serviços de promoção e representação comercial ao fabricante ou importador desses produtos, em nada sendo relevante este haver sido seu anterior proprietário, ou seja, aquele de quem a pessoa jurídica revendedora diretamente os adquiriu.

Portanto, restando caracterizado a pessoa jurídica atuar de fato apenas como revendedora de bens, não ensejam direito a créditos da Contribuição para o PIS/Pasep os valores por ela despendidos com a aquisição de brindes e de produtos a serem distribuídos como amostras grátis, tampouco com contratações de gráficas, empresas de propaganda e marketing ou editoras de publicações científicas para produção de material promocional e técnico, bem como com serviços de análise de mercado.

Em relação aos dispêndios com serviços tanto de armazenagem de materiais promocionais dos produtos revendidos como de distribuição desses materiais, igualmente descabe cogitar da apuração de créditos pela pessoa jurídica revendedora, dado tal possibilidade ser expressamente dirigida à armazenagem e frete de venda dos próprios bens adquiridos para revenda.

Quanto aos valores despendidos com a aquisição de licença de software de controle das visitas de seus promotores, bem como de "serviço de desenvolvimento de software para estabelecimento, cálculo e premiação da força de vendas", caracterizam-se igualmente como despesas de venda, não ensejando apuração de créditos da contribuição à pessoa jurídica, o que, evidentemente, mostra-se ainda mais nítido em se tratando de operações em que se caracteriza apenas como revendedora.

As despesas com agências de turismo para aquisição de passagens aéreas, hospedagem e aluguel de veículos para "empregados e funcionários" não dão direito ao desconto de crédito da contribuição, por total falta de previsão legal.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, I, II e IV; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, inciso IX, c/c inciso I e art. 15, II; Lei n° 4.886, de 1965, art. 1º.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. Somente faz jus ao desconto de crédito da Cofins calculado em relação a bens e serviços utilizados como insumo, de que trata o art. 3º, II da Lei nº 10.833, de 2003, a pessoa jurídica que exerça a atividade de produção de bens ou de prestação de serviços. A apuração de crédito com esse fundamento legal não alcança pessoa jurídica que se dedique à revenda de bens.

Dispêndios de pessoa jurídica revendedora com divulgação, propaganda e qualquer gênero de marketing de seus produtos, em especial sendo ela sua revendedora exclusiva no País, caracterizam-se como despesas de venda dessa pessoa jurídica revendedora, jamais como dispêndios com uma atividade de prestação de serviços de promoção e representação comercial ao fabricante ou importador desses produtos, em nada sendo relevante este haver sido seu anterior proprietário, ou seja, aquele de quem a pessoa jurídica revendedora diretamente os adquiriu.

Portanto, restando caracterizado a pessoa jurídica atuar de fato apenas como revendedora de bens, não ensejam direito a créditos da Cofins os valores por ela despendidos com a aquisição de brindes e de produtos a serem distribuídos como amostras grátis, tampouco com contratações de gráficas, empresas de propaganda e marketing ou editoras de publicações científicas para produção de material promocional e técnico, bem como com serviços de análise de mercado.

Em relação aos dispêndios com serviços tanto de armazenagem de materiais promocionais dos produtos revendidos como de distribuição desses materiais, igualmente descabe cogitar da apuração de créditos pela pessoa jurídica revendedora, dado tal possibilidade ser expressamente dirigida à armazenagem e frete de venda dos próprios bens adquiridos para revenda.

Quanto aos valores despendidos com a aquisição de licença de software de controle das visitas de seus promotores, bem como de "serviço de desenvolvimento de software para estabelecimento, cálculo e premiação da força de vendas", caracterizam-se igualmente como despesas de venda, não ensejando apuração de créditos da contribuição à pessoa jurídica, o que, evidentemente, mostra-se ainda mais nítido em se tratando de operações em que se caracteriza apenas como revendedora.

As despesas com agências de turismo para aquisição de passagens aéreas, hospedagem e aluguel de veículos para "empregados e funcionários" não dão direito ao desconto de crédito da contribuição, por total falta de previsão legal.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, II, IV e IX; Lei n° 4.886, de 1965, art. 1º.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 234, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

PRAZO MÉDIO MÌNIMO. EMPRÉSTIMO EXTERIOR. Os juros eventualmente pagos pela tomadora do empréstimo não entram no cômputo do cálculo do prazo médio mínimo, onde deverão ser consideradas apenas as parcelas de principal a serem amortizadas. Para fins de determinação da alíquota aplicável, deve-se determinar se o prazo da operação, calculado na forma do § 2º do art. 1º. do Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 41, de 2011, supera o limite legalmente determinado.

Dispositivos Legais: Artigo 15-A, incisos IX e XXII do Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007; Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 41, de 01 de agosto de 2011.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 235, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

A participação nos lucros e resultados recebida acumuladamente, que deveria ter sido paga por ano ou por semestre, poderá ser tributada conforme o § 1° do art. 12 A da Lei n° 7.713, de 1988, multiplicando a tabela progressiva mensal do mês de recebimento pela quantidade (ou número) de anos ou de semestres que estão sendo recebidos em atraso.

Dispositivos Legais: Art. 3° da Lei n° 10.101, de 19.12.2000; e art. 12 A da Lei n° 7.713, de 22.12.1988.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 236, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

SUSPENSÃO DE INCIDÊNCIA. VENDAS DE RESÍDUOS, APARAS E DESPERDÍCIOS. A suspensão de incidência da contribuição para o PIS/Pasep prevista no art. 48 da Lei nº 11.196, de 2005, aplica-se às vendas de desperdícios, aparas e resíduos efetuadas por pessoa jurídica que apure o IRPJ pelo lucro presumido a pessoas jurídicas que apurem o IRPJ pelo lucro real e, por conseguinte, sujeitas à sistemática não-cumulativa de apuração da mesma contribuição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tal suspensão não se aplica nas vendas feitas pelas pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido a outras pessoas jurídicas também optantes pelo lucro presumido, bem como, seja qual for a pessoa jurídica vendedora, quando o adquirente dos produtos for optante pelo Simples Nacional.

Dispositivos Legais: Lei nº 11.196, de 2005, arts. 47 e 48.

Assunto: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

SUSPENSÃO DE INCIDÊNCIA. VENDAS DE RESÍDUOS, APARAS E DESPERDÍCIOS. A suspensão de incidência da Cofins prevista no art. 48 da Lei nº 11.196, de 2005, aplica-se às vendas de desperdícios, aparas e resíduos efetuadas por pessoa jurídica que apure o IRPJ pelo lucro presumido a pessoas jurídicas que apurem o IRPJ pelo lucro real e, por conseguinte, sujeitas à sistemática não-cumulativa de apuração da mesma contribuição.

Tal suspensão não se aplica nas vendas feitas pelas pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido a outras pessoas jurídicas também optantes pelo lucro presumido, bem como, seja qual for a pessoa jurídica vendedora, quando o adquirente dos produtos for optante pelo Simples Nacional.

Dispositivos Legais: Lei nº 11.196, de 2005, arts. 47 e 48.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Habilitação em admissão temporária

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011 e no uso das atribuições pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 747, de 14 de Junho de 2007, e ainda o que consta no Processo Administrativo nº 10314.726185/2012-48, declara:

Art. 1º Fica habilitada, em caráter precário, a utilizar os procedimentos simplificados para aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária a empresa Zanettini, Barossi SA Indústria e Comércio, estabelecida na Av. Carioca, 446/90 - Ipiranga, CEP 04225-001, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.357.406/0001-10, para as mercadorias abaixo relacionadas:

caixas plásticas						
modelo	valor(U$$)	Quantidade	NCM	COMP	LARG	ALTURA
KLT 6428	R$ 14,89	3000	3923.10.90	0,6	0,4	0,28
GMA	R$ 20,00	1500	3923.10.90	1,2	1	0,86
KLT 4314	R$ 2,96	2800	3923.10.90	0,4	0,3	0,15

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

EDUARDO TORRES SIMÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011, atendendo à SAT n° 278, de 01/07/2012, e ao que consta do Processo 10314.726303/2012-18, em tramitação nesta Inspetoria, DECLARA, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca Honda, modelo CR-V LX, ano-fabricação 2003, ano-modelo 2003, chassi SHSRD78453U130284, cor prata, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente à Sra. Julie Limoges, vice-cônsul do Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, desembaraçado com privilégio diplomático, em 30/05/2009, através da declaração de importação nº 09/0678789-3, registrada na Alfândega do Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para o Sr. Marco Antonio de Lima Costa, CPF 366.681.488-32, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

9ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.08.752	NADIR DE SOUZA	712.139.889-34
9A.08.753	CHARLES CAMPOS SASSO	007.917.009-92
9A.08.754	JULIANA NADIR SILVANO	054.678.329-56

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILBERTO TRAGANCIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e o artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e face ao que consta dos respectivos processos n.ºs 10980.726.966/2012-80, 10980.726.967/2012-24, 10980.726.891/2012-37 e 10980.726.892/2012-81, declara:

Nº 232 - Art. 1º INSCRITO no Registro Especial UP 09101/00109 o estabelecimento abaixo indicado que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos na atividade de USUÁRIO, nos termos do art. 1º, § 1º, item II da mesma Instrução Normativa.

Jornal Folha do Litoral Ltda;

CNPJ/MF nº: 02.813.229/0001-70;

Rua Rodrigues Alves, nº. 747 - Centro - 83.203-170 - Paranaguá - Pr.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN 976/2009 e dos demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro na forma do art. 7º da referida Instrução.

Nº 233 - Art. 1º INSCRITO no Registro Especial UP 09101/00110 o estabelecimento abaixo indicado que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos na atividade de USUÁRIO, nos termos do art. 1º, § 1º, item II da mesma Instrução Normativa.

Folha do Litoral News Ltda;

CNPJ/MF nº. 16.619.945/0001-26;

Rua Rodrigues Alves, nº. 747, Sala 1 - Centro - 83.203-170 - Paranaguá - Pr.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN 976/2009 e dos demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro na forma do art. 7º da referida Instrução.

Nº 235 - Art. 1º INSCRITO no Registro Especial GP 09101/00225 o estabelecimento abaixo indicado que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos na atividade de GRÁFICA, nos termos do art. 1º, § 1º, item V da mesma Instrução Normativa.

GRÁFICA E EDITORA CONCRETA LTDA

CNPJ: 00.779.012/0001-66.

Rua Antônio Ribeiro Macedo, 287 - Xaxim - 81.810-250 - Curitiba - Pr.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN 976/2009 e dos demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro na forma do art. 7º da referida Instrução.

Nº 236 - Art. 1º INSCRITO no Registro Especial GP 09101/00226 o estabelecimento abaixo indicado que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos na atividade de GRÁFICA, nos termos do art. 1º, § 1º, item V da mesma Instrução Normativa.

AD2 EDITORA GRÁFICA LTDA

CNPJ: 10.432.414/0001-43.

Rua Garuva, 327 - Cidade Industrial - 81.240-200 - Curitiba - Pr.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN 976/2009 e dos demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro na forma do art. 7º da referida Instrução.

Art. 3º Estes Atos Declaratórios Executivos produzirão efeito a partir da data de sua publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Declara inapta inscrição, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), de pessoa jurídica.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 37, III, no art. 40, § 2º, e no art. 43, § 3º, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011, e as considerações do Processo Administrativo nº 10907.720140/2011-17 e do Parecer SARAC nº 340/2012, declara:

Art. 1° Inapta a inscrição CNPJ nº 09.370.220/0001-81, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, da empresa S W S BRASIL COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA-ME.

Art. 2° Os documentos emitidos pela empresa são considerados tributariamente ineficazes a partir de 7 de julho de 2009.

Art. 3° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JACKSON ALUIR CORBARI

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 202, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/026.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial nº 10106/026, como engarrafador de bebidas no processo 11020.002359/93-18, o estabelecimento da empresa Fante Indústria de Bebidas Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 89.967.939/0001-33, situado na Rodovia RS 122, s/n, km 96, Bairro Sede, no município de Flores da Cunha - RS.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo de Recipiente	Capacidade do Recipiente
Cooler com Vinho e Suco de Morango	Cock	2206.00.90	não retornável	240 ml
Cooler com Vinho Branco e Suco de Pêssego	Cock	2206.00.90	não retornável	240 ml
Cooler Vinho	Bubble	2206.0090	não retornável	250 ml
Blended Whisky	Cockland Gold	2208.30.00	não retornável	190 ml
Blended Whisky	Cockland Gold	2208.30.20	não retornável	1.000 ml
Blended Whisky	O Monge	2208.30.00	não retornável	995 ml
Blended Whisky	Barrilete	2208.30.00	não retornável	995 ml
Cachaça	Brazuka	2208.40.00	não retornável	200 ml
Cachaça	Brazuka	2208.40.00	não retornável	700 ml
Gim Seco	Rock's	2208.50.00	não retornável	1.000 ml
Vodca	Rajska	2208.60.00	não retornável	250 ml
Vodca	Rajska	2208.60.00	não retornável	1.000 ml
Aperitivo de Malte Uísque e Carvalho	Black Stone	2208.90.00	não retornável	250 ml
Aperitivo de Malte Uísque e Carvalho	Black Stone	2208.90.00	não retornável	1.000 ml
Batita de Limão	Kaipy	2208.90.00	não retornável	1.000 ml
Batida Alcoólica Mista ou Coquetel de Rum com Aroma de Limão	Berik's	2208.90.00	não retornável	190 ml
Batida Alcoólica Mista	Rajska Appel	2208.90.00	não retornável	250 ml
Batida Alcoólica Mista	Rajska Appel	2208.90.00	não retornável	1.000 ml
Bebida Alcoólica Mista de Vodka com Sabor de Limão	Rajska Ice	2208.90.00 EX02	não retornável	275 ml
Bebida Alcoólica Mista de Vodka com Sabor de Limão	Rajska Ice	2208.90.00 EX02	não retornável	250 ml
Bebida Alcoólica Mista de Vodka com Limão	Rajska Lemon	2208.90.00	não retornável	1.000 ml
Coquetel de Rum com Côco	Cocoblanc	2208.90.00	não retornável	190 ml
Coquetel de Rum com Côco	Cocoblanc	2208.90.00	não retornável	750 ml
Steinhaeger	Kosten	2208.90.00	não retornável	980 ml

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Amargo Bitter	Sang'Galo	2208.90.00	não retornável	1000 ml
Vinho Moscatel Espumante	Boninni	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Notredame	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Cordelier	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Cordelier	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Fino Chardonnay	Cordelier	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado Licoroso Doce	Cordelier	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Cordelier	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Cordelier	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino	Equilibrium	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave Frisante	Estate Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave Frisante	Estate Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Demi-Sec Niágara	Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado Suave	Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Meio Seco	Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave Bordô	Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave Cabernet Sauvignon	Faroni Lopes	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave Moscato Frisante	Glam	2204.21.00	não retornável	250 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Oremus	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi-Sec	Oremus	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Oremus	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Rosado Moscatel Espumante	Oremus	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Fino Chardonnay	Oremus	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Frisante Suave Moscato Giallo	Oremus	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino	Oremus	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Meio Seco Fino Cabernet Sauvignon	Oremus	2201.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Oremus	2201.21.00	não retornável	245 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Oremus	2201.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Oremus	2201.21.00	não retornável	245 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Oremus	2201.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Quinta do Morgado	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Quinta do Morgado	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Moscato	Quinta do Mosgado	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Branco Suave	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	250 ml
Vinho Branco Suave	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado Suave	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	250 ml
Vinho Tinto Seco	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Quinta do Morgado	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Suave	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	250 ml
Vinho Tinto Suave	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Tinto Suave	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto Suave	Quinta do Morgado	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Meio Seco Bordô	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Meio Seco Bordô	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto Suave Bordô	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	250 ml
Vinho Tinto Suave Bordô	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave Bordô	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Tinto Suave Bordô	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto Suave Fino Cabernet Sauvignon	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	250 ml
Vinho Tinto Suave Fino Cabernet Sauvignon	Quinta do Morgado	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Volentieri	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Volentirri	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Volentieri	2204.21.00	não retornável	750 ML
Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Alberto Andreazza & Filhos Ltda., CNPJ 87.810.677/0001-73				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Halberth	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Halberth	2204.10.90	não retornável	750 ml
Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Dunamis Vinhos e Vinhedos Ltda., CNPJ 04.847.758/0001-10				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Dunamis Ar	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Dunamis Ar	2204.10.90	não retornável	750 ml
Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Irmãos Molon Ltda., CNPJ 88.621.586/0001-52				
Vinho Moscatel Espumante	Pietro Felice	2204.10.90	não retornável	750 ml
Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Terrassul Vinhos Ltda., CNPJ 01.126.019/0001-41				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Terrasul	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Terrasul	2204.10.90	não retornável	750 ml
Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinhos Ulian Ltda. - ME, CNPJ 04.519.576/0001-10				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Ulian	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Ulian	2204.10.90	não retornável	750 ml
Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinícola Muraro Ltda., CNPJ 89.965.800/0001-50				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Muraro	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Muraro	2204.10.90	não retornável	750 ml
Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinícola Sulmonte Ltda. , CNPJ 04.114.743/0001-43				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Sulmonte	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Sulmonte	2204.10.90	não retornável	750 ml

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 27, de 23 de maio de 2008, publicado no DOU nº 100, de 28 de maio de 2008.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 203, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/109.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial nº 10106/109, como engarrafador de bebidas no processo 11020.001174/2002-48, o estabelecimento da empresa Industria e Comercio de Bebidas Del Colono Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 04.144.347/0001-69, situado na Linha Cândida, 650, Primeiro Distrito, no município de Antonio Prado - RS.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Cooler com Vinho Rosado e Suco de Pêssego	Bela Itália	2206.00.90	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco	Bela Itália	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco	Bela Itália	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Branco Seco	Bela Itália	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Branco Suave	Bela Itália	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Suave	Bela Itália	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Branco Suave	Bela Itália	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Rosado Seco	Bela Itália	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Rosado Suave	Bela Itália	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Rosado Suave	Bela Itália	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Rosado Suave	Bela Itália	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Tinto Seco	Bela Itália	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco	Bela Italia	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Tinto Seco	Bela Itália	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Tinto Suave	Bela Itália	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Suave	Bela Itália	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Tinto Suave	Bela Itália	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Del Tchodo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Del Tchodo	2204.21.00	não retornável	745 ml
Vinho Branco Seco Fino Moscato	Del Tchodo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco Fino Moscato	Del Tchodo	2204.21.00	não retornável	745 ml
Vinho Branco Suave	Del Tchodo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Suave	Del Tchodo	2204.21.00	não retornável	745 ml
Vinho Rosado Seco	Del Tchodo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Rosado Suave	Del Tchodo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco	Del Tchodo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco	Del Tchodo	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Seco	Del Tchodo	2204.21.00	não retornável	745 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Del Tchodo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Del Tchodo	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Del Tchodo	2204.21.00	não retornável	745 ml
Vinho Tinto Suave	Del Tchodo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Suava	Del Tchodo	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Suave	Del Tchodo	2204.21.00	não retornável	745 ml
Vinho Tinto Demi-Sec Bordô	Cremona	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Demi-Sec Bordô	Cremona	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Demi-Sec Bordô	Cremona	2204.21.00	não retornável	745 ml

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 05, de 30 de janeiro de 2009, publicado no DOU nº 22, de 02 de fevereiro de 2009.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 204, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/139.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial nº 10106/139, como engarrafador de bebidas no processo 11020.003463/2010-91, o estabelecimento da empresa Vinícola Benedetti Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 87.804.894/0001-50, situado no Travessão Felisberto da Silva, s/n, Zona Rural, no município de Flores da Cunha - RS.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco Seco	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco Seco	Benedetti	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco Seco	Benedetti	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco Seco	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco Suave	Benedetti	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco Suave	Benedetti	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco Suave	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Benedetti	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Benedetti	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Benedetti	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Benedetti	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Benedetti	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Benedetti	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Fino Chardonnay	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco Seco Fino Chardonnay	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Fino Moscato Giallo	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco Seco Fino Moscato Giallo	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado Seco	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Rosado Seco	Benedetti	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Rosado Seco	Benedetti	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Rosado Seco	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto Seco	Benedetti	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto Seco	Benedetti	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto Seco	Benedetti	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto Seco	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto Suave	Benedetti	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto Suave	Benedetti	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto Suave	Benedetti	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto Suave	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vinho Tinto Suave	Benedetti	2204.21.00	não retornável	300 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	Benedetti	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	Benedetti	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave Bordô	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto Suave Bordô	Benedetti	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto Suave Bordô	Benedetti	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto Suave Bordô	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Tannat	Benedetti	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto Seco Fino Tannat	Benedetti	2204.21.00	não retornável	750 ml

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 03, de 09 de janeiro de 2012, publicado no DOU nº 08, de 11 de janeiro de 2012.

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO

PORTARIA Nº 18, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012.

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO/RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência dos pagamentos do REFIS por pagamento de parcela em valor irrisório -, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir do mês subsequente à publicação desta Portaria, conforme Propostas/Despachos da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Passo Fundo/RS exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
00.399.065/0001-51	ELIZ GRAZZI COMERCIO DE CONFECCOES LTDA	19802.000.257/2010-34
00.488.423/0001-00	JULIO VITORIO ALIPRANDINI AENLHE - ME	19802.000.265/2010-81
87.629.515/0001-33	CONSTRUCAR - CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA	19802.000.260/2010-58
89.753.503/0001-41	MARTINI VEICULOS LTDA	19802.000.246/2010-54
89.786.602/0001-20	SODER E CIA LTDA	19802.000.255/2010-45
90.180.035/0001-42	PRIMMAZ & CIA LTDA	19802.000.274/2010-71
90.239.682/0001-82	FERCRIS AVIACAO AGRICOLA UWA LTDA	19802.000.261/2010-01
91.545.376/0001-37	INDUSTRIA COMERCIO E METALURGICA TREVISA	19802.000.249/2010-98
91.740.043/0001-69	ISABELY MOVEIS TUBULARES LTDA	19802.000.270/2010-93
97.318.703/0001-02	AUTO MECANICA SARANDI LTDA	19802.000.269/2010-69

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERSON LUIZ GRAEF
Delegado

PORTARIA Nº 20, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO/RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso VII, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - simulação de atos tendentes à subtração de receita bruta do contribuinte -, a pessoa jurídica ÓPTICA BRASIL S/A, CNPJ nº 92.024.603/0001-41, com efeitos a partir de 01/08/2011, conforme Proposta/Despacho da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Passo Fundo/RS exarado no processo administrativo nº 19802.000266/2010-25.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERSON LUIZ GRAEF
Delegado

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O CHEFE DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/URA nº 067/2012, de 09 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 2 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11075.721446/2012-66	Alison Leandro Vay	006.027.410-76
11075.721343/2012-04	Alex Sandr Gonçalves Dalcanales Júnior	026.124.080-37
11075.721447/2012-19	Frederico Gonçalves Rott	839.201.610-68
11075.721459/2012-35	Luiz Henrique Michelena Alves	025.755.180-83

Art. 2º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALEX NÓBREGA DE OLIVEIRA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 544, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

Estabelece Critérios e Procedimentos de Atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE no âmbito do Ministério da Integração Nacional - MI.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 5º, do art. 7º-A, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterada pelas Leis n.os 11.784, de 22 de setembro de 2008 e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e em conformidade com o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Aprovar os critérios e os procedimentos para a realização da Avaliação de Desempenho Individual e Institucional para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, instituída pelo art. 7º -A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Portaria, ficam definidos os seguintes termos:

I - avaliação de desempenho: monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor e institucional dos órgãos e das entidades de exercício dos servidores integrantes do plano de cargos citados no art. 1º, tendo como referência as metas globais e intermediárias propostas para as unidades do MI;

II - unidade de avaliação: conjunto de unidades administrativas do MI, agrupadas por natureza de atividades e/ou de processos de trabalho;

III - equipe de trabalho: grupo de servidores de que trata o art. 1º desta Portaria, em exercício na mesma unidade de avaliação;

IV - ciclo de avaliação: período de doze meses considerado para realização da avaliação de desempenho individual e institucional, com vistas a aferir o desempenho dos servidores;

V - plano de trabalho: documento no qual serão registrados os dados referentes à equipe, ao líder de equipe, às metas intermediárias e cada compromisso de desempenho firmado por servidor junto ao avaliador para o ciclo de avaliação;

VI - meta global: meta que expressa o esforço de toda a organização no alcance de seus resultados;

VII - meta intermediária: meta definida em consonância com a meta global e segmentada por unidade de avaliação;

VIII - meta individual: meta de desempenho pactuada entre o servidor e a respectiva chefia em consonância com as metas intermediárias correspondentes à equipe de trabalho à qual pertence;

IX - avaliador: responsável pela avaliação de desempenho dos servidores subordinados;

X - líder de equipe: servidor integrante do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, responsável pela supervisão da avaliação por equipe dos servidores em sua unidade avaliativa, e;

XI - Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho - CAD: comissão responsável por acompanhar o processo de avaliação de desempenho e apreciar, em última instância, o recurso do servidor, quando se tratar de avaliação de desempenho individual.

Art. 3º A GDPGPE tem por finalidade incentivar o aprimoramento das ações do MI em todas as suas áreas de atividade e será concedida de acordo com os resultados das avaliações de desempenho individual e institucional.

Art. 4º A GDPGPE será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, aos valores estabelecidos no Anexo I desta Portaria, respeitando a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho individual, com pontuação distribuída conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	PONTUAÇÃO A SER ATRIBUÍDA AOS SERVIDORES
A partir de 14 pontos	20 pontos
De 8 a 13,9 pontos	Pontos proporcionais
Abaixo de 8 pontos	8 pontos.

II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho institucional.

Art. 5º Os valores a serem pagos a título de GDPGPE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo I desta Portaria, observados, conforme o caso, a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

Art. 6º As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

Art. 7º O titular de cargo de provimento efetivo integrante do Plano de Cargos referido no art. 1º desta Portaria, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança no MI, fará jus à GDPGPE, observado o posicionamento na classe e no padrão da tabela remuneratória do cargo efetivo ocupado, nas seguintes condições:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2 ou 1, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no art. 5º desta Portaria.

II - os investidos em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5 ou 4, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Parágrafo único. A avaliação institucional referida no inciso II será a do MI.

Art. 8º O titular de cargo de provimento efetivo integrante do Plano de Cargos referido no art. 1º desta Portaria, que não se encontre em exercício no MI, somente fará jus à GDPGPE, observado o posicionamento na classe e no padrão da tabela remuneratória do cargo efetivo ocupado, quando:

I - requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberá a GDPGPE com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no seu órgão de lotação;

II - cedido para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I e investido em cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 6, 5 e 4 ou equivalentes, perceberá a GDPGPE calculada com base no resultado da avaliação institucional do período;

III - cedido para órgão ou entidade do Poder Executivo Federal e investido em cargo em comissão DAS níveis 3, 2 e 1 ou em função de confiança ou equivalentes e perceberá a GDPGPE como disposto no inciso I do caput deste artigo; e

IV - cedido para exercício nas unidades gestoras dos sistemas estruturadores da administração pública federal, na forma do inciso II, § 1º, do artigo 16-B, da Lei nº 11.356/2006, hipótese em que perceberá a GDPGPE, calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no MI.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II será considerada a Avaliação Institucional do MI, que corresponderá à pontuação integral do servidor.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 9º O ciclo de avaliação de desempenho individual e institucional terá a duração de 12 (doze) meses, exceto o primeiro, que será de 6 (seis) meses.

§1º Será considerado como 1º (primeiro) ciclo de avaliação o período transcorrido no intervalo de 1º de setembro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010, que coincide com o 3º (terceiro) ciclo de avaliação para fins de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura - GDAIE, paga aos integrantes da Carreira de Analista de Infraestrutura, e do cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infraestrutura Sênior de que trata a Lei nº 11.539/2007.

§2º As Metas de Desempenho Institucional consideradas para o ciclo de avaliação transcorrido no intervalo de 1º de setembro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010 são aquelas definidas nos Anexos I e II da Portaria/MI nº 111, de 25 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União - DOU do dia 27 de maio de 2009.

§3º O resultado da primeira avaliação, individual e institucional, gera efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor, na forma do § 6º, do artigo 7º-A da Lei nº 11.357/2006.

§4º Excepcionalmente, serão avaliados individualmente, em relação ao primeiro ciclo avaliativo, todos os servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE do Quadro de Pessoal do MI, observadas as devidas exceções, e desde que tenha tido exercício em qualquer quantidade de dias no intervalo compreendido entre 1º de setembro de 2009 até o dia 28 de fevereiro de 2010.

Art.10. O 2º (segundo) ciclo de avaliação e os posteriores compreenderão as seguintes etapas:

I - publicação das metas globais, a que se refere o inciso I do § 1º do art. 21;

II - estabelecimento de compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início do ciclo de avaliação entre a chefia imediata e cada integrante da equipe, compreendendo as metas institucionais intermediárias de que trata o inciso II do § 1º do art. 21;

III - acompanhamento, ao longo do ciclo, de todas as etapas do processo de avaliação de desempenho individual e institucional, sob orientação e supervisão da Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH e da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD de que trata o art. 26;

IV - avaliação parcial dos resultados obtidos, para fins de ajustes necessários;

V - apuração final das pontuações para o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho;

VI - publicação do resultado final da avaliação; e

VII - retorno aos avaliados, visando discutir os resultados obtidos na avaliação de desempenho, após a consolidação das pontuações.

Art. 11. Será considerado como segundo ciclo avaliativo o iniciado em 1º de março 2010. A partir do segundo ciclo, as avaliações individual e institucional produzirão efeitos financeiros anuais.

§ 1º As avaliações individual e institucional serão processadas no mês seguinte ao do término do período avaliativo e gerarão efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do processamento das avaliações.

§ 2º A partir do segundo ciclo avaliativo, a avaliação individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício nas atividades por, no mínimo, 2/3 (dois terços), contados em dias, de um ciclo de avaliação completo.

Art. 12. Até o processamento da primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo, ou aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDPGPE no decurso do ciclo de avaliação, fará jus à respectiva gratificação, após sua entrada em exercício, no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados a classe e o padrão do cargo ocupado.

Art. 13. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, os servidores referidos no art. 1º desta Portaria continuarão percebendo a GDPGPE correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 14. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDPGPE correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de cessão.

Art. 15. A GDPGPE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho profissional, individual ou institucional ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Art. 16. Aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo é assegurada a participação no processo de avaliação de desempenho, mediante prévio conhecimento dos critérios e instrumentos utilizados, assim como do acompanhamento do processo, cabendo à Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH divulgar amplamente e orientar a respeito da política de avaliação dos servidores.

II - DAS UNIDADES DE AVALIAÇÃO

Art. 17. São consideradas unidades de avaliação para os fins desta Portaria as seguintes unidades administrativas deste Ministério:

I - Gabinete do Ministro - GAB;

II - Secretaria-Executiva - SECEX;

III - Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR;

IV - Secretaria Nacional de Irrigação - SENIR;

V - Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais - SFRI;

VI - Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC; e

VII - Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH.

III - DO PLANO DE TRABALHO

Art. 18. O Plano de Trabalho é o documento norteador das metas de desempenho e compromissos individuais pactuados, a ser elaborado pelas unidades de avaliação do MI na forma do Anexo IV desta Portaria, contendo as informações de todas as suas Subunidades até o nível de Divisão, e, em especial:

I - a indicação da unidade de avaliação, com a informação do gestor da unidade e do gestor do plano de trabalho responsável pelo preenchimento das informações;

II - a identificação das equipes de trabalho existentes na unidade, com as respectivas chefias, avaliadores e líderes de equipe;

III - a identificação funcional dos servidores que compõem a equipe de trabalho e o compromisso de desempenho individual firmado com a chefia imediata, com as respectivas assinaturas/aceites;

IV - as metas de desempenho pactuadas entre o servidor, a chefia e sua equipe de trabalho, definindo os propósitos firmados, que possibilitarão o acompanhamento do desempenho dos servidores ao longo do ciclo de avaliação;

V - as metas globais e intermediárias de desempenho institucional;

VI - a indicação do líder de equipe, que deverá ser servidor titular de cargo de provimento efetivo do PGPE.

§1º O líder de equipe não poderá exercer essa função sobre si mesmo.

§ 2º A elaboração do Plano de Trabalho deverá ser pactuada entre as chefias e suas equipes de trabalho, sob a orientação do membro da CAD da respectiva Secretaria e ter a anuência do dirigente máximo da unidade de avaliação.

§ 3º Caberá às unidades de avaliação do MI a responsabilidade de:

I - realizar, com o acompanhamento dos membros da CAD e/ou da CGRH, a elaboração dos respectivos planos de trabalho em consonância com o disposto nesta Portaria;

II - analisar, a cada seis meses do início do ciclo de avaliação, o plano de trabalho, com o intuito de verificar se há necessidade de ajustes, e se necessário, informar as alterações, quando for o caso, à CGRH; e

III - consolidar os resultados alcançados pela unidade ao final do ciclo de avaliação.

IV - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Art. 19. A avaliação de desempenho individual visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 1º Na avaliação de desempenho individual, além do cumprimento das metas de desempenho individual, serão avaliados os seguintes fatores mínimos:

I - produtividade no trabalho, com base em parâmetros previamente estabelecidos de qualidade e produtividade;

II - conhecimento de métodos e técnicas necessários para o desenvolvimento das atividades referentes ao cargo efetivo na unidade de exercício;

III - trabalho em equipe;

IV - comprometimento com o trabalho; e

V - cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo.

§ 2º Os servidores não ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança serão avaliados na dimensão individual, a partir:

I - dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de quinze por cento;

II - dos conceitos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de sessenta por cento; e

III - da média dos conceitos atribuídos pelos demais membros da equipe de trabalho integrante da mesma unidade de exercício do servidor avaliado, na proporção de vinte e cinco por cento.

§ 3º São considerados como membros da equipe de trabalho da mesma unidade de exercício do servidor avaliado, todos os servidores subordinados à mesma chefia avaliadora.

§ 4º Os servidores ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança que não se encontrem na situação prevista no inciso II do art. 7º ou no inciso II do art. 8º serão avaliados na dimensão individual, a partir:

I - dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de quinze por cento;

II - dos conceitos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de sessenta por cento; e

III - da média dos conceitos atribuídos pelos integrantes da equipe de trabalho subordinada à mesma chefia avaliadora, na proporção de vinte e cinco por cento.

§ 5º Excepcionalmente, no 1º (primeiro) ciclo de avaliação que vigorará no período de 1º/09/2009 a 28/02/2010, os servidores de que tratam os § 2º, 3º e 4º serão avaliados, apenas, pela chefia imediata. A avaliação de que trata esse parágrafo será operacionalizada por meio do Anexo III.

§ 6º A avaliação de desempenho individual a partir do 2º (segundo) ciclo avaliativo será operacionalizada mediante a utilização dos recursos disponibilizados por meio do Sistema de Avaliação Individual - SIAVI/MI.

§ 7º A atribuição de conceitos pelos integrantes da equipe de trabalho aos pares e à chefia imediata, a que se refere o inciso III do § 2º e do § 3º deverá ser precedida de evento preparatório com vistas ao esclarecimento da metodologia, procedimentos, critérios e sua correta aplicação.

§ 8º Em unidades administrativas em que os servidores não integrem equipe de trabalho, deverá o percentual de vinte cinco por cento, referente à avaliação por equipe ser distribuído de forma equânime entre os critérios restantes, obtendo-se os seguintes percentuais: 27,5% (vinte e sete vírgula cinco por cento) referente à auto-avaliação e 72,5% (setenta e dois vírgula cinco por cento), à chefia imediata.

§ 9º Caberá à CGRH consolidar os conceitos atribuídos ao servidor e dar ciência ao avaliado de todo o processo.

§ 10. O servidor de que trata o art. 1º que não permanecer em efetivo exercício na mesma unidade de exercício durante o ciclo avaliativo, será avaliado pela chefia imediata da unidade em que tiver permanecido por maior tempo.

§ 11. Caso o servidor tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes unidades organizacionais, a avaliação será feita pela chefia imediata da unidade em que se encontrava no momento do encerramento do período de avaliação.

§ 12. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo que estiver em exercício no órgão de lotação, e obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima prevista, será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob a responsabilidade da CGRH.

§ 13. A análise de adequação funcional objetiva identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual, e servirá de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 20. O avaliado poderá apresentar pedido de reconsideração, por meio do Anexo V, devidamente justificado, contra o resultado da avaliação individual, no prazo de dez dias, contados do recebimento de cópia de todos os dados sobre a avaliação.

§ 1º O pedido de reconsideração de que trata o caput será apresentado à CGRH, que o encaminhará à chefia do servidor para apreciação.

§ 2º O pedido de reconsideração será apreciado no prazo máximo de cinco dias úteis, podendo a chefia deferir o pleito, total ou parcialmente, ou indeferí-lo.

§ 3º A decisão da chefia sobre o pedido de reconsideração interposto será comunicada, no máximo, até o dia seguinte ao de encerramento do prazo para apreciação pelo avaliador, à CGRH, que dará ciência da decisão ao servidor e à Comissão de Acompanhamento de que trata o art. 26.

§ 4º Na hipótese de deferimento parcial ou de indeferimento do pleito, caberá recurso à Comissão de Acompanhamento, no prazo de dez dias, que o julgará em última instância.

§ 5º O resultado final do recurso deverá ser publicado no Boletim Interno - BI, intimando o interessado por meio do fornecimento de cópia da íntegra da decisão.

§ 6º A partir do segundo ciclo avaliativo, a interposição de recurso, bem como a submissão para a CAD será realizada por meio do sistema SIAVI.

V - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Art. 21. A avaliação institucional objetiva aferir o desempenho do órgão no alcance dos objetivos e metas organizacionais, considerando projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

§ 1º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional totalizam 80 (oitenta) pontos e serão segmentadas em:

I - metas globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual -LOA;

II - metas intermediárias, que subsidiarão a elaboração dos planos de trabalho das unidades referidas no art. 17, na forma do Anexo II.

§ 2º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional, a partir do quarto ciclo avaliativo deverá ser feita numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos percentuais, considerando o atingimento das metas referentes à organização como um todo, elaboradas, quando couber, em consonância com o PPA.

§ 3º Caberá ao Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional priorizar, definir e publicar para cada período de avaliação, as ações que serão avaliadas e as metas a serem alcançadas, conforme o § 2º.

§ 4º As metas de desempenho individual e as metas intermediárias de desempenho institucional deverão ser definidas por critérios objetivos e comporão o plano de trabalho de cada unidade do MI e, salvo situações devidamente justificadas, serão previamente acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho.

§ 5º Não havendo a pactuação a que se refere o § 4º antes do início do período de avaliação, caberá à chefia responsável pela equipe de trabalho fixar as metas.

Art. 22. Para fins de avaliação institucional, as metas globais de que trata o inciso I do § 1º do art. 21, será a soma das médias das metas globais do respectivo exercício definidas para a Avaliação de Desempenho da Gratificação de Atividade em Infraestrutura - GDAIE, de que tratam os artigos 5º e 8º, da Lei nº 11.539/2007, e o artigo 23, do Decreto nº 6.693/2008, no período compreendido até o terceiro ciclo avaliativo.

§ 1º O alcance das metas definidas na forma do art. 22, será apurado pelo Comitê Gestor de Avaliação de Desempenho para fins de pagamento da GDAIE, obedecido os dispositivos aprovados por meio da Portaria/MI nº 172, de 25 de maio de 2009, publicada no Boletim Interno nº 5.2, de 27 de maio de 2009, e outros que vierem a ser editados com a mesma finalidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º Para fins de correlação entre a pontuação alcançada para fins de pagamento da GDAIE e da GDPGPE, será considerada a equivalência demonstrada no quadro abaixo:

Pontuação GDAIE	Pontuação GDPGPE
até 20	30 pontos
entre 21 e 30	35 pontos
entre 31 e 50	40 pontos
entre 51 e 60	45 pontos
entre 61 e 70	50 pontos

§ 3º Apenas para efeito de cálculo dos efeitos financeiros da GDPGPE, a partir do 4º ciclo avaliativo, o resultado da avaliação institucional será correlacionado com as faixas definidas abaixo:

Percentual Total	Pontuação GDPGPE
até 20	24 pontos
entre 21 e 40	38 pontos
entre 41 e 60	52 pontos
entre 61 e 80	66 pontos
entre 81 e 100	80 pontos

Art. 23. As metas intermediárias de que trata o inciso II, do § 1º do artigo 21, deverão ser propostas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas segundo critérios geográficos, de hierarquia organizacional ou de natureza de atividade, devendo ser fixadas anualmente pelas unidades de avaliação do MI e enviadas à CGRH antes do início de cada ciclo de avaliação.

Art. 24. O plano de trabalho a que se refere o § 4º, do artigo 21, deverá conter, no mínimo:

I - as ações mais representativas da unidade de avaliação;

II - as atividades, projetos ou processos em que se desdobram as ações;

III - as metas intermediárias de desempenho institucional e as metas de desempenho individual propostas;

IV - os compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início do ciclo de avaliação entre a chefia, a equipe e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais de que tratam os incisos I e II do § 1º, do artigo 21;

V - os critérios e os procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional de todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação, sob orientação e supervisão da CGRH e da CAD de que trata o artigo 26;

VI - a avaliação parcial dos resultados obtidos, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo de avaliação; e

VII - a apuração final do cumprimento das metas e demais compromissos firmados, de forma a possibilitar o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho.

§ 1º Define-se como unidade de avaliação o MI como um todo, excluídas as entidades vinculadas.

§ 2º O Plano de Trabalho deverá abranger o conjunto dos servidores em exercício na unidade de avaliação, devendo cada servidor, individualmente, estar vinculado a pelo menos uma ação, atividade, projeto ou processo.

§ 3º A coordenação da elaboração do Plano de Trabalho será exercida pela CAD. Os dirigentes das unidades organizacionais da estrutura básica do MI disponibilizarão à CAD as informações e os dados físicos e/ou orçamentário/financeiros indispensáveis para auxiliá-los na propositura do Plano de Trabalho.

§ 4º O Plano de Trabalho vigorará por 12(doze) meses, e o seu intervalo de transcurso coincidirá com o do ciclo de avaliação ao qual se referir.

§ 5º O Plano de Trabalho deverá ser amplamente divulgado no âmbito das unidades organizacionais da estrutura básica do MI.

VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. As avaliações de desempenho individual e institucional serão utilizadas como instrumento de gestão, com a identificação de aspectos do desempenho que possam ser melhorados por meio de oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

Art. 26. Fica instituída no âmbito do MI, por intermédio da Portaria nº 113, de 17 de março de 2011, a CAD, constituída de 5 (cinco) membros, titulares, e de 5 (cinco) membros, suplentes, todos ocupantes de cargos efetivos do PGPE.

§ 1º A CAD terá a seguinte composição:

I - 3 (três) titulares e os suplentes, indicados pelos dirigentes das 3 (três) áreas finalísticas que tiverem em exercício a maior quantidade de servidores do PGPE, sendo um titular e o respectivo suplente por área;

II - 1(um) membro e o suplente, indicados pela Secretaria-Executiva; e

III - 1(um) membro e o suplente, indicados pelos servidores avaliados.

§ 2º Somente poderão compor a CAD servidores efetivos, em exercício nas unidades da estrutura básica do MI, que não estejam em estágio probatório ou respondendo a processo administrativo disciplinar.

§ 3º O Presidente da CAD e seu substituto serão eleitos, entre seus componentes, pelos seus respectivos membros.

§ 4º O mandato dos membros da CAD será de 3 (três) anos, sendo permitida apenas uma recondução.

§ 5º Excepcionalmente, o mandato da primeira CAD indicada na Portaria nº 825, de 20 de dezembro de 2010, será de um ano a contar de sua designação.

§ 6º Os integrantes da CAD, quando convocados pela CGRH, ficarão disponíveis exclusivamente para atividades referentes à análise e julgamento dos recursos interpostos pelos servidores.

§ 7º Cessará a investidura dos membros da CAD com a extinção do mandato ou sua renúncia.

Art. 27. À CAD compete:

I - acompanhar todas as etapas do ciclo de avaliação de desempenho institucional e individual com o objetivo de identificar desvios na sua operacionalização e propor melhorias ou aprimoramento na sua aplicação;

II - julgar, em última instância, eventuais recursos interpostos contra os resultados da avaliação de desempenho individual, podendo, a seu critério, depois de ouvido o responsável pela avaliação individual, manter ou alterar a pontuação da avaliação individual do servidor;

III - validar o resultado final da Avaliação de Desempenho Individual nos casos em que houver recurso;

IV - submeter às unidades organizacionais competentes propostas de aperfeiçoamento da sistemática de Avaliação de Desempenho Institucional e Individual;

V - requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes;

VI - notificar as partes sobre suas decisões;

VII - submeter à Secretaria-Executiva propostas de aprimoramento deste Regimento.

VIII - registrar as decisões em ata, consignada pela maioria absoluta dos membros da CAD presentes nas reuniões.

Art. 28. Caberá ao Presidente da CAD:

I - convocar reuniões, propor a pauta, orientar os trabalhos da Comissão, ordenar os debates, iniciar e concluir as deliberações;

II - tomar os votos, proferindo voto de qualidade, e proclamar os resultados;

III - representar a Comissão;

IV - delegar competências para tarefas específicas aos demais integrantes da CAD;

V - autorizar a presença nas reuniões da Comissão de pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam contribuir para os trabalhos da CAD.

VI - informar a Secretaria-Executiva, após segunda ausência consecutiva, o não comparecimento injustificado de servidor para providências cabíveis.

Parágrafo único. As competências do Presidente se estendem ao seu suplente, em caso de substituição.

Art. 29. As deliberações da CAD serão tomadas pelo voto convergente da maioria de seus membros titulares.

§ 1º Nas votações sobre deliberações da CAD, em caso de empate, caberá ao Presidente em exercício o voto de desempate para solução do impasse.

§ 2º Os membros da CAD devem atuar de forma imparcial e objetiva, utilizando-se dos formulários que compõem o processo de Avaliação de Desempenho e os argumentos fornecidos para formar sua convicção.

§ 3º Quando julgar necessário, a CAD, por meio de notificação expedida pelo seu presidente, poderá consultar outros servidores que conheçam efetivamente o trabalho do servidor autor do recurso, bem como levar em conta as condições de trabalho a que aquele servidor está submetido.

§ 4º O resultado final do recurso deverá ser publicado no Boletim Interno.

Art. 30. Fica impedido de atuar em processo específico, como membro da CAD, o servidor que:

I - tenha interesse direto ou indireto no processo;

II - tenha proferido decisão no processo de avaliação de desempenho do avaliado;

III - seja cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau do avaliado;

IV - tenha participado ou venha a participar na análise do recurso como testemunha, como representante do avaliado, ou se tais situações ocorreram quanto ao cônjuge, companheiro ou parentes e afins até o terceiro grau; e

V - esteja litigando judicial ou administrativamente com o avaliado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

§ 1º Ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos I a V do caput, serão convocados os respectivos suplentes para substituição dos titulares impedidos.

§ 2º O servidor que incorrer em impedimento deverá comunicar o fato à CAD, abstendo-se de atuar.

§ 3º A omissão da comunicação constituirá em falta disciplinar, na forma da legislação.

§ 4º Incorrerá em suspeição o membro da CAD que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o avaliado, ou com o respectivo cônjuge, companheiro, parentes ou afins até o terceiro grau.

§ 5º Compete ao presidente da CAD decidir sobre as alegações de impedimento e de suspeição, na forma deste artigo.

Art. 31. Durante o primeiro ciclo de avaliação, as atribuições da CAD ficarão a cargo da CGRH.

Art. 32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Fica revogada a Portaria nº 226, de 12 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 75, de 18 de abril de 2012, Seção 1, páginas 27/30.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

ANEXO I

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE

a) Valor do Ponto da GDPGPE dos Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO - R$				
		A partir de 1º de Janeiro de 2009	A partir de 1º de Julho de 2009	A partir de 1º de Julho de 2010	A partir de 1º de Julho de 2011	A partir de 1º de Julho de 2012
ESPECIAL	III	18,75	26,0872	30,5267	22,67	36,17
	II	18,75	25,6	29,64	22,23	35,34
	I	18,75	25,12	28,96	21,79	34,53
C	VI	18,05	23,9	27,42	21,4	32,89
	V	18,05	23,45	26,88	20,98	32,13
	IV	18,05	23,01	26,35	20,57	31,39
	III	18,05	22,58	25,83	20,17	30,67
	II	18,05	22,16	25,32	19,77	29,97
	I	18,05	21,75	24,82	19,38	29,28
B	VI	17,55	20,69	23,64	18,91	27,89
	V	17,55	20,3	23,18	18,54	27,25
	IV	17,55	19,92	22,73	18,18	26,62
	III	17,55	19,55	22,28	17,82	26,01
	II	17,55	19,19	21,84	17,47	25,41
	I	17,55	18,83	21,36	17,13	24,83
A	V	17,25	17,92	20,39	16,71	23,65
	IV	17,25	17,59	19,99	16,38	23,11
	III	17,25	17,42	19,6	16,06	22,58
	II	17,25	17,33	19,22	15,75	22,06
	I	17,25	17,3	18,82	15,44	21,55

b) Valor do Ponto da GDPGPE dos Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO - R$				
		A partir de 1º de Janeiro de 2009	A partir de 1º de Julho de 2009	A partir de 1º de Julho de 2010	A partir de 1º de Julho de 2011	A partir de 1º de Julho de 2012
ESPECIAL	III	11,1	12,4153	11,7246	9,83	11,94
	II	11,09	12,36	11,5218	9,68	11,79
	I	11,04	12,3	11,3298	9,54	11,65
C	VI	10,98	12,24	11,1134	9,35	11,46
	V	10,93	12,18	10,9229	9,21	11,32
	IV	10,88	12,12	10,7332	9,07	11,18
	III	10,83	12,06	10,5542	8,94	11,05
	II	10,78	12	10,376	8,81	10,92
	I	10,73	11,94	10,1985	8,68	10,79
B	VI	10,62	11,88	10,006	8,51	10,62
	V	10,57	11,82	9,8299	8,38	10,49
	IV	10,52	11,76	9,6645	8,26	10,37
	III	10,47	11,7	9,4998	8,14	10,25
	II	10,42	11,64	9,3358	8,02	10,13
	I	10,37	11,58	9,1724	7,9	10,01
A	V	10,27	11,52	9,0036	7,75	9,86
	IV	10,22	11,46	8,8516	7,64	9,75
	III	10,17	11,41	8,7002	7,53	9,64
	II	10,12	11,36	8,5495	7,42	9,53
	I	10,07	11,31	8,3995	7,31	9,42

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) Valor do Ponto da GDPGPE dos Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO -R$	
		A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2009	A partir de 1º de Julho de 2012
ESPECIAL	III	1,92	2,97
	II	1,86	2,91
	I	1,81	2,86

ANEXO II

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	METAS INTERMEDIÁRIAS GDPGPE

Unidade de Avaliação:
Período de Avaliação:

Meta Global:						
Indicador	Período	Meta Física	Unidade de Medida	Peso*	Subunidade Responsável	Instrumento de Acompanhamento

*A soma dos pesos deverá totalizar 100.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL PARA FINS DA GDPGPE

	ANEXO III FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL PARA FINS DA GDPGPE
Ministério da Integração Nacional	PERIODO AVALIATIVO
Secretaria Executiva	
Departamento de Gestão Interna	____/_____/_____ a _____/____/_____
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO	
Nome:	Matrícula SIAPE:
Cargo:	Classe e Padrão:
Data de Ingresso:	Unidade de Exercício:

IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR	
Nome:	Matrícula SIAPE:
Cargo em Comissão:	Código DAS:

GRAU DE CORRESPONDÊNCIA PARA FINS DE AVALIAÇÃO			
Raramente	Ocasionalmente	Quase Sempre	Sempre
(0,1 a 0,3)	(0,4 a 0,6)	(0,7 a 0,9)	(1,0)

FATORES DE AVALIAÇÃO	Auto Avaliação	Chefia Imediata	Equipe de Trabalho
1 - Produtividade no Trabalho			
1.1-Tem capacidade de produzir mais com menor quantidade de recursos ou em menor espaço de tempo.			
1.2-Cumpre suas tarefas dentro dos prazos estipulados.			
1.3-Interage com a chefia imediata objetivando solucionar problemas relacionados às atividades institucionais.			
1.4-Executa suas tarefas de acordo com o padrão normatizado pela legislação legal.			
1.5-É proativo nas soluções dos problemas relacionados ao desempenho das tarefas e inovador em proposição de téc. administrativas.			
2-Conhecimento de Métodos e Técnicas			
2.1-Desempenha suas tarefas com responsabilidade e com visão da repercussão dos seus efeitos sobre o cumprimento das metas institucionais propostas para o ciclo avaliativo.			
2.2-Demonstra conhecimentos técnicos e habilidades profissionais compatíveis com a complexidade das tarefas desempenhadas.			
2.3-Tem iniciativa para manter-se atualizado em relação aos conhecimentos e habilidades ligadas à sua área de atuação - verificadas no decorrer do ciclo avaliativo.			
2.4-Propõe melhorias nos métodos e nos procedimentos de desempenho das rotinas institucionais da unidade.			
3-Trabalho em Equipe			
3.1-Apresenta habilidade para interagir com os membros da equipe de trabalho de forma empática.			
3.2-Tem conduta flexível diante de situações conflitantes, priorizando a mediação na solução dos problemas.			
3.3-Atua moderadamente, demonstrando atitudes e comportamentos maduros e não revidativos.			
3.4-Apresenta controle emocional em conflitos rotineiros ou inesperados.			
4-Comprometimento com o Trabalho			
4.1-Desempenha suas tarefas focado num resultado final que não possibilita o retrabalho.			
4.2-Capacidade de almejar, frequentemente, o atingimento das metas e objetivos individuais, propondo projetos e alternativas viáveis que propiciem o alcance das metas institucionais propostas para o ciclo avaliativo.			
4.3-Tem predisposição para ação e para o esforço em prol da instituição, cooperando para o cumprimento de sua missão e a consequente realização dos projetos e atividades planejados, assim como a consecução dos objetivos esperados.			
5-Cumprimento das Normas de Procedimentos e de Conduta			
5.1-Comparece ao local de trabalho com assiduidade, cumprindo sua jornada de trabalho de acordo com o horário preestabelecido.			
5.2- Conhece e cumpre as normas gerais da estrutura e funcionamento do órgão, bem como os regulamentos vigentes na área de atuação, demonstrando postura orientada por princípios e regras morais de senso comum aplicado em qualquer tempo, lugar ou situação.			
5.3-Tem capacidade de trabalhar com método e ordem, distribuindo adequadamente o tempo e as tarefas com relação às responsabilidades assumidas.			
5.4-Faz uso de procedimentos e técnicas adequados na execução das tarefas administrativas			
Total de Pontos por Conceito			
Proporcionalidade de pontos, por conceito, na forma do § 3º, do art.4º, do Decreto 7.133/2010.			

Resultado da Avaliação Individual	
Resultado da Avaliação Institucional	
Total de Pontos para fins de pagar a GDPGPE	

Data _____/_____/_____	Data _____/_____/_____
Servidor Avaliado	Chefia Imediata - Avaliador
Carimbo e Assinatura	Carimbo e Assinatura

ANEXO IV

FORMULÁRIO DO PLANO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	PLANO DE TRABALHO GDPGPE

Unidade de Avaliação - UA:	
Período de Avaliação: 01/03/20xx a 28/02/20xx Nome completo do responsável pela Unidade de Avaliação	Departamento/ Coordenação/Divisão:
Endereço eletrônico (e-mail):	Telefone com DDD: ( )_____
Metas de desempenho pactuadas	Assinaturas
Nome do (a) servidor (a)	Servidor
Compromisso de desempenho individual	Chefia imediata

ANEXO V

Formulário de Recurso Administrativo Fundamentado - RAF

	ANEXO V RECURSO ADMINISTRATIVO FUNDAMENTADO - RAF GDPGPE
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	
SECRETARIA EXECUTIVA	
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA	PERÍODO AVALIATIVO _____ / _____/_____ a _____/_____/_____

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS						
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO						
Nome:					Matrícula SIAPE:	
Cargo:					Classe e Padrão:	
Data de Ingresso:	Unidade de Exercicio:					
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR						
Nome:					Matrícula SIAPE:	
Cargo:					Código DAS:	
Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Recursos Humanos/CGRH/DGI/SE						
O servidor acima identificado, inconformado(a) com a avaliação individual recebida em relação aos fator(es) de avaliação(es) descrito(s) abaixo, e na forma do art.22, § 1º, do Decreto n° 7.133/2010, vem ,respeitosamente à presença de V.Sª , requerer que o presente recurso seja submetido à apreciação do avaliador acima identificado.						
FATOR(ES) DE AVALIAÇÃO(ES)	PONTUAÇÃO OBTIDA NA AVALIAÇÃO	AUTO AVALIAÇÃO(Pontuação julgada pertinente)	JUSTIFICATIVA - FUNDAMENTADA (Descritivo)	DELIBERAÇÃO DO AVALIADOR SOBRE O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	RESULTADO DA CAD(Conceito: Mantém a Avaliação Inicial/ Altera e atribui novo conceito)	FUNDAMENTAÇÃO DA CAD (Descritivo)

Data _____/_____/_____	De Acordo. Encaminhe-se à apreciação da Chefia Imediata que procedeu à avaliação.
	Data _____/_____/_____
Servidor avaliado	Coordenador(a)-Geral de Recursos Humanos
Em atenção ao requerido, manifesto-me no sentido de:	Em função do posicionamento da Chefia Imediata, Avaliador(a), contido no presente recurso, a CAD, na forma do § 4º, do artigo 22, do Decreto nº 7.133/2010, e após apreciar todas as circunstância relacionadas à avaliação em questão, decide:
( ) - Ratificar a avaliação concedida.	( ) - Ratificar a avaliação externada pela Chefia Imediata, Avaliador(a).
( ) - Retificar a avaliação concedida, prevalecendo a nova avaliação externada no Anexo II.	( ) - Retificar a avaliação concedida, prevalecendo a nova avaliação externada no Anexo II
	Data _____/_____/_____
	Membro da CA D Membro da CAD
	Membro da CA D Membro da CAD
Chefia imediata (avaliador)	Presidente(a) da CAD

PORTARIA Nº 545, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º. Tornar sem efeito a publicação da Portaria nº 147, de 14 de março de 2012, ocorrida no DOU de 15 de março de 2012, Seção 1, página 25, por conter incorreções.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.187, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o CENTRO DE DEFESA DA MULHER E APOIO À CIDADANIA "BEM QUERER", com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, registrado no CNPJ sob o nº 04.820.490/0001-23 (Processo MJ nº 08071.022354/2011-44).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.188, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PEDRO BARRETO SIQUEIRA E VIZINHANÇA - AMCPBSV, com sede na cidade de Estância, Estado de Sergipe, registrada no CNPJ sob o nº 06.060.302/0001-31 (Processo MJ nº 08071.034361/2011-99).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.189, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal do CENTRO DE APRENDIZAGEM E TÉCNICAS "EMILIO MANZANO" - CATEM, com sede na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ sob o nº 08.094.292/0001-80 (Processo MJ nº 08071.000473/2012-27).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.190, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o CLUBE DE MÃES CARENTES DO BAIRRO DA LIBERDADE, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, registrado no CNPJ sob o nº 23.617.301/0001-64 (Processo MJ nº 08071.022283/2011-80).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.191, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a SOCIEDADE CIVIL MEMORIAL JUSCELINO KUBITSCHEK - MEMORIAL JK, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, registrada no CNPJ sob o nº 00.608.893/0001-52 (Processo MJ nº 08071.001307/2011-67).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitua os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.192, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal do GRUPO FOLCLÓRICO RECREATIVO E CULTURAL "OS CAIPIRAS DO RÁDIO FAROL", com sede na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, registrado no CNPJ sob o nº 03.819.623/0001-89 (Processo MJ nº 08071.028021/2011-29).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.193, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO À TERCEIRA IDADE - ASILO MADRE PAULINA DE PEDRA BELA, com sede na cidade de Pedra Bela, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 00.668.684/0001-02 (Processo MJ nº 08071.022049/2011-52).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitua os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.194, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DE MORADIAS MARUMBI II, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 40.239.154/0001-55 (Processo MJ nº 08071.000474/2012-71).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.195, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO LAR SANTO ANTÔNIO DE BATAYPORÃ, com sede na cidade de Batayporã, Estado de Mato Grosso do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 24.630.808/0001-10 (Processo MJ nº 08071.000154/2012-11).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.196, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o CLUBE DE MÃES MATEUS - CMAMA, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, registrado no CNPJ sob o nº 07.755.275/0001-84 (Processo MJ nº 08071.035705/2011-87).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitua os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.197, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ORGANIZAÇÃO DE AMPARO AO IDOSO - ORAMI, com sede na cidade de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 07.786.878/0001-43 (Processo MJ nº 08071.022185/2011-42).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitua os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.198, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO CENTRO DE FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO DE VIDA - RENOVAVIDA, com sede na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 11.423.964/0001-69 (Processo MJ nº 08071.016324/2010-18).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.199, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO, com sede na cidade de Marília, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 09.528.436/0001-22 (Processo MJ nº 08071.022177/2011-04).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.200, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER E DOENÇAS CRÔNICAS INCAPACITANTES - AVCC, com sede na cidade de Capivari, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 09.096.914/0001-72 (Processo MJ nº 08000.014042/2010-10).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.201, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO RENOVADORA DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO - PROJETO PLANTAR, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 01.221.016/0001-97 (Processo MJ nº 08071.012305/2010-12).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.204, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA RESGATANDO VIDAS - AMRV, com sede na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará, registrada no CNPJ sob o nº 10.551.237/0001-14 (Processo MJ nº 08071.035515/2011-60).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.205, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a OBRA UNIDA LAR DOS IDOSOS ANTÔNIO FREDERICO OZANAM - LAR DOS IDOSOS, com sede na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 19.879.584/0001-45 (Processo MJ nº 08071.001196/2011-99).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitua os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.206, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE PORTEIRA NOVA - ASCORPON, com sede na cidade de Cachoeira de Pajeú, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 26.219.469/0001-00 (Processo MJ nº 08071.022164/2011-27).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.207, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ASSISTENCIAL DE DIANÓPOLIS - ABEADED, com sede na cidade de Dianópolis, Estado do Tocantins, registrada no CNPJ sob o nº 01.391.586/0001-25 (Processo MJ nº 08071.022431/2011-66).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.208, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COXIM - APAE DE COXIM, com sede na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 15.392.012/0001-86 (Processo MJ nº 08071.036493/2011-55).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.209, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL NIPO BRASILEIRA DE SETE BARRAS - ADECN, com sede na cidade de Sete Barras, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 08.319.830/0001-98 (Processo MJ nº 08071.007397/2011-08).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.210, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 84.683.416/0001-41 (Processo MJ nº 08071.014133/2010-11).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.211, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO ANTIALCOÓLICA LAR FELIZ - AAALF, com sede na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 08.513.522/0001-07 (Processo MJ nº 08071.011190/2010-49).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.212, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAPELANIA EVANGÉLICA HOSPITALAR - ABCEH, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 02.177.560/0001-41 (Processo MJ nº 08071.016659/2010-36).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.213, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a CONFEDERAÇÃO DE IRMÃOS BENEFICENTES EVANGÉLICOS DE JUIZ DE FORA - CIBEJF, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 19.491.521/0001-17 (Processo MJ nº 08071.008926/2012-63).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.214, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DO GRUPO VIDA, com sede na cidade de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 05.587.173/0001-71 (Processo MJ nº 08071.022165/2011-71).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.215, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal do PROJETO HABITAR EM AÇÃO COMUNITÁRIA DE EUNÁPOLIS, com sede na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia, registrado no CNPJ sob o nº 05.089.047/0001-97 (Processo MJ nº 08071.030466/2011-79).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.216, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL, ESPORTIVA, BENEFICENTE, EVANGÉLICA E SOCIAL DA REGIÃO NORTE - ACCEBES, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 10.774.399/0001-11 (Processo MJ nº 08071.022378/2011-01).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.217, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal do CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EDIFICANDO - PROJETO EDIFICANDO, com sede na cidade de Raposos, Estado de Minas Gerais, registrado no CNPJ sob o nº 00.113.843/0001-02 (Processo MJ nº 08071.006066/2012-23).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.202, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto no Parágrafo Único do artigo 4º, da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e alínea "a" do artigo 6º, do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 1º, do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Cassar o título de Utilidade Pública Federal das seguintes instituições:

I - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL "CRISTO REI" - ENSINO 2º GRAU, com sede na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 80.297.393/0001-86 (Processo MJ nº 08071.035208/2011-89);

II - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL BARÃO DO RIO BRANCO, com sede na cidade de Assaí, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 78.019.106/0001-24 (Processo MJ nº 08071.035201/2011-67);

III - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL "RESTINGA", com sede na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 01.395.149/0001-80 (Processo MJ nº 08071.035202/2011-10);

IV - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E APOIO INTEGRAL AO INDIVÍDUO - EBENÉZER, com sede na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, registrada no CNPJ sob o nº 05.419.797/0001-80 (Processo MJ nº 08071.035049/2011-12);

V - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DE ITAPECERICA, com sede na cidade de Itapecerica, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 20.927.182/0001-58 (Processo MJ nº 08071.035054/2011-25);

VI - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA "ETHEL KENNEDY", com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 78.114.584/0001-13 (Processo MJ nº 08071.035058/2011-11);

VII - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA CARNAÚBA DOS DANTAS, com sede na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte, registrada no CNPJ sob o nº 08.122.186/0001-63 (Processo MJ nº 08071.035057/2011-69);

VIII - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE BRAGANEY, com sede na cidade de Braganey, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 78.121.746/0001-40 (Processo MJ nº 08071.035064/2011-61);

IX - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CASCAVEL, com sede na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 77.881.928/0001-57 (Processo MJ nº 08071.035063/2011-16);

X - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CORUMBATAÍ DO SUL, com sede na cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 80.889.249/0001-39 (Processo MJ nº 08071.035062/2011-71);

XI - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE DOIS VIZINHOS, com sede na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 77.593.507/0001-20 (Processo MJ nº 08071.035061/2011-27);

XII - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE JESUÍTAS, com sede na cidade de Jesuítas, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 77.398.105/0001-75 (Processo MJ nº 08071.035067/2011-02);

XIII - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PARAGUAÇU, com sede na cidade de Paraguaçu, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 23.177.397/0001-13 (Processo MJ nº 08071.035065/2011-13);

XIV - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTANA DE MANGUEIRA, com sede na cidade de Santana de Mangueira, Estado da Paraíba, registrada no CNPJ sob o nº 08.891.137/0001-95 (Processo MJ nº 08071.035072/2011-15);

XV - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO CARLOS DO IVAÍ, com sede na cidade de São Carlos do Ivaí, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 76.715.960/0001-08 (Processo MJ nº 08071.035071/2011-62);

XVI - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, com sede na cidade de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 78.059.995/0001-53 (Processo MJ nº 08071.035070/2011-18);

XVII - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE IPORÃ, com sede na cidade de Iporã, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 77.870.129/0001-85 (Processo MJ nº 08071.035074/2011-04);

XVIII - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE IRACEMA DO OESTE, com sede na cidade de Iracema do Oeste, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 95.585.121/0001-59 (Processo MJ nº 08071.035073/2011-51);

XIX - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE LUPIONÓPOLIS, com sede na cidade de Lupionópolis, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 77.321.750/0001-90 (Processo MJ nº 08071.035080/2011-53);

XX - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À VELHICE DE TEIXEIRA, com sede na cidade de Teixeira, Estado da Paraíba, registrada no CNPJ sob o nº 09.551.037/0001-82 (Processo MJ nº 08071.035079/2011-29);

XXI - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE, À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede na cidade de Pacoti, Estado do Ceará, registrada no CNPJ sob o nº 07.914.294/0001-06 (Processo MJ nº 08071.035078/2011-84);

XXII - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À VELHICE, MATERNIDADE E INFÂNCIA - APROVEMI, com sede na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 21.894.274/0001-41 (Processo MJ nº 08071.035084/2011-31);

XXIII - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DE BRAGANTINA - APAIB, com sede na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 04.026.226/0001-12 (Processo MJ nº 08071.035083/2011-97);

XXIV - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE APODI, com sede na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, registrada no CNPJ sob o nº 08.041.907/0001-00 (Processo MJ nº 08071.035082/2011-42);

XXV - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA CARCERÁRIA - APAC, com sede na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 50.091.537/0001-82 (Processo MJ nº 08071.035086/2011-21);

XXVI - ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS - ARA, com sede na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 80.890.700/0001-38 (Processo MJ nº 08071.035092/2011-88);

XXVII - ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE BLUMENAU, com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 83.779.249/0001-74 (Processo MJ nº 08071.035089/2011-64);

XXVIII - ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE FOZ DO IGUAÇU, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 75.543.694/0001-02 (Processo MJ nº 08071.035096/2011-66);

XXIX - ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE INDAIAL, com sede na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 83.793.869/0001-68 (Processo MJ nº 08071.035095/2011-11);

XXX - ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE LARANJEIRAS DO SUL, com sede na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 78.119.195/0001-80 (Processo MJ nº 08071.035094/2011-77);

XXXI - ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE MACAPÁ, com sede na cidade de Macapá, Estado do Amapá, registrada no CNPJ sob o nº 14.520.431/0001-93 (Processo MJ nº 08071.035093/2011-22);

XXXII - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE RIBEIRÃO PRETO, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 48.012.785/0001-49 (Processo MJ nº 08071.035098/2011-55);

XXXIII - ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DO CENTRO COMUNITÁRIO URBANO DE OURO VERDE, com sede na cidade de Ouro Verde, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 48.804.652/0001-05 (Processo MJ nº 08071.035097/2011-19);

XXXIV - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EDUCACIONAL PRODUTORES RURAIS DA LOCALIDADE DE RIACHÃO DOS QUIXABA, com sede na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí, registrada no CNPJ sob o nº 00.854.642/0001-58 (Processo MJ nº 08071.035139/2011-11);

XXXV - ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE OBRAS SOCIAIS - ADOS, com sede na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás, registrada no CNPJ sob o nº 74.184.664/0001-94 (Processo MJ nº 08071.035137/2011-14);

XXXVI - ASSOCIAÇÃO DIVINA PROVIDÊNCIA, com sede na cidade de Florínea, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 46.180.113/0001-17 (Processo MJ nº 08071.035144/2011-16);

XXXVII - ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE MODESTO ANTÔNIO DE ÁVILA - ACENSAMAA, com sede na cidade de Bela Vista de Minas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 03.102.848/0001-10 (Processo MJ nº 08071.035143/2011-71);

XXXVIII - ASSOCIAÇÃO DO PÃO DE SANTO ANTÔNIO, com sede na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 20.079.893/0001-10 (Processo MJ nº 08071.035148/2011-02);

XXXIX - ASSOCIAÇÃO DONA DURVALINA TEIXEIRA ROSA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 50.215.607/0001-67 (Processo MJ nº 08071.035146/2011-13);

XL - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ESTAÇÃO ESPECIAL DA LAPA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 02.317.516/0001-90 (Processo MJ nº 08071.035145/2011-61);

XLI - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DEFICIENTES FÍSICOS DO RIO DE JANEIRO (AADEF-RJ), com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ sob o nº 00.305.897/0001-61 (Processo MJ nº 08071.035152/2011-62);

XLII - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ - AAHU, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 03.664.345/0001-38 (Processo MJ nº 08071.035150/2011-73);

XLIII - ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ sob o nº 33.301.250/0001-10 (Processo MJ nº 08071.035156/2011-41);

XLIV - ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS, IDOSOS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA DE CACOAL - AAPC, com sede na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, registrada no CNPJ sob o nº 63.610.612/0001-16 (Processo MJ nº 08071.035153/2011-15);

XLV - ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DE RIBEIRÃO PRETO, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 56.021.652/0001-67 (Processo MJ nº 08071.035160/2011-17);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XLVI - ASSOCIAÇÃO DOS CONGADOS MOÇAMBIQUE COR-DE-ROSA, com sede na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 22.238.018/0001-69 (Processo MJ nº 08071.035158/2011-30);

XLVII - ASSOCIAÇÃO DOS CONGADOS MOÇAMBIQUE MARINHEIRO, com sede na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 22.237.846/0001-82 (Processo MJ nº 08071.035157/2011-95);

XLVIII - ASSOCIAÇÃO DOS CONGADOS MOÇAMBIQUE VERDE, com sede na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 22.237.887/0001-79 (Processo MJ nº 08071.035164/2011-97);

XLIX - ASSOCIAÇÃO DOS CONGADOS TERNO AMARELO, com sede na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 22.237.820/0001-34 (Processo MJ nº 08071.035163/2011-42);

L - ASSOCIAÇÃO DOS CONGADOS TERNO AZUL-CLARO, com sede na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 22.238.034/0001-51 (Processo MJ nº 08071.035162/2011-06).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.203, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto no Parágrafo Único do artigo 4º, da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e alínea "a" do artigo 6º, do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 1º, do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Cassar o título de Utilidade Pública Federal das seguintes instituições:

I - ASSOCIAÇÃO DA GUARDA MIRIM DE SANTA MARIA DO SUAÇUÍ, com sede na cidade de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 26.214.858/0001-42 (Processo MJ nº 08071.035293/2011-85);

II - ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE DE CASSILÂNDIA, com sede na cidade de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 04.530.559/0001-84 (Processo MJ nº 08071.035294/2011-20);

III - ASSOCIAÇÃO DA UNIÃO DOS IDOSOS CHARQUEADENSE, com sede na cidade de Charqueadas, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 01.328.249/0001-93 (Processo MJ nº 08071.035295/2011-74);

IV - ASSOCIAÇÃO DAMAS DE CARIDADE DE URUGUAIANA, com sede na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 89.122.279/0001-90 (Processo MJ nº 08071.035296/2011-19);

V - ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES BENEFICENTES DO RIO GRANDE DO SUL, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 90.264.268/0001-23 (Processo MJ nº 08071.035290/2011-41);

VI - ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E GRUPO DA TERCEIRA IDADE DE PAINS, com sede na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 04.848.047/0001-60 (Processo MJ nº 08071.035292/2011-31);

VII - ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE ROTARIANOS DE CAMPO GRANDE - CASA DA AMIZADE, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 15.939.291/0001-55 (Processo MJ nº 08071.035281/2011-51);

VIII - ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS COMBONIANAS DO BRASIL, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, registrada no CNPJ sob o nº 28.163.848/0001-50 (Processo MJ nº 08071.035282/2011-03);

IX - ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE LARANJEIRAS DO SUL, com sede na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 77.617.108/0001-52 (Processo MJ nº 08071.035278/2011-37);

X - ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SÃO TIAGO, com sede na cidade de São Tiago, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 20.313.607/0001-39 (Processo MJ nº 08071.035273/2011-12);

XI - ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CRUZEIRO DO OESTE, com sede na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 77.366.409/0001-50 (Processo MJ nº 08071.035269/2011-46);

XII - ASSOCIAÇÃO DAS SOROPTIMISTAS DO DISTRITO FEDERAL - BRASIL, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, registrada no CNPJ sob o nº 26.411.009/0001-89 (Processo MJ nº 08071.035265/2011-68);

XIII - ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 78.599.628/0001-42 (Processo MJ nº 08071.035261/2011-80);

XIV - ASSOCIAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL VIDA - ASVIDA, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 42.773.069/0001-06 (Processo MJ nº 08071.035253/2011-33);

XV - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA CIDADE DE ESTIVA - ASSOAME, com sede na cidade de Estiva, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 20.362.125/0001-79 (Processo MJ nº 08071.035249/2011-75);

XVI - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO BAIRRO GRANDE MARUIPE, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, registrada no CNPJ sob o nº 39.616.321/0001-50 (Processo MJ nº 08071.035270/2011-71);

XVII - ASSOCIAÇÃO DE AMPARO E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, com sede na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 48.975.874/0001-90 (Processo MJ nº 08071.035258/2011-66);

XVIII - ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE JALES, com sede na cidade de Jales, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 65.713.612/0001-77 (Processo MJ nº 08071.035254/2011-88);

XIX - ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DE CANELINHA - AAS, com sede na cidade de Canelinha, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 02.222.381/0001-89 (Processo MJ nº 08071.035271/2011-15);

XX - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA CARENTE - ADAIC, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, registrada no CNPJ sob o nº 11.768.074/0001-99 (Processo MJ nº 08071.035267/2011-57);

XXI - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À MATERNIDADE DE IBIÁ, com sede na cidade de Ibiá, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 20.054.201/0001-89 (Processo MJ nº 08071.035263/2011-79);

XXII - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E DEFESA À MAIOR IDADE - AAMI, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 02.466.729/0001-83 (Processo MJ nº 08071.035255/2011-22);

XXIII - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO COMUNITÁRIA DE APARECIDA, com sede na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 48.411.953/0001-79 (Processo MJ nº 08071.035251/2011-44);

XXIV - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAXIAS, com sede na cidade de Caxias, Estado do Maranhão, registrada no CNPJ sob o nº 06.089.825/0001-00 (Processo MJ nº 08071.035276/2011-48);

XXV - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PADRE MANOEL DA NÓBREGA, com sede na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 20.053.864/0001-89 (Processo MJ nº 08071.035264/2011-13);

XXVI - ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR À CRIANÇA, com sede na cidade de Tomazina, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 79.259.610/0001-64 (Processo MJ nº 08071.035260/2011-35);

XXVII - ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE FRAIBURGO, com sede na cidade de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 83.214.478/0001-41 (Processo MJ nº 08071.035256/2011-77);

XXVIII - ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO, com sede na cidade de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 20.058.657/0001-17 (Processo MJ nº 08071.035252/2011-99);

XXIX - ASSOCIAÇÃO DE COSTURA MEIMEI - ACOSTUMEI, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 51.801.744/0001-46 (Processo MJ nº 08071.035241/2011-17);

XXX - ASSOCIAÇÃO DE CRISTÃOS EVANGÉLICOS EM DEFESA DA VIDA, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, registrada no CNPJ sob o nº 37.837.556/0001-47 (Processo MJ nº 08071.035237/2011-41);

XXXI - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL YELICA CARLA - APAYC, com sede na cidade de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, registrada no CNPJ sob o nº 05.476.079/0001-45 (Processo MJ nº 08071.035233/2011-62);

XXXII - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS OBJETIVOS NEO PLATÔNICOS - AEON, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 78.963.279/0001-04 (Processo MJ nº 08071.035235/2011-51);

XXXIII - ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS DE ROTARIANOS DE SÃO VICENTE, com sede na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 46.836.979/0001-33 (Processo MJ nº 08071.035236/2011-04);

XXXIV - ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE DE MARINGÁ, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 76.938.380/0001-71 (Processo MJ nº 08071.035230/2011-29);

XXXV - ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA, com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 00.568.036/0001-76 (Processo MJ nº 08071.035231/2011-73);

XXXVI - ASSOCIAÇÃO DE MÃES DO AMARAJI - AMA, com sede na cidade de Amaraji, Estado de Pernambuco, registrada no CNPJ sob o nº 08.923.880/0001-80 (Processo MJ nº 08071.035225/2011-16);

XXXVII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMISABE, com sede na cidade de Tupã, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 03.622.763/0001-62 (Processo MJ nº 08071.035226/2011-61);

XXXVIII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ARACUÍ - AMA, com sede na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, registrada no CNPJ sob o nº 36.401.735/0001-74 (Processo MJ nº 08071.035221/2011-38);

XXXIX - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, registrada no CNPJ sob o nº 10.380.731/0001-63 (Processo MJ nº 08071.035223/2011-27);

XL - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM AERO RANCHO II, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 70.353.511/0001-72 (Processo MJ nº 08071.035224/2011-71);

XLI - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO REGISTRO DO ARAGUAIA, com sede na cidade de Montes Claros de Goiás, Estado de Goiás, registrada no CNPJ sob o nº 00.204.714/0001-11 (Processo MJ nº 08071.035218/2011-14);

XLII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES PETRÓPOLIS, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 04.557.122/0001-34 (Processo MJ nº 08071.035219/2011-69);

XLIII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SÃO CAETANO - ASSCA, com sede na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 22.736.136/0001-05 (Processo MJ nº 08071.035220/2011-93);

XLIV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DEUS - AMUNICOM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ sob o nº 40.162.729/0001-89 (Processo MJ nº 08071.035213/2011-91);

XLV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIDOS DE PINHALITO DIAMANTE, com sede na cidade de Diamante do Sul, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 72.142.888/0001-08 (Processo MJ nº 08071.035214/2011-36);

XLVI - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE PONTES E LACERDA - AMPLA, com sede na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, registrada no CNPJ sob o nº 04.656.558/0001-80 (Processo MJ nº 08071.035215/2011-81);

XLVII - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ALUNOS DO BAIRRO SÃO BERNARDO - APASB, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, registrada no CNPJ sob o nº 12.538.161/0001-12 (Processo MJ nº 08071.035209/2011-23);

XLVIII - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAUEIRA - APAE DE ITAUEIRA, com sede na cidade de Itaueira, Estado do Piauí, registrada no CNPJ sob o nº 23.517.956/0001-60 (Processo MJ nº 08071.035212/2011-47);

XLIX - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE FRANCISCO DA SILVEIRA FRANCO, com sede na cidade de Amparo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 48.827.984/0001-05 (Processo MJ nº 08071.035206/2011-90);

L - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO CENTRO EDUCACIONAL IMACULADA CONCEIÇÃO, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, registrada no CNPJ sob o nº 15.236.607/0001-42 (Processo MJ nº 08071.035207/2011-34).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.222, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, objetivando a definição de limites da Terra Indígena MATO PRETO, constante do processo FUNAI/1150/2007,

CONSIDERANDO que a Terra Indígena localizada nos municípios de Erebango, Erechim e Getúlio Vargas, Estado de Rio Grande do Sul, ficou identificada nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal e inciso I do art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Guarani Chiripá e Mbya;

CONSIDERANDO os termos do Despacho nº 58/PRES, de 20 de novembro de 2009, do Presidente da FUNAI, publicado no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2009 e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul de 24 de fevereiro de 2010;

CONSIDERANDO os termos dos pareceres da FUNAI, julgando improcedentes as contestações opostas à identificação e delimitação da terra indígena;

EM CUMPRIMENTO a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n.º 2006.71.17.001628-1, executada provisoriamente no Processo Judicial n.º 5002432-24.2012.404.7117, ambos em trâmite perante a Vara Federal de Erechim/RS, resolve:

Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Guarani Chiripá e Mbya a Terra Indígena MATO PRETO com superfície aproximada de 4.230 ha (quatro mil duzentos e trinta hectares) e perímetro também aproximado de 30 km (trinta quilômetros), assim delimitada: Partindo do Ponto nº. 01 de coordenadas geográficas aproximadas 27º46'59,50" S e 52º15'31,26" Wgr., situado na margem direita de um Arroio sem denominação, segue no sentido oeste a leste por linha reta até encontrar o Ponto nº. 02 de coordenadas geográficas aproximadas 27º47'01,69" S e 52º11'11,72" Wgr., situado na margem esquerda do Rio Toldo. Leste: Do ponto anteriormente descrito, segue pela mesma margem esquerda do Rio Toldo a montante, Ponto nº. 03 de coordenadas geográficas aproximadas 27º47'11,88" S e 52º11'18,19" Wgr., situado na confluência de um córrego sem denominação, formador do Rio Toldo. Do ponto anteriormente descrito, segue pela margem esquerda do referido córrego, a montante até o Ponto nº. 04 de coordenadas geográficas aproximadas 27º47'50,00" S e 52º11'17,73" Wgr., situado na sua margem esquerda onde é cruzado por uma estrada vicinal, daí segue pela referida estrada no sentido sudoeste, ate o Ponto n° 05 de coordenadas geográficas aproximadas 27º48'36,83" S e 52º10'21,01" Wgr., situado no cruzamento com uma estrada de rodagem, que ao sul demanda a cidade de Getulio Vargas, e no oposto para Rio Toldo. Do ponto anteriormente descrito, segue pela referida estrada até encontrar o Ponto n°. 06 de coordenadas geográficas aproximadas - 27°50'03,86" S e 52°11'36,12" Wgr., situado no cruzamento dessa estrada com o Laj. Castilhos. Sul: Do ponto anteriormente descrito, segue pela margem esquerda do referido Lajeado a montante, até encontrar o Ponto nº. 07 de coordenadas geográficas aproximadas 27º49'55,78" S e 52º12'15,49" Wgr., situado na confluência de um córrego sem denominação, formador do Laj. Castilhos. Do ponto anteriormente descrito, segue pela margem esquerda do já referido córrego a montante, até encontrar o Ponto nº. 08 de coordenadas geográficas aproximadas 27º50'29,21" S e 52º12'55,07" Wgr., situado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

na sua cabeceira. Do ponto anteriormente descrito, segue por linha reta ate o Ponto nº. 09 de coordenadas geográficas aproximadas 27º50'31,69" S e 52º13'12,84" Wgr., situado na cabeceira de um córrego sem denominação. Do ponto anteriormente descrito, segue pela margem direita do referido córrego a jusante, ate encontrar Ponto nº. 10 de coordenadas geográficas aproximadas 27°50'29,03" S e 52°13'39,35" Wgr., situado na confluência de outro córrego sem denominação, formador do Arroio São Paulo. Do ponto anteriormente descrito, segue pela margem direita do referido arroio a jusante, ate o Ponto nº. 11 de coordenadas geográficas aproximadas 27°50'43,63" S e 52º13'38,82" Wgr., situado na sua confluência com o Arroio São Paulo. Oeste: Do ponto anteriormente descrito segue pela margem esquerda do referido Arroio ate o Ponto nº 12 de coordenadas geográficas aproximadas 27°49'21,73" S e 52°14'45,02"Wgr., situado na confluência de uma sanga sem denominação, pela sua margem direita. Do ponto anteriormente descrito, segue a montante pela margem esquerda da sanga sem denominação, ate encontrar a rodovia RS 135, na faixa de segurança onde se situa o Ponto nº. 13 de coordenadas geográficas aproximadas 27°49'24,27" S e 52°15'02,37" Wgr. Do ponto anteriormente descrito, segue margeando a referida rodovia, pela faixa de segurança, ate o Ponto nº. 14 de coordenadas geográficas aproximadas 27°49'13,84" S e 52°15'12,96" Wgr., situado na divisa dos lotes 42; 43 A e 44 A do antigo mapa das Colônias, secção Mato Preto. Do ponto anteriormente descrito, segue por linha reta, ate o Ponto n° 15 de coordenadas geográficas aproximadas 27°49'25,27" S e 52°15'24,28" Wgr., situado na intersecção dos lotes anteriormente descritos, com o lote nº 41 do mesmo mapa. Do ponto anteriormente descrito, segue por linha reta, ate encontrar o Ponto n°. 16 de coordenadas geográficas aproximadas 27°49'10,00" S e 52°15'39,12" Wgr., situado na faixa da margem de segurança da ferrovia RFFSA. Do ponto anteriormente descrito, segue no sentido a Erexim, margeando a referida ferrovia, ate o Ponto n°. 17 de coordenadas geográficas aproximadas 27°49' 05,91" S 52°15'35,13"Wgr., situado logo após o viaduto da RS 135, sobre a estrada de ferro. Do ponto anteriormente descrito, segue margeando a RS 135 pela faixa de segurança, sentido norte ate encontrar o marco geodésico MG 04, da demarcação da T. I. Ventarra, situado na cabeceira do Lajeado Ventarra ou Taboão. Do ponto anteriormente descrito, segue pela margem direita do referido Lajeado a jusante, até encontrar o Ponto nº. 18 de coordenadas geográficas aproximadas 27°47'50,01" S e 52°15'55,23" Wgr., situado na margem da faixa de segurança da RS 135 e o lajeado Ventarra. Do ponto anteriormente descrito, segue por linha reta ate o Ponto nº. 19 de coordenadas geográficas aproximadas 27°47'45,34" S e 52°15'11,25" Wgr., situado na cabeceira de um arroio sem denominação. Do ponto anteriormente descrito, segue a jusante, margem direita, até encontrar o Ponto n°. 01, início desta descrição perimétrica.

Art. 2º A FUNAI promoverá a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 1973, e do art. 5º do Decreto nº 1.775, de 1996.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.223, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de julho de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05238, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 2.695 de 26 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2002, para incluir o pedido oficial de desculpas do Estado Brasileiro a MARIA CRISTINA DE CASTRO, portadora do CPF nº 310.812.231-20, conceder a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.01.1971 a 29.10.1979, e ratificar os demais termos constantes da Portaria Ministerial nº 2.695 de 26 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e IIII da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.224, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CRUZEIRO DO SUL - APAE DE CRUZEIRO DO SUL, com sede na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, registrada no CNPJ sob o nº 01.949.095/0001-57 (Processo MJ nº 08071.002528/2012-33).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.225, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - ADEFSMIC, com sede na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, registrada no CNPJ sob o nº 06.133.081/0001-84 (Processo MJ nº 08071.031752/2011-51).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.226, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a DUNDAÇÃO "DOM JOSÉ HASCHER", com sede na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, registrada no CNPJ sob o nº 04.510.368/0001-50 (Processo MJ nº 08071.022828/2011-58).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.227, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da RENASCER - CASA DE RECUPERAÇÃO NASCER DE NOVO, com sede na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, registrada no CNPJ sob o nº 05.908.357/0001-96 (Processo MJ nº 08071.032956/2011-18).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.228, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da SOCIEDADE BENEFICENTE LAR SÃO JOSÉ, com sede na cidade de Toledo, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 25.646.209/0001-58 (Processo MJ nº 08071.022169/2011-50).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.229, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE MICROEMPRESAS DO NOROESTE DO PARANÁ - AMNP, com sede na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 76.721.356/0001-86 (Processo MJ nº 08071.036428/2011-20).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.230, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do título de Utilidade Pública Federal do CENTRO EDUCACIONAL ROSE NEGRÃO - CERONE, com sede na cidade de Palmital, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 05.918.162/0001-27 (Processo MJ nº 08071.000099/2011-89).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.473, DE 2 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1959 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA, CNPJ nº 10.319.853/0001-44 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 3467/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.833, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2785 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇAO DE VIGILANTES SUPER AÇAO LTDA, CNPJ nº 07.580.696/0001-11, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

16 (dezesseis) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC)

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.834, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2673 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.817.114/0001-54, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente VISE VIGILANCIA E SEGURANÇA LIMITADA, CNPJ nº 42.146.902/0001-80:

30 (trinta) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

540 (quinhentas e quarenta) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.839, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1791 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa Cefasp - Centro de Formação e Aperfeiçoamento em Segurança Privada, CNPJ nº 05.822.639/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 3754/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 2.848, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1543 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0003-22, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

49 (quarenta e nove) Revólveres calibre 38

576 (quinhentas e setenta e seis) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.857, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1772 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGILÂNCIA SEMPRE FORTE, CNPJ nº 07.065.776/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 3443/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.868, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3546 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa A.S.F SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.880.303/0001-62, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

234 (duzentas e trinta e quatro) Munições calibre 38

540 (quinhentas e quarenta) Munições calibre .380

80 (oitenta) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.870, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3659 - DPF/DVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIGLIS VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 11.018.334/0001-09, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

80 (oitenta) Munições calibre .380

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.897, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3290 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONTABIL SISCOMPANY LTDA, CNPJ nº 08.766.618/0001-79, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente CONTABIL NELLO S/C LTDA , CNPJ nº 62.463.963/0001-89:

2 (dois) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.901, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2697 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MULTSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 04.966.422/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 3907/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.902, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3215 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA, CNPJ nº 64.545.866/0007-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 3952/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.910, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1943 - DPF/ILS/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CETESP CENTRO DE TREINAMENTO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO DE VIGILANTES, CNPJ nº 13.761.425/0001-65, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

40000 (quarenta mil) Munições calibre 38

1 (uma) Máquina de recarga calibre 12

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38

1 (uma) Máquina de recarga calibre 380

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.911, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3557 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MINAS SEGUR VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.563.482/0001-08, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

102 (cento e duas) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.913, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3643 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES RCM LTDA, CNPJ nº 09.110.371/0001-09, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

53180 (cinquenta e três mil e cento e oitenta) Munições calibre 38

500 (quinhentas) Munições calibre .380

7366 (sete mil e trezentas e sessenta e seis) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.914, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3642 - DPF/SIC/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EVEREST ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.973.752/0001-92, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

24360 (vinte e quatro mil e trezentas e sessenta) Munições calibre 38

3855 (três mil e oitocentas e cinquenta e cinco) Munições calibre .380

4975 (quatro mil e novecentas e setenta e cinco) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.920, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3348 - DPF/ARU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGUIA DE AÇO - VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - EPP, CNPJ nº 10.157.132/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 3946/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.923, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3458 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TECNOLOGIA BANCARIA S A, CNPJ nº 51.427.102/0294-53, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

46 (quarenta e seis) Munições calibre 38

476 (quatrocentas e setenta e seis) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.924, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3508 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa PALOTINA OESTE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.948.378/0001-35, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Paraná.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 2.927, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3811 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0001-07, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.928, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/226 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GFB SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 14.143.014/0001-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 3678/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.732, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08494.006423/2011-00 - DPF/JVE/SC, resolve:

Autorizar a empresa ESCOLA TÉCNICA DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 01.247.839/0001-91, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser ETESE - ESCOLA TÉCNICA DE SEGURANÇA LTDA..

CLYTON EUSTÁQUI XAVIER

ALVARÁ Nº 11.570, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.033673/2011-49-DELESP/SR/SP resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRÊS EDITORIAL LTDA, CNPJ nº 43.525.419/0001-70, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída por meio da Portaria nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 86 - INDEFERIR o pedido de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis requerido por PEDRO TIAGO DE JESUS OLIVEIRA, de nacionalidade Portuguesa, nascido em 06 de maio de 1980, filho de Leonel Piedade Oliveira e de Ermelinda de Jesus Silva Oliveira , por não atender ao que dispõe o Art. 17, 1 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001. (Processo nº 08018.002619/2012-13).

Nº 88 - INDEFERIR o pedido de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis requerido por CATARINA ISABEL SILVEIRA ENGUIÇA, de nacionalidade Portuguesa, nascido em 13 de janeiro de 2005, filha de Mário Miguel Roque Capela Enguiça e de Ana Catarina Morgadinho Gago Sousa da Silveira; porquanto a estrangeira não possui capacidade civil, não atendendo ao que dispõe o art. 15 do Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001. (Processo nº 08018.006259/2012-29).

Nº 89 - INDEFERIR o pedido de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis requerido por MARIANA MATOS ENGUIÇA, de nacionalidade Portuguesa, nascido em 18 de junho de 1999, filha de Mário Miguel Roque Capela Enguiça e de Márcia Soares Rodrigues da Silva Matos, porquanto a estrangeira não possui capacidade civil, não atendendo ao que dispõe o Art. 15 do Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001. (Processo nº 08018.006258/2012-84).

Nº 93 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 2.215, de 1 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial de 2 de dezembro de 2011, que concedeu a naturalização a ANTONIO TRIO, RNE V295577-B, natural da Itália, nascido em 12 de novembro de 1943, filho de Letizia Calvano Trio, nos termos do § 3º, do artigo 119, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, tendo em vista o falecimento do interessado. (Processo nº 08505.019554/2010-91).

Nº 94 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria Coletiva nº 38, de 11 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial de 12 de janeiro de 2012, que concedeu a naturalização a MARIA LORETTA PENASA, RNE V008648-U, natural da Itália, nascida em 5 de julho de 1955, filha de Cesare Penasa e de Maria Teresa Jachelini, nos termos do § 3º, do artigo 119, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, tendo em vista a recusa da interessada em renunciar a nacionalidade originária. (Processo nº 08260.004739/2010-11).

JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA
XAVIER DA SILVA

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

INDEFIRO o presente recurso apresentando pelo nacional peruano RENZO BRIAN LUNA COAQUIRA, tendo em vista que o Requerente não preenche os requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80, bem assim mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 28/04/10, Seção 1, pág. 202.

Processo Nº 08460.017801/2007-83 - RENZO BRIAN LUNA COAQUIRA.

INDEFIRO o presente recurso apresentando pelo nacional libanês MOHAMAD ABDO ABOU FARD, tendo em vista que o Requerente não preenche os requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80, bem assim mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 20/08/2007, Seção 1, pág. 32.

Processo Nº 08072.003766/2006-16 - MOHAMAD ABDO ABOU FARD.

INDEFIRO o recurso apresentado pelo nacional italiano GIANLUCA MONACO, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 13/02/2012, Seção 1, pág. 83, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ou caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/09. Processo Nº 08455.096276/2009-95 - GIANLUCA MONACO.

INDEFIRO o recurso apresentado pelo nacional chinês JIABIN LI, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 20/06/2011, Seção 1, pág. 89, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ou caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/09. Processo Nº 08505.101631/2009-12 - JIABIN LI.

INDEFIRO o recurso apresentado pela nacional chinesa MINLI XIANG, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 06/02/2012, Seção 1, pág, 25, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ou caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/09. Processo Nº 08505.065934/2009-64 - MINLI XIANG.

Tendo em vista, que no momento da solicitação o estrangeiro encontrava-se em situação irregular no país, mantenho o ato indeferitório publicado no D.O.U de 17 /07/2012, seção 1, pág. 39.

Processo Nº 08505.107361/2011-78 - ANGELES JR TATEL SORIAO.

Tendo em vista que no momento da autuação, o estrangeiro encontrava-se em situação irregular no país, mantenho o ato indeferitório publicado no D.O.U de 02/08/2012, Seção 1, pág. 26.

Processo Nº 08707.009874/2011-48 - ERICK TSHIABA KALONJI.

Tendo em vista que já decorreu prazo superior ao solicitado pela requerente, determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08505.040058/2011-88 - MARIA DA GRACA FILIPE CARDOSO.

IZAURA MARIA SOARES

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º, da Portaria nº 02, de 21 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2012, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional turco SIMAN SADIK AVCI, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de SIMAN SADIK AVCI para SINAN SADIK AVCI.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional chilena SILVIA ADRIANA HURTADO PALMA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de SILVIA ADRIANA HURTADO PALMA para SILVIA ADRIANA HURTADO PALMA ANTÔNIO.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional portuguêsa MARIA ELIZABETH DE ALMEIDA DUQUE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de MARIA ELIZABETH DE ALMEIDA DUQUE para MARIA ELISABETE DE ALMEIDA DUQUE.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana YANINA ESPENKA FELIPE APAZA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de YANINA ESPENKA FELIPE APAZA para YANINA ESDENKA FELIPE APAZA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional libanêsa KAEDBIEH ZEINA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de KAEDBIEH ZEINA para ZEINA KAEDBIEH.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana MERCEDES MALDONADO CAMPOS GUILLEN, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de MERCEDES MALDONADO CAMPOS GUILLEN para MERCEDES MALDONADO CAMPOS.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional portuguêsa MARIA FATIMA DOS SANTOS, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de MARIA FATIMA DOS SANTOS para MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional norueguês ARNE HALVORSEN, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome do genitor constante do seu registro, passando de ERIK HALVORSEN para ERIK VALENTINSEN HALVORSEN.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana DINA JALLURANA QUISPE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome do genitor constante do seu registro, passando de EUDEBIO JALLURANA FLORES para EUSEBIO JALLURANA FLORES.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional peruana LYSIAS MASSIEL ROJAS ROMERO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome do genitor constante do seu registro, passando de WALTER JAVIER ROJAS RUIZ para WALTER ROJAS RUIZ.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional francês OLIVIER LUDWIG, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de BRIGITTE LUDWIG para BRIGITTE GESCHICKT.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos com Averbação de Nacionalidade formulado em favor da nacional portuguêsa ALEXANDRA RODRIGUES GASPAR, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome a nacionalidade e o nome da genitora constante do seu registro, passando de ALEXANDRA RODRIGUES GASPAR para ALEXANDRA GASPAR, a nacionalidade de portuguêsa para francêsa, sem a perda da nacionalidade primitiva e o nome da genitora de MARGARIDA RODRIGUES GASPAR para MARGARIDA BATISTA RODRIGUES.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana EMELIANA CANAVIRI MACHICADO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e o estado civil constante do seu registro, passando de EMELIANA CANAVIRI MACHICADO para EMILIANA CANAVIRI DE CHAIÑA e o estado civil de solteira para casada.

DENISE BARROS PEREIRA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08097.000426/2012-95 - DIEGO MATIAS PEREZ DEL PUERTO

Processo Nº 08297.000339/2012-81 - PEDRO GERMAN JORDAN STERN

Processo Nº 08390.003174/2012-31 - ADRIANA ETHEL GONZALEZ GALANENA

Processo Nº 08436.001745/2012-20 - SERGIO ADAN GUIMARAENS SILVA

Processo Nº 08438.000627/2012-84 - ANGELA LORELEY CASTRO CERRES

Processo Nº 08438.000631/2012-42 - GONZALO ALZUETA LIMA

Processo Nº 08438.000678/2012-14 - CARMEN CORREA ROJAS

Processo Nº 08441.000857/2012-94 - GLADYS MABEL GUILLAMA MENDEZ

Processo Nº 08441.000875/2012-76 - ZULMA LAURINDA OLIVERA NUNEZ

Processo Nº 08441.001013/2012-61 - ERNESTO RIPOLL AMOROS

Processo Nº 08441.001043/2012-77 - MARTHA MACARENA RODRIGUEZ CASARAVILLA

Processo Nº 08434.001153/2012-28 - PABLO AGUSTIN RUIZ MARTINEZ

Processo Nº 08434.001221/2012-59 - BLANCA IRIS FERREYRA SOSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08441.000707/2012-81 - ALBA LUZ LOPEZ CACERES

Processo Nº 08441.000721/2012-84 - JOSE ANDRES BAUZIL CHAMPONE

Processo Nº 08441.000728/2012-04 - GUSTAVO ALEJANDRO NOTEJANE SCARRONE

Processo Nº 08441.000729/2012-41 - WALTER ALBERTO RODRIGUEZ BIDARTE

Processo Nº 08441.000860/2012-16 - ALBARINA MORALES DOS SANTOS

Processo Nº 08441.001064/2012-92 - ERNESTO OSCAR BONGOLL PRANG

Processo Nº 08441.001044/2012-11 - YACSON CARNEIRO MATTOS

Processo Nº 08441.001068/2012-71 - MARCIO GABRIEL GONZALEZ PAZ

Processo Nº 08441.001071/2012-94 - JUANITA SILVA

Processo Nº 08441.001659/2012-48 - CARLOS JAIME LEMOS PIREZ

Processo Nº 08441.001987/2012-44 - CARLOS POLOCASTRO HERNANDEZ

Processo Nº 08441.001990/2012-68 - ANA PAULA MORALES CARRION

Processo Nº 08441.002530/2012-57 - LOIVA SUAREZ LENCINA

Processo Nº 08441.002544/2012-71 - PATRICIA MARIA VENTOS DIAZ

Processo Nº 08441.002555/2012-51 - MARIA LILIAN SENTENA AREBALO

Processo Nº 08441.002643/2012-52 - VALERIA SIMONE VAZ FONSECA

Processo Nº 08441.002720/2012-74 - ISABEL CRISTINA MARTINEZ CORREA

Processo Nº 08460.030039/2011-15 - MARTIN RODOLFO CIGANDA SJOSTEDT

Processo Nº 08492.002458/2012-62 - MIGUEL ANGEL DA SILVA LACUESTA

Processo Nº 08505.012792/2012-38 - EMILIO MARIO LEMA GODOY

Processo Nº 08505.021963/2012-10 - ANDREA TAMARA CASSARINO ALANIZ

Processo Nº 08505.021979/2012-22 - SANTIAGO VILLALBA LABORDE

Processo Nº 08505.026742/2012-38 - MARIA PATRICIA MATHO FERRES

Processo Nº 08505.041546/2012-93 - MARIA ALEJANDRA OLIVERA AMATO

Processo Nº 08505.046532/2012-66 - JULIO BERNARDO MALLARINO BUA

Processo Nº 08441.002736/2012-87 - REYNALDO JAVIER RODRIGUEZ DA ROSA

Processo Nº 08441.001034/2012-86 - LEONARDO MARTINICORENA SOUZA.

DEFIRO o pedido de permanência por Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08437.002120/2011-94 - MELISSA ACOSTA LOPEZ

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 18/01/2012, Seção 1, pág. 35, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08495.004460/2011-65 - TERESA GRAU YARZABAL.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 12/12/2011, Seção 1, pág. 170, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08444.004091/2009-91 - ERMELINDA GONZALEZ IRIGARAY.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato INDEFERITORIO publicado no DOU de 05/01/2012, pág. 50/51, para conceder a permanência para IBIS ESQUIVEL nos termos do art. 75, II, b, da Lei nº 6.815/80, medida extensiva com base no art. 2º, II, da Resolução Normativa nº 36/99 para MATILDE ESQUIVEL ECHEVARRIA, por questão de economia processual.

Processo Nº 08286.002293/2010-01 - IBIS ESQUIVEL e MATILDE ESQUIVEL.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da Residência temporária em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo Requerente, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08444.001232/2012-10 - MARGARITA MARIA ELISA PEREIRA PESSOA

Processo Nº 08504.003999/2012-21 - LURDE ESTELA ACOSTA CACERES

Processo Nº 08444.001765/2012-00 - PEDRO EDUARDO AROS ESPINOZA

Processo Nº 08492.002680/2012-65 - PABLO JESUS FERNANDEZ FERREIRA

Processo Nº 08475.005378/2012-77 - ROXANA ONARRY AMBLO.

DEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional portuguesa VERONICA BOLARINHO ARRAIAL CHAVES, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para seu filho menor LUIS MIGUEL ARRAIAL AMARAL, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99. Processo Nº 08335.019670/2011-91 - VERONICA BOLARINHO ARRAIAL CHAVES e LUIS MIGUEL ARRAIAL AMARAL.

DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais bolivianos JANNET CLOTILDE SANTOS HUANCA, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para sua filha menor LUZ SARAI COPA SANTOS, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99. Processo Nº 08505.113962/2011-10 - JANNET CLOTILDE SANTOS HUANCA e LUZ SARAI COPA SANTOS.

DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais espanhóis JOSE ALBERTO ZAMORANO HERNANDEZ e MARIA MONTSERRAT MARTINEZ ROMERO, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para seus filhos menores ALBERTO ZAMORANO MARTINEZ e DIEGO ZAMORANO MARTINEZ, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99.

Processo Nº 08505.005202/2012-11 - JOSE ALBERTO ZAMORANO HERNANDEZ, MARIA MONTSERRAT MARTINEZ ROMERO, ALBERTO ZAMORANO MARTINEZ e DIEGO ZAMORANO MARTINEZ.

DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais peruanos NARAYANA RIVERA DEL CARPIO DOS SANTOS, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para seus filhos menores LUCIANO ADOLFO RIVERA DEL CARPIO SANCHEZ e FACUNDO MATIAS RIVERA DEL CARPIO SANCHEZ, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99. Processo Nº 08505.012995/2012-24 - NARAYANA RIVERA DEL CARPIO DOS SANTOS, FACUNDO MATIAS RIVERA DELCARPIO SANCHEZ e LUCIANO ADOLFO RIVERA DEL CARPIO SANCHEZ.

DEFIRO o pedido de permanência formulado pela nacional italiana GLORIA GIARDINA, com base no art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80, bem assim para sua filha menor ISABELLA GIARDINA Y CORREA, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99.

Processo Nº 08495.006065/2011-17 - GLORIA GIARDINA e ISABELLA GIARDINA Y CORREA.

TORNO INSUBSISTENTE o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 24/11/2011, Seção 1, pág. 88, para DEFERIR o pedido de permanência na forma do art. 75, II, a, da Lei 6.815/80. Processo Nº 08505.022424/2011-17 - CHANTIMA SUA-NGAM JORGE.

TORNO INSUBSISTENTE o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2009, Seção 1, pág. 81, para conceder a residência permanente com base no art. 75,II,"b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08220.005426/2008-32 - RICHARD YUMBATO RIOS.

Face ás diligências procedidos pelo Departamento de Policia Federal DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que provado que o(a) estrangeiro (a) mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, assistindo - a socialmente e moralmente, Por motivo de economia processual. Processo Nº 08505.013743/98-30 - OLE CHRISTENSEN.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 13/04/12, Seção 1, pág 32, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.074398/2011-11 - OSSAI SUNDAY ALUMONA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 22/05/12, Seção 1, pág 30, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08460.040724/2011-41 - ALEJANDRO DANIEL FRIAS.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 11/05/12, Seção 1, pág 81, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.085316/2011-55 - MIGUEL ANGEL POMA LOPEZ e MARIANA YATIAS CHAMBILLA.

INDEFIRO o pedido de permanência tendo em vista que o(a) Requerente não preenche os requisitos exigidos pelo art. 75,II, a, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08701.000475/2012-52 - HUMAYAN KABIR

TORNO INSUBSISTENTE o ato DEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 27/08/2012, Seção 1, pág. 23, para INDEFERIR o pedido, por desistência do requerente.

Processo Nº 08492.002687/2012-87 - GARI DRAGIC

TORNO INSUBSISTENTE o ato DEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 24/02/2012, Seção 1, pág. 53, para INDEFERIR o pedido de permanência, tendo em vista que o requerente encontra - se residindo fora do país. Processo Nº 08270.009485/2008-94 - DAMIEN CHARLES MARIE FORTERRE.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08460.040050/2011-85 - ANIELLO ANGELO AVELLA, até 26/02/2013

Processo Nº 08212.006826/2011-60 - KIMBERLY PAIGE JOHNSON, até 31/10/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08286.000070/2012-62 - TRESOR KAPALAY MWEMWE, até 01/03/2013

Processo Nº 08335.001366/2012-78 - CARLOS EDUARDO SILVA DOS REIS, até 11/02/2013

Processo Nº 08364.000010/2012-70 - JOSETTE THERRIER, até 26/02/2013

Processo Nº 08364.000011/2012-14 - JOANNE THERRIER, até 26/02/2013

Processo Nº 08390.000273/2012-61 - SUNDAY GERMAIN WOROU, até 26/02/2013

Processo Nº 08433.000760/2012-81 - JIMMY WALTER RASCHE ALVAREZ e PETERSON DAVID RASCHE CABRAL, até 26/02/2013

Processo Nº 08460.004062/2012-27 - JAC SSONE ALERTE, até 09/03/2013

Processo Nº 08460.038256/2011-45 - PATRICIA ISABEL PONTON BRAVO, até 22/02/2013

Processo Nº 08460.040040/2011-40 - PATRICIA REYNOSO QUISPE, até 13/02/2013

Processo Nº 08495.000053/2012-60 - ERMELINDA ARMANDO QUINTUNDA, até 17/03/2013

Processo Nº 08495.000094/2012-56 - YVES GARNARD IRILAN, até 22/02/2013

Processo Nº 08502.009552/2011-03 - HARVEY ALEXANDER VILLA VELEZ, até 02/03/2013

Processo Nº 08505.099167/2011-10 - JANVIER KATAKA KAMBALE, até 26/01/2013

Processo Nº 08505.112130/2011-86 - MONICA CECILIA DE LA TORRE UGARTE GUANILO, até 03/02/2013

Processo Nº 08505.112754/2011-01 - ROSEMBERG JAIRO GOMEZ LEDESMA, até 11/01/2013

Processo Nº 08460.000296/2012-03 - LUDIVIA SERRATO MARTINEZ, até 10/02/2013.

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08460.026340/2011-16 - JUSCARDO DISTINO LUAMBA

Processo Nº 08460.030120/2011-97 - SANDRA MILENA SIERRA PENA.

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido, diante do término do curso e do fato de já ter transcorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08460.026343/2011-50 - ARLINDO PINTO CRISTOVAO.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 20/04/2012, Seção I, Pág. 43, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.076065/2011-18 - NNAMDI IFEANYI CHURWU OKEREKE.

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.076065/2011-18 - NNAMDI IFEANYI CHUKWU OKEREKE.

No Diário Oficial da União de 20/03/2012, Seção I, Pág. 18, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08124.001972/2011-98 - JOANNA BEDNARKSA

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08124.001972/2011-98 - JOANNA BEDNARSKA.

No Diário Oficial da União de 10/08/2011, Seção I, Pág. 62, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08437.000908/2011-66 - Lino Joaquin Diaz Acosta.

Leia-se: DEFIRO o pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos de Acordo entre Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si de Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s): Processo Nº 08437.000908/2011-66 - Lino Joaquin Diaz Acosta.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 424, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a publicação dos índices de freqüência, gravidade e custo, por atividade econômica, considerados para o cálculo do Fator Acidentário de Prevenção - FAP do ano de 2012, com vigência para o ano de 2013, e sobre o processamento e julgamento das contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuídos.

OS MINISTROS DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 202-A, § 5º, e 202-B, ambos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e na Resolução MPS/CNPS nº 1.316, de 31 de maio de 2010, resolvem:

Art. 1º Publicar os róis dos percentis de freqüência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, calculados em 2012, considerando informações dos bancos de dados da previdência social relativas aos anos de 2010 e 2011 (Anexo I), calculados conforme metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS.

Art. 2º O Fator Acidentário de Prevenção - FAP calculado em 2012 e vigente para o ano de 2013, juntamente com as respectivas ordens de freqüência, gravidade, custo e demais elementos que possibilitem a empresa verificar o respectivo desempenho dentro da sua Subclasse da CNAE, serão disponibilizados pelo Ministério da Previdência Social - MPS no dia 30 de setembro de 2012, podendo ser acessados na rede mundial de computadores nos sítios do Ministério da Previdência Social - MPS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Parágrafo único. O valor do FAP de todas as empresas, juntamente com as respectivas ordens de freqüência, gravidade, custo e demais elementos que compuseram o processo de cálculo, será de conhecimento restrito do contribuinte mediante acesso por senha pessoal.

Art. 3º Nos termos da Resolução MPS/CNPS Nº 1.316, de 31 de maio de 2010, as empresas que estiverem impedidas de receber FAP inferior a 1,0000 por apresentarem casos de morte ou de invalidez permanente poderão afastar esse impedimento se comprovarem terem realizado investimentos em recursos materiais, humanos e tecnológicos em melhoria na segurança do trabalho, com o acompanhamento dos sindicados dos trabalhadores e dos empregadores.

§ 1º A comprovação de que trata o caput será feita mediante formulário eletrônico "Demonstrativo de Investimentos em Recursos Materiais, Humanos e Tecnológicos em Melhoria na Segurança do Trabalho" devidamente preenchido e homologado.

§ 2º O formulário eletrônico será disponibilizado no sítio do Ministério da Previdência Social - MPS e da Receita Federal do Brasil - RFB e deverá ser preenchido e transmitido no período de 1º de outubro de 2012 até 31 de outubro de 2012 e conterá informações inerentes ao período considerado para a formação da base de cálculo do FAP anual.

§ 3º No formulário eletrônico de que trata o § 1º constarão campos que permitirão informar, mediante síntese descritiva, sobre:

I - a constituição e o funcionamento de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA ou a comprovação de designação de trabalhador, conforme previsto na Norma Regulamentadora - NR 5, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

II - as características quantitativas e qualitativas da capacitação e treinamento dos empregados;

III - a composição de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, conforme disposto na Norma Regulamentadora NR 4, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

IV - a análise das informações contidas no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO realizados no período que compõe a base de cálculo do FAP processado;

V - o investimento em Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, Equipamento de Proteção Individual - EPI e melhoria ambiental; e

VI - a inexistência de multas, decorrentes da inobservância das Normas Regulamentadoras, junto às Superintendências Regionais do Trabalho - SRT, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

§ 4º O Demonstrativo de que trata o § 1º deverá ser impresso, instruído com os documentos comprobatórios, datado e assinado por representante legal da empresa e protocolado no sindicato dos trabalhadores da categoria vinculada à atividade preponderante da empresa, o qual homologará o documento, no prazo estabelecido no § 6º, também de forma eletrônica, em campo próprio.

§ 5º O formulário eletrônico de que trata o § 1º deverá conter:

I - identificação da empresa e do sindicato dos trabalhadores da categoria vinculada à atividade preponderante da empresa, com endereço completo e data da homologação do formulário eletrônico; e

II - identificação do representante legal da empresa que emitir o formulário, do representante do sindicato que o homologar e do representante da empresa encarregado da transmissão do formulário para a Previdência Social.

§ 6º A homologação eletrônica pelo sindicato dos trabalhadores da categoria vinculada à atividade preponderante da empresa deverá ocorrer, impreterivelmente, até o dia 19 de novembro de 2012, sob pena de a informação não ser processada e o impedimento da bonificação mantido.

§ 7º O Demonstrativo impresso e homologado será arquivado pela empresa por cinco anos, podendo ser requisitado para fins da auditoria da Receita Federal do Brasil - RFB ou da Previdência Social.

§ 8º Ao final do processo do requerimento de suspensão do impedimento da bonificação, a empresa conhecerá o resultado mediante acesso restrito, com senha pessoal, na rede mundial de computadores nos sítios do Ministério da Previdência Social - MPS e da Receita Federal do Brasil - RFB.

Art. 4º Nos termos do item 3.7 da Resolução MPS/CNPS Nº 1.316, de 31 de maio de 2010, as empresas que estiverem impedidas de receber FAP inferior a 1,0000 por apresentarem Taxa Média de Rotatividade, calculada na fase de processamento do FAP anual, acima de setenta e cinco por cento, poderão afastar esse impedimento se comprovarem ter observado as normas de Saúde e Segurança do Trabalho em casos de demissões voluntárias ou término da obra.

Parágrafo único. A comprovação de que trata o caput deste artigo será efetuada mediante formulário eletrônico "Demonstrativo de Investimentos em Recursos Materiais, Humanos e Tecnológicos em Melhoria na Segurança do Trabalho" devidamente preenchido e homologado, conforme previsto no artigo anterior, observando-se, inclusive, as mesmas datas para preenchimento, transmissão e homologação.

Art. 5º O FAP atribuído às empresas pelo Ministério da Previdência Social - MPS poderá ser contestado perante o Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional - DPSSO da Secretaria Políticas de Previdência Social - SPPS do Ministério da Previdência Social - MPS, de forma eletrônica, por intermédio de formulário eletrônico que será disponibilizado na rede mundial de computadores nos sítios do Ministério da Previdência Social - MPS e da Receita Federal do Brasil - RFB.

§ 1º A contestação de que trata o caput deverá versar, exclusivamente, sobre razões relativas a divergências quanto aos elementos previdenciários que compõem o cálculo do FAP.

§ 2º O formulário eletrônico de contestação deverá ser preenchido e transmitido no período de 1º de novembro de 2012 a 04 de dezembro de 2012.

§ 3º O resultado do julgamento proferido pelo Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional - DPSSO, da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social - MPS, será publicado no Diário Oficial da União, e o inteiro teor da decisão será divulgado no sítio do Ministério da Previdência Social, na rede mundial de computadores, com acesso restrito à empresa.

§ 4º O processo administrativo de que trata este artigo tem efeito suspensivo.

§ 5º Caso não haja interposição de recurso, o efeito suspensivo cessará na data da publicação do resultado do julgamento.

Art. 6º Da decisão proferida pelo Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional - DPSSO, da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social-MPS, caberá recurso, no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União.

§ 1º O recurso deverá ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, que será disponibilizado no sítio do Ministério da Previdência Social-MPS e da Receita Federal do Brasil - RFB, e será examinado em caráter terminativo pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social - MPS.

§ 2º Não será conhecido o recurso sobre matérias que não tenham sido objeto de impugnação em primeira instância administrativa.

§ 3º O resultado do julgamento proferido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social-MPS será publicado no Diário Oficial da União, e o inteiro teor da decisão será divulgado no sítio do Ministério da Previdência Social, na rede mundial de computadores, com acesso restrito à empresa.

§ 4º Em caso de recurso, o efeito suspensivo cessará na data da publicação do resultado do julgamento proferido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social-MPS.

§ 5º O recurso, por se tratar de segunda instância administrativa, deverá versar exclusivamente sobre matérias submetidas à apreciação em primeira instância administrativa que não tenham sido deferidas a favor da empresa.

Art. 7º A propositura, pelo contribuinte, de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo de que trata esta Portaria importa em renúncia ao direito de recorrer à esfera administrativa e desistência da impugnação interposta.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO
Ministro de Estado da Previdência Social

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Ministro de Estado da Fazenda Interino

ANEXO I

Róis dos Percentis de Freqüência, Gravidade e Custo, por SubClasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas(CNAE 2.0) - 2012.

SubClasse da CNAE 2.0	Percentil de Freqüência	Percentil de Gravidade	Percentil de Custo
0111301	48,27	55,67	54,69
0111302	52,95	51,84	41,37
0111303	19,16	37,56	42,16
0111399	49,07	57,18	36,74
0112101	94,29	86,84	60,51
0112102	99,76	99,84	99,92
0112199	36,21	58,7	60,27
0113000	89,92	75,92	77,03
0114800	40,5	55,82	74,47
0115600	66,6	88,52	81,89
0116401	10,51	18,11	13,53
0116402	-	-	-
0116403	-	-	-
0116499	46,29	70,26	46,47
0119901	55,02	94,66	62,67
0119902	-	73,93	-
0119903	96,51	98,09	99,52
0119904	51,84	93,62	92,74
0119905	30,82	24,97	11,29
0119906	72,79	52,87	25,41
0119907	31,45	25,52	24,77
0119908	-	-	-
0119909	17,17	9,42	10,65
0119999	22,65	64,28	97,77
0121101	38,75	46,73	62,03
0121102	-	-	-
0122900	52,16	56,06	63,07
0131800	82,23	76,88	60,19
0132600	52,4	33,82	42,4
0133401	36,85	79,19	26,05
0133402	88,66	41,95	93,62
0133403	88,89	46,02	24,69
0133404	9,8	16,11	34,99
0133405	71,52	75,44	73,44
0133406	-	-	-
0133407	71,92	93,94	92,98
0133408	65,41	12,29	13,21
0133409	-	-	-
0133410	89,61	50,4	48,47
0133411	22,25	-	-
0133499	48,67	38,12	36,18
0134200	72,07	64,36	57,08
0135100	75,88	73,85	82,45
0139301	63,9	-	-
0139302	42,01	97,21	46,31
0139303	51,05	92,82	38,26
0139304	-	-	-
0139305	99,6	61,73	59,4
0139306	76,99	69,7	66,1
0139399	39,71	69,46	52,3
0141501	34,15	41,31	14,56
0141502	53,99	69,94	42,01
0142300	35,98	44,58	45,75
0151201	72,31	83,81	66,58
0151202	43,99	72,25	69,29
0151203	49,23	74,16	36,66
0152101	42,48	46,89	87,95
0152102	43,04	72,89	97,29
0152103	44,47	63,08	36,1
0153901	71,2	57,5	18,15
0153902	54,46	62,68	94,34
0154700	75,72	75,6	92,42
0155501	92,78	86,68	88,99
0155502	90,24	82,06	84,68
0155503	19,63	47,21	61,47
0155504	47,4	76,16	44,8
0155505	67,79	70,98	65,86
0159801	37,4	63,4	75,19
0159802	-	-	-
0159803	-	-	-
0159804	-	-	-
0159899	24,39	45,38	38,18
0161001	39,63	53,59	89,31
0161002	71,76	78,23	48,23
0161003	59,3	66,59	87,56
0161099	51,92	56,14	67,93
0162801	3,21	8,46	4,19
0162802	-	-	-
0162803	60,41	93,86	91,38
0162899	66,52	82,14	91,94
0163600	41,21	77,51	71,2
0170900	8,61	23,37	12,01
0210101	73,98	53,27	40,89
0210102	96,99	94,74	86,44
0210103	98,02	98,96	96,49
0210104	62,95	87,8	99,12
0210105	71,36	92,19	85,24
0210106	57,87	75,12	73,36
0210107	89,29	89	87,4
0210108	57,56	73,29	68,33
0210109	-	-	-
0210199	68,03	64,99	59
0220901	95,8	99,2	93,78
0220902	46,13	78,07	75,99
0220903	-	-	-
0220904	48,04	70,66	65,78
0220905	-	-	-
0220906	50,81	82,86	73,91
0220999	66,84	80,86	69,85

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

0230600	74,3	62,28	68,57
0311601	93,34	98,33	97,85
0311602	65,97	93,3	95,13
0311603	-	-	-
0311604	26,06	61,81	72,64
0312401	-	-	-
0312402	-	-	-
0312403	-	-	-
0312404	71,44	98,8	85,48
0321301	4,64	13,88	33,71
0321302	43,35	38,2	49,58
0321303	-	-	-
0321304	-	-	-
0321305	-	-	-
0321399	8,05	20,58	28,92
0322101	26,14	48,33	56,76
0322102	8,53	-	-
0322103	-	-	-
0322104	-	-	-
0322105	57,71	96,01	63,22
0322106	-	-	-
0322107	21,78	7,82	11,21
0322199	45,66	62,04	30,04
0500301	96,91	99,28	98,8
0500302	20,27	-	-
0600001	68,42	20,5	26,77
0600002	99,92	99,92	99,44
0600003	48,75	-	-
0710301	50,1	14,84	39,93
0710302	49,38	51,6	25,01
0721901	69,77	44,9	87,24
0721902	63,35	61,49	43,04
0722701	78,26	99,12	99,84
0722702	95,48	58,85	52,54
0723501	32,09	31,58	25,65
0723502	54,78	94,58	57,4
0724301	79,29	44,42	69,53
0724302	66,44	47,29	91,7
0725100	98,25	99,04	56,52
0729401	-	-	-
0729402	43,2	74,96	67,13
0729403	56,76	23,05	21,98
0729404	40,34	22,89	28,44
0729405	60,73	5,27	5,47
0810001	65,33	59,97	90,51
0810002	77,23	93,38	91,3
0810003	56,37	72,49	69,13
0810004	63,43	78,55	67,21
0810005	76,04	89,95	82,53
0810006	59,86	85,65	97,37
0810007	73,5	96,41	61,79
0810008	39,86	60,61	16,96
0810009	68,82	92,11	78,78
0810010	37,25	34,14	16,16
0810099	79,21	82,46	77,5
0891600	81,2	73,13	53,09
0892401	46,77	47,93	38,89
0892402	-	-	-
0892403	88,97	80,54	47,91
0893200	69,14	50,16	30,12
0899101	78,98	27,44	25,09
0899102	55,1	67,15	75,51
0899103	50,49	11,65	4,27
0899199	74,45	75,28	46,07
0910600	88,73	33,98	33,79
0990401	61,28	19,86	20,87
0990402	95,72	97,37	83,97
0990403	43,91	47,05	30,76
1011201	97,7	96,89	90,83
1011202	99,68	99,44	98,17
1011203	16,54	41,47	48,87
1011204	-	-	-
1011205	53,19	81,82	33,95
1012101	85,01	87,4	81,57
1012102	73,34	80,22	68,17
1012103	96,83	92,98	88,11
1012104	94,21	99,36	96,17
1013901	97,38	98,25	94,5
1013902	74,37	92,66	76,79
1020101	68,66	81,66	63,3
1020102	87,62	89,87	92,58
1031700	65,73	59,41	40,97
1032501	37,72	41,55	22,46
1032599	67,31	79,99	58,36
1033301	63,11	59,49	60,99
1033302	69,85	88,6	83,33
1041400	69,46	71,21	68,09
1042200	67	55,19	46,79
1043100	77,79	91,71	58,04
1051100	58,03	63,56	80,85
1052000	61,52	65,79	58,2
1053800	49,7	54,39	62,19
1061901	77,31	94,82	92,26
1061902	80,17	88,04	73,75
1062700	86,2	84,69	85,56
1063500	73,26	93,14	98,01
1064300	82,78	91,15	75,35
1065101	62,71	73,61	79,66
1065102	57,79	91,31	56,12
1065103	-	-	-
1066000	72,23	80,38	74,87
1069400	74,85	81,42	79,82
1071600	94,68	84,21	76,39
1072401	98,89	97,13	82,05
1072402	-	-	-
1081301	76,12	95,06	70,17
1081302	67,08	53,51	55,25
1082100	82,47	64,68	83,41
1091100	62,16	72,33	65,14
1092900	55,89	64,12	55,49
1093701	66,2	62,52	80,69
1093702	82,31	79,43	82,85
1094500	71,84	70,02	70,4
1095300	60,89	60,21	84,44
1096100	72,63	73,05	59,24
1099601	60,25	52,56	50,46
1099602	70,17	66,51	44,08
1099603	62,4	42,59	10,26
1099604	74,69	85,41	81,41
1099605	57,24	90,27	98,25
1099606	29,23	-	-
1099699	81,04	76,24	59,48
1111901	68,74	73,77	88,27
1111902	57,63	72,97	54,05
1112700	58,43	43,62	31,63
1113501	77,87	37,64	20,47
1113502	97,22	69,22	56,84
1121600	62,24	62,76	54,21
1122401	98,41	94,18	84,05
1122402	78,1	87,96	32,83
1122403	63,51	51,92	13,45
1122499	65,25	51,76	34,51
1210700	54,06	27,76	33,07
1220401	50,65	42,83	62,91
1220402	9,88	9,74	24,14
1220403	83,5	-	-
1220499	45,34	74,8	56,6
1311100	79,45	81,74	71,52
1312000	73,58	86,52	89,71
1313800	71,28	61,88	85,96
1314600	65,81	66,11	87,64
1321900	76,91	68,58	91,15
1322700	76,83	59,81	33,63
1323500	76,68	68,66	74,15
1330800	58,35	56,54	75,11
1340501	75,41	68,18	79,58
1340502	87,86	90,03	94,97
1340599	81,28	83,49	76,55
1351100	53,27	70,34	77,58
1352900	64,7	60,05	55,01
1353700	67,47	90,35	96,73
1354500	81,59	80,7	78,38
1359600	78,58	66,91	79,18
1411801	64,14	47,45	65,06
1411802	31,22	37,33	45,28
1412601	57,48	60,93	61,71
1412602	44,15	61,17	88,43
1412603	35,34	60,77	63,78
1413401	43,28	48,09	40,09
1413402	30,03	58,42	56,36
1413403	-	-	-
1414200	47,96	42,67	40,57
1421500	50,18	55,03	47,11
1422300	96,03	60,53	51,98
1510600	78,66	90,83	89,39
1521100	43,75	52,79	61,23
1529700	55,65	83,41	81,17
1531901	42,32	47,13	51,82
1531902	27,8	51,68	87,48
1532700	31,53	33,18	31,79
1533500	63,98	59,73	71,44
1539400	37,8	48,89	55,73
1540800	40,1	58,14	38,65
1610201	96,35	98,41	96,33
1610202	85,48	94,26	89,55
1621800	81,99	95,22	88,19
1622601	44,23	74,88	64,58
1622602	86,28	98,49	93,14
1622699	65,89	89,55	68,25
1623400	96,43	97,05	91,07
1629301	92,62	97,61	92,9
1629302	52,32	37,8	42,32
1710900	74,06	50,48	51,74
1721400	91,27	80,46	71,12
1722200	81,36	97,53	96,01
1731100	64,3	75,84	61,55
1732000	73,9	73,21	72,96
1733800	92,15	87,64	69,45
1741901	36,29	50,72	97,05
1741902	69,38	74,72	48,39
1742701	81,67	83,33	68,81
1742702	74,14	67,23	58,44
1742799	62,79	55,74	23,82
1749400	84,29	79,91	66,5
1811301	81,44	68,74	40,41
1811302	45,18	46,81	42,48
1812100	89,13	36,93	44,24
1813001	45,02	42,99	36,26
1813099	52,56	51,36	51,66
1821100	40,58	42,19	44,56
1822900	42,16	56,94	98,4
1830001	58,11	44,82	18,31
1830002	8,69	15,88	31,56
1830003	16,22	27,2	20,55
1910100	61,21	87,88	34,11
1921700	96,59	91,55	86,92
1922501	15,19	38,44	6,59
1922502	80,01	49,29	96,89
1922599	39,15	29,43	13,61
1931400	93,26	77,67	76,23
1932200	73,11	53,91	22,86
2011800	79,53	68,34	21,18
2012600	68,5	29,03	21,5
2013400	83,1	57,9	66,73
2014200	21,85	14,28	7,78
2019301	91,59	22,33	10,34
2019399	76,52	60,69	79,74
2021500	39,47	17,39	12,57
2022300	85,88	42,27	94,1
2029100	87,15	52,24	64,66
2031200	56,92	35,81	21,34
2032100	73,66	48,17	57,64
2033900	60,49	21,78	9,14
2040100	80,64	57,34	45,99
2051700	39,31	20,66	31,24
2052500	38,28	48,65	43,52
2061400	51,37	50,32	29,16
2062200	58,27	53,11	54,29
2063100	57,32	49,21	49,66
2071100	55,81	41,71	57,56
2072000	50,34	50,08	24,46
2073800	56,05	48,81	28,2
2091600	61,36	54,63	25,49
2092401	74,22	32,94	17,99
2092402	67,39	92,58	55,89
2092403	92,3	85,57	47,59
2093200	46,37	24,49	16,48
2094100	23,44	-	-
2099101	29,07	26,56	14,16
2099199	71,68	36,37	48,71
2110600	43,43	30,87	37,22
2121101	47,64	31,03	32,19
2121102	58,98	29,59	10,73
2121103	41,13	43,23	22,14
2122000	47,88	40,04	19,35
2123800	52,72	77,35	72,24
2211100	92,38	88,36	95,37
2212900	70,01	79,27	70,09
2219600	81,12	79,11	71,36
2221800	91,51	83,1	81,65
2222600	88,02	89,32	79,1
2223400	96,19	74,4	78,06
2229301	70,33	72,57	76,63
2229302	88,18	81,9	87,08
2229303	84,93	78,79	59,56
2229399	79,61	70,74	64,02
2311700	91,11	71,45	75,67
2312500	75,56	55,27	65,94
2319200	90,88	82,62	77,82
2320600	93,42	84,45	84,6
2330301	91,35	95,93	88,91
2330302	85,56	94,5	90,27
2330303	83,26	64,6	79,26
2330304	78,42	98,01	43,68
2330305	73,03	84,77	71,92
2330399	83,82	93,06	89,87
2341900	76,6	56,3	35,62
2342701	95,87	82,54	78,54
2342702	74,93	96,33	97,21
2349401	69,93	82,22	69,21
2349499	75,64	82,94	62,11
2391501	64,85	84,05	82,37
2391502	61,84	92,5	94,74
2391503	79,77	91,63	95,61
2392300	75,09	69,62	59,71
2399101	68,19	77,75	68,49
2399199	66,92	76,4	87,87
2411300	94,37	89,16	76,15
2412100	84,85	69,38	54,93
2421100	67,87	63	9,78
2422901	44,62	16,19	21,42
2422902	27,96	3,52	6,35
2423701	75,96	33,02	16,56
2423702	75,8	32,46	43,92
2424501	72,87	38,52	60,67
2424502	93,65	57,66	41,05
2431800	96,11	83,73	73,28
2439300	93,97	87,48	95,53
2441501	64,06	57,58	62,27
2441502	91,99	91,87	95,85
2442300	55,25	19,22	21,58
2443100	98,81	98,88	93,94
2449101	43,51	41,23	52,93
2449102	98,97	98,17	99,76
2449103	67,71	83,25	50,62
2449199	85,16	83,18	88,35
2451200	99,05	98,56	92,1
2452100	97,14	89,47	88,51
2511000	91,67	89,71	72,72
2512800	82,07	87,32	77,34
2513600	95,08	91,95	71,04
2521700	97,94	97,77	94,18
2522500	92,54	85,09	47,03
2531401	92,23	93,22	67,77
2531402	87,39	90,51	62,99
2532201	89,85	86,21	81,97
2532202	86,59	53,43	90,91
2539000	87,31	86,92	85,64
2541100	71,12	41,07	26,93
2542000	82,86	87,24	74,07
2543800	70,96	63,96	43,12
2550101	99,44	88,76	97,13
2550102	99,21	83,57	89,95
2591800	89,05	66,19	68,41
2592601	85,32	79,35	52,69
2592602	82,7	87	89,15
2593400	80,72	89,63	74,55
2599301	84,45	88,12	93,3
2599399	90,08	87,08	71,76
2610800	64,78	58,3	46,15
2621300	36,06	17,63	27,57
2622100	58,9	46,1	67,05
2631100	33,12	30,47	10,42
2632900	60,65	61,33	36,9

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2640000	90,16	97,45	80,54
2651500	51,29	34,45	39,21
2652300	37,64	30,15	19,75
2660400	42,64	23,29	14,32
2670101	12,18	21,54	63,7
2670102	18,76	27,6	17,67
2680900	23,84	25,05	38,1
2710401	93,81	70,18	30,36
2710402	87,78	77,83	69,93
2710403	93,89	66,99	45,36
2721000	77,63	66,75	79,34
2722801	79,69	90,75	64,74
2722802	92,7	62,92	18,71
2731700	64,38	39,16	29,48
2732500	67,95	56,38	56,28
2733300	88,26	78,71	54,53
2740601	59,38	57,02	96,41
2740602	64,22	72,09	46,63
2751100	86,51	76,96	51,42
2759701	59,94	64,2	57,72
2759799	50,73	65,95	76,95
2790201	81,51	54,79	21,66
2790202	51,21	52,72	27,01
2790299	51,68	49,37	65,54
2811900	88,5	55,43	31,4
2812700	90,4	65,71	34,91
2813500	82,39	72,17	60,59
2814301	43,12	57,74	31,08
2814302	25,74	27,68	24,22
2815101	64,62	72,65	32,67
2815102	85,08	80,15	56,44
2821601	95,95	88,44	50,86
2821602	90,56	89,39	90,11
2822401	62	59,01	46,39
2822402	85,96	85,17	72,4
2823200	82,15	76,08	62,75
2824101	70,49	39,96	16,08
2824102	87,23	70,9	51,26
2825900	63,59	71,85	37,78
2829101	80,48	65,15	61,95
2829199	80,8	68,42	54,77
2831300	88,42	58,93	40,73
2832100	75,49	73,37	52,46
2833000	90	93,54	80,14
2840200	90,8	64,76	81,25
2851800	77,47	36,61	44,64
2852600	89,53	75,36	46,23
2853400	58,67	61,01	38,58
2854200	92,94	63,64	32,75
2861500	86,75	89,79	70,56
2862300	80,88	77,43	58,84
2863100	69,61	45,62	28,28
2864000	65,57	68,9	52,62
2865800	63,03	58,22	20,95
2866600	83,89	85,97	91,86
2869100	88,34	84,29	77,74
2910701	98,1	92,9	96,57
2910702	-	-	-
2910703	-	-	-
2920401	99,29	71,77	64,9
2920402	91,75	84,53	47,43
2930101	95,24	96,25	82,61
2930102	98,18	92,42	93,38
2930103	83,34	74,56	64,82
2941700	90,72	79,03	77,9
2942500	86,35	88,92	77,11
2943300	90,64	88,2	73,83
2944100	81,83	84,93	78,94
2945000	59,7	71,13	49,82
2949201	51,13	47,69	76,47
2949299	87,94	70,82	66,26
2950600	55,57	74,24	49,5
3011301	98,33	95,3	79,02
3011302	91,04	97,93	91,78
3012100	82,94	85,01	78,7
3031800	97,62	80,62	94,81
3032600	97,86	85,33	42,8
3041500	83,66	49,45	61,63
3042300	86,04	29,75	94,42
3050400	-	-	-
3091100	78,74	86,76	66,02
3092000	60,09	79,83	77,66
3099700	88,1	96,73	96,97
3101200	77,71	91,07	90,75
3102100	85,64	87,16	67,69
3103900	59,78	79,75	74,23
3104700	69,69	74,32	64,98
3211601	26,85	50	36,5
3211602	19,32	21,3	26,13
3211603	-	-	-
3212400	29,87	39,64	30,6
3220500	56,6	66,03	68,01
3230200	66,36	59,65	60,35
3240001	75,25	72,81	67,85
3240002	54,14	94,42	75,75
3240003	54,54	79,51	97,53
3240099	53,11	48,49	37,86
3250701	58,75	32,06	16,88
3250702	90,32	89,24	58,12
3250703	31,3	32,22	13,69
3250704	65,49	30,79	22,78
3250705	52,24	38,04	27,97
3250706	28,84	27,84	32,99
3250707	56,68	40,75	37,06
3250708	56,29	95,38	99,36
3291400	94,76	78,95	48,79
3292201	55,41	92,74	53,41
3292202	57,95	64,44	66,34
3299001	62,63	71,61	59,08
3299002	80,56	79,59	40,33
3299003	57,4	64,92	59,87
3299004	77,39	68,5	37,3
3299005	66,28	57,42	85,72
3299099	68,9	65,31	80,06
3311200	86,43	86,05	64,18
3312101	-	-	-
3312102	62,47	28,87	25,73
3312103	13,13	11,25	4,59
3312104	52,48	86,6	80,93
3313901	64,93	53,99	43,44
3313902	-	99,76	98,09
3313999	58,59	40,36	31,48
3314701	78,82	66,67	21,74
3314702	48,43	69,78	55,41
3314703	89,45	63,24	75,27
3314704	-	-	-
3314705	94,84	90,91	40,25
3314706	20,9	22,25	28,68
3314707	68,11	61,96	51,1
3314708	60,17	67,31	93,06
3314709	2,89	4,79	26,85
3314710	85,24	55,51	49,18
3314711	88,58	48,25	33,39
3314712	72,55	69,3	85,08
3314713	88,81	88,68	49,03
3314714	84,61	36,29	44
3314715	72,95	34,38	45,67
3314716	96,27	98,72	91,62
3314717	97,46	63,32	31,87
3314718	83,02	43,31	37,94
3314719	53,75	61,65	66,89
3314720	55,73	63,88	65,62
3314721	81,75	65,23	97,61
3314722	83,58	73,69	24,06
3314799	89,21	46,18	50,94
3315500	93,49	68,26	40,81
3316301	94,61	55,59	60,83
3316302	68,27	20,02	8,42
3317101	91,43	83,89	77,18
3317102	69,54	81,5	52,22
3319800	92,07	52,48	53,65
3321000	86,91	74,48	80,38
3329501	52,08	81,1	97,45
3329599	52,64	30,95	35,7
3511500	49,94	20,98	19,27
3512300	48,91	36,53	77,42
3513100	10,75	4,87	4,43
3514000	68,98	43,94	57,96
3520401	42,8	6,23	4,99
3520402	40,74	6,39	4,75
3530100	84,69	94,98	73,52
3600601	84,53	58,06	63,46
3600602	85,4	76,8	69,61
3701100	72,15	53,35	32,91
3702900	95,56	94,9	85
3811400	98,65	96,81	94,89
3812200	85,72	53,83	42,24
3821100	96,75	90,59	83,57
3822000	98,73	96,57	87,16
3831901	93,73	95,53	78,14
3831999	94,92	87,72	68,97
3832700	95,4	97,69	86,76
3839401	99,37	99,52	94,26
3839499	84,21	95,77	85,8
3900500	89,37	95,69	91,22
4110700	83,42	60,29	41,53
4120400	93,1	90,99	87,79
4211101	99,13	96,17	86,2
4211102	78,34	77,27	63,62
4212000	97,54	61,09	60,43
4213800	76,36	77,99	63,54
4221901	90,96	90,67	86,6
4221902	90,48	85,89	90,35
4221903	89,69	84,37	92,34
4221904	73,82	68,02	74,39
4221905	77,94	65,63	71,6
4222701	98,49	93,46	94,58
4222702	99,84	94,02	88,03
4223500	97,78	56,22	41,61
4291000	93,57	78,15	62,35
4292801	91,19	70,58	83,49
4292802	86,99	50,56	75,59
4299501	93,02	95,85	95,21
4299599	93,18	88,28	85,4
4311801	70,8	76,64	67,53
4311802	64,46	77,91	89,63
4312600	83,97	78,63	53,25
4313400	76,2	75,52	84,92
4319300	76,75	65,55	97,69
4321500	69,06	64,52	76,07
4322301	60,97	62,2	78,62
4322302	56,21	51,52	66,65
4322303	52	43,47	43,76
4329101	39,07	67,94	72
4329102	-	-	-
4329103	75,01	33,74	23,34
4329104	80,96	83,97	93,22
4329105	70,88	49,84	35,46
4329199	62,55	52,08	69,69
4330401	67,63	77,04	70,24
4330402	62,87	78,39	69,37
4330403	39,23	57,1	67,45
4330404	53,83	68,82	82,21
4330405	48,51	59,09	57,88
4330499	70,25	83,02	88,83
4391600	95,32	96,09	90,99
4399101	80,4	81,26	67,37
4399102	86,67	51,04	52,14
4399103	79,37	90,11	84,76
4399104	73,74	70,42	50,22
4399105	78,18	91,23	78,46
4399199	86,12	86,28	84,28
4511101	25,98	23,77	33,23
4511102	14,08	20,18	30,2
4511103	23,04	20,42	19,19
4511104	56,52	39,56	33,31
4511105	38,83	75,2	81,01
4511106	70,57	30,31	14,8
4512901	17,97	30,55	24,54
4512902	11,3	7,66	23,18
4520001	54,22	65,87	83,89
4520002	34,55	56,62	57,8
4520003	34,07	83,65	78,86
4520004	61,6	77,11	99,6
4520005	28,28	42,75	51,18
4520006	46,45	69,86	53,81
4520007	28,44	45,7	58,52
4530701	35,9	35,49	55,65
4530702	47	52,64	37,62
4530703	40,82	50,88	64,1
4530704	57	86,13	68,73
4530705	45,26	51,12	44,16
4530706	21,38	16,83	25,97
4541201	39,94	49,53	49,1
4541202	42,4	40,51	83,25
4541203	32,56	40,99	45,52
4541204	38,91	54,71	53,01
4541205	25,11	38,6	36,82
4542101	6,34	16,43	53,73
4542102	75,33	85,81	59,79
4543900	30,18	36,85	55,17
4611700	50,89	84,85	68,65
4612500	35,02	34,93	20,07
4613300	23,68	44,98	48,63
4614100	23,52	25,36	15,84
4615000	14,56	25,13	29,24
4616800	7,73	9,26	15,44
4617600	28,12	39,4	40,65
4618401	74,61	13,72	19,11
4618402	6,23	3,68	9,94
4618403	10,43	9,98	46,87
4618499	15,43	23,45	25,33
4619200	19,71	24,65	21,03
4621400	70,09	82,7	84,13
4622200	59,22	75,04	90,03
4623101	56,84	67,63	47,51
4623102	78,9	80,3	98,64
4623103	65,01	92,03	51,9
4623104	49,15	47,77	17,36
4623105	74,53	98,64	93,7
4623106	34,71	54,23	73,68
4623107	97,3	99,68	91,46
4623108	54,62	85,49	72,8
4623109	37,88	55,35	90,67
4623199	70,73	74,08	59,16
4631100	48,59	46,65	31,95
4632001	67,23	71,93	80,3
4632002	45,42	73,53	64,34
4632003	34,63	65,07	88,59
4633801	41,61	56,46	76,71
4633802	28,76	35,57	45,83
4633803	100	100	100
4634601	84,77	84,13	92,5
4634602	55,18	91,47	79,9
4634603	35,82	59,57	90,59
4634699	38,52	61,57	63,38
4635401	48,35	76,48	61,15
4635402	84,13	86,44	82,77
4635403	50,42	78,87	46,71
4635499	54,38	67,87	81,81
4636201	38,2	69,06	92,18
4636202	26,3	39	48,07
4637101	35,1	62,44	52,06
4637102	42,09	67,55	42,08
4637103	24	45,54	29
4637104	48,99	58,78	55,57
4637105	29,31	46,26	95,69
4637106	39,39	52,32	44,88
4637107	27,49	26,96	22,54
4637199	44,86	40,67	81,73
4639701	40,26	43,86	65,22
4639702	35,18	49,92	58,76
4641901	20,74	18,59	23,1
4641902	20,51	35,09	39,85
4641903	16,38	21,14	29,88
4642701	20,19	27,92	27,25
4642702	33,68	33,1	24,61
4643501	13,37	19,54	12,25
4643502	46,61	29,35	18,55
4644301	25,66	22,73	16,64
4644302	13,52	13,56	17,2
4645101	15,59	16,51	12,89
4645102	22,01	12,93	7,38
4645103	36,61	17,15	11,13
4646001	27,09	31,66	34,35
4646002	27,17	22,97	15,52
4647801	36,37	31,42	32,43
4647802	18,92	18,99	18,63
4649401	11,7	18,67	16
4649402	22,73	24,17	22,22
4649403	19,55	33,9	41,29
4649404	23,36	36,77	74,71
4649405	27,25	33,42	93,46
4649406	17,33	33,34	23,42

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4649407	51,53	26,72	25,57
4649408	37,56	43,15	39,05
4649409	41,69	52	63,94
4649410	25,35	9,1	18,23
4649499	25,03	26,88	71,84
4651601	6,54	5,19	11,85
4651602	18,05	8,54	5,87
4652400	11,86	14,36	36,58
4661300	47,72	44,18	29,8
4662100	50,02	39,88	19,83
4663000	46,21	27,04	17,52
4664800	11,46	6,94	5,07
4665600	23,2	24,01	49,26
4669901	49,86	49,05	30,28
4669999	41,45	41,39	64,42
4671100	71,04	92,35	83,01
4672900	53,59	58,62	74,95
4673700	33,99	36,13	50,38
4674500	66,12	79,67	72,08
4679601	30,5	29,27	22,38
4679602	73,18	75,68	95,45
4679603	94,53	97,29	97,93
4679604	75,17	66,83	40,01
4679699	41,85	53,19	81,33
4681801	27,57	21,86	12,41
4681802	41,37	59,33	50,3
4681803	61,44	81,18	98,72
4681804	62,32	71,05	28,05
4681805	21,93	31,19	78,3
4682600	94,45	86,36	92,02
4683400	45,81	50,64	75,83
4684201	27,73	33,26	21,82
4684202	33,83	36,69	12,33
4684299	44,94	32,14	18,87
4685100	91,83	80,07	68,89
4686901	47,08	38,68	31,71
4686902	53,35	57,82	41,69
4687701	83,74	91,79	98,32
4687702	78,02	93,78	81,49
4687703	86,83	94,34	95,93
4689301	61,68	74,64	58,68
4689302	24,23	43,07	35,94
4689399	47,32	45,14	43,28
4691500	64,54	64,04	72,88
4692300	56,13	82,78	84,52
4693100	37,17	42,43	54,61
4711301	82,55	69,54	61,39
4711302	56,44	57,98	63,86
4712100	24,71	36,05	48,31
4713001	47,56	43,54	45,04
4713002	19,87	29,19	27,49
4713003	45,5	95,45	99,28
4721101	35,42	50,8	55,09
4721102	28,04	45,86	52,38
4721103	35,58	48,97	45,44
4721104	20,43	28,47	46,95
4722901	54,94	81,34	83,17
4722902	26,54	39,24	49,74
4723700	36,93	66,35	83,65
4724500	49,62	37,17	70,8
4729601	11,94	31,27	44,96
4729699	30,42	38,84	60,03
4731800	20,66	33,66	60,11
4732600	20,82	35,65	39,61
4741500	32,88	52,16	48,95
4742300	38,99	41,63	41,93
4743100	60,57	77,19	92,66
4744001	49,78	66,27	70,01
4744002	61,92	88,84	80,77
4744003	41,77	50,96	62,43
4744004	48,83	82,3	79,5
4744005	41,29	55,11	70,88
4744099	40,66	56,78	69,05
4751200	16,3	16,59	15,92
4752100	12,57	18,51	23,26
4753900	25,5	28,39	42,72
4754701	23,28	32,54	45,6
4754702	18,52	29,83	28,84
4754703	29,79	28,95	38,5
4755501	13,45	15,24	35,38
4755502	18,44	19,46	30,92
4755503	51,76	25,68	32,51
4756300	14,79	18,27	35,22
4757100	33,6	45,06	89,07
4759801	29,95	49,13	31,16
4759899	21,7	34,85	57,16
4761001	9,72	12,21	18,47
4761002	21,06	37,25	54,85
4761003	15,83	26,08	37,7
4762800	7,65	14,2	17,04
4763601	11,54	13,48	55,97
4763602	19,47	15	13,13
4763603	16,06	21,38	17,91
4763604	17,81	24,89	44,32
4763605	32,41	51,2	26,21
4771701	24,63	24,33	35,14
4771702	38,36	23,53	23,66
4771703	10,99	16,99	11,53
4771704	22,57	27,28	82,29
4772500	11,07	12,61	14,24
4773300	21,22	15,08	15,28
4774100	7,1	10,85	27,09
4781400	13,84	19,15	36,98
4782201	17,09	17,79	35,86
4782202	19	16,35	17,28
4783101	10,83	14,76	14,08
4783102	4,8	6,31	6,19
4784900	63,19	87,56	95,05
4785701	32,96	73,45	86,04
4785799	44,7	62,12	73,04
4789001	9,4	16,75	27,41
4789002	37,33	46,34	53,17
4789003	5,51	9,9	14,72
4789004	26,46	42,51	44,48
4789005	33,91	48,41	61,07
4789006	-	33,5	8,82
4789007	15,03	23,85	23,9
4789008	13,76	24,57	29,08
4789009	46,85	78,31	47,35
4789099	42,24	46,5	47,27
4911600	60,81	39,32	84,84
4912401	11,78	34,53	50,06
4912402	91,91	61,25	67,29
4912403	98,57	68,1	57
4921301	50,97	75,76	90,43
4921302	43,83	67,07	86,36
4922101	47,16	72,01	94,66
4922102	60,33	76,32	91,54
4922103	19,08	37,41	72,16
4923001	18,21	28,79	56,68
4923002	22,33	35,25	54,37
4924800	23,12	37,09	86,52
4929901	43,67	54,31	87,32
4929902	47,48	59,17	83,81
4929903	24,08	58,42	39,77
4929904	35,26	72,73	99,04
4929999	50,57	72,41	86,12
4930201	66,76	77,59	86,84
4930202	68,35	81,02	92,82
4930203	65,17	76,56	88,75
4930204	49,3	67,39	83,09
4940000	84,05	37,72	30,84
4950700	27,65	80,94	99,2
5011401	82,63	54,15	36,42
5011402	-	22,41	25,81
5012201	42,72	51,44	30,44
5012202	-	-	-
5021101	54,86	84,61	85,32
5021102	66,68	70,5	70,32
5022001	15,75	35,17	45,91
5022002	97,06	97,85	98,88
5030101	81,91	44,66	29,4
5030102	77,55	54,87	96,25
5091201	87,07	59,25	58,28
5091202	80,09	67,47	50,54
5099801	-	-	-
5099899	10,27	26,24	12,73
5111100	63,27	39,48	23,58
5112901	30,9	11,33	5,95
5112999	6,46	30,71	78,22
5120000	33,28	28,63	60,75
5130700	-	-	-
5211701	63,74	70,1	80,22
5211702	35,5	46,97	56,92
5211799	65,65	69,14	94,02
5212500	87,7	89,08	75,43
5221400	84,37	62,36	76,31
5222200	79,93	62,84	60,91
5223100	29,71	45,3	48,55
5229001	5,99	20,74	44,4
5229002	71,6	92,27	98,96
5229099	59,06	66,43	76,87
5231101	94,05	52,95	26,69
5231102	89,77	80,78	85,16
5232000	32,17	29,11	73,12
5239700	67,16	38,92	32,35
5240101	58,19	18,91	12,65
5240199	66,04	55,9	64,26
5250801	17,25	9,5	15,12
5250802	4,32	10,53	54,13
5250803	27,41	26,4	50,78
5250804	76,28	54,95	66,42
5250805	77,07	63,72	62,51
5310501	99,52	96,97	82,69
5310502	29,63	52,4	45,12
5320201	69,22	93,7	87
5320202	74,77	94,1	96,09
5510801	44,78	42,91	59,95
5510802	31,85	47,85	41,77
5510803	21,3	35,89	66,97
5590601	14	36,21	36,34
5590602	15,9	40,83	34,43
5590603	31,38	37,96	47,75
5590699	36,14	54,07	71,28
5611201	33,76	34,77	43,36
5611202	33,04	46,58	75,91
5611203	32,64	26,8	38,02
5612100	59,54	59,89	55,33
5620101	87,46	76	79,42
5620102	31,69	43,39	89,79
5620103	48,19	42,35	55,81
5620104	46,69	60,37	65,46
5811500	23,92	16,27	13,37
5812300	21,14	18,19	17,75
5813100	7,34	10,61	13,93
5819100	19,4	24,81	27,81
5821200	36,53	25,92	41,45
5822100	39,78	38,76	29,72
5823900	38,04	22,02	20,79
5829800	45,73	41,79	37,14
5911101	9,95	20,82	8,34
5911102	14,48	3,36	3,32
5911199	10,11	13,08	8,58
5912001	-	-	-
5912002	-	-	-
5912099	5,59	8,38	8,74
5913800	15,51	9,02	5,71
5914600	24,31	24,25	22,3
5920100	5,11	8,06	5,79
6010100	8,92	8,7	50,7
6021700	25,58	21,62	29,64
6022501	61,05	41,87	33,15
6022502	36,77	54,55	38,34
6110801	20,11	19,78	53,49
6110802	38,59	47,53	10,89
6110803	22,97	21,06	25,17
6110899	19,24	13,96	7,22
6120501	26,77	35,97	20,15
6120502	18,84	28	12,81
6120599	7,89	5,43	95,29
6130200	9,08	7,98	6,43
6141800	40,02	39,8	34,03
6142600	29,39	43,78	18,07
6143400	16,62	31,9	26,29
6190601	16,14	17,55	7,54
6190602	3,85	11,01	6,75
6190699	58,83	63,16	72,48
6201500	8,13	5,35	7,94
6202300	6,15	5,99	5,39
6203100	9,24	7,18	7,46
6204000	14,24	8,78	8,26
6209100	13,6	11,41	7,62
6311900	19,79	19,7	29,32
6319400	4,24	4,47	3,87
6391700	17,02	15,56	7,7
6399200	28,52	38,36	57,48
6410700	12,33	-	-
6421200	42,88	15,72	16,72
6422100	53,51	71,29	84,21
6423900	28,99	33,58	43,84
6424701	4,08	3,84	86,68
6424702	6,07	4,71	6,11
6424703	6,34	8,3	13,05
6424704	3,69	6,07	6,99
6431000	3,37	4,63	4,51
6432800	8,37	3,28	3,24
6433600	44,54	7,58	3,79
6434400	17,89	24,73	27,17
6435201	4	-	-
6435202	9,64	13,64	93,86
6435203	-	-	-
6436100	9,48	11,89	39,53
6437900	7,42	17,95	4,83
6440900	12,81	13,32	15,2
6450600	26,61	43,7	89,47
6461100	3,45	-	-
6462000	41,93	24,09	10,18
6463800	24,79	29,67	11,05
6470101	-	-	-
6470102	-	-	-
6470103	-	-	-
6491300	6,94	6,63	8,5
6492100	11,62	23,13	21,1
6493000	12,49	15,16	25,25
6499901	14,4	10,93	17,59
6499902	-	-	-
6499903	-	-	-
6499904	-	-	-
6499905	31,61	47,61	35,54
6499999	20,03	17,07	10,57
6511101	4,88	6,87	5,15
6511102	34,79	27,52	40,17
6512000	12,1	12,53	8,9
6520100	14,87	7,42	6,83
6530800	95,64	6,79	3,48
6541300	31,06	16,04	11,69
6542100	15,98	14,12	75,03
6550200	68,58	28,24	23,98
6611801	-	-	-
6611802	-	-	-
6611803	5,27	4,07	4,11
6611804	2,97	-	-
6612601	3,13	3,6	3,71
6612602	3,61	4,31	4,67
6612603	12,73	8,86	8,02
6612604	12,26	31,98	10,02
6612605	4,16	-	-
6613400	11,38	11,09	6,03
6619301	-	-	-
6619302	5,43	7,34	8,18
6619303	-	-	-
6619304	-	-	-
6619305	12,89	11,81	9,46
6619399	14,32	19,38	20,63
6621501	32,25	36,45	43,2
6621502	4,48	4,95	3,63
6622300	4,56	5,11	7,14
6629100	12,02	13,8	11,77
6630400	10,03	16,67	33,55
6810201	34,87	34,3	26,53
6810202	29,55	31,74	51,58
6821801	12,41	18,03	65,38
6821802	20,98	19,07	28,52
6822600	18,13	17,31	14,4
6911701	6,86	7,5	8,66
6911702	8,45	3,44	4,03
6911703	5,19	3,91	3,95
6912500	3,92	6,71	10,81
6920601	10,91	13,16	14,01
6920602	7,57	5,59	5,55
7020400	28,2	22,1	15,36
7111100	26,93	26,48	64,5
7112000	53,03	37,88	34,27
7119701	31,14	28,16	42,64

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7119702	69,3	44,1	38,73
7119703	33,52	26,64	18,95
7119704	22,41	34,22	27,73
7119799	45,97	32,38	73,6
7120100	31,93	13,4	52,85
7210000	41,53	20,34	19,59
7220700	17,73	11,57	15,68
7311400	4,96	7,02	22,94
7312200	38,12	30,63	20,31
7319001	22,81	32,62	10,97
7319002	27,33	30,07	38,97
7319003	59,14	96,65	95,77
7319004	9	9,18	6,27
7319099	24,47	25,76	24,38
7320300	13,29	10,21	7,3
7410201	13,05	7,26	9,86
7410202	42,56	57,26	32,11
7420001	17,41	16,91	15,6
7420002	-	-	-
7420003	37,01	25,21	49,9
7420004	34,23	7,9	5,63
7420005	7,5	9,82	11,45
7490101	22,89	25,28	22,62
7490102	62,08	22,57	14,48
7490103	16,7	14,04	9,54
7490104	63,66	45,78	43,6
7490105	5,35	15,64	12,09
7490199	40,42	17,87	17,83
7500100	14,16	19,94	71,68
7711000	27,01	26	41,13
7719501	53,67	49,68	16,8
7719502	46,53	90,19	81,09
7719599	61,13	81,98	86,28
7721700	15,11	38,28	79,98
7722500	9,32	12,05	38,81
7723300	34,31	65,47	70,72
7729201	77,15	95,14	80,62
7729202	33,36	47,37	41,21
7729203	8,84	-	-
7729299	28,92	54,47	85,88
7731400	54,3	81,58	98,56
7732201	72,39	71,53	69,77
7732202	80,32	74,01	93,54
7733100	32,01	22,81	16,24
7739001	45,89	40,2	39,69
7739002	22,09	23,93	24,3
7739003	79,13	85,73	73,99
7739099	57,16	53,75	83,73
7740300	19,95	15,8	14,64
7810800	46,05	40,28	58,92
7820500	55,33	48,01	77,98
7830200	48,11	40,12	45,2
7911200	7,81	9,34	18,79
7912100	2,73	3,2	3,55
7990200	11,22	6,55	23,74
8011101	36,69	44,26	77,26
8011102	49,54	76,72	88,67
8012900	73,42	67,79	80,46
8020000	53,91	60,45	65,3
8030700	13,68	14,44	26,45
8111700	39,55	42,11	51,5
8112500	15,27	18,35	37,38
8121400	55,49	55,98	70,96
8122200	54,7	62,6	74,63
8129000	72,71	65,39	84,36
8130300	38,67	60,85	96,65
8211300	72,47	63,8	62,59
8219901	32,8	29,99	34,67
8219999	57,08	53,67	37,54
8220200	29,15	31,5	48,15
8230001	25,9	31,11	31,32
8230002	25,82	41,15	53,97
8291100	13,21	15,4	26,37
8292000	71,99	50,24	74,31
8299701	67,55	49,61	53,89
8299702	10,67	6,47	4,91
8299703	-	-	-
8299704	52,8	60,13	42,88
8299705	-	-	-
8299706	8,29	18,75	51,02
8299707	52,87	21,46	33,47
8299799	43,59	37,48	50,14
8411600	18,6	20,9	32,27
8412400	17,49	12,77	24,85
8413200	70,41	44,5	27,33
8421300	-	-	-
8422100	95	58,54	38,42
8423000	3,05	5,83	5,31
8424800	24,16	21,94	63,15
8425600	2,81	3,76	13,29
8430200	5,91	7,1	10,5
8511200	16,78	18,83	34,75
8512100	5,83	8,94	19,99
8513900	24,87	19,3	24,93
8520100	6,62	8,62	13,77
8531700	10,19	5,51	11,93
8532500	25,19	8,14	12,49
8533300	10,35	8,22	32,59
8541400	6,78	6,15	9,22
8542200	3,53	4,39	6,67
8550301	15,67	9,58	9,38
8550302	58,51	19,62	19,67
8591100	8,21	12,13	59,63
8592901	4,72	5,03	5,23
8592902	-	-	-
8592903	5,67	4,23	4,35
8592999	11,14	14,68	19,51
8593700	3,29	4,15	7,86
8599601	7,26	17,71	61,31
8599602	5,75	15,96	9,3
8599603	5,04	12,69	14,96
8599604	12,97	10,13	10,1
8599605	4,4	5,91	6,91
8599699	34,47	14,92	14,88
8610101	94,13	42,03	49,42
8610102	92,46	45,94	49,34
8621601	30,98	35,73	47,19
8621602	34,95	90,43	53,57
8622400	87,54	35,41	39,29
8630501	30,34	17,47	35,06
8630502	26,38	15,48	47,67
8630503	20,59	9,66	23,5
8630504	9,16	10,69	16,4
8630505	28,6	30,39	34,83
8630506	16,46	12,37	16,32
8630507	-	-	-
8630599	38,44	13,01	13,85
8640201	33,44	14,52	17,12
8640202	55,97	17,23	25,89
8640203	85,8	28,71	36,02
8640204	16,86	11,17	28,36
8640205	37,96	22,49	28,6
8640206	25,27	20,1	34,59
8640207	26,69	5,75	8,1
8640208	35,66	3,99	3,4
8640209	28,36	34,69	42,56
8640210	35,74	10,45	12,97
8640211	17,57	5,67	21,26
8640212	79,85	10,37	12,17
8640213	-	-	-
8640214	-	-	-
8640299	40,18	15,32	31
8650001	14,64	10,05	39,45
8650002	32,49	-	-
8650003	6,7	4,55	9,62
8650004	20,35	11,49	22,06
8650005	78,5	95,61	82,13
8650006	10,59	7,74	11,37
8650007	-	-	-
8650099	59,62	22,65	27,89
8660700	53,43	21,22	19,43
8690901	41,05	12,85	19,03
8690902	-	-	-
8690999	49,46	21,7	22,7
8711501	31,77	34,06	57,32
8711502	33,2	44,34	70,48
8711503	21,54	32,86	53,33
8711504	51,45	63,48	61,87
8711505	44,39	85,25	87,71
8712300	28,68	29,91	20,23
8720401	27,88	37,01	46,55
8720499	37,09	45,22	56,2
8730101	22,49	26,32	34,19
8730102	18,36	32,78	62,83
8730199	22,17	31,82	56,05
8800600	61,76	28,08	28,12
9001901	-	-	-
9001902	12,65	10,29	8,98
9001903	3,77	10,77	6,51
9001904	30,26	23,61	11,61
9001905	42,96	-	-
9001906	14,95	23,21	20,71
9001999	32,33	35,01	23,02
9002701	45,58	28,31	18,39
9002702	51,61	48,73	51,34
9003500	-	-	-
9101500	95,16	34,61	47,99
9102301	30,11	45,46	19,91
9102302	21,46	32,7	54,45
9103100	79,06	61,41	37,46
9200301	7,97	20,26	29,56
9200302	47,24	53,03	98,48
9200399	30,66	99,6	99,68
9311500	40,9	68,98	96,81
9312300	36,45	40,91	41,85
9313100	9,56	11,73	20,39
9319101	32,72	49,76	70,64
9319199	63,82	56,7	57,24
9321200	92,86	39,08	49,98
9329801	15,35	32,3	58,6
9329802	25,42	22,17	7,06
9329803	-	-	-
9329804	50,26	30,23	28,76
9329899	29,47	27,36	35,3
9411100	45,1	25,84	39,37
9412000	47,8	51,28	72,32
9420100	83,18	71,69	74,79
9430800	24,55	24,41	40,49
9491000	21,62	25,6	39,13
9492800	7,02	11,97	15,76
9493600	30,58	28,55	30,68
9499500	26,22	26,16	44,72
9511800	17,65	13,24	9,7
9512600	59,46	40,44	32,03
9521500	44,07	48,57	47,83
9529101	23,6	39,72	66,81
9529102	13,92	56,86	59,32
9529103	8,76	23,69	17,44
9529104	80,25	96,49	21,9
9529105	46,92	78,47	66,18
9529106	-	-	-
9529199	44,31	64,84	67,61
9601701	60,01	71,37	82,93
9601702	70,65	82,38	90,19
9601703	76,44	67,71	73,2
9602501	14,71	18,43	89,23
9602502	7,18	14,6	15,04
9603301	37,48	40,59	27,65
9603302	18,28	44,02	65,7
9603303	24,95	29,51	26,61
9603304	23,76	31,34	42,96
9603305	18,68	44,74	9,06
9603399	40,97	35,33	52,77
9609201	16,94	12,45	30,52
9609202	-	-	-
9609203	30,74	27,12	29,96
9609204	-	-	-
9609299	34,39	25,44	35,78
9700500	96,67	91,39	72,56
9900800	65,09	46,42	33,87

Fonte: Dataprev, Sistema RAT, Processamento 2012.

Nota: Percentis de Ordem calculados com base no banco de dados utilizado no processamento do FAP 2012, vigência 2013, cujo período-base de cálculo é de janeiro de 2010 a dezembro de 2011.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 240, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o alinhamento do cronograma das unidades móveis de atendimento do INSS ao cronograma dos Juizados Especiais Federais Itinerantes.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando:

a. que a missão institucional do INSS é levar a previdência social e a assistência social (benefícios assistenciais previstos na Lei 8.742/93) a todo o país de dimensões continentais;

b. as experiências exitosas as quais demonstraram que com a prévia análise administrativa a maioria dos potenciais litígios é resolvida sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, conferindo maior celeridade no atendimento à população, evitando onerar ainda mais a sociedade que teria que arcar com os custos da movimentação processual e outros encargos próprios dos processos judiciais; e

c. a existência de cronograma anual dos Juizados Especiais Federais Itinerantes, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido para as Superintendências Regionais e as Gerências Executivas do INSS o alinhamento do cronograma das unidades móveis de atendimento do INSS ao cronograma dos Juizados Especiais Federais Itinerantes, sempre que a cidade escolhida para realização do itinerante não seja sede de Agência da Previdência Social - APS.

Art. 2º Para esse efetivo alinhamento as unidades móveis de atendimento do INSS deverão deslocar-se para a cidade que sediará o itinerante com antecedência mínima de duas semanas em relação à fase de atermação prevista no cronograma dos Juizados Especiais Federais Itinerantes.

Art. 3º Para fins deste ato considera-se atermação o momento da propositura da ação judicial pelo interessado contra o INSS perante o Juizado Especial Federal Itinerante.

Art. 4º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE-INSS - deverá comunicar à Divisão de Atendimento da respectiva Superintendência Regional, tão logo tenha ciência, a data e local dos Juizados Especiais Federais Itinerantes que venham a ser planejados, para que a Autarquia Previdenciária proceda às adequações necessárias.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUCIANO HAUSCHILD

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.002246/04-23, sob o comando nº 354667765 e juntada nº 356508931, resolve:

Nº 528 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde de São Carlos - Unicred São Carlos, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários dos Cooperados do Sistema Unicred - Precaver - CNPB nº 2004.0027-11, e a Quanta - Previdência Unicred.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.002246/04-23, sob o comando nº 354728578 e juntada nº 356387759, resolve:

Nº 529 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde de Campinas e Região Ltda. - Unicred Campinas, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários dos Cooperados do Sistema Unicred - Precaver - CNPB nº 2004.0027-11, e a Quanta - Previdência Unicred.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.002246/04-23, sob o comando nº 354668045 e juntada nº 356387065, resolve:

Nº 530 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde do Vale do Paraíba Ltda. - Unicred Vale do Paraíba, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários dos Cooperados do Sistema Unicred - Precaver - CNPB nº 2004.0027-11, e a Quanta - Previdência Unicred.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.002246/04-23, sob o comando nº 354668376 e juntada nº 356387394, resolve:

Nº 531 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde do Sudeste Paulista Ltda. - Unicred Sudeste Paulista, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários dos Cooperados do Sistema Unicred - Precaver - CNPB nº 2004.0027-11, e a Quanta - Previdência Unicred.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44011.000093/2011-61, comando nº 356480106, resolve:

Nº 532 - Art. 1º Prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo fixado pela Portaria Previc nº 158, publicada no DOU nº 58, de 23 de março de 2012, seção 1, pág. 99, para o início de funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.001379/96-01, sob o comando nº 348739087 e juntada nº 356382263, resolve:

Nº 533 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano Acrinor de Contribuição Definida - CNPB nº 2006.0028-56, que prevê o fechamento para novas adesões do Plano, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão, nos termos do processo acima referenciado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.001579/84, sob o comando nº 353344114 e juntada nº 356442104, resolve:

Nº 534 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Aposentadoria da VWPP, CNPB nº 1984.0011-83, administrado pela Volkswagen Previdência Privada, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.001579/84, sob o comando nº 350612986 e juntada nº 356384223, resolve:

Nº 535 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Pecúlio da VWPP, CNPB nº 1988.0013-74, administrado pela Volkswagen Previdência Privada, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.001379/1996-01, sob o comando nº 350223445 e juntada nº 356388783, resolve:

Nº 536 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Lanxess Elastômeros do Brasil S/A, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria CD XPREV - CNPB nº 2009.0020-83, e a IHPREV Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 3.682, de 6 de setembro de 2012, publicado em DOU n.º 180, de 17 de Setembro de 2012, Suplemento, pág. 1.

Onde se lê:

SYNTHES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 1.02293-4

Instrumento para Corte do Tecido Osseo 25351.034242/2012-51

INSTRUMENTAL NÃO ARTICULAO CORTANTE ESTÉRIL

FABRICANTE : SYNTHES GMBH - SUÍÇA

.DLS-7083: Introdutor tipo Agulha 8 ga x 10.0 cm; DLS-7083-01: Introdutor tipo Agulha 8 ga x 10.0 cm; DLS-7083E: Introdutor tipo Agulha 8 ga x 10.0 cm; DLS-7103: Introdutor tipo Agulha 10 ga x 10.0 cm; DLS-7103-01: Introdutor tipo Agulha 10 ga x 10.0 cm; DLS-7103E: Introdutor tipo Agulha 10 ga x 10.0 cm; DLS-7121: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 5.0 cm; DLS-7121-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 5.0 cm; DLS-7121E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 5.0 cm; DLS-7122: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 7.5 cm; DLS-7122-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 7.5 cm; DLS-7122E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 7.5 cm; DLS-7123: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm; DLS-7123-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm; DLS-7123E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm; DLS-7124: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 12.5 cm; DLS-7124-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 12.5 cm; DLS-7124E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 12.5 cm; DLS-7126: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm, curva; DLS-7126-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm, curva; DLS-7126E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm, curva; DLS-7141: Introdutor tipo Agulha 14 ga x 5.0 cm; DLS-7141-01: Introdutor tipo Agulha 14 ga x 5.0 cm;;.DLS-7141E: Introdutor tipo Agulha 14 ga x 5.0 cm; 532.042S: Lâmina de serra 30mm / 15mm x 10mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.043S: Lâmina de serra 30mm / 15mm x 16mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.041S: Lâmina de serra 30mm / 15mm x 6mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.044S: Lâmina de serra 33mm / 18mm x 4mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.046S: Lâmina de serra 37mm / 22mm x 12mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.045S: Lâmina de serra 37mm / 22mm x 8mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.062S: Lâmina de serra 42mm / 27mm x 10mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.063S: Lâmina de serra 42mm / 27mm x 14mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.061S: Lâmina de serra 42mm / 27mm x 6mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.048S: Lâmina de serra 46mm / 31mm x 10mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.047S: Lâmina de serra 46mm / 31mm x 6mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.064S: Lâmina de serra 65mm / 50mm x 10mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.065S: Lâmina de serra 65mm / 50mm x 14mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.066S: Lâmina de serra 65mm / 50mm x 20mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.067S: Lâmina de serra 65mm / 50mm x 27mm x 0.6mm / 0.4mm;;.03.000.002S: Fresa esférica Ø 1.0mm, Tipo L; 03.000.005S: Fresa esférica Ø 1.5mm, Tipo L; 03.000.232S: Fresa esférica Ø 2.0mm, Tipo L; 03.000.008S: Fresa esférica Ø 2.5mm, Tipo L; 03.000.011S: Fresa esférica Ø 3.0mm, Tipo L; 03.000.014S: Fresa esférica Ø 4.0mm, Tipo L; 03.000.017S: Fresa esférica Ø 5.0mm, Tipo L; 03.000.020S: Fresa esférica Ø 6.5mm, Tipo L; 03.000.023S: Fresa esférica Ø 8.0mm, Tipo L; 03.000.001S: Fresa esférica Ø 1.0mm, Tipo M; 03.000.004S: Fresa esférica Ø 1.5mm, Tipo M; 03.000.231S: Fresa esférica Ø 2.0mm, Tipo M; 03.000.007S: Fresa esférica Ø 2.5mm, Tipo M; 03.000.010S: Fresa esférica Ø 3.0mm, Tipo M; 03.000.013S: Fresa esférica Ø 4.0mm, Tipo M; 03.000.016S: Fresa esférica Ø 5.0mm, Tipo M; 03.000.019S: Fresa esférica Ø 6.5mm, Tipo M; 03.000.022S: Fresa esférica Ø 8.0mm, Tipo M; 03.000.000S: Fresa esférica Ø 1.0mm, Tipo S; 03.000.003S: Fresa esférica Ø 1.5mm, Tipo S; 03.000.230S: Fresa esférica Ø 2.0mm, Tipo S; 03.000.006S: Fresa esférica Ø 2.5mm, Tipo S; 03.000.009S: Fresa esférica Ø 3.0mm, Tipo S; 03.000.012S: Fresa esférica Ø 4.0mm, Tipo S; 03.000.015S: Fresa esférica Ø 5.0mm, Tipo S; 03.000.018S: Fresa esférica Ø 6.5mm, Tipo S; 03.000.021S: Fresa esférica Ø 8.0mm, Tipo S;;.03.000.076S: Fresa piriforme Ø 5.0mm x 8.3mm, Tipo S; 03.000.079S: Fresa piriforme Ø 6.0mm x 9.7mm, Tipo S; 03.000.117S: Fresa Swanson Ø 2.0mm x 6.3mm, Tipo L; 03.000.120S: Fresa Swanson Ø 3.0mm x 9.7mm, Tipo L; 03.000.123S: Fresa Swanson Ø 4.0mm x 12.7mm, Tipo L; 03.000.162S: Fresa Swanson Ø 5.0mm x 15.8mm, Tipo L; 03.000.116S: Fresa Swanson Ø 2.0mm x 6.3mm, Tipo M; 03.000.119S: Fresa Swanson Ø 3.0mm x 9.7mm, Tipo M; 03.000.122S: Fresa Swanson Ø 4.0mm x 12.7mm, Tipo M; 03.000.161S: Fresa Swanson Ø 5.0mm x 15.8mm, Tipo M; 03.000.115S: Fresa Swanson Ø 2.0mm x 6.3mm, Tipo S; 03.000.118S: Fresa Swanson Ø 3.0mm x 9.7mm, Tipo S; 03.000.121S: Fresa Swanson Ø 4.0mm x 12.7mm, Tipo S; 03.000.160S: Fresa Swanson Ø 5.0mm x 15.8mm, Tipo S; 351.706S: Guia de fresagem com oliva Ø 2.5mm x 950mm; 351.708S: Guia de fresagem com oliva Ø 2.5mm x 1150mm; 351.707S: Guia de fresagem com oliva e prolongação Ø 2.5mm x 950mm; 352.033S: Guia de fresagem SynReam comprida Ø 2.5mm x 1150mm; 352.032S: Guia de fresagem SynReam curta Ø 2.5mm x 950mm;;.03.000.126S: Fresa cranial Ø 3.0mm x 25mm, Tipo L; 03.000.125S: Fresa cranial Ø 2.2mm x 16mm, Tipo M; 03.000.124S: Fresa cranial Ø 1.8mm x 11mm, Tipo S; 03.000.111S: Fresa de disco em L Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.110S: Fresa de disco em M Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.109S: Fresa de disco em S Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.351S: Fresa de trepanação Ø 12.0mm; 03.000.350S: Fresa de trepanação Ø 7.0mm; 03.000.241S: Fresa em forma de barril Ø 4.0mm x 9.0mm, tipo L; 03.000.084S: Fresa em forma de barril Ø 5.0mm x 10mm, tipo L; 03.000.244S: Fresa em forma de barril Ø 6.0mm x 11mm, tipo L; 03.000.240S: Fresa em forma de barril Ø 4.0mm x 9.0mm, tipo M; 03.000.083S: Fresa em forma de barril Ø 5.0mm x 10mm, tipo M; 03.000.243S: Fresa em forma de barril Ø 6.0mm x 11mm, tipo M; 03.000.239S: Fresa em forma de barril Ø 4.0mm x 9.0mm, tipo S; 03.000.082S: Fresa em forma de barril Ø 5.0mm x 10mm, tipo S; 03.000.242S: Fresa em forma de barril Ø 6.0mm x 11mm, tipo S; 03.000.129S: Fresa em forma de cavilha Ø 1.4mm x 6.0mm, Tipo L; 03.000.132S: Fresa em forma de cavilha Ø 2.1mm x 12mm, Tipo L; 03.000.250S: Fresa em forma de cavilha Ø 3.0mm x 19.5mm, Tipo L; 03.000.128S: Fresa em forma de cavilha Ø 1.4mm x 6.0mm, Tipo M; 03.000.131S: Fresa em forma de cavilha Ø 2.1mm x 12mm, Tipo M;;03.000.142S: Broca Ø 1.0mm, tipo S;03.000.144S: Broca Ø 1.1mm, tipo S;03.000.146S: Broca Ø 1.3mm, tipo S;;03.000.143S: Broca Ø 1.0mm, tipo M;03.000.145S: Broca Ø 1.1mm, tipo M;03.000.147S: Broca Ø 1.3mm, tipo M;;03.000.149S: Broca Ø 1.5mm, tipo M;03.000.151S: Broca Ø 2.0mm, tipo M;03.000.153S: Broca Ø 2.5mm, tipo M;;.03.000.197S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 45mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.227S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 45mm, Tipo J-Latch; 03.000.114S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 20.2mm, Tipo L; 03.000.113S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 20.2mm, Tipo M; 03.000.112S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 20.2mm, Tipo S; 03.000.173S: Fresa oval Ø 7.0mm x 28mm Tipo Mini-Quick; 03.000.203S: Fresa oval Ø 7.0mm x 28mm, Tipo J-Latch; 03.000.175S: Fresa oval Ø 8.0mm x 28mm Tipo Mini-Quick; 03.000.205S: Fresa oval Ø 8.0mm x 28mm Tipo J-Latch; 03.000.174S: Fresa oval Ø 7.0 x 45mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.204S: Fresa oval Ø 7.0mm x 45mm, Tipo J-Latch; 03.000.176S: Fresa oval Ø 8.0mm x 45mm Tipo Mini-Quick; 03.000.206S: Fresa oval Ø 8.0mm x 45mm Tipo J-Latch; 03.000.072S: Fresa oval Ø 4.0mm x 8.0mm, Tipo L; 03.000.075S: Fresa oval Ø 5.5mm x 10mm, Tipo L; 03.000.071S: Fresa oval Ø 4.0mm x 8.0mm, Tipo M; 03.000.074S: Fresa oval Ø 5.5mm x 10mm, Tipo M; 03.000.070S: Fresa oval Ø 4.0mm x 8.0mm, Tipo S; 03.000.073S: Fresa oval Ø 5.5mm x 10mm, Tipo S; 03.000.135S: Fresa para Neuro Ø 1.7mm x 2.3mm, Tipo L; 03.000.138S: Fresa para Neuro Ø 2.2mm x 3.7mm, Tipo L; 03.000.141S: Fresa para Neuro Ø 2.9mm 3.8mm, Tipo L; 03.000.134S: Fresa para Neuro Ø 1.7mm x 2.3mm, Tipo M; 03.000.137S: Fresa para Neuro Ø 2.2mm x 3.7mm, Tipo M; 03.000.140S: Fresa para Neuro Ø 2.9mm 3.8mm, Tipo M; 03.000.133S: Fresa para Neuro Ø 1.7mm x 2.3mm, Tipo S;;.03.000.249S: Fresa em forma de cavilha Ø 3.0mm x 19.5mm, Tipo M; 03.000.127S: Fresa em forma de cavilha Ø 1.4mm x 6.0mm, Tipo S; 03.000.130S: Fresa em forma de cavilha Ø 2.1mm x 12mm, Tipo S; 03.000.248S: Fresa em forma de cavilha Ø 3.0mm x 19.5mm, Tipo S; 03.000.235S: Fresa em forma de chama Ø 5.0mm x 6.7mm, Tipo L; 03.000.062S: Fresa em forma de chama Ø 6.0mm x 8.0mm, Tipo L; 03.000.065S: Fresa em forma de chama Ø 7.5mm x 9.5mm, Tipo L; 03.000.068S: Fresa em forma de chama Ø 9.0mm 11.4mm, Tipo L;;.03.000.304S: Lâmina de serra para serra sagital 15mm x 10mm x 0.38mm; 03.000.307S: Lâmina de serra para serra sagital 15mm x 16mm x 0.38mm; 03.000.301S: Lâmina de serra para serra sagital 15mm x 6.0mm x 0.38mm; 03.000.314S: Lâmina de serra para serra sagital 18mm x 2.5mm x 0.38mm; 03.000.300S: Lâmina de serra para serra sagital 18mm x 4.0mm x 0.38mm; 03.000.306S: Lâmina de serra para serra sagital 22mm x 12.0mm x 0.38mm; 03.000.303S: Lâmina de serra para serra sagital 22mm x 8.0mm x 0.38mm; 03.000.309S: Lâmina de serra para serra sagital 27mm x 10mm x 0.6mm; 03.000.310S: Lâmina de serra para serra sagital 27mm x 14mm x 0.6mm; 03.000.308S: Lâmina de serra para serra sagital 27mm x 6.0mm x 0.6mm; 03.000.305S: Lâmina de serra para serra sagital 31mm x 10mm x 0.38mm; 03.000.302S: Lâmina de serra

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

para serra sagital 31mm x 6.0mm x 0.38mm; 03.000.315S: Lâmina de serra para serra sagital 43mm x 20mm x 0.6mm; 03.000.341S: Lâmina de serra, angulada de 105°, serra oscilante 12mm x 11.5mm x 0.4mm x 70mm; 03.000.343S: Lâmina de serra, angulada de 105°, para serra oscilante 12mm x 4.5mm x 0.4mm x 70mm; 03.000.342S: Lâmina de serra, angulada de 105°, para serra oscilante 12mm x 9.5mm x 0.4mm x 70mm; 03.000.340S: Lâmina de serra, angulada de 105°, para serra oscilante 7.0mm x 11.5mm x 0.4mm x 70mm; 03.000.331S: Lâmina de serra, deslocamento à direita, para serra alternante 33.5mm x 6.4mm x 0.6mm; 03.000.332S: Lâmina de serra, deslocamento à esquerda, para serra alternante 6.4mm x 33.5mm, Esquerda;;03.000.330S: Lâmina de serra, deslocamtno por baixo, para serra alternante 6.4mmx33.5mm, inclinada.;.03.000.336S: Lâmina de serra para serra alternante 13mm x 3.0mm x 0.4mm; 03.000.323S: Lâmina de serra para serra alternante 14mm x 6.4mm x 0.6mm; 03.000.324S: Lâmina de serra para serra alternante 14.5mm x 4.0mm x 0.6mm; 03.000.337S: Lâmina de serra para serra alternante 20mm x 3.0mm x 0.4mm; 03.000.333S: Lâmina de serra para serra alternante 23mm x 6mm x 0.6mm, curva; 03.000.325S: Lâmina de serra para serra alternante 25mm x 5.5mm x 0.6mm; 03.000.326S: Lâmina de serra para serra alternante 27mm x 6.4mm x 0.6mm; 03.000.328S: Lâmina de serra para serra alternante 6.4mm x 33.5mm; 03.000.329S: Lâmina de serra para serra alternante 5.0mm / 2.5mm x 35mm; 03.000.322S: Lâmina de serra para serra alternante 7.0mm x 4.0mm x 0.6mm; 512.550S: Lâmina de serra para serra alternante Universal; 05.002.006S: Lâmina de serra para serra oscilante 19.0mm x 0.89mm x 80mm; 05.002.401S: Lâmina de serra para serra oscilante 106mm / 85mm x 25mm x 1.47mm; 05.002.201S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 0.89mm; 05.002.405S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 0.90mm; 05.002.202S: Lâmina de serra para serra oscilante 1111mm / 90mm x 2.5mm x 1.19mm; 05.002.203S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 1.27mm; 05.002.204S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 1.37mm; 05.002.205S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 1.47mm; 05.002.301S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 19mm x 12.5mm x 0.89mm;;.03.000.220S: Fresa cônica estreita Ø 2.1mm x 45mm Tipo J-Latch; 03.000.192S: Fresa cônica estreita Ø 3.2mm x 45mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.222S: Fresa cônica estreita Ø 3.2mm x 45mm, Tipo J-Latch; 03.000.177S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 23mm, tipo Mini-Quick; 03.000.207S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 23mm, tipo J-Latch; 03.000.180S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 24mm, tipo Mini-Quick; 03.000.210S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 24mm, tipo J-Latch; 03.000.178S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 28mm, tipo Mini-Quick; 03.000.208S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 28mm, tipo J-Latch; 03.000.181S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 28mm, tipo Mini-Quick; 03.000.211S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 28mm, tipo J-Latch; 03.000.179S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 45mm, tipo Mini-Quick; 03.000.209S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 45mm, tipo J-Latch; 03.000.182S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 45mm, tipo Mini-Quick; 03.000.212S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 45mm, tipo J-Latch; 03.000.126S: Fresa cranial Ø 3.0mm x 25mm, Tipo L; 03.000.125S: Fresa cranial Ø 2.2mm x 16mm, Tipo M; 03.000.124S: Fresa cranial Ø 1.8mm x 11mm, Tipo S; 03.000.111S: Fresa de disco em L Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.110S: Fresa de disco em M Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.109S: Fresa de disco em S Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.351S: Fresa de trepanação Ø 12.0mm; 03.000.350S: Fresa de trepanação Ø 7.0mm;;.03.000.234S: Fresa em forma de chama Ø 5.0mm x 6.7mm, Tipo M; 03.000.061S: Fresa em forma de chama Ø 6.0mm x 8.0mm, Tipo M; 03.000.064S: Fresa em forma de chama Ø 7.5mm x 9.5mm, Tipo M; 03.000.067S: Fresa em forma de chama Ø 9.0mm 11.4mm, Tipo M; 03.000.233S: Fresa em forma de chama Ø 5.0mm x 6.7mm, Tipo S; 03.000.060S: Fresa em forma de chama Ø 6.0mm x 8.0mm, Tipo S; 03.000.063S: Fresa em forma de chama Ø 7.5mm x 9.5mm, Tipo S; 03.000.066S: Fresa em forma de chama Ø 9.0mm 11.4mm, Tipo S; 03.000.170S: Fresa esférica Ø 3.0mm x 28mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.200S: Fresa esférica Ø 3.0mm x 28mm, Tipo J-Latch; 03.000.171S: Fresa esférica Ø 3.0mm x 45mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.201S: Fresa esférica Ø 3.0mm x 45mm, Tipo J-Latch; 03.000.172S: Fresa esférica Ø 5.0mm x 45mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.202S: Fresa esférica Ø 5.0mm x 45mm, Tipo J-Latch;;.03.000.339S: Lâmina de serra, para osteotomia do bordo inferior, direita, para serra alternante 9.2mm x 7.3mm x 0.6 mm; 03.000.338S: Lâmina de serra, para osteotomia do bordo inferior, esquerda, para serra alternante 9.2mm x 7.3mm x 0.6mm; 03.000.320S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 13mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 03.000.334S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 20mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 03.000.321S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 20mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 03.000.335S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 27mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 03.000.327S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 27mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 511.909S: Lâmina dentada para serra 55mm x 0.85mm; 511.907S: Lâmina dentada para serra 55mm x 1.05mm; 511.906S: Lâmina dentada para serra 70mm x 1.27mm; 511.905S: Lâmina dentada para serra 80mm x 1.05mm; 511.915S: Lâmina dentada para Stop de esterno 1.10mm x 40mm x 10mm; 511.914S: Lâmina dentada, bilateral, para serra 68mm x 0.80mm; 511.913S: Lâmina dentada, bilateral, para serra 68mm x 1.0mm; 511.912S: Lâmina dentada, bilateral, para serra 68mm x 1.1mm;;.03.000.406S: Lâmina de serra reta, para Piezo Eletric 21.6 x 11.1 x 3.0 x 0.5mm; 03.000.407S: Lâmina de serra, para Piezo Eletric 17.7 x 15.5 x 1.2 x 0.5mm; 03.000.408S: Lâmina de serra redonda, para Piezo Eletric 24.0 x 11.05 x 4.0 x 0.65mm; 03.000.409S: Lâmina de serra redonda, para Piezo Eletric 24.6 x 12.85 x 2.6 x 0.6mm; 03.000.410S: Lâmina de serra redonda, para Piezo Eletric 21.9 x 12.4 x 1.8mm; 03.000.411S: Lâmina de serra com levantador ósseo, para Piezo Eletric 22.9 x 10.1 x 5.0 x 0.4mm ; 03.820.157S: Fresa Com Haste Cilíndrica Comprida, 1.5mm; 03.820.167S: Fresa com Haste Cilíndrica 2.0mm; 03.820.168S: Fresa com Haste Cilíndrica Comprida, 2.0mm; 03.820.158S: Fresa com Haste Cilíndrica Comprida; 03.000.261S: Fresa em Forma de Cavilha, M Ø 1.8mm x 20mm; 03.000.262S: Fresa Em Forma de Cavilha, M Ø 2.0mm x 20mm; 03.820.118S: Fresa para Acoplamento Synthes Comprida; 03.820.117S: Fresa para Acoplamento Synthes Curta ; 03.820.153S: Fresa para Engate Hexagonal Curta ; 03.820.163S: Fresa com Engate Hexagonal 2.0mm; 03.820.164S: Fresa para Engate Hexagonal Comprida, 2.0mm; 03.820.154S: Fresa para Engate Hexagonal Comprida; 03.820.161S: Fresa para Engate Synthes 2.0mm; 03.820.162S: Fresa para Engate ;.03.503.120S: Broca MatrixMIDFACE Ø 1.25mm x?

Leia-se:

SYNTHES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 1.02293-4

Instrumento para Corte do Tecido Osseo 25351.034242/2012-51

INSTRUMENTAL NÃO ARTICULAO CORTANTE ESTÉRIL

FABRICANTE : SYNTHES GMBH - SUÍÇA

.DLS-7083: Introdutor tipo Agulha 8 ga x 10.0 cm; DLS-7083-01: Introdutor tipo Agulha 8 ga x 10.0 cm; DLS-7083E: Introdutor tipo Agulha 8 ga x 10.0 cm; DLS-7103: Introdutor tipo Agulha 10 ga x 10.0 cm; DLS-7103-01: Introdutor tipo Agulha 10 ga x 10.0 cm; DLS-7103E: Introdutor tipo Agulha 10 ga x 10.0 cm; DLS-7121: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 5.0 cm; DLS-7121-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 5.0 cm; DLS-7121E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 5.0 cm; DLS-7122: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 7.5 cm; DLS-7122-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 7.5 cm; DLS-7122E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 7.5 cm; DLS-7123: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm; DLS-7123-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm; DLS-7123E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm; DLS-7124: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 12.5 cm; DLS-7124-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 12.5 cm; DLS-7124E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 12.5 cm; DLS-7126: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm, curva; DLS-7126-01: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm, curva; DLS-7126E: Introdutor tipo Agulha 12 ga x 10.0 cm, curva; DLS-7141: Introdutor tipo Agulha 14 ga x 5.0 cm; DLS-7141-01: Introdutor tipo Agulha 14 ga x 5.0 cm;;.DLS-7141E: Introdutor tipo Agulha 14 ga x 5.0 cm; 532.042S: Lâmina de serra 30mm / 15mm x 10mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.043S: Lâmina de serra 30mm / 15mm x 16mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.041S: Lâmina de serra 30mm / 15mm x 6mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.044S: Lâmina de serra 33mm / 18mm x 4mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.046S: Lâmina de serra 37mm / 22mm x 12mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.045S: Lâmina de serra 37mm / 22mm x 8mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.062S: Lâmina de serra 42mm / 27mm x 10mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.063S: Lâmina de serra 42mm / 27mm x 14mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.061S: Lâmina de serra 42mm / 27mm x 6mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.048S: Lâmina de serra 46mm / 31mm x 10mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.047S: Lâmina de serra 46mm / 31mm x 6mm x 0.4mm / 0.3mm; 532.064S: Lâmina de serra 65mm / 50mm x 10mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.065S: Lâmina de serra 65mm / 50mm x 14mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.066S: Lâmina de serra 65mm / 50mm x 20mm x 0.6mm / 0.4mm; 532.067S: Lâmina de serra 65mm / 50mm x 27mm x 0.6mm / 0.4mm;;.03.000.002S: Fresa esférica Ø 1.0mm, Tipo L; 03.000.005S: Fresa esférica Ø 1.5mm, Tipo L; 03.000.232S: Fresa esférica Ø 2.0mm, Tipo L; 03.000.008S: Fresa esférica Ø 2.5mm, Tipo L; 03.000.011S: Fresa esférica Ø 3.0mm, Tipo L; 03.000.014S: Fresa esférica Ø 4.0mm, Tipo L; 03.000.017S: Fresa esférica Ø 5.0mm, Tipo L; 03.000.020S: Fresa esférica Ø 6.5mm, Tipo L; 03.000.023S: Fresa esférica Ø 8.0mm, Tipo L; 03.000.001S: Fresa esférica Ø 1.0mm, Tipo M; 03.000.004S: Fresa esférica Ø 1.5mm, Tipo M; 03.000.231S: Fresa esférica Ø 2.0mm, Tipo M; 03.000.007S: Fresa esférica Ø 2.5mm, Tipo M; 03.000.010S: Fresa esférica Ø 3.0mm, Tipo M; 03.000.013S: Fresa esférica Ø 4.0mm, Tipo M; 03.000.016S: Fresa esférica Ø 5.0mm, Tipo M; 03.000.019S: Fresa esférica Ø 6.5mm, Tipo M; 03.000.022S: Fresa esférica Ø 8.0mm, Tipo M; 03.000.000S: Fresa esférica Ø 1.0mm, Tipo S; 03.000.003S: Fresa esférica Ø 1.5mm, Tipo S; 03.000.230S: Fresa esférica Ø 2.0mm, Tipo S; 03.000.006S: Fresa esférica Ø 2.5mm, Tipo S; 03.000.009S: Fresa esférica Ø 3.0mm, Tipo S; 03.000.012S: Fresa esférica Ø 4.0mm, Tipo S; 03.000.015S: Fresa esférica Ø 5.0mm, Tipo S; 03.000.018S: Fresa esférica Ø 6.5mm, Tipo S; 03.000.021S: Fresa esférica Ø 8.0mm, Tipo S;;.03.000.076S: Fresa piriforme Ø 5.0mm x 8.3mm, Tipo S; 03.000.079S: Fresa piriforme Ø 6.0mm x 9.7mm, Tipo S; 03.000.117S: Fresa Swanson Ø 2.0mm x 6.3mm, Tipo L; 03.000.120S: Fresa Swanson Ø 3.0mm x 9.7mm, Tipo L; 03.000.123S: Fresa Swanson Ø 4.0mm x 12.7mm, Tipo L; 03.000.162S: Fresa Swanson Ø 5.0mm x 15.8mm, Tipo L; 03.000.116S: Fresa Swanson Ø 2.0mm x 6.3mm, Tipo M; 03.000.119S: Fresa Swanson Ø 3.0mm x 9.7mm, Tipo M; 03.000.122S: Fresa Swanson Ø 4.0mm x 12.7mm, Tipo M; 03.000.161S: Fresa Swanson Ø 5.0mm x 15.8mm, Tipo M; 03.000.115S: Fresa Swanson Ø 2.0mm x 6.3mm, Tipo S; 03.000.118S: Fresa Swanson Ø 3.0mm x 9.7mm, Tipo S; 03.000.121S: Fresa Swanson Ø 4.0mm x 12.7mm, Tipo S; 03.000.160S: Fresa Swanson Ø 5.0mm x 15.8mm, Tipo S; 351.706S: Guia de fresagem com oliva Ø 2.5mm x 950mm; 351.708S: Guia de fresagem com oliva Ø 2.5mm x 1150mm; 351.707S: Guia de fresagem com oliva e prolongação Ø 2.5mm x 950mm; 352.033S: Guia de fresagem SynReam comprida Ø 2.5mm x 1150mm; 352.032S: Guia de fresagem SynReam curta Ø 2.5mm x 950mm;;.03.000.126S: Fresa cranial Ø 3.0mm x 25mm, Tipo L; 03.000.125S: Fresa cranial Ø 2.2mm x 16mm, Tipo M; 03.000.124S: Fresa cranial Ø 1.8mm x 11mm, Tipo S; 03.000.111S: Fresa de disco em L Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.110S: Fresa de disco em M Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.109S: Fresa de disco em S Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.351S: Fresa de trepanação Ø 12.0mm; 03.000.350S: Fresa de trepanação Ø 7.0mm; 03.000.241S: Fresa em forma de barril Ø 4.0mm x 9.0mm, tipo L; 03.000.084S: Fresa em forma de barril Ø 5.0mm x 10mm, tipo L; 03.000.244S: Fresa em forma de barril Ø 6.0mm x 11mm, tipo L; 03.000.240S: Fresa em forma de barril Ø 4.0mm x 9.0mm, tipo M; 03.000.083S: Fresa em forma de barril Ø 5.0mm x 10mm, tipo M; 03.000.243S: Fresa em forma de barril Ø 6.0mm x 11mm, tipo M; 03.000.239S: Fresa em forma de barril Ø 4.0mm x 9.0mm, tipo S; 03.000.082S: Fresa em forma de barril Ø 5.0mm x 10mm, tipo S; 03.000.242S: Fresa em forma de barril Ø 6.0mm x 11mm, tipo S; 03.000.129S: Fresa em forma de cavilha Ø 1.4mm x 6.0mm, Tipo L; 03.000.132S: Fresa em forma de cavilha Ø 2.1mm x 12mm, Tipo L; 03.000.250S: Fresa em forma de cavilha Ø 3.0mm x 19.5mm, Tipo L; 03.000.128S: Fresa em forma de cavilha Ø 1.4mm x 6.0mm, Tipo M; 03.000.131S: Fresa em forma de cavilha Ø 2.1mm x 12mm, Tipo M;;03.000.142S: Broca Ø 1.0mm, tipo S;03.000.144S: Broca Ø 1.1mm, tipo S;03.000.146S: Broca Ø 1.3mm, tipo S;;03.000.143S: Broca Ø 1.0mm, tipo M;03.000.145S: Broca Ø 1.1mm, tipo M;03.000.147S: Broca Ø 1.3mm, tipo M;;03.000.149S: Broca Ø 1.5mm, tipo M;03.000.151S: Broca Ø 2.0mm, tipo M;03.000.153S: Broca Ø 2.5mm, tipo M;;.03.000.197S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 45mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.227S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 45mm, Tipo J-Latch; 03.000.114S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 20.2mm, Tipo L; 03.000.113S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 20.2mm, Tipo M; 03.000.112S: Fresa Lindemann Ø 2.3mm x 20.2mm, Tipo S; 03.000.173S: Fresa oval Ø 7.0mm x 28mm Tipo Mini-Quick; 03.000.203S: Fresa oval Ø 7.0mm x 28mm, Tipo J-Latch; 03.000.175S: Fresa oval Ø 8.0mm x 28mm Tipo Mini-Quick; 03.000.205S: Fresa oval Ø 8.0mm x 28mm Tipo J-Latch; 03.000.174S: Fresa oval Ø 7.0 x 45mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.204S: Fresa oval Ø 7.0mm x 45mm, Tipo J-Latch; 03.000.176S: Fresa oval Ø 8.0mm x 45mm Tipo Mini-Quick; 03.000.206S: Fresa oval Ø 8.0mm x 45mm Tipo J-Latch; 03.000.072S: Fresa oval Ø 4.0mm x 8.0mm, Tipo L; 03.000.075S: Fresa oval Ø 5.5mm x 10mm, Tipo L; 03.000.071S: Fresa oval Ø 4.0mm x 8.0mm, Tipo M; 03.000.074S: Fresa oval Ø 5.5mm x 10mm, Tipo M; 03.000.070S: Fresa oval Ø 4.0mm x 8.0mm, Tipo S; 03.000.073S: Fresa oval Ø 5.5mm x 10mm, Tipo S; 03.000.135S: Fresa para Neuro Ø 1.7mm x 2.3mm, Tipo L; 03.000.138S: Fresa para Neuro Ø 2.2mm x 3.7mm, Tipo L; 03.000.141S: Fresa para Neuro Ø 2.9mm 3.8mm, Tipo L; 03.000.134S: Fresa para Neuro Ø 1.7mm x 2.3mm, Tipo M; 03.000.137S: Fresa para Neuro Ø 2.2mm x 3.7mm, Tipo M; 03.000.140S: Fresa para Neuro Ø 2.9mm 3.8mm, Tipo M; 03.000.133S: Fresa para Neuro Ø 1.7mm x 2.3mm, Tipo S;;.03.000.249S: Fresa em forma de cavilha Ø 3.0mm x 19.5mm, Tipo M; 03.000.127S: Fresa em forma de cavilha Ø 1.4mm x 6.0mm, Tipo S; 03.000.130S: Fresa em forma de cavilha Ø 2.1mm x 12mm, Tipo S; 03.000.248S: Fresa em forma de cavilha Ø 3.0mm x 19.5mm, Tipo S; 03.000.235S: Fresa em forma de chama Ø 5.0mm x 6.7mm, Tipo L; 03.000.062S: Fresa em forma de chama Ø 6.0mm x 8.0mm, Tipo L; 03.000.065S: Fresa em forma de chama Ø 7.5mm x 9.5mm, Tipo L; 03.000.068S: Fresa em forma de chama Ø 9.0mm 11.4mm, Tipo L;;.03.000.304S: Lâmina de serra para serra sagital 15mm x 10mm x 0.38mm; 03.000.307S: Lâmina de serra para serra sagital 15mm x 16mm x 0.38mm; 03.000.301S: Lâmina de serra para serra sagital 15mm x 6.0mm x 0.38mm; 03.000.314S: Lâmina de serra para serra sagital 18mm x 2.5mm x 0.38mm; 03.000.300S: Lâmina de serra para serra sagital 18mm x 4.0mm x 0.38mm; 03.000.306S: Lâmina de serra para serra sagital 22mm x 12.0mm x 0.38mm; 03.000.303S: Lâmina de serra para serra sagital 22mm x 8.0mm x 0.38mm; 03.000.309S: Lâmina de serra para serra sagital 27mm x 10mm x 0.6mm; 03.000.310S: Lâmina de serra para serra sagital 27mm x 14mm x 0.6mm; 03.000.308S: Lâmina de serra para serra sagital 27mm x 6.0mm x 0.6mm; 03.000.305S: Lâmina de serra para serra sagital 31mm x 10mm x 0.38mm; 03.000.302S: Lâmina de serra para serra sagital 31mm x 6.0mm x 0.38mm; 03.000.315S: Lâmina de serra para serra sagital 43mm x 20mm x 0.6mm; 03.000.341S: Lâmina de serra, angulada de 105°, serra oscilante 12mm x 11.5mm x 0.4mm x 70mm; 03.000.343S: Lâmina de serra, angulada de 105°, para serra oscilante 12mm x 4.5mm x 0.4mm x 70mm; 03.000.342S: Lâmina de serra, angulada de 105°, para serra oscilante 12mm x 9.5mm x 0.4mm x 70mm; 03.000.340S: Lâmina de serra, angulada de 105°, para serra oscilante 7.0mm x 11.5mm x 0.4mm x 70mm; 03.000.331S: Lâmina de serra, deslocamento à direita, para serra alternante 33.5mm x 6.4mm x 0.6mm; 03.000.332S: Lâmina de serra, deslocamento à esquerda, para serra alternante 6.4mm x 33.5mm, Esquerda;;03.000.330S: Lâmina de serra, deslocamtno por baixo, para serra alternante 6.4mmx33.5mm, inclinada.;.03.000.336S: Lâmina de serra para serra alternante 13mm x 3.0mm x 0.4mm; 03.000.323S: Lâmina de serra para serra alternante 14mm x 6.4mm x 0.6mm; 03.000.324S: Lâmina de serra para serra alternante 14.5mm x 4.0mm x 0.6mm; 03.000.337S: Lâmina de serra para serra alternante 20mm x 3.0mm x 0.4mm; 03.000.333S: Lâmina de serra para serra alternante 23mm x 6mm x 0.6mm, curva; 03.000.325S: Lâmina de serra para serra alternante 25mm x 5.5mm x 0.6mm; 03.000.326S: Lâmina de serra para serra alternante 27mm x 6.4mm x 0.6mm; 03.000.328S: Lâmina de serra para serra alternante 6.4mm x 33.5mm; 03.000.329S: Lâmina de serra para serra alternante 5.0mm / 2.5mm x 35mm; 03.000.322S: Lâmina de serra para serra alternante 7.0mm x 4.0mm x 0.6mm; 512.550S: Lâmina de serra para serra alternante Universal; 05.002.006S: Lâmina de serra para serra oscilante 19.0mm x 0.89mm x 80mm; 05.002.401S: Lâmina de serra para serra oscilante 106mm / 85mm x 25mm x 1.47mm; 05.002.201S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 0.89mm; 05.002.405S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 0.90mm; 05.002.202S: Lâmina de serra para serra oscilante 1111mm / 90mm x 2.5mm x 1.19mm; 05.002.203S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 1.27mm; 05.002.204S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 1.37mm; 05.002.205S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 12.5mm x 1.47mm; 05.002.301S: Lâmina de serra para serra oscilante 111mm / 90mm x 19mm x 12.5mm x 0.89mm;;.03.000.220S: Fresa cônica estreita Ø 2.1mm x 45mm Tipo J-Latch; 03.000.192S: Fresa cônica estreita Ø 3.2mm x 45mm, Tipo

IMPRESSÃO PROIBIDA

Mini-Quick; 03.000.222S: Fresa cônica estreita Ø 3.2mm x 45mm, Tipo J-Latch; 03.000.177S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 23mm, tipo Mini-Quick; 03.000.207S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 23mm, tipo J-Latch; 03.000.180S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 24mm, tipo Mini-Quick; 03.000.210S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 24mm, tipo J-Latch; 03.000.178S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 28mm, tipo Mini-Quick; 03.000.208S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 28mm, tipo J-Latch; 03.000.181S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 28mm, tipo Mini-Quick; 03.000.211S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 28mm, tipo J-Latch; 03.000.179S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 45mm, tipo Mini-Quick; 03.000.209S: Fresa cônica larga Ø 5.0mm x 45mm, tipo J-Latch; 03.000.182S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 45mm, tipo Mini-Quick; 03.000.212S: Fresa cônica larga Ø 6.0mm x 45mm, tipo J-Latch; 03.000.126S: Fresa cranial Ø 3.0mm x 25mm, Tipo L; 03.000.125S: Fresa cranial Ø 2.2mm x 16mm, Tipo M; 03.000.124S: Fresa cranial Ø 1.8mm x 11mm, Tipo S; 03.000.111S: Fresa de disco em L Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.110S: Fresa de disco em M Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.109S: Fresa de disco em S Ø 25.0 mm x 0.7 mm; 03.000.351S: Fresa de trepanação Ø 12.0mm; 03.000.350S: Fresa de trepanação Ø 7.0mm;;.03.000.234S: Fresa em forma de chama Ø 5.0mm x 6.7mm, Tipo M; 03.000.061S: Fresa em forma de chama Ø 6.0mm x 8.0mm, Tipo M; 03.000.064S: Fresa em forma de chama Ø 7.5mm x 9.5mm, Tipo M; 03.000.067S: Fresa em forma de chama Ø 9.0mm 11.4mm, Tipo M; 03.000.233S: Fresa em forma de chama Ø 5.0mm x 6.7mm, Tipo S; 03.000.060S: Fresa em forma de chama Ø 6.0mm x 8.0mm, Tipo S; 03.000.063S: Fresa em forma de chama Ø 7.5mm x 9.5mm, Tipo S; 03.000.066S: Fresa em forma de chama Ø 9.0mm 11.4mm, Tipo S; 03.000.170S: Fresa esférica Ø 3.0mm x 28mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.200S: Fresa esférica Ø 3.0mm x 28mm, Tipo J-Latch; 03.000.171S: Fresa esférica Ø 3.0mm x 45mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.201S: Fresa esférica Ø 3.0mm x 45mm, Tipo J-Latch; 03.000.172S: Fresa esférica Ø 5.0mm x 45mm, Tipo Mini-Quick; 03.000.202S: Fresa esférica Ø 5.0mm x 45mm, Tipo J-Latch;;.03.000.339S: Lâmina de serra, para osteotomia do bordo inferior, direita, para serra alternante 9.2mm x 7.3mm x 0.6 mm; 03.000.338S: Lâmina de serra, para osteotomia do bordo inferior, esquerda, para serra alternante 9.2mm x 7.3mm x 0.6mm; 03.000.320S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 13mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 03.000.334S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 20mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 03.000.321S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 20mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 03.000.335S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 27mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 03.000.327S: Lâmina de serra, trapezoidal, para serra alternante 27mm x 6.4mm / 2.9mm x 0.6mm; 511.909S: Lâmina dentada para serra 55mm x 0.85mm; 511.907S: Lâmina dentada para serra 55mm x 1.05mm; 511.906S: Lâmina dentada para serra 70mm x 1.27mm; 511.905S: Lâmina dentada para serra 80mm x 1.05mm; 511.915S: Lâmina dentada para Stop de esterno 1.10mm x 40mm x 10mm; 511.914S: Lâmina dentada, bilateral, para serra 68mm x 0.80mm; 511.913S: Lâmina dentada, bilateral, para serra 68mm x 1.0mm; 511.912S: Lâmina dentada, bilateral, para serra 68mm x 1.1mm;;.03.000.406S: Lâmina de serra reta, para Piezo Eletric 21.6 x 11.1 x 3.0 x 0.5mm; 03.000.407S: Lâmina de serra, para Piezo Eletric 17.7 x 15.5 x 1.2 x 0.5mm; 03.000.408S: Lâmina de serra redonda, para Piezo Eletric 24.0 x 11.05 x 4.0 x 0.65mm; 03.000.409S: Lâmina de serra redonda, para Piezo Eletric 24.6 x 12.85 x 2.6 x 0.6mm; 03.000.410S: Lâmina de serra redonda, para Piezo Eletric 21.9 x 12.4 x 1.8mm; 03.000.411S: Lâmina de serra com levantador ósseo, para Piezo Eletric 22.9 x 10.1 x 5.0 x 0.4mm ; 03.820.157S: Fresa Com Haste Cilíndrica Comprida, 1.5mm; 03.820.167S: Fresa com Haste Cilíndrica 2.0mm; 03.820.168S: Fresa com Haste Cilíndrica Comprida, 2.0mm; 03.820.158S: Fresa com Haste Cilíndrica Comprida; 03.000.261S: Fresa em Forma de Cavilha, M Ø 1.8mm x 20mm; 03.000.262S: Fresa Em Forma de Cavilha, M Ø 2.0mm x 20mm; 03.820.118S: Fresa para Acoplamento Synthes Comprida; 03.820.117S: Fresa para Acoplamento Synthes Curta ; 03.820.153S: Fresa para Engate Hexagonal Curta ; 03.820.163S: Fresa com Engate Hexagonal 2.0mm; 03.820.164S: Fresa para Engate Hexagonal Comprida, 2.0mm; 03.820.154S: Fresa para Engate Hexagonal Comprida; 03.820.161S: Fresa para Engate Synthes 2.0mm; 03.820.162S: Fresa para Engate ;.03.503.120S: Broca MatrixMIDFACE Ø 1.25mm x ?

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHO DO GERENTE-GERAL
Em 3 de setembro de 2012

A Gerente Geral Substituta da Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitário-ANVISA, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, incluída pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009 - publicada no Diário Oficial da União de 14.07.2009, resolve:

Arquivar o Processo Administrativo Sanitário por nulidade/insubsistência, abaixo relacionado.

AGENCIA FLUVIAL OLIVEIRA LTDA

25749.326843/2007-03 - AIS: 11/2007(422166/07-4) - CV-PAF/MS

JULIANA DE M. COUTO DE ALMEIDA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA Nº 12, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde torna pública, nos termos do artigo 34, inciso II, e artigo 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, minuta de portaria que estabelece regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave.

O texto em apreço encontra-se disponível, também, no seguinte endereço eletrônico: http://www.saude.gov.br/sas.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Eventuais sugestões poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde até 20 (vinte) dias a contar desta publicação, exclusivamente, para o endereço eletrônico: lc.cronicas@saude.gov.br, especificando o número desta Consulta Pública e o nome do anexo no título da mensagem.

As contribuições deverão ser fundamentadas, inclusive com material científico que dê suporte às proposições. Deve ocorrer, quando possível, o envio da documentação de referência científica e, quando não for possível, o envio do endereço eletrônico da citada referência científica para verificação na internet.

O Departamento de Atenção Especializada, da Secretaria de Atenção à Saúde, coordenará a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada da Portaria que estabelece regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave para que, findo o prazo estabelecido, seja aprovada e publicada, passando a vigorar em todo o território nacional.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

PORTARIA Nº

Estabelece regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria n° 258/SAS/MS, de 30 de julho de 2009, que inclui a cirurgia bariátrica no elenco de procedimentos da Central Nacional de Regulação da Alta Complexidade (CNRAC);

Considerando a Portaria nº 2.198, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente;

Considerando a Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, que regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos; e

Considerando a necessidade de definir Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave, determinando os seus papéis na atenção à saúde e as qualidades técnicas necessárias, resolve:

Art. 1º Fica definido o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave como o estabelecimento que ofereça assistência diagnóstica e terapêutica especializada, de média e alta complexidade, condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados ao atendimento aos indivíduos portadores de obesidade grave e moderada associada à comorbidades.

Parágrafo único. Os indivíduos com indicação de tratamento cirúrgico da obesidade são aqueles portadores de obesidade grave e moderada com comorbidades, conforme os critérios estabelecidos na Portaria n° XXX da linha de cuidado do excesso de peso e obesidade na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

Art. 2º Para cumprir as suas finalidades, os estabelecimentos de saúde habilitados como Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave devem organizar e implantar a linha de cuidado do excesso de peso e obesidade na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

Parágrafo único. As Secretarias de Saúde dos Estados ao indicarem o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave devem estabelecer em conjunto com seus respectivos municípios, os fluxos e mecanismos de referência e contra referência dos indivíduos obesos graves e moderados com comorbidades, de acordo com o estabelecido na Portaria n° XXX da linha de cuidado do excesso de peso e obesidade na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

Art. 3º O Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave deverá:

I - Participar de forma articulada e integrada com a Rede de Atenção à Saúde às pessoas com doenças crônicas e com a linha de cuidado definida localmente para o tratamento do excesso de peso e da obesidade;

II - Participar no desenvolvimento profissional, em parceria com o gestor local do SUS, induzindo à formação e qualificação para atenção ao obeso grave, incorporando os referenciais conceituais e organizacionais do SUS.

Art. 4º - Aprovar, na forma de Anexos desta Portaria, o que segue:

I - Anexo I - Normas de Credenciamento/Habilitação para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave;

II - Anexo II - Relação dos procedimentos para o tratamento cirúrgico da Obesidade Grave na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS;

Art. 5º Ficam definidos os critérios de credenciamento/habilitação de Serviços de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave com adesão à linha de cuidado do excesso de peso e obesidade estabelecidos no Anexo I desta Portaria.

§1º - Fica incluído na tabela de habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) a habilitação em Serviço de Assistência em Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave com adesão a linha do cuidado do excesso de peso e obesidade (código 02.03).

§2º - A Secretaria de Estado de Saúde deverá encaminhar Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB ao Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada, Coordenação Geral de Média e Alta Complexidade - MS/SAS/DAE/CGMAC - com a aprovação da linha de cuidado do excesso de peso e obesidade na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas para os estabelecimentos habilitados conforme a Portaria 492 de 31 de agosto de 2007 como Unidade de Assistência em Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave, no prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 6º O credenciamento/habilitação do Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave dar-se-á em função da quantidade de leitos, sendo o mínimo de 02 (dois) leitos, conforme estabelecido no item 4.2 do Anexo I desta portaria.

Parágrafo único. Fica incluído na tabela de leitos SCNES o leito OBESIDADE GRAVE.

Art. 7º Fica estabelecido que para os estabelecimentos que forem habilitados pelos critérios definidos no Anexo I desta Portaria será concedido incremento no valor dos exames, quando realizados no pré-operatório de indivíduos portadores de obesidade grave e moderada associada à comorbidades, conforme descrito no Anexo II, e que serão financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

Art. 8º Fica incluído na tabela de procedimentos SUS o procedimento Acompanhamento por Equipe Interdisciplinar pré-cirurgia bariátrica, código 03.01.12.006-4 -, previstos nesta portaria que será financiado pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) e serão realizados somente pelos estabelecimentos habilitados pelos critérios definidos no Anexo I.

Art. 9° Somente os hospitais credenciados/habilitados como Serviço de Assistência em Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave (código 0203) receberão o financiamento mencionado nos artigos 7º e 8°.

Art. 10 Fica incluído o procedimento código 04.07.01.036-0 - Gastrectomia Vertical em Manga (Sleeve) na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, conforme Anexo II desta Portaria.

Art. 11 Ficam incluídos os procedimentos código 03.07.03.013-7- Tratamento de intercorrência clínica pós-cirurgia bariátrica e código 04.07.01.037-8- Tratamento de intercorrência cirúrgica pós-cirurgia bariátrica nos primeiros 30 (trinta) dias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, conforme Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. Nas intercorrências clínica e/ou cirúrgicas com reinternação do paciente obeso grave deverá ser registrado o número da AIH da cirurgia bariátrica no campo AIH anterior no SISAIH01.

Art. 12 Fica incluído o procedimento código 04.13.04.026-7- Dermolipectomia abdominal circunferencial pós- gastroplastia na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS o conforme Anexo II desta Portaria.

Art. 13 O registro do procedimento 04.15.02.001-8 - Procedimentos Sequênciais de Cirurgia Plástica Reparadora pós-gastroplastia da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, será efetuada da seguinte forma:

I - Na AIH dever-se-á informar como procedimento solicitado e realizado o 04.15.02.001-8 - Procedimentos Sequênciais de Cirurgia Plástica Reparadora pós-gastroplastia.

II - Na mesma AIH do procedimento 04.15.02.001-8, será permitido o registro simultâneo de, no máximo, 02 (dois) procedimentos de cirurgia plásticas reparadoras definidas no Anexo II desta Portaria.

III - Os procedimentos definidos no Anexo II desta Portaria deverão ser registrados no Campo Procedimentos Realizados da AIH, sendo que, para o primeiro e segundo procedimentos registrados, serão pagos 100% do valor total de cada procedimento.

Art. 14 Ficam alterados os atributos do procedimento código 04.07.01.012-2 - Gastrectomia com ou sem derivação duodenal e do código 04.07.01.017-3 - Gastroplastia com derivação intestinal, conforme Anexo II desta Portaria.

Art. 15 Fica definido que nos procedimentos para o tratamento cirúrgico da obesidade, de que trata esta Portaria, não estão incluídas as OPM: 07.02.05.028-08 - Grampeador linear cortante e 07.02.05.004-0 Carga para grampeador linear cortante.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 16 Ficam incluídas as compatibilidades de OPM com os procedimentos para tratamento cirúrgico da obesidade com a OPM 07.02.05.028-08: Grampeador linear cortante; OPM 07.02.05.004-0: Carga para grampeador linear cortante na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.

Art. 17 Ficam excluídos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS o código 04.07.01.018-1 - Gastroplastia Vertical com Banda.

Art. 18 Fica definido que terão incrementos no componente SA (SERVIÇO AMBULATORIAL) os procedimentos relacionados quando realizados em estabelecimentos habilitados como Serviço de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave (código 02.03) em paciente com os CID (E66.0; E66.2; E66.8; E66.9).

Código	Procedimento
02.09.01.0037	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA
02.05.02.0004-6	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL
02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA
02.05.01.004-0	ULTRA-SONOGRAFIA DOPPLER
02.11.08.005-5	PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA C/ BRONDILATOR

Paragrafo único. Os procedimentos de que tratam o caput deste artigo serão identificados no SIGTAP com o atributo REGRA CONDICIONADA.

Art. 19 Fica determinado que o Serviço de Assistência em Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave e os ambulatórios de especialidades realizem as avaliações, as indicações e o acompanhamento dos portadores de obesidade grave, conforme estabelecido na Portaria XX da linha de cuidado do excesso de peso e obesidade na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

Art. 20 Fica determinado que a organização da Rede de Atenção às Urgências deve prestar assistência e o primeiro cuidado às urgências e emergências, em ambiente adequado, até a transferência/encaminhamento dos indivíduos com obesidade grave e moderada a outros pontos de atenção, quando necessário, com a implantação de acolhimento com avaliação de riscos e vulnerabilidades.

Art. 21 As Secretarias de Saúde dos Estados, desde que haja ausência de oferta de serviços ou insuficiência avaliada e comprovada, devem observar o disposto na Portaria n° 258, de 30 de julho de 2009 que regulamenta a Central Nacional de Regulação da Alta Complexidade (CNRAC).

Art. 22 A solicitação para aquisição de equipamentos deve seguir as normas do Sistema de Contratos e Convênios/SICONV/MS e do Sistema de Gestão Financeira e de Convênios/ GESCON/MS.

Art. 23 Os formulários de vistoria e demais formulários e roteiros que auxiliem no tratamento e encaminhamento do paciente obeso grave ou moderado estarão disponíveis no site www.saude.gov.br/sas.

Art. 24 É de responsabilidade dos gestores locais a regulação, controle e avaliação dos serviços de saúde a avaliação da estrutura, forma e equipe para atendimento ao Paciente Portador de Obesidade Grave, bem como a garantia da qualidade dos serviços.

Art. 25 Caberá aos gestores contratantes dos serviços realizar ações de regulação, de controle e de avaliação da atenção à saúde, bem como a conformidade entre os procedimentos realizados e seus ressarcimentos.

Art. 26 Caberá aos órgãos de controle interno, especialmente ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), sem prejuízo das atribuições dos órgãos de controle externo, o monitoramento da aplicação dos recursos financeiros previstos nesta Portaria.

Art. 27 Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 28 Caberá à Coordenação-Geral de Sistemas de Informação do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas da Secretaria de Atenção à Saúde, adotar as providências necessárias junto ao Departamento de Informática do SUS - DATASUS/SGEP/MS, para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 29 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir da competência seguinte à publicação.

Art. 30 Ficam revogadas as Portarias nº 1.569/GM/MS, de 28 de junho de 2007; nº 1.570/GM/MS, de 28 de junho de 2007; SAS nº 492/SAS/MS, de 31 de agosto de 2007; SAS/MS nº 493, de 31 de agosto de 2007; SAS/MS nº 563, de 16 de setembro de 2011; e, SAS/MS nº 409, de 10 de maio de 2012.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

NORMAS DE CREDENCIAMENTO/HABILITAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE AO PACIENTE PORTADOR DE OBESIDADE GRAVE

1 - NORMAS GERAIS DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO

1.1. Planejamento/Distribuição

As Secretarias de Saúde dos Estados deverão estabelecer um planejamento regional para a organização das linhas de cuidado do excesso de peso e obesidade, definindo as especificidades da assistência ao Paciente Portador de Obesidade Grave e a distribuição dos Serviços habilitadas, conforme a necessidade da população e a disponibilidade orçamentária.

1.2. Processo de Credenciamento e Habilitação

1.2.1 - O processo de credenciamento/habilitação deverá ser formalizado pela Secretaria Estadual de Saúde. O respectivo Gestor do SUS, uma vez concluída a análise preconizada, atendida a necessidade e os critérios estratégicos e técnicos para credenciamento/habilitação desta Portaria e seus anexos, dará início ao processo de credenciamento. A ausência desta avaliação ou da aprovação por parte dos respectivos Gestores do SUS impede a sequência do processo.

1.2.2 - O processo de credenciamento/habilitação, ao ser formalizado pelo respectivo Gestor do SUS, deverá ser instruído com:

I. Documento de Solicitação/Aceitação de Credenciamento/Habilitação por parte do estabelecimento de saúde pelo Diretor do hospital;

II. Formulário de Vistoria, disponível no site www.saude.gov.br/sas, preenchido e assinado, pelos respectivos Gestores do SUS;

III. Documentação comprobatória do cumprimento das exigências para credenciamento/habilitação;

IV Parecer conclusivo do respectivo Gestor do SUS - manifestação expressa, firmada pelo Secretário da Saúde, em relação ao credenciamento. No caso de processo formalizado por Secretaria Municipal de Saúde, deverá constar, além do parecer do Gestor municipal, o parecer do Gestor estadual do SUS, que será responsável pela integração da Linha de Cuidado do excesso de peso e obesidade na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, conforme Portaria X;

V Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB aprovando o credenciamento, bem como a informação sobre o impacto financeiro no custeio do hospital especificamente para a habilitação em pauta.

1.2.3 - Uma vez emitido o parecer favorável a respeito do credenciamento pelo(s) Gestor (es) do SUS, o processo com a documentação comprobatória ficará na posse do gestor do SUS, disponível ao Ministério da Saúde para fins de supervisão e auditoria.

1.2.4 - A Secretaria de Estado da Saúde encaminhará à Coordenação Geral de Média e Alta Complexidade, do Departamento de Atenção Especializada, da Secretaria de Atenção à Saúde/MS (CGMAC/DAE/SAS/MS) os seguintes documentos:

I. Formulário de Vistoria, modelo disponível no site www.saude.gov.br/sas preenchido e assinado pelo respectivo Gestor do SUS;

II. Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB aprovando o credenciamento, bem como a informação sobre o impacto financeiro para a habilitação em pauta;

III Parecer da Comissão Intergestores Bipartite - CIB aprovando a Linha de Cuidado do Excesso de peso e Obesidade.

IV. Declaração do quantitativo de leitos disponíveis para habilitação, tendo este quantitativo aprovado pelo gestor.

1.2.5 - O Ministério da Saúde avaliará o formulário de vistoria encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde, podendo proceder vistoria in loco para conceder a habilitação do Serviço de Assistência ao Paciente Portador de Obesidade Grave pelo Ministério da Saúde.

1.2.6 - Caso a avaliação seja favorável, a Secretaria de Atenção à Saúde - SAS tomará as providências para a publicação da habilitação.

1.2.7 - A renovação da habilitação do estabelecimento como Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave deverá ocorrer a cada 03 (três) anos, contados a partir da publicação da portaria de habilitação.

2 - Estrutura Assistencial

O estabelecimento de saúde a ser credenciado/habilitado como Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave deve oferecer atendimento especializado e integral, em:

a) Diagnóstico e tratamento clínico e cirúrgico;

b) Atendimento de urgência referida nos casos de comorbidades da obesidade grave, que funcione nas 24 horas, mediante o termo de compromisso firmado com o gestor local do SUS;

c) Atendimento ambulatorial dos obesos graves, conforme o estabelecido na linha de cuidado regional pelo gestor local e mediante termo de compromisso firmado entre as partes;

d) Internação hospitalar em leitos apropriados para obesos;

e) Salas de cirurgia equipadas para cirurgias bariátricas de obesos graves e disponibilidade de estrutura para absorver as intercorrências cirúrgicas do pós-operatório;

f) Cirurgia plástica reparadora pós-cirurgia bariátrica. Dispor de salas para absorver as intercorrências cirúrgicas do pós-operatório;

g) Internação clínica nas intercorrências relativas à obesidade e nas complicações pós-operatórias, mediante termo de compromisso firmado com o gestor;

h) Reabilitação, suporte e acompanhamento por meio de procedimentos específicos que promovam a melhoria das condições físicas e psicológicas do paciente, no preparo pré-operatório e no seguimento pós-cirúrgico, no sentido da restituição da sua capacidade funcional.

3 - Recursos Humanos

3.1 - Responsabilidades Técnicas e Equipe de Cirurgia Bariátrica

a) O estabelecimento de saúde para ser credenciado/habilitado como Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave deve contar com serviço de Cirurgia Bariátrica, cujo responsável técnico deve ser médico especialista em cirurgia geral ou cirurgia do aparelho digestivo, comprovada por registro dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina;

b) Cada médico responsável técnico só poderá assumir um único estabelecimento credenciada/habilitada pelo Sistema Único de Saúde, devendo este residir no mesmo município onde está situado o estabelecimento habilitado ou em cidade circunvizinha;

c) A equipe de cirurgia bariátrica deve contar com, pelo menos, mais um médico especialista em cirurgia geral ou cirurgia do aparelho digestivo além do responsável técnico, e contar com número suficiente de profissionais para a assistência nos leitos habilitados, em ambulatório e para as intercorrências clínicas e cirúrgicas do pós-operatório.

3.2 - Exigências gerais para o Serviço de Assistência ao Paciente Portador de Obesidade Grave

3.2.1 - Equipe Mínima:

a) Cardiologia Clínica: Médico com Certificado de Residência Médica em Cardiologia, emitido por Programa de Residência Médica reconhecida pelo MEC, ou Título de Especialista em Cardiologia reconhecido pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, para atendimento diário e em regime de plantão;

b) Anestesiologia: Médico com Certificado de Residência Médica reconhecida pelo MEC em Anestesia, ou Título de Especialista em Anestesiologia pela Sociedade Brasileira de Anestesiologia;

c) Enfermagem: Enfermeiro coordenador, outros enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem em quantitativo suficiente.

3.2.2 - Equipe Complementar (apoio interdisciplinar):

3.2.2.1 A estabelecimento deverá contar, em caráter permanente, com:

a) Equipe médica composta por: clínico geral, pneumologista, endocrinologista e angiologista/cirurgião vascular e cirurgião plástico;

b) Nutricionista;

c) Psiquiatra/Psicólogo;

d) Assistente Social;

e) Fisioterapeuta.

4 - Materiais e Equipamentos

A estabelecimento deverá dispor de todos os materiais e equipamentos necessários, em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assegurar a qualidade da assistência e possibilitar o diagnóstico, tratamento e acompanhamento médico, de enfermagem, fisioterápico, nutricional e dietético. Deverá destinar quantitativo de leitos adaptados para obesos graves, conforme descrito a seguir, tanto para internações clínicas quanto cirúrgicas.

4.1 - Ambulatório:

a) Consultório equipado com cadeira, mesa de exame, cadeiras de rodas adequadas aos obesos graves e balança antropométrica com capacidade para peso maior que 230 kg;

b) Sala de espera com cadeiras ou bancos adequados aos obesos graves.

4.2 - Enfermaria:

a) 01 (uma) balança antropométrica com capacidade mínima para peso maior que 230kg;

b) 02 (dois) aparelhos de pressão com manguito especial;

c) Pelo menos 02 (dois) leitos com as seguintes especificações: cama hospitalar do tipo Fowler especial, acionável por controle eletrônico, para obesos, com capacidade para pacientes com peso maior que 230 kg (acionável por controle eletrônico), movimento de Trendelemburg (acionável por meio de motor ou por manivela) e colchão de alta densidade;

d) No mínimo, duas poltronas reclináveis específicas, com descanso para pés e capacidade para pacientes com peso maior que 230 kg;

e) 01 (uma) cadeira de rodas específica para indivíduos obesos com capacidade para pacientes com peso maior que 230 kg;

f) 01 (uma) maca de transporte com cilindro de O2 que suporte paciente com mais 230kg;

g) Roupa específica, tais como camisolas e pijamas, adequados para indivíduos obesos graves.

4.3 - Bloco Cirúrgico:

Deve contar com sala cirúrgica equipada para obesos graves, com mesa cirúrgica eletrônica com elevador hidráulico que resista a pesos superiores a 230kg e suportes que possibilitem a fixação e a mobilidade do paciente, além dos equipamentos descritos a seguir:

a) Capnógrafo;

b) Oxímetro de pulso;

c) Monitor de transporte;

d) Monitor de pressão não invasiva;

e) Monitor de pressão invasiva;

g) 02 (duas) bombas de infusão, no mínimo;

h) Aparelho de pressão com manguito especial para obesos;

i) Material de emergência para reanimação cardiorrespiratória;

j) Afastadores cirúrgicos especiais para operações cirúrgicas de obesos graves;

k) Válvulas com lâminas de aço reforçadas, mais longas e largas;

l) Compressão intermitente para membros inferiores;

m) Cautério bipolar.

n) Elevador para transporte de paciente obeso grave.

o) Maca de transferência de paciente obeso grave.

4.4 - Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) com leitos habilitados pelo SUS, equipados para obesos graves:

a) Box ou leito de pós-operatório de Cirurgia Bariátrica adequados aos obesos grave;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) Respiradores volumétricos que suportem volumes e pressões especialmente elevados nos obesos graves;

c) Bipap (bi-level Positive Airway Pressure);

d) Cama do tipo Fowler para obesos conforme especificado no subitem 4.2;

e) Esfigomanômetro especial para obesos;

f) Cadeira ou poltrona para obesos graves conforme especificado no subitem 4.2.

5 - Recursos Auxiliares de Diagnóstico e Terapia:

a) Laboratório de Análises Clínicas que participe de programa de Controle de Qualidade;

b) Posto de coleta no local e resultados disponíveis nas 24 horas: bioquímicos, hematológicos, microbiológicos, gasométricos, de líquidos orgânicos e de urina;

c) Serviço de Imagenologia: equipamento de radiologia convencional de 500 mA fixo ou superior, equipamento de radiologia portátil, Ecodoppler, Ecografia e Tomografia Computadorizada, compatíveis com obesos graves. Os exames de Tomografia Computadorizada e Ergometria poderão ser realizados em serviços instalados dentro ou fora da estrutura ambulatório-hospitalar cadastrados como terceiros no CNES.

d) Eletrocardiografia e Ergometria;

e) Hemoterapia disponível nas 24 horas do dia, por Agência Transfusional (AT) ou estrutura de complexidade maior, conforme legislação vigente; e

f) Farmácia.

6 - Rotinas e Normas de Funcionamento e Atendimento:

O estabelecimento a ser credenciado/habilitado como Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave deve possuir:

a) Rotinas de funcionamento escritas, atualizadas e assinadas pelo Responsável Técnico pelo serviço de Cirurgia Bariátrica, que devem abordar todos os processos complementares envolvidos na assistência aos portadores de obesidade grave;

b) Protocolos nutricionais;

c) Protocolos de acompanhamento fisioterápico, com reabilitação funcional;

d) Protocolo de suporte psicológico/psiquiátrico;

e) Formulários de avaliações e acompanhamento disponíveis no site www.saude.gov.br/dae/sas;

f) Escala dos profissionais em sobreaviso, das referências inter-institucionais e dos serviços terceirizados.

7 - Registro das informações sobre os indivíduos:

Deve possuir prontuário para cada paciente abordando o atendimento ambulatorial e hospitalar que contenha as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo respectivo atendimento (identificação do paciente, anamnese e exame físico, técnica cirúrgica, condições ou sumário da alta hospitalar). Os formulários disponíveis no www.saude.gov.br/dae/sas devem estar inseridos no prontuário do paciente para eventuais auditorias.

8 - Comissões

Para ser credenciado/habilitado como Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave o estabelecimento deve ter em funcionamento, devidamente documentado por atas ou documentos afins, as comissões exigidas pelo Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde e Conselhos Federal e Regional de Medicina.

ANEXO II

PROCEDIMENTOS PARA O TRATAMENTO CIRÚRGICO DA OBESIDADE GRAVE DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS

Procedimento: 04.07.01.012-2	GASTRECTOMIA COM OU SEM DESVIO DUODENAL
Descrição:	Alterar para: Procedimento predominantemente disabsortivo, na técnica de Scopinaro é realizada gastrectomia distal (corte horizontal), sem preservação do piloro (o antro, é removido), colecistectomia e reconstrução em alça longa com anastomose em Y de Roux com um curto canal alimentar de 50 cm. Na técnica de Duodenal Switch a porção removida do estômago é a grande curvatura e é preservada a primeira porção do duodeno (parte inicial do intestino delgado) que é anastomosada ao íleo.
Valor Profissional SP:	Alterar para: R$ xxx
Valor Hospitalar SH:	Alterar para: R$ xxx
Total Hospitalar:	Alterar para : R$ xxx
Atributo Complementar:	Incluir: 017-Exige Informação da OPM
Idade Mínima:	Alterar para: 16 anos
Idade Máxima:	Alterar para: 65 anos
Media Permanência:	Alterar para : 4
CBO:	Excluir: 2252-35 - Médico cirurgião plástico
CID	Incluir: E66.0, E66.2E66.9
Habilitação:	Incluir 02.03 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.
Especialidade do Leito:	Alterar para: 96 - Leito Obesidade Grave

Procedimento: 04.07.01.036-0	GASTRECTOMIA VERTICAL EM MANGA (SLEEVE)
Descrição	Gastrectomia vertical (gastrectomia em manga, gastrectomia longitudinal, gastrectomia Sleeve) é um procedimento restritivo que consiste na ressecção da grande curvatura do estômago, iniciando a partir de 4 a 6 cm do piloro até o ângulo esofagogástrico, deixando o reservatório novo com formato tubular e alongado de volume entre 150 e 200 ml.
Complexidade:	AC- Alta Complexidade
Modalidade:	02-Hospitalar
Instrumento de Registro:	03-AIH (Proc. Principal)
Tipo de Financiamento:	04-Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC)
Valor Profissional SP:	R$ xxx
Valor Hospitalar SH:	R$ xxx
Total Hospitalar:	R$ xxx
Atributo Complementar:	001-Inclui valor da anestesia, 00 4-Admite permanência à maior-006-CNRAC, 017-Exige Informação da OPM
Sexo:	Ambos
Idade Mínima:	16 anos
Idade Máxima:	65 anos
Media Permanência:	4
Quantidade Máxima:	1
Pontos:	386
CBO:	2252-20 - Médico cirurgião do aparelho digestivo, 2252-25 - Médico cirurgião geral
CID:	E66.0, E66.2, E66.8, E66.9
Habilitação:	02.02- Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave 0203 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.
Especialidade do Leito:	96 - Leito Obesidade Grave
Serviço/Classificação	127 Serviço de Atenção à Obesidade Grave-001- Tratamento clínico, cirúrgico, reparador e acompanhamento ao paciente com obesidade grave

Procedimento: 04.07.01.017-3	GASTROPLASTIA COM DERIVAÇÃO INTESTINAL
Descrição	Alterar para: Procedimento com componente restritivo e disabsortivo, que consiste em grampeamento com transecção do estômago, criando uma pequena câmara gástrica, na qual pode-se colocar ou não anel de silicone e a seguir o trânsito gastro-interstinal é reconstituído em Y de Roux.
Valor Profissional SP:	Alterar para: R$ xxx
Valor Hospitalar SH:	Alterar para: R$ xxx
Total Hospitalar:	Alterar para: R$ xxx
Atributo Complementar:	Incluir: 017-Exige Informação da OPM
Idade Mínima:	Alterar para: 16 anos
Idade Máxima:	Alterar para: 65 anos
Media Permanência:	Alterar para: 4
CID:	Incluir: E66.9
Habilitação:	Incluir: 0203 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.
Especialidade do Leito:	Incluir: 96 - Leito Obesidade Grave

Procedimento: 07.02.05.004-0	CARGA PARA GRAMPEADOR LINEAR CORTANTE
Quantidade Máxima:	Alterar para: 03

Procedimento: 03.03.07.013-7	TRATAMENTO DE INTERCORRÊNCIA CLÍNICA PÓS - CIRURGIA BARIÁTRICA
Descrição	Consiste na internação do paciente com intercorrências clínicas nos primeiros 30 dias pós-cirurgia bariátrica. O valor deste procedimento não inclui diária de Unidade de Tratamento Intensivo.
Complexidade:	MC-Média Complexidade
Modalidade:	02-Hospitalar
Instrumento de Registro:	03-AIH principal
Tipo de Financiamento:	04-Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
Valor Profissional SP:	R$ xxx
Valor Hospitalar SH:	R$ xxx
Total Hospitalar:	R$ xxx
Atributo Complementar:	004-Admite permanência à maior
Sexo:	Ambos
Idade Mínima:	16 anos
Idade Máxima:	68 Anos
Media Permanência:	3
Quantidade Máxima:	1
CBO:	225120, 225125, 225133, 225155, 225220, 225225, 223151, 223122
CID:	K81.1, K81.9, K85, A49.0, A49.9, E10, E10.0, E10.1, E11, E11.0, E11.1, I26, I74, I82.8, I82.9, J15.8, J15.9, K805, L02.2, L02.8, L08.9, M54.5, N30.0, N39.0 , R074, T80.0, T80.1, T80.2,T81.0, T81.4
Habilitação:	02.02 - Unidade de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave 02.03 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.
Especialidade do Leito:	96- Leito Obesidade Grave
Serviço/Classificação	127- Serviço de Atenção à Obesidade Grave - 001 Tratamento clínico, cirúrgico, reparador e acompanhamento ao paciente com obesidade grave

Procedimento: 04.07.01.037-8	TRATAMENTO DE INTERCORRÊNCIA CIRÚRGICA PÓS -CIRURGIA BARIÁTRICA
Descrição	Consiste na internação do paciente com intercorrências cirúrgicas nos primeiros 30 dias pós-cirurgia bariátrica. Não inclui as diárias de Unidade de Tratamento Intensivo.
Complexidade:	AC-Alta Complexidade
Modalidade:	02-Hospitalar
Instrumento de Registro:	03-AIH principal.
Tipo de Financiamento:	04-Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC)
Valor Profissional SP:	R$ xxx
Valor Hospitalar SH:	R$ xxx
Total Hospitalar:	R$ xxx
Atributo Complementar:	Admite permanência à maior, CNRAC
Sexo:	Ambos
Idade Mínima:	16 anos
Idade Máxima:	68 anos
Media Permanência:	5
Quantidade Máxima:	1
Pontos:	200
CBO:	2252-20 - Médico cirurgião do aparelho digestivo, 2252-25 - Médico cirurgião geral
CID:	R10, R19.0, R19.3, R85, R85.0, K46.9,T81.3, K91.3, K31.0, K25.9, K26.9, K55.9, K56, K56.1, K56.2,K56.3, K56.4, K56.5, K56.6, K65 K65.0, K93.8, K80.0, K80.8.
Habilitação:	0202 - Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave
Especialidade do Leito:	01 - Cirúrgico - obesidade grave
Serviço/Classificação	127 Serviço de Atenção à Obesidade Grave - 001- Tratamento clínico, cirúrgico, reparador e acompanhamento ao paciente

Procedimento: 03.01.12.006-4	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE PRÉ-OPERATÓRIO POR EQUIPE INTERDISCIPLINAR
Descrição	Consiste na realização de avaliações para o tratamento cirúrgico da obesidade pelo pneumologista, cardiologista e psiquiatra no período pré-operatório.
Complexidade:	AC-Alta Complexidade
Modalidade:	02-Hopitalar
Instrumento de Registro:	02-Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I)
Tipo de Financiamento:	04-Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
Valor Profissional SP:	00
Valor Ambulatorial:	R$ xxx
Total Ambulatorial:	R$ xxx
Sexo:	Ambos
Idade Mínima:	16
Idade Máxima:	65
Quantidade Máxima:	01
CBO:	225133 - Médico psiquiatra, 225120 Médico cardiologista, 225127 Médico pneumologista.
CID:	E66.0, E66.2, E66.8, E66.9
Habilitação:	02.02 - Unidade de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave 02.03 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.
Serviço/Classificação	127-001- Tratamento clínico, cirúrgico, reparador e acompanhamento ao paciente Serviço de Atenção à Obesidade Grave.

Procedimento: 03.01.12.005-6	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE PÓS-BARIÁTRICA
Descrição:	Consiste na realização de acompanhamento multidisciplinar após o tratamento cirúrgico da obesidade.
Complexidade:	Alta Complexidade
Modalidade:	Ambulatorial
Instrumento de Registro:	APAC (Proc. Principal)
Tipo de Financiamento:	Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
Valor Profissional SP:	00
Valor Ambulatorial:	R$ xxx
Total Ambulatorial:	R$ xxx
Atributo Complementar:	CNRAC/ Admite APAC de Continuidade/ Exige registro na APAC de dados complementares
Sexo:	Ambos
Idade Mínima:	16
Idade Máxima:	110
Quantidade Máxima:	01
CBO:	223710; 225120; 225125; 225133; 225155; 225220; 225225; 225235; 251510; 251605
CID:	E66.0, E66.2, E66.8, E66.9
Habilitação:	0202 - Unidade de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave Incluir: 02.03 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.
Serviço/Classificação	127-001- Tratamento clínico, cirúrgico, reparador e acompanhamento ao paciente Serviço de Atenção à Obesidade Grave.

Procedimento: 04.13.04.005-4	ALTERAR PARA: DERMOLIPECTOMIA ABDOMINAL PÓS-BARIÁTRICA
CID:	INCLUIR: E66.0, E66.2,E66.9
Habilitação:	INCLUIR: 02.03 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave com adesão a linha de cuidado do paciente com excesso de peso e/ou obesidade
Especialidade do Leito:	INCLUIR: 96 - LEITO OBESIDADE GRAVE

Procedimento: 04.13.04.026-7	DERMOLIPECTOMIA ABDOMINAL CIRCUNFERENCIAL PÓS-BARIÁTRICA
Descrição	Cirurgia plástica reconstrutiva do abdome e da região posterior do tronco, realizados em um único ato cirúrgico para correção dos excessos de pele pós grandes perdas ponderais decorrente de cirurgias bariátricas.
Complexidade:	AC - Alta Complexidade
Modalidade:	02-Hospitalar
Instrumento de Registro:	03-AIH (Proc. Principal)
Tipo de Financiamento:	04-Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
Valor Profissional SP:	R$ xxx
Valor Hospitalar SH:	R$ xxx
Total Hospitalar:	R$ xxx
Atributo Complementar:	Inclui valor da anestesia/Admite permanência à maior/CNRAC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sexo:	Ambos
Idade Mínima:	18 anos
Idade Máxima:	68 Anos
Media Permanência:	2
Quantidade Máxima:	1
Pontos:	250
CBO:	225235
CID:	E66.0, E66.2, E66.8, E66.9
Habilitação:	02.02 - Unidade de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave
Especialidade do Leito:	01 - Cirúrgico
Serviço/Classificação	127-001- Tratamento clínico, cirúrgico, reparador e acompanhamento ao paciente Serviço de Atenção à Obesidade Grave.

Procedimento: 04.13.04.007-0	Alterar para: DERMOLIPECTOMIA CRURAL PÓS-BARIÁTRICA
CID:	Incluir: E66.0, E66.2, E66.9
Habilitação:	INCLUIR: 02.03 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.

Procedimento: 04.13.04.006-2	Alterar para: DERMOLIPECTOMIA BRAQUIAL PÓS-BARIÁTRICA
CID:	Incluir: E66.0, E66.2, E66.9
Habilitação:	INCLUIR: 02.03 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.

Procedimento: 04.13.04.008-9	Alterar para: MAMOPLASTIA PÓS-BARIÁTRICA
CID:	E66.0, E66.2, E66.9
Habilitação:	Incluir: 02.03 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.

Procedimento: 04.15.02.001-8	ALTERAR PARA: PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS DE CIRURGIA PLÁSTICA REPARADORA PÓS-BARIÁTRICA
CID:	Incluir: E66.0, E66.2, , E66.9
Habilitação:	Incluir: 02.03 - Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave.

REFERÊNCIAS

SANTRY, H.; GILLEN, D.; LAUDERDALE D. Trends in Bariatric Surgical Procedures. American Medical Association. v. 294, n.15. Out. 2005.

NGUYEN, N. et al. The Relationship Between Hospital Volume and Outcome in Bariatric Surgery at Academic Medical Centers. Annals of Surgery. v. 240, n. 4, Out. 2004.

LIVINGSTON, E. Procedure incidence and in-hospital complication rates of bariatric surgery in the United States. The American Journal of Surgery. v. 188, p. 105-110, 2004.

KELLES S.M.B.; BARRETO S.M.; GUERRA H.L. Custos e utilização de serviços de saúde antes e após a cirurgia bariátrica por laparotomia. Jornal de Medicina de São Paulo. v. 129 (5), p. 291-9, 2011.

PORIES W.J. Bariatric Surgery: Risks and Rewards. Journal Clinical Endocrinal Metabolism. v. 93(11) p. S89-S96. Nov. 2008.

Lee, T.J.; Martin II, R. C.G. Readmission Rates after Abdominal Surgery: Can They Be Decreased to a Minimum? Advances in Surgery. v. 46, p.155-170. 2012.

LIM, R.B.; BLACKBURN, G.L.; JONES, D.B. Benchmarking best practices in weight loss surgery. Current Problem Surgery. v. 47(2), p. 79-174, Fev. 2010.

UPDATED POSITION STATEMENT ON SLEEVE GASTRECTOMY AS A BARIATRIC PROCEDURE. Clinical Issues Committee of the American Society for Metabolic and Bariatric Surgery. v. 6, n. 1, p. 1-5, Fev. 2010.

DAVISON, S. P. D.; CLEMENS, M. W.; CHANG, S. Modified Circumferential Torsoplasty for the Massive-Weight-Loss Patient. Annals of Plastic Surgery. v. 59, nº 4. Outubro 2007.

RIEGER, U. M. R.; et al. Treatment algorithm for abdomino-torso body contouring in massive weight-loss patients in the presence of scars e a comprehensive review. Journal of Plastic, Reconstructive & Aesthetic Surgery. v. 64, p. 563-572. 2011.

MECHANICK, J. et al. Medical Guidelines for Clinical practice for the perioperative nutritional, metabolic, and nonsurgical support of the bariatric surgery patient, Endocrino Practice. American Association of Clinical Endocrinologists, the obesity society, and American Society for Metabolic & Bariatric Surgery. v. 14 (1), 2008.

YERMILOV, I., et al. Appropriateness Criteria for Bariatric Surgery: Beyond the NIH Guidelines. Obesity Journal. v. 17, n. 8, Ago. 2009.

CARCIERI, D.; BUCHWALD, H.; STILL, C. Management of morbid obesity: Supplement to OBG Management. Dowden health media. Montvale: NJ. Abr. 2007.

RUNKEL, N. et al. Bariatric Surgery: Clinical Practice Guideline. Deutsches Ärzteblatt International. v. 108, n.20, p. 341-6, 2011.

SEGALA, A.; FANDIÑOB, J. Indicações e contra-indicações para realização das operações bariátricas. Revista Brasileira de Psiquiatria. v. 24(3), 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. Diretrizes brasileiras de obesidade 2009/2010, 3.ed. Itapevi, São Paulo: AC Farmacêutica, 2009.

NATIONAL INSTITUTE FOR HEALTH - CONSENSUS CONFERENCE STATEMENT. Gastrointestinal surgery for severe obesity: Development Conference treatment. American Journal of Clinical Nutrition. v. 55, n. 61, p. 55-95, 1992.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM Nº 1.942/2010 que estabelece normas seguras para o tratamento cirúrgico da obesidade mórbida, definindo indicações, procedimentos e equipe. Brasília, 2010.

NONINO-BORGES, C.B; BORGES, R.M; DOS SANTOS, J.E. Tratamento clínico da obesidade. Medicina. Ribeirão Preto, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 246-252, 2006.

PROTOCOL FOR THE NUTRITIONAL MANAGEMENT OF OBESITY, DIABETES AND HYPERTENSION IN THE CARIBBEAN. PAHO/WHO - Office of Caribbean Program Coordination, Barbados, 2004.

JAKOBSEN, S. J. Morbidly Obese Patients - Who Undergoes Bariatric Surgery? Obesity Surgery. v. 20, p. 1142-1148, 2010.

WADDEN, T. A. A Two-Year Randomized Trial of Obesity Treatment in Primary Care Practice. The new English and Journal of Medicine. v. 365, n. 21, Nov. 2011.

ROBERT, A. C. Stepped-care in obesity treatment: Matching treatment intensity to participant performance. Eating Behaviors. v. 13, p. 112-118, 2012.

LIVHITS, M. Is social support associated with greater weight loss after bariatric surgery?: A systematic review. International Association for the Study of Obesity. v.12, p. 142-148, 2010.

CONSULTA PÚBLICA Nº 13, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, torna pública, nos termos do artigo 34, inciso II, e artigo 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, minuta de portaria que estabelece as diretrizes para organização do cuidado das pessoas com Diabetes Mellitus tipo 1 e tipo 2 como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

O texto em apreço encontra-se disponível, também, no seguinte endereço eletrônico: http://www.saude.gov.br/sas.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Eventuais sugestões poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde até 20 (vinte) dias a contar desta publicação, exclusivamente, para o endereço eletrônico: lc.cronicas@saude.gov.br, especificando o número desta Consulta Pública e o nome do anexo no título da mensagem.

As contribuições deverão ser fundamentadas, inclusive com material científico que dê suporte às proposições. Deve ocorrer, quando possível, o envio da documentação de referência científica e, quando não for possível, o envio do endereço eletrônico da citada referência científica para verificação na internet.

O Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, coordenará a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada da Portaria que estabelece as diretrizes para organização do cuidado das pessoas com Diabetes Mellitus tipo 1 e tipo 2 para que, findo o prazo estabelecido, seja aprovada e publicada, passando a vigorar em todo o território nacional.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

PORTARIA Nº

Estabelece as diretrizes para organização do cuidado das pessoas com Diabetes Mellitus tipo 1 e tipo 2 como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Artigo nº 87 da Constituição, e

Considerando a Constituição Federal em seus Artigos nº 196 a 200, as Leis Orgânicas da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

Considerando a Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos;

Considerando as disposições contidas no Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando a Portaria nº 2.528/GM/MS, de 19 de outubro de 2006, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa;

Considerando a Portaria nº 2.583/GM/MS,, de 10 de outubro de 2007, que define elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo SUS, nos termos da Lei nº 11.347, de 2006, aos usuários portadores de diabetes mellitus;

Considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS,, de 28 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS,, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS,, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS,, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, cria e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria nº 971/GM/MS,, de 15 de maio de 2012, que dispõe sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil;

Considerando a Portaria nº 23/SVS/MS, de 09 de agosto de 2012, que estabelece o repasse de recursos financeiros do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, aos estados, Distrito Federal e capitais e municípios com mais de um milhão de habitantes, para implantação, implementação e fortalecimento das ações específicas de vigilância e prevenção para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil;

Considerando o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022;

Considerando os referenciais dos Cadernos de Atenção Básica para fortalecimento da promoção à saúde e da prevenção de doenças crônicas e qualificação do cuidado aos usuários com diabetes mellitus, no âmbito da Atenção Básica;

Considerando a prevalência de 5,6% de Diabetes Mellitus em adultos brasileiros com mais de 18 anos, sendo que, na faixa etária de 65 anos de idade ou mais, alcança 21,6%, de acordo com os dados de 2011 do Sistema de Vigilância de fatores de risco e proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - Vigitel; e

Considerando o Diabetes Mellitus como uma doença crônica que representa uma das principais causas de morbimortalidade no Brasil e que suas complicações têm considerável impacto na qualidade de vida da população e nos custos diretos do SUS, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para organização do cuidado das pessoas com Diabetes Mellitus tipo 1 e tipo 2 como linha prioritária da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

Art. 2º A finalidade desta Linha de Cuidado é fortalecer e qualificar a atenção ao usuário com Diabetes Mellitus, por meio da integralidade e da longitudinalidade do cuidado, em todos os pontos de atenção.

Art. 3º Constituem-se diretrizes para a organização da Linha de Cuidado de pessoas com Diabetes Mellitus (DM):

I. Organização no âmbito de uma Região de Saúde, ou de várias delas, de acordo com pactuação nas Comissões Intergestores Regionais (CIR) e o Colegiado de gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF);

II. Organização da oferta integral de cuidados na Rede de Atenção a Saúde (RAS) por meio da definição de competências de cada ponto de atenção, do estabelecimento de mecanismos de comunicação entre eles, bem como da garantia dos recursos necessários ao seu funcionamento, segundo o planejamento de cada unidade federada e os princípios e diretrizes de universalidade, equidade, regionalização, hierarquização e integralidade da atenção à saúde;

III. Implementação de sistemas de informação que permitam o acompanhamento do cuidado, gestão de casos e regulação do acesso aos serviços de atenção especializada, assim como o monitoramento e a avaliação das ações e serviços;

IV. Garantia do acolhimento dos usuários com DM em todos os pontos de atenção, com posterior referenciamento para a atenção básica, a fim de que esta coordene o cuidado necessário;

V. Investigação e monitoramento dos principais fatores de risco para o desenvolvimento do DM tipo 2;

VI. Articulação de ações intersetoriais para promoção da saúde, de forma a apoiar os indivíduos, as famílias e a comunidade na adoção de modos de vida saudáveis;

VII. Garantia da oferta de apoio diagnóstico e terapêutico adequado para prevenção e tratamento das pessoas com DM;

VIII. Garantia de avaliação periódica das principais complicações e lesões de órgão alvo;

IX. Estabelecimento de estratégias para apoio ao autocuidado de maneira a garantir a autonomia do usuário e a corresponsabilização dos atores envolvidos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

X. Formação dos profissionais da saúde para a prevenção, diagnóstico e para o tratamento das pessoas com DM, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS;

XI. Definição de indicadores e metas, de acompanhamento e avaliação, para a linha de cuidado e para os pontos de atenção.

Art. 4º Para planejar o cuidado dos indivíduos com DM, todos os componentes da Rede deverão considerar o risco cardiovascular como critério de avaliação e estratificação e as diretrizes das demais linhas de cuidado das comorbidades associadas ao DM.

Art. 5º Ficam definidas as competências gerais dos pontos de atenção à saúde do SUS e dos demais componentes da Rede para prevenção e tratamento da pessoa com DM, nos seguintes termos:

I. Atenção Básica:

a. Realizar o rastreamento de DM tipo 2 na população alvo, conforme Anexo I desta portaria;

b. Realizar o diagnóstico de DM, de acordo com critérios definidos no Anexo I desta portaria;

c. Realizar ações de promoção à saúde e prevenção de DM, de forma intersetorial e com participação popular;

d. Prestar assistência terapêutica multiprofissional aos usuários com DM, de acordo com diretrizes clínicas estabelecidas localmente;

e. Realizar avaliação clínica inicial e solicitar a realização dos exames mínimos descritos no Anexo I dessa portaria, ou de exames definidos em diretrizes clínicas locais;

f. Programar a realização de consultas e de exames de acordo a avaliação do controle metabólico definida no Anexo I desta portaria, ou de acordo com diretrizes clínicas locais;

g. Disponibilizar o elenco mínimo de insumos necessários ao monitoramento da glicemia capilar dos usuários com DM;

h. Disponibilizar os medicamentos para o tratamento da DM de acordo com a Relação Nacional de Medicamentos (RENAME);

i. Prevenir, diagnosticar e tratar precocemente as complicações decorrentes do DM;

j. Avaliar a vulnerabilidade e a capacidade de autocuidado do indivíduo com DM;

k. Realizar atividades educativas e apoiar o auto cuidado, ampliando a autonomia do usuário;

l. Encaminhar os usuários com DM aos serviços de atenção especializada quando esgotadas as possibilidades terapêuticas na atenção básica, considerando a avaliação do controle metabólico, as complicações e o acometimento de órgãos alvo e / ou de acordo com diretrizes clínicas e pactuação locais;

m. Acionar o Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes, sempre que necessário e disponível localmente, para qualificar a atenção prestada e o eventual direcionamento da demanda aos demais componentes da Rede;

n. Realizar o primeiro atendimento de urgência e emergência e realizar encaminhamento/ transferência dos indivíduos com DM a outros pontos de atenção para outro nível de atenção, caso haja necessidade;

o. Coordenar o cuidado dos usuários com DM, mesmo quando são referenciados para outros pontos da rede de atenção à saúde.

II. Atenção Especializada Ambulatorial:

a. Prestar apoio matricial às equipes de Atenção Básica, presencialmente ou por meio dos núcleos do Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes;

b. Prestar assistência ambulatorial eletiva de média e alta complexidade, de forma multiprofissional, aos indivíduos com diagnóstico de DM, que se enquadram nos critérios de encaminhamento para esse nível de atenção, de acordo com diretrizes clínicas locais;

c. Orientar o usuário com relação ao retorno à Atenção Básica e/ou ao acompanhamento neste nível de atenção, se necessário;

d. Realizar a contrarreferência por escrito para a Atenção Básica, sempre que indicado, de acordo com as diretrizes clínicas locais;

e. Diagnosticar os casos de complicações decorrentes do DM, com ou sem indicação de procedimento cirúrgico, cujo tratamento dependa de recursos não disponíveis nesse nível de atenção, e encaminhar a demanda para o componente da Rede que apresentar capacidade resolutiva;

f. Realizar o primeiro atendimento de urgência e emergência e realizar encaminhamento/ transferência dos indivíduos com DM a outros pontos de atenção para outro nível de atenção, caso haja necessidade;

g. Manter comunicação com as equipes multiprofissionais dos demais pontos de atenção.

III. Atenção Especializada Hospitalar:

a. Prestar cuidado integral e multiprofissional às internações eletivas ou de urgência de indivíduos com DM, encaminhadas ou não de outro ponto de atenção, conforme diretrizes clínicas locais;

b. Orientar o retorno dos usuários à assistência na atenção básica e/ ou na atenção especializada ambulatorial, de acordo com diretrizes clínicas estabelecidas localmente;

c. Programar alta hospitalar com a participação da equipe multiprofissional, realizando orientações com foco no autocuidado;

d. Realizar avaliação e tratamento dos casos indicados pela Atenção Especializada Ambulatorial e Atenção Básica para procedimento cirúrgico para tratamento das complicações do DM;

e. Manter contato sistemático com as equipes multiprofissionais dos demais pontos de atenção.

IV. Atenção às Urgências e Emergências:

a. Prestar assistência e o primeiro cuidado às urgências e emergências, em ambiente adequado, até a transferência/ encaminhamento dos indivíduos com Diabetes Mellitus a outros pontos de atenção, quando necessário, com a implantação de acolhimento com avaliação de riscos e vulnerabilidades.

b. Manter comunicação com os demais pontos de atenção à saúde.

V. Sistemas de apoio diagnóstico e terapêutico:

a. Realizar exames complementares ao diagnóstico e tratamento das pessoas com DM, com solicitações provenientes de todos os pontos de atenção, de acordo com as diretrizes clínicas estabelecidas localmente;

b. Prestar assistência farmacêutica necessária ao tratamento clínico do DM, de acordo com as diretrizes clínicas estabelecidas localmente.

VI. Sistemas logísticos:

a. Implementar sistemas de informação que permitam o acompanhamento do cuidado, a gestão de casos e a regulação do acesso aos serviços de atenção especializada, assim como o monitoramento e a avaliação das ações e serviços;

b. Garantir sistema de transporte sanitário, por meio de pactuações nos Colegiados Intergestores Regionais (CIR) e no Colegiado de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF), que permita o fluxo adequado entre os pontos de atenção dos usuários com DM, tanto na urgência quanto nas ações eletivas.

VII. Regulação:

a. Garantir o acesso às ações e serviços de saúde de média e de alta complexidade, necessários ao cuidado integral dos usuários com DM, por meio das Centrais de Regulação ou de acordo com a pactuação local.

Art. 6º Caberá às Comissões Intergestores pactuar as responsabilidades dos entes federativos na Linha de Cuidado das pessoas com DM, de acordo com o seu porte demográfico e seu desenvolvimento econômico-financeiro, estabelecendo as responsabilidades individuais e as solidárias.

Art. 7º Os Colegiados Intergestores Regionais (CIR) e o Colegiado de gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF) deverão pactuar a linha de cuidado regional incluindo: a oferta de cuidado nos diferentes pontos de atenção para prevenção e tratamento das pessoas com DM, bem como a regulação do acesso às ações e serviços de atenção especializada ambulatorial e hospitalar, de apoio diagnóstico e terapêutico, a partir do estabelecido nesta portaria, da estratificação de risco da população adstrita e das diretrizes clínicas estabelecidas localmente.

Art. 8º O Ministério da Saúde deverá publicar documentos de apoio para a organização local de linhas de cuidado e para a elaboração de diretrizes clínicas regionais.

Art. 9º Os Municípios que pactuarem esta Linha de Cuidado deverão elaborar projeto de plano de ação regional, conforme roteiro disposto no Anexo II desta Portaria.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

DIRETRIZES CLÍNICAS

1. Rastreamento de Diabetes Mellitus tipo 2:

O rastreamento de DM tipo 2 deve ser realizado em todos os adultos assintomáticos com pressão arterial sustentada maior que 135 x 80 mmHg, por meio do exame de glicemia de jejum de 8 horas.

2. Critérios para diagnóstico de Diabetes Mellitus:

I. Avaliação clínica - sintomas:

a. População em geral: poliúria, polidipsia e perda de peso inexplicada;

b. Lactente: dispnéia, vômitos, febre e quadros infecciosos em geral;

c. Criança maior de 3 anos: anorexia, enurese noturna secundária e moniliase.

II. Exames laboratoriais:

a. Glicemia de jejum ≥ 126 mg/dL, confirmada em mais uma ocasião, salvo na presença de manifestações clínicas inequívocas ou;

b Glicemia aleatória ≥200 mg/dL, dosada a qualquer hora do dia, na presença de manifestações clínicas compatíveis ou;

c. Glicemia ≥ 200 mg/dL pós-sobrecarga de 75 g de glicose oral ou;

d. Hemoglobina glicada ≥ 6,5%.

3. Elenco de exames necessários para o atendimento inicial e acompanhamento da pessoa com diagnóstico de DM, a periodicidade destes exames dependerão do acompanhamento individual de cada paciente, considerando sempre o risco cardiovascular, o controle metabólico, as metas de cuidado e as complicações existentes:

a. Colesterol total e HDL,
b. Triglicerídeos;
c. Creatinina sérica;
d. Urina Tipo I e, se necessário, Microalbuminúria
e. Glicemia;
f. Hemoglobina glicada;
g. Retinografia;
h Exames para avaliação cardiológica, conforme necessidade individual (ex.: ECG, Ecocardiograma).

4. Critérios para avaliação do controle metabólico e programação de consultas

Controle metabólico	Critério
Bom	Hemoglobina glicada < 7%
Regular	Hemoglobina glicada ≥ 7% e ≤ 9%
Ruim	Hemoglobina glicada > 9%

Controle Metabólico	Profissional de saúde			
	Consulta com Médico	Consulta com Enfermeiro	Atendimento do Auxiliar de Enfermagem	Consulta com Cirurgião-dentista
Bom	1x/ano	1x/ano	1x/ano	1x/ano
Regular	2x/ano	2x/ano	4x/ano	1x/ano
Ruim	3x/ano	3x/ano	6x/ano	1x/ano

A programação do cuidado (ex.: frequência de consultas e exames) não deve ser rígida e se limitar ao critério de controle metabólico. Deve considerar também os princípios da Atenção Básica, descritos na Política Nacional de Atenção Básica, e as necessidades individuais de cada pessoa.

ANEXO II

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PLANO DE AÇÃO REGIONAL DA LINHA DE CUIDADO DAS PESSOAS COM DIABETES MELLITUS

A operacionalização da implantação da Linha de Cuidado das pessoas com Diabetes Mellitus se dará pela execução de quatro fases:

I. Diagnóstico regional: análise da situação de saúde das pessoas com DM nos Municípios; mapeamento e avaliação da estrutura física e operacional dos serviços de saúde ofertados pelos Municípios, com dimensionamento da oferta assistencial dos componentes da Rede e identificação das necessidades. O relatório deverá ser apresentado à Comissão Intergestores Bipartite - CIB ou Colegiado de Gestão da Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal - CGSES/ DF e à Comissão Intergestores Regional - CIR;

II. Desenho Regional da Linha de Cuidado das pessoas com DM: construção local das ações de atenção à saúde para cada componente da Linha de Cuidado, com identificação das lacunas assistenciais, do aporte de recursos necessários e das responsabilidades dos Municípios e dos componentes da Linha de Cuidado;

III. Contratualização dos componentes da Rede pelos entes federados: elaboração de Plano de Ação Regional e pactuação entre os entes federados, observando a definição de suas responsabilidades e o Desenho Regional da Linha de Cuidado das pessoas com DM, com posterior aprovação pela CIB;

IV. Qualificação dos componentes da Rede: avaliação do cumprimento de metas especificadas no Plano de Ação Regional, que deverão ser definidas para cada componente da Rede.

O projeto de Plano de Ação Regional deve, obrigatoriamente, apresentar as seguintes informações:

1. Dados do Município-sede da Linha de Cuidado:

CNPJ da Prefeitura;

Código do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

Contato da Prefeitura (email e telefone);

Nome do dirigente (Prefeito ou Secretário Municipal de Saúde);

Cargo ou função;

Contato do Dirigente (email e telefone).

2. Descrição dos componentes da Linha de Cuidado das pessoas com DM:

2.1 Municípios que vão compor a Linha de Cuidado (listar);

2.2 Componentes da Rede que vão compor a Linha e suas especificidades:

a) Atenção Básica:

Para cada Município, especificar:

Nº de Unidades Básicas de Saúde - UBS adstritas à Linha de Cuidado;

Nº do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - CNES e população do território da UBS(s), destacando quais têm equipes de Atenção Básica que fazem parte do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ);

Nº de Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF com o CNES;

Nº de Academias da Saúde com o CNES;

Descrever a(s) responsabilidade(s) da Atenção Básica.

B) Atenção Especializada (especificar apenas os serviços que serão envolvidos nesta Linha de Cuidado):

Serviços: tipo, número e CNES, (ex para tipo: policlínica/ ambulatório/ centro de especialidade; hospital geral; hospital especializado, pronto atendimento; pronto socorro geral; pronto socorro especializado);

Profissionais destes serviços que vão se dedicar à Linha de Cuidado: categoria profissional, número e carga horária;

Especificar se realiza procedimento cirúrgico;

Se não realiza procedimento cirúrgico, especificar, por CNES, para qual serviço de referência realiza os encaminhamentos;

Descrever as responsabilidade(s) da Atenção Especializada (ambulatorial e hospitalar) e informar a população que cada ponto de atenção especializado está responsável (Informação obrigatória).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.3 Serviços de apoio diagnóstico e terapêutico (especificar apenas os serviços que serão envolvidos):

Exames laboratoriais disponíveis para cada ponto de atenção;

Exames de imagem disponíveis para cada ponto de atenção;

Medicamentos disponíveis.

2.4 Regulação:

Descrever as ações e serviços de regulação e, se houver Central de Regulação, indicar o CNES.

3. Metas e indicadores que serão utilizados para monitoramento e avaliação da Linha de Cuidado: os Municípios deverão identificar, para cada componente da Rede, indicadores para avaliação do cuidado do usuário com DM. Para cada indicador, deverão ser estabelecidas metas que serão pactuadas regionalmente;

3.1. Prevalência de DM no município: Usuários com DM cadastrados/ População adulta (> 18 anos) no município x 100

As metas para este indicador devem sem pactuadas a partir das prevalências de inquéritos nacionais atualizados.

Fonte: Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB (numerador) e IBGE (denominador)

3.2. Prevalência de DM na equipe: Usuários com DM cadastrados/ População adulta (≥18 anos) cadastrada x 100

As metas para este indicador devem sem pactuadas a partir das prevalências de inquéritos atualizados.

Fonte: SIAB

3.3. Proporção de usuários com DM em acompanhamento ambulatorial: Usuários com DM, com, pelo menos, uma consulta médica e uma de enfermagem em um ano/ Usuários com DM cadastrados em determinado local x 100

Fonte: Mapa de atendimento - sistema em desenvolvimento (numerador) e SIAB (denominador)

3.4. Proporção de usuários com DM com Hemoglobina glicada (Hb glicada) avaliada: Usuários com DM com Hb glicada avaliada em determinado período/ Usuários com DM cadastrados x 100 O parâmetro que se considera ideal para este indicador é o resultado de 100%.

Fonte: Mapa de atendimento da Atenção Básica (sistema em desenvolvimento)

3.5. Proporção de usuários com DM com avaliação do pé diabético: Usuários com DM com avaliação do pé diabético em determinado período/ Usuários com DM cadastrados x 100

Fonte: Mapa de procedimento da Atenção Básica - sistema em desenvolvimento (numerador) e SIAB (denominador)

3.6. Proporção de usuários com DM com retinografia avaliada: Usuários com DM com retinografia avaliada em determinado período/ Usuários com DM cadastrados x 100

Fonte: Mapa de atendimento da Atenção Básica - sistema em desenvolvimento (numerador) e SIAB (denominador)

3.7. Número médio de consultas para usuários com DM: Total de consultas médica e de enfermagem para usuários com DM, segundo controle metabólico, em determinado período/ Número de usuários com DM em acompanhamento ambulatorial, segundo controle metabólico

Observação: O indicador 3.7 poderá ser calculado utilizando o controle metabólico (bom, regular ou ruim) como critério de programação da freqüência de realização de consultas ou outro critério definido em diretrizes clínicas locais.

Fonte: Prontuário eletrônico (sistema em desenvolvimento)

3.8. Proporção de usuários com DM participantes de atividade coletiva ou atendimento em grupo: Usuários com DM que participaram de atividade coletiva ou atendimento em grupo em determinado período/ Usuários com DM cadastrados x 100

Fonte: Mapa de atividade coletiva - sistema em desenvolvimento (numerador) e SIAB (denominador)

3.9. Taxa de internações por DM na população adulta: Número de internações por DM na população com idade entre 18 e 59 anos, em determinado local e período/ População com idade entre 18 e 59 anos e mais, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIH - procedimento: 03.03.03.003-8 (numerador) e IBGE (denominador)

3.10. Tempo médio de internação por DM: Número de dias de internação por DM / Total de internações por DM

Fonte de dados: SIH

3.11. Taxa de amputação por DM: Número de amputações por DM na população de 18 anos e mais, em determinado local e período/ População com 18 anos e mais, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIH (numerador) e IBGE (denominador)

3.12. Taxa de mortalidade por DM e suas complicações na população adulta: Número de óbitos por DM e suas complicações na população com idade entre 18 e 59 anos, em determinado local e período/ População com idade entre 18 e 59 anos e mais, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIM (numerador) e IBGE (denominador)

4. Indicar o local de publicação das diretrizes clínicas desta Linha de Cuidado (ex.: site);

5. Descrever a organização da educação permanente relacionada a esta Linha de Cuidado;

6. Dados do contato:

Nome;

CPF;

Cargo ou função;

Email do contato;

Telefone do contato.

Anexar Ata de reunião da CIB em que o Plano de Ação Regional da Linha de Cuidado das pessoas com DM foi pactuado.

REFERÊNCIAS

American Diabetes Association. Standards of medical care in diabetes-2012. Diabetes Care. 2012; 35 (Suppl 1).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Vigitel Brasil 2011: Vigilância de fatores de risco e proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Primária nº 29 - Rastreamento. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Básica nº 16 - Diabetes Mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Redes Assistenciais. Coordenadoria da Rede de Hipertensão e Diabetes. Programa Hiperdia Minas. Estratificação de Risco. Data de acesso: 10 set 2012. Disponível em: http://www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude/hiperdia-mineiro-1/Estratificacao%20de%20risco.pdf

CONSULTA PÚBLICA Nº 14, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde torna pública, nos termos do artigo 34, inciso II, e artigo 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, minuta de portaria que atualiza as diretrizes para organização da prevenção e do tratamento do excesso de peso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

O texto em apreço encontra-se disponível, também, no seguinte endereço eletrônico: http://www.saude.gov.br/sas.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Eventuais sugestões poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde até 20 (vinte) dias a contar desta publicação, exclusivamente, para o endereço eletrônico: lc.cronicas@saude.gov.br, especificando o número desta Consulta Pública e o nome do anexo no título da mensagem.

As contribuições deverão ser fundamentadas, inclusive com material científico que dê suporte às proposições. Deve ocorrer, quando possível, o envio da documentação de referência científica e, quando não for possível, o envio do endereço eletrônico da citada referência científica para verificação na internet.

O Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, coordenará a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada da Portaria que atualiza as diretrizes para organização da prevenção e do tratamento do excesso de peso e obesidade para que, findo o prazo estabelecido, seja aprovada e publicada, passando a vigorar em todo o território nacional.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

PORTARIA Nº

Atualiza as diretrizes para organização da prevenção e do tratamento do excesso de peso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e dá outras providencias.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Artigo nº 87 da Constituição Federal; e

Considerando a Constituição Federal em seus Artigos nº 196 a 200, as Leis Orgânicas da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

Considerando as disposições contidas no Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 2.715/GM/MS, de 17 de novembro de 2011, que atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição;

Considerando a Portaria nº 23/SVS/MS, de 09 de agosto de 2012, que estabelece o repasse de recursos financeiros do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, aos estados, Distrito Federal e capitais e municípios com mais de um milhão de habitantes, para implantação, implementação e fortalecimento das ações específicas de vigilância e prevenção para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil;

Considerando a Resolução CAISAN nº1, de 30 de abril de 2012, que institui o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN 2012/2015;

Considerando o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022;

Considerando a obesidade como uma doença crônica, como um fator de risco para outras doenças crônicas e uma manifestação de Insegurança Alimentar e Nutricional que acomete a população brasileira de forma crescente em todas as fases do curso da vida, resolve:

Art. 1º Ficam atualizadas as diretrizes para organização da prevenção e do tratamento do excesso de peso e obesidade como linha de cuidado prioritária na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

Art. 2º A organização das ações e serviços de prevenção e tratamento do excesso de peso e obesidade no Sistema Único de Saúde (SUS) deve ocorrer a partir das seguintes diretrizes:

I - Diagnóstico da população assistida no SUS de modo a identificar os indivíduos com excesso de peso e obesidade a partir da classificação de seu estado nutricional de acordo com a fase do curso da vida (crianças, adolescentes, adultos, gestantes e idosos);

II - Estratificação de risco da população de acordo com a classificação do seu estado nutricional,avaliação do risco cardiovascular e a presença de outros fatores de risco e comorbidades;

III - Organização da oferta integral de cuidados na Rede de Atenção a Saúde (RAS) através da definição de competências de cada ponto de atenção, do estabelecimento de mecanismos de comunicação entre eles, bem como da garantia dos recursos necessários ao seu funcionamento, segundo o planejamento de cada unidade federada e os princípios e diretrizes de universalidade, equidade, regionalização, hierarquização e integralidade da atenção à saúde;

IV - Implementação de sistemas de informação que permitam o acompanhamento do cuidado, gestão de casos e regulação do acesso aos serviços de atenção especializada, assim como o monitoramento e a avaliação das ações e serviços;

V - Investigação e monitoramento dos principais determinantes do excesso de peso e obesidade;

VI - Articulação de ações intersetoriais para promoção da saúde de forma a apoiar os indivíduos, famílias e comunidades na adoção de modos de vida saudáveis que permitam a manutenção ou recuperação do peso saudável;

VII - Garantia de financiamento adequado para prevenção e tratamento do excesso de peso e obesidade na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas;

VIII - Promoção da qualificação dos profissionais da saúde para a prevenção e tratamento do excesso de peso e obesidade, em acordo com os princípios da integralidade e da humanização;

IX - Garantia da oferta de apoio diagnóstico e terapêutico adequado para tratamento do excesso de peso e da obesidade.

Art. 3° Para fins de definição das competências gerais dos pontos de atenção à saúde do SUS para prevenção e tratamento do excesso de peso e obesidade, nesta portaria, será utilizada a classificação do estado nutricional segundo Índice de Massa Corporal (IMC) para adultos. Para organização do cuidado aos indivíduos nas demais fases do curso da vida que apresentem excesso de peso e obesidade deverá ser observada a equivalência dos critérios de classificação por IMC e as especificidades do tratamento.

Art. 4º Os critérios de classificação para excesso de peso e obesidade nas diferentes fases do curso da vida devem seguir as referências do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). No caso de indivíduos adultos, considera-se com excesso de peso aqueles que apresentem IMC ≥ 25 kg/m² e com obesidade aqueles com IMC ≥ 30 kg/m².

Art. 5º As competências gerais dos pontos de atenção à saúde do SUS para prevenção e tratamento do excesso de peso e obesidade, nos seguintes termos:

I. Atenção Básica:

a. Realizar Vigilância Alimentar e Nutricional de sua população adstrita com vistas à estratificação de risco para coordenação do cuidado do excesso de peso e obesidade;

b. Realizar ações de promoção da saúde e prevenção do excesso de peso e obesidade de forma intersetorial e com participação popular;

c. Apoiar o autocuidado para manutenção e recuperação do peso saudável;

d. Prestar assistência terapêutica multiprofissional e interdisciplinar aos indivíduos adultos com excesso de peso e obesidade que apresentem IMC entre 25 e 40 Kg/m² de acordo com a estratificação de risco e as diretrizes clínicas estabelecidas;

e Coordenar o cuidado dos indivíduos adultos com IMC ≥ 30 Kg/m² com comorbidades e dos indivíduos com IMC ≥ 40 Kg/m² e, quando esgotadas as possibilidades terapêuticas na Atenção Básica, encaminhar para as centrais de regulação, de acordo com as necessidades de serviços da Atenção Ambulatorial Especializada;

f. Prestar assistência terapêutica multiprofissional e interdisciplinar aos usuários que realizaram procedimento cirúrgico para tratamento da obesidade após o período de acompanhamento pós-operatório realizado na Atenção Especializada Ambulatorial / Hospitalar;

g. Coordenar o cuidado dos portadores de excesso de peso e obesidade nos outros pontos de atenção à saúde.

II. Atenção Especializada Ambulatorial:

a. Prestar apoio matricial às equipes de Atenção Básica, presencialmente ou por meio do Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes;

b. Prestar assistência ambulatorial especializada multiprofissional e interdisciplinar aos indivíduos adultos com IMC ≥ 30 Kg/m² com comorbidades, e aos indivíduos com IMC ≥ 40 Kg/m², quando esgotadas as possibilidades terapêuticas na Atenção Básica, de acordo com as demandas encaminhadas pelas centrais de regulação;

c. Diagnosticar os casos com indicação para procedimento cirúrgico para tratamento da obesidade e encaminhar a demanda para as centrais de regulação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

d. Prestar assistência terapêutica multiprofissional e interdisciplinar pré-operatória aos usuários com indicação de realização de procedimento cirúrgico para tratamento da obesidade de acordo com o estabelecido nas diretrizes gerais desta portaria;

e. Prestar assistência terapêutica multiprofissional e interdisciplinar aos usuários que realizaram procedimento cirúrgico para tratamento da obesidade após o período de acompanhamento pós-operatório realizado na Atenção Especializada Hospitalar;

f. Ordenar o retorno dos usuários à assistência na Atenção Básica de acordo com as diretrizes clínicas estabelecidas localmente;

g. Manter comunicação com os demais pontos de atenção à saúde.

III. Atenção Especializada Hospitalar:

a. Realizar avaliação dos casos indicados pela Atenção Especializada Ambulatorial para procedimento cirúrgico para tratamento da obesidade de acordo com o estabelecido nas diretrizes gerais desta portaria;

b. Realizar tratamento cirúrgico da obesidade de acordo com o estabelecido nas diretrizes gerais desta portaria e normas de credenciamento e habilitação definidas pelo Ministério da Saúde em portaria específica;

c. Realizar cirurgia plástica reparadora para indivíduos submetidos ao tratamento cirúrgico da obesidade;

d. Garantir assistência terapêutica multiprofissional e interdisciplinar pós-operatória aos usuários que realizaram procedimento cirúrgico para tratamento da obesidade;

e. Organizar o retorno dos usuários que realizaram procedimento cirúrgico para tratamento da obesidade à assistência terapêutica multiprofissional e interdisciplinar na Atenção Especializada Ambulatorial e/ou na Atenção Básica de acordo com as diretrizes clínicas gerais estabelecidas no Anexo I desta portaria;

f. Organizar o acesso à cirurgia considerando e priorizando os indivíduos que apresentam outras comorbidades associadas à obesidade e/ou maior risco a saúde;

g. Manter comunicação com os demais pontos de atenção à saúde.

IV. Serviços de apoio diagnóstico e terapêutico:

a Realizar exames complementares ao diagnóstico e tratamento da obesidade de acordo com as diretrizes clínicas estabelecidas regionalmente;

b Prestar assistência farmacêutica necessária ao tratamento clínico da obesidade e pós-tratamento cirúrgico da obesidade, de acordo com as diretrizes clínicas estabelecidas regionalmente.

V. Atenção as Urgências e Emergências:

a. Prestar assistência e o primeiro cuidado às urgências e emergências, em ambiente adequado, até a transferência/encaminhamento dos indivíduos com excesso de peso ou obesidade a outros pontos de atenção, quando necessário, com a implantação de acolhimento com avaliação de riscos e vulnerabilidades.

b. Manter comunicação com os demais pontos de atenção à saúde.

Parágrafo único. O acesso às ações e serviços especializados referentes ao cuidado das pessoas com excesso de peso e/ou obesidade será definido pelas Centrais de Regulação, que atuarão de forma integrada, garantindo a transparência e equidade no acesso, independente da natureza jurídica dos estabelecimentos de saúde.

Art. 6º Os Colegiados Intergestores Regionais (CIR) e o Colegiado de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF) deverão pactuar a oferta de cuidado nos diferentes pontos de atenção para prevenção e tratamento do excesso de peso e obesidade, bem como a regulação do acesso aos serviços de atenção especializada ambulatorial e hospitalar, de apoio diagnóstico e terapêutico a partir do estabelecido nesta portaria, da estratificação de risco da população adstrita e das diretrizes clínicas estabelecidas regionalmente a fim de estabeleceram linhas de cuidado regionais para o tratamento do excesso de peso e obesidade, conforme o Anexo II desta portaria.

§ 1º As diretrizes clínicas regionais deverão ser pactuadas com base nas diretrizes clínicas gerais definidas no Anexo I desta Portaria.

§ 2º A pactuação de que trata o Artigo 6º é pré-requisito para habilitação de Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Obesidade Grave, conforme normas de credenciamento e habilitação definidas pelo Ministério da Saúde em portaria específica.

Art. 7º As pactuações nos CIR e no CGSES/DF devem prever a garantia de transporte sanitário para acesso aos serviços necessários ao cuidado integral dos usuários com obesidade.

Art. 8º Aos indivíduos submetidos ao tratamento cirúrgico da obesidade deverá ser garantido o acesso a suplementos polivitamínicos e minerais conforme diretrizes clínicas gerais quando realizadas técnicas cirúrgicas mistas e desabsortivas.

Art. 9º Aos indivíduos submetidos ao tratamento cirúrgico da obesidade deve ser garantida a realização de cirurgia plástica reparadora. Os critérios para realização deste procedimento cirúrgico constarão em portaria específica do Ministério da Saúde.

Art. 10 O Ministério da Saúde publicará documentos de apoio para a organização local de linhas de cuidado assim como para a construção de diretrizes clínicas regionais.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Ficam revogadas as Portarias nº 1.569/GM/MS, de 28 de junho de 2007 e nº 1.570/GM/MS, de 28 de junho de 2007.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

DIRETRIZES CLÍNICAS GERAIS PARA O TRATAMENTO CIRÚRGICO DA OBESIDADE

1. Indicações para cirurgia bariátrica:

I. Indivíduos que apresentem IMC ≥50 Kg/m²;

II. Indivíduos que apresentem IMC ≥40 Kg/m², com ou sem comorbidades, sem sucesso em tratamento clínico realizado na Atenção Básica e/ou na Atenção Ambulatorial Especializada durante dois anos;

III. Indivíduos com IMC > 35 kg/m² e afetado por comorbidades (doenças agravadas pela obesidade e que melhoram quando a mesma é tratada de forma eficaz) que ameacem a vida, tais como Diabetes Mellitus tipo 2, apneia do sono, Hipertensão Arterial Sistêmica de difícil controle, dislipidemia grave, doença coronariana, doenças articulares degenerativas, sem sucesso no tratamento clínico durante pelo menos dois anos.

Porém, os seguintes critérios devem ser observados:

a. Indivíduos que não responderam ao tratamento clínico (dieta, psicoterapia, atividade física, farmacoterapia) realizado durante pelo menos dois anos na Atenção Básica e/ou Atenção Ambulatorial Especializada;

b. Respeitar os limites da faixa etária de 16 a 65 anos, sendo que o tratamento cirúrgico não deve ser realizado antes da consolidação das epífises de crescimento nos jovens. Nos jovens entre 16 e 18 anos as cirurgias poderão ser realizadas mediante avaliação da idade óssea e avaliação criteriosa do risco-benefício, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar com participação de profissional especialista;

c. O indivíduo e seus responsáveis devem compreender todos os aspectos do tratamento e assumirem o compromisso com o seguimento pós-operatório, que deve ser mantido por tempo a ser determinado pela equipe;

d. Compromisso consciente do paciente em participar de todas as etapas da programação, com avaliação pré-operatória rigorosa (psicológica, nutricional, clínica, cardiológica, endocrinológica, pulmonar, gastro-enterológica, anestésica, laboratorial e por imagem).

2. Contra indicações para cirurgia bariátrica:

a. Presença de quadros psicóticos ou demências graves ou moderadas;

b. Uso de drogas ilícitas ou alcoolismo;

c. Pacientes com depressão grave e com história recente de tentativa de suicídio;

d. Quadros bulímicos que não estejam em acompanhamento;

e. Pacientes com doença cardiopulmonar grave e descompensada que influenciem a relação risco-benefício;

f. Pacientes com hipertensão portal, com varizes esofagogástricas; doenças imunológicas ou inflamatórias do trato digestivo superior que venham a predispor o indivíduo à sangramento digestivo ou outras condições de risco;

g. Portadores de doença endócrina (Síndrome de Cushing decorrente de hiperplasia na suprarrenal não tratada e tumores secretores).

3. Avaliação para tratamento cirúrgico para obesidade

A avaliação deve contemplar todos os critérios de indicação e contra indicação do tratamento cirúrgico da obesidade descritos nos itens 1 e 2 deste Anexo, devendo ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar na Atenção Especializada Hospitalar.

4. Assistência pré e pós-operatória no tratamento cirúrgico da obesidade

A assistência pré-operatória e pós-operatória deve ser realizada conforme as orientações definidas pelo Ministério da Saúde em manuais específicos. O acompanhamento pós-operatório deve ser realizado inicialmente pela equipe multiprofissional e interdisciplinar da Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave pelo período mínimo de 18 (dezoito) meses ou conforme diretrizes pactuadas regionalmente.

ANEXO II

ROTEIRO PARA O PROJETO DA LINHA DE CUIDADO DE EXCESSO DE PESO E OBESIDADE DA REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS

A operacionalização da implantação da Linha de Cuidado das pessoas com excesso de peso e obesidade se dará pela execução de quatro fases:

I.Diagnóstico regional: análise da situação de saúde das pessoas com excesso de peso e obesidade nos Municípios; mapeamento e avaliação da estrutura física e operacional dos serviços de saúde ofertados pelos Municípios, com dimensionamento da oferta assistencial dos componentes da Rede e identificação das necessidades. O relatório deverá ser apresentado à Comissão Intergestores Bipartite - CIB ou Colegiado de Gestão da Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal - CGSES/ DF e à Comissão Intergestores Regional - CIR;

II. Desenho Regional da Linha de Cuidado das pessoas com excesso de peso e obesidade: construção local das ações de atenção à saúde para cada componente da Linha de Cuidado, com identificação das lacunas assistenciais, do aporte de recursos necessários e das responsabilidades dos Municípios e dos componentes da Linha de Cuidado;

III. Contratualização dos componentes da Rede pelos entes federados: elaboração de Plano de Ação Regional e pactuação entre os entes federados, observando a definição de suas responsabilidades e o Desenho Regional da Linha de Cuidado das pessoas com excesso de peso e obesidade, com posterior aprovação pela CIB;

IV. Qualificação dos componentes da Rede: avaliação do cumprimento de metas especificadas no Plano de Ação Regional, que deverão ser definidas para cada componente da Rede.

O projeto de Plano de Ação Regional deve, obrigatoriamente, apresentar as seguintes informações:

1. Dados do Município-sede da linha de cuidado:

CNPJ da Prefeitura;

Código do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

Contato da Prefeitura (email e telefone);

Nome do dirigente (Prefeito ou Secretário Municipal de Saúde);

Cargo ou função;

Contato do Dirigente (email e telefone).

2. Descrição dos componentes da linha de cuidado à pessoa com excesso de peso e obesidade:

2.1 Municípios que vão compor a linha de cuidado (listar);

2.2 Pontos de Atenção a Saúde que vão compor a linha e suas especificidades:

a) Atenção Básica:

Para cada Município, especificar:

Nº de Unidades Básicas de Saúde - UBS adscritas à linha de cuidado;

Nº do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - CNES e população do território da UBS(s), destacando quais tem equipes de Atenção Básica que fazem parte do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ);

Nº de Núcleos de Apoio da Saúde da Família - NASF com o CNES;

Nº de Academias da Saúde com o CNES;

Descrever a(s) responsabilidade(s) da Atenção Básica.

B) Atenção Especializada (especificar apenas os serviços que serão envolvidos nesta linha de cuidado):

Serviços: tipo, número e CNES, (ex para tipo: policlínica/ ambulatório/ centro de especialidade; hospital geral; hospital especializado, pronto atendimento; pronto socorro geral; pronto socorro especializado);

Profissionais destes serviços que vão se dedicar à linha de cuidado: categoria profissional, número e carga horária;

Especificar se realiza procedimento cirúrgico;

Se não realiza procedimento cirúrgico, especificar, por CNES, para qual serviço de referência realiza os encaminhamentos;

Especificar se realiza cirurgia plástica reparadora;

Se não realiza cirurgia plástica reparadora, especificar, por CNES, para qual serviço de referência realiza os encaminhamentos;

Descrever as responsabilidade(s) da Atenção Especializada (ambulatorial e hospitalar) e informar a população que cada ponto de atenção especializado está responsável (Informação obrigatória).

2.3 Serviços de apoio diagnóstico e terapêutico (especificar apenas os serviços que serão envolvidos):

Exames laboratoriais disponíveis para cada ponto de atenção;

Medicamentos e suplementos disponíveis.

2.4 Organização da Regulação:

Descrever as ações e serviços de regulação e, se houver Central de Regulação, indicar o CNES.

3. Metas e indicadores que serão utilizados para monitoramento e avaliação da Linha de Cuidado: os Municípios deverão identificar, para cada componente da Rede, indicadores para avaliação do cuidado do usuário com excesso de peso e obesidade. Para cada indicador, deverão ser estabelecidas metas que serão pactuadas regionalmente;

3.1. Prevalência de excesso de peso por faixa etária no município: Usuários com excesso de peso por faixa etária cadastrados no município / População do município x 100

A estratificação das faixas etárias compreende: menores de 5 anos, de 5 a 9 anos, adolescentes (10 a 19 anos), adultos (20 a 59 anos), idosos (60 anos e mais). As metas para este indicador devem sem pactuadas a partir das prevalências de inquéritos atualizados.

Fonte: SISVAN (numerador) e censo do IBGE (denominador)

3.2. Prevalência de obesidade por faixa etária no município: Usuários com obesidade por faixa etária cadastrados no município / População do município x 100

A estratificação das faixas etárias compreende: menores de 5 anos, de 5 a 9 anos, adolescentes (10 a 19 anos), adultos (20 a 59 anos), idosos (60 anos e mais). As metas para este indicador devem sem pactuadas a partir das prevalências de inquéritos atualizados.

Fonte: SISVAN (numerador) e censo do IBGE (denominador)

3.3. Prevalência de excesso de peso em gestantes no município: Gestantes com excesso de peso cadastradas no município / Gestantes cadastradas x 100

Fonte: SISVAN (numerador) e Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB (denominador)

3.4. Prevalência de obesidade em gestantes no município: Gestantes com obesidade cadastradas no município / Gestantes cadastradas x 100

Fonte: SISVAN (numerador) e SIAB (denominador)

3.5. Prevalência de adultos com obesidade grau III: Usuários adultos com obesidade grau III cadastrados no município/ População de adultos do município x 100

Fonte: SISVAN (numerador) e censo do IBGE (denominador)

3.6. Prevalência de adultos com obesidade graus I e II com co-morbidade: Usuários adultos com obesidade graus I e II com co-morbidade cadastrados no município/ População de adultos do município x 100

Serão consideradas as co-morbidades Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus.

Fonte: Mapa de atendimento da Atenção Básica - sistema em desenvolvimento (numerador) e censo do IBGE (denominador)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.7. Proporção de usuários com obesidade em acompanhamento ambulatorial: Usuários com obesidade, com, pelo menos, uma consulta com profissional de saúde de nível superior em um ano / Usuários com obesidade cadastrados em determinado local x 100

Fonte: Mapa de atendimento da Atenção Básica - sistema em desenvolvimento (numerador) e SISVAN (denominador)

3.8. Proporção de usuários com obesidade participantes de atividade coletiva ou atendimento em grupo: Usuários com obesidade que participaram de atividade coletiva ou atendimento em grupo em um ano/ Usuários com obesidade cadastrados em determinado local x 100

Fonte: Mapa de atividade coletiva da Atenção Básica - sistema em desenvolvimento (numerador) e SISVAN (denominador)

3.9. Taxa de internações por cirurgia bariátrica na população entre 16 e 65 anos: Número de internações por cirurgia bariátrica na população com idade entre 16 e 65 anos, em determinado local e período/ População com idade entre 16 e 65 anos, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIH - procedimentos contemplados na tabela SIGTAP-SUS: 04.07.01.012-2 - gastrectomia com e sem desvio duodenal, 04.07.01.036-0 - gastrectomia vertical em manga (sleeve) e 04.07.01.017-3 - gastroplastia com derivação intestinal (numerador) e IBGE (denominador)

3.10. Tempo médio de internação por cirurgia bariátrica: Número de dias de internação por cirurgia bariátrica/ Total de internações por cirurgia bariátrica

Fonte de dados: SIH

3.11. Taxa de internações por intercorrência clínica pós-cirurgia bariátrica: Número de internações por intercorrência clínica pós-cirurgia bariátrica, em determinado local e período/ Nº de internações por cirurgia bariátrica, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIH - procedimento contemplados na tabela SIGTAP-SUS: 03.03.07.013-7- tratamento por intercorrência clínica pós-cirurgia bariátrica

3.12. Taxa de internações por intercorrência cirúrgica pós-cirurgia bariátrica: Número de internações por intercorrência cirúrgica pós-cirurgia bariátrica, em determinado local e período/ Nº de internações por cirurgia bariátrica, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIH - procedimento contemplados na tabela SIGTAP-SUS: 04.07.01.037-8 - tratamento por intercorrência cirúrgica pós-cirurgia bariátrica

4. Indicar o local de publicação das diretrizes clínicas desta linha de cuidado de excesso de peso e obesidade (ex.: site);

5. Descrever a organização da educação permanente relacionada a esta linha de cuidado;

6 Dados do contato:

Nome;

CPF;

Cargo ou função;

Email do contato;

Telefone do contato.

Anexar Ata de reunião da CIB em que a linha de cuidado do excesso de peso e da obesidade foi pactuada.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO). Diretrizes Brasileiras de Obesidade 2009/2010. ABESO: Associação Brasileira para o Estudo da obesidade e da Síndrome Metabólica. 3. ed. Itapevi: São Paulo: Ac farmacêutica, 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Básica nº 12 - Obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: SISVAN na assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.715 de 17 de novembro de 2011. Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Brasília - DF, 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Vigitel Brasil 2010: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 - Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Brasil, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 - Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

National Institute for Health and Clinical Excellence. NICE clinical guideline 43 - Obesity: guidance on the prevention, identification, assessment and management of overweight and obesity in adults and children. December 2006.

CONSULTA PÚBLICA Nº 15, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde torna pública, nos termos do artigo 34, inciso II, e artigo 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, minuta de portaria que dispõe sobre o uso da avaliação do risco cardiovascular no cuidado de adultos no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O texto em apreço encontra-se disponível, também, no seguinte endereço eletrônico: http://www.saude.gov.br/sas.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Eventuais sugestões poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde até 20 (vinte) dias a contar desta publicação, exclusivamente, para o endereço eletrônico: lc.cronicas@saude.gov.br, especificando o número desta Consulta Pública e o nome do anexo no título da mensagem.

As contribuições deverão ser fundamentadas, inclusive com material científico que dê suporte às proposições. Deve ocorrer, quando possível, o envio da documentação de referência científica e, quando não for possível, o envio do endereço eletrônico da citada referência científica para verificação na internet.

O Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, coordenará a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada da Portaria que dispõe sobre o uso da avaliação do risco cardiovascular no cuidado de adultos no âmbito do Sistema Único de Saúde para que, findo o prazo estabelecido, seja aprovada e publicada, passando a vigorar em todo o território nacional.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

PORTARIA Nº

Dispõe sobre o uso da avaliação do risco cardiovascular no cuidado de adultos no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Artigo nº 87 da Constituição Federal; e

Considerando a Constituição Federal em seus Artigos nº 196 a 200, as Leis Orgânicas da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria n° 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, cria e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria nº 23/SVS/MS, de 09 de agosto de 2012, que estabelece o repasse de recursos financeiros do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, aos estados, Distrito Federal e capitais e municípios com mais de um milhão de habitantes, para implantação, implementação e fortalecimento das ações específicas de vigilância e prevenção para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil;

Considerando o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022;

Considerando os referenciais dos Cadernos de Atenção Básica para fortalecimento da promoção à saúde e da prevenção de doenças cardiovasculares e qualificação do cuidado desses usuários no âmbito da Atenção Básica;

Considerando que as doenças cardiovasculares são responsáveis por cerca de 30% das causas de mortes no Brasil e constituem uma das principais causas de permanência hospitalar prolongada, onerando os custos diretos do Sistema Único de Saúde;

Considerando que a estimativa do risco cardiovascular possibilita sua estratificação em níveis para a oferta de cuidado qualificado, com melhor custo-efetividade dos tratamentos; e

Considerando que, no Brasil, não há registros de estudos científicos de validação de método para estimar o risco cardiovascular para a população brasileira, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o uso da avaliação do risco cardiovascular na atenção de adultos no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo único. O risco cardiovascular estima a probabilidade de ocorrência de um evento cardiovascular em 10 anos, por meio da análise de múltiplos fatores de risco.

Art. 2º Os usuários devem ser avaliados de forma integral e criteriosa, considerando a totalidade dos fatores de risco a que estão sujeitos e não apenas o potencial isolado de cada diagnóstico clínico ou laboratorial.

Parágrafo único. As linhas de cuidado da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas utilizarão a avaliação do risco cardiovascular, definida nesta portaria, para a avaliação integral e para o cuidado às pessoas com doenças ou fatores de risco associados a doenças cardiovasculares.

Art. 3º As linhas de cuidado relacionadas aos fatores de risco cardiovasculares, presentes na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, atuarão no conjunto dos fatores de risco para doenças cardiovasculares.

Art. 4º O risco cardiovascular será calculado a partir do Escore de Framingham para Doença Coronariana Aguda, conforme disposto no Anexo I desta portaria.

Art. 5º O risco cardiovascular será classificado como baixo, intermediário ou alto, com base na probabilidade de ocorrência de morte por doença coronariana ou infarto agudo do miocárdio não fatal em 10 anos, conforme Anexo I desta portaria.

Art. 6º É necessário garantir a oferta dos exames laboratoriais de dosagens de colesterol total e frações para o cálculo do escore de Framingham, conforme Anexo I desta portaria.

Art. 7º É responsabilidade da Atenção Básica realizar as seguintes ações:

I. Avaliar o risco cardiovascular na população adulta sob sua responsabilidade;

II. Realizar estratégias para a prevenção dos fatores de risco;

III. Ofertar o cuidado adequado dos usuários de acordo com o nível de risco identificado;

IV. Coordenar o cuidado dos usuários que necessitam de atenção em outros pontos de atenção da Rede.

Art. 8º Os demais pontos de atenção à saúde deverão também utilizar a avaliação do risco cardiovascular, definida nesta portaria, como critério para a organização de suas respectivas ações de cuidado.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

Para determinar o risco cardiovascular (RCV), deve-se realizar a anamnese e avaliar o usuário quanto aos fatores de risco abaixo.

Baixo risco / Intermediário	Alto Risco
Tabagismo Hipertensão Obesidade Sedentarismo Sexo masculino Idade > 65 anos História familiar História familiar de evento cardiovascular prematuro (homens < 55 anos e mulheres < 65 anos)	Acidente Vascular Cerebral (AVC) prévio Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) prévio Lesão periférica - Lesão de órgão alvo (LOA) Ataque Isquêmico Transitório (AIT) Hipertrofia de Ventrículo Esquerdo (HVE) Nefropatia Retinopatia Aneurisma de aorta abdominal Estenose de carótida sintomática Diabetes Mellitus

Se o usuário apresenta apenas um fator de risco baixo/ intermediário, não há necessidade de calcular o escore, pois ele é considerado como baixo risco CV.

Se o usuário apresentar ao menos um fator de risco alto CV, não há necessidade de calcular o escore, pois esse paciente é considerado como alto risco CV.

Se o usuário apresentar mais do que um fator de risco baixo/ intermediário, é necessário calcular o escore de Framingham.

As variáveis utilizadas para calcular o escore e suas respectivas pontuações estão no quadro abaixo.

HOMENS					
Idade 20-34 35-39 40-44 45-49 50-54 55-59 60-64 65-69 70-74 75-79			Pontos -9 -4 0 3 6 8 10 11 12 13		
Colesterol Total	Idade 20-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade 70-79
<160	0	0	0	0	0
160-199	4	3	2	1	0
200-239	7	5	3	1	0
240-279	9	6	4	2	1
≥280	11	8	5	3	1
Não fumante	Idade 20-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade 70-79
	0	0	0	0	0
Fumante	8	5	3	1	1

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

HDL	Pontos
> 60	-1
50-59	0
40-49	1
<40	2

PA sistólica	Pontos se não tratada	Pontos se tratada
<120	0	0
120-129	0	1
130-139	1	2
140-159	1	2
≥160	2	3

MULHERES					
Idade			Pontos		
20-34			-7		
35-39			-3		
40-44			0		
45-49			3		
50-54			6		
55-59			8		
60-64			10		
65-69			12		
70-74			14		
75-79			16		
Colesterol Total	Idade 20-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade 70-79
<160	0	0	0	0	0
160-199	4	3	2	1	1
200-239	8	6	4	2	1
240-279	11	8	5	3	2
≥280	13	10	7	4	2
Não fumante	Idade 20-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade 70-79
Fumante	0	0	0	0	0
	9	7	4	2	1
HDL			Pontos		
> 60			-1		
50-59			0		
40-49			1		
<40			2		

PA sistólica	Pontos se não tratada	Pontos se tratada
<120	0	0
120-129	1	3
130-139	2	4
140-159	3	5
≥160	4	6

O total de pontos obtidos irá definir a chance de morrer por doença coronariana ou sofrer um infarto agudo do miocárdio não-fatal nos próximos 10 anos.

HOMENS		MULHERES	
Total de pontos	Risco em 10 anos (%)	Total de pontos	Risco em 10 anos (%)
<0	<1	<9	<1
0	1	9	1
1	1	10	1
2	1	11	1
3	1	12	1
4	1	13	2
5	2	14	2
6	2	15	3
7	3	16	4
8	4	17	5
9	5	18	6
10	6	19	8
11	8	20	11
12	10	21	14
13	12	22	17
14	16	23	22
15	20	24	27
16	25	≥25	≥30
≥17	≥30		

Fatores importantes para o desenvolvimento de doença cardiovascular não estão contemplados no cálculo anterior, por isso devem ser ajustados da seguinte forma:

Se o usuário apresenta um parente de primeiro grau com doença arterial coronariana (DAC) prematura, multiplica-se a estimativa pelo fator correção 1.5. Se existe mais de um parente de primeiro grau com DAC prematura, multiplica-se a estimativa por 2;

Se o usuário tiver ascendência sul-asiática, multiplica-se a estimativa pelo fator de correção 1.4;

Se o usuário apresentar obesidade (IMC ≥ 30 kg/m² - especialmente aqueles com obesidade central - homens com circunferência abdominal ≥ 102 cm [asiáticos ≥ 92 cm] e mulheres com circunferência abdominal ≥ 88 cm), multiplica-se pelo fator de correção 1.3.

O percentual encontrado ao final desse cálculo definirá o grau de risco cardiovascular:

Baixo: < 10%;

Intermediário ou moderado: 10-20%;

Alto: >20%.

REFERÊNCIAS

Expert Panel on Detection, Evaluation, and Treatment of High Blood Cholesterol in Adults. Executive Summary of the Third Report of the National Cholesterol Education Program (NCEP) Expert Panel on Detection, Evaluation, and Treatment of High Blood Cholesterol in Adults (Adult Treatment Panel III). JAMA, 285 (19): 2486-97, 2001.

Sociedade Brasileira de Cardiologia/ Sociedade Brasileira de Hipertensão/ Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq. Bras. Cardiol., 95 (Suppl.1): 1-51, 2010.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Primária nº 29 - Rastreamento. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CONSULTA PÚBLICA Nº 16, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE, torna pública, nos termos do artigo 34, inciso II, e artigo 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, minuta de portaria que estabelece as diretrizes para a organização do cuidado das pessoas com Hipertensão Arterial Sistêmica como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

O texto em apreço encontra-se disponível, também, no seguinte endereço eletrônico: http://www.saude.gov.br/sas.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Eventuais sugestões poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde até 20 (vinte) dias a contar desta publicação, exclusivamente, para o endereço eletrônico: lc.cronicas@saude.gov.br, especificando o número desta Consulta Pública e o nome do anexo no título da mensagem.

As contribuições deverão ser fundamentadas, inclusive com material científico que dê suporte às proposições. Deve ocorrer, quando possível, o envio da documentação de referência científica e, quando não for possível, o envio do endereço eletrônico da citada referência científica para verificação na internet.

O Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, coordenará a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada da Portaria que estabelece as diretrizes para a organização do cuidado das pessoas com Hipertensão Arterial Sistêmica para que, findo o prazo estabelecido, seja aprovada e publicada, passando a vigorar em todo o território nacional.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

PORTARIA Nº

Estabelece as diretrizes para a organização do cuidado das pessoas com Hipertensão Arterial Sistêmica como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Artigo nº 87 da Constituição Federal; e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 2.528/GM/MS, de 19 de outubro de 2006, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa;

Considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS, de 28 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando a Portaria n° 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, cria e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria nº 971/GM/MS, de 15 de maio de 2012, que dispõe sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil;

Considerando a Portaria nº 23/SVS/MS, de 09 de agosto de 2012, que estabelece o repasse de recursos financeiros do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, aos estados, Distrito Federal e capitais e municípios com mais de um milhão de habitantes, para implantação, implementação e fortalecimento das ações específicas de vigilância e prevenção para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil;

Considerando o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022;

Considerando os referenciais dos Cadernos de Atenção Básica para fortalecimento da promoção à saúde e da prevenção de doenças crônicas e qualificação do cuidado aos usuários com Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), no âmbito da Atenção Básica;

Considerando a prevalência média de 22,7% de HAS em adultos brasileiros com mais de 18 anos, sendo que, na faixa etária de 65 anos de idade ou mais, alcança 29,8%, de acordo com os dados de 2011 do Sistema de Vigilância de fatores de risco e proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - Vigitel, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para a organização do cuidado das pessoas com Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

Art. 2º A finalidade da Linha de Cuidado é fortalecer e qualificar a atenção ao usuário com HAS, por meio da integralidade e da longitudinalidade do cuidado, em todos os pontos de atenção.

Art. 3º Constituem-se diretrizes para a organização da Linha de Cuidado das pessoas com HAS:

I. Organização no âmbito de uma Região de Saúde, ou de várias delas, de acordo com pactuação nas Comissões Intergestores Regionais (CIR) e o Colegiado de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF);

II. Organização da oferta integral de cuidados na Rede de Atenção à Saúde (RAS) por meio da definição de competências de cada ponto de atenção, do estabelecimento de mecanismos de comunicação entre eles, bem como da garantia dos recursos necessários ao seu funcionamento, segundo o planejamento de cada unidade federada e dos princípios e diretrizes de universalidade, equidade, regionalização, hierarquização e integralidade da atenção à saúde;

III. Implementação de sistemas de informação que permitam o acompanhamento do cuidado, gestão de casos e regulação do acesso aos serviços de atenção especializada, assim como o monitoramento e a avaliação das ações e serviços;

IV. Garantia do acolhimento aos usuários com HAS em todos os pontos de atenção, com posterior referenciamento para a atenção básica, a fim de que esta coordene o cuidado necessário, de acordo com o risco cardiovascular do usuário e conforme diretrizes clínicas locais;

V. Articulação de ações intersetoriais para a promoção da saúde, de forma a apoiar os indivíduos, as famílias e a comunidade na adoção de modos de vida saudáveis;

VI. Garantia de oferta de apoio diagnóstico e terapêutico adequado para a prevenção e tratamento das pessoas com HAS;

VII. Garantia de avaliação periódica das possíveis lesões de órgão-alvo;

VIII. Estabelecimento de estratégias para apoio ao autocuidado, de maneira a garantir a autonomia do usuário e a corresponsabilização dos atores envolvidos;

IX. Formação dos profissionais de saúde para prevenção, diagnóstico e tratamento das pessoas com HAS, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS;

X. Definição de indicadores e metas, de acompanhamento e avaliação, para a linha de cuidado e para os pontos de atenção.

Art. 4º Para planejar o cuidado dos indivíduos com HAS, todos os componentes da Rede deverão considerar o risco cardiovascular como critério de estratificação e as diretrizes das demais linhas de cuidado das comorbidades associadas à HAS.

Art. 5º Constituem-se competências dos componentes da Linha de Cuidado das pessoas com HAS:

I. Atenção Básica:

a. Realizar o rastreamento da HAS de acordo com diretrizes estabelecidas Anexo I, desta portaria;

b. Realizar o diagnóstico da HAS de acordo com Anexo I e/ou diretrizes clínicas locais;

c. Realizar ações de promoção da saúde e de prevenção da HAS de forma intersetorial e com participação popular;

d. Prestar assistência terapêutica e acompanhamento multiprofissional de acordo com diretrizes clínicas estabelecidas localmente;

e. Realizar avaliação clínica inicial e solicitar a realização dos exames mínimos descritos no Anexo I dessa portaria, ou dos exames definidos em diretrizes clínicas locais;

f. Programar a realização de consultas e de exames de acordo a avaliação do risco cardiovascular definida no Anexo I desta portaria, ou de acordo com diretrizes clínicas locais;

g. Disponibilizar os medicamentos para o tratamento da HAS de acordo com a Relação Nacional de Medicamentos (RENAME);

h. Prevenir, diagnosticar e tratar precocemente as complicações decorrentes do HAS;

i. Avaliar a vulnerabilidade e a capacidade de autocuidado do indivíduo com HAS;

j. Realizar atividades educativas e apoiar o autocuidado, ampliando a autonomia do usuário com HAS;

k. Encaminhar para a Atenção Especializada, quando esgotadas as possibilidades terapêuticas na Atenção Básica, com base no risco cardiovascular e no acometimento de órgãos alvo, ou de acordo com diretrizes clínicas e pactuação locais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

l. Acionar o Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes, sempre que necessário e disponível localmente, para qualificar a atenção prestada e o eventual direcionamento da demanda aos demais componentes da Rede;

m. Prestar cuidado às urgências e emergências, em ambiente adequado, até a transferência/encaminhamento dos indivíduos com hipertensão arterial agudizada a outros pontos de atenção, quando necessário, com a implantação de acolhimento com avaliação de riscos e vulnerabilidades;

n. Diagnosticar os casos com indicação para procedimento cirúrgico em função de complicações graves decorrentes da HAS e encaminhar a demanda conforme pactuação local;

o. Coordenar o cuidado dos usuários com HAS nos demais pontos de atenção à saúde.

II. Atenção Especializada Ambulatorial:

a. Prestar apoio matricial às equipes de Atenção Básica, presencialmente ou por meio do Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes;

b. Prestar assistência ambulatorial eletiva de média e alta complexidade, de forma multiprofissional, aos indivíduos com diagnóstico de HAS que se enquadram nos critérios de encaminhamento para esse nível de atenção, e de acordo com diretrizes clínicas locais;

c. Orientar o usuário com relação ao retorno à Atenção Básica e/ ou ao acompanhamento neste nível de atenção, se necessário;

d. Realizar a contrarreferência por escrito para a Atenção Básica, sempre que indicado, de acordo com as diretrizes clínicas locais;

e. Diagnosticar os casos com indicação para procedimento cirúrgico em função de complicações graves decorrentes da HAS e encaminhar a demanda conforme pactuação local;

f. Prestar cuidado às urgências e emergências, em ambiente adequado, até a transferência/ encaminhamento dos indivíduos com hipertensão arterial agudizada a outros pontos de atenção, quando necessário, com a implantação de acolhimento com avaliação de riscos e vulnerabilidades;

g. Manter comunicação com os demais pontos de atenção à saúde.

III. Atenção Especializada Hospitalar:

a Prestar cuidado integral e multiprofissional às internações eletivas ou de urgência de indivíduos com HAS, encaminhadas ou não de outro ponto de atenção, conforme diretrizes clínicas locais;

b. Orientar o retorno dos usuários à assistência na atenção básica e/ou na atenção especializada ambulatorial, de acordo com diretrizes clínicas estabelecidas localmente;

c. Programar alta hospitalar com a participação da equipe multiprofissional, realizando orientações com foco no autocuidado;

d. Realizar avaliação e tratamento dos casos indicados pela Atenção Especializada Ambulatorial para procedimento cirúrgico para tratamento das complicações da HAS;

e. Manter contato sistemático com as equipes multiprofissionais dos demais pontos de atenção.

IV. Atenção às Urgências e Emergências:

a. Prestar cuidado às urgências e emergências, em ambiente adequado, até a transferência/encaminhamento dos indivíduos com hipertensão arterial agudizada a outros pontos de atenção, quando necessário, com a implantação de acolhimento com avaliação de riscos e vulnerabilidades;

b. Manter comunicação com os demais pontos de atenção à saúde.

V. Sistemas de apoio diagnóstico e terapêutico:

a. Realizar exames complementares ao diagnóstico e tratamento da HAS, com solicitações provenientes de todos os pontos de atenção, de acordo com as diretrizes clínicas estabelecidas localmente;

b. Prestar assistência farmacêutica necessária ao tratamento clínico da HAS de acordo com as diretrizes clínicas estabelecidas localmente.

VI. Sistemas Logísticos:

a. Implementar sistemas de informação que permitam o acompanhamento do cuidado, a gestão de casos e a regulação do acesso aos serviços de atenção especializada, assim como o monitoramento das ações e serviços;

b. Garantir sistema de transporte sanitário, por meio de pactuações nos Colegiados Intergestores Regionais (CIR) e no Colegiado de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF), que permita o fluxo adequado entre os pontos de atenção dos usuários com HAS, tanto na urgência quanto nas ações eletivas.

VII. Regulação:

a. Garantir o acesso às ações e serviços de saúde de média e alta complexidade, necessários ao cuidado integral dos usuários com HAS, por meio das Centrais de Regulação ou de acordo com a pactuação local.

Art. 6º Os usuários encaminhados para a Atenção Especializada deverão ter seu acompanhamento compartilhado com a Atenção Básica, garantindo que esta possa cumprir a função de coordenação do cuidado.

Art. 7º Caberá às Comissões Intergestores pactuar as responsabilidades dos entes federativos na Linha de Cuidado das pessoas com HAS, de acordo com o seu porte demográfico e seu desenvolvimento econômico-financeiro, estabelecendo as responsabilidades individuais e a solidárias.

Art. 8º Os Colegiados Intergestores Regionais (CIR) e o Colegiado de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF) deverão pactuar a linha de cuidado regional incluindo: a oferta de cuidado nos diferentes pontos de atenção para prevenção e tratamento das pessoas com HAS, bem como a regulação do acesso às ações e serviços de atenção especializada ambulatorial e hospitalar, de apoio diagnóstico e terapêutico, a partir do estabelecido nesta portaria, da estratificação de risco da população adstrita e das diretrizes clínicas estabelecidas localmente.

Art. 9º O Ministério da Saúde deverá publicar documentos de apoio para a organização local de linhas de cuidado e para a elaboração de diretrizes clínicas regionais.

Art. 10 Os Municípios que pactuarem esta Linha de Cuidado deverão elaborar projeto de plano de ação regional, conforme roteiro disposto no Anexo II desta Portaria.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

DIRETRIZES CLÍNICAS

1.1 Rastreamento de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS)

Está recomendado o rastreamento da Hipertensão Arterial nos adultos (acima de 18 anos) sem o conhecimento de que sejam hipertensos. Esse rastreamento deve ser repetido a cada dois anos, caso Pressão Sistólica <120mmHg e Pressão Diastólica <80mmHg. Caso Pressão Sistólica entre 120-139mmHg e/ou Pressão Diastólica entre 80-89mmHg, o rastreamento deve ser repetido em um ano. Se Pressão Sistólica entre 140-159mmHg e/ou Pressão Diatólica entre 90-99mmHg, confirmar diagnóstico em 2 meses. Se Se Pressão Sistólica entre 160-179mmHg e/ou Pressão Diatólica entre 100-109mmHg, confirmar diagnóstico em 1 mês. Se Pressão Sistólica > 180mmHg e Pressão Diastólica 110mmHg, a intervenção deverá ser imediata, com reavaliação em 1 semana.

1.2 Valores de pressão arterial no consultório, MAPA, AMPA e MRPA que caracterizam efeito do avental branco, hipertensão do avental branco e hipertensão mascarada

	Consultório	MAPA Vigília	AMPA	MRPA
Normotensão ou hipertensão controlada	< 140/90	≤130/85	≤130/85	≤130/85
Hipertensão	≥140/90	>130/85	>130/85	>130/85
Hipertensão do avental branco	≥140/90	<130/85	< 130/85	<130/85
Hipertensão mascarada	< 140/90	>130/85	>130/85	>130/85

MAPA = monitorização ambulatorial da PA de 24h; AMPA = Automedida da PA; MRPA = monitorização residencial da PA.

Fonte: VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão/ A. Nefrologia Sociedade Brasileira de Cardiologia / Sociedade Brasileira de Hipertensão / Sociedade Brasileira de // Arq Bras Cardiol. - 2010. - p. 51.

1.3 Classificação da pressão arterial para adultos maiores de 18 anos

Classificação	Pressão sistólica (mmHg)	Pressão diastólica (mmHg)
Ótima	< 120	< 80
Normal	< 130	< 85
Limítrofe*	130-139	85-89
Hipertensão estágio 1	140-159	90-99
Hipertensão estágio 2	160-179	100-109
Hipertensão estágio 3	≥ 180	≥ 110
Hipertensão sistólica isolada	≥ 140	< 90

Quando as pressões sistólica e diastólica estiverem em categorias diferentes, a maior deve ser utilizada para classificação da pessão arterial.

** Pressão normal-alta ou pré-hipertensão são termos que se equivalem na literatura.*

Fonte: VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão/ A. Nefrologia Sociedade Brasileira de Cardiologia / Sociedade Brasileira de Hipertensão / Sociedade Brasileira de // Arq Bras Cardiol. - 2010. - p. 51.

1.4. Elenco de exames necessários para o atendimento inicial e acompanhamento da pessoa com diagnóstico de HAS: a periodicidade destes exames dependerá do acompanhamento individual de cada paciente, considerando sempre o risco cardiovascular, as metas de cuidado e as complicações existentes.

Apoio diagnóstico mínimo para a avaliação inicial:

Eletrocardiograma;

Dosagem de glicose;

Dosagem de colesterol total;

Dosagem de colesterol HDL;

Dosagem de triglicerídeos;

Dosagem de creatinina;

Análise de caracteres físicos, elementos e sedimentos na urina;

Dosagem de potássio;

1.5 Estratificação de risco cardiovascular e programação de consultas segundo nível de risco

Para determinar o risco cardiovascular (RCV), deve-se realizar a anamnese e avaliar o usuário quanto aos fatores de risco abaixo.

Baixo risco / Intermediário	Alto Risco
Tabagismo Hipertensão Obesidade Sedentarismo Sexo masculino Idade > 65 anos História familiar História familiar de evento cardiovascular prematuro (homens < 55 anos e mulheres < 65 anos)	Acidente Vascular Cerebral (AVC) prévio Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) prévio Lesão periférica - Lesão de órgão alvo (LOA) Ataque Isquêmico Transitório (AIT) Hipertrofia de Ventrículo Esquerdo (HVE) Nefropatia Retinopatia Aneurisma de aorta abdominal Estenose de carótida sintomática Diabetes Mellitus

Se o usuário apresenta apenas um fator de risco baixo/ intermediário, não há necessidade de calcular o escore, pois ele é considerado como baixo risco CV.

Se o usuário apresentar ao menos um fator de risco alto CV, não há necessidade de calcular o escore, pois esse paciente é considerado como alto risco CV.

Se o usuário apresentar mais do que um fator de risco baixo/ intermediário, é necessário calcular o escore de Framingham.

As variáveis utilizadas para calcular o escore e suas respectivas pontuações estão no quadro abaixo.

HOMENS					
Idade 20-34 35-39 40-44 45-49 50-54 55-59 60-64 65-69 70-74 75-79	Pontos -9 -4 0 3 6 8 10 11 12 13				
Colesterol Total	Idade 20-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade 70-79
<160	0	0	0	0	0
160-199	4	3	2	1	0
200-239	7	5	3	1	0
240-279	9	6	4	2	1
≥280	11	8	5	3	1
Não fumante	Idade 20-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade 70-79
	0	0	0	0	0
Fumante	8	5	3	1	1
HDL > 60 50-59 40-49 <40	Pontos -1 0 1 2				
PA sistólica	Pontos se não tratada		Pontos se tratada		
<120	0		0		
120-129	0		1		
130-139	1		2		
140-159	1		2		
≥160	2		3		

MULHERES					
Idade 20-34 35-39 40-44 45-49 50-54 55-59 60-64 65-69 70-74 75-79	Pontos -7 -3 0 3 6 8 10 12 14 16				
Colesterol Total	Idade 20-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade 70-79
<160	0	0	0	0	0
160-199	4	3	2	1	1
200-239	8	6	4	2	1
240-279	11	8	5	3	2
≥280	13	10	7	4	2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Não fumante	Idade 20-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade 70-79
Fumante	0	0	0	0	0
	9	7	4	2	1

HDL	Pontos
> 60	-1
50-59	0
40-49	1
<40	2

PA sistólica	Pontos se não tratada	Pontos se tratada
	0	
<120	1	0
120-129		3
130-139	2	4
140-159	3	5
≥160	4	6

O total de pontos obtidos irá definir a chance de morrer por doença coronariana ou sofrer um infarto agudo do miocárdio não-fatal nos próximos 10 anos.

HOMENS		MULHERES	
Total de pontos	Risco em 10 anos (%)	Total de pontos	Risco em 10 anos (%)
<0	<1	<9	<1
0	1	9	1
1	1	10	1
2	1	11	1
3	1	12	1
4	1	13	2
5	2	14	2
6	2	15	3
7	3	16	4
8	4	17	5
9	5	18	6
10	6	19	8
11	8	20	11
12	10	21	14
13	12	22	17
14	16	23	22
15	20	24	27
16	25	≥25	≥30
≥17	≥30		

Fatores importantes para o desenvolvimento de doença cardiovascular não estão contemplados no cálculo anterior, por isso devem ser ajustados da seguinte forma:

Se o usuário apresenta um parente de primeiro grau com doença arterial coronariana (DAC) prematura, multiplica-se a estimativa pelo fator correção 1.5. Se existe mais de um parente de primeiro grau com DAC prematura, multiplica-se a estimativa por 2;

Se o usuário tiver ascendência sul-asiática, multiplica-se a estimativa pelo fator de correção 1.4;

Se o usuário apresentar obesidade (IMC ≥ 30 kg/m² - especialmente aqueles com obesidade central - homens com circunferência abdominal ≥ 102 cm [asiáticos ≥ 92 cm] e mulheres com circunferência abdominal ≥ 88 cm), multiplica-se pelo fator de correção 1.3.

O percentual encontrado ao final desse cálculo definirá o grau de risco cardiovascular:

Baixo: < 10%;

Intermediário ou moderado: 10-20%;

Alto: >20%.

O número de consultas e de atendimento para usuário com HAS segundo nível de risco cardiovascular está apresentado na tabela abaixo:

Risco Cardiovascular	Profissional de Saúde		
	Consulta Médica	Consulta de Enfermagem	Atendimento do Auxiliar de Enfermagem
Baixo (<10%)	1x/ano	1x/ano	1x/ano
Médio (10-20%)	2x/ano	2x/ano	2x/ano
Alto (>20%)	3x/ano	3x/ano	4x/ano

A programação do cuidado (ex.: frequência de consultas e exames) não deve ser rígida e se limitar ao critério de risco cardiovascular. Deve considerar também os princípios da Atenção Básica, descritos na Política Nacional de Atenção Básica, e as necessidades individuais de cada pessoa.

ANEXO II

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PLANO DE AÇÃO REGIONAL DA LINHA DE CUIDADO DAS PESSOAS COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

A operacionalização da implantação da Linha de Cuidado das pessoas com Hipertensão Arterial Sistêmica se dará pela execução de quatro fases:

I. Diagnóstico regional: análise da situação de saúde das pessoas com HAS nos Municípios; mapeamento e avaliação da estrutura física e operacional dos serviços de saúde ofertados pelos Municípios, com dimensionamento da oferta assistencial dos componentes da Rede e identificação das necessidades. O relatório deverá ser apresentado à Comissão Intergestores Bipartite - CIB ou Colegiado de Gestão da Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal - CGSES/ DF e à Comissão Intergestores Regional - CIR;

II. Desenho Regional da Linha de Cuidado das pessoas com HAS: construção local das ações de atenção à saúde para cada componente da Linha de Cuidado, com identificação das lacunas assistenciais, do aporte de recursos necessários e das responsabilidades dos Municípios e dos componentes da Linha de Cuidado;

III. Contratualização dos componentes da Rede pelos entes federados: elaboração de Plano de Ação Regional e pactuação entre os entes federados, observando a definição de suas responsabilidades e o Desenho Regional da Linha de Cuidado das pessoas com HAS, com posterior aprovação pela CIB;

IV. Qualificação dos componentes da Rede: avaliação do cumprimento de metas especificadas no Plano de Ação Regional, que deverão ser definidas para cada componente da Rede.

O projeto de Plano de Ação Regional deve, obrigatoriamente, apresentar as seguintes informações:

1. Dados do Município-sede da Linha de Cuidado:

CNPJ da Prefeitura;

Código do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

Contato da Prefeitura (email e telefone);

Nome do dirigente (Prefeito ou Secretário Municipal de Saúde);

Cargo ou função;

Contato do Dirigente (email e telefone).

2. Descrição dos componentes da Linha de Cuidado das pessoas com HAS:

2.1 Municípios que vão compor a Linha de Cuidado (listar);

2.2 Componentes da Rede que vão compor a Linha e suas especificidades:

a) Atenção Básica:

Para cada Município, especificar:

Nº de Unidades Básicas de Saúde - UBS adscritas à Linha de Cuidado;

Nº do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - CNES e população do território da UBS(s), destacando quais têm equipes de Atenção Básica que fazem parte do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ);

Nº de Nº de Núcleos de Apoio da Saúde da Família - NASF com o CNES;

Nº de Academias da Saúde com o CNES;

Descrever a(s) responsabilidade(s) da Atenção Básica.

B) Atenção Especializada (especificar apenas os serviços que serão envolvidos nesta Linha de Cuidado):

Serviços: tipo, número e CNES, (ex para tipo: policlínica/ ambulatório/ centro de especialidade; hospital geral; hospital especializado, pronto atendimento; pronto socorro geral; pronto socorro especializado);

Profissionais destes serviços que vão se dedicar à Linha de Cuidado: categoria profissional, número e carga horária;

Especificar se realiza procedimento cirúrgico;

Se não realiza procedimento cirúrgico, especificar, por CNES, para qual serviço de referência realiza os encaminhamentos;

Descrever as responsabilidade(s) da Atenção Especializada (ambulatorial e hospitalar) e informar a população que cada ponto de atenção especializado está responsável (Informação obrigatória).

2.3 Serviços de apoio diagnóstico e terapêutico (especificar apenas os serviços que serão envolvidos):

Exames laboratoriais disponíveis para cada ponto de atenção;

Exames de imagem disponíveis para cada ponto de atenção;

Medicamentos disponíveis.

2.4 Regulação:

Descrever as ações e serviços de regulação e, se houver Central de Regulação, indicar o CNES.

3. Metas e indicadores que serão utilizados para monitoramento e avaliação da Linha de Cuidado: os Municípios deverão identificar, para cada componente da Rede, indicadores para avaliação do cuidado do usuário com HAS. Para cada indicador, deverão ser estabelecidas metas que serão pactuadas regionalmente;

3.1. Prevalência de HAS no município: Usuários com HAS cadastrados no município / População adulta (≥ 18 anos) no município x 100

As metas para este indicador devem sem pactuadas a partir das prevalências de inquéritos atualizados.

Fonte: SIAB (numerador) e censo do IBGE (denominador)

3.2. Prevalência de HAS na equipe: Usuários com HAS cadastrados / População adulta (≥18 anos) cadastrada x 100

As metas para este indicador devem sem pactuadas a partir das prevalências de inquéritos atualizados.

Fonte: SIAB

3.3. Proporção de usuários com HAS em acompanhamento ambulatorial: Usuários com HAS, com, pelo menos, uma consulta médica e uma de enfermagem em um ano / Usuários com HAS cadastrados x 100

Fonte: Mapa de atendimento na Atenção Básica - sistema em desenvolvimento (numerador) e SIAB (denominador)

3.4. Proporção de usuários com HAS com risco cardiovascular calculado: Usuários com HAS com risco cardiovascular calculado / Usuários com HAS cadastrados x 100

Obs: O parâmetro que se considera ideal para este indicador é o resultado de 100%.

Fonte: Mapa de atendimento na Atenção Básica - sistema em desenvolvimento

3.5. Número médio de consultas para usuários com HAS: Total de consultas (médica e de enfermagem) para usuários com HAS, segundo risco cardiovascular / Número de usuários com HAS cadastrados, segundo risco cardiovascular

Observação: O indicador 3.5 poderá ser calculado utilizando o risco cardiovascular (baixo, médio e alto) como critério de programação da freqüência de realização de consultas ou outro critério definido em diretrizes clínicas locais.

Fonte: Prontuário eletrônico

3.6. Proporção de usuários com HAS participantes de atividade coletiva ou atendimento em grupo: Usuários com HAS que participaram de atividade coletiva ou atendimento em grupo / Usuários com HAS cadastrados x 100

Fonte: Mapa de atividade coletiva na Atenção Básica - sistema em desenvolvimento (numerador) e SIAB (denominador)

3.7. Taxa de internações por crise hipertensiva na população adulta: Número de internações por crise hipertensiva na população com idade entre 18 e 59 anos, em determinado local e período/População com idade entre 18 e 59 anos, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIH - procedimento: 03.03.06.010-7 (numerador) e IBGE (denominador)

3.8. Taxa de internações por acidente vascular cerebral (AVC) na população adulta: Número de internações por AVC na população com idade entre 18 e 59 anos, em determinado local e período/População com idade entre 18 e 59 anos, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIH - procedimento: 03.03.04.014-9 (numerador) e IBGE (denominador)

3.9. Taxa de internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) na população adulta: Número de internações por IAM na população com idade entre 18 e 59 anos, em determinado local e período/População com idade entre 18 e 59 anos, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIH - procedimento: 03.03.06.019-0 (numerador) e IBGE (denominador)

3.10. Taxa de internações por insuficiência cardíaca (IC) na população adulta: Número de internações por IC na população com idade entre 18 e 59 anos, em determinado local e período/População com idade entre 18 e 59 anos, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIH - procedimento: 03.03.06.021-2 (numerador) e IBGE (denominador)

3.11. Tempo médio de internação por crise hipertensiva: Número de dias de internação por crise hipertensiva / Total de internações por crise hipertensiva

Fonte de dados: SIH

3.12. Tempo médio de internação por AVC: Número de dias de internação por AVC / Total de internações por AVC

Fonte de dados: SIH

3.13. Tempo médio de internação por IAM: Número de dias de internação por IAM / Total de internações por IAM

Fonte de dados: SIH

3.14. Tempo médio de internação por IC: Número de dias de internação por IC/ Total de internações por IAM

Fonte de dados: SIH

3.15. Taxa de mortalidade por AVC na população adulta: Número de óbitos por AVC na população com idade entre 18 e 59 anos, em determinado local e período/População com idade entre 18 e 59 anos, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIM (numerador) e IBGE (denominador)

3.16. Taxa de mortalidade por IAM na população adulta: Número de óbitos por IAM na população com idade entre 18 e 59 anos, em determinado local e período/População com idade entre 18 e 59 anos, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIM (numerador) e IBGE (denominador)

3.17. Taxa de mortalidade por IC população adulta: Número de óbitos por IC na população com idade entre 18 e 59 anos, em determinado local e período/População com idade entre 18 e 59 anos, no mesmo local e período x 1.000

Fonte de dados: SIM (numerador) e IBGE (denominador)

4. Indicar o local de publicação das diretrizes clínicas desta Linha de Cuidado (ex.: site);

5. Descrever a organização da educação permanente relacionada a esta Linha de Cuidado;

6. Dados do contato:

Nome;

CPF;

Cargo ou função;

Email do contato;

Telefone do contato.

Anexar Ata de reunião da CIB em que o Plano de Ação Regional da Linha de Cuidado das pessoas com HAS foi pactuado.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Vigitel Brasil 2011: Vigilância de fatores de risco e proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 29 - Rastreamento. Brasília: Ministério da Saúde, 2010, 95 p.

Sociedade Brasileira de Cardiologia/ Sociedade Brasileira de Hipertensão/ Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq. Bras. Cardiol., 95 (Suppl.1): 1-51, 2010.

CONSULTA PÚBLICA Nº 17, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde torna pública, nos termos do artigo 34, inciso II, e artigo 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, minuta de portaria que institui a Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O texto em apreço encontra-se disponível, também, no seguinte endereço eletrônico: http://www.saude.gov.br/sas.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Eventuais sugestões poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde até 20 (vinte) dias a contar desta publicação, exclusivamente, para o endereço eletrônico: lc.cronicas@saude.gov.br, especificando o número desta Consulta Pública e o nome do anexo no título da mensagem.

As contribuições deverão ser fundamentadas, inclusive com material científico que dê suporte às proposições. Deve ocorrer, quando possível, o envio da documentação de referência científica e, quando não for possível, o envio do endereço eletrônico da citada referência científica para verificação na internet.

O Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, coordenará a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada da Portaria que institui a Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para que, findo o prazo estabelecido, seja aprovada e publicada, passando a vigorar em todo o território nacional.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

PORTARIA Nº

Institui a Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição, e

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e às ações e serviços para o cuidado integral nos termos do que dispõe o artigo 196 da Constituição Federal;

Considerando a integralidade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema, conforme disposto no inciso II, do artigo 7º da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990;

Considerando as disposições contidas no Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando a Portaria nº 687/GM/MS, de 30 de março de 2006, que aprova a Política de Promoção da Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.528/GM/MS, de 19 de outubro de 2006, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria n° 1.600/GM/MS, de 07 de julho de 2011, que Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.029/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que institui a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria SVS/MS nº 23, de 9 de agosto de 2012, que estabelece o repasse de recursos financeiros do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, aos estados, Distrito Federal e capitais e municípios com mais de um milhão de habitantes, para implantação, implementação e fortalecimento das ações específicas de vigilância e prevenção para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil;

Considerando que as doenças crônicas não transmissíveis constituem o problema de saúde de maior magnitude e correspondem a 72% das causas de morte, segundo o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022;

Considerando o Documento de diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas Redes de Atenção à Saúde e nas linhas de cuidado prioritárias do Ministério da Saúde de 2012; e

Considerando a necessidade de reorganizar a atenção à saúde da pessoa com doenças crônicas, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º A finalidade da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas é realizar a atenção, de forma integral, aos usuários com doenças crônicas, em todos os pontos de atenção, realizando ações de promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, de reabilitação, de redução de danos e manutenção da saúde.

Art. 3º São objetivos gerais da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas:

I. Fomentar a mudança do modelo de atenção à saúde fortalecendo e qualificando o cuidado às pessoas com doenças crônicas;

II. Garantir o cuidado integral às pessoas com doenças crônicas;

III. Impactar positivamente nos indicadores relacionados às doenças crônicas;

IV. Contribuir para promoção da saúde da população e prevenir o desenvolvimento das doenças crônicas e suas complicações;

V. Ampliar o acesso dos usuários com doenças crônicas aos serviços de saúde.

Art. 4º São objetivos específicos da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas:

I. Promover hábitos de vida saudáveis com relação à alimentação e atividade física, enquanto fatores de prevenção às Doenças Crônicas;

II. Evitar e tratar o tabagismo e o consumo excessivo de álcool enquanto fatores de prevenção e de risco às Doenças Crônicas;

III. Atuar no fortalecimento do conhecimento do usuário sobre sua doença e ampliar a sua capacidade de autocuidado e autonomia;

Art. 5º Constituem-se diretrizes para o funcionamento da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas:

I. Ampliação do acesso e acolhimento aos usuários com doenças crônicas em todos os pontos de atenção;

II. Humanização da atenção garantindo efetivação de um modelo centrado no usuário e baseado nas suas necessidades de saúde;

III. Garantia de implantação de um modelo de atenção de caráter multiprofissional, centrado no trabalho em equipe;

IV. Articulação entre os diversos serviços e ações de saúde, constituindo redes de saúde com integração e conectividade entre os diferentes pontos de atenção;

V. Atuação territorial, com definição e organização da rede nas regiões de saúde, a partir das necessidades de saúde destas populações, seus riscos e vulnerabilidades específicas;

VI. Atuação profissional e gestora visando o aprimoramento da qualidade da atenção por meio do desenvolvimento de ações coordenadas pela atenção básica, contínuas e que busquem a integralidade e longitudinalidade do cuidado em saúde;

VII. Monitoramento e avaliação da qualidade dos serviços através de indicadores de estrutura, processo e desempenho que investiguem a efetividade e a resolutividade da atenção;

VIII. Articulação interfederativa entre os diversos gestores desenvolvendo atuação solidária, responsável e compartilhada;

IX. Participação e controle social dos usuários sobre os serviços;

X. Garantia da autonomia dos usuários, com constituição de estratégias de apoio ao autocuidado;

XI. Promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde;

XII. Regulação articulada entre todos os componentes da rede com garantia da equidade e integralidade do cuidado; e

XIII. Qualificação da atenção por meio da educação permanente das equipes de saúde, em acordo com os princípios da integralidade e humanização.

Art. 6º As ações de Promoção e Prevenção em saúde devem ocorrer em todos os pontos de atenção e necessitam de parcerias intersetoriais.

Art. 7º A Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas é estruturada pelos seguintes componentes:

I. Atenção Básica: é o centro de comunicação da Rede tendo um papel chave na estruturação desta, como ordenadora da Rede e coordenadora do cuidado, além de: realizar o cuidado integral e contínuo da população que está sob sua responsabilidade e de ser a porta de entrada prioritária para organização do cuidado (Unidades Básicas de Saúde, Unidades Básicas de Saúde Fluviais);

II. Atenção Especializada: é um conjunto de diversos pontos de atenção com diferentes densidades tecnológicas para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando e complementando os serviços da atenção básica de forma resolutiva e em tempo oportuno;

a.Urgência e Emergência: conjunto de ações realizadas aos pacientes que necessitam de cuidados imediatos nos diferentes pontos de atenção, inclusive de acolhimento aos pacientes que apresentam agudização das condições crônicas (SAMU, UPA, Sala de Estabilização e Pronto-Socorro);

b.Ambulatorial Especializada: conjunto de ações eletivas de média e alta complexidade para continuidade do cuidado (Centro de Especialidades, Policlínica, Ambulatório, Hospital-Dia);

c.Hospitalar: ponto de atenção estratégico voltado para as internações eletivas e/ou de urgência de pacientes agudos ou crônicos agudizados.

III. Sistemas de apoio: são constituídos pelos sistemas de apoio diagnóstico e terapêutico (patologia clínica, imagens, entre outros) e pelo sistema de assistência farmacêutica;

IV. Sistemas logísticos: são soluções em saúde, em geral relacionadas às tecnologias de informação. Integram este componente os sistemas de identificação e acompanhamento dos usuários; o registro eletrônico em saúde, os sistemas de transportes sanitários, e os sistemas de informação em saúde.

V. Regulação: compreende-se a regulação do acesso como componente de gestão para qualificar a demanda e a assistência prestada, otimizar a organização da oferta, auxiliar no monitoramento e avaliação dos pactos intergestores e promover a equidade no acesso às ações e serviços de saúde. Deve garantir o acesso às ações e serviços de maior densidade tecnológica, regulando estes por meio das Centrais de Regulação, que atuarão de forma integrada, garantindo a transparência e equidade no acesso. Integram este componente as Centrais de Regulação Ambulatorial, de Internação e de Urgência e Emergência.

VI. Governança: é entendida como a capacidade de intervenção que envolve diferentes atores, mecanismos e procedimentos para a gestão regional compartilhada da referida rede. Constituem esse componente as Comissões Intergestores e os grupos condutores.

Art. 8º A Formação Profissional, através de atividades que visem à aquisição de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes dos profissionais de saúde para qualificação do cuidado, deve fazer parte da organização da rede de atenção às pessoas com doenças crônicas.

Art. 9º A Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas deverá estar incluída no âmbito de uma Região de Saúde, ou de várias delas, em consonância com as diretrizes pactuadas nas Comissões Intergestores.

Art. 10 A implantação da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas se dará por meio da organização e operacionalização de linhas de cuidado específicas.

Art. 11 Caberá as Comissões Intergestores pactuar as responsabilidades dos entes federativos na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e nas suas respectivas linhas de cuidado, de acordo com o seu porte demográfico e seu desenvolvimento econômico-financeiro, estabelecendo as responsabilidades individuais e a solidárias.

Art. 12 Os critérios definidos para implantação e financiamento das linhas de cuidado priorizadas e de cada um dos seus componentes, por parte da União, serão objetos de normas específicas a serem publicadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Cadernos HumanizaSUS: atenção básica. Volume 2. Brasília, DF; 2010b (Série B - textos básicos de saúde).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília, DF; 2010c (Série B - textos básicos de saúde).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Vigitel Brasil 2010: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2011a. 152 p.: il. - (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília: Ministério da Saúde, 2011b. 160p.:Il. - (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Plano Nacional de Saúde - PNS 2012-2015. Brasília: Ministério da Saúde, 2011d. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Campos GWS, Amaral MA. A clínica ampliada e compartilhada, a gestão democrática e redes de atenção como referenciais teórico-operacionais para a reforma do hospital. Ciênc. saúde coletiva 2007, v. 12, n. 4.

Franco CM, Franco TB. Linhas do cuidado integral: uma proposta de organização da rede de saúde. Acesso em 22 abr 2012. Disponível em: http://www.saude.rs.gov.br/dados/1312992014173Linha-cuidado-integral-conceito-como-fazer.pdf

Johnson BV, Conway J, Simmons L, Edgman-Levitan S, Sodomka P, Schlucter J, Ford D. Partnering with patients and families to design a patient and family-centered health care system: recommendations and promising practices. Bethesda: Institute for Family-Centered Care, 2008.

Mendes EV. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2011.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Linhas de cuidado: hipertensão arterial e diabetes. Brasília; 2010.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 478, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Concede, em caráter excepcional, prazo para atendimento de cláusula suspensiva de Termo de Compromisso firmado no âmbito da 2ª Etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, exercício 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido, em caráter excepcional, prazo até 25 de novembro de 2013 para atendimento da cláusula suspensiva dos Termos de Compromisso nº 351.026-16 e 351.060-43, firmados com as Prefeituras Municipais de Joinvile - SC e Caratinga - MG, res-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pectivamente, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, exercício 2011, para execução de implantação de sistema de macrodrenagem na Bacia do Rio Mathias em Joinvile e para construção de barragem de amortecimento em Caratinga, conforme motivação expressa no Processo Administrativo nº 80000.030279/2012-37.

Parágrafo único. O Secretário Executivo fica autorizado a adequar o prazo de que trata o caput para viabilizar a execução do objeto pactuado, na ocorrência de fato superveniente que a justifique.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 5.229, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.014846/2012. Expede autorização à JGC NET INFORMÁTICA LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 08.199.006/0001-41, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.230, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.011516/2012. Expede autorização à FROHLICH & FERREIRA LTDA. ME, CNPJ/MF nº 13.457.409/0001-83, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.231, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.008241/2012. Expede autorização à FREE WAY TECNOLOGIA LTDA., CNPJ/MF nº 15.137.229/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.232, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.010987/2012. Expede autorização à PEQUI TELECOM LTDA., CNPJ/MF nº 11.935.411/0001-95, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.233, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.009450/2012. Expede autorização à W. H. DOS ANJOS MENEZES, CNPJ/MF nº 07.277.107/0001-20, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.234, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.013355/2012. Expede autorização à MAYCKON FELIPE ROSINI, CNPJ/MF nº 11.746.387/0001-46, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.235, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.027896/2011. Expede autorização à EMEX TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 12.045.633/0001-03, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.236, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.025080/2011. Expede autorização à COMERCIAL E INSTALADORA ELETRO-ELETRONICA LTDA. ME, CNPJ/MF nº 01.241.898/0001-52, para explorar o Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço Região Metropolitana de Tubarão/SC. Outorga autorização de uso da radiofrequência à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, sem exclusividade, por dez anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.301, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.005997/2012. Expede autorização a JEAN ASSIS SANTOS DE JESUS, CNPJ/MF nº 05.492.370/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.302, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.009449/2012. Expede autorização à CABLE.COM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 03.904.227/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.304, DE 12 DE SETEMBRODE 2012

Processo nº 53500.014847/2012. Expede autorização à MTCASEMOD COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ/MF nº 09.188.449/0001-08, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.305, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.007698/2012. Expede autorização à JDNET TELECOM LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 15.160.333/0001-55, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.306, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.007727/2012. Expede autorização à NADIEL DO AMARAL SANTOS EIRELI ME, CNPJ/MF nº 08.382.942/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.307, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.015513/2012. Expede autorização à WWN REDES E COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 12.192.411/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.314, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.015454/2012. Expede autorização à BRASILNET SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME, CNPJ/MF nº 14.677.973/0001-74, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.316, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.006262/2012. Expede autorização à INVIOLÁVEL TOLEDO LTDA. ME, CNPJ/MF nº 03.582.298/0001-83, para explorar o Serviço Especial de Supervisão e Controle, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço Toledo/PR. Outorga autorização de uso de radiofrequência à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.317, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.012841/2012. Expede autorização à EVEREST SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA. EPP, CNPJ/MF nº 03.967.020/0001-24, para explorar o Serviço Limitado Especializado, tendo como finalidade a locação de equipamentos portáteis de radiocomunicação, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito interior e tendo como área de prestação do serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.319, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.011722/2012. Expede autorização à INVIOLAVEL PARAGOMINAS COMERCIO E SERVICOS DE ALARMES ELETRONICOS LTDA., CNPJ/MF nº 14.742.685/0001-56, para explorar o Serviço Especial de Supervisão e Controle, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço Paragominas/PA. Outorga autorização de uso de radiofrequência à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.326, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500017144/2010. Aprovar (a posteriori) a transferência do controle societário da empresa PROVEDORNET TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS DE INTERNET LTDA., CNPJ/MF nº 07.840.113/0001-44, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, constante na quinta alteração contratual, caracterizada pela retirada da sócia MARÍLIA COSTA MACEDO, CPF/MF nº 028.940.623-46, e a admissão da sócia MARIA EDILENE PEREIRA SENA MACEDO, CPF/MF nº 988.138.623-34. Aprovar, (a posteriori), a transferência do controle societário da empresa PROVEDORNET TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS DE INTERNET LTDA., CNPJ/MF nº 07.840.113/0001-44, Prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, constante na sexta alteração contratual, com a retirada do sócio LUCAS PONTE E SILVA, CPF/MF nº 042.472.553-39, e a transferência do controle majoritário do sócio RICARDO BORBA GURGEL, CPF/MF nº 320.966.313-00. A aprovação não exime a Requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.329, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.012478/2012. Expede Autorização à TERAPAR PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 14.840.419/0001-66, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 9 de fevereiro de 2012

Nº 1.279/2012-CD - Processo nº 53516.006376/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela empresa ANDERSON RENATO RODRIGUES & CIA LTDA., CNPJ/MF nº 08.163.316/0001-06, contra decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, por meio do Despacho nº 6.189, de 9 de agosto de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a análise de irregularidade referente à comercialização de produtos não certificados, em infringência ao disposto no art. 55, IV, "c" da Resolução nº 242/2000, constatada na cidade de Maringá, Estado do Paraná, decidiu, em sua Reunião nº 635, realizada em 26 de janeiro de 2012, não conhecer do Recurso, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 35, de 19 de janeiro de 2012 e do Informe nº 654/2011/ER03SP, de 11 de novembro de 2011.

Em 13 de fevereiro de 2012

Nº 1.350/2012-CD - Processo nº 53516.003707/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado por FERNANDO CESAR DE ALMEIDA, contra decisão do Conselho Diretor da Anatel, exarada por meio do Despacho nº 2.727/2011-CD, de 5 de abril de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 637, realizada em 9 de fevereiro de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 76/2012-GCER, de 3 de fevereiro de 2012.

Em 30 de março de 2012

Nº 2.474/2012-CD - Processo nº 53516.006502/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo em epígrafe, instaurado em desfavor da empresa ALFA ALARMES E SERVIÇOS LTDA., CNPJ/MF nº 02.404.803/0001-37, que tem por objeto a apuração de irregularidades referentes à operação de estação do Serviço Especial de Supervisão e Controle sem o devido licenciamento, em infringência ao disposto no item 9 da Norma 04/86, bem como a indisponibilidade do Relatório de Conformidade, em infringência ao disposto no art. 18 do Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, aprovado pela Resolução nº 303, de 10 de julho de 2002, na cidade de Toledo, estado do Paraná, decidiu, em sua Reunião nº 643, realizada em 29 de março de 2012, afastar a aplicação da sanção de caducidade da autorização e aplicar, em substituição, a sanção de multa, no valor de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 143/2012-GCJV, de 20 de março de 2012.

Em 4 de setembro de 2012

Nº 5.640/2012-CD - Processos n. 53528.000933/2005, 53528.001327/2005, 53528.002790/2005, 53528.003534/2005, 53528.003619/2005, 53528.003759/2005, 53528.003951/2005 e 53528.005334/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela empresa BRASIL TELECOM S/A, CNPJ/MF no 76.535.764/0002-24, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 29 do Plano Geral de Outorgas (PGO), em face da decisão do Conselho Diretor, exarada por meio do Despacho nº 6.410/2010-CD, de 26 de julho de 2010, decidiu, em sua Reunião nº 661, realizada em 9 de agosto de 2012, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 546/2012-GCER, de 3 de agosto de 2012: a) conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida; b) não conhecer das Alegações apresentadas em resposta ao Ofício no 298/2012/UNACO-Anatel, de 15 de fevereiro de 2012, da Superintendência de Universalização, em razão da ausência de pressuposto para seu conhecimento, qual seja, o da legitimidade; e, c) reformar, com fundamento no art. 64 e parágrafo único da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, a decisão exarada por meio do Despacho nº 3.250/2009/UNACO/UNAC/SUN, de 14 de maio de 2009, e mantida pelo Despacho no 3.250/2009/UNACO/UNAC/SUN, de 14 de maio de 2009, e mantida pelo Despacho no 6.410/2010-CD, de 26 de julho de 2010, no sentido de agravar a sanção de multa aplicada à Recorrente.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 24 de setembro de 2010

Nº 8.745/2010/ADPFA2/SAD - Processo Administrativo Fiscal - PAF nº 53500.010951/2008, instaurado em desfavor da GLOBECAST DO BRASIL S.A; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe n.º 96/2010/ADPFA2/ADPF; b)DETERMINAR o recolhimento de R$ 149.277,97 (cento e quarenta e nove mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos), a título de pagamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, referente ao exercício financeiro de 2003; c) DETERMINAR, sobre o valor acima referido, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art. 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; d) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

Em 29 de setembro de 2010

Nº 8.941/2010/ADPFA2/SAD - Processos Administrativos Fiscais - PAFs nº 53500.009471/2008 e nº 53500.024390/2008, instaurados em desfavor da PELC - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos do Informe nº 102/2010/ADPFA2/ADPF; b)DETERMINAR o recolhimento de R$ 586,70 (quinhentos e oitenta e seis reais e setenta centavos) e R$ 1.162,85 (um mil, cento e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), relativos aos exercícios de 2003 e 2004, respectivamente, a título de pagamento ao fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust; c) DETERMINAR, sobre os valores acima referidos, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art. 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; d) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

Em 18 de fevereiro de 2011

Nº 1.458/2011/ADPFA2/SAD - Processos Administrativos Fiscais - PAFs nº 53500.002875/2008 e nº 5350024386/2008, instaurados em desfavor da NORTELPA ENGENHARIA LTDA; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe nº 010/2011/ADPFA2/ADPF; b) DETERMINAR o recolhimento de R$ 6.306,71 (seis mil, trezentos e seis reais e setenta e um centavos), a título de pagamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, referente ao exercício financeiro de 2003; c) DETERMINAR o recolhimento de R$ 3.276,64 (três mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), a títulos de pagamento do Fundo de Universalização do Serviços de Telecomunicações - Fust, referente ao exercício financeiro de 2004; d) DETERMINAR sobre os valores acima referidos, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, § §1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art. 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, § 1º do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; e) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

Em 5 de maio de 2011

Nº 3.642/2011/ADPFA2/SAD - Processo Administrativo Fiscal - PAF nº 53500.024680/2008, instaurado em desfavor da PEGASUS TELECOM S/A, inscrita no CNPJ/MF n° 00.136.111/0001-20; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe n° 57/2011/ADPFA2/ADPF; b) DETERMINAR o recolhimento de R$ 556.308,71 (quinhentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oito reais e setenta e um centavos), relativo ao exercício de 2004, a título de pagamento ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust; c) DETERMINAR sobre o valor acima referido, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art. 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; d) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

Em 26 de junho de 2011

Nº 5.722/2011/ADPFA2/SAD - Processo Administrativo Fiscal - PAF 53500.021091/2007, instaurado em desfavor da TELE TAXI CIDADE LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 90.068.602/0001-73; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe nº 118/2011/ADPFA2/ADPF; b) RECONSIDERAR a decisão exarada por meio do Despacho n° 7682/2009/UNACO/UNAC/SUN, de 29/10/2009, nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei nº 9.784/99; c) DETERMINAR o recolhimento de R$ 4.245,28 (quatro mil duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos), relativos ao exercício de 2002, a título de pagamento ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST; d) DETERMINAR sobre o valor acima referido, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, § §1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art. 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, § 1º do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; e) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

Em 26 de agosto de 2011

Nº 7.065/2011/ADPFA2/SAD - Processo Administrativo Fiscal - PAF nº 53500.024520/2008, instaurado em desfavor da LIGUE TÁXI FORTALEZA LTDA; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe n.º 177/2011/ADPFA2/ADPF, para determinar o recolhimento de R$ 1.296,05 (um mil, duzentos e noventa e seis reais e cinco centavos), a título de pagamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust; b) DETERMINAR, sobre o valor acima referido de multa e juros de mora, nos temos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art. 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; c) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

Em 21 de outubro de 2011

Nº 8.955/2011/ADPFA2/SAD - Processo Administrativo Fiscal - PAF nº 53500.031912/2008, instaurado em desfavor da POWERLICE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.267.693/0001-46; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe n° 222/2011/ADPFA2/ADPF; b) DETERMINAR o recolhimento de R$ 23.865,29 (vinte e três mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), a título de pagamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, referente ao exercício de 2004; c) DETERMINAR, sobre o valor acima referido, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto n.º 3.624/00); art 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; d) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

RODRIGO AUGUSTO BARBOSA

Em 9 de janeiro de 2012

Nº 192/2012/ADPFA2/SAD - Processo Administrativos Fiscal - PAF nº 53500.010359/2008, instaurado em desfavor da USA UNIÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS E RÁDIOTÁXI LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.266.811/0001-00; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos do Informe nº 254/2011/ADPFA2/ADPF; b)DETERMINAR o recolhimento de R$ 8.424,00 (oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) a título de pagamento do fundo de Universalização dos Serviços e Telecomunicações - Fust, referente ao exercício de 2003; c) DETERMINAR, sobre o valor acima referido, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art. 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; d) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

MARIA LÚCIA VALADARES E SILVA
Substituta

Em 20 de janeiro de 2012

Nº 615/2012/ADPFA2/SAD - Processos Administrativos Fiscais - PAFs nº 53500.004728/2008 e nº 53500.027261/2008, instaurados em desfavor da CALL EXPRESS - SERVICOS DE RADIO CHAMADAS S/C LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 54.712.427/0001-41; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe n° 264/2011/ADPFA2/ADPF; b) DETERMINAR o recolhimento de R$ 1.390,96 (um mil, trezentos e noventa reais e noventa e seis centavos), a título de pagamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, referente ao exercício de 2003; c) DETERMINAR o recolhimento de R$ 1.439,56 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos), a título de pagamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, referente ao exercício de 2004; d) DETERMINAR, sobre o valor acima referido, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto n.º 3.624/00); art 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; e) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

Em 20 de janeiro de 2012

Nº 645/2012/ADPFA2/SAD -Processo Administrativo Fiscal - PAF 53500.007254/2007 instaurado em desfavor da OCTET BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.697.330/0001-76; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe nº 280/2011/ADPFA2/ADPF; b) DETERMINAR o recolhimento de R$ 4.331,07 (quatro mil, trezentos e trinta e um reais e sete centavos), a título de pagamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, referente aos meses de janeiro, fevereiro, março,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

abril e dezembro de 2001; c) DETERMINAR, sobre os valores acima referidos, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art. 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; d) RECONHECER a decadência do direito do fisco lanças os créditos tributários referentes aos meses de maio a novembro de 2001, extinguindo-se a obrigação tributária relativa ao período citado; e) RECORRER DE OFÍCIO, ao Conselho Diretor, nos termos do art. 34, inciso I, do Decreto n.º 70.235/72; f) NOTIFICAR a prestadora , encaminhado cópia do presente Despacho..

Em 31 de janeiro de 2012

Nº 973/2012/ADPFA2/SAD - Processo Administrativo Fiscal - PAF 53516.007118/2009 instaurado em desfavor da TV A CABO CASCAVEL, inscrita no CNPJ sob o nº 02.973.424/0001-68; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe nº 20/2012/ADPFA2/ADPF; b) RECONHECER extinção dos créditos referidos neste processo, nos termos artigo 156, inciso I, do CNT; c) DETERMINAR, o arquivamento do autos; d) NOTIFICAR a prestadora , encaminhado cópia do presente Despacho.

Em 1º de abril de 2012

Nº 2.643/2012/ADPFA2/SAD - Processo Administrativo Fiscal - PAF nº 53500.027263/2008, instaurado em desfavor da CAM- MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA - ME, CNPJ nº 05.249.824/0001-13: RESOLVE: a) RECONSIDERAR a decisão exarada por meio do Despacho n.º 577/2010/ADPFA2/ADPF, de 28/01/2010, o qual decidiu pela exclusão dos créditos tributários lançados, relativos ao exercício de 2004, nos termos do artigo 55, do Regimento Interno da Anatel e artigos 53 e 54, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; b) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe n.º 80/2012/ADPFA2/ADPF; c) DETERMINAR a manutenção dos lançamentos, a totalizar R$ 880,73 (oitocentos e oitenta reais e setenta e três centavos), a título de pagamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, referente ao exercício financeiro de 2004; d) DETERMINAR, sobre o valor acima referido, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8.º, §§ 1.º e 2.º do Regulamento do Fust, art. 7.º do Regulamento de Arrecadação do Fust e art. 161, § 1.º, do Código Tributário Nacional - CTN; e) EXTINGUIR os créditos tributários lançados em desfavor da empresa relativos ao exercício de 2004 em virtude do pagamento, nos termos do art. 156, I, do Código Tributário Nacional; f) NOTIFICAR a prestadora , encaminhado cópia do presente Despacho.
.

Em 1º de junho de 2012

Nº 4.220/2012/ADPFA2/SAD - Processo Administrativo Fiscal - PAF nº 53500.029766/2008, instaurado em desfavor da CONECTA TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ nº 04.533.132/0001-30: RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe nº 25/2012/ADPFA2/ADPF; b) DETERMINAR o recolhimento de R$ 27.683,97 (vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), a título de contribuição ao Fust relativa ao exercício de 2004; c) DETERMINAR que os valores acima sejam acrescidos, a contar da data de vencimento de cada um dos meses, o valor referente a 2% (dois por cento) de multa moratória e 1% (um por cento) de juros, nos termos do art. 8.º, §§ 1.º e 2.º do Regulamento do Fust, art. 7.º do Regulamento de Arrecadação do Fust e art. 161, § 1.º, do Código Tributário Nacional - CTN; d) RECORRER, de Ofício, ao Conselho Diretor, nos termos do art. 34, inciso I, do Decreto n.º 70.235/72; e) NOTIFICAR a prestadora , encaminhado cópia do presente Despacho.

IONE TEREZA ARRUDA MENDES HEILMANN

Em 29 de junho de 2012

Nº 5.059/2011/ADPFA2/SAD - Processos Administrativos Fiscais - PAFs n.º 53500.005643/2007 e nº 53500.022721/2007, instaurados em desfavor da FEIRA RÁDIO TÁXI SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 00.148.246/0001-05; RESOLVE: a) RECONSIDERAR a decisão exarada por meio do Despacho nº 7904/2009/UNACO/UNAC/SUN, de 10/11/2009, o qual decidiu pela improcedência dos valores lançados para o exercício de 2002, nos termos do artigo 55, do Regimento Interno da Anatel e artigos 53 e 54, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; b) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe n.° 140/2011/ADPFA2/ADPF; c) DETERMINAR o recolhimento de R$ 40,88 (quarenta reais e oitenta e oito centavos) referente ao exercício de 2001 e R$ 27,44 (vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), referente ao exercício de 2002, a título de pagamento ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust; d) DETERMINAR, sobre os valores acima referidos, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; e) RECORRER DE OFÍCIO ao Conselho Diretor, nos termos do art. 34, inciso I, do Decreto n.º 70.235/72; f) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho;

Em 29 de setembro de 2012

Nº 8.945/2010/ADPFA2/SAD - Processo Administrativo Fiscal - PAF nº 53500.025190/2007 instaurado em desfavor da ARAUCÁRIA TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF n° 00.214.195/0001-72; RESOLVE: a) ACOLHER os fundamentos constantes do Informe n° 103/2010/ADPFA2/ADPF, para determinar o recolhimento de R$ 7.738,71 (sete mil, setecentos e trinta e oito reais e setenta e um centavo), a título de pagamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust; b) DETERMINAR, sobre o valor acima referido, o recolhimento de multa e juros de mora, nos termos do art. 8º, §§1º e 2º, do Regulamento do Fust (aprovado pelo Decreto nº 3.624/00); art. 7º do Regulamento de Arrecadação do Fust (aprovado pela Resolução n.º 247/00); art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, bem como em conformidade com o art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, acrescido pela Lei nº 11.941/2009; c) NOTIFICAR a prestadora, encaminhando cópia do presente Despacho.

RODRIGO AUGUSTO BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 5.498, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Viamão/RS, no período de 29/09/2012 a 30/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 5.500, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP , no período de 29/09/2012 a 30/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 5.501, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 25/09/2012 a 26/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Aplico sanção, considerando os documentos que instruem cada processo abaixo relacionado, bem como a legislação pertinente, em razão do cometimento de infrações a legislação de telecomunicação a:

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53520.005099/2009	Flávio Dellazzana	Art. 162, § e 163 da Lei 9.472/97.	R$ 1.081,01	PR	24/01/11

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO NO PARANÁ

DESPACHOS DO GERENTE

Aplico sanção, considerando os documentos que instruem cada processo abaixo relacionado, bem como a legislação pertinente, em razão do cometimento de infrações a legislação de telecomunicação a:

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53000049515/2009	OCR - Organização Comunitária de Radiodifusão	Art. 78 da Res. 259/01, art. 162, § 2º da Lei 9.472/97, itens 14.2, 18.1.3, 18.3.2.1, 18.3.2.2 da Norma 001/04.	R$ 3.700,00	PR	05/01/12
53000026424/2010	Rádio Comunitária FM Morada do Vento de Joaquim Távora	Item 18.3.2.2 da Norma 001/04 e art. 18 da Res. 303/02.	R$ 800,00	PR	05/01/12
53000039316/2009	Rádio Nereu Ramos Ltda.	Item 5.4.2 da Res. 116/99.	R$ 1.200,00	SC	04/01/12

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53516005017/2009	Willyan Rodrigo Kray	Art. 162, § 2º da Lei 9.472/97.	R$ 5.010,08	PR	10/02/12

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Substituto

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53000025845/2010	Estação Retransmissora de Televisão Sarandi	Item 9.3.5 da Res. 284/01 e art. 18 da Res. 303/02.	R$ 4.000,00	PR	25/11/11

TEREZA FIALKOSKI DEQUECHE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 4.447, DE 9 DE AGOSTO DE 2012

Processo nº 53000.025055/2012. RADIO UPACARAI LTDA -OM -Dom Pedrito/RS - Autoriza a substituição do equipamento transmissor principal.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.503, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.057696/10. MIGUEL CALMON FM LTDA - FM - Miguel Calmon/BA - Canal 203. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.505, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.032360/11. RÁDIO TRES CLIMAS LTDA - FM - Assaré/CE - Canal 287. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.024502/11. RÁDIO TRES CLIMAS LTDA - FM - Chorozinho/CE - Canal 258. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 5.510, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.024464/11. SISTEMA NORTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - GTVD - Linhares/ES - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.511, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.012714/11. REDE GOIÂNIA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - GTVD - Goiânia/GO - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente de Serviços de

ATO Nº 5.512, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.063867/11. FUNDAÇÃO PADRE KOLBE DE RÁDIO E TELEVISÃO - GTVD - Campo Grande/MS - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.513, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.050744/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Garopaba/SC - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.514, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.008541/12. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - GTVD - Dourados/MS - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.517, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.047013/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Belo Horizonte/MG - Canal 49. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 5.496, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Processo: 53500.005896/2012. Reconhece a inexigibilidade de licitação para a expedição de autorização para exploração dos Serviços Limitado Especializado ou Privado, submodalidades Serviços de Radiotáxi Especializado ou Privado, de interesse coletivo ou restrito, respectivamente, e para a outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, nas áreas de prestação de serviço e nas faixas de radiofrequências específicas, que constam no Anexo deste Ato, diante da não necessidade da disputa pelas autorizações.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ANEXO I

ÁREA DE PRESTAÇÃO	FAIXAS DE FREQÜÊNCIAS	CANAIS DISPONÍVEIS	MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	NECESSIDADE DE LICITAÇAO
REGIÃO METROPOLITANA DE AGRESTE/AL	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	41	-	-
	152 a 174 MHz	37	02	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS/GO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	04	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	41	-	-
	152 a 174 MHz	92	02	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	09	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	18	-	-
	39 MHz	27	-	-
	152 a 174 MHz	18	01	NÃO
	243 a 257 MHz	02	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU/SE	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	37	-	-
	152 a 174 MHz	41	06	NÃO
	243 a 257 MHz	05	-	-
MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS/RJ	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	09	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	18	-	-
	39 MHz	27	-	-
	152 a 174 MHz	22	01	NÃO
	243 a 257 MHz	02	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	05	-	-
	34 MHz (11 a 15)	00	-	-
	38 MHz	18	-	-
	39 MHz	38	-	-
	152 a 174 MHz	80	05	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/PA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	38	12	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/MG	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	23	05	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	98	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	05	-	-
	34 MHz (11 a 15)	0	-	-
	38 MHz	07	-	-
	39 MHz	15	-	-
	152 a 174 MHz	04	01	NÃO
	243 a 257 MHz	02	-	-
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	94	03	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE CATANDUVA/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	06	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	35	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE CHAPECÓ/SC	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	67	01	NÃO
	243 a 257 MHz	02	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	40	-	-
	152 a 174 MHz	17	12	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA/BA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	03	-	-
	38 MHz	24	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	92	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA/CE	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	35	03	NÃO
	243 a 257 MHz	06	01	NÃO
MUNICÍPIO DE GARANHUNS/PE	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	39	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA/GO	33 MHz	30	-	- -
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	41	-	-
	152 a 174 MHz	18	03	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA/GO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	09	-	-
	34 MHz (11 a 15)	03	-	-
	38 MHz	24	-	-
	39 MHz	41	-	-
	152 a 174 MHz	41	03	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUIS/MA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	152 a 174 MHz	63	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	92	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE ITABELA/BA	33 MHz	30	01	NÃO
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	75	-	-
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE ITABUNA/BA	33 MHz	29	01	NÃO
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	70	-	-
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	40	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	49	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE JATAÍ/GO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	06	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	61	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA/PB	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	64	04	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE LIMEIRA/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	94	01	NÃO
	243 a 257 MHz	05	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA/PR	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	24	07	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE MACAÉ/RJ	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	09	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	14	-	-
	39 MHz	24	-	-
	152 a 174 MHz	15	02	NÃO
	243 a 257 MHz	0	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE MACAPÁ/AP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	04	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	01	NÃO
	152 a 174 MHz	86	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ/AL	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	19	06	NÃO
	243 a 257 MHz	04	-	-
REGIÃO METROPOLOTANA DE MANAUS/AM	33 MHz	30	03	NÃO
	34 MHz (1 a 10)	10	02	NÃO
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	25	01	NÃO
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	22	12	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	96	03	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	39	-	-
	152 a 174 MHz	45	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	09	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	18	-	-
	39 MHz	27	-	-
	152 a 174 MHz	19	01	NÃO
	243 a 257 MHz	02	-	-
MUNICÍPIO DE PASSOS/MG	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	06	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	38	04	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	99	02	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS/RJ	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	21	-	-
	39 MHz	36	-	-
	152 a 174 MHz	66	01	NÃO
	243 a 257 MHz	05	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	39	03	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	76	04	NÃO
	243 a 257 MHz	05	-	-
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	34	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE/MT	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	69	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE/PE	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	45	02	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	09	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	18	-	-
	39 MHz	27	-	-
	152 a 174 MHz	21	01	NÃO
	243 a 257 MHz	02	-	-
MUNICÍPIO DE RIO VERDE/GO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	59	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	06	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	90	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR/BA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	20	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	51	05	NÃO
	243 a 257 MHz	06	01	NÃO
MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	68	02	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	09	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	18	-	-
	39 MHz	27	-	-
	152 a 174 MHz	20	01	NÃO
	243 a 257 MHz	02	-	-
MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	44	02	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE TERESINA/PI	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	64	03	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE UBERABA/MG	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	24	04	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	71	02	NÃO
	243 a 257 MHz	05	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ/MT	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	56	02	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE VILHENA/RO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	93	01	NÃO
	243 a 257 MHz	06	-	-
MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	08	-	-
	34 MHz (11 a 15)	05	-	-
	38 MHz	15	-	-
	39 MHz	24	-	-
	152 a 174 MHz	09	02	NÃO
	243 a 257 MHz	0	-	-
DISTRITO FEDERAL	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	09	-	-
	34 MHz (11 a 15)	04	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	41	-	-
	152 a 174 MHz	18	02	NÃO
	243 a 257 MHz	04	-	-

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.785, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.014177/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SALTO, estado de São Paulo, o canal nº 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.849, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.014561/2010, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO BRASIL OESTE LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ALTA FLORESTA, estado de Mato Grosso, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 154, DE 16 DE AGOSTO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso I, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no Processo nº 53000.037979/2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a MEAÍPE EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, canal 243 (duzentos e quarenta e tres), classe A1, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, e aprovar seus locais de instalação, em conformidade com a Nota Técnica nº 357/2012/DRMC-01-SP, em anexo.

Art. 3º A estação somente poderá entrar em operação após a obtenção do uso da radiofreqüência associado ao Serviço, e seu início efetivo, condicionada à emissão da respectiva Licença de Funcionamento pelo Ministério das Comunicações.

Art. 4º Determinar que, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade providencie a efetivação do que foi aprovado e requeira vistoria para fins de licenciamento ou encaminhe formulário de vistoria conforme Portaria SCE/MC nº 159, de 8 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 9 de abril de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

DESPACHO DO DIRETORA
Em 14 de setembro de 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO SEC Nº 10, DE 10/09/2012	ACT	RÁDIO CULTURA DE UBERLÂNDIA LTDA	MG	UBERLÂNDIA	FM	236	53000.065244/2007
DESPACHO SEC Nº 11, DE 14/09/2012	ACT	SISTEMA ABAETÉ DE RADIODIFUSÃO LTDA	MG	ABAETÉ	FM	234	530000.058306/2006
DESPACHO SEC Nº 12, DE 14/09/2012	ACT	LITORAL RADIODIFUSÃO LTDA	RJ	ARRAIAL DO CABO	FM	233	53000.074798/2006
DESPACHO SEC Nº 13, DE 14/09/2012	ACT	RÁDIO VILA REAL LTDA	MG	ITUIUTABA	FM	262	53500.026617/2004
DESPACHO DEOC Nº 102, DE 14/09/2012	ACT	EMPRESA FLUMINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA	RJ	NITERÓI	FM	233	53000.029627/2007
DESPACHO DEOC Nº 103, DE 14/09/2012	ACT	RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA	SC	PORTO UNIÃO	OM	1230	53000.009677/2006
DESPACHO DEOC Nº 106, DE 21/09/2012	APL	RÁDIO NOVO MILENIO LTDA	SP	SERTÃOZINHO	OM	1540	53000.020853/2010
DESPACHO DEOC Nº 107, DE 21/09/2012	APL	REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	RO	OURO PRETO DO OESTE	OM	1490	53000.003827/2008
DESPACHO DEOC Nº 108, DE 21/09/2012	APL	REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	RO	PIMENTA BUENO	OM	1530	53000.003826/2008
DESPACHO DEOC Nº 109, DE 21/09/2012	APL	RÁDIO DIFUSORA VIRADOURO FM COMUNICAÇÕES LTDA	SP	VIRADOURO	FM	205	53000.041055/2010

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHO DEOC Nº 110, DE 21/09/2012/	APL	RÁDIO NOVA FM ANASTACIO LTDA	MS	ANASTÁCIO	OM	710	53000.025177/2007
DESPACHO DEOC Nº 111, DE 21/09/2012	APL	SISTEMA FIGUEROA BELMONTE DE COMUNICAÇÕES LTDA	SP	VALPARAÍSO	FM	203	53000.024779/2011
DESPACHO DEOC Nº 112, DE 21/09/2012	APL	GRUPO SUCESSO DE COMUNICAÇÃO LTDA	GO	AURILÂNDIA	FM	210	53000.012330/2011
DESPACHO DEOC Nº 113, DE 21/09/2012	APL	RÁDIO RMS LTDA	SP	CORONEL MACEDO	FM	215	53000.045545/2010
DESPACHO DEOC Nº 114, DE 21/09/2012	APL	L.M. RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	SP	SANTA LÚCIA	FM	289	53000.045403/2010

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Diário Oficial da União nº 134, do dia 3 de setembro de 2012, Seção 1, página 134, onde se lê:

"Nº 079 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições (...)",

leia-se: "Despacho Nº 079, de 31 de agosto de 2012 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, §1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012 e considerando o que consta do processo nº 53000.037370/2012, resolve aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, da CABLE-LINK OPERADORA DE SINAIS DE TV A CABO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, utilizando o canal 14- (quatorze decalado para menos), em conformidade com a Nota Técnica nº 371/2012/GTPU/DEOC/SCE-MC.

VOCÊ SABIA QUE...



...a obra "Marília de Dirceu", do inconfidente mineiro Thomaz Antonio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Impressão Régia?



Que Machado de Assis, autor de romances como "Dom Casmurro" e "Quincas Borba", entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do *Diário Oficial*?

SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de setembro de 2012

Nº 2.943 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Portaria nº 1.850, de 5 de julho de 2011, nos termos da Resolução Normativa nº. 420, de 30 de novembro de 2010, e o que consta do Processo nº. 48500.000069/2001-92, resolve: (i) - Registrar para a UTE Diamante, autorizada por meio da Resolução n.º 107, de 18 de março de 2003, a instalação de uma unidade geradora de contingência de 360 kW, utilizando óleo diesel como combustível, a qual não integra a capacidade instalada do empreendimento.

Nº 2.944 - Processos nºs 48100.000351/1996-61, 48500.000562/2007-61, 48500.003174/2003-45, 48500.003925/1998-67, 48500.004688/2001-56, 48500.002960/2001-08 e 48500.001836/2001-35. Interessado: LDC Bioenergia S.A. Decisão: Alterar a razão social da empresa LDC Bioenergia S.A. para BIOSEV S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.527.906/0001-36.

Nº 2.945 - Processo nº 48500.003623/2002-56. Interessado: Companhia Energética Paulista S.A. Decisão: Registrar, nos termos do art. 4º da Resolução 420/2010, a Potência Líquida de 1.404,75 kW, correspondente as unidades geradoras UG2 e UG3, da PCH Comendador Venâncio, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 133/2004.

Nº 2.946 - Processos nºs 48100.000673/1994-76, 48100.000618/1994-68 e 48100.001724/1997-93. Interessado: LDC-SEV Bioenergia S.A. Decisão: Alterar a razão social da empresa LDC-SEV Bioenergia S.A para BIOSEV Bioenergia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.213.747/0118-28.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de setembro de 2012

Nº 2.948 - Processo nº 48500.005808/2010-59. Interessados: Light Energia S.A. (Contratada) e Lightger S.A. (Contratante). Decisão: anuir ao 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia do Proprietário para Implantação da PCH Paracambi, a ser celebrado entre os Interessados, tendo por objeto prorrogar o prazo de vigência final desse Contrato de 1º de março de 2012 para 31 de dezembro de 2013 e adequar o Cronograma Físico-Financeiro, mantendo-se inalterada as demais cláusulas. A íntegra deste Despacho encontra-se nos autos e está disponível no sítio www.aneel.gov.br/biblioteca.

EDUARDO JÚLIO DE FREITAS DONALD
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de setembro de 2012

Nº - Processo nº 48500.004560/2002-73. Decisão: Aprovar o Projeto Básico Revisado da PCH Segredo, de titularidade da empresa Segredo Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.936.816/0001-33, situada no rio Juruena, integrante da sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Amazonas, Estado do Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DA DIRETORA-GERAL
Em 24 de setembro de 2012

Nº 1.080 - A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as disposições da Resolução ANP nº 33/2005 e do Regulamento Técnico ANP Nº 05/2005, que estabelecem normas para a aplicação de recursos pelos concessionários, em investimentos em pesquisa e desenvolvimento, conforme definidos em Cláusula específica dos Contratos de Concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, bem como regulamentam a elaboração do Relatório Demonstrativo das despesas anuais realizadas;

Considerando a Resolução de Diretoria nº 855, de 5 de setembro de 2012, e o que consta do processo 48610.015621/2009-82;

Considerando as despesas realizadas com pesquisa e desenvolvimento apresentadas pelo Concessionário REPSOL SINOPEC, CNPJ 02.270.689/0001-08, no Relatório Demonstrativo Anual referente ao exercício de 2009; e

Considerando os Pareceres Técnicos CDT/ANP Nº 08/2011, de 07/10/11, e CDT/ANP Nº 02/2012, de 18/06/2012, torna público o seguinte ato:

1 - Ficam aprovados os Pareceres Técnicos CDT/ANP Nº 08/2011 e CDT/ANP Nº 02/2012 sobre as despesas realizadas com Pesquisa e Desenvolvimento pelo concessionário REPSOL SINOPEC, referente ao exercício de 2009, cujo Extrato é publicado em anexo ao presente Despacho;

2 - Nos termos do art.59 da Lei nº 9.784, de 29/01/99, o concessionário terá o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação do presente Despacho, para interposição de recurso administrativo com vistas ao pedido de reexame da decisão de que trata o item 1.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

ANEXO

EXTRATO DOS PARECERES TÉCNICOS

DESPESAS REALIZADAS COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		Parecer Nº 08 /201 1	Data: 07/10/11
		Parecer Nº 02 /201 2	Data: 18/06/12
Processo nº:	48610.002180/2011-73		
Concessionári a :	REPSOL SINOPEC	CNPJ - 02.270.689/0001-08	
Período do Parecer :	Relatório Demonstrativo Anua l de Despesas de 2009 .		
Campo abrangido:	Albacora Leste (10%)	Contrato:	Bid 0 - 1998 - 48000.003895/97-67
Data de protocolo dos documentos:	29/09/2010		

1.Obrigação Anual de Investimento (em R$)

Descrição	Ano de Referência: 2009
Valor da Obrigação	4.339.038,83
Valor Mínimo a ser Aplicado em Instituições de P&D	2.169.519,42

2.Demonstrativo das Despesas Enquadradas como Pesquisa e Desenvolvimento (em R$)

2.1.Despesas realizadas em Instituições de P&D

Descrição	Ano de Referência: 2009
Despesas Declaradas	2.500.078,00
Despesas Enquadradas	2.298.630,83
Despesas Não Enquadradas	201.447,17

2.2.Despesas realizadas em Instalações do Concessionário

Descrição	Ano de Referência: 2009
Despesas Declaradas	1.838.960,00
Despesas Enquadradas	1.838.960,00
Despesas Não Enquadradas	0,00

3.Demonstrativo do Investimento Mínimo Obrigatório nas Instituições de P&D (em R$)

Descrição	Ano de Referência: 2009
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.169.519,42
Despesas Enquadradas	2.298.630,83

4.Demonstrativo do Saldo Apurado (em R$)

Descrição	Ano de Referência: 2009
Valor obrigação	(-) 4.339.038,83
Saldo a investir referente a exercícios anteriores	(-) 2.495.008,18
Despesas nas Instituições de P&D	(+) 2.298.630,83
Despesas nas Instalações do Concessionário	(+) 1.838.960,00
Saldo no período	(-) 2.696.456,18
Data da apuração do saldo	30/06/2010

5.Conclusão

a)No exercício de 2009 as despesas realizadas com atividades de P&D realizadas pelo concessionário corresponderam a 95% do valor da obrigação do respectivo exercício;

b)A exigência de investir no mínimo 50% do valor da obrigação nas Instituições de P&D foi cumprida pelo Concessionário REPSOL SINOPEC;

c)Considerando o saldo a investir referente aos exercícios anteriores e o saldo não investido em 2009, foi apurado um saldo devedor de R$ 2.696.456,18 (dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos), até 30/06/2010.

d)O prazo de aplicação dos recursos será de até 12 (doze) meses contados a partir da data em que for publicada a homologação deste parecer. A execução dessas despesas deverá ser devidamente comprovada nos Relatórios Demonstrativos Anuais subsequentes, de acordo com os itens 6 e 15 do Regulamento Técnico ANP Nº5/2005, referentes ao período compreendido no prazo mencionado.

e)As despesas em realizadas em projetos em andamento referentes ao Relatório de 2009 foram consideradas previamente enquadradas, devendo ter sua aplicação comprovada após a conclusão do projeto, como condição para que possam ser avaliadas e enquadradas em caráter definitivo.

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de setembro de 2012

Nº 1.081 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, alíneas b e g, do art. 19, da Resolução ANP nº 17, de 18 de junho de 2009, torna público o cancelamento do registro nº 273 e a cassação da autorização para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, outorgados a CARAVELA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 84.031.368/0001-07, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.007030/2011-56. Fica sem efeitos a Autorização n° 131, publicada no Diário Oficial da União em 25/04/2005.

Nº 1.082 - Em virtude do Ofício DRT-3 nº 832/2012, emitida pela Delegacia Regional Tributária do Vale do Paraíba, que informa o restabelecimento de Inscrição Estadual, e considerando as atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao AUTO POSTO GARION LTDA, CNPJ nº 00.782.234/0001-38, conforme liminar concedida pelo MM. Dr. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Taubaté nos autos do Processo 625.01.2012.021671 (Ordem 2423/2012).

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 428, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, com base na Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista os documentos que constam dos Processos ANP nº 48610.005277/2010-57 e n° 48610.015193/2011-11, e considerando:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

- a conveniência de se unificar as diversas Autorizações de operação outorgadas pela ANP para as instalações do Terminal da empresa Terminal Químico de Aratu S/A - TEQUIMAR localizado no Município de Candeias, Estado da Bahia em um único Ato Administrativo, com vistas ao melhor controle das outorgas;

- a nova sistemática de acompanhamento das Licenças Ambientais das instalações de competência da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural - SCM, cujas instruções constam atualmente nas Autorizações publicadas;

- a otimização do controle periódico das vistorias das instalações com vistas a sua segurança operacional, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Terminal Químico de Aratu S/A - TEQUIMAR, CNPJ: 14.688.220/0001-64, autorizada a operar as seguintes instalações para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis das Classes I a III, Biodiesel e Mistura Óleo Diesel/Biodiesel e Etanol em seu Terminal Marítimo localizado no Porto de Aratu, Município de Candeias, Estado da Bahia.

a) 18 (dezoito) dutos portuários, sendo 13 (treze) construídos em aço carbono e 5 (cinco) em aço inox, interligando os pontos de atracação à estação de bombeamento, com 8 polegadas de diâmetro e 500 metros de extensão cada;

b) 23 (vinte e três) plataformas rodoviárias para carregamento e descarregamento de caminhões-tanque;

c) 83 (oitenta e três) tanques, com as características listadas abaixo:

Tanques (TAG)	Diâmetro (m)	Altura Útil (m)	Capacidade tabelada (m^3)
2001	12,805	12,120	1.563,654
2002	9,153	12,180	802,427
2003	12,800	12,200	1.572,337
2004	9,153	12,180	802,048
2005	12,800	12,180	1.570,005
2006	9,155	12,140	799,804
2007	9,152	12,200	803,750
2008	12,803	12,220	1.547,170
2009	12,802	12,220	1.574,736
2010	9,162	12,140	800,654
2011	9,150	12,150	799,793
2012	12,805	12,110	1.564,030
2013	9,149	12,120	797,219
2014	12,802	12,100	1.559,903
2015	12,798	13,800	1.778,130
2016	9,151	12,120	798,354
2017	9,148	12,120	797,419
2018	12,082	12,120	1.563,338
2019	9,142	12,120	799,046
2020	12,801	12,100	1.557,480
2021	9,140	12,110	796,995
2022	12,801	12,100	1.562,156
2023	9,148	12,120	796,631
2024	12,793	11,980	1.545,656
2025	16,697	14,470	3.174,876
2026	16,669	14,550	3.191,548
2027	16,693	14,530	3.205,948
2028	16,693	14,540	3.205,929
2029	16,700	14,470	3.175,365
2030	16,700	14,480	3.189,576
2031	16,693	14,500	3.183,414
2032	16,691	14,500	3.183,616
2033	11,792	14,550	1.593,055
2034	11,793	14,550	1.593,460
2035	9,794	14,550	1.099,976
2036	9,788	14,610	1.101,577
2040	6,997	7,910	305,092
2041	6,990	7,910	304,145
2042	7,001	13,470	519,583
2043	7,001	13,450	519,258
2044	6,998	13,470	518,904
2045	7,000	13,470	519,411
2046	24,743	16,450	7.941,865
2047	24,741	17,750	8.493,822
2048	10,697	14,540	1.311,074
2049	10,697	14,530	1.311,168
2050	10,697	14,550	1.311,770
2051	10,698	14,550	1.310,240
2052	13,498	14,560	2.089,900
2053	13,497	14,550	2.087,774
2060	16,696	14,550	3.176,787
2061	16,694	14,540	3.193,814
2062	16,698	14,520	3.184,904
2063	16,695	14,540	3.192,747
2064	15,290	14,540	2.672,110
2065	15,300	14,570	2.684,427
2066	15,302	14,540	2.678,203
2067	15,302	14,550	2.683,478
2068	8,489	9,690	548,586
2069	8,496	9,680	549,383
2070	8,491	9,650	548,057
2071	8,496	9,640	547,161
2072	8,500	9,720	552,854
2074	8,498	9,710	551,619
2075	8,497	9,700	550,852
2076	8,498	9,710	552,647
2077	22,997	15,450	6.448,360
2078	22,995	15,470	6.447,504
2079	21,404	14,500	5.255,888
2080	21,406	14,540	5.255,626
2081	27,193	17,580	10.264,821
2082	19,197	17,580	5.109,452
2083	19,197	17,580	5.109,791
2084	19,189	17,970	5.221,447
2089	13,360	19,465	2.740,789
2091	12,410	17,040	2.074,949
2092	15,263	16,970	3.127,576
2093	15,262	19,420	3.570,111
2094	15,262	19,410	3.568,530
2095	13,357	19,420	2.734,359
2096	8,999	20,560	1.312,349
2097	8,999	20,540	1.310,450
2098	8,999	20,540	1.310,654

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º A Terminal Químico de Aratu S/A - TEQUIMAR deverá encaminhar, até a data de vencimento dos licenciamentos ambientais das instalações relacionadas na presente Autorização, cópias autenticadas das solicitações de renovação destes licenciamentos protocoladas junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópias autenticadas das renovações das respectivas licenças, em até 15 (quinze) dias, contados a partir das datas de suas renovações.

Art. 4º Fica revogada a Autorização nº 708, de 14/12/2010, publicada no DOU nº 239, de 15/12/2010, seção 1, págs. 137/138.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 429, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.008933/2010-73, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica o Consórcio Malhas Sudeste Nordeste autorizado a pré-operar o Gasoduto Ramal de Campos Elíseos 16" - Trecho Remanescente do GASDUC I, que perfaz a interligação entre o "manifold" da Estação de Campos Elíseos ao trecho remanescente do gasoduto Cabiúnas - REDUC I (GASDUC I), com 16 polegadas de diâmetro e vazão máxima de 14,7 milhões de Nm^3/dia, localizado em Duque de Caxias/RJ.

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização para Pré- Operação do Gasoduto Ramal de Campos Elíseos 16" - Trecho Remanescente do GASDUC I, terá validade até 12 de novembro de 2012, conforme disposto na Notificação n° SARATNOT/01010112, emitida em 10 de agosto de 2012, pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

RETIFICAÇÃO

Referência: Processos DNPM nºs 48400.000.505/2011
48400.000.767/2012

Interessado: Barrinhas Comércio e Importação de Bebidas e Cereais Ltda.

Assunto: Importação de Água Mineral.

No despacho publicado no DOU de 29 de agosto de 2012, Seção 1, página 62, Relação nº 96/2012,

Onde se lê:"...*BARRINHAS COMERCIAL E IMPORTAÇÃO DE BEBIDAS E CEREAIS LTDA, CNPJ 36.167.492/0001-51*"...., Leia-se:"...*BARRINHAS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE BEBIDAS E CEREAIS LTDA, CNPJ 36.167.492/0001-51...*".

DIRETORIA DE GESTÃO E TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR
RELAÇÃO Nº 110/2012 - DF

O DIRETOR DA DIRETORIA DE GESTÃO E TITULOS MINERARIOS torna sem efeito a Relação nº65/2012, da SEDE DF publicada no DOU de 31/07/2012, Seção 1, página 38, por ter sido publicada em duplicidade.

JOMAR FEITOSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 46/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Andre Valerio - 880401/11
Evandro Nogueira Cruz - 880389/11

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 349/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Cachoeira Stones Granitos e Mármores LTDA. - 870907/10
Empresa Brasileira de Mineração Ltda - 871271/10
Fernando Alvares da Silva - 871195/10, 871196/10, 872510/10
Geovan da Anunciação Cordeiro - 872030/10
Golden Moutain Mineração Ltda - 870599/11
Gpm Grupo Paranaense de Mineração Ltda - 872355/09
João Dos Santos Coelho - 870316/09
João Marques Pereira da Costa e Silva - 871748/10
José Juca de Brito - 872658/09
lm Mineração e Construtora Ltda me - 871866/10
Mineracao Carrara Ltda - 874475/07, 874476/07
Moacir Gabbardo - 872004/10
Ômega Transportes e Locações Ltda - 872637/09
Recamp Exploração e Comercio de Minerais Ltda - 871325/10
Sergio Mignacca Meireles - 872649/09
Vulcano Export Calcários LTDA. me - 871786/10, 871787/10, 871788/10, 871789/10, 871805/10
Wallasse Guedes Correia - 870648/11, 870650/11, 870652/11, 870653/11, 870654/11, 870655/11
Zorzi Mineral Group Ltda - 871671/10

RELAÇÃO Nº 350/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Golden Moutain Mineração Ltda - 871183/11, 871184/11
Gran Gold br Granitos Ltda me - 871005/11
José de Souza Barros - 870987/11
Linda Souza Serqueira - 870937/11
Madreperola Rochas Ornamentais do Brasil Ltda - 871032/11, 871034/11, 871035/11, 871036/11, 871037/11, 871038/11, 871039/11
Marcelo Almeida Nunes - 871125/11, 871126/11
Rogerio Nicoli - 871133/11, 871179/11, 871180/11, 871181/11, 871221/11
Wallasse Guedes Correia - 871272/11, 871273/11, 871274/11, 871275/11, 871276/11, 871277/11, 871278/11, 871279/11, 871280/11, 871281/11, 871282/11, 871283/11, 871289/11, 871290/11, 870656/11, 870657/11

RELAÇÃO Nº 351/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Agenor Barros - 871476/11
Ailton Roberto Oliveira de Souza - 872071/11
Alexandre Resstel - 871565/11, 871566/11
Carlos André Mendonça Caprini - 872624/11
Clerio Ferraz de Almeida - 871581/11, 871583/11
Dumarse Mineração LTDA. - 872663/11, 872664/11, 872665/11, 872666/11, 872667/11, 872684/11, 872705/11
Edson João da Silva - 871514/11
Emilio Marcio Gomes de Carvalho - 872194/11
Emilson Pereira Dias - 871999/11
Empresa Brasileira de Mineração Ltda - 872034/11, 872035/11
Fábrica de Laminados de Mármores s a - 871497/11
Fernando Dos Santos Ribeiro - 871338/11, 871339/11, 871340/11
Gilmar Martins Randazzo - 872784/11
Golden Moutain Mineração Ltda - 871426/11, 871427/11
João Claudio de Lima - 871494/11, 871351/11, 872480/11
Manoel Freire Maciel - 872299/11, 872698/11, 872699/11, 872700/11, 871408/11, 871409/11
Raimundo Petrônio Fagundes da Silva - 871562/11, 871563/11
Serra Geral Mineração Ltda - 872000/11, 872001/11
Silitec Silicio Tecnológico Ltda - 872507/11
Silvério Gomes Rezende - 872769/11
Techart Holdings Mineração do Brasil Ltda - 872619/11

RELAÇÃO Nº 352/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Agropecuaria Casari Ltda - 873387/11
Alexandre Resstel - 872820/11
Antonio Eustaquio Pereira Junior - 873001/11
Braz Mineracao Ltda - 873065/11, 873066/11, 873067/11, 873068/11, 873069/11
Candido Santos Gusmão - 873754/11
Carlos André Mendonça Caprini - 872857/11
Edimilson Finotti - 873738/11
Eudorio Oliveira Nato - 873274/11
Granazul Extração de Granitos Ltda - 872976/11
Herald Ney de Oliveira Andrade - 873925/11, 873927/11
Herica Correia Luiz - 873829/11
João Claudio de Lima - 873958/11
Josias Carlos Dos Santos Filho - 873924/11

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Manoel Freire Maciel - 872951/11
Marcelo Almeida Nunes - 872947/11, 872948/11, 872949/11
Mineração Irmãos Andrade Ltda me - 873194/11
Rafael Rodrigues Muniz - 872892/11
Raimundo Petrônio Fagundes da Silva - 873789/11
San Firmino Construtora Emprreendimentos Ltda - 873793/11, 873794/11
Suleide Barros Ribeiro - 872815/11
Ulisses Gomes Barroso - 873055/11
v s Rebouças me - 872971/11
Wallasse Guedes Correia - 873822/11, 873823/11, 873824/11, 873825/11, 873826/11, 873827/11, 873837/11, 873838/11, 873839/11, 873840/11, 873841/11
Zorzi Mineral Group Ltda - 873045/11

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 114/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cooperativa de Mineração Dos Produtores da Pedra Cariri Ceará - 800675/07 - Not.528/2012 - R$ 2.712,12
David Perdigão Vasconcelos - 800241/07 - Not.569/2012 - R$ 257,10
Guaracy Maia Chaves - 800885/08 - Not.645/2012 - R$ 6,38
Jiei Matsumine Mineração - 800251/07 - Not.516/2012 - R$ 257,10, 800239/07 - Not.489/2012 - R$ 257,10
vf Granitosltda me - 800101/08 - Not.611/2012 - R$ 258,58
Votorantim Metais S.a - 800555/07 - Not.570/2012 - R$ 249,21
Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 800818/07 - Not.571/2012 - R$ 257,10, 800819/07 - Not.572/2012 - R$ 257,10, 800820/07 - Not.573/2012 - R$ 257,10, 800822/07 - Not.574/2012 - R$ 257,10, 800823/07 - Not.575/2012 - R$ 257,10, 800824/07 - Not.576/2012 - R$ 257,10, 800825/07 - Not.577/2012 - R$ 257,10, 800826/07 - Not.578/2012 - R$ 257,10, 800827/07 - Not.579/2012 - R$ 257,10, 800828/07 - Not.580/2012 - R$ 257,10, 800829/07 - Not.581/2012 - R$ 257,10, 800830/07 - Not.582/2012 - R$ 257,10, 800831/07 - Not.583/2012 - R$ 257,10, 800804/07 - Not.585/2012 - R$ 257,10, 800821/07 - Not.586/2012 - R$ 257,10, 800832/07 - Not.587/2012 - R$ 257,10, 800891/07 - Not.588/2012 - R$ 257,10, 800063/08 - Not.589/2012 - R$ 257,84, 800065/08 - Not.590/2012 - R$ 257,84, 800066/08 - Not.591/2012 - R$ 257,84, 800067/08 - Not.592/2012 - R$ 257,84, 800068/08 - Not.593/2012 - R$ 257,84, 800069/08 - Not.594/2012 - R$ 257,84, 800070/08 - Not.595/2012 - R$ 258,58, 800071/08 - Not.596/2012 - R$ 258,58, 800082/08 - Not.597/2012 - R$ 258,58, 800084/08 - Not.598/2012 - R$ 258,58, 800088/08 - Not.599/2012 - R$ 258,58, 800089/08 - Not.600/2012 - R$ 258,58, 800090/08 - Not.601/2012 - R$ 258,58, 800091/08 - Not.602/2012 - R$ 258,58, 800092/08 - Not.603/2012 - R$ 258,58, 800093/08 - Not.604/2012 - R$ 258,58, 800094/08 - Not.605/2012 - R$ 258,58, 800095/08 - Not.606/2012 - R$ 258,58, 800096/08 - Not.607/2012 - R$ 258,58, 800097/08 - Not.608/2012 - R$ 258,58, 800098/08 - Not.609/2012 - R$ 258,58, 800099/08 - Not.610/2012 - R$ 258,58, 800794/07 - Not.529/2012 - R$ 257,10, 800795/07 - Not.530/2012 - R$ 257,10, 800796/07 - Not.531/2012 - R$ 257,10, 800803/07 - Not.532/2012 - R$ 257,10, 800805/07 - Not.534/2012 - R$ 257,10, 800806/07 - Not.535/2012 - R$ 257,10, 800807/07 - Not.536/2012 - R$ 257,10, 800808/07 - Not.537/2012 - R$ 257,10, 800809/07 - Not.538/2012 - R$ 257,10, 800810/07 - Not.539/2012 - R$ 257,10, 800816/07 - Not.540/2012 - R$ 257,10, 800817/07 - Not.541/2012 - R$ 257,10, 800851/07 - Not.542/2012 - R$ 257,10, 800890/07 - Not.543/2012 - R$ 257,10, 800847/07 - Not.544/2012 - R$ 257,10, 800862/07 - Not.545/2012 - R$ 257,10, 800860/07 - Not.546/2012 - R$ 257,10, 800861/07 - Not.547/2012 - R$ 257,10, 800859/07 - Not.548/2012 - R$ 257,10, 800858/07 - Not.549/2012 - R$ 257,10, 800857/07 - Not.550/2012 - R$ 257,10, 800889/07 - Not.551/2012 - R$ 257,10, 800850/07 - Not.552/2012 - R$ 257,10, 800849/07 - Not.553/2012 - R$ 257,10, 800848/07 - Not.554/2012 - R$ 257,10, 800838/07 - Not.555/2012 - R$ 257,10, 800837/07 - Not.556/2012 - R$ 257,10, 800839/07 - Not.557/2012 - R$ 257,10, 800840/07 - Not.558/2012 - R$ 257,10, 800841/07 - Not.559/2012 - R$ 257,10, 800842/07 - Not.560/2012 - R$ 257,10, 800843/07 - Not.561/2012 - R$ 257,10, 800844/07 - Not.562/2012 - R$ 257,10, 800845/07 - Not.563/2012 - R$ 257,10, 800852/07 - Not.564/2012 - R$ 257,10, 800853/07 - Not.565/2012 - R$ 257,10, 800854/07 - Not.566/2012 - R$ 257,10, 800855/07 - Not.567/2012 - R$ 257,10, 800856/07 - Not.568/2012 - R$ 257,10, 800648/08 - Not.612/2012 - R$ 260,81, 800649/08 - Not.613/2012 - R$ 260,81, 800650/08 - Not.614/2012 - R$ 260,81, 800651/08 - Not.615/2012 - R$ 260,81, 800652/08 - Not.616/2012 - R$ 260,81, 800653/08 - Not.617/2012 - R$ 260,81, 800655/08 - Not.618/2012 - R$ 260,81, 800656/08 - Not.619/2012 - R$ 260,81, 800657/08 - Not.620/2012 - R$ 260,81, 800658/08 - Not.621/2012 - R$ 260,81, 800659/08 - Not.622/2012 - R$ 260,81, 800660/08 - Not.623/2012 - R$ 260,81, 800661/08 - Not.624/2012 - R$ 260,81, 800662/08 - Not.625/2012 - R$ 260,81, 800663/08 - Not.626/2012 - R$ 260,81, 800664/08 - Not.627/2012 - R$ 260,81, 800665/08 - Not.628/2012 - R$ 260,81, 800666/08 - Not.629/2012 - R$ 260,81, 800667/08 - Not.630/2012 - R$ 260,81, 800668/08 - Not.631/2012 - R$ 260,81, 800669/08 - Not.632/2012 - R$ 260,81, 800670/08 - Not.633/2012 - R$ 260,81, 800671/08 - Not.634/2012 - R$ 260,81, 800672/08 - Not.635/2012 - R$ 260,81, 800673/08 - Not.636/2012 - R$ 260,81, 800674/08 - Not.637/2012 - R$ 260,81, 800675/08 - Not.638/2012 - R$ 260,81, 800676/08 - Not.639/2012 - R$ 260,81, 800677/08 - Not.640/2012 - R$ 260,81, 800678/08 - Not.641/2012 - R$ 260,81, 800679/08 - Not.642/2012 - R$ 260,81, 800680/08 - Not.643/2012 - R$ 260,81, 800681/08 - Not.644/2012 - R$ 260,81, 800892/07 - Not.490/2012 - R$ 257,10, 800893/07 - Not.492/2012 - R$ 257,10, 800894/07 - Not.493/2012 - R$ 257,10, 800895/07 - Not.494/2012 - R$ 257,10, 800896/07 - Not.495/2012 - R$ 257,10, 800897/07 - Not.496/2012 - R$ 257,10, 800898/07 - Not.497/2012 - R$ 257,10, 800899/07 - Not.498/2012 - R$ 257,10, 800900/07 - Not.499/2012 - R$ 257,10, 800901/07 - Not.500/2012 - R$ 257,10, 800902/07 - Not.501/2012 - R$ 257,10, 800903/07 - Not.502/2012 - R$ 257,10, 800904/07 - Not.503/2012 - R$ 257,10, 800905/07 - Not.504/2012 - R$ 257,10, 800906/07 - Not.505/2012 - R$ 257,10, 800907/07 - Not.506/2012 - R$ 257,10, 800908/07 - Not.507/2012 - R$ 257,10, 800909/07 - Not.508/2012 - R$ 257,10, 800910/07 - Not.509/2012 - R$ 257,10, 800911/07 - Not.510/2012 - R$ 257,10, 800912/07 - Not.511/2012 - R$ 257,10, 800920/07 - Not.513/2012 - R$ 257,10, 800781/07 - Not.514/2012 - R$ 257,10, 800784/07 - Not.515/2012 - R$ 257,10, 800785/07 - Not.517/2012 - R$ 257,10, 800786/07 - Not.518/2012 - R$ 257,10, 800787/07 - Not.519/2012 - R$ 257,10, 800921/07 - Not.520/2012 - R$ 257,10, 800922/07 - Not.521/2012 - R$ 257,10, 800923/07 - Not.522/2012 - R$ 257,10, 800930/07 - Not.523/2012 - R$ 257,10, 800788/07 - Not.524/2012 - R$ 257,10, 800791/07 - Not.525/2012 - R$ 257,10, 800792/07 - Not.526/2012 - R$ 257,10, 800793/07 - Not.527/2012 - R$ 257,10, 800919/07 - Not.646/2012 - R$ 260,81

FERNANDO ANTÔNIO DA COSTA ROBERTO

RELAÇÃO Nº 122/2012

LICENCIAMENTO (Código 7.72)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança: 900.729/2010
Notificado: CERÂMICA ASSUNÇÃO LTDA..
CNPJ/CPF: 35.093.301/0001-91
NFLDP nº. 08/2010 - DNPM/CE.
Valor: R$ 16.948,29
Processo de Cobrança: 900.732/2010
Notificado: CERÂMICA ASSUNÇÃO LTDA..
CNPJ/CPF: 35.093.301/0001-91
NFLDP nº. 10/2010 - DNPM/CE.
Valor: R$ 17.984,84
Processo de Cobrança: 900.701/2010
Notificado: CEAGRA-CERÂMICA E AGROPECUÀRIA ASSUNÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 05.328.117/0001-12
NFLDP nº. 005/2010 - DNPM/CE.
Valor: R$ 50.541,93
Processo de Cobrança: 900.702/2010
Notificado: CEAGRA-CERÂMICA E AGROPECUÀRIA ASSUNÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 05.328.117/0001-12
NFLDP nº. 006/2010 - DNPM/CE.
Valor: R$ 16.252,57
Processo de Cobrança: 900.731/2010
Notificado: CEAGRA-CERÂMICA E AGROPECUÀRIA ASSUNÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 05.328.117/0001-12
NFLDP nº. 004/2010 - DNPM/CE.
Valor: R$ 70.454,61
Processo de Cobrança: 900.733/2010
Notificado: CEAGRA-CERÂMICA E AGROPECUÀRIA ASSUNÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 05.328.117/0001-12
NFLDP nº. 002/2010 - DNPM/CE.
Valor: R$ 67.341,56
Processo de Cobrança: 900.734/2010
Notificado: CEAGRA-CERÂMICA E AGROPECUÀRIA ASSUNÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 05.328.117/0001-12
NFLDP nº. 003/2010 - DNPM/CE.
Valor: R$ 49.118,20
LICENCIAMENTO (Código 7.72)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) para pagar(em), parcelar(em) ou apresentar(em) defesa, relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº : 901.243/2012
Notificado: F. MOTA FILHO-ME
CNPJ/CPF: 07.783.822/0001-35
NFLDP nº : 027/2012
Valor: R$: 6.397,27
Processo de Cobrança nº : 901.244/2012
Notificado: F. MOTA FILHO-ME
CNPJ/CPF: 07.783.822/0001-35
NFLDP nº : 028/2012
Valor: R$: 36,25

LICENCIAMENTO (código 7.72):
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que a apresentação de defesa administrativa foi protocolizada fora do prazo legal (intempestivamente), ou perante órgão incompetente ou por quem não seja legitimado; restando-lhe(s) pagar, parcelar, ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 900.377/2011.
Notificado nº: Maria Edith de Sousa Freitas - ME.
CNPJ/CPF: 02.653.575/0001-39.
NFLDP nº: 149/2011 - DNPM/CE.
Valor: R$ 9.307,56.

RICARDO BEZERRA DE SENA
Substituto

RELAÇÃO Nº 141/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Tiago Santos Pereira - 800238/11, 800239/11

FERNANDO ANTÔNIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 335/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adão Heleno Rodrigues - 861250/07 - A.I. 933/12, 861251/07 - A.I. 934/12, 861266/07 - A.I. 935/12, 860753/08 - A.I. 954/12, 861420/08 - A.I. 959/12, 861421/08 - A.I. 960/12
Adher Empreendimentos LTDA. - 861139/08 - A.I. 956/12, 862014/07 - A.I. 939/12, 862046/07 - A.I. 940/12, 862047/07 - A.I. 941/12, 862048/07 - A.I. 942/12, 862049/07 - A.I. 943/12, 862050/07 - A.I. 944/12, 862311/07 - A.I. 945/12
Alexandro Marques de Almeida - 860080/08 - A.I. 946/12, 860081/08 - A.I. 947/12, 860082/08 - A.I. 948/12, 860083/08 - A.I. 949/12, 860084/08 - A.I. 950/12, 860085/08 - A.I. 951/12, 860087/08 - A.I. 952/12, 861960/07 - A.I. 937/12, 861961/07 - A.I. 938/12
Cew Participações LTDA. me - 861325/07 - A.I. 936/12
Edith Sebastiana Sucher Vendramini - 860377/08 - A.I. 953/12
Itamix Mineração Industrial Ltda - 860917/08 - A.I. 955/12, 861274/08 - A.I. 957/12, 861276/08 - A.I. 958/12
Pedro Roberto Rocha - 862135/08 - A.I. 961/12, 862136/08 - A.I. 962/12, 862137/08 - A.I. 963/12
Simon Pires de Abreu - 860898/07 - A.I. 932/12

RELAÇÃO Nº 336/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
ad Bras Mineradora Ltda - 860952/09 - A.I. 974/12, 860953/09 - A.I. 975/12
Adão Heleno Rodrigues - 860274/09 - A.I. 966/12, 860276/09 - A.I. 967/12, 860277/09 - A.I. 968/12, 860278/09 - A.I. 969/12, 860279/09 - A.I. 970/12, 860280/09 - A.I. 971/12
Admir Braz Souza Ferreira - 861442/09 - A.I. 983/12
Agenor Costa e Silva - 860052/10 - A.I. 990/12
Aguinaldo Nunes Lopes - 860091/10 - A.I. 993/12
Bruno Luiz Dos Santos Cobuccio - 861536/09 - A.I. 985/12
Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negocios sa - 861325/09 - A.I. 976/12, 861327/09 - A.I. 977/12, 861328/09 - A.I. 978/12, 861329/09 - A.I. 979/12, 861331/09 - A.I. 980/12, 861332/09 - A.I. 981/12, 861334/09 - A.I. 982/12
Delio Nunes de Jesus - 860628/09 - A.I. 973/12
Doilman Oliveira Barroso Junior - 860009/10 - A.I. 988/12, 860048/10 - A.I. 989/12
Edmar Gomes do Carmo - 860259/09 - A.I. 965/12
Ibrahim Rassi - 860200/09 - A.I. 964/12
João Paulo Costa Ponciano - 860388/09 - A.I. 972/12
João Ramos Botelho - 861706/09 - A.I. 987/12
Marcio Roberto Novato Pessoa - 860058/10 - A.I. 991/12
Quantum Mineração Ltda - 861465/09 - A.I. 984/12
Roberto Zanotto - 860082/10 - A.I. 992/12
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias s a - 860150/10 - A.I. 994/12
Walter Martins Júnior - 861625/09 - A.I. 986/12

RELAÇÃO Nº 337/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adolfo Guilherme Dieter - 861247/10 - A.I. 1011/12
Amando Teixeira da Cunha - 860699/10 - A.I. 1005/12, 860960/10 - A.I. 1006/12, 860961/10 - A.I. 1007/12, 860962/10 - A.I. 1008/12, 860963/10 - A.I. 1009/12
Antonio Beraldo Alves - 860428/10 - A.I. 1001/12
Arquilene Regina Mota de Sousa - 860154/10 - A.I. 995/12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Caetano José de Almeida - 861405/10 - A.I. 1016/12
Carlos Augusto Machado - 861396/10 - A.I. 1015/12
Diego Alves Barbosa - 860322/10 - A.I. 999/12
Edith Sebastiana Sucher Vendramini - 861014/10 - A.I. 1010/12
Fortuna Mineração Ltda - 861250/10 - A.I. 1012/12, 861372/10 - A.I. 1014/12
Francisco de Paula da Silva - 861318/10 - A.I. 1013/12
Geneal Mineração Ltda - 861584/10 - A.I. 1022/12, 861585/10 - A.I. 1023/12, 861600/10 - A.I. 1025/12
Itamix Mineração Industrial Ltda - 860173/10 - A.I. 996/12
Letilia de Miranda Pereira - 860593/10 - A.I. 1004/12
Luiz Humberto de Oliveira Filho - 860174/10 - A.I. 997/12
Mineração M.r.v Ltda me - 861588/10 - A.I. 1024/12
Minetto Minerais do Brasil Ltda - 860534/10 - A.I. 1003/12
Neila da Silva Oliveira - 861446/10 - A.I. 1017/12
Nunes e Rosa Ltda - 860394/10 - A.I. 1000/12
Otavio Hahn Murussi - 861533/10 - A.I. 1018/12
Simon Pires de Abreu - 860257/10 - A.I. 998/12
Titanio Goiás Mineração IND. e COM. Ltda - 861537/10 - A.I. 1019/12, 861538/10 - A.I. 1020/12
Veneranda Silva Barros - 860471/10 - A.I. 1002/12
Wirley Alves de Mendonça - 861552/10 - A.I. 1021/12

RELAÇÃO Nº 338/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adher Empreendimentos LTDA. - 861804/10 - A.I. 1039/12, 861805/10 - A.I. 1040/12, 860034/11 - A.I. 1048/12, 860035/11 - A.I. 1049/12, 860036/11 - A.I. 1050/12, 860037/11 - A.I. 1051/12
Arquilene Regina Mota de Sousa - 860046/11 - A.I. 1052/12
Bruno Luiz Dos Santos Cobuccio - 861699/10 - A.I. 1031/12, 861700/10 - A.I. 1032/12
Edgar Guimarães de Lima - 860011/11 - A.I. 1046/12
Edith Sebastiana Sucher Vendramini - 861663/10 - A.I. 1029/12, 861664/10 - A.I. 1030/12
Itamix Mineração Industrial Ltda - 861708/10 - A.I. 1034/12
Margarete Sieiro Conde - 860124/11 - A.I. 1054/12
Mauro Nunes - 861621/10 - A.I. 1026/12
Miguel Aparecido da Silva - 860028/11 - A.I. 1047/12
Recursos Naturais Internacionais e Mineração e Participações Societárias LTDA. - 861704/10 - A.I. 1033/12, 861811/10 - A.I. 1042/12, 861812/10 - A.I. 1043/12, 861813/10 - A.I. 1044/12
Robson Antônio Guimarães - 861639/10 - A.I. 1027/12, 861640/10 - A.I. 1028/12, 861774/10 - A.I. 1035/12, 861803/10 - A.I. 1038/12
Sergio Silva Lima - 861807/10 - A.I. 1041/12
Tijoleira Cedro Ltda - 861776/10 - A.I. 1036/12, 861798/10 - A.I. 1037/12
Titanio Goiás Mineração IND. e COM. Ltda - 861844/10 - A.I. 1045/12
Vailton Peixoto de Carvalho - 860051/11 - A.I. 1053/12

RELAÇÃO Nº 339/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
bs Areia e Cascalho Ltda - 860206/11 - A.I. 1060/12, 860437/11 - A.I. 1070/12
Cascar Brasil Mineração Ltda - 860564/11 - A.I. 1079/12, 860566/11 - A.I. 1080/12
Cecin Sarkis Simão - 860263/11 - A.I. 1062/12
Cooperativa Dos Garimpeiros Artesãos e Mineradores de Cristalina - 860229/11 - A.I. 1061/12
Emmanoel Tenório Britto - 860486/11 - A.I. 1072/12
Felipe Monaco Balakirev Resende - 860493/11 - A.I. 1073/12, 860494/11 - A.I. 1074/12, 860495/11 - A.I. 1075/12, 860496/11 - A.I. 1076/12
Geraldo Rosa Dos Santos - 860561/11 - A.I. 1078/12
Irenilda de Oliveira Costa - 860469/11 - A.I. 1071/12
João Evangelista Filho - 860288/11 - A.I. 1063/12
Letilia de Miranda Pereira - 860292/11 - A.I. 1064/12, 860388/11 - A.I. 1067/12
Lindomar de Oliveira - 860293/11 - A.I. 1065/12
Marcio de Jesus Silva - 860130/11 - A.I. 1055/12, 860149/11 - A.I. 1059/12
Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 860578/11 - A.I. 1081/12, 860579/11 - A.I. 1082/12, 860580/11 - A.I. 1083/12, 860581/11 - A.I. 1084/12
Paulo Sérgio de Souza Pinheiro - 860618/11 - A.I. 1085/12, 860619/11 - A.I. 1086/12
Sergio Loureiro Valente - 860134/11 - A.I. 1056/12, 860135/11 - A.I. 1057/12
Tania Ribeiro de Oliveira - 860554/11 - A.I. 1077/12
Thomaz Zuzarte Adorno Neto - 860421/11 - A.I. 1068/12
Tony Hudson Bezerra Alves - 860145/11 - A.I. 1058/12
Zim Participações e Investimentos Ltda - 860387/11 - A.I. 1066/12, 860423/11 - A.I. 1069/12

RELAÇÃO Nº 340/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
10 m Group Participações S.A. - 860643/11 - A.I. 1090/12, 860644/11 - A.I. 1091/12, 860645/11 - A.I. 1092/12, 860646/11 - A.I. 1093/12, 860647/11 - A.I. 1094/12, 860648/11 - A.I. 1095/12, 860649/11 - A.I. 1096/12, 860650/11 - A.I. 1097/12, 860652/11 - A.I. 1099/12, 860653/11 - A.I. 1100/12, 860654/11 - A.I. 1101/12, 860655/11 - A.I. 1102/12, 860656/11 - A.I. 1103/12, 860657/11 - A.I. 1104/12, 860658/11 - A.I. 1105/12
Adher Empreendimentos LTDA. - 860665/11 - A.I. 1112/12, 860667/11 - A.I. 1113/12, 860668/11 - A.I. 1114/12, 860669/11 - A.I. 1115/12, 860670/11 - A.I. 1116/12, 860671/11 - A.I. 1117/12, 860672/11 - A.I. 1118/12, 860673/11 - A.I. 1119/12
Wallasse Guedes Correia - 860640/11 - A.I. 1087/12, 860641/11 - A.I. 1088/12, 860642/11 - A.I. 1089/12, 860659/11 - A.I. 1106/12, 860660/11 - A.I. 1107/12, 860661/11 - A.I. 1108/12, 860662/11 - A.I. 1109/12, 860663/11 - A.I. 1110/12, 860664/11 - A.I. 1111/12, 860651/11 - A.I. 1098/12

RELAÇÃO Nº 341/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
ad Bras Mineradora Ltda - 862347/11 - A.I. 1145/12, 862929/11 - A.I. 1151/12
Adher Empreendimentos LTDA. - 860674/11 - A.I. 1120/12, 860675/11 - A.I. 1121/12
Alderico Gonçalves Ferreira - 862293/11 - A.I. 1142/12, 862294/11 - A.I. 1143/12
Associação Filhos do Pai Eterno - 861306/11 - A.I. 1139/12
Azer Duarte de Melo - 862423/11 - A.I. 1147/12
Edvair Alves de Oliveira - 862924/11 - A.I. 1150/12
Emmanoel Tenório Britto - 862176/11 - A.I. 1141/12
Geraldo Portugues de Assunção - 860126/12 - A.I. 1152/12
João Evangelista Filho - 862428/11 - A.I. 1148/12
Mauro Nunes - 860744/11 - A.I. 1138/12
Mineração Rio Dezoito LTDA. - 862343/11 - A.I. 1144/12
Planalto Goiás Minerais TRANSPORTES. - 860729/11 - A.I. 1135/12
Sergio Serio - 862680/11 - A.I. 1149/12
Sinval Nunes da Silva - 860716/11 - A.I. 1132/12, 860717/11 - A.I. 1133/12, 860718/11 - A.I. 1134/12
Tijoleira Cedro Ltda - 860730/11 - A.I. 1136/12, 860731/11 - A.I. 1137/12, 862361/11 - A.I. 1146/12
Wallasse Guedes Correia - 860676/11 - A.I. 1122/12, 860677/11 - A.I. 1123/12, 860678/11 - A.I. 1124/12, 860679/11 - A.I. 1125/12, 860680/11 - A.I. 1126/12, 860681/11 - A.I. 1127/12, 860682/11 - A.I. 1128/12, 860683/11 - A.I. 1129/12, 860684/11 - A.I. 1130/12, 860685/11 - A.I. 1131/12
Xixto Mineração Indústria e Comércio LTDA. - 862101/11 - A.I. 1140/12

RELAÇÃO Nº 342/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Joelma Aureliana de Oliveira - 860453/07
Natal Domingues de Sousa - 861095/09

RELAÇÃO Nº 343/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Brasam Extração Mineral Ltda - 860364/08 - Not.1256/2012 - R$ 17,64
Comércio Varejista e Atacadista de Materiais de Construção Ltda - 860570/08 - Not.1255/2012 - R$ 64,51
Construtora e Mineradora Rio do Norte Ltda me - 861664/07 - Not.1261/2012 - R$ 267,57, 861665/07 - Not.1262/2012 - R$ 267,57, 861666/07 - Not.1263/2012 - R$ 267,57, 861667/07 - Not.1264/2012 - R$ 267,57, 861668/07 - Not.1265/2012 - R$ 267,57, 861669/07 - Not.1266/2012 - R$ 267,57, 861670/07 - Not.1267/2012 - R$ 267,57, 861671/07 - Not.1268/2012 - R$ 267,57, 861672/07 - Not.1269/2012 - R$ 267,57, 861673/07 - Not.1270/2012 - R$ 267,57, 861674/07 - Not.1271/2012 - R$ 267,57, 861675/07 - Not.1272/2012 - R$ 267,57, 861676/07 - Not.1273/2012 - R$ 267,57, 861677/07 - Not.1274/2012 - R$ 267,57, 861678/07 - Not.1275/2012 - R$ 267,57, 861679/07 - Not.1276/2012 - R$ 267,57, 861680/07 - Not.1277/2012 - R$ 267,57, 861681/07 - Not.1278/2012 - R$ 267,57, 861682/07 - Not.1279/2012 - R$ 267,57, 861683/07 - Not.1280/2012 - R$ 267,57, 861684/07 - Not.1281/2012 - R$ 267,57, 861685/07 - Not.1282/2012 - R$ 267,57, 861686/07 - Not.1283/2012 - R$ 267,57, 861687/07 - Not.1284/2012 - R$ 267,57, 861688/07 - Not.1285/2012 - R$ 267,57
Eny Fernando Vieira de Abreu - 860487/08 - Not.1254/2012 - R$ 269,05
Luiz Carlos Tolentino de Almeida - 860321/02 - Not.1260/2012 - R$ 4.707,29
Mineracao rg Ltda Epp - 861056/07 - Not.1253/2012 - R$ 249,67
Seta Mineração Ltda - 861500/08 - Not.1257/2012 - R$ 1.336,22

RELAÇÃO Nº 344/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Agenor Costa e Silva - 860052/10
Arquilene Regina Mota de Sousa - 860046/11
Edith Sebastiana Sucher Vendramini - 861663/10, 861664/10, 861014/10
Geraldo Rosa Dos Santos - 860561/11
Letilia de Miranda Pereira - 860593/10
Otavio Hahn Murussi - 861533/10
Paulo Sérgio de Souza Pinheiro - 860618/11, 860619/11
Planalto Goiás Minerais TRANSPORTES. - 860729/11
Thomaz Zuzarte Adorno Neto - 860421/11
Tony Hudson Bezerra Alves - 860145/11
Veneranda Silva Barros - 860471/10

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 108/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
806.164/2010-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
806.227/2009-REINALDO MENDONÇA QUEIROZ-OF. N°013/2012
806.274/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°587/2012
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
806.048/2008-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA
806.321/2008-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A
806.367/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
806.372/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
806.373/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
806.374/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
806.039/2010-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA-OF. N°812/2012
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
806.065/2001-MINERAÇÃO FORTALEZA LTDA
806.123/2010-LUIZ CARLOS GHIZZI
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
806.004/2010-GILDEMBERG DE SÁ PINTO- Cessionário:GESSO INTEGRAL - EXPLORAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GIPSITA GRAJAÚ LTDA.- CPF ou CNPJ 00.913.051/0001-04- Alvará n°17.124/2011
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
806.184/2009-EVILSON PINTO DE ALMEIDA SOBRINHO-AI N°160/2012
806.229/2009-CONSTRUTORA ATERPA SA-AI N°161/2012
806.243/2009-ANA CÉLIA DE OLIVEIRA-AI N°162/2012
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°934/2012
806.043/2009-MINERAÇÃO SANTA RITA LTDA-OF. N°508, 509 e 511/2012
806.167/2009-TERESINHA MOURA DE QUEIROZ-OF. N°719/2012 e 932/2012
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
806.165/2007-CERAMICA BAUNILHA
806.424/2010-MARFIM CONSTRUÇÃO DE MARMORE GRANITO PREMOLDADOS LTDA
Determina cumprimento Auto de Infração Advertência/ prazo 30 dias(1179)
806.099/2006-F.A. MOREIRA FILHO- AI N° 26 e 27/2012
806.032/2009-J. R. R. INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA.- AI N° 24 e 25/2012
806.167/2009-TERESINHA MOURA DE QUEIROZ- AI N° 18,19,20,21,22,e 23/2012
Instaura processo administrativo de nulidade do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias(1286)
.806.021/2006-POP PEDREIRA OURO PRETO LTDA-NOT Nº019/2006 - Ofício 948/2012
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1709)
806.115/2005-MINERADORA ITAMIRIM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- AI N°177/2008
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.038/2012-MAGROPEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E AGROPECUARIA LTDA-Registro de Licença n°19/2012 de 13 de setembro de 2012-Vencimento em 09 de fevereiro de 2022

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
806.001/2012-MILKA FRANCO SILVA
806.236/2012-D. A. DA SILVA & CIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
806.242/2009-JOSE L DE AZEVEDO-OF. N°943/2012
806.311/2011-CIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES-OF. N°940/2012
806.677/2011-P. DE LEMOS DOS SANTOS-OF. N°921/2012
806.287/2012-CERAMICA SÃO PEDRO LTDA-OF. N°955/2012
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
806.069/2011-CERÂMICA QUEIROZ S A
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
806.036/2002-P. DE LEMOS DOS SANTOS
806.066/2004-VALE S A
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
806.061/2003-EXPEDITO GOMES CABRAL-AI N°282 e 283/2009

RELAÇÃO Nº 110/2012

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de cassação do Registro de Licença(1292)
806.021/2006-POP PEDREIRA OURO PRETO LTDA - Publicado DOU de 30/03/2012
Torna sem efeito multa aplicada(1822)
806.451/2011-CEMIL CERÂMICA MIRIM LTDA- Publicado DOU de 17/09/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
806.669/2011-CERAMICA RIACHÃO LTDA- DOU de 09/02/2012

FERNANDO JOSÉ OLIVEIRA DUAILIBE MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 115/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Vantage Brasil Mineração LTDA. - 866010/07, 866012/07, 866015/07

JOSÉ DA SILVA LUZ

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 75/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Alfredo Jorge Rocha - 868123/08 - A.I. 97/12
Mineração Campo Grande Ltda - 868357/09 - A.I. 101/12
Mineração Parecis sa - 868460/09 - A.I. 98/12, 868461/09 - A.I. 99/12, 868462/09 - A.I. 100/12
Mineradora Rio Verde Ltda - 868343/09 - A.I. 102/12
Tatiane Lorena Bérgamo Santin - 868257/08 - A.I. 96/12

RELAÇÃO Nº 78/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cerâmica Guerra Ltda-epp - 868060/98 - Not.103/2012 - R$ 2.396,34, 868152/98 - Not.105/2012 - R$ 2.396,34, 868153/98 - Not.107/2012 - R$ 2.396,34
Hildebrando Mariano de Almeida me - 868275/10 - Not.108/2012 - R$ 145,04

RELAÇÃO Nº 80/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Mineração e Comércio Minerstone Ltda me - 868143/99 - Not.109/2012 - R$ 5.538,23, 868148/99 - Not.110/2012 - R$ 5.538,23

ANTONIO CARLOS NAVARRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 593/2012

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que o recurso administrativo interpostos foram julgados improcedentes; restando-lhe pagar ou parcelar aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de cobrança nº932.777/2009
Notificado: Mineração Montreal Ltda
CNPJ Ou CPF:70.967.971/0001-90
NFLDP nº6609/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$66.229,18
Processo de cobrança nº932.798/2009
Notificado:Mineração Montreal Ltda
CNPJ Ou CPF:70.967.971/0001-90
NFLDP nº6632/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$5.596,69

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que se julgou-se improcedente(s) a defesa(s)administrativa(s) interposta(s):restando-lhe (s) pagar ou parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de cobrança nº933.674/2010
Notificado:Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mias Gerais
CNPJ Ou CPF:19.791.581/0001-55
NFLDP nº4560/2010 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$451.027,01
Processo de cobrança nº933.760/2010
Notificado:Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração
CNPJ Ou CPF:33.131.541/0001-08
NFLDP nº4713/2010 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$451.026,66
Processo de cobrança nº933.895/2010
Notificado: Holcim (Brasil) SA
CNPJ Ou CPF:60.869.336/0001-17
NFLDP nº144/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$11.526,85
Processo de cobrança nº933.900/2010
Notificado:Intercement Brasil SA
CNPJ Ou CPF:62.258.884/0001-36
NFLDP nº148/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$143.952,82
Processo de cobrança nº935.302/11
Notificado:Galvani Indústria Comércio e Serviços S.A
CNPJ Ou CPF:00.546.997/0001-80
NFLDP nº4674/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$8.662.234,15

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que houve apresentação intempestiva da(s) defesa(s) administrativa(s),restando-lhe(s) pagar ou parcelar ou apresentar recurso relativos ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de cobrança nº935.242/2011
Notificado:Cala Calcário Lagamar Indústria e Comércio Ltda
CNPJ Ou CPF:18.612.481/0001-51
NFLDP nº4617/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.248.609,27

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que **não houve apresentação de recurso administrativo,restando -lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s)** apurado(s)da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de cobrança nº933.751/2010
Notificado:Cala Calcário Lagamar Indústria e Comércio Ltda
CNPJ Ou CPF:18.612.481/0001-51
NFLDP nº4718/2010 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$93.960,39

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que não houve apresentação da(s) recurso(s) administrativa(s),restando-lhe pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de cobrança nº933.767/2010
Notificado: Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP
CNPJ Ou CPF:46.876.991/0001-71
NFLDP nº229/2010 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$872,03

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que não houve apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s),restando-lhe pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de cobrança nº933.904/2011
Notificado:Mineração Pedra Talhada Ltda
CNPJ Ou CPF:17.613.225/0001-16
NFLDP nº3573/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$7.399,15
Processo de cobrança nº933.905/2011
Notificado:Mineração Pedra Talhada Ltda
CNPJ Ou CPF:17.613.225/0001-16
NFLDP nº3574/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$15.221,28
Processo de cobrança nº933.906/2011
Notificado:Mineração Pedra Talhada Ltda
CNPJ Ou CPF:17.613.225/0001-16
NFLDP nº3575/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$15.772,08

Processo de cobrança nº933.907/2011
Notificado:Mineração Pedra Talhada Ltda
CNPJ Ou CPF:17.613.225/0001-16
NFLDP nº3576/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$10.851,81

RELAÇÃO Nº 598/2012

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Aprovo o modelo de rótulo da embalagem de água mineral (4.40)
930.034/2009 - Nestlé Waters Brasil - Bebidas e Alimentos Ltda - Fonte San Pellegrino Terme - Marca San Pellegrino - Embalagem:750 mL,505 mL e 250 mL, com gás (embalagem vidro)

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 164/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848461/08 - A.I. 220/12, 848479/10 - A.I. 281/12, 848484/10 - A.I. 282/12, 848533/10 - A.I. 228/12, 848627/10 - A.I. 229/12, 848662/10 - A.I. 273/12, 848663/10 - A.I. 283/12, 848665/10 - A.I. 274/12, 848667/10 - A.I. 275/12, 848668/10 - A.I. 276/12

RELAÇÃO Nº 165/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Amaral Mineração Ltda - 848084/12 - A.I. 280/12
Antônio Roberto Rocha Silva me - 848281/10 - A.I. 278/12
Jose Fernandes Filho - 848906/11 - A.I. 279/12
Mr2 Serviços e Infraestrutura Ltda - 848672/11 - A.I. 254/12, 848821/11 - A.I. 255/12

RELAÇÃO Nº 166/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Minerario Indústria e Comércio de Minérios Ltda - 848558/10 - A.I. 285/12, 848641/10 - A.I. 227/12, 848642/10 - A.I. 286/12, 848643/10 - A.I. 251/12
Silvio Ursulino Ribeiro - 848751/11 - A.I. 250/12, 848752/11 - A.I. 284/12

RELAÇÃO Nº 167/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848063/11 - A.I. 287/12, 848064/11 - A.I. 296/12, 848065/11 - A.I. 297/12, 848066/11 - A.I. 298/12, 848067/11 - A.I. 299/12, 848068/11 - A.I. 300/12

RELAÇÃO Nº 168/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.728/2011-CARLOS ALBERTO FARIA DE CASTRO-OF. N°947/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.077/2009-SERRA NORTE GRANITOS LTDA-OF. N°1011/2012
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.123/2006-PAULO ROBERTO RETZ- Cessionário:MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA- CPF ou CNPJ 10.937.556/0001-62- Alvará n°7.230/2007
848.134/2006-PAULO ROBERTO RETZ- Cessionário:MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA- CPF ou CNPJ 10.937.556/0001-62- Alvará n°9.169/2006
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.627/2007-MINERAÇAO SANTA BARBARA LTDA EPP- Área de 999,86 para 396,96-Granito
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.047/2009-VON ROLL DO BRASIL LTDA-AI N°288/2012
848.142/2009-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°289/2012
848.308/2009-CAULIM CAIÇARA LTDA-AI N°290/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
848.218/2003-HOLCIM (BRASIL) S A-OF. N°988/2012
848.750/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°956/2012
848.754/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°953/2012
848.755/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°952/2012
848.759/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°957/2012
848.760/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°955/2012
848.761/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°954/2012
Fase de Disponibilidade
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
848.495/2007- HABILITADOS os proponentes: Olavo Fernandes Maia Neto,Francisco das Chagas Diógines e Gustavo Antístenes Maia Diógenes e INABILITADOS os proponentes:

RELAÇÃO Nº 170/2012

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(535)
848.026/2007-ÁGUA MINERAL CAMACHO LTDA- Publicado DOU de 446/2011
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
848.026/2007-Água Mineral Camacho Ltda.- AI N°446/2011
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
848.026/2007-Água Mineral Camacho Ltda.- NOT. N°29/2012
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
848.030/2004-Flavio Antônio de Lara Andrade- NOT. N°75/2008
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
848.030/2004-FLAVIO ANTONIO DE LARA ANDRADE-AI N°221/2007
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
848.030/2004-FLAVIO ANTONIO DE LARA ANDRADE-AI N°221/2007
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
848.144/2005-EMPROGEO LTDA- NOT. N°229/2010
848.136/2006-EMPROGEO LTDA- NOT. N°259/2010
848.565/2007-Carly Hissa Hasbun- NOT. N°138/2011
848.228/2008-Mario Sergio Macedo Lopes- NOT. N°17/2011
848.233/2008-George Fabio de Lara Andrade- NOT. N°112/2011
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
848.136/2006-EMPROGEO LTDA- AI N°202/2010
848.565/2007-CARLY HISSA HASBUN- AI N°124/2011
848.228/2008-MÁRIO SÉRGIO MACEDO LOPES- AI N°385/2010
848.233/2008-GEORGE FABIO DE LARA ANDRADE-AI N°436/2010
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
848.144/2005-EMPROGEO LTDA- AI N°159/2010
848.265/2005-NAG SERVICE & MINERAÇÃO LTDA- AI N°320/2010
848.266/2005-NAG SERVICE & MINERAÇÃO LTDA- AI N°321/2010
848.136/2006-EMPROGEO LTDA- AI N°202/2010
848.565/2007-CARLY HISSA HASBUN- AI N°124/2011
848.228/2008-MÁRIO SÉRGIO MACEDO LOPES- AI N°385/2010
848.233/2008-GEORGE FABIO DE LARA ANDRADE-AI N°436/2010

RELAÇÃO Nº 172/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
848.018/2011-L. L. DA C. FERNANDES ME
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
848.108/2012-EDUARDO NOVAES RANGEL ROMA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
848.680/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Fica NOTIFICADO para pagar ou parcelar débito -TAH/ Prazo 10 dias(178)
848.041/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°1/2012-R$ 135,95
848.042/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°02/2012-R$ 163,14
848.050/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°3/2012-R$ 163,14
848.068/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°4/2012-R$ 163,14
848.069/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°5/2012-R$ 163,14
848.070/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°6/2012-R$ 145,72
848.071/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°7/2012-R$ 163,14
848.073/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°8/2012-R$ 163,14
848.078/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°12/2012-R$ 132,50
848.079/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°9/2012-R$ 132,50
848.194/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°10/2012-R$ 77,22
848.196/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°11/2012-R$ 135,95
848.198/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°13/2012-R$ 86,22
848.199/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°14/2012-R$ 135,95
848.202/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°15/2012-R$ 87,28
848.203/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°16/2012-R$ 135,95
848.206/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°17/2012-R$ 135,95
848.207/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°18/2012-R$ 135,14
848.213/1996-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°19/2012-R$ 117,08
848.053/1997-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°20/2012-R$ 41,80
848.235/2005-MINERAÇÃO CONDESSA LTDA- NOT. N°21/2012-R$ 1.813,91
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.565/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA
848.030/2010-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
848.495/2007-Francisco das Chagas Diógenes.
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
848.495/2007-Olavo Fernandes Maia Neto.
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
848.495/2007-Gustavo Antístenes Maia Diógines - EDITAL N° 17/2012 - Publicado DOU de 03/05/2012
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
848.038/2011-COOPERATIVA MINERAL DO SERIDÓ
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.671/2011-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-Registro de Licença n°15/2012 de 19/09/2012-Vencimento em 01/10/2015
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
848.206/2012-JOSÉ HERMÍNIO DA SILVA
Fase de Requerimento de Lavra
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)
848.755/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA
848.759/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
848.104/2005-I. J. ALMEIDA DE MEDEIROS EPP-OF. N°221.44.041/2012

RELAÇÃO Nº 173/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848079/10 - A.I. 291/12, 848080/10 - A.I. 292/12, 848081/10 - A.I. 293/12
Cearagran Mineração Export LTDA. - 848202/10 - A.I. 294/12, 848203/10 - A.I. 295/12

RELAÇÃO Nº 174/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Cearagran Mineração Export LTDA. - 848204/10 - A.I. 326/12, 848205/10 - A.I. 327/12, 848206/10 - A.I. 328/12, 848207/10 - A.I. 329/12
Cooperativa Dos Trabalhadores de Minerio e Agricultura de Equador e do Seridó - 848210/10 - A.I. 330/12

RELAÇÃO Nº 175/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Blue Hill Empreendimentos Minerais Ltda - 848475/10 - A.I. 332/12, 848476/10 - A.I. 333/12, 848477/10 - A.I. 334/12
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848533/10 - A.I. 335/12
Daniel Chaves de Vasconcelos - 848213/11 - A.I. 336/12
Manoel Francisco José Neto - 848375/10 - A.I. 331/12
Mr2 Serviços e Infraestrutura Ltda - 848672/11 - A.I. 337/12, 848821/11 - A.I. 338/12

RELAÇÃO Nº 176/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.464/2008-MINERAÇÃO TOMAZ SALUSTINO S A-OF. N°1.096/2012
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.588/2008-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.- Área de 894,27 para 658,25-Minério de Ouro,Minério de Tungstênio e Bismuto.
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.486/2008-VALE S A
848.487/2008-VALE S A
848.488/2008-VALE S A
848.489/2008-VALE S A
848.490/2008-VALE S A
848.491/2008-VALE S A
848.492/2008-VALE S A
848.509/2008-VALE S A
848.510/2008-VALE S A
848.511/2008-VALE S A
848.512/2008-VALE S A
848.513/2008-VALE S A
848.514/2008-VALE S A
848.515/2008-VALE S A
848.516/2008-VALE S A
848.517/2008-VALE S A

RELAÇÃO Nº 177/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848094/11 - A.I. 301/12, 848095/11 - A.I. 302/12, 848098/11 - A.I. 303/12, 848099/11 - A.I. 304/12, 848100/11 - A.I. 305/12, 848101/11 - A.I. 306/12, 848102/11 - A.I. 307/12, 848103/11 - A.I. 308/12, 848104/11 - A.I. 309/12, 848105/11 - A.I. 310/12, 848106/11 - A.I. 311/12, 848107/11 - A.I. 312/12, 848108/11 - A.I. 313/12, 848109/11 - A.I. 314/12

RELAÇÃO Nº 178/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848111/11 - A.I. 315/12, 848112/11 - A.I. 316/12, 848113/11 - A.I. 317/12, 848114/11 - A.I. 318/12, 848115/11 - A.I. 319/12, 848116/11 - A.I. 320/12, 848117/11 - A.I. 321/12, 848118/11 - A.I. 322/12, 848120/11 - A.I. 323/12, 848121/11 - A.I. 324/12, 848122/11 - A.I. 325/12, 848123/11 - A.I. 342/12, 848124/11 - A.I. 343/12, 848125/11 - A.I. 344/12, 848126/11 - A.I. 345/12

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 45/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

810.397/2005-ROGÉRIO LUIZ DIAS MORAES
810.546/2008-A. C. MINERAÇÃO LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
811.517/2011-JAQUELINE DA SILVA BARREIRO TEIXEIRA-OF. N°274
810.173/2012-LUIS FERNANDES BERNARDES-OF. N°273
810.289/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.290/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.291/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.292/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.293/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.294/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.295/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.296/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.297/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.298/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°258
810.400/2012-CAMILA KRUGER REHN-OF. N°255
810.505/2012-ROBERTO DE SIQUEIRA CORRÊA-OF. N°275
810.575/2012-FALCON PETROLEO S A-OF. N°261
810.576/2012-FALCON PETROLEO S A-OF. N°261
810.815/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°260
810.943/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.944/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.945/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.946/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.947/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.948/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.949/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.950/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.951/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.952/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.953/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.956/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.957/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.958/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
810.959/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°262
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1863)
811.230/2010-MAQUITEL MAQUINAS E TERRAPLANAGEM LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
810.653/2012-RALPH JOSE RASSWEILER-OF. N°282
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
(513)
811.143/2011-FABIO LODI - PLG N°02/2012 de 12.09.2012 - Prazo 05(cinco) anos
811.195/2011-FABIO LODI - PLG N°03/2012 de 12.09.2012 - Prazo 05(cinco) anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.077/2011-OLARIA E SERRARIA SCARTAZZINI LTDA-Registro de Licença n°197/2012 de 17.09.2012-Vencimento em 03.01.2015
810.104/2012-IVANIR TREVISAN ME-Registro de Licença n°196/2012 de 17.09.2012-Vencimento em 18.01.2017
810.170/2012-SONI MARTINI ME-Registro de Licença n°195/2012 de 17.09.2012-Vencimento em 29.07.2015
810.634/2012-KILDER LEANDRO RODRIGUES MENEZES ME-Registro de Licença n°191/2012 de 17.09.2012-Vencimento em 26.12.2015
810.887/2012-CERÂMICA BARTH LTDA-Registro de Licença n°192/2012 de 17.09.2012-Vencimento em 20.04.2017
810.995/2012-SAIBREIRA POTENZA LTDA-Registro de Licença n°193/2012 de 17.09.2012-Vencimento em 28.03.2015
811.094/2012-COMÉRCIO DE AREIA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LTDA-Registro de Licença n°194/2012 de 17.09.2012-Vencimento em 18.10.2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.648/2012-W M EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA-OF. N°280
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
810.272/2011-CONTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGENS LTDA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
810.924/2012-ROQUE DAL MOLIN ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.208/1985-JAIR VARGAS-FI- Registro de Licença No.:467/1985 - Vencimento em 12.07.2022
810.219/1990-SÉRGIO RONCATO- Registro de Licença No.:1410/1997 - Vencimento em 15.12.2015
810.121/1992-DIONEL BARBOSA DA SILVA FI- Registro de Licença No.:905/1993 - Vencimento em 24.07.2013
810.809/2005-CARLOS EDUARDO DA SILVA- Registro de Licença No.:041/2006 - Vencimento em 04.04.2016
810.394/2006-MARCOS FERNANDO MOMBERGUER-Registro de Licença No.:203/2006 - Vencimento em 26.06.2016
810.710/2007-CERÂMICA GEMAR LTDA.- Registro de Licença No.:071/2008 - Vencimento em 15.12.2015
810.805/2007-OLARIA IRMÃOS MAGAGNIN LTDA-Registro de Licença No.:059/2008 - Vencimento em 22.06.2017
810.783/2008-CERÂMICA BOENI LTDA- Registro de Licença No.:250/2008 - Vencimento em 29.06.2016
810.082/2011-CERÂMICA THEVES LTDA- Registro de Licença No.:062/2011 - Vencimento em 18.04.2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
810.208/1985-JAIR VARGAS-FI- Cessionário:Edenilson Mendo-ME- CNPJ 14.444.026/0001-33- Registro de Licença n°467/1985- Vencimento da Licença: 12.07.2022
810.219/1990-SÉRGIO RONCATO- Cessionário:Pedreira Lopes Ltda.-ME- CNPJ 13.881.526/0001-70- Registro de Licença n°1410/1997- Vencimento da Licença: 15.12.2015
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
810.842/2012-PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA

SÉRGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 155/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Afonso Claudio Pellegrini de Carvalho - 890565/08 - Not.219/2012 - R$ 183,73
Argiomá Costa Passalacqua - 890149/09 - Not.236/2012 - R$ 50,08
Cerâmica Porto Velho LTDA. - 890103/09 - Not.235/2012 - R$ 130,99, 890105/09 - Not.231/2012 - R$ 88,80, 890108/09 - Not.220/2012 - R$ 131,47, 890110/09 - Not.207/2012 - R$ 132,68
Charcoal Transportadora e Distribuidora Ltda Epp - 890412/09 - Not.244/2012 - R$ 34,95
Cláudio Pereira Ribeiro - 890237/09 - Not.209/2012 - R$ 131,50
Cosme Fernando Vieira - 890102/08 - Not.233/2012 - R$ 3.267,94
Empreiteira Renafa Ltda - 890591/08 - Not.229/2012 - R$ 40,99
Enesio Appolinario de Oliveira - 890604/08 - Not.206/2012 - R$ 56,28
Engelider Construtora e Mineradora Ltda - 890114/07 - Not.211/2012 - R$ 10,19
Facilita-cred Construtora e Incorporadora Ltda-me - 890216/09 - Not.212/2012 - R$ 74,93, 890265/09 - Not.243/2012 - R$ 125,97
Fama Extração e Comercio de Minerais Transporte e Terraplenagem Ltda - 890555/08 - Not.218/2012 - R$ 72,36
Imobiliaria Casimiro de Abreu Ltda - 890594/08 - Not.230/2012 - R$ 35,36
Inbel Industria de Bebidas Linhares Ltda - 890155/09 - Not.221/2012 - R$ 113,44
J.C. Barros Mineração me - 890622/07 - Not.225/2012 - R$ 135,68
J.r.faria Fertilizantes me - 890525/08 - Not.222/2012 - R$ 112,01, 890528/08 - Not.217/2012 - R$ 101,27
João Pereira de Macedo - 890297/08 - Not.226/2012 - R$ 2.254,63
José Rodrigues Fernandes Filho me - 890400/09 - Not.210/2012 - R$ 133,99
Luciano Fernandes Motta - 890337/08 - Not.239/2012 - R$ 1.910,43
Luciano Vieira de Oliveira - 890224/09 - Not.208/2012 - R$ 115,34
Marcus Cola Callegari - 890215/08 - Not.237/2012 - R$ 32,41
Nilson Azevedo Gomes Filho - 890289/08 - Not.238/2012 - R$ 2.713,69, 890130/08 - Not.232/2012 - R$ 2.442,48
Paulo Cézar Miranda Andrade me - 890166/09 - Not.240/2012 - R$ 222,68
Pedro Santos Ferreira de Oliveira - 890228/09 - Not.241/2012 - R$ 94,49
r. Antonio de Freitas Areias - 890450/09 - Not.215/2012 - R$ 129,19
Ricardo Oliveira Leite - 890459/08 - Not.228/2012 - R$ 115,09
Terramac Pavimentação Ltda Epp - 890077/07 - Not.223/2012 - R$ 2.633,98
Tractor Terraplenagem Ltda me - 890378/09 - Not.213/2012 - R$ 131,90, 890379/09 - Not.214/2012 - R$ 85,54
Walter Ribeiro Borges Junior - 890452/08 - Not.227/2012 - R$ 6,04

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 127/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.018/2012-JOSÉ HENRIQUE DECARLI
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.425/2005-HOTEL SPA TERMAS DE IBIRA LTDA-OF. N°1.179/2012/DTM/DNPM/SP.
820.859/2010-BASE CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°1.167/2012/DTM/DNPM/SP.
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
820.008/2005-SERVENG - CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-Alvará N°8.712/2006.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.388/2008-MARTINS LARA & LARA LTDA.- Cessionário:LARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 45.887.536/0001-09- Alvará n°12.497/2010.
821.069/2008-ANTONIO AUGUSTO PROENÇA MACHADO- Cessionário:MINERADORA SANTA TEREZA GUAPIARA LTDA.- CPF ou CNPJ 11.702.278/0001-27- Alvará n°3.591/2011.
820.275/2009-MARTINS LARA & LARA LTDA.- Cessionário:LARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 45.887.536/0001-09- Alvará n°1.740/2010.
820.279/2009-EDUARDO MARTINS LARA FILHO- Cessionário:LARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 45.887.536/0001-09- Alvará n°1.723/2.010.
820.285/2009-MAURICIO SENRA SIQUEIRA- Cessionário:CLAUDEMIR FRANCISCO DE SOUZA E CIA. LTDA. ME- CPF ou CNPJ 10.950.875/0001-08- Alvará n°2.274/2010.
820.984/2009-MARTINS LARA & LARA LTDA.- Cessionário:LARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 45.887.536/0001-09- Alvará n°12.101/2011.
821.287/2009-JOSÉ CARLOS LAZARI- Cessionário:JOSÉ CARLOS LAZARI ME- CPF ou CNPJ 14.570.164/0001-69- Alvará n°17.023/2010.
820.919/2010-GILSON DAS NEVES ANDRADE- Cessionário:J. L. DE CASTRO OLARIA ME- CPF ou CNPJ 07.359.341/0001-05- Alvará n°10.430/2011.
821.142/2010-MARTINS LARA & LARA LTDA.- Cessionário:LARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 45.887.536/0001-09- Alvará n°16.398/2011.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
820.004/2010-VITOR TEIXEIRA PAVONE- Alvará n°17.024/2010 - Cessionário: SANTA TERESA DI RIVA LTDA. ME- CNPJ 12.211.824/000190.
820.005/2010-VITOR TEIXEIRA PAVONE- Alvará n°17.025/2010 - Cessionário: SANTA TERESA DI RIVA LTDA. ME- CNPJ 12.211.824/0001-90.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.832/1979-PAUPEDRA PEDREIRAS, PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.-OF. N°1.149/12-DGTM/DNPM/SP
820.198/1992-CERÂMICA URUBI LTDA-OF. N°1.145/12-DGTM/DNPM/SP
820.359/1995-CMW EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.146/12-DGTM/DNPM/SP
821.900/1998-UNIVERSO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1.140/12-DTM/DNPM/SP e 1.141/12-DTM/DNPM/SP
820.520/1999-UNIVERSO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1.140/12-DTM/DNPM/SP e 1.141/12-DTM/DNPM/SP
820.349/2001-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1.138/12-DGTM/DNPM/SP
820.350/2001-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1.138/12-DGTM/DNPM/SP
820.532/2002-ROSELY GYOTOKU KOIKE TATUÍ - ME-OF. N°1.152/2012/DTM/DNPM/SP.
820.145/2005-LAURO MONTAN EPP-OF. N°1.148/12-DGTM/DNPM/SP
820.403/2007-AREMILHA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°1.142/12-DGTM/DNPM/SP
820.396/2008-PEDREIRA DOIS CORREGOS LTDA ME-OF. N°1.154/12-DGTM/DNPM/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
820.089/2005-RICARDO SCHINCARIOL TARCHIANI-Alvará n°12.265/2005 - Cessionário: J. R. TARCHIANI COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA.- CNPJ 12.523.304/0001-00.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.359/1995-CMW EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.147/12-DGTM/DNPM/SP
820.349/2001-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1.137/12-DGTM/DNPM/SP
820.350/2001-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1.137/12-DGTM/DNPM/SP
821.348/2001-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1.139/12-DGTM/DNPM/SP
820.316/2009-ROSEIRA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°1.143/12-DGTM/DNPM/SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.608/1996-ITABRAS MINERAÇÃO LTDA. EPP-OF. N°1.175/12-DGTM/DNPM/SP
922.949/2009-PEDREIRA NOVA FORTALEZA LTDA-OF. N°1.177/12-DGTM/DNPM/SP
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.470/1991-BONATO & CIA. LTDA.- Registro de Licença No.:2.174/1999 - Vencimento em 12/06/2018.
820.072/1994-MINERAÇÃO GRANDER LTDA. EPP- Registro de Licença No.:1.992/1998 - Vencimento em 14/10/2017.
820.785/1998-JOELMA CÂNDIDO LOPES DE LA RUA EPP- Registro de Licença No.:2.343/1999 - Vencimento em 25/06/2017.
820.079/1999-M.T MINERAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença No.:2.521/2000 - Vencimento em 07/05/2017.
820.996/2001-SOCIEDADE EXTRATIVA PILOTO LTDA- Registro de Licença No.:2.636/2001 - Vencimento em 04/03/2015.
821.166/2001-EDENA MARIA PECHIO SASAKI EPP- Registro de Licença No.:2.841/2004 - Vencimento em 08/05/2022.
820.356/2003-AGIMIX EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA EPP- Registro de Licença No.:2.998/2006 - Vencimento em 12/06/2022.
820.263/2004-SB EXTRAÇÃO E COMERCIO DE ARGILA LTDA EPP- Registro de Licença No.:2.996/2006 - Vencimento em 07/05/2014.
820.397/2005-SILVIO ANGELO SARDELI ME- Registro de Licença No.:2.955/2006 - Vencimento em 06/06/2014.
820.631/2006-GLAUCIO MILANI DE ANDRADE ME- Registro de Licença No.:3.057/2008 - Vencimento em 01/09/2014.
820.630/2007-AREIALEX-EXTR E COM DE MINERIOS LTDA-ME- Registro de Licença No.:3.135/2010 - Vencimento em 18/04/2017.
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
820.100/2004-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
821.144/2010-SÃO LOURENÇO PRODUTOS CERAMICOS LTDA ME-OF. N°1.176/12-DGTM/DNPM/SP
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
820.229/2000-PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE PERUÍBE S A
821.636/2000-CERÂMICA MARISTELA LTDA
820.460/2003-BARALDO & CIA. LTDA. EPP
820.462/2003-BARALDO & CIA. LTDA. EPP
820.068/2004-LUIZ ANTONIO DINIZ DE ALMEIDA
820.361/2005-ORLANDO NEGRÃO JUNIOR
820.632/2005-JAIR LOPES DA SILVA EXTRACAO DE AREIA ME
820.461/2006-AREMAX EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA ME
820.692/2007-INDUSTRIA MINERADORA PRATACAL LTDA
820.789/2007-ARLETE DE OLIVEIRA FARINA
820.259/2008-SÉRGIO DUZ
820.560/2008-MOINHO VALE DO SOL MINERADORA E AGROINDUSTRIA LTDA
820.970/2008-HUMBERTO CARLOS CHAIM FILHO

RELAÇÃO Nº 131/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adher Empreendimentos LTDA. - 821288/09 - A.I. 92/12, 820420/10 - A.I. 101/12, 820422/10 - A.I. 102/12
Águas de Nossa Senhora de Nazaré Ltda - 820204/06 - A.I. 72/12
Aldo Tibério Margarida - 820711/10 - A.I. 110/12
Ana Paula de Angeli - 820159/09 - A.I. 86/12
Anglo Ferrous Minas Rio Mineração S.a - 820185/07 - A.I. 75/12, 820187/07 - A.I. 76/12, 820377/07 - A.I. 77/12
Arabela Comércio de Plantas Ltda me - 820894/10 - A.I. 122/12
Arebrag Indústria, Comércio e Extração de Areia Ltda me - 820589/08 - A.I. 82/12
Bruno Zoldan Matt - 820504/11 - A.I. 135/12, 820473/10 - A.I. 104/12, 820961/11 - A.I. 142/12
Capricórnio Aproveitamento e Exploração de Minerais Ltda me - 820774/06 - A.I. 73/12
Carmen Lyzete Vergani - 820021/09 - A.I. 85/12
Coplan Construtora Planalto LTDA. - 820412/08 - A.I. 78/12, 820413/08 - A.I. 79/12, 820660/10 - A.I. 106/12, 820751/10 - A.I. 112/12, 820752/10 - A.I. 114/12, 820757/10 - A.I. 116/12, 820772/10 - A.I. 117/12, 820773/10 - A.I. 118/12, 820218/11 - A.I. 129/12, 820219/11 - A.I. 130/12
Czar Administração e Gerenciamento de Serviços e Obras LTDA. - 820972/11 - A.I. 143/12, 820973/11 - A.I. 144/12
Daniel de Campos Visentini - 821087/11 - A.I. 145/12
Dibase Construtora e Terraplanagem Ltda - 821185/10 - A.I. 126/12
Domingos Bernardi Neto - 820208/09 - A.I. 87/12
Edilene Dias Seraphim - 820682/10 - A.I. 108/12
Elias Gonçalves - 820725/10 - A.I. 113/12
Extração de Areia e Pedra Longuini Ltda-me - 820234/06 - A.I. 147/12, 820235/06 - A.I. 148/12
Extração de Areia Santa Mônica LTDA. - 820437/08 - A.I. 80/12, 820543/11 - A.I. 137/12, 820556/11 - A.I. 138/12, 820772/11 - A.I. 140/12
Extratora de Minerios São Joao Novo Ltda - 820402/09 - A.I. 90/12
Fama Extração e Comercio de Minerais Transporte e Terraplenagem Ltda - 820271/11 - A.I. 134/12
Faustino da Silva Rocha - 820488/08 - A.I. 81/12
Guapiara Mineração Indústria e Comércio Ltda - 820991/02 - A.I. 67/12
Izair Dos Santos Teixeira & Cia LTDA. - 820231/09 - A.I. 89/12
j. de f. p. Moretto me - 820755/10 - A.I. 115/12
Jean Pierre Philipe Van Sebroeck - 821180/10 - A.I. 125/12
jm de Oliveira Mineração - 820342/10 - A.I. 100/12
Joabe Jose Barbosa - 821251/10 - A.I. 128/12
Jorge Massayuki Tokuzumi - 820805/09 - A.I. 91/12
Jose Djouki Neto - 821087/10 - A.I. 123/12
Julio Gomes de Carvalho Neto - 820012/10 - A.I. 93/12
Ketty Maria Lopes Gomes - 820703/10 - A.I. 119/12
Luiz Manoel Moreira Farrapo - 820527/11 - A.I. 136/12, 820939/11 - A.I. 141/12
Luiz Raimundo Neves - 820178/12 - A.I. 146/12, 820220/11 - A.I. 131/12, 820221/11 - A.I. 132/12
Marcelo Carpino di Ianni - 821096/08 - A.I. 84/12
Marco Antonio da Gama Seixas Telles - 820593/11 - A.I. 139/12
Maria Eteltraut Weber - 820877/10 - A.I. 121/12
Mário de Camargo Andrade Neto - 820224/09 - A.I. 88/12
Mbm Mineração Ltda Epp - 820623/03 - A.I. 69/12
Mineração Horical Ltda - 820822/06 - A.I. 74/12
Mineração Itapeva Ltda - 820143/10 - A.I. 96/12
Mineração Santa Luzia de Aguaí Ltda - 820712/10 - A.I. 111/12
Minerbase Mineração Ltda - 820323/10 - A.I. 98/12
Mônica Azoulay da Paz - 821190/10 - A.I. 127/12
Nicholas Anthony Peter Wellington - 820862/10 - A.I. 119/12, 820863/10 - A.I. 120/12
Nova Estrada e Construções Ltda - 820267/11 - A.I. 133/12
o. Ribeiro S/a - Mineração,indústria e Comércio - 820107/03 - A.I. 68/12, 820751/01 - A.I. 66/12
Osvaldo de Oliveira Paracatu - 820442/10 - A.I. 103/12
pc Leão Participações LTDA. - 820675/10 - A.I. 107/12
Pedreira Três Irmãos Ltda - 820328/10 - A.I. 99/12
Porto de Areia Sol Nascente LTDA. - 820111/10 - A.I. 94/12, 820112/10 - A.I. 95/12
Rino Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 820197/10 - A.I. 97/12
Roberto Antonio Ráo - 820640/10 - A.I. 105/12
Sebastião de Paula Junqueira - 820087/06 - A.I. 71/12
Sergio Barão - 820699/03 - A.I. 70/12, 820716/08 - A.I. 83/12
Vilela & Silva Ltda me - 821125/10 - A.I. 124/12

RICARDO DE OLIVEIRA MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 90 /2012

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que julgou-se improcedentes os pedidos dispostos na defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 978.039/2009
Notificado: Votorantim Cimentos N/NE S/A.
C0NPJ/CPF: 10.656.452/0001-80 NFLDP nº: 02/2004 Valor: R$: 427.095,74

LICENCIAMENTO (Código 7.72)
Fica o abaixo relacionado cientes que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 978.272/2010
Notificado: CERÂMICA BATULA LTDA.
C0NPJ/CPF: 15.608.904/0001-71 NFLDP nº: 01/2011 Valor: R$: 88.891,76

RELAÇÃO Nº 92/2012

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Ficam os abaixo relacionados cientes que os recursos administrativos interpostos foram julgados improcedentes; restando-lhes pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 978.040/2009 Notificado: Votorantim Cimentos N NE S A.

CNPJ nº 10.656.452/0001-80 NFLDP Nº 01/2004 Valor: R$ 9.292.538,80

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 71/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.810/2011-LB DE SOUSA EXTRAÇÃO DE AREIA-OF. N°1376/2012 - SUP/DNPM/TO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.206/2011-JULIANO GOMES DA SILVA
864.840/2011-VANIA SOARES CARDOSO
864.147/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
864.196/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
864.197/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.506/2010-MARILENE DOS SANTOS COSTA-OF. N°1376/2012 - SUP/DNPM/TO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.466/2008-TAIZA SANTOS FONSECA- Cessionário:WAVENET INTERNATIONAL MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 13.386.351/0001-24- Alvará n°285/2009
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.441/2010-MINFER DO BRAZIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°4.709/2011
864.478/2010-WEDSON FERNANDES DE ALMEIDA - Alvará N°3.484/2010
864.334/2011-JOSE DIAS LEITE -Alvará N°16.917/2011
864.403/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A. -Alvará N°16.917/2011
864.558/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A. -Alvará N°19.331/2011
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
(513)
864.111/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS - PLG N°07/2012 de 10/09/2012 - Prazo 5 anos
864.117/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS - PLG N°08/2012 de 10/09/2012 - Prazo 5 anos
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
864.072/2006-MARIA SOCORRO BARROS VIEIRA
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
864.345/2009-NOVA MINERAÇÃO LTDA
864.346/2009-NOVA MINERAÇÃO LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
864.137/2006-WALTER SÉRGIO DE FARIA
864.139/2006-WALTER SÉRGIO DE FARIA
864.165/2006-WALTER SÉRGIO DE FARIA
864.166/2006-WALTER SÉRGIO DE FARIA
864.167/2006-WALTER SÉRGIO DE FARIA

FÁBIO LÚCIO MARTINS JÚNIOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 109, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Baixa do Feijão III, de titularidade da empresa Central Eólica Baixa do Feijão III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.496.290/0001-10, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

Nome	EOL Baixa do Feijão III.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 473, de 10 de agosto de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	Central Eólica Baixa do Feijão III S.A.
CNPJ	14.496.290/0001-10.
Localização	Município de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte.
Potência Instalada	30.000 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.006734/2011-59, 48500.004168/2012-21 e MME nº 00000.000892/2012-00.

PORTARIA Nº 110, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de transmissão de energia elétrica, de titularidade da empresa Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.383.969/0001-29, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

Projetos	Projetos de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à construção dos seguintes empreendimentos: I - Linha de Transmissão Nova Santa Rita - Povo Novo, em 525 kV, Circuito Simples, com aproximadamente duzentos e oitenta e um quilômetros de extensão, com origem na Subestação Nova Santa Rita e término na Subestação Povo Novo; II - Linha de Transmissão Povo Novo - Marmeleiro, em 525 kV, Circuito Simples, com aproximadamente cento e cinquenta e quatro quilômetros de extensão, com origem na Subestação Povo Novo e término na Subestação Marmeleiro, sendo quinze quilômetros, em Circuito Duplo, dentro da Estação Ecológica do Taim; III - Linha de Transmissão Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, em 525 kV, Circuito Simples, com aproximadamente cinquenta e dois quilômetros de extensão, com origem na Subestação Marmeleiro e término na Subestação Santa Vitória do Palmar; IV - Subestação Povo Novo, de 525/230 kV - 672 MVA, além de Reatores de Linha e de Barra e respectivas Conexões de Reator, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Conexões de Transformados, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; V - Subestação Marmeleiro, de 525 kV - Compensador Síncrono de ± 200 Mvar (incluindo seu Transformador, Conversor de Partida, Conexões e demais equipamentos a ele associados), além de Reatores de Linha e de Barra e respectivas Conexões de Reator, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Conexões de Transformados, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; VI - Subestação Santa Vitória do Palmar, de 525/138 kV - 75 MVA, além de Reatores de Linha e de Barra e respectivas Conexões de Reator, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Conexões de Transformados, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; e VII - Trecho de Linha de Transmissão, em 230 kV, Circuito Duplo, com aproximadamente dois quilômetros de extensão, compreendido entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão Camaquã 3 - Quinta, em 230 Kv e a Subestação Povo Novo, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Povo Novo, e a aquisição dos Equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Camaquã 3 e Quinta.
Tipo	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Aviso de Homologação e Adjudicação Leilão nº 5/2012-ANEEL, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2012 e Contrato de Concessão ANEEL nº 020/2012, de 27 de agosto de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE.
CNPJ	16.383.969/0001-29.
Localização	Estado do Rio Grande do Sul.
Enquadramento	Arts. 1º-A, inciso I, e 3º, inciso III, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.001247/2012-81, 48500.004258/2012-12 e MME nº 00000.000853/2012-00.

PORTARIA Nº 111, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Baixa do Feijão I, de titularidade da empresa Central Eólica Baixa do Feijão I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.496.492/0001-62, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

Nome	EOL Baixa do Feijão I.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 471, de 10 de agosto de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	Central Eólica Baixa do Feijão I S.A.
CNPJ	14.496.492/0001-62.
Localização	Município de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte.
Potência Instalada	30.000 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.006737/2011-92, 48500.004170/2012-09 e MME nº 00000.000894/2012-00.

PORTARIA Nº 112, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Willy Faller, de titularidade da empresa Mafrás Energia e Reflorestamento Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.312.008/0001-55, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

Nome	CGH Willy Faller.
Tipo	Central Geradora Hidrelétrica.
Licença Ambiental	Licença Ambiental Prévia nº 10395/2011, de 23 de dezembro de 2011, emitida pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, do Estado de Santa Catarina.
Pessoa Jurídica Titular	Mafrás Energia e Reflorestamento Ltda.
CNPJ	76.312.008/0001-55.
Localização	Município de Anita Garibaldi, Estado de Santa Catarina.
Potência Instalada	1.000 kW.
Enquadramento	Arts. 1º-A, inciso IV, e 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.004493/2012-94 e MME nº 00000.000926/2012-00.

PORTARIA Nº 113, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Palmeiras, de titularidade da empresa Palmeiras Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.045.092/0001-42, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

Nome	CGH Palmeiras.
Tipo	Central Geradora Hidrelétrica.
Licença Ambiental	Licença Ambiental LP + LI nº 0629/2012-ZM, de 26 de março de 2012, emitida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, do Estado de Minas Gerais.
Pessoa Jurídica Titular	Palmeiras Energia S.A.
CNPJ	11.045.092/0001-42.
Localização	Município de Durandé, Estado de Minas Gerais.
Potência Instalada	1.000 kW.
Enquadramento	Arts. 1º-A, inciso IV, e 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.004480/2012-15 e MME nº 00000.000924/2012-00.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 16 DE JULHO DE 2012(*)

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº. 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 21 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto n. 6.812, de 03 de abril de 2009 e pelo inciso II, do art.122, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/nº20, de 08 de abril de 2009; e tendo em vista a decisão adotada em sua 626ª reunião, realizada em 16 de julho de 2012, e

Considerando os termos e exposições do Processo de nº 54130.003559/2005-58 referente à regularização fundiária do território da Comunidade Remanescente de Queimadas/CE.

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente Queimadas elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR(02)/CE/GAB nº 26/07 de 24 de abril de 2007;

Considerando os termos e exposições dos documentos, INFORMAÇÃO TÉCNICA/INCRA/DF/DFQ/Nº 44/2010 (pag.1062 a 1072) e PARECER nº 401/2011/CGA/PFE-INCRA(PRCF) (pag. 1093 a 1106), presentes no Processo Administrativo INCRA nº 54130.003559/2005-58 (c/ 3 vol e 8 apensos);

Art. 1º Julgar improcedentes os recursos apresentados pelo Sindicato Rural de Crateús e pela Srª Antonina Canuto de Souza, todos constantes dos autos do processo administrativo 54130.003559/2005-58.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

CELSO LISBOA DE LACERDA
Presidente do Conselho

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 139, de 19-7-2012, seção 1, pág. 56, com incorreção no original.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NO ACRE

PORTARIA Nº 29, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 119, do Regimento Interno desta Autarquia, aprovada pela Portaria MDA/Nº 69, de 19 de outubro de 2006, publicado no D.O.U no dia 20 de outubro de 2006.

CONSIDERANDO a Resolução / BACEN / N.º 2.629, de 10 de agosto de 1999, que criou o PRONAF, inclusive criando linha especial denominado Grupo "A" voltado para os beneficiários de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO a Norma de Execução/N.º 79/2008/DD de 26 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a concessão de Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária:

CONSIDERANDO o parecer conclusivo dos setores técnicos desta Superintendência, consubstanciado nas legislações e normas pertinentes à matéria, RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Projeto de Assentamento denominado III POLO AGROFLORESTAL DE RIO RANCO, código SIPRA AC0160000, criado pelo Estado do Acre, com área de 33,7956 ha (Trinta e tres hectares, setenta e nove ares e cinquenta e seis centiares) visando atender 09 (nove) famílias de pequenos produtores rurais, administrado pelo Estado do Acre, situado no Município de Rio Branco.

Art. 2º Determinar que tal aprovação, permita ao Projeto de Assentamento reconhecido participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Grupo "A", obedecidas as normas desta Autarquia.

JOÃO THAUMATURGO NETO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 214, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52000.003003/2002-79, de 19 de fevereiro de 2002, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos TELEVISOR COM TELA DE PLASMA, industrializados na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 174, de 9 de setembro de 2009, passa a ser o seguinte:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que incorporem as seguintes funções, isoladamente ou combinadas:

a) placa de processamento do módulo plasma (placa principal);

b) placa fonte;

c) placa filtro de linha, quando aplicável;

d) placa de áudio e vídeo com ou sem demodulador de RF (tuner) montado;

e) placa liga/desliga (switch power);

f) placa de painel de controle;

g) placa do controle remoto; e

h) placas da unidade de sintonia, quando aplicável.

II - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível de componentes; e

III - integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final, montadas de acordo com os incisos I e II acima.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção citadas neste artigo poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto a etapa estabelecida no inciso III, que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º Fica dispensado o cumprimento das etapas previstas nos incisos I e II deste artigo, até o limite de 500 (quinhentas) unidades do televisor com tela de plasma, no ano-calendário, por fabricante, independentemente do modelo.

Art. 3º Fica dispensada, temporariamente, a montagem dos seguintes subconjuntos:

a) gabinete;

b) subconjunto de iluminação de ambiente e /ou subconjunto painel com efeito de iluminação ambiente.

c) demodulador de RF (tuner), mesmo quando integrado à unidade de sintonia externa ao gabinete.

d) módulo sensor de toque do painel de controle de funções;

e) mini câmera de vídeo com sensor de presença, para uso interno ao gabinete;

f) mecanismo montado com unidade óptica do DVD, com ou sem respectiva placa de controle incorporada; e

g) tampa frontal do controle remoto com dispositivo apontador sensível ao toque (touch pad), com respectiva placa de controle touch pad integrada, podendo conter teclas de seleção e/ou navegação.

Art. 4º Fica dispensada a montagem do subconjunto unidade de disco magnético rígido, até o percentual de 20% (vinte por cento) do total de unidades de discos magnéticos rígidos, utilizados pela empresa na fabricação do produto, no ano-calendário.

Art. 5º Fica dispensada a montagem do controle remoto até o limite de 500 (quinhentas) unidades do televisor com tela de plasma no ano calendário, por fabricante, independentemente do modelo.

Parágrafo único. As placas de circuito impresso importadas com seus componentes, destinadas à produção do controle remoto, bem como as placas contidas nos controles remotos montados serão computadas no limite anual de 500 (quinhentas) unidades no ano calendário, por fabricante.

Art. 6º Fica dispensada, temporariamente, a montagem do subconjunto tela de plasma com placas de circuito impresso montadas e integradas, bem como sua respectiva estrutura de fixação.

§ 1º Das placas de circuito impresso a que se refere o caput deste artigo, temporariamente, no máximo 3 (três) poderão compreender as placas relacionadas no inciso I do art. 1º desta Portaria.

§ 2º As 3 (três) placas de circuito impresso montadas mencionadas no § 1º deverão vir incorporadas ou montadas mecanicamente no subconjunto tela de plasma.

Art. 7º Quando houver unidade de sintonia, externa ao gabinete, esta deverá cumprir o seguinte Processo Produtivo Básico:

a) montagem e soldagem de todos os componentes na placa de circuito impresso;

b) montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes; e

c) integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final, montadas de acordo com as alíneas "a" e "b" deste artigo.

Parágrafo único. A unidade de sintonia poderá ser substituída por um receptor de sinais de vídeo, com ou sem decodificador, desde que cumpra o mesmo Processo Produtivo Básico descrito neste artigo.

Art. 8º Os TELEVISORES COM TELA DE PLASMA deverão incorporar a capacidade de recepção de sinais digitais de acordo com as normas técnicas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, obedecendo ao seguinte cronograma:

I - a partir de 1º de janeiro de 2010: os televisores de dimensões até 42 polegadas;

II - de 1º de janeiro de 2011 em diante: os televisores de quaisquer dimensões.

Parágrafo único. Para os modelos de televisores já existentes e os que forem produzidos durante o ano de 2009, a obrigatoriedade constante do caput poderá ser dispensada até 1º de julho de 2010, independentemente da dimensão da tela.

Art. 9º Os TELEVISORES COM TELA DE PLASMA deverão incorporar a capacidade de executar aplicações interativas radiodifundidas, de acordo com as Normas ABNT NBR 15606-1, 15606-2, 15606-3, 15606-4 e 15606-6, obedecendo ao seguinte cronograma, tomando-se como base a quantidade total produzida nos respectivos períodos:

I - até 30 de junho de 2012: dispensado;

II - de 1º de julho até 31 de dezembro de 2012: opcional;

III - de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2013: 75% (setenta e cinco por cento) dos televisores; e

IV - a partir de 1º de janeiro de 2014: 90% (noventa por cento) dos televisores.

§ 1º Todos os modelos de televisores que disponibilizarem suporte à conectividade IP e que implementem o middleware interativo deverão garantir o acesso das aplicações interativas aos canais de comunicação.

§ 2º O número de televisores interativos produzidos no período definido no inciso II poderá ser descontado, em números absolutos, da produção requerida para o período definido no inciso III, respeitado um mínimo de 60% (sessenta por cento) no inciso III.

§ 3º A partir do período definido no inciso III, a obrigação se aplica à totalidade das TVs que disponibilizem suporte à conectividade IP, sem prejuízo do percentual total de aparelhos produzidos.

§ 4º O recurso de que trata o caput deste artigo deverá vir instalado, pré-configurado e habilitado de fábrica.

§ 5º Caso os percentuais estabelecidos para os períodos de que tratam os incisos III e IV do caput deste artigo não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a cumprir as diferenças residuais em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até o término do período subsequente, sem prejuízo das obrigações correntes de cada período.

§ 6º A diferença residual a que se refere o § 5º não poderá exceder a 10% (dez por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

Art. 10. Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 11. Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 174, de 9 de setembro de 2009.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA Nº 220, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Prorroga o prazo de realização da consulta pública instituída pela Portaria MDIC nº 185, de 13 de julho de 2012.

O MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC, no uso das atribuições previstas no Decreto nº 7.076, de 04 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de 30 (trinta) dias corridos, o prazo de realização do procedimento de consulta pública sobre as teses e diretrizes da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios - PNEN, de que trata o artigo 2º da Portaria MDIC nº 185, de 13 de julho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 171, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria N.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para Bomba Medidora de Combustíveis Líquidos, a que se refere a Portaria Inmetro n.º 23, de 25 de fevereiro de 2005,

Considerando a solicitação constante do Processo Inmetro n.º 52600.030394/2012-15,resolve:

Alterar as Portarias Inmetro/Dimel N.º[s] : 357 de 6 de dezembro de 2011; 82 de 13 de abril de 2010; 178 de 20 de julho de 2010; 152 de 22 de junho de 2007; 8 de 15 de janeiro de 2010; 64 de 20 de março de 2010; 65 de 20 de março de 2010; 66 de 20 de março de 2010; de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 172, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de esfigmomanômetros eletrônicos digitais de medição não invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro n.° 096/2008, resolve:

Aprovar o modelo BP3MOA de esfigmomanômetro eletrônico digital destinado à medição não invasiva da pressão arterial humana, marcas G-TECH e PREMIUM, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 173, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, tipo mecânico, a que se refere a Portaria Inmetro n.º 246/2000, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Aprovar o modelo USM-3.0, de medidor de volume de água, tipo mecânico, marca SAGA, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 33, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso de suas atribuições previstas no art. 3º da Resolução CAMEX nº 80, de 9 de novembro de 2010, regulamentada pela Portaria SECEX nº. 39, de 11 de novembro de 2011, e tendo em vista a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e o disposto no Acordo sobre Regras de Origem da Organização Mundial de Comércio - OMC, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, decide:

Art. 1º Encerrar o procedimento especial de verificação de origem não preferencial com a desqualificação da origem Índia para o produto ímãs de ferrite em forma de anel, classificados na NCM 8505.19.10, informado como produzido pela empresa Sonal Magnetics.

Art. 2º Indeferir as licenças de importação solicitadas pelos importadores brasileiros referentes ao produto e produtor mencionados no art. 1º, quando a origem alegada for Índia.

Art. 3º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme anexo disponível no endereço eletrônico: http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3416.

TATIANA LACERDA PRAZERES

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE PROJETOS

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 060, de 21/08/2012, Resolução do CAS n.º 167, de 30/08/2012, Parecer n.º 163/2012-SPR/CGPRI/COPEA e Adendo, Parecer N. 659/2012 - RAT/MCM/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote n° 1.7/C, com área total de 731,14 m², localizado na Avenida Mandii, s/nº - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa LE MANS AUTO LOCADORA LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.000172/2007-55.

Manaus - AM, 24 de setembro de 2012.
GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 24 de setembro de 2012.
THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Superintendente

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 396, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/08/2012 e 04/09/2012.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/08/2012 e 04/09/2012.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.001086/2012-12
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos - CBDA
Título: Nado Sincronizado: Projeto Olímpico e Brasil Sincro Open Ano 2
Registro: 02RJ009472007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.980.273/0001-21
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 1.440.658,67
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3520 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 35122-4
Período de Captação: da data de publicação até 04/09/2013.
2 - Processo: 58701.002661/2011-13
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil Santo Ângelo
Título: Geração de Futsal
Registro: 02RS044892009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 96.216.718/0001-99
Cidade: Santo Ângelo - UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 220.361,46
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0138 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 48894-1
Período de Captação: da data de publicação até 04/09/2013.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.001089/2011-75
Proponente: Fundação Settaport de Responsabilidade Social e Integração Porto Cidade
Título: Esportivo Educacional Settaport - Guarujá
Valor aprovado para captação: R$ 633.539,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3295 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23901-1
Período de Captação: da data de publicação até 30/08/2013.
2 - Processo: 58701.001388/2011-18
Proponente: Confederação Brasileira de Tênis de Mesa
Título: Centro Nacional de Treinamento do Tênis de Mesa
Valor aprovado para captação: R$ 908.148,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1569 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22883-4
Período de Captação: da data de publicação até 01/08/2013.
3 - Processo: 58701.001065/2011-16
Proponente: Associação Recreativa Esportiva para Crianças e Adolescentes
Título: Rede de Multiplicadores do Esporte e do Lúdico
Valor aprovado para captação: R$ 636.213,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1218 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 43488-4
Período de Captação: da data de publicação até 02/08/2013.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº181, de 18 de setembro de 2012, na Seção 1, página 46, que publicou a PORTARIA N° 192, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012, onde se lê: no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto do art. 21 do Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011, resolve:, leia-se no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto da Portaria nº 6 de fevereiro de 2003, resolve:.

Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 89, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 52, § 2º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e

Considerando a necessidade de viabilizar, no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério da Integração Nacional, a abertura de créditos adicionais, cuja programação a ser cancelada se encontra financiada com fonte de recursos cujas receitas são incompatíveis com o objeto da suplementação pretendida, tendo em vista suas destinações legais, e a possibilidade de alocação dessa fonte em outras programações, ora financiadas com fonte "100 - Recursos Ordinários", resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, fontes de recursos constantes da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, no que concerne ao Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO I

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2051		Oferta de Água							2.232.365
		PROJETOS							
18 544	2051 11PO	Implantação de Sistemas de Poços de Água Subterrânea							1.500.000
18 544	2051 11PO 0025	Implantação de Sistemas de Poços de Água Subterrânea - No Estado da Paraíba							1.500.000
			F	4	2	90	0	250	1.500.000
18 544	2051 1851	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica							732.365
18 544	2051 1851 0023	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado do Ceará							732.365
			F	4	2	90	0	250	732.365

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2111		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							2.232.365
		PROJETOS							
		Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação							
04 122	2111 1M49								432.365
04 122	2111 1M49 0023	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - No Estado do Ceará							432.365
			F	4	2	90	0	100	432.365
		Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais							
04 122	2111 1M51								1.800.000
04 122	2111 1M51 0001	Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais - Nacional							1.800.000
			F	4	2	90	0	100	1.800.000
TOTAL - FISCAL									4.464.730
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.464.730

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2051		Oferta de Água							2.232.365
		PROJETOS							
		Implantação de Sistemas de Poços de Água Subterrânea							
18 544	2051 11PO								1.500.000
18 544	2051 11PO 0025	Implantação de Sistemas de Poços de Água Subterrânea - No Estado da Paraíba							1.500.000
			F	4	2	90	0	100	1.500.000
		Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica							
18 544	2051 1851								732.365
18 544	2051 1851 0023	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado do Ceará							732.365
			F	4	2	90	0	100	732.365
2111		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							2.232.365
		PROJETOS							
		Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação							
04 122	2111 1M49								432.365
04 122	2111 1M49 0023	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - No Estado do Ceará							432.365
			F	4	2	90	0	250	432.365
		Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais							
04 122	2111 1M51								1.800.000
04 122	2111 1M51 0001	Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais - Nacional							1.800.000
			F	4	2	90	0	250	1.800.000
TOTAL - FISCAL									4.464.730
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.464.730

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE
Em 24 de setembro de 2012

Concessão por Decisão Judicial

Tendo em vista a sentença exarada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos do processo nº 562.01.2002.009553-6/000001-00, com fundamento na Nota Técnica nº 203/2012/AIP/SRT/MTE, CONCEDO o registro sindical em favor do SIEMACO - Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes de Santos (entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 03.561.490/0001-93), processo administrativo nº 46000.016527/99-14 para representar a categoria profissional dos Empregados em Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes, na base territorial do município de Santos, no Estado de São Paulo, bem como, consequentemente, EXCLUO da representação sindical do SINDILIMPEZA - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação de Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente (entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 62.288.535/0001-67), processo administrativo nº 24000.000874/92-07, a base territorial relativa ao município de Santos, no Estado de São Paulo, com fulcro no artigo 25 da Portaria Ministerial nº 186/2008.

FERNANDO JOSÉ NOGUEIRA BRITO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 7, de 21 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 185, de 24 de setembro de 2012, Seção 1, página 84, onde se lê: "Coordenador-geral de Licitações e Contratos", leia-se: "Coordenador-geral de Análise de Licitações e Contratos".

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 21 de setembro de 2012

Alteração estatutária

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46218.013557/2009-11
Entidade	Sindicato do Comércio Varejista de São Gabriel
CNPJ	89.927.131/0001-22
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*Rio Grande do Sul*:São Gabriel, Rosário do Sul, Cacequi e Santa Margarida do Sul.

Categoria : Econômica integrante do 2º Grupo - comércio varejista. Nos municípios de São Gabriel, Rosário do Sul, Cacequi e Santa Margarida do Sul estão excepcionadas da representação do sindicato as categorias econômicas: comércio varejista de gêneros alimentícios, comércio varejista de veículos, comércio varejista de peças e acessórios para veículos, comércio de vendedores ambulantes, comércio varejista dos feirantes, comércio varejista de material óptico, fotográfico e cinematográfico, estabelecimentos de serviços funerários, comércio varejista de produtos farmacêuticos, empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos, comércio varejista de derivados de petróleo, empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo, e transportador-revendedor-retalhista de óleo diesel, óleo combustível e querosene.

Arquivamento

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46219.028956/2008-87
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Araçatuba STIA-ATA.
CNPJ	43.756.659/0001-85
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 606/2012/CGRS/SRT/MTE

Processo	46204.007508/2009-90
Entidade	Sindicato dos Empregados no Comércio de Jequié.
CNPJ	13.273.313/0001-65
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 608/2012/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46214.004512/2009-87
Entidade	SINDCCAPEN PI Sindicato dos Catadores de Carangueijo e Pescado do Norte do Piaui
CNPJ	10.798.540/0001-16
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 601/2012/CGRS/SRT/MTE

Processo	47998.007862/2009-98
Entidade	Sindicato dos Representantes e Propagandistas das Indústrias Farmacêuticas de Campinas e Região
CNPJ	10.401.615/0001-83
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 602/2012/CGRS/SRT/MTE

Processo	46212.012433/2009-60
Entidade	Sindicato dos Transportadores Autonomos de Cargas de Toledo e Regiao
CNPJ	11.023.847/0001-08
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 603/2012/CGRS/SRT/MTE

Processo	46222.007782/2009-41
Entidade	Sindicato dos Mototaxistas, Motoboys e Motofretes de Capanema-SINDMOCAP
CNPJ	11.074.985/0001-16
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 604/2012/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 40 da Lei 9.784/99 c/c § 3º do art. 4º da Portaria 343/00 e artigos 5º e 33 ambos da Portaria nº. 186/08 e Nota Técnica Nº 605/2012/CGRS/SRT/MTE resolve ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos ou Permissionários, Condutores, Auxiliares, Pessoal de Apoio e Afins em Transportes Alternativos do Estado do Rio de Janeiro processo n° 46000.006748/2004-59, CNPJ: 02.680.503/0001-80.

Pedido de registro sindical

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46214.003537/2008-82
Entidade	Sindicato dos Mototaxistas do Estado do Piauí - SIMESPI
CNPJ	09.467.441/0001-72
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Piauí/PI.
Categoria	Categoria Profissional dos Mototaxistas

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de setembro de 2012

Processo nº 46208.008596/2012-11 - Nos termos do pronunciamento da Seção de Relações do Trabalho, conforme análise e parecer técnico às fls. 166, corroborada pelo Memorando/SRTE/GO/SERET/ Nº 076/2012 de 13 de setembro de 2012 às fls. 167, e usando da competência que me foi delegada pela Portaria SRT nº 2, de 25 de maio de 2006, publicada no D.O.U. de 26 de maio de 2006.

HOMOLOGO as alterações do Plano de Cargos e Salários da Faculdade Delta - Centro Tecnológico Delta Ltda., originariamente homologado por esta SRTE-GO sob o nº 46208.011646/2010-77 publicado no D.O.U em 04/06/2012, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no presente Plano, para ter validade, dependerá de prévia aprovação deste Ministério.

HEBERSON ALCÂNTARA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 117, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O Superintendente Regional do Trabalho no Estado de Matogrosso do Sul, usando da atribuição que lhe é conferida pela Portaria Ministerial nº 153, de 12 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2009, resolve:

Art. 1º - Instituir a obrigatoriedade da utilização do sistema homologNet de que se trata a Portaria nº 1621, nas Agencias Regionais do Ministério do Trabalho e Emprego, unidades de Nova Andradina, e Navirai no Estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 01 de outubro de 2012, para fins de assinatura e homologação da rescisão do contrato de trabalho previsto no § 1º, do Art. 477 da CLT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANÍZIO PEREIRA TIAGO.

Conselho Nacional do Ministério Público

RESOLUÇÃO Nº 88, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre o atendimento ao público e aos advogados por parte dos membros do Ministério Público.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício da competência fixada no art. 130-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e com fundamento no art. 19 do Regimento Interno; em conformidade com a decisão Plenária proferida na 8ª Sessão Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2012;

CONSIDERANDO os esforços deste Conselho no sentido de incrementar os mecanismos formais de diálogo entre o Ministério Público e a sociedade, especialmente a Resolução nº 64, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre a implementação de Ouvidorias no âmbito do Ministério Público brasileiro e do CNMP, bem como a Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a realização de audiências públicas pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO que o atendimento ao público tende a reforçar a observância dos princípios da publicidade e da eficiência no âmbito do Ministério Público, assegurando maior transparência em sua atuação institucional;

CONSIDERANDO que a atividade ministerial deve ser compreendida essencialmente como um serviço público, resolve:

Art. 1º O membro do Ministério Público, no exercício das funções institucionais previstas no art. 129 da Constituição da República ou de sua atuação em face da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, deve prestar atendimento ao público, sempre que solicitado, e em local e horário adequados, com a finalidade de avaliar as demandas que lhe sejam dirigidas.

§ 1º O disposto no caput deste artigo inclui o atendimento ao advogado de qualquer uma das partes ou de terceiros interessados, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada.

§ 2º Se, justificadamente, não for possível atender aos advogados e partes no momento da solicitação, o membro do Ministério Público agendará dia e horário para o atendimento, com a necessária brevidade.

§ 3º Em casos urgentes com evidente risco de perecimento de direito, garante-se o atendimento, inclusive em regime de plantão, quando for o caso.

§ 4º No caso de atendimento de pessoas investigadas criminalmente ou de réus em processos penais, o membro do Ministério Público poderá adotar cautelas adicionais que se façam necessárias à preservação da livre atuação do Ministério Público e da sua integridade e de seus auxiliares, inclusive solicitar a presença de defensor público ou do advogado da parte.

§ 5º Além do disposto no § 4º deste artigo, o atendimento ao público em geral poderá ser suspenso em razão de fundada ameaça à integridade física do membro do Ministério Público que decorra de sua atuação funcional, desde que justificada a excepcionalidade da medida.

§ 6º Para eficiência dos serviços da Instituição e fluidez e organização do acesso da população ao órgão ministerial, o membro do Ministério Público poderá designar um ou mais dias da semana para atendimento ao público, sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 2º O disposto nesta Resolução também se aplica aos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho

SECRETARIA-GERAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 1122 Data:21/09/2012 Hora:11:30
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001035/2012-16
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Jaraguá/GO
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.001037/2012-05
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.001038/2012-41
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Uberlândia/MG
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.000527/2012-86
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Belo Horizonte/MG
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.001661/2011-13
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Guarapari/ES
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.001033/2012-19
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Vitória da Conquista/BA
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.001034/2012-63
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.001036/2012-52
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Santa Isabel do Ivai/PR
Relator : Alessandro Tramujas Assad

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

PLENÁRIO

DECISÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

PROCESSO N° 0.00.000.0001034/2012-63
ASSUNTO: Procedimento de Controle Administrativo (PCA)
REQUERENTE: Bruna Menezes Gomes da Silva
REQUERIDO: Ministério Público Federal

DECISÃO LIMINAR

Sejam os presentes autos apensados ao PCA nº 1011/2012-59, dada a conexão e identidade temática.

Aproveitando as mesmas razões, estendo à candidata Bruna Menezes Gomes da Silva os efeitos da liminar ali concedida, para que participe da prova oral prevista no 26º Concurso para provimento de cargos de Procurador da República.

Comunique-se, por fax, a Secretaria de Concursos do MPF para imediato cumprimento.

Publique-se. Cumpra-se.

FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA
Relator

DESPACHO DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho - RCA Nº 0.00.000.001987/2010-60

DESPACHO

(…) Ante o exposto, não possuindo este Conselho Nacional competência para afastar a presunção de constitucionalidade de norma legal, resta reconhecer o exaurimento da finalidade do presente feito, razão por que determino o ARQUIVAMENTO dos autos.

Dê-se ciência ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 126, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que esta Procuradoria da República instaurou as Peças de Informação nº 1.12.000.000547/2012-81, em 24 de julho de 2012, a partir de representação anônima, na qual se denuncia a publicação do edital nº 001/2012, pelo Conselho Regional de Enfermagem do Amapá - COREN/AP, com o fito de realizar concurso público para a contratação de servidores com previsão de que os contratados seriam regidos pelo regime celetista, o que estaria indo de encontro com previsão constitucional;

CONSIDERANDO que entre as funções institucionais do Ministério Público, nos termos do art. 129, inc. II, da Constituição da República em cotejo com o art. 2º da Lei Complementar nº 75/93, insere-se a de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia";

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a complexidade na resolução do objeto do Procedimento Administrativo, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina a Resolução nº 87/2010, artigo 4º, §4º, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve o ministério Público Federal do Amapá, pelo Procurador da República signatário, instaurar Inquérito Civil, com fundamento no artigo 129, inc. III da Constituição Federal e no artigo 7º, inciso I, da LC n. 75/93, com o objeto acima descrito, objetivando apurar e acompanhar a realização do certame, publicado através do edital nº 001/2012, para que este não fuja aos direcionamentos legais.

Ante o exposto, determino que a Coordenadoria Jurídica desta unidade providencie o registro e autuação da presente portaria de instauração de Inquérito Civil Público com o objetivo acima descrito.

Determino ainda que seja tirada cópia da representação de fl. 19 do presente processo administrativo, e que, com base nela, se dê início a nova Peça de Informação, tendo em vista que as denúncias ali descritas, embora guardem certa relação com este processo, especialmente por envolverem a administração do Conselho Regional de Enfermagem do estado do Amapá, não se encontram conexas ao ponto de justificar tratamento conjunto no mesmo processo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALMIR TEUBL SANCHES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 24, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 75/1993, e nos termos do art. 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/06, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação dada pela Resolução n. 106/2010, do mesmo órgão, RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, cujo objeto é apurar irregularidades nos na aquisição de combustível pelo DSEI Alto Solimões,nos anos de 2011/2012, bem como DETERMINAR:

I - a comunicação à 5ª CCR, acerca da conversão do presente Procedimento Administrativo;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - a afixação da presente portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias, bem como, a remessa de cópia para a publicação na imprensa oficial;

III- Oficiar à AASPA do MPF, com sede em Manaus, para realizar perícia na mídia anexa (CD), com a transcrição integral dos diálogos gravados;

IV- encaminhar cópia à Polícia Federal da declaração recebida para anexar ao IPL que possui o mesmo objeto.

V- Informar ao interessado sobre a instauração e objeto do presente procedimento administrativo, com cópia desta portaria de instauração.

MARCO ANTONIO GHANNAGE BARBOSA

PORTARIA Nº 28, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO a existência de irregularidades, em tese, na execução do Programa Saúde da Família - PSF e do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS no Município de Jutaí/AM;

CONSIDERANDO que referidas verbas são repassadas pela União;

CONSIDERANDO, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição da República, que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social;

RESOLVE instaurar inquérito civil, nos termos do art. 4º, inciso II, da Resolução nº 87/06, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, definindo como seu objeto a apuração das irregularidades, em tese, na execução do Programa Saúde da Família - PSF e do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS no Município de Jutaí/AM, nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Comunique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão acerca da instauração do presente inquérito civil público, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento do presente despacho em arquivo digital.

DETERMINANDO, nesse passo, com base no artigo 5º, inciso IV, da Resolução nº 87/06 do CSMPF:

a) o envio de ofício ao Ministério da Saúde, para que este, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a respeito das verbas repassadas ao Município de Jutaí, nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, com base no Programa Saúde da Família - PSF e do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS, qual a destinação dos valores, se houve prestação de conta e se há algum procedimento no âmbito do citado Ministério sobre tais valores, enviando junto a respectiva documentação;

b) o envio de ofício à Controladoria-Geral da União, para que esta, no prazo de 30 dias, informe se existe algum procedimento apurando a aplicação das verbas referentes ao Programa Saúde da Família - PSF e ao Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS no Município de Jutaí/AM relativos aos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, enviando junto a respectiva documentaç;

c) o envio de ofício ao Tribunal de Contas da União, para que este, no prazo de 30 dias, informe se existe algum procedimento apurando a aplicação das verbas referentes ao Programa Saúde da Família - PSF e ao Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS no Município de Jutaí/AM relativos aos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, enviando junto a respectiva documentação.

CARLOS AUGUSTO TONIOLO GOEBEL

PORTARIA Nº 400, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 6º, art. 4º e art. 6º, § 9º todos da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o quanto consta dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.001811-2012-54, que tem como objeto (resumo): "Ausência de adaptação da frota da empresa VIAN para o transporte de pessoas com deficiência . ";

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas.

CONSIDERANDO que, para adoção de eventual providência judicial ou extrajudicial pelo MPF, ainda se fazem necessários outros atos instrutórios, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

CONSIDERANDO que o prazo de conclusão do referido feito, de caráter preliminar, já expirou;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por qualquer meio hábil;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data.

ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 13, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventual degradação ambiental (remoção de arenoso) na localidade Jardim Fuuturama II, em Dias D'Ávila/BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) Reitere-se o ofício de fl. 09.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 14, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventual dano ambiental causado por Hotel em praia localizada na Barra (poluição/despejo de lixo).

Determino a realização da seguinte diligência: a) Expeça-se ofício à SUCOP - Superintendência de Conservação e Obras Públicas de Salvador, com cópia das fls. 02, 08 e 09 dos autos, solicitando informações acerca de "eventual problema causado pela desembocadura de um canal de captação de água da chuva localizado na praia da Barra", acarretando despejo de lixo e água poluída na praia quando da ocorrência de chuvas na cidade. Solicitar ainda informações acerca dos documentos encaminhados em anexo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 15, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar a existência de dano ao patrimônio histórico cutural ocasionado em imóveis situados na Comunidade Chácara Santo Antônio - Bairro Santo Antônio, Centro Histórico de Salvador.

Determino a realização da seguinte diligência: a) Junte-se o documento anexo (Relatório Técnico nº 16/2012-4ª CCR, bem como as respostas dos ofícios enviados ao IPHAN, EMBASA, SETIN e SEDHAM; b) Reiterem-se os ofícios constantes às fls. 13, 15 e 16 dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. (Desnecessário a comunicação - Ofício Circular nº 5003/2012-4ª CCR)

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 16, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventual dano ambiental decorrente da utilização indevida do solo (depósito de embarcações velhas sobre a vegetação nativa), no Condomínio Bali Bahia, em Praia do Forte/BA.

Determino a realização das seguintes diligências: a) Reitere-se o ofício constante à fl. 12 dos autos; b) Expeça-se ofício ao INEMA, com cópia das fls. 02/07 dos autos, solicitando informações acerca dos fatos noticiados; c) Expeça-se ofício à Síndica do Condomínio Bali Bahia, com cópia das fls. 02/07 dos autos, solicitando que informe se a situação persiste.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. (Desnecessário a comunicação - Ofício Circular nº 5003/2012-4ª CCR)

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 17, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em acompanhar o cumprimento de acordo de cooperação firmado entre o IBAMA e o IPHAN, a fim de promover a doação de madeiras apreendidas em operações de fiscalização visando a contenção de imóveis tombados.

Determino a realização da seguinte diligência: a) Reitere-se o ofício constante à fl. 13 dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. (Desnecessário a comunicação - Ofício Circular nº 5003/2012-4ª CCR)

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 22, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e,

a) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal), bem como zelar pela defesa do meio ambiente (art. 5º, inciso III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) CONSIDERANDO que, segundo o art. 225, caput, da Constituição Federal de 1988, "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

c) CONSIDERANDO que, consoante § 4º, do art. 225, da Constituição Federal de 1988, "A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais".

d) CONSIDERANDO os objetivos delineados na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81, em especial artigos 2º e 4º) e demais normas de proteção ambiental, bem como o regramento supranacional do qual o Brasil é signatário (Agenda 21, a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas, entre outros);

e) CONSIDERANDO o envio do expediente nº 003.0.117242/2012 pela Promotoria de Justiça na Comarca de Mata de São João, noticiando construção irregular de uma pousada, de propriedade de José Rodrigues dos Santos, em área de terreno de marinha, na praia de Costa Azul, no Município de Jandaíra/BA;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL nº 1.14.000.002052/2012-11, o qual passará a contar com a seguinte ementa:"Apurar danos ambientais decorrentes de ocupação irregular em área de terreno de marinha, na praia de Costa Azul, no Município de Jandaíra/BA".

Ante o exposto, determino a realização das seguintes providências:

1. Registre-se e proceda-se às demais formalidades de estilo. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, remetendo cópia desta portaria e solicitando sua publicação, conforme previsto no art. 16 da Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do do Ministério Público Federal;

2. Oficie-se ao INEMA, solicitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações atualizadas sobre os fatos reportados no Relatório de Fiscalização Ambiental nº 833/2008-1268, inclusive com a realização de vistoria in locco;

3. Oficie-se à SPU/BA, à Prefeitura Municipal de Jandaíra e ao Centro Tamar, solicitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações sobre os fatos reportados no Relatório de Fiscalização Ambiental nº 833/2008-1268 do INEMA, cuja cópia deve seguir em anexo;

4. Com as respostas ou findo o prazo assinalado nos aludidos ofícios, voltem-me os autos conclusos.

CAROLINE ROCHA QUEIROZ

PORTARIA Nº 28, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

O Procurador da República, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "e" do inciso III do artigo 5° da Lei Complementar nº 75/93,

1. CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal);

2. CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal);

3. CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria da República o Procedimento Administrativo nº 1.14.009.000086/2008-13, instaurado para apurar possível apropriação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo então Prefeito do Município de Rio de Contas/BA, EVILÁCIO MIRANDA SILVA, com a participação de funcionários do Banco do Nordeste e de técnico da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA.

4. CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de realização de diligências além do prazo permitido pelo artigo artigo 4º, § 1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5. Resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se o registro e autuação da presente Portaria no Sistema Único como "Inquérito Civil Público", vinculado a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

6. Em continuidade à apuração, cumpra-se as seguintes diligências:

a) seja oficiado o Banco do Nordeste do Brasil S/A, requisitando o encaminhamento, a esta Procuradoria, de cópia integral da Auditoria Interna nº AUDIT 2008/655-186, referente às investigações sobre a participação de funcionários da citada instituição financeira, no tocante a irregularidades na aplicação dos recursos do PRONAF-B, no Município de Rio de Contas, nos anos de 2003, 2004 e 2006, bem como cópia das respectivas fichas funcionais de todos os empregados auditados;

b) seja oficiada a EBDA, requisitando o encaminhamento, a esta Procuradoria, de cópia integral da sindicância instaurada a partir da Resolução nº 114/2008, para apurar a responsabilidade/participação do Engenheiro Agrônomo Antônio Brasil Trindade, na aplicação irregular dos recursos do PRONAF-B, no Município de Rio de Contas, nos anos de 2003, 2004 e 2006, bem como cópia de sua respectiva ficha funcional.

7. Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

8. A fim de ser observado o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para o encerramento do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

SÉRGIO DE ALMEIDA CIPRIANO

PORTARIA Nº 29, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

O Procurador da República, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "e" do inciso III do artigo 5° da Lei Complementar nº 75/93,

1. CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal);

2. CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal);

3. CONSIDERANDO a notícia de suposta concessão irregular de benefícios relacionados ao Programa Bolsa Família a servidores da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/BA;

4. CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de realização de diligências além do prazo permitido pelo artigo artigo 4º, § 1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5. Resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se o registro e autuação da presente Portaria no Sistema Único como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

6. Em continuidade à apuração dos fatos, determino a realização das seguintes diligências:

a) seja oficiado à Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/BA, requisitando que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, os dados qualificadores (identidade e registro no CPF) das pessoas indicadas na representação (fl. 04);

b) após o cumprimento do item precedente, oficie-se à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC requisitando informar, no prazo de 15 (quinze) dias, se aquelas pessoas estão incluídas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

7. Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

8. A fim de ser observado o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para o encerramento do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

SÉRGIO DE ALMEIDA CIPRIANO

PORTARIA Nº 50, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.002511/2011-86

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que visa "apurar possíveis irregularidades na prestação do serviço postal no Município de Conde/BA.", em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando a continuidade da instrução, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1) faça-se contato telefônico com a representante, solicitando informar se houve, de fato, a regularização da prestação dos serviço postal, conforme noticiado pela Diretoria Regional dos Correios (fls. 10/11), certificando nos autos o resultado desta diligência.

Cumprido, façam-me conclusos.

DOMÊNICO D'ANDREA NETO
Procurador da República

PORTARIA Nº 50, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Peças Informativas nº 1.14.001.000009/2012-10. Assunto: Apura irregularidades/atrasos no pagamento dos salários dos Agentes de Saúde no mês dezembro/2011. Município de Aratataca/BA. Gestão de AGENOR BIRSCHNER (2009/2012).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000009/2012-10, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 51, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.001585/2011-03

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que visa "apurar notícia sobre eventual desvio de mercadorias na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).", em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando a continuidade da instrução, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1) encaminhem-se os autos para a Assessoria, para a análise da documentação juntada, visando avaliar a suficiência das informações prestadas pela EBCT e a necessidade de novos esclarecimentos sobre os fatos noticiados.

Cumprido, façam-me conclusos.

DOMÊNICO D'ANDREA NETO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 51, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Peças Informativas nº 1.14.001.000010/2012-36. Assunto: Apura irregularidades/atrasos no pagamento de bolsa-auxílio mensal, no valor de R$ 100,00 (cem reais), devida aos alunos do Programa Projovem Trabalhador 2011. Ministério do Trabalho e Emprego. Município de Ilhéus/BA. Gestão de NEWTON LIMA (2009/2012).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000010/2012-36, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 52, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Determina a instauração de Inquérito Civil no âmbito da PR-BA. Ref.: Peças de informação 1.14.000.001874/2012-85.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado nos artigos 6°, VII, alínea "a" e "c" da Lei Complementar nº 75/93 e 129, II, III e VI, da Constituição Federal de 1988, e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, e:

a) Considerando a representação originariamente apresentada ao Ministério Público do Estado da Bahia, pelas Sras. Juceni Pereira de Lima David, Regina de Jesus Santos e Lúcia de Araújo Costa Beisl Noblat, dando conta de irregularidades que estariam ocorrendo no âmbito da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), incluindo-se entre elas (item III) as relacionadas, em tese, à "ocupação e desmantelamento do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica da Faculdade de Farmácia";

b) Considerando que a representação alude a fatos que comprometeriam os padrões sanitários a serem observados no funcionamento do Laboratório, impedindo a renovação de seu alvará sanitário e comprometendo as atividades do mesmo: "único no Estado da Bahia e um dos três da região Nordeste, habilitados pela ANVISA para a realização dos estudos de Equivalência Farmacêutica para os medicamentos genéricos".

c) Considerando o interesse da matéria sob aspecto da tutela coletiva do direito à saúde e a atribuição do Ministério Público Federal em razão de tratar-se de fatos ocorridos no âmbito de Faculdade que integra autarquia federal;

d) Considerando que a representação também remete a fatos em torno da realização de concurso público naquela Faculdade (item I e II) que extrapolam as atribuições deste 2º Ofício de Tutela Coletiva - Saúde, Consumidor e Ordem Econômica, abrangendo fatos que, em tese, podem configurar improbidade administrativa.

e) Considerando, por fim, a legitimidade do Ministério Público para atuar na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127), entre os quais se insere o direito à saúde (art. 196), assim como a sua função institucional de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de relevância pública aos direitos assegurados" na Constituição, "promovendo as medidas necessárias a sua garantia" (art. 129, II, todos da Constituição Federal);

Resolve INSTAURAR Inquérito Civil, nos termos do art. 4º, II, da Resolução CSMPF nº 87, de 06/04/2010, com o seguinte objeto: "apurar irregularidades que, em tese, estariam ocorrendo no funcionamento do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)", determinando as seguinte providências preliminares:

1) Oficie-se às representantes, comunicando a instauração do presente Inquérito Civil;

2) Extraia-se cópia integral da representação e desta Portaria de Instauração, para fins de distribuição para um dos Ofícios do Patrimônio Público desta Procuradoria, com atribuição para a matéria versada nos itens I e II da representação;

3) Oficie-se, ao Diretor da Faculdade de Farmácia da UFBA, comunicando a instauração do presente inquérito civil, encaminhando cópia da representação (nove laudas), solicitando informações sobre os fatos narrados e, em especial, sobre as condições atuais de funcionamento do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica da Faculdade.

Com a resposta, ou esgotado o prazo, façam-me conclusos os autos .

DOMÊNICO D'ANDREA NETO
Procurador da República

PORTARIA Nº 52, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Peças Informativas nº 1.14.001.000043/2012-86. Assunto: Apura a prática de atos de improbidade administrativa pelo ex-policial rodoviário federal Antônio Sérgio Souza Duarte, matrícula SIAPE nº 0168359, em virtude do recebimento de valores no desempenho de suas funções

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000043/2012-86, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 53, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Peças Informativas nº 1.14.001.000054/2012-66. Assunto: Visa ao acompanhamento da solicitação efetuada por BEATRIZ DUQUE MARTINHO WINTER e BERNARDO DUQUE MARTINHO WINTER, representados por sua genitora RITA ALMEIDA DUQUE MARTINHO visando ao reconhecimento e execução da sentença proferida pela justiça de Portugal contra PETER CHRISTIAN WINTER, nos termos da Convenção de Nova Iorque para a prestação de alimentos

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000054/2012-66, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 56, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Feito Adm. nº 1.14.000.002326/2011-91

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata de apurar notícia de redução dos quantitativos dispensados pelo SUS do medicamento Lamotrigina , em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal do Direito do Cidadão(PFDC), consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1. Oficie-se, com prazo de 15 (quinze) dias, ao Hospital Especializado Mario Leal, com o objetivo de saber se a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia vem fornecendo o medicamento Lamotrigina; bem como de perquirir a possibilidade de disponibilização do medicamento em quantidade superior a determinada pela Portaria MS/GM nº2.981 de 30/11/2009, tendo em vista situações específicas.

Com a resposta, ou esgotado o prazo sem ela, façam-me conclusos.

DOMÊNICO D' ANDREA NETO

PORTARIA Nº 58, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.002112/2011-15

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que visa apurar acerca da comercialização dos produtos (extrato de hipófise e 17-alfa-metil-testosterona) nos estabelecimentos de aquicultura situados neste Estado, sem o certificado do Serviço de Inspeção Federal - SIF, e suas repercussões na saúde pública, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal do Direito do Cidadão (PFDC), consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando a continuidade da instrução, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1) encaminhem-se os autos conclusos para o gabinete, para a análise da documentação juntada, visando avaliar a suficiência das informações prestadas e a necessidade de novos esclarecimentos sobre os fatos noticiados.

Cumprido, façam-me conclusos.

DOMÊNICO D'ANDREA NETO

PORTARIA Nº 59, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.002406/2011-47

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que visa apurar a eficácia da atuação do Conselho Regional de Farmácia na fiscalização das farmácias e drogarias do município de Salvador/BA, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal do Direito do Cidadão (PFDC), consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando a continuidade da instrução, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1) encaminhem-se os autos conclusos para o gabinete, para a análise da documentação juntada, em especial os documentos de fls. 21 e 22

2) agende-se reunião com o presidente do Conselho Regional de Farmácia da Bahia, conforme despacho de fl.20

Cumprido, façam-me conclusos.

DOMÊNICO D'ANDREA NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 60, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.000716/2012-16

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que visa apurar a atribuição do sistema único de saúde (SUS) na reabilitação de pacientes nos casos de perda total da voz em razão de lesão da laringe ou laringectomia total, incluindo o fornecimento de aparelho denominado eletrolaringe, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal do Direito do Cidadão (PFDC), consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando a continuidade da instrução, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1) Aguarde-se os autos em cartório , após encaminhem-se os autos ao gabinete, para a análise da documentação juntada, em especial os documentos de fls. 17 à 31 e de fls. 33 à 39.

Cumprido, façam-me conclusos.

DOMÊNICO D'ANDREA NETO

PORTARIA Nº 60, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012

Inquérito Civil Público instaurado para apurar supostas irregularidades na concessão de bolsa família a Joseane Dias da Silva, por ter cadastrado falsamente Cristina Paixão de Almeida como filha, fato que estaria impedindo seu verdadeiro genitor, Josué de Almeida Silva, a obter o benefício. Autos n.º 1.14.004.000087/2011-03.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 25/04/2011, na Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, com base em representação formulada por Josué de Almeida Silva, noticiando irregularidades na concessão de bolsa família a Joseane Dias da Silva, por ter cadastrado falsamente Cristina Paixão de Almeida como filha, fato que estaria impedindo seu verdadeiro genitor, a obter o benefício;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

Comunique-se à PFDC para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 64, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

ANDRE SAMPAIO VIANA, Procurador da República, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 23/07 do CNMP, e do art. 2, I, da Resolução nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO:

Que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, de conformidade com a Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, incisos II e VI, e Lei Complementar 75/93, artigo 5º;

Que dispõe o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal ser função institucional do Ministério Público: "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia";

Os elementos fático-probatórios constantes no Inquérito Civil Público 1.14.007.000139/2010-22, instaurado para apurar possíveis violações à integridade do patrimônio público federal, no imóvel de domínio pleno da União, com área de 266.213,00m2, situado na Avenida Genésio Porto, 1077, Bairro Recreio, Perímetro Urbano, Município de Vitória da Conquista/BA (identificado às fls. 30, cujo memorial descritivo consta às fls. 33/34, cópia de escritura às fls. 35/42 e relatório de avaliação às fls. 31);

Que a ação civil pública ajuizada com base no ICP acima referido, autuado na Justiça Federal sob n. 4645-56.2012.4.01.3307, tem como objeto especificamente reprimir a exploração comercial área da União, identificada como boate FUSO HORARIO e É SHOW ESTRUTURAS, não tendo abrangido as atividades do CLUBE DA DERRUBA;

Que, além dos estabelecimentos comerciais, existe outra parte da área da União que é utilizada atualmente pelo CLUBE DA DERRUBA para criação de cavalos, que é de conhecimento público e notório nesta cidade (cf. depoimentos de fls. 51, 113, 117/118 e 119);

Que os bens públicos, no Direito brasileiro, marcam-se pelas características de regime inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade;

Que, aos bens imóveis da União, quando indevidamente ocupados, invadidos, turbados na posse, ameaçados de perigos ou confundidos em suas limitações, cabem os remédios de direito comum (art. 20, do Decreto-Lei n. 9.760/46);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando as seguintes diligências preliminares:

a) Registrar e autuar a presente portaria, juntamente com cópia da ação civil pública n. 4645-56.2012.4.01.3307;

b) Registrar que o objeto do presente Inquérito Civil é a apuração da ocupação ilícita pelo CLUBE DA DERRUBA do imóvel de domínio pleno da União, com área de 266.213,00m2, situado na Avenida Genésio Porto, 1077, Bairro Recreio, Perímetro Urbano, Município de Vitória da Conquista/BA;

c) juntar relatório de diligência in loco, elaborado pelo técnico de transporte lotado nesta Procuradoria da República;

d) juntar termo de declaração prestado por FABIO MOREIRA DE ALMEIRA no dia 03/09/2012, bem como os documentos apresentados pelo depoente;

e) expeça-se ofício à SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, comunicando a instauração deste Inquérito Civil Público e requisitando as seguintes providências:

i) cópia integral do processo administrativo n. 04941.000698/2010-74;

ii) Informação acerca da situação do imóvel em referência no sistema de cadastro da SPU e quais foram as providências feitas pela SPU a partir do ofício n. 18/2012/PRM-VC/GAB/ASV, expedido por esta Procuradoria da República;

iii) que seja designada uma equipe para avaliação atual do imóvel, elaboração de memorial descritivo e qualificação dos aspectos físicos da área, considerando a atual situação da área em comento, apurada pela Procuradoria da República neste Município, através dos Inquéritos Civis Públicos n. 1.14.007.000139/2010-22, noticiada à SPU através do ofício n. ofício n. 18/2012/PRM-VC/GAB/ASV.

Fica o servidor Pedro Antônio Ribeiro Filho, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, nomeado para funcionar como Secretário; o qual será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Dê-se ciência da instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Procuradora, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente para fins de publicação.

ANDRÉ SAMPAIO VIANA

PORTARIA Nº 64, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.000375/2012-71

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, em vista da certidão 04/2012 PRBA2º OF-CIV, e da necessidade de dar continuidade a sua instrução, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que apura "as condições de atenção à saúde no Estado da Bahia para a endometriose profunda, incluindo a eventual necessidade de referência interestadual, com a oferta do respectivo Tratamento Fora do Domicílio (TFD)", em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 01 (um) ano.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal do Direito do Cidadão (PFDC), consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando a continuidade da instrução, determino que seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde do Estado, fazendo referência ao ofício GASEC nº 371/2012, de 21 de março de 2012, e encaminhando cópia da certidão retro mencionada e desta Portaria, para solicitar informação sobre: 1) as razões da demora no tratamento requerido; 2) a existência de outras pacientes com pedidos similares formulados perante a Secretaria, encaminhando a este Órgão do Parquet, em caso positivo, os dados e documentos que instruem esses pedidos.

Com a resposta, ou decorrido o prazo para a mesma, façam-me conclusos.

DOMÊNICO D'ANDREA NETO

PORTARIA Nº 69, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

MÁRIO ALVES MEDEIROS, Procurador da República, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 23/07 do CNMP, e do art. 2, I, da Resolução nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO:

Que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras previstas no art. 129 da Constituição Federal, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção dos direitos difusos e coletivos;

O inteiro teor da representação formulada por Elbson Dias Soares, na qual noticia a ausência de prestação de contas, de responsabilidade do ex-Prefeito do Município de Anagé, relativas ao repasse de recurso federais, oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola ao referido Município, no exercício de 2004;

A necessidade de adequação do presente procedimento ao quanto determina a Resolução 87/06 do CSMPF, especialmente o seu art. 4º, § 4º (Incluído pela Resolução CSMPF nº 106, de 6.4.2010);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando as seguintes diligências preliminares:

a) Registrar e autuar a presente portaria, juntamente com o Procedimento Administrativo nº 1.14.007.000008/2012-88, vinculando-o à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

b) Registrar que o objeto do presente Inquérito Civil é a apuração de irregularidades diante da notícia de ausência de prestação de contas dos recursos relativos ao Programa Dinheiro Direto na Escola pelo Município de Anagé, no exercício de 2004;

Fica a servidora Ana Paula de Araújo, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, nomeada para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Dê-se ciência da instauração à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente para fins de publicação.

MÁRIO ALVES MEDEIROS

PORTARIA Nº 74, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

RESOLVE o signatário, INSTAURAR o presente inquérito civil para promover ampla apuração dos fatos noticiados, através do expediente de nº 1.14.000.001968/2012-54 .

Autue-se a presente portaria e a peça de informação que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em averiguar supostas ilegalidades cometidas pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC EAD e pela Universidade de Santo Amaro - UNISA, concernentes em práticas lesivas aos discentes do Curso de Bacharelado em Administração, como cobranças de matrículas relativas a matérias já cursadas, recusa na expedição do diploma e incerteza sobre qual das duas instituições de ensino é a responsável pelo curso dos representantes, haja vista a quebra de contrato ocorrida entre elas.

Determino, ainda: a) a expedição de ofício à Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC EAD e à Universidade de Santo Amaro - UNISA (Central de Salvador), para que se manifestem sobre o contrato de parceria entre elas mantido, bem como sobre as irregularidades indicadas na representação, cuja cópia deverá seguir em anexo; b) envio de ofíco ao MEC, para que informe sobre o reconhecimento e registro do Curso de Bacharelado em Administração oferecido pelas instituições de ensino epigrafadas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), encaminhando-se cópia do arquivo digital, referente à presente portaria, através do endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público1

LEANDRO BASTOS NUNES

PORTARIA Nº 75, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerenado que o meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida das presentes e futuras geração, é um direito fundamental com previsão no art. 225 da Carta Magna;

d) considerando que o presente procedimento administrativo destina-se a averiguar possíveis danos ambientais, diretos e indiretos, ocasionados em prejuízo da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, localizada em Formosa do Rio Preto/BA;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000083/2012-92 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

2) A juntada aos autos do Ofício nº 1032/2012/ICMBio-CR5, que se consubstancia na resposta ao Of. Nº 820/PRMBR/FTS;

3) Oficie-se o ICMBio para solicitar o envio, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de cópia integral dos termos de compromisso celebrados entre o referido ente e os Srs. Estevão Mumbach e Augusto Mumbach, indicado no Ofício nº 1032/2012/ICMBio-CR5 nº 38/2011 - Processo nº 02070.005406/2010-61 e nº 46/2011 - Processo nº 02070.005413/2010-62).

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 76, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que o presente processo administrativo busca acompanhar a atuação do DNIT e do 4º BEC - mais especificamente quanto às obras e instrumentos de trânsito - lombadas eletrônicas, pavimentação da BR entre o Anel da Soja e o Tocantins, aposição de 3ª faixa na BR 242 no trecho entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, BR 135, trevo do aeroporto BR 242 e recuperação das vias marginais da BR 242 no centro de Barreiras/BA;

CONSIDERANDO o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do Procedimento Administrativo em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER o processo administrativo Nº 1.14.003.000068/2012-60 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

a) Dê-se ciência da instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 80, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento administratvio de n° 1.14.003.000135/2012-46 foi instaurado com o fito de apurar a notícia de malversação de recursos federais oriundos atinentes ao PNATE, no exercício de 2009, pelo município de Correntina\BA;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando que o Ministério Público é parte legítima para o ajuizamento de eventuais ações de responsabilização por ato de improbidade administrativa;

f) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PRESENTE PA Nº 1.14.003.000135/2012-46 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Oficie-se o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia para solicitar o envio, no prazo de 10(dez) dias úteis, do Relatório Anual, relativo ao exercício financeiro de 2009, sobre as contas da Prefeitura de Correntina\BA;

2) Oficie-se a Prefeitura Municipal de Correntina\BA para solicitar a prestação de informações, no prazo de 10(dez) dias úteis, acerca do vencedor do processo administrativo de licitação nº 009/2009 (Edital Concorrência nº 001/2009), bem como nos envie cópia do respectivo contrato firmado com adjudicado;

3) Proceda-se à pesquisa no sítio eletrônico oficial do FNDE para colher informações sobre a aprovação e/ou rejeição das contas relativas ao Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE (exercício de 2009) apresentadas pelo Município de Correntina/BA, devendo-se acostar o resultado aos autos.

4) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PORTARIA Nº 88, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento administrativo n° 1.14.003.000072/2012-28 foi instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades na distribuição do Serviço Postal nos Municípios de Santa Maria da Vitória/BA, São Félix do Coribe/BA, Coribe/BA, Cocos/BA e Correntina/BA,;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando que o Ministério Público é parte legítima para o ajuizamento de eventuais ações de responsabilização por ato de improbidade administrativa;

f) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PRESENTE PA Nº 1.14.003.000072/2012-28 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1.Oficie-se o Município de Correntina/BA para que, no prazo de 20(vinte) dias úteis, nos informe qual a previsão para início dos serviços de identificação oficial das ruas e imóveis no referido município, inclusive sobre a existência de eventual Projeto de Lei Municipal com tal objetivo. Deve, ainda, o Município relatar a situação específica dos bairros: Rio Rico, Jaime Moreira, Setor Dourado, Novo Horizonte, Guilhermino Alves, São José, Alto Extrema, Deocleciano Silva, Setor Vila Nova e Setor Itamarana, os quais não dispõem de um regular serviço de postagem domiciliar devido a ausência de identificação oficializada. Envie-se em anexo cópia do documento de fl. 18

2.Reitere-se o ofício de fl. 13, fazendo constar as advertências de praxe.

3.Oficie-se ao Município de Santa Maria da Vitória/BA para que, no prazo de 20(vinte) dias úteis, nos informe qual a previsão para o término dos serviços de identificação oficial de ruas e imóveis nos bairros do referido município, devendo relatar em especial a situação dos bairros: Centro, Morada do Sol, Francisco Alves, Rio Guará, Parque de Exposições, Chácara Ruth Dantas, os quais não dispõem de um regular serviço de postagem domiciliar devido a ausência de identificação oficial. Encaminhar em anexo cópia do documento de fl. 28.

4.Oficie-se a EBCT para que, no prazo de 20(vinte) dias úteis, se manifeste sobre as informações constantes dos documentos de fls.19/27(cópia em anexo), haja vista o teor do ofício nº 73/2012GAB/DR/BA, encaminhado anteriormente a este Ministério Público, o qual dispõe que alguns bairros dos Municípios de São Félix do Coribe/BA (Bairros: Bela Vista e Agnelo Braga) e Coribe/BA (Bairro: Novo Horizonte), não dispõem regularmente de serviços de postagem domiciliar devido à falta de identificação oficial. Envie-se em anexo cópia do documento de fl.08.

5.Solicite-se a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 44, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

Peças de Informação nº 1.15.002.000026/2012-00

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 129, I, da Constituição Federal; arts. 6º a 8ª da Lei Complementar n.º 75/93, e na Resolução nº 77/2004 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e:

Considerando o teor das informações instauradas a partir de Ofício da Promotoria de Justiça de Iguatu-CE, onde encaminha ofício da Secretaria do Meio Ambiente daquele município, noticiando que imóvel da União situado naquela localidade foi irregularmente ocupado, tendo sido construídas edificações igualmente irregulares;

Considerando que se verificou a competência da Justiça Federal para processar e julgar eventual ação judicial, tendo em vista tratar-se de bem da União;

Considerando competir ao Ministério Público a promoção de inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social nos interesses da coletividade;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e que, entre suas funções, destaca-se o dever de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando, ainda, que as peças de informação apresentadas não bastam para formar um juízo razoável de convicção sobre eventual irregularidade, fazendo-se necessária a realização de colheita de material probatório/instrutório, determino a conversão do presente expediente administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 4º, e art. 5º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com a devida remessa ao órgão competente desta Procuradoria para autuação do presente como tal.

Ficam designados como secretários para atuarem no feito, em conjunto ou individualmente, nos termos do art. 5º, V, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, os servidores David Melo Teixeira Sousa, Marcelo Pompeu Brasil e Ângela Maria Alves de Oliveira Cartaxo, e nas suas faltas, os servidores Fabrícia Helena Linhares Coelho da Silva e Carlos Eduardo Carvalho Arrais.

Comunique-se, no prazo máximo de dez dias, a instauração deste Inquérito Civil Público à 5ª CCR/MPF, consoante o disposto no art. 6º, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Após, remeta-se cópia desta portaria para publicação no Diário Oficial e no portal eletrônico do MPF, nos termos do art. 5º, VI, combinado com art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução supra referida.

CELSO COSTA LIMA VERDE LEAL

PORTARIA Nº 208, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000410/2012-14, que trata de Denúncia On-line 20120000050. Denuncia dificuldade em conseguir táxi adaptado para deficientes fisicos em Fortaleza, bem como ônibus adaptados não contemplam os bairros mais distantes da cidade de Fortaleza. Cooperativas informam que não podem garantir agendamento pois só possuem dois carros adaptados. Divulgação por parte da prefeitura de Fortaleza de que possui a maior frota no Brasil de táxi adaptados;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo retrocitado para promover ampla apuração dos fatos noticiados, reclassificando-o para o Ofício de PRDC - 8º Ofício, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 209, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador Regional da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.000439/2012-04, cujo objeto cinge-se na necessidade de efetivar a realização de exames obrigatórios em recém-nascidos no âmbito do Hospital Cura D'ars, com sede em Fortaleza/CE;

CONSIDERANDO que foi expedido Recomendação ao Requerido e mostra-se de bom alvitre o acompanhamento por parte deste Parquet federal do cumprimento desta;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

FRANCISCO DE ARAÚJO MACEDO FILHO

PORTARIA Nº 220, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000554/2012-71, que trata de acompanhar as informações contidas no Ofício nº 208/2012-DIRPP/DEPEN/MJ, informando a Celebração do Convênio SICONV Nº 762154/2011, entre o Ministério da Justiça e o Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania, objetivando o Projeto "Aquisição de 06 (seis) Body Scanner; 06 (seis) Equipamento de Raio X" ;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo retrocitado para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 221, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000594/2011-31, que trata de Denúncia em face de Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) por suposta violação de direitos humanos;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo retrocitado para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 225, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000877/2012-64, que trata do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 31/2012/PFDC/MPF-GPC. Resolução nº 11 - XVII Encontro Nacional das Procuradoras e dos Procuradores dos Direitos do Cidadão sobre o tema tortura. Incentivar a criação de mecanismos municipais, estaduais e federais de visitas periódicas a estabelecimentos com pessoas privadas de liberdade;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo retrocitado para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 226, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000218/2011-47, DA Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza. Parecer acerca de requerimento feito por Antônio Jussivan Alves dos Santos acerca de cumprimento de pena em estabelecimento penal destinado a presos condenados, com insolação, condicionamento térmico, trabalho, assistência à saúde e não submissão a tratamento cruel, desumano e degradante;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo retrocitado para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 227, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000524/2012-64, que trata do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 11/2012/PFDC/MPF-GPC. Direito das mulheres à não discriminação racial e de gênero. Sugestões colhidas na Audiência Pública de 7/12/12. Solicitação de colaboração no sentido de sugerir aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais com serviços de atendimento ao cidadão, que deixem visível nos recintos o anúncio: A prática do racismo e da discriminação é crime (C.F. 1988 Art. 5º XLII; Lei 7716/79);

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo retrocitado para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 228, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000308/2012-19, Ministério Público Eleitoral / Promotoria de Justiça Eleitoral da 114ª Zona Eleitoral. Procedimento nº 2511/2012-7. referente à vistoria nos locais de votação, principalmente em relação à acessibilidade de pessoas com algum tipo de deficiência física.;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo retrocitado para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 229, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000500/2012-13, que trata de Termo de Representação PRDC Nº 00040/2012. Supostas irregularidades cometidas pelas administradoras Ação Administradora Imobiliária e Exponencial Serviços de Consultoria e Assessoria Ltda. na administração do Condomínio Edberto Euclides. Superfaturamento de serviços. Cobrança em duplicidade de serviços. Cobrança irregular de serviços não realizados e/ou não especificados. Aprovação irregular no aumento de taxa de condomínio;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo retrocitado para promover ampla apuração dos fatos noticiados, reclassificando-o para o Tema CONSUMIDOR, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ªCCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 396, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 6º, art. 4º e art. 6º, § 9º todos da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o quanto consta dos autos das Peças de Informação nº 08190.116121/12-74, que tem como objeto (resumo): "CONCURSO PÚBLICO. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. INSTITUTO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - IADES. Edital normativo nº 1/2012, de 04 de julho de 2012. Possível incompatibilidade nos critérios previstos pelo item 4.7 do edital, que trata dos requisitos para concessão da isenção de taxa de inscrição, pois seria alto o custo para que os documentos sejam autenticados, tenham firma reconhecida e sejam encaminhados por Sedex à Banca Organizadora. ";

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas.

CONSIDERANDO que, para adoção de eventual providência judicial ou extrajudicial pelo MPF, ainda se fazem necessários outros atos instrutórios, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

CONSIDERANDO que o prazo de conclusão do referido feito, de caráter preliminar, já expirou;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por qualquer meio hábil;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data.

ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA

PORTARIA Nº 399, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 6º, art. 4º e art. 6º, § 9º todos da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o quanto consta dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000547-2012-31, que tem como objeto (resumo): "CIDADANIA. DIREITOS DE POPULAÇÕES INDÍGENAS. EDUCAÇÃO SUPERIOR. Processo FUB nº 23106.000195/2004-44. Convênio de Cooperação FUNAI/FUB nº 001/2004, destinado à inserção de 200 (duzentos) indígenas de vários povos nas diversas áreas do conhecimento. Suposto corte injustificado do auxílio financeiro prestado pela FUNAI a alunos indígenas da Universidade de Brasília - UNB. Requer a intervenção Ministerial no sentido de assegurar a manutenção do auxílio financeiro até que se definam novos acordos no I Seminário de Avaliação do Convênio. ";

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas.

CONSIDERANDO que, para adoção de eventual providência judicial ou extrajudicial pelo MPF, ainda se fazem necessários outros atos instrutórios, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

CONSIDERANDO que o prazo de conclusão do referido feito, de caráter preliminar, já expirou;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à 6° Câmara de Coordenação e Revisão, por qualquer meio hábil;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data.

ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA

PORTARIA Nº 400, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 6º, art. 4º e art. 6º, § 9º todos da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o quanto consta dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.001811-2012-54, que tem como objeto (resumo): "Ausência de adaptação da frota da empresa VIAN para o transporte de pessoas com deficiência . ";

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas.

CONSIDERANDO que, para adoção de eventual providência judicial ou extrajudicial pelo MPF, ainda se fazem necessários outros atos instrutórios, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

CONSIDERANDO que o prazo de conclusão do referido feito, de caráter preliminar, já expirou;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por qualquer meio hábil;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data.

ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA

PORTARIA Nº 403, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 6º, art. 4º e art. 6º, § 9º todos da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o quanto consta dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000881-2012-95, que tem como objeto (resumo): "FACULDADE DA TERRA DE BRASÍLIA - FTB. Suposta irregularidade consiste na oferta pela FTB de cursos de educação superior ministrados no âmbito de entidades conveniadas nos estados do Maranhão, Piauí e Pará.";

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas.

CONSIDERANDO que, para adoção de eventual providência judicial ou extrajudicial pelo MPF, ainda se fazem necessários outros atos instrutórios, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

CONSIDERANDO que o prazo de conclusão do referido feito, de caráter preliminar, já expirou;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por qualquer meio hábil;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data.

ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 5, DE 12 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, considerando:

a) os elementos recolhidos no ICP 1.17.003.000021/2009-99;

b) os termos da Lei Estadual 8.975, que estabelece que os estabelecimentos comerciais com mais de 180 metros quadrados devem possuir, no mínimo, um banheiro adaptado para o uso por pessoas com deficiência;

Determina a instauração de inquérito civil, que deverá receber numeração sequencial e crescente.

O inquérito terá por objeto apurar se a Rodoviária do Município de Aracruz obedece ao disposto na Lei Estadual 8.975.

Conforme exige o art. 4°, inciso II, da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, cumpre observar que os fatos investigados são atribuídos ao Município de Aracruz

Expeça-se ofícios ao Exmo Sr. Secretário de Administração do Município de Aracruz solicitando que informe se o cronograma de fls. 219 está sendo cumprido.

Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art.6°, da Resolução 87, do CSMPF.

Publique-se, nos termos do art.16, da Resolução 87, CSMPF.

FERNANDO AMORIM LAVIERI

PORTARIA Nº 7, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, considerando:

a) os fatos apurados no ICP 1.17.003.000083/2010-34 da PRM de São Mateus;

b) a necessidade de acompanhar as providências adotadas para o cumprimento da Recomendação 24/ 2012 da PRM São Mateus no tocante aos Municípios que agora estão inseridos na circunscrição da PRM -Linhares

Determina a instauração de inquérito civil, que deverá receber numeração sequencial e crescente.

O inquérito terá por objeto acompanhar as providências adotadas para o cumprimento da Recomendação 24/2012 da PRM São Mateus no tocante aos Municípios que agora estão inseridos na circunscrição da PRM -Linhares

Conforme exige o art. 4°, inciso II, da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, cumpre observar que os fatos investigados são atribuídos à Agência Nacional do Petróleo e ao Instituto Estadual do Meio Ambiente.

Expeçam-se ofícios ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Geral da ANP e ao Diretor Presidente do IEMA solicitando que informem as providências adotadas no cumprimento da recomendação 24/2012 da PRM São Mateus

O ofício deve ser instruído com cópia da recomendação e desta portaria.

Comunique-se à 4ª CCR, nos termos do art.6°, da Resolução 87, do CSMPF.

Publique-se, nos termos do art.16, da Resolução 87, CSMPF.

FERNANDO AMORIM LAVIERI

PORTARIA Nº 8, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, considerando:

a) que as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido (art.10, Lei 7661/88);

b) que é proibida a realização de qualquer forma de urbanização ou utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso às praias e ao mar (art.10, § 1°, Lei 7661/88);

c) que, conforme consta do processo administrativo IEMA/ES 54010748, o estabelecimento comercial Bocha´s Bar construiu estruturas sobre a areia da Praia da Sauna (Município de Aracruz);

Determino a instauração de inquérito civil, que deverá receber numeração sequencial e crescente.

O inquérito terá por objeto apurar a edificação de estruturas de uso privado na Praia da Sauna pelo estabelecimento Bocha´s Bar

Conforme exige o art. 4°, inciso II, da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, cumpre observar que os fatos investigados são atribuídos ao senhor Dalto Jorge Molina, proprietário do Bocha´s Bar

Expeça-se ofício ao investigado, solicitando que apresente, no prazo de 15 dias, cópia dos documentos que comprovam a regularidade das construções

O ofício deve ser instruído com cópia da advertência 24/2007.

Comunique-se à 4ª CCR, nos termos do art.6°, da Resolução 87, do CSMPF.

Publique-se, nos termos do art.16, da Resolução 87, CSMPF.

FERNANDO AMORIM LAVIERI

PORTARIA Nº 199, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993:

Considerando que o art. 129, II da Constituição Federal autoriza o Ministério Público a promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Considerando que, no mesmo diapasão, o art. 6º, VII da LC 75/1993 estabelece que, compete ao MPU, promover o inquérito civil e a ação civil pública para, entre outros pontos, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Considerando que o inciso XIV, g, do mesmo dispositivo legal supracitado, estabelece que também incumbe ao MPU a promoção de outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto ao meio ambiente;

Considerando que tramita nesta Procuradoria da República o Documento PRM-SAM-ES 005040/2012, autuado com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no contrato nº 810/2009, celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social e a empresa RS Comércio e Edificações Ltda., cujo objeto foi a reforma do prédio da Agência da Previdência Social em São Mateus/ES;

Considerando que o prazo para o término da construção foi prorrogado diversas vezes, por meio de 11 Termos Aditivos ao contrato;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que a empresa RS Comércio e Edificações Ltda. está respondendo a procedimento administrativo instaurado pelo INSS para aplicação de penalidades por descumprimento de cláusulas contratuais do contrato nº 810/2009;

Considerando que há necessidade de análise mais cuidadosa por parte deste Parquet Federal acerca dos atos irregulares apontados;

Resolvo converter o Documento PRM-SAM-ES 005040/2012 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas a eventuais medidas judiciais ou extra-judiciais:

a) Autue-se, fazendo constar a seguinte ementa: Apurar possíveis irregularidades no contrato nº 810/2009, celebrado entre o INSS e a empresa RS Comércio e Edificações. Reforma da sede da APS em São Mateus/ES.

b) b) Cientifique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da presente Portaria;

c) Designo a servidora CARLA SECOMANDI FRANÇA, matrícula 23185, para atuar como secretária do presente ICP, independente de compromisso, bem como o servidor que eventualmente venha substituí-la em seus afastamento legais;

d) Mantenha-se/cadastre-se o seguinte interessado: Roberto Penha - Chefe Substituto do Serviço de Administração do INSS/ES;

e) Publique-se;

f) Determino ao Cartório que junte cópia da presente portaria devidamente publicada no Diário Oficial e comunique, por meio de certidão, o vencimento do prazo de permanência deste ICP para que possa ser avaliada a necessidade de prorrogação.;

g) Como diligência inicial, oficie-se à Gerência Executiva do INSS em Vitória/ES solicitando informações minuciosas sobre: i) a modalidade e objeto da licitação, que culminou no Contrato nº 810/2009, celebrado entre o INSS/ES e a empresa RS Comércio Edificações Ltda.; ii) qual o objeto, valor, prazo de conclusão, forma de acompanhamento, cronograma de execução, previstos na minuta original do referido Contrato nº 810/2009; iii) o objeto exato, o valor e a justificativa para cada "Termo Aditivo" celebrado entre o INSS e a empresa RS Comércio e Edificações Ltda., e; iv) quais os valores foram pagos pelo INSS à empresa RS Comércio e Edificação Ltda. Por fim, solicite-se cópia do procedimento administrativo instaurado para apurar descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa RS Comércio e Edificações Ltda., relativo ao contrato nº 810/2009.

h) Oficie-se, também, à CGU e ao TCU, solicitando informações sobre eventuais procedimentos administrativo, referentes ao Contrato nº 810/2009, e respectivos "Termos Aditivos", celebrado entre o INSS de Vitória/ES e a empresa RS Comércio e Edificação Ltda., para reforma da Agência da Previdência em São Mateus/ES. Bem como, para que informem sobre as medidas tomadas, caso tenha sido constatada alguma irregularidade.

i) Contate-se a ASSPA, solicitando informações atualizadas sobre a empresa RS Comércio e Edificação Ltda.

JORGE MUNHÓS DE SOUZA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 215, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.18.000.000665/2012-75

A Procuradora da República que esta subscreve, em exercício no Ofício de Tutela da Ordem Econômica, Consumidor, Educação, Criança, Adolescente e PPD, na Procuradoria da República em Goiás, no uso de suas atribuições constitucionais e legais:

CONSIDERANDO as atribuições constitucionais e legais do Ministério Público Federal (artigo 129, incisos II, III e VI, da CF; artigos 5º, inciso V, 6°, inciso VII, 7°, inciso I, 8º, incisos I, II, IV, V, VII e VIII, e 11 a 16 da Lei Complementar n° 75/93; Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO os elementos apurados, até o momento, no procedimento administrativo nº 1.18.000.000665/2012-75, instaurado com vistas a averiguar possível irregularidade praticada pela Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, a qual não teria disponibilizado atividades de estágio aos alunos do curso de Serviço Social.

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguir as diligências, visando a colheita de informações, documentos e outros elementos aptos a direcionar e definir a linha de atuação deste órgão ministerial no feito;

Resolve converter o mencionado procedimento administrativo em Inquérito Civil Público.

Na ocasião, DETERMINO:

a) autue-se esta portaria como ato inaugural do inquérito civil público, registrando-se o objeto investigado na capa dos autos e nos sistemas de controle de processos desta Procuradoria;

b) envie-se cópia da portaria inaugural, em arquivo no formato digital (PDF) designado "Portaria - 1.18.000.000665/2012-75", para a Assessoria de Comunicação desta Procuradoria da República, que deverá inserir o arquivo na página da cidadania (www.prgo.mpf.gov.br) deste órgão ministerial; e

d) atendidas as providências, tornem os autos conclusos.

Cumpra-se. Publique-se.

MARIANE G. DE MELLO OLIVEIRA

PORTARIA Nº 216, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.18.000.000349/2012-01

A Procuradora da República que esta subscreve, em exercício no Ofício de Tutela da Ordem Econômica, Consumidor, Educação, Criança, Adolescente e PPD, na Procuradoria da República em Goiás, no uso de suas atribuições constitucionais e legais:

CONSIDERANDO as atribuições constitucionais e legais do Ministério Público Federal (artigo 129, incisos II, III e VI, da CF; artigos 5º, inciso V, 6°, inciso VII, 7°, inciso I, 8º, incisos I, II, IV, V, VII e VIII, e 11 a 16 da Lei Complementar n° 75/93; Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO os elementos apurados, até o momento, no procedimento administrativo nº 1.18.000.000349/2012-01, instaurado com vistas a averiguar possível irregularidade praticada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, o qual não estaria repassando aos seus alunos o Certificado Parcial de Conclusão do Ensino Médio com as notas do ENEM.

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguir as diligências, visando a colheita de informações, documentos e outros elementos aptos a direcionar e definir a linha de atuação deste órgão ministerial no feito;

Resolve converter o mencionado procedimento administrativo em Inquérito Civil Público.

Na ocasião, DETERMINO:

a) autue-se esta portaria como ato inaugural do inquérito civil público, registrando-se o objeto investigado na capa dos autos e nos sistemas de controle de processos desta Procuradoria;

b) envie-se cópia da portaria inaugural, em arquivo no formato digital (PDF) designado "Portaria - 1.18.000.000349/2012-01", para a Assessoria de Comunicação desta Procuradoria da República, que deverá inserir o arquivo na página da cidadania (www.prgo.mpf.gov.br) deste órgão ministerial; e

d) atendidas as providências, tornem os autos conclusos.

Cumpra-se. Publique-se.

MARIANE G. DE MELLO OLIVEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 72, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007);

Considerando o teor da documentação em anexo, noticiando a suspensão do fornecimento de cestas básicas aos beneficiários do Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF pela Secretaria da Criança e Assistência Social de São Luís/MA;

Considerando que o Ministério Público, conforme o art. 127 da Constituição Federal de 1988, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à assistência social e proteção à família, consagrado no artigo 203, I, da Constituição Federal;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que o Ministério Público possui como função institucional a promoção do inquérito civil público e da ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fito de apurar o caso.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e os documentos a ela anexos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. oficie-se à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social de São Luís requisitando manifestação circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias, sobre os fatos narrados na citada documentação, cuja cópia deve seguir em anexo;

iii. encaminhe-se cópia de tal documentação ao NTC para autuação como Peças de Informação e distribuição a um dos Ofícios vinculados à 5ª CCR, tendo em vista a omissão da SEMCAS diante das requisições formuladas pela DPU/MA, o que pode configurar ato de improbidade administativa; e

iv. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 314, DE 13 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter a Peça de Informação nº 1.20.000.000468/2012-06 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar suposta ocupação irregular de cargo pelo coronel Eumar Roberto Novacki, policial militar do Estado de Mato Grosso, vinculado ao Governo do Estado, que estaria exercendo funções no escritório do Senador Blairo Maggi.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e revisão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

CARMEN SANT´ANNA

PORTARIA Nº 317, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio dos Procuradores da República signatários, com fundamento no artigo 129, incisos III e V, da Constituição da República e no artigo 5º, inciso III, alíneas "c", "d" e "e" e artigo 6º, inciso VII, alínea "b" e "c", ambos da Lei Complementar nº75/93,

Considerando que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, bem como defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, III e V da Carta Magna e artigo 5º, III, alíneas "c", "d" e "e", da Lei Complementar no 75/1993);

Considerando que, dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos direitos e interesses coletivos, do patrimônio cultural, do meio ambiente bem como da defesa judicial dos direitos e interesses da populações indígenas;

Considerando que a Comissão Especial Temporária criada no âmbito do CONSEMA para analisar a proposta de alteração da resolução CONSEMA nº 26/07 deliberou, na data de 09/07/2012, em revogar referida resolução, em sua totalidade, apresentando nova proposta de regulamentação para o entorno de terras indígenas;

Considerando que a proposta de resolução aprovada pela Comissão Especial Temporária do CONSEMA estabelece exigências para o processo de licenciamento de atividades de alto potencial poluidor, quando localizados num raio de 03 (três) km de Terras Indígenas, estabelecendo a exigência de o órgão ambiental oficiar a FUNAI comunicando o processo de licenciamento ambiental de empreendimento de alto potencial poluidor localizados no raio de 03 (três) km de terra indígena;

Considerando que a proposta de resolução do CONSEMA prevê, ainda, que acompanhará o ofício do órgão ambiental (SEMA) apenas informações gerais sobre o empreendedor, a caracterização do empreendimento e carta de imagem com a localização do mesmo;

Considerando que a proposta de resolução do CONSEMA fixa o exíguo prazo de 30 (trinta) dias para manifestação da FUNAI e, por fim, estabelece que a ausência de manifestação da FUNAI no prazo não implicará prejuízo no andamento do processo de licenciamento ambiental, nem a expedição da respectiva licença;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que a proposta de resolução do CONSEMA não prevê a elaboração e encaminhamento para a FUNAI do estudo prévio de impacto ambiental e do estudo de componente indígena, parte integrante do EIA quando se trata de empreendimentos e atividades que impactem terras indígenas. Os documentos mencionados na proposta de resolução são nitidamente insuficientes para uma análise adequada pela fundação indigenista;

Considerando a referida proposta de resolução do CONSEMA consiste em medida legislativa suscetível de afetar diretamente os povos indígenas, entretanto não está sendo precedida da necessária consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas, prevista na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, assinada pelo Brasil em 1989 e ratificada em 19/06/2002 através do Decreto Legislativo n. 142/2002;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, conforme determina o § 5º da Resolução 87/2010 do CSMPF, com o objetivo de acompanhar a tramitação da referida proposta de resolução, a fim de zelar pelo respeito ao meio ambiente e aos direitos dos povos indígenas.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª e 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no art. 16, § 1º, I, da Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

MARCIA BRANDÃO ZOLLINGER

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 11, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscritor, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro no art. 129 da Constituição Federal de 1988, no § 1º do art. 8º da Lei n. 7.347/85, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n. 75/93, no § 1º do art. 4º da Resolução n. 87/2006 e, ainda,

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social, do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III);

CONSIDERANDO que a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei (art. 20, § 2º, da CF/88);

CONSIDERANDO que o artigo 1º da Medida Provisória n. 82/2002 reza que a União transferirá, a título de descentralização da sua malha rodoviária, a seu exclusivo critério, para os Estados e o Distrito Federal, em virtude desta Medida Provisória e observados os limites nela estabelecidos, o domínio de até dezoito mil quilômetros da malha rodoviária federal, bem assim de seus acessórios e benfeitorias;

CONSIDERANDO que o parágrafo 2º do artigo 1º da mesma Medida Provisória veda que o disposto no caput se aplique às rodovias consideradas estratégicas pelo Ministério do Transportes;

CONSIDERANDO que os trechos referentes à BR-060 (entrada BR-267/419 - Jardim até entrada MS 384 - fronteira Brasil/Paraguai - Bela Vista) e BR-463 (entrada BR-163 - Dourados para Caarapó até entrada da MS 380/384 - fronteira Brasil/Paraguai - Ponta Porã) são considerados estratégicos pelo Ministério dos Transportes, consoante dá conta a Nota Técnica n. 009/2011/AECI/MP;

CONSIDERANDO que, conforme consta também da referida Nota Técnica, os citados trechos de rodovias federais foram transferidos indevidamente ao domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, por força do Termo de Transferência n. 016/2003, de 16 de maio de 2003, com base na Medida Provisória n. 82/2002, haja vista que são considerados estratégicos pelo Ministério dos Transportes;

CONSIDERANDO que, como igualmente noticia a mencionada Nota Técnica, os trechos de rodovias federais passíveis de transferência aos Estados foram estabelecidos pela Portaria GM n. 766, de 16 de dezembro de 2002, e a malha passível de transferência ao Estado de Mato Grosso do Sul foi retificada por meio da Portaria GM n. 089, de 19 de março de 2003, que incluiu indevidamente segmentos considerados estratégicos pelo Ministério dos Transportes;

CONSIDERANDO que a CONJUR/MT (Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes) por meio do Parecer CONJUR/MT/CGAS n. 278/2004, de 18/06/2004, concluiu pela necessidade de correção do erro material ocorrido ao inserir-se, no Termo de Transferência n. 016/2003, trechos de rodovias consideradas estratégicas por serem integrantes do Sistema Pan-Americano de Carretas, importantes para a segurança nacional por darem acesso a fronteiras internacionais;

CONSIDERANDO a Nota Técnica n. 021/CGCAP/DEFIT/SFAT/MT, que informa que foram aprovadas pela CONJUR/MT as minutas da Portaria e de Aditivo ao Termo de Transferência e que a negociação para substituição dos trechos não encontraria óbices por parte do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, apesar de o Governo do Estado já ter investido na manutenção dos trechos transferidos, o trecho substituto, na BR-359, poderia ser objeto de compensação através da sua pavimentação, também como dá conta a Nota Técnica n. 009/2011/AECI/MP;

CONSIDERANDO que, nos termos dessa Nota Técnica, as negociações visando a celebração do Termo Aditivo deveriam ter continuidade após a posse do novo governo estadual, mas não houve evolução nas tratativas com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul para a substituição dos trechos transferidos indevidamente;

Resolve instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, objetivando solucionar o impasse referente à transferência indevida de trechos de rodovias consideradas estratégicas, de interesse da União, para o Estado do Mato Grosso do Sul, de forma a viabilizar a coleta de elementos de convicção aptos a subsidiar a adoção de qualquer das medidas indicadas nos incisos do art. 4º, caput, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Portanto, desde já determino:

1) Registre-se e autue-se a presente Portaria, juntamente com as peças de informação a ela anexadas (art. 5º, inciso III, da Res. CSMPF n. 87/2006).

2) Afixe-se cópia desta Portaria no mural de avisos do hall de entrada desta Procuradoria, onde qualquer cidadão poderá ter livre acesso.

3) Remeta-se cópia à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicidade (arts. 6º e 16 da Res. CSMPF n. 87/2006).

4) Designo o Técnico Administrativo Maxsander Loubet para acompanhar o presente procedimento administrativo, auxiliando na confecção de ofícios, intimações, notificações, requisições etc., acompanhando o cumprimento de prazos assinados em tais atos e promovendo a adoção das diligências determinadas no prazo máximo de 10 (dez) dias.

5) A Secretaria deste Ofício deverá realizar o controle da fluência do prazo de 1 (um) ano, dando ciência à Câmara de Coordenação Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, de acordo com o § 1º do art. 15 da Resolução n. 87/2006, do CSMPF, fazendo os autos conclusos 05 (cinco) dias antes de sua ocorrência, com expressa menção a essa circunstância, a fim de propiciar a necessária prorrogação.

6) Expeça-se ofício ao Ministério dos Transportes requisitando que informe, no prazo de 20 (vinte) dias, se houve alguma evolução nas tratativas com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul para a substituição dos trechos de rodovias federais transferidos indevidamente.

MARCOS NASSAR

PORTARIA Nº 59, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando as determinações contidas nos artigos 6º, "caput", e 196 a 200 da Constituição da República;

c) considerando a incumbência prevista nos arts. 5º, III, "d" e "e", V, "a", e 6º, VII, "a", "c" e "d", da Lei Complementar nº 75/93;

d) considerando o disposto no Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

e) considerando que na oficina "Direitos Humanos e Emancipação de Minorias", realizada pela ESMPU no dia 11/07/2010, registrou-se como uma das principais dificuldades da Comunidade Ribeirinha da Barra do São Lourenço o acesso aos serviços de saúde;

f) considerando que no curso das investigações do IC n. 1.21.004.000116/2010-11 a Prefeitura Municipal informou, em 01/07/2011, a existência do "Programa Social Povo das Águas", que visa promover o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável nas comunidades das regiões das águas, além de projeto para implantação de unidade básica de saúde fluvial e de aquisição de embarcação para transporte de ribeirinhos; e

g) considerando que em diligência realizada em 13 e 14/07/2012 obteve-se a informação de que a saúde continua sendo um grave problema e que o Programa Povo das Águas visita as comunidades apenas três vezes por ano.

DETERMINO:

Registre-se e autue-se esta Portaria como Inquérito Civil, cujo objeto é "¨Tutela do direito à saúde das populações tradicionais do Pantanal - 6ª CCR - Apurar a regularidade da prestação de serviços de saúde às populações ribeirinhas de Corumbá/MS e Ladário/MS".

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª CCR, para os fins previstos no art. 5º, art. 6º e art.16, § 1º, I, da Resolução CSMP nº 87/2010.

Designo para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor Jean Carlos Piloneto.

A fim de instruir o inquérito, determino:

1) a juntada dos documentos de fls. 04-05 e 400-402 do IC n. 1.21.004.000116/2010-11 e do Relatório de Viagem ao Pantanal nos dias 13 e 14/07/2012;

2) a expedição de ofício às Secretarias Municipais de Saúde de Corumbá/MS e Ladário/MS, solicitando esclarecimentos, no prazo de 20 dias, sobre a forma como é realizado o atendimento à saúde das populações ribeirinhas, devendo informar a frequência com que esse atendimento é realizado; se e como ocorre a disponibilização de medicamentos; e a forma como são realizados os atendimentos de urgência, principalmente em localidades de difícil acesso, além de outras informações que julgarem úteis. Deverão, ainda, manifestar-se sobre as dificuldades relatadas pelas comunidades ribeirinhas na oficina "Direitos Humanos e Emancipação de Minorias", realizada pela ESMPU no dia 11/07/2010, e no relatório de visita realizado nos dias 13 e 14/07/2012 (encaminhar cópia desses documentos anexos aos ofícios).

Após, retornem conclusos.

MÁRIO ROBERTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 60, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando as determinações constantes dos artigos 205 a 214 da Constituição da República;

c) considerando a incumbência prevista nos arts. 5º, II, "d", III, "c" e "e", V, "a", e 6º, VII, "a", "b" e "c", da Lei Complementar nº 75/93;

d) considerando o disposto no Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

e) considerando que na oficina "Direitos Humanos e Emancipação de Minorias", realizada pela ESMPU no dia 11/07/2010, registrou-se deficiências no fornecimento dos ensinos infantil, fundamental e médio às populações ribeirinhas de Corumbá/MS e Ladário, inclusive prejuízos ao aprendizado decorrentes da ausência de merenda escolar adequada.

DETERMINO:

Registre-se e autue-se esta Portaria como Inquérito Civil, cujo objeto é "¨Tutela do direito à educação das populações tradicionais - 6ª CCR - Apurar a regularidade do fornecimento dos ensinos infantil, fundamental e médio às populações ribeirinhas de Corumbá/MS e Ladário/MS".

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª CCR, para os fins previstos no art. 5º, art. 6º e art.16, § 1º, I, da Resolução CSMP nº 87/2010.

Designo para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor Jean Carlos Piloneto.

A fim de instruir o inquérito, determino a juntada dos documentos de fls. 04-05 do IC n. 1.21.004.000116/2010-11 e do Relatório de Viagem ao Pantanal nos dias 13 e 14/07/2012.

Após, retornem conclusos.

MÁRIO ROBERTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 63, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que no dia 18 de julho de 2012, foi formulada a representação PRM-CRA-MS Nº 3626/2012 pela empresa CARDOSO E SILVA LTDA-ME, através do Sr. Jonas Cardoso da Silva, contra o Comando da Marinha - Base Fluvial de Ladário, sendo pedido para este órgão ministerial auxílio e diligências na tramitação do processo que declarou improvido o recurso interposto pela referida empresa;

CONSIDERANDO que a empresa CARDOSO E SILVA LTDA-ME entrou com um recurso perante a Comissão de Licitação, alegando, em suma, que a empresa licitante PAUROSI PAURODIESEL BOMBAS INJETORAS E PEÇAS PARA MOTORES LTDA-EPP não apresentou os seguintes documentos: Certidão de Acervo Técnico de Profissional, Certidão de Registro de Atestado e a Declaração de Equipe Técnica e Ferramentas e que a falta desses documentos inabilitaria a referida empresa licitante de prosseguir no certame;

CONSIDERANDO, que há a necessidade de averiguar perante os órgãos competentes se houve um critério correto acerca da habilitação da empresa PAURODIESEL BOMBAS INJETORAS E PEÇAS PARA MOTORES LTDA-EPP, vencedora do processo licitatório;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar nº 75/93);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar n.º 75/93, compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais, do patrimônio público e social, e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;

DETERMINO a conversão desta Peça de Informação em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo o setor jurídico desta Procuradoria da República registrar a presente portaria em livro próprio, autuá-la, juntamente com os documentos anexos, afixá-la em local de costume e encaminhá-la para publicação, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2010 c/c o art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, registrando as informações abaixo na capa dos autos e no sistema ÚNICO:

Interessado: Ministério Público Federal.

Objeto da investigação: Apurar possíveis irregularidades em processo licitatório referente a serviços de manutenção - Modalidade Pregão Eletrônico - realizado pelo Comando da Marinha, Base Fluvial de Ladário/MS.

Como providência inicial, determino que se oficie ao Tribunal de Contas da União (TCU) do estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando em anexo cópia da representação e dos documentos a ela anexados, para que informe se a ausência da Certidão de Acervo Técnico de Profissional, Certidão de Registro de Atestado e a Declaração de Equipe Técnica e Ferramentas inabilitaria a empresa vencedora de prosseguir no certame e se deveria constar no edital a exigência de apresentação desses documentos.

DESIGNO para secretariar os trabalhos, enquanto vinculado a este Gabinete, o servidor FERNANDO DE ARAÚJO MACHADO.

Ciência desta portaria à 5ª CCR e ao representante.

INDIRA BOLSONI PINHEIRO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 27, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Autos nº: 1.22.011.000115/2012-02

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando que o presente procedimento foi instaurado com base no Acórdão 4096/2012 - TCU - 2ª Câmara, que informa a condenação do Sr. Gilson Liboreiro da Silva, ex-prefeito do Município de Cordisburgo/MG em razão de irregularidades na prestação de contas referente ao Convênio 667/1997, celebrado pelo município com a FUNASA, para acompanhar o ressarcimento ao erário em decorrência de possível lesão ao patrimônio público;

g) considerando que por força da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, em especial do que contido nos seus artigos 4º, II, § 1º, e 5º, o procedimento administrativo serve unicamente ao propósito de realização de diligências breves tendentes a subsidiar a adoção de alguma das providências listadas no artigo 4º, incisos I a VI, da Resolução, sendo que no presente caso mostram-se necessárias maiores diligências;

h) considerando o disposto nos arts. 5º, III, "b"; 6º, VII, "b" e XIV, "f", todos da LC 75/93, o disposto no artigo 28 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, o disposto nos artigos 2º, § 7º, e 16 da Resolução nº 23/2007 do CNMP, além dos elementos de convicção constantes dos autos, que indicam a necessidade de apuração de eventual lesão ao patrimônio público;

Resolve converter este procedimento em Inquérito Civil, determinando, em consequência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Providencie-se, remetendo cópia do presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) autuação desta Portaria como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A" e "B", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

b) registro no sistema informatizado desta PRMG da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

c) oficie-se ao TCU para que informe, assim que julgado, a decisão sobre os embargos de declaração interpostos por Gilson Liboreiro da Silva em face do Acórdão 4.096/2012-2ª Câmara.

Designo a servidora MÁRCIA REGINA DA FONSECA para secretariar o presente inquérito civil.

Acautele-se até a resposta do TCU, por no máximo 60 (sessenta) dias.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 28, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Autos n°: 1.22.011.000044/2012-30

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando que o presente procedimento foi instaurado com base em Boletins de Ocorrência da Polícia Rodoviária Federal para apurar dano ao patrimônio público (estradas) gerado pelo excesso de carga transportado pelos caminhões da empresa Siderúrgica Bandeirantes Ltda.;

g) considerando que o excesso de peso notificado nos Autos de Infração e Boletins de Ocorrência pode ocasionar o desgaste prematuro da rodovia, com reflexos no patrimônio público;

h) considerando que o Código de Trânsito Brasileiro1 disciplina que a responsabilidade pelo excesso de carga é solidária entre o transportado e o embarcador;

i) considerando que poderão ser propostas pelo Ministério Público as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais relacionados a interesses coletivos ou difusos, conforme determina a Lei 7347/852;

j) considerando que por força da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, em especial do que contido nos seus artigos 4º, II, §§ 1º, e 5º, o procedimento administrativo serve unicamente ao propósito de realização de diligências breves tendentes a subsidiar a adoção de alguma das providências listadas no artigo 4º, incisos I a VI, da Resolução, sendo que, no presente caso, é necessário aguardar a manifestação dos envolvidos sobre a proposta de TAC formulada pelo MPF;

k) considerando o disposto nos arts. 5º, III, "b"; 6º, VII, "b" , todos da LC 75/93 e o contido na Lei 9.503/97(Código de Trânsito Brasileiro), além dos elementos de convicção constantes dos autos, que indicam a necessidade de apuração de eventual afronta aos interesses difusos ou coletivos;

Resolve converter este procedimento em Inquérito Civil, determinando, em consequência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Providencie-se, remetendo cópia do presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) autuação desta Portaria como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A" e "B", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

b) registro no sistema informatizado desta PRMG da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

c) acautelem-se os autos em secretaria no aguardo de manifestação dos envolvidos, por até 45 (quarenta e cinco) dias.

Designo a servidora MÁRCIA REGINA DA FONSECA para secretariar o presente inquérito civil.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 37, DE 19 SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República subscritor, no exercício das atribuições conferidas pela Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a notícia de que algumas instituições de ensino superior poderiam estar utilizando meios cruéis para experimentos com animais vivos nos cursos de Medicina Veterinária;

Resolvo:

Converter o Procedimento Administrativo Cível 1.22.007.000005/2012-00 em Inquérito Civil Público, tendo por objetivo garantir a observância da Lei 9.605/98 e da Lei 11.794/2008, quanto aos experimentos com animais vivos utilizados nos cursos de Medicina Veterinária, nas Instituições de Ensino Superior da circunscrição da PRM Varginha/MG.

Determino, em atendimento à orientação da 4ª CCR/MPF, expeça-se ofício ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA -, com cópia de todo o apuratório, de modo a que proceda a vistoria na UNIFENAS, em Alfenas/MG, e na UNINCOR, em Três Corações/MG, de modo a verificar se as referidas instituições de ensino superior seguem as normas legais com relação à utilização de animais vivos nos cursos de Medicina Veterinária.

Proceda-se à autuação e aos demais registros pertinentes, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com cópia da presente, devendo ser providenciada a publicidade do ato, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cumpra-se.

MARCELO JOSÉ FERREIRA

PORTARIA Nº 45, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

ICP n. 1.22.006.000427/2012-87

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando as eventuais irregularidades constatadas no Relatório de Fiscalização nº 01622, de 10/05/2010, da Controladoria-Geral da União que examinou as ações de governo executadas na base municipal de Abadia dos Dourados/MG;

Resolve:

I - Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades constatadas a partir do Relatório de Fiscalização nº 01622 da CGU, ocorridas nos anos de 2009 e 2010, no Município de Abadia dos Dourados/MG na execução do Programa Brasil Escolarizado vinculado ao Ministério da Educação.

II - seja esta autuada no início deste procedimento, publicada nos termos do art. 16 da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

IV - oficie-se:

À Controladoria Geral da União solicitando o envio de documentos específicos que embasaram as constatações do Programa Brasil Escolarizado, relativas ao item 3.1.1 constantes no Relatório de Fiscalização nº 01622 do Município de Abadia dos Dourados/MG.

Cumpridas e atendidas as diligências, enviem os autos conclusos ao Procurador oficiante.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 46, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

ICP n. 1.22.006.000428/2012-21

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando as eventuais irregularidades constatadas no Relatório de Fiscalização nº 01622, de 10/05/2010, da Controladoria-Geral da União que examinou as ações de governo executadas na base municipal de Abadia dos Dourados/MG;

Resolve:

I - Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na aplicação dos recursos, repassados pelo Ministério das Cidades ao Município de Abadia dos Dourados/MG através do Contrato de Repasse n. 0237.302-50/2007 (SIAFI n. 614544), para execução do Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos.

II - seja esta autuada no início deste procedimento, publicada nos termos do art. 16 da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - oficie-se:

À Controladoria Geral da União solicitando o envio de documentos específicos que embasaram as constatações do Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos, relativas ao item 9.1.1 constantes no Relatório de Fiscalização nº 01622 do Município de Abadia dos Dourados/MG.

À Caixa Econômica Federal solicitando o envio de cópia integral da Prestação de Contas, ainda que parcial e pendente de julgamento, feita para acompanhar a execução do Contrato de Repasse n. 0237.302-50/2007 (SIAFI n. 614544) firmado entre o Ministério das Cidades e o Município de Abadia dos Dourados/MG.

Cumpridas e atendidas as diligências, enviem os autos conclusos ao Procurador oficiante.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 47, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

ICP n. 1.22.006.000429/2012-76

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando as eventuais irregularidades constatadas no Relatório de Fiscalização nº 01622, de 10/05/2010, da Controladoria-Geral da União que examinou as ações de governo executadas na base municipal de Abadia dos Dourados/MG;

Resolve:

I - Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades constatadas a partir do Relatório de Fiscalização nº 01622 da CGU, na execução do Programa Previdência Social Básica, no Município de Abadia dos Dourados, vinculado ao Ministério da Previdência Social.

II - seja esta autuada no início deste procedimento, publicada nos termos do art. 16 da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

IV - oficie-se:

À Controladoria Geral da União solicitando o envio de documentos específicos que embasaram as constatações do Programa Previdência Social Básica, relativas aos itens 4.1.1 e 4.1.2 constantes no Relatório de Fiscalização nº 01622 do Município de Abadia dos Dourados/MG.

Cumpridas e atendidas as diligências, enviem os autos conclusos ao Procurador oficiante.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 48, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

ICP n. 1.22.006.000430/2012-09

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando as eventuais irregularidades constatadas no Relatório de Fiscalização nº 01622, de 10/05/2010, da Controladoria-Geral da União que examinou as ações de governo executadas na base municipal de Abadia dos Dourados/MG;

Resolve:

I - Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na aplicação dos recursos, repassados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao Município de Abadia dos Dourados/MG através do Contrato de Repasse n. 0239538-38/2007 (SIAFI n. 611668), para execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

II - seja esta autuada no início deste procedimento, publicada nos termos do art. 16 da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

IV - oficie-se:

À Controladoria Geral da União solicitando o envio de documentos específicos que embasaram as constatações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, relativa aos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 constantes no Relatório de Fiscalização nº 01622 do Município de Abadia dos Dourados/MG.

À Caixa Econômica Federal solicitando o envio de cópia integral da Prestação de Contas referente ao Contrato de Repasse n. 0239538-38/2007 (SIAFI n. 611668) celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Abadia dos Dourados/MG.

Cumpridas e atendidas as diligências, enviem os autos conclusos ao Procurador oficiante.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 54, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) Considerando a representação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no município de Joanésia, alegando possível irregularidade em seus pagamentos, informando que atualmente os ACS's (Agentes Comunitários de Saúde) são remunerados em R$ 715,00 (setecentos e quinze reais), sendo depositado no Fundo Municipal de Saúde o valor de R$ 871,00 (oitocentos e setenta e um reais).

Instaure-se a presente representação como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.22.010.000068/2012-07, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para coleta de elementos destinados à formação de convicção ministerial, acerca da irregularidade narrada.

Expeça-se ofício à Prefeitura Municipal de Joanésia e ao Chefe do DENASUS encaminhando cópia da representação para que se manifeste, solicitando ainda ao chefe do DENASUS que informe se o município é obrigado a destinar o valor integral constante do Art. 1º da Portaria nº 459, de 15 de março de 2012, que fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde, ao pagamento dos Agentes Comunitários.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como retorne os autos ao Gabinete para análise e efetivação de diligências.

EDMAR GOMES MACHADO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 35, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.23.001.000115/2011-03 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, averiguar possíveis irregularidades no cadastro de beneficiários da reforma agrária no "Sistema SIPRA" do INCRA, a partir de termo de declaração prestado pelo senhor Felisberto Gomes dos Santos nesta PRM.

Ordena, ainda, que seja comunicada a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, Ie II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUANA VARGAS MACÊDO

PORTARIA Nº 36, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte o procedimento administrativo autuado sob o nº 1.23.001.000039/2011-28 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, averiguar a situação dos moradores ocupantes de área da União às margens do Rio Tocantins - Transmangueira ("Projeto Orla"), assim como as medidas adotadas pela Superintendência do Patrimônio da União para proteção de eventual direito assegurado pela Medida Provisória 2.220/01, entre outras informações.

Ordena, ainda, que seja comunicada a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, Ie II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUANA VARGAS MACÊDO

PORTARIA Nº 37, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte o procedimento administrativo autuado sob o nº 1.23.001.000039/2012-17 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, averiguar possíveis irregularidades no atendimento prestado pela Agência Central dos Correios de Marabá/PA, tendo os fatos relatados em representação encaminhada via e-mail ao Parquet Federal.

Ordena, ainda, que seja comunicada a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, Ie II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUANA VARGAS MACÊDO

PORTARIA Nº 42, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte as peças de informação nº 1.23.001.000260/2009-61 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, apurar supostas irregularidades no que concerne à utilização do estacionamento do Aeroporto de Marabá/PA.

Ordena, ainda, que seja comunicada a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, Ie II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUANA VARGAS MACEDO

PORTARIA Nº 44, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CÓPIA NÃO AUTORIZADA PROIBIDA POR TERCEIROS

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte as peças de informação nº 1.23.001.000385/2011-14 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, averiguar a situação narrada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá no que toca à madeira serrada apreendida pelo IBAMA e depositada naquele órgão.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, Ie II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUANA VARGAS MACEDO

PORTARIA Nº 53, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007135/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado para Encaminha Termo de Declarações do Senhor JORGE LACIR GONÇALVES, o qual relata que a empresa INDÚSTRIAL TÉCNICA S/A, que está relizando obras na Transamazônica, teria derrubado sem autorização um pé de Mogno pertencente à sua propriedade, no município de ITAITUBA/PA.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 54, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007136/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado para apurar Encaminha Termo de Declarações do Senhor JORGE LACIR GONÇALVES, o qual relata que a empresa INDÚSTRIAL TÉCNICA S/A, que está relizando obras na Transamazônica, teria derrubado sem autorização um pé de Mogno pertencente à sua propriedade, no município de ITAITUBA/PA.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 55, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007139/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado a partir de Requerimento do Comitê Organizador do Plebiscito para exclusão da Vila de São Jorge, no município de Belterra, da FLONA do Tapajós, solicitando orientações legais para realização de tal plebiscito.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 56, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007141/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado para Apurar possível responsabilidade civil do causador de dano ambiental, conforme cópias de peças extraídas do processo nº 2007.39.02.000545-3, referente a denúncia proposta por esta procuradoria em face de Robson Ferraz da Silva, por ter desmatado 151 ha de vegetação nativa na Gleba Arraia, no municipio de Itaituba/PA, tendo em vista decisão, reconhecendo a extinção da punibilidade do réu pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 57, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007143/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado a partir de Representação formulada pela Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Rio das Pedras (APRIP), a qual noticia a demora do INCRA em realizar os trabalhos necessários para a solicitação da Licença de Instalação e Operação - LIO, com a finalidade de aprovação da exploração do 2º plano operacional anual - POA, da referida Associação.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 58, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007144/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado em que Analisa o Laudo de Constatação de Dano Ambiental referente à Empresa TRANSPORTES BERTOLINI LTDA, referente à derramamento/vazamento de óleo combustível marítimo MF 180 da embarcação denominada E/M Bertolini XLII, classe empurrador, nas águas do Rio Tapajós.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 59, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007145/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado pela Comissão de Moradores, membros efetivos e/ou colaboradores do Conselho Gestor da Área de Porteção Ambiental de Alter do Chão - APA Alter do Chão, solicitam providências para a implementação de ações imediatas que impeçam novos desmatamentos e ocupações nas margens do Lago Verde e dos igarapés que formam a referida APA.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Determina-se:
i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;
ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;
iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 67, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007155/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado para apurar Termo de declarações prestado por GERALDO SILVA OLIVEIRA, presidente da Associação do Assentamento Sucuba, município de Itaituba/PA. Informa que desde 2007 foi solicitada a criação do Assentamento Sucuba ao INCRA. QUE, por um erro do cadastro, os assentados foram inscritos na Comunidade Esperança e cerca de 150 famílias aguardam a criação do assentamento para iniciarem projetos de agricultura familiar e terem acesso a créditos. Informa, ainda, que o Sr. SERGIO GIANNOTTI realiza desmatamento e invasão nos lotes da Comunidade e teme que haja um grave conflito na área. Solicita providências deste órgão ministerial, inclusive o acompanhamento do processo de criação do assentamento, e a participação na audiência que será marcada pelo INCRA.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:
i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;
ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;
iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 68, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007156/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado para apurar Representação formulada por ANDERSON DESINCOURT ALMEIDA, onde solicita que o MPF realize investigação na área da Interpraias, região da Praia do Carapanari, passando a estrada do Restaurante do Saulo, onde estradas estão sendo abertas, tanto para o lado de cima, quanto para o lado de baixo.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:
i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;
ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;
iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 69, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007316/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado para Apurar possíveis irregularidades nas emissões de Autorizações de Detenção de Imóvel Público - ADIP, pelo Instituto de Terras do Pará - ITERPA, nos anos 2005/2006, inclusive em zona de amortecimento de unidade de conservação federal.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:
i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;
ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;
iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 71, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007318/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado para Apura notícia de crime ambiental praticado por GILEILDE SANTOS RIBEIRO, por destruir 33,10 hectares de Floresta Amazônica Brasileira, objeto de especial preservação, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente. A propriedade está localizada nas cordenadas geográficas 55º 52' 43, 93" e 04º46'18,72"5, e está registrada sob o CAR/PA nº 34174, título nº 30516/2010, conforme auto de infração nº 460024-D.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:
i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;
ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;
iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 72, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007319/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado para Apura notícia de crime ambiental praticado por JOSÉ ERIVANIO DE RIBEIRO PINHEIRO, por destruir 32,56 hectares de floresta amazônica brasileira, objeto de especial preservação, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente. A propriedade está localizada nas cordenadas 55º 52' 56,90"w e 04º46'21,10"5, e está registrada sob o CAR/PA nº34176 e título nº30517/2010, conforme auto de infração nº 460026-D.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:
i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;
ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;
iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 74, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007321/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado para Apura notícia do crime ambiental praticado por OVIDIO PAULINO COPETTI, por destruir, por desmatamento, 160,46 ha de floresta amazônica brasileira, objeto de especial preservação, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente. A propriedade tem centróide 55º56'20,34"w e 04º53'50,11"S, conforme o auto de infração nº460028-D.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:
i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;
ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;
iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 75, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007322/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado a partir Apura notícia de loteamento clandestino na Vila de Alter do Chão, em área localizada entre o Lago Jacundá e o Lago Jurucuí, efetuado pelo Sr. RUI NELSON TAVEIRA DA SILVA.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 78, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007326/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado a partir de Representação ofertada por RAIMUNDO PRIMO DE MELO em face de OTÁVIO AUGUSTO DE ARAÚJO DACIER LOBATO, noticiando, em síntese, que este último vem explorando área bastante superior àquela prevista no Plano de Manejo Florestal em regime Sustentado - PMFS, aprovado pela SEMA/PA.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 79, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007327/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado a partir do Relatório Técnico de Fiscalização. NANIBRAZ MAD. LTDA. A.I. 387756-D. Valor: R$ 35.195,30. Data: 05/12/05. T.A.D. 421206-C. Apreendido: 351,953 m³ de madeira em toras de diversas espécies. Placas/PA.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 80, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007328/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado a partir de Termo de declarações prestadas por ALCIANE AYRES DA MOTA, noticiando que no lote onde mora seu avô, MANOEL VIANA DA MORA, idoso de 85 anos, da Comunidade Guajará, Região do Arapixuna, Gleba Lago Grande, Santarém/PA, foram encontrados antigos e variados artefatos de cerâmica e pedras lapidadas, provavelmente pertencentes a alguma etnia indígena da região.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 81, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007330/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado para Verificar a ocorrência de dano ambiental, bem como de eventual ilícito perpetrado contra o meio ambiente. tendo em vista a notícia de que a área onde funciona o lixão do município de Itaituba é de propriedade da união.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 82, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007331/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado para Apurar notícia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, de suposto crime ambiental praticado na área da Reserva Extrativista Gurupá Melgaço, no município de Gurupá/PA

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 83, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007332/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado para Acompanhar o correto cumprimento da Instrução Normativa n.° 30, de 06/12/04, do IBAMA, na Região do Lago Grande.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 84, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007333/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado para apurar Suposta prática de atos que importam em crimes contra a administração pública e crimes contra a fé pública, como a falsificação de requerimentos e processo para aquisição de áreas de garimpagem no DNPM.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 85, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007398/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado para Apurar possíveis irregularidades referentes a concessão de parte da unidade de conservação para fins de manejo florestal sustentável e de alienação de lotes de madeira na Floresta Nacional do Tapajós. (Acordão Nº 841/2008 - TCU - Plenário - Processo TC-004.088/2004-0)

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 86, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007424/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado para Apurar possível liberação de planos de manejo em áreas sem regularização fundiária, com eventual incidência em regiões de interesse federal, em nome de EVANDRO DALMASO (processo nº 2006/0000358575), IND. MADEIREIRA ACAIME TRANS URUARÁ LTDA (processo nº 2006/0000319600) e NIVALDO RODRIGUES DE SOUSA (processo nº 2006/0000263323).

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 87, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007428/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos do Procedimento Administrativo - PA nº , instaurado para Apurar reclamações de riscos à vida e ao meio ambiente relacionadas ao tráfego de veículos nas praias fluviais, localizadas no Município de Santarém.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 90, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007509/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando que é função institucional do Ministério Público defender os direitos e interesses das populações indígenas, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme disposto no artigo 129, inciso V da Constituição Federal;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado para Apurar informações apresentadas pelo sr Odair José Alves de Souza e outros de que o sr. Raimundo Carvalho Mota, Cacique do Povo Tupinambá, encontra-se preso na Penitenciária de Cucurunã, devido a ordem de prisão preventiva expedida pelo juízo desta comarca.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 93, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007551/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando que é função institucional do Ministério Público defender os direitos e interesses das populações indígenas, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme disposto no artigo 129, inciso V da Constituição Federal;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado a partir de Termo de declarações prestado por JOSÉ PEREIRA, noticiando que o os senhores Anselmo Correa Mota, Luziene Mota Correa, Aldo Costa Ferreira, Eliana da Conceição, Conceição Ferreira Machado e José Bezerra Machado estão tentando fechar a escola indígena Nossa Senhora de Fátima, localizada neste município, sob a alegeção de que os indígenas estavam ameaçando-os de morte e impedindo-os de trabalhar, denúncias que não condizem com a realidadte e portanto, solicitam a presença de um representante do Ministério Público Federal, para as providências cabíveis.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 94, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007570/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando que é função institucional do Ministério Público defender os direitos e interesses das populações indígenas, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme disposto no artigo 129, inciso V da Constituição Federal;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado a partir de representação em que O CITA apresenta a demanda da implantação de um DSEI ou Pólo de Saúde Diferenciada para atender os povos indígenas da região do Baixo Tapajós e Arapiuns.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 95, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007571/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando que é função institucional do Ministério Público defender os direitos e interesses das populações indígenas, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme disposto no artigo 129, inciso V da Constituição Federal;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº , instaurado a partir de expediente em que O CITA solicita um representante indígena no Conselho Municipal de Educação de Santarém, para evitar transtornos e pequenos conflitos que vem acontecendo, além de solicitar a efetivação da educação diferenciada nas três modalidades de ensino de acordo com a Lei 11.645/2008.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii -Após, retornem-me os autos conclusos.

FERNANDO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 168, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007257/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria das Peças de Informação - PI nº , cujo objeto consiste em analisar cópia dos autos do inquérito policial militar nº 51/08, cujo objetivo consiste em apurar a possível venda de óleo de navios da Marinha do Brasil para embarcações particulares.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão das presentes Peças de Informação em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3) a comunicação da presente conversão à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

4) requisitar ao Comando do 4º Distrito Naval da Marinha do Brasil que complemente as informações prestadas às fls. 253, informando de que forma a mencionada carência foi suprida e qual era o procedimento adotado quando a Marinha necessitava de embarcações menores.

FELIPE BOGADO

PORTARIA Nº 171, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007527/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria das Peças de Informação - PI nº ;

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

FELIPE BOGADO

PORTARIA Nº 172, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-STM-PA-00007535/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria das Peças de Informação - PI nº , cujo objeto consiste em apurar representação noticiando o crescente número de indeferimentos injustificados de pedidos de benefícios previdenciários pelo INSS em Santarém/PA.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

FELIPE BOGADO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 72, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Ref. as Peças de Informação nº 1.24.001.000170/2012-39

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP

Resolve:

Converter, com espeque no art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e art. 4º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, as Peças de Informação em epígrafe em Inquérito Civil Público - ICP, autuado em vista de representação ofertada por vereadores do município de Zabelê/PB em face de Íris do Céu Souza Henrique, atual prefeita da referida municipalidade, noticiando possíveis irregularidades na consecução do Convênio TC/PAC n.º 0274/09 (siafi 657588), firmado com o Ministério da Saúde/FUNASA, visando à execução de sistemas de abastecimento de água para atender o município de Zabelê/PB no Programa e Aceleração do Crescimento - PAC/2009.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução n.º 87/2006 - CSMPF;

b) Proceda-se a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão , a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006;

c) Proceda-se à publicação do conteúdo da Portaria retro no link "www.prpb.mpf.mpf.gov.br/menu-superior/institucional/atos-mpf";

d) Proceda-se ao cumprimento da determinação contida no Despacho n.º 1460/2012 - MPF/PRM-CG;

e) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil Público, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução nº 87/2006 - CSMPF.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

PORTARIA Nº 73, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Ref. as Peças de Informação nº 1.24.001.000167/2012-15

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP

Resolve:

Converter, com espeque no art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e art. 4º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, as Peças de Informação em epígrafe em Inquérito Civil Público - ICP, autuado nesta Procuradoria da República a partir da remessa, por parte do Ministério Público do Estado da Paraíba, de dois processos de Tomada de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Imaculada/PB, exercícios 2007 e 2008, os quais versam, dentre outros assuntos, sobre possíveis irregularidades relacionadas à aquisição de merenda escolar por parte da Prefeitura.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução n.º 87/2006 - CSMPF;

b) Proceda-se a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão , a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006;

c) Proceda-se à publicação do conteúdo da Portaria retro no link "www.prpb.mpf.mpf.gov.br/menu-superior/institucional/atos-mpf";

d) Proceda-se ao cumprimento da determinação contida no Despacho n.º 1456/2012 - MPF/PRM-CG;

e) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil Público, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução nº 87/2006 - CSMPF.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 17, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação, que noticiam a ocorrência, em tese, de fraudes consistentes na venda de vagas do curso de medicina na Faculdade Ingá, entre outros;

Converta-se o presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.25.006.000841/2012-84, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que sejam cumpridas as demais determinações contidas no despacho de fl. 43.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DANIELLE DIAS CURVELO

PORTARIA Nº 247, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República adiante assinada, CONSIDERANDO:

1. A função institucional do Ministério Público em promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais se inclui o direito à saúde, nos termos do artigo 196, da Constituição Federal, bem como do artigo 5º, V, "a", da Lei Complementar n. 75/1993;

2. A necessidade de verificar: a existência de mamógrafos no Estado do Paraná e seu funcionamento; o quantitativo de exames para detecção do câncer de útero realizados; existência e efetividade de políticas locais de prevenção de câncer de mama e de útero;

3. Que o curso das investigações realizadas durante a instrução do procedimento administrativo n. 1.25.000.000457/2012-31 mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina o artigo 4º, § 1º, da Resolução n. 87/2010, editada pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve:

Converter o procedimento administrativo n. 1.25.000.000457/2012-31 em Inquérito Civil Público.

Para tanto, DETERMINA-SE:

I - a autuação e o registro da presente portaria, fazendo-se as anotações necessárias;

II - a comunicação da instauração de Inquérito Civil Público à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para fim de publicação e

III - o prosseguimento das diligências em curso.

ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 41 DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Ref. Peças de Informação nº 1.26.001.0002228/2012-70

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, nos artigos 5º, I, h, V, b, 6º, VII, b, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e, também, no art. 2º, II, c/c o art. 4º da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público,

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

b) considerando que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF);

c) considerando as incumbências previstas para o Ministério Público na Lei Complementar 75/1993, no art. 5º, I, h, de zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos à legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União; no art. 6º, VII, b, de promover o inquérito civil para proteção do patrimônio público e social; bem como no art. 6º, XIV, f, de promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto à probidade administrativa; e no art. 7º, I, de, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

d) considerando o teor da presente representação, noticiando suposta irregularidade na execução do Programa "Água para Todos", vinculado ao Ministério da Integração Nacional, atribuída, em tese, à CODEVASF, tendo por objeto a construção de cisternas no Assentamento Vitória, localizado no município de Santa Maria da Boa Vista/PE;

e) considerando que o objeto das peças de informação se inserem no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

f) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação; e

g) considerando, por fim, o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

RESOLVE INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, para apuração dos fatos apontados abaixo, determinando a adoção, inicialmente, das seguintes providências:

REPRESENTANTE(S): ADERALDO MARTINS DE OLIVEIRA.

REPRESENTADO(S): CODEVASF.

RESUMO: Cuida-se de peças de informação instauradas para apurar representação formulada por Aderaldo Martins de Oliveira, na qualidade de integrante do Assentamento Vitória, situado em Santa Maria da Boa Vista/PE, em face da CODEVASF, noticiando supostas irregularidades na implantação do Programa do Governo Federal "ÁGUA PARA TODOS", coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, consistente na execução direta da obra pelos próprios moradores, muito embora tenha sido contratada a empresa JM Engenharia para tal finalidade.

1 - Oficie-se ao Comitê Gestor do Programa "Água para Todos" solicitando manifestar-se sobre o teor da representação, cuja cópia deve acompanhar o ofício;

2 - Notifique-se à CODEVASF, dando-lhe ciência da instauração do Inquérito Civil e solicitando manifestação sobre as irregularidades apontadas na representação, cuja cópia deve acompanhar o ofício, oportunidade na qual deve esclarecer como é feita a fiscalização da empresa instaladora das cisternas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3 - Dê-se ciência ao Representante da instauração do presente inquérito.

Ainda, em cumprimento à Resolução nº 87/2006-CSMPF, com as alterações promovidas pela Resolução nº 106/2010-CSMPF:

a) Autue-se a presente Portaria, juntamente com a presente peça de informação;

b) Comunique-se à 5ª CCR, por meio eletrônico, informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

c) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 184, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por meio da procuradora da República signatária, com base no que preceituam o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando a autuação, nesta Procuradoria da República, das peças de informação n. 1.26.000.002136/2012-34, a partir do envio, pela Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania - Secretaria Executiva da Assistência Social da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes/PE, de cópia de relatório de pesquisa preliminar em que são noticiadas irregularidades na alimentação do sistema de gestão do Cadastro Único do Programa Bolsa Família no âmbito daquele município, inclusive com possível inclusão indevida de familiares de funcionários contratados para gestão do programa;

Considerando que, consoante informado no ofício nº 009/2012, da Secretaria Executiva de Assistência Social de Jaboatão dos Guararapes/PE, o Município instituiu, por meio da Portaria 003/2012 - SEPROCI, comissão de sindicância para, cruzando as informações da base de dados do sistema do CadÚnico/Bolsa Família, apurar as responsabilidades individuais;

Considerando que as condutas noticiadas podem ter gerado prejuízos ao erário federal e, em tese, configurar atos de improbidade administrativa;

Considerando a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter as peças informativas nº 1.26.000.002136/2012-34 em inquérito civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente portaria juntamente com os autos n. 1.26.000.002136/2012-34, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "Apurar notícia de irregularidades na alimentação do sistema de gestão do Cadastro Único do Programa Bolsa Família no âmbito do Município de Jaboatão dos Guararapes/PE, inclusive com possível inclusão indevida de familiares de funcionários contratados para gestão do programa, consoante noticiado no relatório de pesquisa preliminar encaminhado pela Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania - Secretaria Executiva da Assistência Social da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes/PE";

2. Remessa de cópia da presente portaria à 5ª CCR, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF).

Como providências instrutórias, determina-se:

(a) a expedição de ofício ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando-lhe cópia dos autos para conhecimento, bem como para que informe, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, as medidas que eventualmente já foram ou estão sendo adotadas para sanar irregularidades noticiadas pela Secretaria Executiva de Assistência Social de Jaboatão dos Guararapes/PE, inclusive quanto ao ressarcimento do erário, e evitar que se repitam;

(b) a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Gestão da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes/PE, para requisitar que informe, no prazo de 20 (vinte) dias úteis:

- o estágio atual da sindicância instaurada para apuração de responsabilidades, conforme Portaria 003/2012 - SEPROCI, encaminhando-se cópia integral dos autos respectivos, preferencialmente em meio eletrônico;

- as qualificações completas de todos os funcionários envolvidos, bem como as respectivas datas de admissão e de demissão/exoneração/afastamento;

- as providência adotadas pela Administração Municipal para evitar que irregularidades semelhantes sejam repetidas no futuro.

A fim de serem observadas as regras do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e do art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve-se realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil - cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão após o seu transcurso.

CAROLINA DE GUSMÃO FURTADO

PORTARIA Nº 187, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação supra;

Considerando a alteração nos arts. 4º e 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, promovida pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

RESOLVE converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.000.003157/2011-96 em inquérito civil, determinando:

a) registro e autuação da presente portaria juntamente com o procedimento administrativo em epígrafe, mantida a numeração original, assinalando como objeto do Inquérito Civil: Apurar possível infração ambiental perpetrada por Noelino de Oliveira Lyra, configurada pela supressão de aproximadamente 0,8 hactares de vegetação de restinga para a construção de um campo de futebol, em área de preservação permanente, localizada no entorno imediato a APA Costa dos Corais da, no município de Tamandaré/PE;

b) remessa de cópia da presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF), bem como afixação de cópia desta Portaria no local de costume.

Como providência instrutória, determino, ante a resposta da chefia da APA Costa dos Corais (fl. 28), a expedição de ofício à Coordenadoria Regional 6 do ICMBio, requisitando informações sobre o julgamento e homologação do Auto de Infração 004406, série A, bem como a remessa de cópia da decisão, acaso já proferida.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Apoio à Tutela Coletiva Cível (DTCC) anotar na capa dos autos o prazo para conclusão do apuratório, com a indicação da data do seu encerramento, para que a secretaria de gabinete realize o acompanhamento do prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil.

MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL

PORTARIA Nº 188, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação supra;

Considerando a alteração nos arts. 4º e 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, promovida pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.000.000358/2012-12 em inquérito civil, determinando:

a) registro e autuação da presente portaria juntamente com o procedimento administrativo em epígrafe, mantida a numeração original, assinalando como objeto do Inquérito Civil: Apurar possível ato de improbidade administrativa, perpetrado por ex-empregado público da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), em razão de sua evolução patrimonial supostamente incompatível com a renda auferida, conforme apurado em Processo Administrativo Disciplinar nº 00190.042681/2009-30;

b) remessa de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF), bem como afixação de cópia desta Portaria no local de costume.

Tendo em vista que, prima facie, a mídia digital trazida pera INFRAERO à fl. 35 diz respeito à mais uma cópia do Processo Administrativo Disciplinar nº 00190.042681/2009-30, já constante dos autos, determino que, após a conversão dos autos em ICP, venham-me imediatamente conclusos, para a análise apurada dos documentos juntados.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Apoio à Tutela Coletiva Cível (DTCC) anotar na capa dos autos o prazo para conclusão do apuratório, com a indicação da data do seu encerramento, para que a secretaria de gabinete realize o acompanhamento do prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil.

MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 72, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a continuidade da investigação dos fatos , DETERMINA:

Art 1º - Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que terá a seguinte ementa:

"Meio Ambiente. Apurar se foram tomadas as medidas de descontaminação da área outrora utilizada pela empresa Recuperadora de Tambores Benfica Ltda, adquirida pela União para obras do PAC (Local: Estrada Velha do Ribas, nº 2420, Duque de Caxias)."

Art 2º - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

PORTARIA Nº 73, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000095/2012-30, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "AMBIENTAL - Apurar aterros indevidos autorizados pelo INEA no Campo da Bomba, em área com risco de inundação, que outrora compunha parte da APA São Bento, pertencente ao INCRA. (LPI IN001637) - Rod. Washington Luiz km 116 (antigo 7,5 km), Duque de Caxias. Noticiados: INEA e Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro."

Art. 2º - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

PORTARIA Nº 74, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a continuidade da investigação dos fatos , DETERMINA:

Art 1º - Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que terá a seguinte ementa:

"Ambiental. Apurar extração ilegal de água no interior da REBIO Tinguá, por Edison Gonzaga de Oliveira e Dulio Urubatan Matos Leite (local: Estrada João Pinto, 920, Xerém, Duque de Caxias)."

Art 2º - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 108, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

Interessado: Município de Areal-RJ. Ementa: "INQUÉRITO CIVIL - Patrimônio Público - Representação protocolizada nesta Procuradoria da República versando sobre possível irregularidades na aplicação de verba pública federal, tendo em vista placa que apontava a inscrição de 750 mil reais em asfaltamento de estrada que nunca ocorreu, no interior da comunidade do Quilombola, em Areal-RJ."

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 2º, §4° da Resolução n° 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o documento anexado à representação referiu-se aos Quilombolas de forma genérica, sem se referir especificamente à comunidade Quilombola de Areal-RJ, não se verifica possíveis irregularidades apontadas no 25º Sorteio da CGU relativas ao objeto deste Inquérito Civil;

CONSIDERANDO o teor da representação protocolizada nesta Procuradoria da República versando sobre possível irregularidades na aplicação de verba pública federal, tendo em vista placa que apontava a inscrição de 750 mil reais em asfaltamento de estrada que nunca ocorreu, no interior da comunidade do Quilombola, em Areal-RJ,

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos noticiados, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1- Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2- Comunicação à e. 5ª Câmara de Coordenação de Revisão do Ministério Público Federal;

3- expeça-se ofício ao prefeito de Areal-RJ, com cópia da portaria, requisitando informações sobre a inexistência de asfaltamento na estrada que dá acesso à comunidade Quilombola, tendo em vista placa que apontava a aplicação de verbas para o asfaltamento.

Após cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para deliberações.

CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA

PORTARIA Nº 793, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício regular de suas atribuições funcionais, que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO:

a) que o Ministério Público Federal é Instituição destinada à "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", tendo, entre suas funções constitucionais, as de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia" e de "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (Constituição da República, artigos 127 e 129, incisos II e III);

b) que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da CF, e arts. 2º, caput, 5º, V, b, e 6º, XIV, a, da Lei Complementar nº 75/93), e proteger o patrimônio público e social e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF, e arts. 5º, III, b, e 6º, VII, b e d, da Lei Complementar nº 75/93);

c) os termos da Portaria PR-RJ nº 727/2012, a qual dispõe sobre as atribuições dos Ofícios da Área da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Rio de Janeiro;

d) que o Conselho Superior do Ministério Público Federal editou em 06 de abril de 2010 a Resolução nº 106, unificando, no âmbito do MPF, as normas disciplinadoras do Inquérito Civil Público antes divididas entre a Resolução nº 87/2006, do próprio CSMPF, e a Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) o teor do expediente nº 1.30.001.005015/2012-10, por meio do qual o representante relata que protocolou requerimento administrativo para receber valores que entende lhe serem devidos ("28,86%") há cerca de um ano e meio e, não obstante o longo período, até a data da representação, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento não lhe deu qualquer resposta formal quanto ao seu requerimento;

DETERMINO:

i) Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (ICP), com o objetivo de verificar a inércia da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento em dar tramitação aos requerimentos administrativos de particulares interessados;

ii) Adote a seguinte ementa:

"SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO- REPRESENTAÇÃO DE ELIAS THOMAZ- INÉRCIA NA TRAMITAÇÃO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS";

iii) Autue-se e publique-se esta Portaria;

iv) Remeta-se esta Portaria à Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para publicação;

v) Após, acautele-se o presente na DITC por 40 (quarenta) dias ou até a vinda da resposta requisitada.

Como diligência inicial, determino: oficie-se a Secretaria de Recursos Humanos requisitando a) informe se já foi dado encaminhamento ao requerimento administrativo de ELIAS THOMAZ de Protocolo COMAER Nº 67422.017386.2010-89, datado de 27/09/2010, encaminhado a tal órgão em 05/04/11 através do Ofício nº 1/PPSEC/14057, cuja cópia deverá seguir em anexo; b) caso negativo, decline a razão da inércia.

MARTA CRISTINA PIRES ANCIÃES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 43, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Considerando o teor do Despacho n.º 1895/2012, proferido nos autos do ICP 1.29.014.000176/2010-19, após análise detida do Relatório de Fiscalização n.º 01596, oriundo da Controladoria-Geral da União e que aponta irregularidades na aplicação de recursos federais no município de Doutor Ricardo/RS, em especial o que assentado no item 7:

Constatações 8.2.2, beneficiários com indício de renda familiar per capita superior ao limite fixado para participação do Programa Bolsa Família ou incompatível com os valores dos benefícios auferidos; 8.2.3, cadastro desatualizado: beneficiários não localizados no endereço constante do sistema CadÚnico; e 8.2.4, falhas no cadastramento: ausência de assinaturas em formulários de Cadastramento Único.

Considerando que o referido despacho consignou a necessidade de instauração de Inquéritos Civis Públicos independentes e distintos para cada conjunto de apontamentos, nos termos dos artigos 7º, inciso I, e 8º, ambos da Lei Complementar nº 75/93, e artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando que é função institucional do Ministério Público, entre outras, zelar pela proteção do patrimônio público;

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, III, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar a existência de irregularidades nas constatações anteriormente elencadas, resolve:

a) instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO;

b) proceda-se ao registro e à autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF, publique-se, por meio eletrônico (internet) e afixe-se cópia no átrio da Procuradoria da República em Lajeado/RS, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, §2º, II, da Resolução nº 23/07/CNMP;

c) comunique-se a ocorrência dessas irregularidades à SENARC/MDS e ao Conselho Municipal de Assistência Social, para adoção de providências;

d) solicite-se informações ao MDS sobre pagamento de benefícios nos últimos 5 anos aos detentores dos NIS informados nas constatações, bem como para informar, no prazo de 20 dias, as medidas adotadas em razão das constatações citadas e se houve percepção indevida de benefícios.

A secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

ANTÔNIO CARLOS WELTER

PORTARIA Nº 62, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

Inquérito Civil Público n° - 1.29.003.000216/2010-13. Improbidade Administrativa. Possível prática de atos de improbidade administrativa por servidor do IBAMA.

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares;

Considerando as cópias parciais do Inquérito Civil Público nº 1.29.003.000031/2010-47, dando conta da possível prática de atos de improbidade administrativa pelo servidor JOÃO PESSOA RIO-GRANDENSE MOREIRA JÚNIOR, Superintendente Estadual do IBAMA/RS;

Considerando a informação de que João teria infringido a Lei Complementar 75/93, art. 8º, § 3º (A falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa.);

Considerando a insuficiência de elementos que permitam o imediato ajuizamento de Ação Civil Pública ou a promoção de arquivamento deste Procedimento Administrativo;

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF; art. 6º, VII, b, da LC nº 75/93);

Resolve converter este Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a fim de averiguar o cometimento de improbidade administrativa por parte do servidor do IBAMA João Pessoa Riograndense Moreira Júnior.

Determino à Secretaria da Tutela Coletiva que autue esta portaria e remeta cópia à Egrégia 5ª CCR, para comunicar a instauração deste inquérito civil e requerer a publicação deste ato no Diário Oficial da União, em observância aos arts. 5º, VI, 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/2010 do CSMPF.

CELSO TRES

PORTARIA Nº 67, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Inquérito Civil Público n° 1.29.003.000281/2011-68. Recuperação Ambiental. Extração Mineral. Município de Taquara/RS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares;

Considerando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da Constituição Federal);

Considerando que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União, a qual compete registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais em seu território (arts. 20, IX, e 23, XI, ambos da CF; arts. 1º, 3º, I a III, e 7º, todos do Decreto-Lei n° 227/67);

Considerando que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei (art. 225, § 2º, CF);

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF; arts. 2º e 5º, V, 'a', ambos da LC 75/93);

Considerando que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, III, CF; art. 6º, VII, 'a' e 'd', e art. 7º, I, ambos da LC 75/93);

Considerando que os Boletim de Ocorrência Ambiental nº 30650-A (fl. 04) e Boletim de Ocorrência nº 1217647 (fl. 07 do PA 19/2012 - apenso), ambos lavrados pelo Comando Ambiental da Brigada Militar, noticiam a extração irregular de recurso mineral, sem autorização na Estrada da Integraçao, no Município de Taquara/RS; e

Considerando que a FEPAM, em vistoria realizada em 27/07/2012, constatou a existência de extração mineral irregular sem licenciamento ambiental em vigor para a área em questão (fl.29);

Resolve converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, II, da Resolução n. 87/2010 do CSMPF, visando ao monitoramento e promoção de medidas necessárias à recuperação de área degradada pela atividade de extração mineral irregular na localidade da Estrada da Integração, Município de Taquara/RS.

Assim, determino:

1) autue-se esta portaria e remeta-se cópia digital à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para comunicar a instauração deste inquérito civil e requerer a publicação deste ato no Diário Oficial da União e no portal do MPF, em observância aos arts. 5º, VI, 6º e 16, § 1º, I, da Resolução n. 87/2010 do CSMPF; e

2) após voltem os autos para novas determinações.

JAQUELINE ANA BUFFON

PORTARIA Nº 84, DE 10 DE SETEMBRO 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradora da República Anelise Becker, lotada e em exercício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto no artigos 129, inciso III, e 225, da Constituição da República, c/c artigos 5o, inciso III, alínea d, 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006 e 106/2010, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000029/2012-18, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, RESOLVE, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto o exercício das funções institucionais do MPF na defesa do meio ambiente, no que tange a apuração dos fatos correlatos ao lançamento de óleo nas águas de acesso ao Porto de Rio Grande, ocorrido por ocasião do abastecimento do navio Scolt, no Terminal de Conteineres de Rio Grande, no dia 06 de janeiro de 2012.

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000029/2012-18, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 4ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Determino, outrossim, a expedição de ofício à empresa In-Shore Mergulho Profissional Ltda. a fim de que encaminhe a esta Procuradoria da República cópia legível, preferencialmente em meio digital, do Relatório Acompanhamento de Vazamento em Abastecimento de Bunker, por ela elaborado e encaminhado à TRANSPETRO no dia 10/01/2012, relacionado ao incidente ocorrido no Terminal de Conteineres de Rio Grande, durante o abastecimento da embarcação Scolt, no dia 06/01/2012.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 85, DE 17 DE SETEMBRO 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradora da República Anelise Becker, lotada e em exercício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto no artigos 129, inciso III, e 225, da Constituição da República, c/c artigos 5o, inciso III, alínea d, 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006 e 106/2010, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000077/2012-06, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, RESOLVE, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto o exercício das funções institucionais do MPF na defesa do meio ambiente, no que tange à elaboração e implementação do plano de manejo da Estação Ecológica do TAIM.

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000077/2012-06, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 4ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Determino, outrossim, a expedição de ofício ao Chefe da ESEC Taim, a fim de que informe (a) o atual estágio em que se encontra o processo de regularização fundiária desta Estação Ecológica e a previsão para o início da elaboração de seu plano de manejo, notadamente à vista da aprovação, por essa Chefia, por seu Conselho Consultivo, bem como pela COREG/ICMBio, do Estudo Fundiário elaborado visando a sua ampliação e do conteúdo do Ofício nº 17/2012/CGTER/DISAT/ICMBio, bem como (b) se a tese de mestrado desenvolvida pelo pós-graduando em gerenciamento costeiro, Gabriel de Moura Schreiner, tendo por objeto o estabelecimento dos critérios técnicos para a delimitação da Zona de Amortecimento da ESEC Taim, já foi concluída, enviando cópia sua em caso positivo.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 402, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.002255/2008-07"

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO as alegações de suposto ato de improbidade administrativa ocorrido no Agravo de instrumento nº 2005.04.01.039287-5, proposto pela UNIG DIVERSÕESLTDA em face do Ministério Público Federal.

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal a defesa da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade no âmbito da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União na forma do art. 5º, II, h, da LC 75/93, bem como a defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos, como dispõe o art. 129, III, da CF/88.

CONSIDERANDO, ainda, ser atribuição do Ministério Público Federal apurar possíveis irregularidades com vistas à propositura de eventual ação civil pública por improbidade administrativa, como prevê o art. 17 da Lei nº 8.429/92.

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 dias, sem que tenham sido finalizadas todas as apurações necessárias, e em cumprimento ao § 4º do artigo 4º da Resolução nº 87, do CSMPF.

DETERMINO a instauração de Inquérito Civil com a finalidade de apurar o fato acima indicado. Autue-se e comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para os fins dos arts. 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/CSMPF.

ANTÔNIO CARLOS WELTER

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 11, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Assunto: Denúncias de violência policial contra indígenas da etnia WAJURU no Distrito de Porto Rolim de Moura do Guaporé. Apuração.

O Excelentíssimo Senhor Leandro Zedes Lares Fernandes, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante Estadual da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida de índios e minorias, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigos 5o, III, "e" e 6ª VII, "c"da Lei Complementar no 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei no 8.625/93; e pelo artigo 8o, §1o, da Lei no 7.347/85,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que, dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos bens e interesses coletivos das comunidades indígenas (art. 5º, inc. III, "e" da LC 75/93);

CONSIDERANDO o teor dos expedientes encaminhados ao MPF por Valda Wajuru, cacique da comunidade Wajuru residente no Distrito de Porto Rolim de Moura do Guaporé, registrando episódios de aparente abuso de autoridade por parte de policiais lotados naquela comunidade;

CONSIDERANDO que a leitura dos expedientes permite, a princípio, trabalhar com a hipótese de que não se trata de atos isolados;

Resolve

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando apurar as denúncias de abuso de autoridade praticado por policiais militares contra indígenas Wajuru em Porto Rolim de Moura do Guaporé.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente Portaria;

2. Reitere-se o Ofício de fl. 11-12;

3. Oficie-se ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, requisitando-lhe o envio da escala de serviço dos meses de outubro e novembro no Distrito de Porto Rolim de Moura, no prazo de quinze dias.

DAR CIÊNCIA à egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Coordenadora, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente e solicitando a publicação desta portaria.

LEANDRO ZEDES LARES FERNANDES

PORTARIA Nº 33, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Interessado: Povo Indígena Kaxarari

A Procuradora da República no Estado de Rondônia, Walquiria Imamura Picoli, Representante Estadual da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata dos interesses das populações indígenas e minorias, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5o, III, "e", da Lei Complementar no 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei no 8.625/93; e pelo artigo 8o, §1o, da Lei no 7.347/85, e ainda:

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, III, da Carta Magna e artigo 5o, III, "e", da Lei Complementar no 75/1993);

CONSIDERANDO que dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos bens e interesses coletivos das comunidades indígenas (art. 5º, inc. III, "e", da LC 75/93);

CONSIDERANDO as diversas problemáticas enfrentadas pelo povo indígena Kaxarari relatadas a esta Procuradoria da República e que a área em que residem é palco de constantes conflitos sociais e ambientais;

CONSIDERANDO os relatos de que, por se situarem em área abrangente dos Estados de Rondônia, Amazonas e Acre, acabam não recebendo atendimento devido de nenhuma das unidades da Federação, pois as autoridades de cada ente de governo buscam se esquivar de suas responsabilidades, imputando-as a outro ente federado, sem desenvolver uma ação efetiva na região;

CONSIDERANDO as informações repassadas pelo povo indígena Kaxarari de que as estradas para acesso às aldeias encontram-se em péssimas condições, o atendimento à saúde indígena não está sendo adequadamente prestado, que há falhas no atendimento educacional, falta comunicação e eletricidade nas aldeias;

CONSIDERANDO que o povo indígena Kaxarari foi abrangido como beneficiário das compensações sociais da Usina Hidrelétrica de Jirau e tendo em vista alguns problemas precedentes nas compensações envolvendo outras terras indígenas;

CONSIDERANDO a relevância do acompanhamento pelo Ministério Público Federal do efetivo desenvolvimento das atividades compensatórias junto à referida comunidade indígena;

CONSIDERANDO os autos da ACP nº 2008.41.00.007471-1 e a instituição, pela FUNAI, de GT para estudos de ampliação da TI Kaxarari, por meio da Portaria nº 407, de 13 de abril de 2012;

CONSIDERANDO que deve ser reconhecido aos povos indígenas e tribais o direito de propriedade e posse da terra e adotadas as medidas necessárias para resguardar o direito de usufruto e integridade destes espaços e dos recursos naturais neles existentes, conforme preconiza a Convenção nº 169 da OIT, no art. 14, 1 e 2;

CONSIDERANDO que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, competindo à União, proteger e fazer respeitar todos os seus bens; conforme estabelecido no artigo 231 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, do Estatuto da FUNAI, instituído por meio do Decreto 7.778/2012;

CONSIDERANDO o teor das disposições do art. 4º do Decreto n° 7.747/2012 que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas - PNGATI;

Resolve:

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando acompanhar as ações dos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento ao povo indígena Kaxarari e cobrar providências para melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos prestados a esse povo indígena.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente;

2. Expeça-se ofício à Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da FUNAI em Brasília, solicitando informações, com fulcro no art. 8º, II, da LC nº 75/93, sobre o atual estágio e cronograma de ações a serem desenvolvidas junto ao povo indígena Kaxarari em razão das compensações sociais da UHE Jirau, descrevendo minuciosamente as atividades a serem efetivamente implementadas e o cronograma para implantação. Registre-se que referida Coordenação poderá esclarecer eventuais dificuldades para a concretização das compensações. Fixe-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, para a resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC nº 75/93);

3. Expeça-se ofício ao Coordenador Regional da FUNAI em Rio Branco solicitando informações, com fulcro no art. 8º, II, da LC nº 75/93, sobre as ações desenvolvidas pela FUNAI em atividades de fiscalização visando à preservação dos limites e da integridade ambiental e cultural da Terra Indígena Kaxarari, detalhando minuciosamente as atividades desenvolvidas, a participação do IBAMA (Rondônia e/ou Acre), devendo ainda esclarecer se há desenvolvimento de projetos de sustentabilidade junto a referido povo indígena e parcerias com instituições de assistência, como por exemplo, EMATER e Secretarias de Agricultura (Rondônia e/ou Acre). Fixe-se o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, para a resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC nº 75/93);

4. Expeça-se ofício ao Chefe do DSEI do Alto Rio Purus em Rio Branco, Acre, solicitando, com fulcro no art. 8º, II, da LC nº 75/93, que encaminhe um relatório detalhado sobre o atendimento de saúde prestado ao povo indígena Kaxarari, informando a quantidade de profissionais AIS/AISAN que trabalham em cada aldeia, se são atendidas com água tratada e saneamento básico, se há postos de saúde e radiocomunicação nas aldeias e, em caso negativo, qual a programação para atendimento de tais necessidades. Solicita-se ainda se há atendimento de equipe médica e odontológica nas aldeias e em qual periodicidade, assim como outras informações julgadas relevantes pela chefia do DSEI. Fixe-se o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, para a resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC nº 75/93);

5. Expeça-se ofício ao Diretor Geral do DER/RO, solicitando, com fulcro no art. 8º, II, da LC nº 75/93, informações se já houve atendimento, por parte de referido Departamento, de manutenção nas estradas do povo indígena Kaxarari (encaminhar cópia do Ofício 3070/GAB/DER/RO) e em caso negativo, qual a previsão para prestar tal atendimento. Fixe-se o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, para a resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC 75/93);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Agende-se visita à aldeia do povo indígena Kaxarari, se possível na primeira semana do mês de novembro do presente ano, adotando-se as providências administrativas necessárias à garantia do transporte e das diárias dos participantes da visita. Após a fixação da data da visita, oficie-se o Procurador-Chefe desta PR-RO, informando-o da ausência desta procuradora na sede da PR-RO durante o período da diligência, bem como a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia, solicitando acompanhamento policial à aldeia, a fim de garantir a segurança e incolumidade desta procuradora da República e dos servidores do MPF.

7. Após a vinda das informações, venha o procedimento concluso para deliberação.

Cientifique-se a 6a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Coordenadora, encaminhando-lhe cópia do presente e solicitando sua devida publicação na Imprensa Oficial.

WALQUIRIA IMAMURA PICOLI

PORTARIA Nº 44, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República, pelo art. 8º, § 1º, da Lei 7.347/85 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, ainda, que nesta Procuradoria foi instaurado o presente Procedimento Administrativo de nº 1.31.001.000220/2009-48 tendo como objeto o "Relatório de Fiscalização da CGU sob nº 001179 de 30 de abril de 2008 - Rolim de Moura/RO, elaborado por ocasião do 26º Sorteio do Projeto de Fiscalização a partir dos sorteios públicos - irregularidades envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

CONSIDERANDO, outrossim, que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social e da moralidade administrativa;

CONSIDERANDO, por fim, que o Procedimento Administrativo 1.31.001.000220/2009-48, já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias - prazo limite para sua conclusão conforme dispõe o art. 4º, §1º da Resolução CSMPF Nº 87/06 - sem que se tenha logrado êxito em trazer aos autos elementos suficientes para a propositura da respectiva ação civil pública ou promoção de seu arquivamento;

Resolve:

CONVERTER o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto, a "apuração de irregularidades constatadas pela Controladoria Geral da União - CGU no Município de Rolim de Moura/RO, no que tange a aplicação de recursos federais supervisionados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Relatório CGU nº 1176/2008)";

NOMEAR o Servidor Ari Guilherme Ferreira de Almeida, Técnico Administrativo, matrícula 21.797-2, para funcionar como Secretário;

DETERMINAR sejam adotadas as seguintes diligências ou providências preliminares:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com as peças do Procedimento Administrativo nº 1.31.001.000220/2009-48;

2. Comunique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, cópia da presente e solicitando a publicação desta portaria, na forma do artigo 16, §1º, I da Resolução CSMPF nº 87/06;

3. Publique-se na Base de Dados da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

4. Publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim à determinação do art. 9º, §9º da Resolução CSMPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPF 106/10;

5. Oficie-se a Controladoria Geral da União - CGU solicitando o encaminhamento de cópia das evidências levantadas por ocasião da fiscalização realizada no Município de Rolim de Moura/RO, no período compreendido entre 08/05/2008 a 05/09/2008, em decorrência do 26º Sorteio do Projeto de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, que, tendo sido descritas no Relatório CGU de nº 1176/2008, subsidiaram a "Constatação 7.5.1 - Orçamento subdimensionado para execução da obra"

6. Após, com a resposta do referido Ofício, voltem-me conclusos.

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

PORTARIA Nº 44, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República, pelo art. 8º, § 1º, da Lei 7.347/85 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, ainda, que nesta Procuradoria foi instaurado o presente Procedimento Administrativo de nº 1.31.001.000220/2009-48 tendo como objeto o "Relatório de Fiscalização da CGU sob nº 001179 de 30 de abril de 2008 - Rolim de Moura/RO, elaborado por ocasião do 26º Sorteio do Projeto de Fiscalização a partir dos sorteios públicos - irregularidades envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

CONSIDERANDO, outrossim, que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social e da moralidade administrativa;

CONSIDERANDO, por fim, que o Procedimento Administrativo 1.31.001.000220/2009-48, já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias - prazo limite para sua conclusão conforme dispõe o art. 4º, §1º da Resolução CSMPF Nº 87/06 - sem que se tenha logrado êxito em trazer aos autos elementos suficientes para a propositura da respectiva ação civil pública ou promoção de seu arquivamento;

Resolve:

CONVERTER o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto, a "apuração de irregularidades constatadas pela Controladoria Geral da União - CGU no Município de Rolim de Moura/RO, no que tange a aplicação de recursos federais supervisionados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Relatório CGU nº 1176/2008)";

NOMEAR o Servidor Ari Guilherme Ferreira de Almeida, Técnico Administrativo, matrícula 21.797-2, para funcionar como Secretário;

DETERMINAR sejam adotadas as seguintes diligências ou providências preliminares:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com as peças do Procedimento Administrativo nº 1.31.001.000220/2009-48;

2. Comunique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, cópia da presente e solicitando a publicação desta portaria, na forma do artigo 16, §1º, I da Resolução CSMPF nº 87/06;

3. Publique-se na Base de Dados da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

4. Publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim à determinação do art. 9º, §9º da Resolução CSMPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPF 106/10;

5. Oficie-se a Controladoria Geral da União - CGU solicitando o encaminhamento de cópia das evidências levantadas por ocasião da fiscalização realizada no Município de Rolim de Moura/RO, no período compreendido entre 08/05/2008 a 05/09/2008, em decorrência do 26º Sorteio do Projeto de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, que, tendo sido descritas no Relatório CGU de nº 1176/2008, subsidiaram a "Constatação 7.5.1 - Orçamento subdimensionado para execução da obra"

6. Após, com a resposta do referido Ofício, voltem-me conclusos.

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

PORTARIA Nº 45, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República, pelo art. 8º, § 1º, da Lei 7.347/85 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, ainda, que nesta Procuradoria foi instaurado o presente Procedimento Administrativo de nº 1.31.001.000065/2009-60 tendo como objeto o "Relatório de Fiscalização da CGU sob nº 001179 de 30 de abril de 2008 - Rolim de Moura/RO, elaborado por ocasião do 26º Sorteio do Projeto de Fiscalização a partir dos sorteios públicos - irregularidades envolvendo o Ministério da Educação - MEC".

CONSIDERANDO, outrossim, que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social e da moralidade administrativa;

CONSIDERANDO, por fim, que o Procedimento Administrativo 1.31.001.000065/2009-60, já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias - prazo limite para sua conclusão conforme disposto no art. 4º, §1º da Resolução CSMPF Nº 87/06 - sem que se tenha logrado êxito em trazer aos autos elementos suficientes para a propositura da respectiva ação civil pública ou promoção do seu arquivamento;

Resolve:

CONVERTER o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto, a "apuração de irregularidades constatadas pela Controladoria Geral da União - CGU no Município de Rolim de Moura/RO, no que tange a aplicação de recursos federais supervisionados pelo Ministério da Educação (Relatório CGU nº 1176/2008)";

NOMEAR o Servidor Ari Guilherme Ferreira de Almeida, Técnico Administrativo, matrícula 21.797-2, para funcionar como Secretário;

DETERMINAR sejam adotadas as seguintes diligências ou providências preliminares:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com as peças do Procedimento Administrativo nº 1.31.001.000065/2009-60;

2. Comunique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, cópia da presente e solicitando a publicação desta portaria, na forma do artigo 16, §1º, I da Resolução CSMPF nº 87/06;

3. Publique-se na Base de Dados da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

4. Publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim à determinação do art. 9º, §9º da Resolução CSMPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPF 106/10;

5. Oficie-se a Controladoria Geral da União - CGU solicitando o encaminhamento de cópia das evidências levantadas por ocasião da fiscalização realizadas no Município de Rolim de Moura/RO, no período compreendido entre 08/05/2008 a 05/09/2008, em decorrência do 26º Sorteio do Projeto de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, que, tendo sido descritas no Relatório CGU de nº 1176/2008, subsidiaram as seguintes constatações:

i) Constatação 1.2.3 - Aquisição de alimentos acima do preço médio de mercado;

ii) Constatação 1.3.4 - Transportes de alunos em ônibus com problemas na estrutura comprometendo a segurança; e

iii) Constatação 1.3.6 - Aquisição com preço acima da média de mercado.

6. Recepcionada a documentação referente as constatações descritas no "Item 5" determino sejam elas autuadas em Volumes Anexos apartados;

7. Após, com as respostas dos referidos Ofícios, voltem-me conclusos.

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

PORTARIA Nº 45, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República, pelo art. 8º, § 1º, da Lei 7.347/85 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, ainda, que nesta Procuradoria foi instaurado o presente Procedimento Administrativo de nº 1.31.001.000065/2009-60 tendo como objeto o "Relatório de Fiscalização da CGU sob nº 001179 de 30 de abril de 2008 - Rolim de Moura/RO, elaborado por ocasião do 26º Sorteio do Projeto de Fiscalização a partir dos sorteios públicos - irregularidades envolvendo o Ministério da Educação - MEC".

CONSIDERANDO, outrossim, que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social e da moralidade administrativa;

CONSIDERANDO, por fim, que o Procedimento Administrativo 1.31.001.000065/2009-60, já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias - prazo limite para sua conclusão conforme disposto no art. 4º, §1º da Resolução CSMPF Nº 87/06 - sem que se tenha logrado êxito em trazer aos autos elementos suficientes para a propositura da respectiva ação civil pública ou promoção do seu arquivamento;

Resolve:

CONVERTER o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto, a "apuração de irregularidades constatadas pela Controladoria Geral da União - CGU no Município de Rolim de Moura/RO, no que tange a aplicação de recursos federais supervisionados pelo Ministério da Educação (Relatório CGU nº 1176/2008)";

NOMEAR o Servidor Ari Guilherme Ferreira de Almeida, Técnico Administrativo, matrícula 21.797-2, para funcionar como Secretário;

DETERMINAR sejam adotadas as seguintes diligências ou providências preliminares:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com as peças do Procedimento Administrativo nº 1.31.001.000065/2009-60;

2. Comunique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, cópia da presente e solicitando a publicação desta portaria, na forma do artigo 16, §1º, I da Resolução CSMPF nº 87/06;

3. Publique-se na Base de Dados da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

4. Publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim à determinação do art. 9º, §9º da Resolução CSMPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPF 106/10;

5. Oficie-se a Controladoria Geral da União - CGU solicitando o encaminhamento de cópia das evidências levantadas por ocasião da fiscalização realizadas no Município de Rolim de Moura/RO, no período compreendido entre 08/05/2008 a 05/09/2008, em decorrência do 26º Sorteio do Projeto de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, que, tendo sido descritas no Relatório CGU de nº 1176/2008, subsidiaram as seguintes constatações:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

i) Constatação 1.2.3 - Aquisição de alimentos acima do preço médio de mercado;

ii) Constatação 1.3.4 - Transportes de alunos em ônibus com problemas na estrutura comprometendo a segurança; e

iii) Constatação 1.3.6 - Aquisição com preço acima da média de mercado.

6. Recepcionada a documentação referente as constatações descritas no "Item 5" determino sejam elas autuadas em Volumes Anexos apartados;

7. Após, com as respostas dos referidos Ofícios, voltem-me conclusos.

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

PORTARIA Nº 70, DE 14 DE AGOSTO DE 2012

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 127 a 129;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, em consonância com os retromencionados dispositivos legais insculpidos na Lei Maior, e em diversas legislações pátrias (Lei Complementar 75 de 1993; Lei da Ação Civil Pública 7.347/1985; Lei de Improbidade Administrativa 8.429/92 etc.), além de resoluções e portarias regulamentares;

CONSIDERANDO, mais, o Ofício nº 620/2012/SPF e o Ofício nº 053/2012/SPF, em razão de eventuais ocupações irregulares de calçadas e passeios públicos por comerciantes.

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de apuração dos fatos, face sua gravidade, impondo a atuação deste ofício de defesa do patrimônio público e social.

Resolve

INSTAURAR inquérito civil público, colimando investigar adequadamente os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4º Ofício/5ªCCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariarem o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos que lhe são conexos, devendo constar como resumo: "Apurar supostas ocupações irregulares de calçadas e passeios públicos por comerciantes".

2. CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se na forma devida, em dez dias (Resolução - nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para conhecimento e devida publicação.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PORTARIA Nº 70, DE 14 DE AGOSTO DE 2012

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 127 a 129;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, em consonância com os retromencionados dispositivos legais insculpidos na Lei Maior, e em diversas legislações pátrias (Lei Complementar 75 de 1993; Lei da Ação Civil Pública 7.347/1985; Lei de Improbidade Administrativa 8.429/92 etc.), além de resoluções e portarias regulamentares;

CONSIDERANDO, mais, o Ofício nº 620/2012/SPF e o Ofício nº 053/2012/SPF, em razão de eventuais ocupações irregulares de calçadas e passeios públicos por comerciantes.

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de apuração dos fatos, face sua gravidade, impondo a atuação deste ofício de defesa do patrimônio público e social.

Resolve

INSTAURAR inquérito civil público, colimando investigar adequadamente os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4º Ofício/5ªCCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariarem o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos que lhe são conexos, devendo constar como resumo: "Apurar supostas ocupações irregulares de calçadas e passeios públicos por comerciantes".

2. CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se na forma devida, em dez dias (Resolução - nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para conhecimento e devida publicação.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PORTARIA Nº 87, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 127 a 129;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, em consonância com os retromencionados dispositivos legais insculpidos na Lei Maior e em diversas legislações pátrias (Lei Complementar 75 de 1993; Lei da Ação Civil Pública 7.347/1985; Lei de Improbidade Administrativa 8.429/92 etc.), além de resoluções e portarias regulamentares;

CONSIDERANDO as graves irregularidades relacionadas à Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR identificadas nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.31.000.001119/2011-39, sendo, pois, prudente destrinchá-las separadamente.

CONSIDERANDO que as diversas irregularidades identificadas podem acarretar prejuízos ao patrimônio público da União e ainda configurar, em tese, atos de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de apuração rigorosa dos acontecimentos, com vistas à responsabilização por eventuais irregularidades praticadas.

Resolve

INSTAURAR inquérito civil público, colimando investigar adequadamente os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4º Ofício/5ªCCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariarem o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos que lhe são conexos, devendo constar como resumo: "Apurar suposta irregularidade na utilização de veículo pertencente à Universidade Federal de Rondônia".

2. CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para conhecimento e devida publicação.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PORTARIA Nº 88, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 127 a 129;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, em consonância com os retromencionados dispositivos legais insculpidos na Lei Maior e em diversas legislações pátrias (Lei Complementar 75 de 1993; Lei da Ação Civil Pública 7.347/1985; Lei de Improbidade Administrativa 8.429/92 etc.), além de resoluções e portarias regulamentares;

CONSIDERANDO o ofício nº 27/08/2012 da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste/RO solicitando providencias quanto aos indícios de irregularidades na construção de casas populares construídas com verbas da Caixa Econômica Federal.

CONSIDERANDO que as eventuais irregularidades podem acarretar prejuízos ao patrimônio público da União e ainda configurar, em tese, atos de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de apuração rigorosa dos acontecimentos, com vistas à responsabilização por eventuais irregularidades praticadas.

Resolve

INSTAURAR inquérito civil público, colimando investigar adequadamente os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4º Ofício/5ªCCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariarem o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos que lhe são conexos, devendo constar como resumo: "Apurar irregularidades na construção de casas populares construídas com verbas da Caixa Econômica Federal".

2. CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para conhecimento e devida publicação.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PORTARIA Nº 90, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 127 a 129;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, em consonância com os retromencionados dispositivos legais insculpidos na Lei Maior e em diversas legislações pátrias (Lei Complementar 75 de 1993; Lei da Ação Civil Pública 7.347/1985; Lei de Improbidade Administrativa 8.429/92 etc.), além de resoluções e portarias regulamentares;

CONSIDERANDO as graves irregularidades relacionadas à Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR identificadas nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.31.000.001119/2011-39, sendo, pois, prudente destrinchá-las separadamente.

CONSIDERANDO que as diversas irregularidades identificadas podem acarretar prejuízos ao patrimônio público da União e ainda configurar, em tese, atos de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de apuração rigorosa dos acontecimentos, com vistas à responsabilização por eventuais irregularidades praticadas.

Resolve

INSTAURAR inquérito civil público, colimando investigar adequadamente os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4º Ofício/5ªCCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariarem o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos que lhe são conexos, devendo constar como resumo: "Apurar suposta irregularidade referente à falta de fiscalização física e financeira nos contratos de dispensa de licitação fundamentados no inciso XII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 na Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR".

2. CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para conhecimento e devida publicação.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PORTARIA Nº 91, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 127 a 129;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, em consonância com os retromencionados dispositivos legais insculpidos na Lei Maior e em diversas legislações pátrias (Lei Complementar 75 de 1993; Lei da Ação Civil Pública 7.347/1985; Lei de Improbidade Administrativa 8.429/92 etc.), além de resoluções e portarias regulamentares;

CONSIDERANDO, ainda, o Ofício n 214/2012-2ªPJA/1ª Tit, oriundo da Promotoria de Justiça de Ariquemes, noticiando possível irregularidade no contrato de repasse nº 2627.0258.511-23/MDA/CAIXA, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Município de Cacaulândia, objetivando a aquisição de caminhão, referente ao Programa PRONAT.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ONSIDERANDO que as diversas irregularidades identi ficadas podem acarretar prejuízos ao patrimônio público da União e ainda configurar, em tese, atos de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de apuração rigorosa dos acontecimentos, com vistas à responsabilização por eventuais irregularidades praticadas.

Resolve

INSTAURAR inquérito civil público, colimando investigar adequadamente os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4º Ofício/5ªCCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariarem o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos que lhe são conexos, devendo constar como resumo: "Apurar suposta irregularidade no contrato de repasse nº 2627.0258.511-23/MDA/CAIXA, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Município de Cacaulândia, objetivando a aquisição de caminhão, referente ao Programa PRONAT".

2. CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para conhecimento e devida publicação.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PORTARIA Nº 113, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Instaura inquérito civil público destinado a apurar as consequências sociais da invasão de terra de área da União denominada "ETE-SUL", situada no final da Estrada da Areia Branca com o Igarapé do Bate-Estaca, nesta, fato ocorrido em agosto/2012, inclusive para fins de desocupação.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, inc. III, da CR/88);

Considerando ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (art. 5º da Lei Complementar n. 75/1993), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos direitos fundamentais previstos na Carta Magna, bem assim dos constantes de tratados internacionais de que o País é signatário;

Considerando serem de atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão os procedimentos com os seguintes objetos: "Violação por ação ou omissão, pelos poderes e serviços referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, a direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras, tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária", nos termos da Resolução n. 1 do X Encontro Nacional de Procuradores do Cidadão;

Considerando teor do Ofício n. 524/2012/GAB/SPU-RO, de 28 de agosto de 2012, oriundo da Superintendência do Patrimônio da União, dando conta da invasão coletiva da área da União denominada "ETE-SUL", localizada no final da estrada do Areia Branca com o Igarapé Bate-Estacas, zona sul desta capital;

Considerando a necessidade de que o Ministério Público Federal acompanhe a situação relatada, visando à garantia da observância dos direitos fundamentais da população envolvida, bem como a fim de aferir a legalidade da situação e monitorar a atuação do Poder Público no caso;

Resolve:

Instaurar inquérito civil público destinado a apurar as consequências sociais da invasão de terra de área da União denominada "ETE-SUL", situada no final da Estrada da Areia Branca com o Igarapé do Bate-Estaca, nesta, fato ocorrido em agosto/2012, inclusive para fins de desocupação

Preliminarmente,

I - PROMOVAM-SE os registros necessários no Sistema ÚNICO;

II-DÊ-SE ciência ao interessado;

III-CUMPRAM-SE as providências elencadas no DESPACHO N.º 16767/2012, anexo à presente;

IV-DÊ-SE ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF n. 87/06.

Com as respostas, VOLTEM-ME os autos conclusos para análise e providências.

RENATA RIBEIRO BAPTISTA

PORTARIA Nº 114, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Instaura inquérito civil público destinado a apurar as consequências sociais da invasão de terra de área da União denominada "HIS3", situada no entroncamento da BR-364 com a estrada do Areia Branca, nesta, fato ocorrido em agosto/2012, inclusive para fins de desocupação.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, inc. III, da CR/88);

Considerando ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (art. 5º da Lei Complementar n. 75/1993), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos direitos fundamentais previstos na Carta Magna, bem assim dos constantes de tratados internacionais de que o País é signatário;

Considerando serem de atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão os procedimentos com os seguintes objetos: "Violação por ação ou omissão, pelos poderes e serviços referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, a direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras, tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária", nos termos da Resolução n. 1 do X Encontro Nacional de Procuradores do Cidadão;

Considerando teor do Ofício n.º 524/2012/GAB/SPU-RO, de 28 de agosto de 2012, oriundo da Superintendência do Patrimônio da União, dando conta da invasão coletiva da área da União denominada "HIS3", localizada no entrocamento da BR-364 com a estrada do Areia Branca, zona sul desta capital;

Considerando a necessidade de que o Ministério Público Federal acompanhe a situação relatada, visando à garantia da observância dos direitos fundamentais da população envolvida, bem como a fim de aferir a legalidade da situação e monitorar a atuação do Poder Público no caso;

Resolve:

Instaurar inquérito civil público destinado a apurar as consequências sociais da invasão de terra de área da União denominada "HIS3", situada no entroncamento da BR-364 com a estrada do Areia Branca, nesta, fato ocorrido em agosto/2012, inclusive para fins de desocupação

Preliminarmente,

I - PROMOVAM-SE os registros necessários no Sistema ÚNICO;

II-DÊ-SE ciência ao interessado;

III-CUMPRAM-SE as providências elencadas no DESPACHO N.º 16780/2012, anexo à presente;

IV-DÊ-SE ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF n. 87/06.

Com as respostas, VOLTEM-ME os autos conclusos para análise e providências.

RENATA RIBEIRO BAPTISTA

PORTARIA Nº 115, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Instaura inquérito civil público destinado a apurar as consequências sociais da invasão de terra de área da União denominada "HISI-RO", situada entre as Ruas Prudente de Moraes e Campos Sales, nesta, fato ocorrido em agosto/2012, inclusive para fins de desocupação.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, inc. III, da CR/88);

Considerando ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (art. 5º da Lei Complementar n. 75/1993), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos direitos fundamentais previstos na Carta Magna, bem assim dos constantes de tratados internacionais de que o País é signatário;

Considerando serem de atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão os procedimentos com os seguintes objetos: "Violação por ação ou omissão, pelos poderes e serviços referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, a direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras, tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária", nos termos da Resolução n. 1 do X Encontro Nacional de Procuradores do Cidadão;

Considerando teor do Ofício n.º 1119/12/6ºTit-HU, de 27 de agosto de 2012, oriundo do Ministério Público do Estado de Rondônia, dando conta da invasão coletiva da área da União denominada "HISI-RO", localizada entre as Ruas Prudente de Moraes e Campos Sales, zona sul desta capital;

Considerando a necessidade de que o Ministério Público Federal acompanhe a situação relatada, visando à garantia da observância dos direitos fundamentais da população envolvida, bem como a fim de aferir a legalidade da situação e monitorar a atuação do Poder Público no caso;

Resolve:

Instaurar inquérito civil público destinado a apurar as consequências sociais da invasão de terra de área da União denominada "HISI-RO", situada entre as Ruas Prudente de Moraes e Campos Sales, nesta, fato ocorrido em agosto/2012, inclusive para fins de desocupação.

Preliminarmente,

I - PROMOVAM-SE os registros necessários no Sistema ÚNICO;

II-DÊ-SE ciência ao interessado;

III-CUMPRAM-SE as providências elencadas no DESPACHO N.º 16787/2012, anexo à presente;

IV-DÊ-SE ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF n. 87/06.

Com as respostas, VOLTEM-ME os autos conclusos para análise e providências.

RENATA RIBEIRO BAPTISTA

PORTARIA Nº 116, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Instaura inquérito civil público com a finalidade de apurar a regularidade dos procedimentos de eleições realizados pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia - CRF/RO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República ao final assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e;

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CR/88);

Considerando a denúncia protocolada nesta PRDC, na qual suscita possíveis irregularidades no procedimento eleitoral do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia CRF/RO.

Resolve:

I - Instaurar inquérito civil público, tendo em vista que o objeto é pertinente e objetiva-se averiguar com maior

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - PRDC

profundidade a regularidade no procedimento eleitoral do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia CRF/RO;

II - Nomear Abnilson Nogueira da Costa, lotado na PRDC/5º Ofício desta unidade do Ministério Público Federal, para secretariar o presente feito, o qual, por ser servidor do quadro efetivo, atuará independentemente de compromisso;

Preliminarmente:

1. PROMOVAM-SE as medidas administrativas cabíveis no Sistema Único;

2. CUMPRAM-SE as providências elencadas nos DESPACHOS N. 17219 /2012 e N. 17220/2012, anexo à presente;

3. DÊ-SE ciência aos interessados da instauração deste inquérito;

4. DÊ-SE ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006.

RENATA RIBEIRO BAPTISTA

PORTARIA Nº 118, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Instaura inquérito civil público com o objetivo de acompanhar a construção e o funcionamento de duas novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) nas Zonas Leste e Sul do Município de Porto Velho, além das inauguradas em setembro/2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e;

Considerando a competência do Ministério Público Federal na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando que uma das diretrizes de trabalho deste Parquet, é o controle e fiscalização para uma otimização da prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde da população, visando assim, a correção das falhas praticadas por administradores públicos;

Considerando o fundamento da dignidade da pessoa humana, o Direito à Saúde como direito de todos e dever do Estado, e base indiscutível de uma vida digna, bem como todos os compromissos assumidos pelo Constituinte originário, e consistentes na proteção da saúde (art. 196 da CF);

Considerando as disposições constantes da Portaria n. 2.648, de 7 de novembro de 2011, do Ministério da Saúde, a qual redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resolve:

I - Instaurar Inquérito Civil Público com o objetivo de acompanhar a construção e o funcionamento de duas novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) nas Zonas Leste e Sul do Município de Porto Velho, além das inauguradas em setembro/2012;

II - Nomear José Fernando Menezes, lotado na PRDC/5º Ofício desta unidade do Ministério Público Federal, para secretariar o presente feito, o qual, por ser servidor do quadro efetivo, atuará independentemente de compromisso.

Assim sendo,

I - PROMOVAM-SE a autuação, as publicações e os registros necessários no Sistema ÚNICO;

II - CUMPRAM-SE as providências elencadas no DESPACHO N. 17.342/2012, anexo à presente;

III - DÊ-SE ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF n. 87, de 3 de agosto de 2006.

Com as respostas ou decurso dos prazos, VOLTEM-ME conclusos os autos.

RENATA RIBEIRO BAPTISTA

PORTARIA Nº 119, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

Instaura inquérito civil público com o objetivo de apurar as condições laborais dos funcionários públicos lotados na Penitenciária Federal de Porto Velho, em especial no que tange ao não recebimento de horas extras trabalhadas e à ameaças por parte da Direção.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e;

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, CR/88);

Considerando ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (art. 5º, Lei Complementar n. 75/1993), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos direitos fundamentais previstos na Constituição da República, bem assim dos constantes de tratados internacionais de que o País é signatário;

Considerando que a Constituição da República, em seu artigo 37, preza pelos direitos dos servidores públicos, e que o artigo 73 da Lei n. 8.112/90, regula o direito ao adicional de no mínimo 50% por hora extraordinária trabalhada;

Considerando que a não observância a estes estes direitos constitui afronta aos princípios que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade;

Considerando as informações constantes da denúncia anônima n. 41/2012, que dizem respeito à imposição de que os servidores lotados na penitenciária federal em Porto Velho realizem horas extras após os seus plantões, sem que recebam o adicional devido, bem como às ameaças sofridas pelo denunciante de que não teria sua folha de ponto homologada caso começasse a assiná-la com os horários corretos de entrada e saída do plantão;

Resolve:

I- Instaura inquérito civil público com o objetivo de apurar as condições laborais dos funcionários públicos lotados na Penitenciária Federal de Porto Velho, em especial no que tange ao não recebimento de horas extras trabalhadas e à ameaças por parte da Direção;

II - Nomear José Fernando Menezes, lotado na PRDC/5º Ofício desta unidade do Ministério Público Federal, para secretariar o presente feito, o qual, por ser servidor do quadro efetivo, atuará independentemente de compromisso;

PRELIMINARMENTE,

1. PROMOVAM-SE a autuação, as publicações e os registros necessários no Sistema ÚNICO;

2. OFICIE-SE ao Diretor-Geral da Penitenciária Federal de Porto Velho/RO, solicitando informações acerca da jornada de trabalho dos agentes penitenciários, notadamente no que tange ao sistema de troca de plantões, bem como cópia das folhas de ponto dos anos de 2011 e 2012, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Cópia da presente vale como ofício.

Com as respostas ou decurso do prazo, voltem-me conclusos.

RENATA RIBEIRO BAPTISTA

PORTARIA Nº 120, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Instaura inquérito civil público com o objetivo de apurar irregularidades no atendimento ao público realizado pela Receita Federal na área de fronteira de Guajará-Mirim.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas competências constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos nos termos dos arts. 11 da Lei Complementar n. 75/93 e 127 e 129, inc. III, da CR/88;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, conforme o art. 129, inc. II, da CR/88;

CONSIDERANDO que à Administração Pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União cabe a obediência irrestrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, "caput", da CR/88);

CONSIDERANDO as atribuições relativas aos procedimentos da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) nos termos da Resolução n. 1 do X Encontro Nacional de Procuradores do Cidadão: "Violação por ação ou omissão, pelos poderes e serviços referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, a direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras, tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária";

CONSIDERANDO que perante à Administração, os administrados têm o direito de serem tratados com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações (art. 3º, I, lei nº 9.784/99), bem como os serviços públicos devem ser prestados de forma eficiente e tempestivo;

CONSIDERANDO as informações constates na Denúncia n. 03/2012, de 5.1.2012, que chegaram a esta Procuradoria da República por meio eletrônico, dando conta de supostas irregularidades no atendimento de funcionários da Receita Federal na área de fronteira de Guajará Mirim;

Resolve

I- Instaurar inquérito civil público com o objetivo de apurar irregularidades no atendimento ao público realizado pela

Receita Federal na área de fronteira de Guajará Mirim;

II- Nomear José Fernando Menezes, lotado na PRDC/5º Ofício desta unidade do Ministério Público Federal, para secretariar o presente feito, o qual, por ser servidor do quadro efetivo, atuará independentemente de compromisso.

Preliminarmente:

1. OFICIE-SE à Superintendência da Receita Federal no Estado de Rondônia para que se manifeste sobre o noticiado, enviando cópia da denúncia, devendo estar inclusos na resposta os dados completos dos servidores que, no dia e hora informados, prestavam serviços no local indicado.

2. CUMPRAM-SE as providências elencadas no DESPACHO N. 17.369/2012, anexo à presente;

RENATA RIBEIRO BAPTISTA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 18, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para organização da Atenção Básica, relativas às estratégias Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, especialmente a Portaria MS nº 648, de 28 de março de 2006;

CONSIDERANDO que o município de São Miguel do Oeste/SC mantém oito unidades Saúde da Família e uma unidade NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família, conforme consultas no sistema CNES, tendo recebido do Governo Federal, até setembro deste ano, quase dois milhões de reais;

RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo o setor jurídico desta Procuradoria da República registrar a presente portaria em livro próprio, autuá-la, juntamente com os documentos anexos, afixá-la em local de costume e encaminhá-la para publicação, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2010 c/c o art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, registrando as informações abaixo na capa dos autos e no sistema ÚNICO:

Interessado: Ministério Público Federal.

Objeto da investigação: Apurar o cumprimento das normas de organização da Atenção Básica à Saúde no âmbito do município de São Miguel do Oeste/SC.

Como providência inicial, determino que seja agendada a realização de inspeções nas unidades básicas de saúde do município nos dias 13 e 14 de setembro deste ano.

DESIGNO para secretariar os trabalhos, o servidor Paulo Henrique Correa de Moura.

Sem prejuízo, acaso ainda não encerrado este Inquérito Civil no prazo de um (01) ano, venham os autos conclusos para análise da necessidade de prorrogação.

Ciência desta portaria à 5ª CCR.

CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR

PORTARIA Nº 140, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alíneas a, c e d, e no art. 7º, I, da Lei Complementar n. 75/93;

c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n. 1.33.001.000407/2012-72, a partir do protocolo de atendimento TD 161/2012 (PRM-BNU-SC-00006226/2012), para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, as seguintes diligências iniciais:

1. Oficie-se à Secretaria de Estado de Saúde para manifestação no prazo de 30 (trinta) dias, em especial acerca da possibilidade de realização da cirurgia pleiteada através de cobertura do SUS em Unidade Hospitalar neste Estado, ou mesmo através da modalidade TFD - Tratamento Fora de Domicílio, inclusive em outro Estado da Federação;

2. Oficie-se ao Ministério da Saúde para manifestação no prazo de 30 (trinta) dias, em especial acerca da possibilidade de realização da cirurgia pleiteada através de cobertura do SUS na modalidade TFD - Tratamento Fora de Domicílio, inclusive em outro Estado da Federação, tendo em vista a notoriedade da excelência do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, Órgão vinculado àquele Ministério, na realização de procedimentos cirúrgicos análogos ao ora pleiteado;

3. Oficie-se ao médico prescritor para que responda a questionário de praxe acerca da cirurgia pleiteada;

4. Oficie-se ao representante, requisitando que efetue consulta com médico do SUS, ao qual deverá requerer prescrição médica para os procedimentos cirúrgicos pleitados e entregar questionário de praxe a respeito dos mesmos;

Após os registros de praxe, afixe-se cópia desta portaria no mural acessível ao público, publique-se na página virtual da Procuradoria da República neste Estado, encaminhe-se para publicação no órgão oficial e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO KLING DONINI

PORTARIA Nº 141, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alíneas a, c e d, e no art. 7º, I, da Lei Complementar n. 75/93;

c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n. 1.33.001.000398/2012-10, a partir do protocolo de atendimento TD 157/2012 (PRM-BNU-SC-00006144/2012), para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, as seguintes diligências iniciais:

1. Oficie-se ao médico prescritor para que responda a questionário;

2. Oficie-se à representante, requisitando que efetue consulta com médico do SUS, ao qual deverá requerer prescrição médica para os medicamentos pleitados e entregar questionário a respeito dos mesmos;

3. Deferindo de ofício, dê-se prioridade no trâmite deste inquérito civil, nos termos do artigo 71, da Lei nº 10.741/2003 e do artigo 69-A, inciso IV, da Lei 9.784/99, inclusive anotando tal caráter no sistema Único e na capa.

Após os registros de praxe, afixe-se cópia desta portaria no mural acessível ao público, publique-se na página virtual da Procuradoria da República neste Estado, encaminhe-se para publicação no órgão oficial e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO KLING DONINI

PORTARIA Nº 376, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

CIDADANIA - EDUCAÇÃO. CIDADANIA. EDUCAÇÃO. ENSINO SUPERIOR. DIREITO À INFORMAÇÃO, DE PETIÇÃO, AO CONTRADITÓRIO E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. POSSIBILIDADE DE VISTA DAS CORREÇÕES DE REDAÇÃO E QUESTÕES DISCURSIVAS. POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO VOLUNTÁRIO. VESTIBULAR. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85);

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê em seu artigo 37, caput, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, dentre outros, ao princípio da legalidade, o qual vincula toda e qualquer atividade administrativa de quaisquer órgãos, entidades ou autoridades à estrita observância da Lei;

Considerando que a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece que nos processos administrativos serão observados, além de outros critérios: a) atuação conforme a lei e o Direito (art. 2º, Parágrafo Único, I); b) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados (art. 2º, Parágrafo Único, VIII); c) garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio (art. 2º, Parágrafo Único, X);

Resolve

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de garantir o efetivo respeito à informação, de petição, ao contraditório e ao devido processo legal, mediante o asseguramento aos candidatos inscritos em concursos vestibulares promovidos pela Universidade Federal de Santa Catarina, do direito de ter vista das correções das suas provas subjetivas (redação e questões discursivas), bem ainda a possibilidade de interposição de recurso voluntário na hipótese de desconformidade com a avaliação obtida.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) após, expeça-se ofício à Universidade Federal de Santa Catarina, solicitando-se as seguintes informações quanto a concursos vestibulares promovidos por tal instituição de ensino:

1) É disponibilizada a formulação de requerimento pelos candidatos no intuito de terem vista das correções das provas subjetivas (redação e questões discursivas) por eles respondidas? Em caso positivo, onde se encontra tal previsão e quais os prazos para sua apresentação;

2) É assegurado aos candidatos o direito à interposição de recurso voluntário caso haja discordância com a avaliação obtida nas provas subjetivas de vestibular? Em caso positivo, de onde se extrai tal normatização, esclarecendo-se os prazos para sua interposição e forma de julgamento.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 387, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Peça de Informação nº 1.33.000.002634/2012-42. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao consumidor, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO os termos da Peça de Informação nº 1.33.000.002634/2012-42 e a necessidade de dar continuidade a sua instrução;

determino a CONVERSÃO da presente Peça de Informação em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar eventual irregularidade na cobrança de taxa, pela empresa VGR Linhas Aéreas S.A (GOL), para permitir embarque em voo da empresa de menor de 12 (doze) anos desacompanhado, bem como recusa em fornecer nota fiscal do serviço.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: 3ª CCR. CONSUMIDOR E ORDEM ECONÔMICA. COBRANÇA IRREGULAR DE TAXA PELA VGR LINHAS AÉREAS S.A (GOL) PARA PERMITIR EMBARQUE EM VOO DA EMPRESA DE MENOR DE 12 ANOS DESACOMPANHADO, BEM COMO RECUSA EM FORNECER NOTA FISCAL DO SERVIÇO. ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

CARLOS AUGUSTO DE AMORIM DUTRA

PORTARIA Nº 389, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente as estatuídas na Constituição da República, arts. 127 e 129, na Lei Complementar nº 75/93, arts. 5º, 6º, VII, b, e 7º, e na RESOLUÇÃO nº 23, de 17.09.2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, e considerando os elementos constantes das Peças de Informação nº 1.33.000.002734/2012-79, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - ICP para coligir dados e informações sobre os fatos noticiados, a fim de que, ao final, sejam adotadas todas as providências jurídicas necessárias.

Assim, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa:

4ª CCR. MEIO AMBIENTE. INVESTIGAÇÃO SOBRE "MANGUEZAL DO ITACORUBI. LIMITES. SUPOSTA OMISSÃO HISTÓRICA DA UFSC NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE". BAIRRO ITACORUBI. FLORIANÓPOLIS/SC.

b) a comunicação deste ato à 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, solicitando-lhes publicação;

EDUARDO BARRAGAN SERÔA DA MOTTA

PORTARIA Nº 390, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

PREVIDENCIÁRIO. PERÍCIA MÉDICA PREVIDENCIÁRIA. EXIGÊNCIA DE PRONTUÁRIO MÉDICO CONTRA A VONTADE DO SEGURADO/PACIENTE.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que a Carta Magna também preceitua que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (art. 6º, CRFB);

Considerando que o sigilo médico é instituído em favor do paciente, com base no disposto no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal, e não a favor do médico assistente;

Considerando que a Resolução nº 1.605/2000 do Conselho Federal de Medicina - CFM dispõe em seu art. 1º que o médico não pode, sem o consentimento expresso do paciente revelar o conteúdo do prontuário ou ficha médica. E explica que a ficha ou prontuário médico não inclui apenas o atendimento específico, mas toda a situação médica do paciente;

Considerando que Resolução CFM nº 1.488/1998, que dispõe sobre normas específicas para médicos que atendam o trabalhador, em seu art. 6º estabelece serem atribuições e deveres do médico perito de instituições previdenciárias e seguradoras, dentre outras, avaliar a capacidade de trabalho do segurado, através do exame clínico, analisando documentos, provas e laudos referentes ao caso; e subsidiar tecnicamente a decisão para a concessão de benefícios.

Considerando que a Resolução do CFM nº 1.851/2008, que altera o art. 3º da Resolução CFM 1.658/2002, dispõe que na elaboração do atestado médico, o médico assistente deve observar os seguintes procedimentos:

I - especificar o tempo concedido de dispensa à atividade, necessário para a recuperação do paciente;

II - estabelecer o diagnóstico, quando expressamente autorizado pelo paciente;

(…)

E, quando o atestado for solicitado pelo paciente ou seu representante legal para fins de perícia médica, o médico assistente deve especificar:

I - o diagnóstico

II - os resultados dos exames complementares;

III - a conduta terapêutica;

IV - o prognóstico;

V - as consequências à saúde do paciente;

VI - o provável tempo de repouso necessário para a sua recuperação, que complementará o parecer fundamentado do médico perito, a quem cabe legalmente a decisão do benefício previdenciária, tais como: aposentadoria, invalidez definitiva, readapatação;

VII - registrar os dados de maneira legível;

VIII - identificar-se como emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina.

Considerando que no Manual de Perícias Médicas do INSS, a atividade médico-pericial tem por finalidade precípua a emissão de parecer técnico conclusivo na avaliação da incapacidade laborativa, em face de situações previstas em lei, bem como a análise do requerimento dos benefícios previdenciários e assistenciais. E, para o desempenho de sua atividade, o médico perito pode, dentre outras atribuições, requisitar, quando necessário, exames complementares e pareceres especializados (item 4.3).

Considerando o recebimento de denúncia encaminhado por cidadão dando conta de que a médica perita do INSS exigiu documentos que são resguardados por sigilo entre médico e paciente;

Considerando que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (art. 194, CRFB);

Resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar diretriz de atuação do INSS, na realização de perícia médica previdenciária envolvendo exigência de apresentação de prontuário médico contra a vontade do segurado, na condição de requisito necessário à concessão do benefício por incapacidade.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Procedimento Administrativo nos termos do art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) acoste-se os documentos que instruem a presente;

c) oficie-se ao INSS para solicitar esclarecimentos, no prazo de 30 (trinta) dias acerca dos fatos mencionados na representação, inclusive da médica perita;

d) a comunicação do representante de que a questão relativa ao indeferimento do benefício previdenciário constitui interesse individual, que pode ser ajuizado através da Defensoria Pública da União.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 392, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Tipo AA nº 1.33.000.002421/2012-11. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a existência de Peça de Informação nº 1.33.000.002421/2012-11 versando sobre suposto superfaturamento nas desapropriações realizadas para a construção da Beira Mar Continental, em São José-SC no âmbito do 6º Ofício do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO desta Peça de Informação em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "5ª CCR. PPMA. IMPROBIDADE. SUPERFATURAMENTO. DESAPROPRIAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA BEIRA MAR CONTINENTAL. SÃO JOSÉ.

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

DANIELE CARDOSO ESCOBAR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 407, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

OFÍCIO CIDADANIA. CIDADANIA. SAÚDE. SAÚDE MENTAL. REGULARIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE MENTAL DISPONIBILIZADO NO CAPS II PONTA DO CORAL EM FLORIANÓPOLIS.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85);

Resolve:

Alterar o objeto do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que se passe a apurar a regularidade do serviço público de saúde mental disponibilizado nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS II Ponta do Coral no Município de Florianópolis.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC;

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 423, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

OFÍCIO CIDADANIA. CIDADANIA. SISTEMA PRISIONAL. DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE. IMPLANTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO. COMPLEXO PRISIONAL DE FLORIANÓPOLIS (PENITENCIÁRIA, PRESÍDIO MASCULINO E PRESÍDIO FEMININO). MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85);

Resolve:

Adequar o objeto do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que passe a apurar a regularidade na prestação do serviço público de saúde e a implantação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário no Complexo Penitenciário de Florianópolis (Penitenciária, Presídio Masculino e Presídio Feminino).

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se à r. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

c) após, à Assessoria Jurídica para análise.

MAURÍCIO PESSUTTO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 15, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Conversão do P.A. Nº 1.34. 005.000231/2012-81 em Inquérito Civil Público

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceituam (a) o art. 127, caput, e o art. 129, II, III e VI, ambos da Constituição Federal - (b) o art. 5º, I a VI; art. 6º, VII, VIII, XIV; art. 7º, I; art. 8º; art. 38, caput e inciso I; art. 39; todos da lei complementar nº 75/93 - (c) os dispositivos da lei nº 7.347/1985 - (d) as resoluções CSMPF nº 87/2006 CNPM nº 23/2007, RESOLVE converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO os autos em epígrafe, ante a necessidade de instrução probatória para continuidade das apurações ministeriais.

O objeto procedimento é apurar a ausência de unidade da Defensoria Pública da União no âmbito de jurisdição da 13ª Subseção Judiciária de Franca/SP.

Proceda-se ao registro e autuação da presente portaria.

Remeta-se cópia à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para ciência e publicação no Diário Oficial da União (Resolução CNMP nº 23/2007, art. 4º, VI; c/c Resolução CSMPF nº 87/2006, art. 6º e art. 16, §1º, I).

DANIELA PEREIRA BATISTA POPPI

PORTARIA Nº 36, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através do Procurador da República signatário, e considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta da Peça Informativa Cível nº 1.34.014.000350/2012-25, instaurada a partir de representação formulada por GERSON COSTA, DETERMINA a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível ocupação irregular em terreno de marinha, com construção que acarretou aterramento de curso d'água, em imóvel localizado na Av. Dr. Manoel Hipólito do Rego, n. 1430, bairro Pontal da Cruz, em São Sebastião. A responsabilidade dos fatos é imputada a EVARISTO DOMINGOS DE VINCENZO.

Determino, ainda, a realização das seguintes diligências: a) o registro da presente portaria; b) a comunicação da instauração do ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06; c) a adoção das diligências iniciais indicadas no despacho de conversão, constante dos autos.

FERNANDO LACERDA DIAS

PORTARIA Nº 41, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil Público. PRM-BAU-SP-00004964/2012

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

Considerando que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III - Lei Complementar nº 75/93, art. 5º, V, "a");

Considerando o recebimento de representação (em anexo) subscrita pelo cidadão e advogado Osvaldo Paes de Almeida em face dos prefeito e vice-prefeito do município de Botucatu/SP, Sr. João Cury Neto e Sr. Antônio Luiz Caldas Júnior, relativamente à contratação da Empresa J. Nassif Engenharia e Comércio Ltda, Contrato N° 314/2011 no valor de R$ 787.323,45, para "construção de galerias de águas pluviais na Rua Tenente João Francisco Na Vila dos Lavradores em Botucatu", com repasse de verbas públicas federais da União - Ministério das Cidades N ° 0313775-82/2009, Programa GPD n° 0229823-81/2007;

Considerando que dentre as irregularidades noticiadas consta que: a) as obras não foram concluídas ou iniciadas, b) que mesmo após dez meses de expiração de seu prazo de vigência de 120 dias, foram assinados dois aditivos na mesma data de 27/05/2012, com a mesma empresa, nº 330, no valor de R$ 25.076,48, e n° 031 no valor de R$ 74.890,44, fundamentados no art. 65 § 1° da Lei de licitação;

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12 da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar a ocorrência das irregularidades noticiadas, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos federais liberados pelo Ministério das Cidades, ao município de Botucatu/SP, para obras de construção de galerias de águas pluviais , através do Repasse do Ministério das Cidades N° 0313775-82/2009, bem como, se o caso, adotar as providências pertinentes de responsabilização por atos de lesão ao erário;

Fica determinado ainda:

a) sejam providenciados as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema UNICO, em razão do quanto deliberado na presente Portaria;

b) a expedição de ofício para o Prefeito do Município de Botucatu, enviando-lhe cópia da representação e documentos que a acompanham, para que se manifeste sobre o teor do denunciado, especificamente quanto à aplicação dos recursos públicos federais objeto do repasse n° 0313775-82/2009, GPD 0229823-81/2007, do Ministério das Cidades, que redundou na contratação da empresa J. Nassif Engenharia e Comércio Ltda., para construção de águas galerias de águas pluviais na rua Tenente João Francisco, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive com envio de cópia de contrato, termos de aditivo e planilhas de custo unitárias, pagamentos já efetuados à contratada e quantitativo de obras já executadas;

c) a expedição de ofício para o Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal em Bauru, enviando-lhe cópia da representação e documentos que a acompanham, para que se manifeste, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sobre o quanto denunciado, especificamente quanto à aplicação dos recursos públicos federais objeto do repasse n° 0313775-82/2009, GPD 0229823-81/2007 Ministério das Cidades, para o município de Botucatu, bem como sobre a regularidade do procedimento de licitação respectivo, da escorreita aplicação dos recursos públicos federais, dos prazos de execução e da qualidade das obras e também da adequação dos valores da contratação firmada com a empresa J. Nassif Engenharia e Comércio Ltda.;

d) a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Patrimônio Público e Social, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

e) a designação da servidora Samantha de Almeida Moreira Grespan, Técnica Administrativa, como secretária, para fins de auxiliar na instrução do presente Inquérito;

f) que a SUBJUR acompanhe o vencimento do prazo fixado no artigo 9º, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se nos autos e restituindo-os com minuta de despacho de prorrogação, se necessário;

g) seja certificado o cumprimento das diligências aqui determinadas.

Publique-se através de afixação de cópia no átrio dessa unidade.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO

PORTARIA Nº 42, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil Público. PRM-BAU-SP-00004968/2012. I. C. P. Nº 1.34.003.000340/2012-19

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

Considerando que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III - Lei Complementar nº 75/93, art. 5º, V, "a");

Considerando o recebimento de representação subscrita pelo cidadão e advogado Osvaldo Paes de Almeida em face dos prefeito e vice-prefeito do município de Botucatu/SP, Sr. João Cury Neto e Sr. Antônio Luiz Caldas Júnior, relativo à aplicação de recursos públicos federais oriundos da União - Ministério das Cidades às contratações das empresas:

a) Comercial 3D do Brasil Ltda, Contrato N°529/2010, no valor de R$ 543.003,48 para " Cobertura da quadra poliesportiva do Estádio Municipal João Roberto Pilan", com repasse n° 0314972-92/2009-Programa Esporte e Lazer na Cidade- Ministério dos Esportes;

b) Negrão & Negrão Construtora Ltda-ME, Contrato N° 528/2010, no valor de R$ 341.000,00 para " reforma da cobertura da quadra poliesportiva do Estádio Municipal João Roberto Pilan ", com repasse n° 0264968-90/2009, Programa Esporte e Lazer do Ministério dos Esportes;

Considerando que dentre as irregularidades noticiadas consta: a) o fracionamento do contrato de reforma da quadra poliesportiva do estádio João Roberto Pilan n° 529/2010 , assinado em 14/12/2010, quando confrontado com o contrato de n° sequencial 528/10, cujo objeto é a construção da primeira parte dos vestiários e arquibancada do mesmos estádio, obra contratada com a empresa Negrão & Negrão Construtora Ltda-ME ; b) realização de Termo de Aditamento n° 037/2012 para o contrato n° 529/10 com a empresa Comercial 3D, datado de 24/02/2012, por 60 dias, no valor de R$ 44.161,77, o que teria ocorrido após o encerramento do contrato, que se deu em 14/12/2010; c) a pactuação de dois Termos de Aditivo para o contrato n° 528/10, quais sejam: 1) primeiro Termo de Aditivo N° 681/2011, em 06/12/2011 à 05/02/2012 (por 60 dias), após o encerramento do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

prazo contratual, que teria se dado aos 15/6/2011, e 2) segundo Termo de N° 055/2012 em 27/2/2012, por mais mais 60 dias de prazo.

R e s o l v e, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12 da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar a ocorrência das irregularidades noticiadas, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos federais liberados pelo Ministério dos Esportes, ao município de Botucatu/SP, para obras de Cobertura e Reforma da cobertura da quadra poliesportiva do Estádio Municipal João Roberto Pilan , através dos repasses nº 0314972-92/2009 e n° 0264968-90/2009, contratos que totalizam o valor de R$ 884.603,48, bem como, se o caso, adotar as providências pertinentes de responsabilização por atos de lesão ao erário;

Fica determinado ainda:

a) sejam providenciados as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema UNICO, em razão do quanto deliberado na presente Portaria;

b) a expedição de ofício para o Prefeito do Município de Botucatu, enviando cópia da representação e documentos que a acompanham, para que se manifeste sobre o quanto denunciado acerca da contratação das obras e empresas contratadas mencionadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive requisitando-se-lhe cópia dos contratos, termos de aditivo, planilhas de preço unitários e pagamentos realizados às empresas contratadas ;

c) a expedição de ofício para o c) Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal em Bauru, enviando-se-lhe cópia da denúncia e requisitando-se-lhe a remessa dos seguintes documentos e informações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias: 1) cópias dos contratos de repasse n° 0264968-90/2009 e n° 0314972-92/2009 e respectivos aditivos, firmados com o Município de Botucatu, relativos ao programa esporte e lazer na cidade (Ministério dos Esportes); 2) manifestação sobre a regularidade na aplicação das verbas públicas federais repassadas ao município de Botucatu, quanto a tais repasses, diante do quanto denunciado; 3) manifestação sobre a qualidade e o andamento/conclusão das obras, eventuais motivos de atraso/paralisação na execução, bem como se plausíveis ou justificáveis os atrasos porventura verificados; 4) O montante dos valores já repassados, com respectivas datas e eventuais inadimplências, caso existam;

d) a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Patrimônio Público e Social, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

e) a designação da servidora Samantha de Almeida Moreira Grespan, Técnica Administrativa, como secretária, para fins de auxiliar na instrução do presente Inquérito;

f) que a SUBJUR acompanhe o vencimento do prazo fixado no artigo 9º, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se nos autos e restituindo-os com minuta de despacho de prorrogação, se necessário;

g) seja certificado o cumprimento das diligências aqui determinadas.

Publique-se através de afixação de cópia no átrio dessa unidade.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO

PORTARIA Nº 43, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil Público. PRM-BAU-SP-00004969/2012. ICP Nº 1.34.003.000341/2012-63

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

Considerando que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III - Lei Complementar nº 75/93, art. 5º, V, "a");

Considerando o recebimento de representação subscrita pelo cidadão e advogado Osvaldo Paes de Almeida em face dos prefeito e vice-prefeito do município de Botucatu/SP, Sr. João Cury Neto e Sr. Antônio Luiz Caldas Júnior, relativamente ao anúncio, "há tempos", mas sem o efetivo início, de obras de estruturação do Ginásio Municipal Mário Covas, orçada no valor de R$ 989.512,54, com repasse do Ministério do Esporte, através da Caixa Econômica Federal e, segundo o denunciante, sem que até o momento se tenha notícia de que foi firmado contrato de execução dos serviços;

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12 da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar a ocorrência das irregularidades noticiadas, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos federais liberados pelo Ministério dos Esportes , através da Caixa Econômica Federal, ao município de Botucatu/SP, para obras de Estruturação do Ginásio Municipal Mário Covas, orçada no valor de R$ 989.512,54, bem como, se o caso, adotar as providências cabíveis;

Fica determinado ainda:

a) sejam providenciados as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema UNICO, em razão do quanto deliberado na presente Portaria;

b) a expedição de ofício para o Prefeito do Município de Botucatu, enviando cópia da representação e documentos que a acompanham, para que se manifeste sobre o quanto denunciado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

c) a expedição de ofício ao Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal em Bauru, enviando-se-lhe cópia da representação e documentos que a acompanham, bem como requisitando-se-lhe que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias: 1) se manifeste sobre o quanto denunciado; 2) envie cópia do contrato de repasse de verbas públicas para o Município de Botucatu, relativo à "Estruturação do Ginásio Municipal Mário Covas", orçada no valor de R$ 989.512,54, repasse do Ministério dos Esportes; 3) informe sobre a o início da obra, eventuais motivos de atraso/paralisação na referida contratação e cronogramas pactuados, além da compatibilidade dos preços e qualidade dos serviços porventura já executados;

d) a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Patrimônio Público e Social, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

e) a designação da servidora Samantha de Almeida Moreira Grespan, Técnica Administrativa, como secretária, para fins de auxiliar na instrução do presente Inquérito;

f) que a SUBJUR acompanhe o vencimento do prazo fixado no artigo 9º, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se nos autos e restituindo-os com minuta de despacho de prorrogação, se necessário;

g) seja certificado o cumprimento das diligências aqui determinadas.

Publique-se através de afixação de cópia no átrio dessa unidade.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO

PORTARIA Nº 44, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil Público PRM-BAU-SP-00004970/2012. 1I. C. P. Nº 1.34.003.000342/2012-16

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

Considerando que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III - Lei Complementar nº 75/93, art. 5º, V, "a");

Considerando o recebimento de representação subscrita pelo cidadão e advogado Osvaldo Paes de Almeida em face dos prefeito e vice-prefeito do município de Botucatu/SP, Sr. João Cury Neto e Sr. Antônio Luiz Caldas Júnior, relativamente a supostas irregularidades ocorridas no fracionamento e prorrogação de contratos de obras de construção civil, firmados pelo Município de Botucatu com a empresa Construart Comércio e Construções Ltda. ME, custeadas com verbas públicas federais oriundas do Ministério do Turismo, através de contrato de repasse firmado com a Caixa Econômica Federal, para "Reforma da Praça do Bosque, sanitário e fonte luminosa";

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12 da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar a ocorrência das irregularidades noticiadas, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos federais liberados pelo Ministério do Turismo, através da Caixa Econômica Federal, ao município de Botucatu/SP, bem como, se o caso, adotar as providências cabíveis;

Fica determinado ainda:

a) sejam providenciados as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema UNICO, em razão do quanto deliberado na presente Portaria;

b) a expedição de ofício para o Prefeito do Município de Botucatu, enviando cópia da representação e documentos que a acompanham, para que se manifeste sobre o quanto denunciado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

c) a expedição de ofício ao Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal em Bauru, enviando-se-lhe cópia da representação e documentos que a acompanham, bem como requisitando-se-lhe que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias: 1) se manifeste sobre o quanto denunciado; 2) envie cópia do contrato de repasse de verbas públicas para o Município de Botucatu, relativo à "Reforma da Praça do Bosque, sanitário e fonte luminosa", orçada no valor de R$ 176.263,36, repasse do Ministério do Turismo; 3) informe sobre a o início da obra, eventuais motivos de atraso/paralisação na referida contratação e cronogramas pactuados, além da regularidade contratual e compatibilidade dos preços e qualidade dos serviços porventura já executados;

d) a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Patrimônio Público e Social, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

e) a designação da servidora Samantha de Almeida Moreira Grespan, Técnica Administrativa, como secretária, para fins de auxiliar na instrução do presente Inquérito;

f) que a SUBJUR acompanhe o vencimento do prazo fixado no artigo 9º, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se nos autos e restituindo-os com minuta de despacho de prorrogação, se necessário;

g) seja certificado o cumprimento das diligências aqui determinadas.

Publique-se através de afixação de cópia no átrio dessa unidade.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO

PORTARIA Nº 35, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através do Procurador da República signatário, e considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta da Peça Informativa Cível nº 1.34.014.000349/2012-09, instaurada a partir de representação formulada por MARIA FERNANDA CARBONELLI MUNIZ e também pela ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO CANTO DO MOREIRA (AACM), DETERMINA a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível dano ambiental em razão de um acidente envolvendo um caminhão da BR DISTRIBUIDORA (PETROBRÁS), ocorrido no dia 06/09/2012, na Rodovia SP-55, próximo ao córrego Canto do Moreira, na praia de Maresias, que resultou no derramamento de 15 mil litros de óleo diesel

Determino, ainda, a realização das seguintes diligências: a) o registro da presente portaria; b) a comunicação da instauração do ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06; c) a adoção das diligências iniciais indicadas no despacho de conversão, constante dos autos.

FERNANDO LACERDA DIAS

PORTARIA Nº 313, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

PR-SP-00060971/2012. Autos n.º 1.34.001.001795/2012-71

O Ministério Público Federal, por este Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 2.º, §6.º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o §7.º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo n.º 1.34.001.001795/2012-71 tem por objeto apurar possível comportamento inadequado dos maquinistas, que atuam na malha paulista, ao acionarem a buzina das locomotivas em perímetro urbano, especialmente no período noturno, em intensidade superior aos limites fixados pela NBR 10.151 e demais normas técnicas.

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas;

Resolve, com base no artigo 6.º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar n.º 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4.º e 12, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar possível comportamento inadequado dos maquinistas, que atuam na malha paulista, ao acionarem a buzina das locomotivas em perímetro urbano, especialmente no período noturno, em intensidade superior aos limites fixados pela NBR 10.151 e demais normas técnicas.

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o n.º 1.34.001.001795/2012-71, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação dos servidores Marcos Antonio Mancuso, Técnico Administrativo, como Assessor e André Luís Toshiyuki S. De Castro, Técnico Administrativo, para fins de auxiliarem na instrução do presente ICP.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4.º, inciso VI e artigo 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 27, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Procedimento Administrativo nº 1.35.000.000359/2012-58. Assunto: Apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais provenientes do Ministério da Educação no município de Japaratuba/SE.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, oficiante junto ao 2º Ofício do Patrimônio Público da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 6º, VII "d", da Lei Complementar nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público a proteção e a defesa de interesses difusos e coletivos, conforme disposições do art. 129, inciso III, da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Complementar nº 75/1993, em seu artigo 6º, inciso VII, 'd', dispõe ser função institucional do Órgão Ministerial da União promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;

Considerando que a educação é direito fundamental, positivado no art. 6º da Constituição Federal, e diretamente ligado ao direito fundamental da dignidade da pessoa humana, insculpido no art. 1º, III, da Constituição Federal;

Considerando as informações contidas no procedimento administrativo nº 1.35.000.000359/2012-58 instaurado a partir de relatório de fiscalização produzido pela Controladoria da União em Sergipe;

Considerando que as informações colacionadas até o momento são suficientes à instauração de inquérito civil público, nos termos do art. 2º, inciso II e §4º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, e do art. 4º, inciso II e §1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF (com redação dada pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 06/04/2010);

Resolve converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.35.000.000359/2012-58, pela Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC), nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais provenientes do Ministério da Educação no município de Japaratuba/SE;

2. Nomeação da servidora Alessandra Cavalcante Vasconcellos, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e do art. 5º, V, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF (com redação dada pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 06/04/2010), para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício no 2º Ofício do Patrimônio Público, sendo desnecessária a colheita de termo de compromisso;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à Divisão de Veiculação de Atos Oficiais por meio eletrônico (para o endereço publica@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF) com cópia à 5º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Patrimônio Público e Social) para ciência;

4. Afixação da presente portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Estado de Sergipe (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP).

Como providência investigatória inicial necessária à continuidade da instrução do feito, determino:

Expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Japaratuba/SE para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias sobre as constatações 1.1.1.1 - 1.1.1.3 - 1.2.1.1 - 1.2.1.3 - 1.2.1.4 - 1.2.2.1 - 1.2.2.3 - 1.2.2.5 - 1.2.2.6 - 1.2.2.7 - 1.2.2.9 - 1.2.2.10 - 1.3.1.1 e 1.4.1.1 do Relatório de Fiscalização nº 034052 produzido pela CGU/SE em virtude do 34º Sorteio Público.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

HEITOR ALVES SOARES

PORTARIA Nº 70, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Procedimento Administrativo número 1.35.000.000340/2012-10

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencado nos artigos 127 e 129 da Constituição da República Federativa do Brasil (CR/1988);

CONSIDERANDO a incumbência prevista no artigo 6.º, inciso VII, alíneas "a" e "d", e artigo 7.º inciso I, ambos da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que o objeto do presente apuratório se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal no Estado de Sergipe;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e também o contido na Resolução 23/ 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

CONSIDERANDO os elementos constantes destes autos de apuração.

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de tornar efetiva a proteção dos direitos humanos e fundamentais em relação ao objeto em exame.

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS): a apurar

OBJETO: apurar possível irregularidade decorrente na utilização de transporte escolar, em finalidade diversa, no município de Lagarto/se.

1. Autue-se a presente portaria e o apuratório específico que a acompanha como inquérito civil, no âmbito da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão;

2. Cumpra-se o disposto na Inspeção Ordinária 01/2012;

3. Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, para os fins previstos nos artigos 5º., inciso VI, e 16, § 1º., inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF; bem como artigos 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP;

RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 164, DE 3 SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que o Ministério Público, nos termos dos artigos 127, caput e 129, inciso II da Constituição Federal de 1988 e dos artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 75 de 1993, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas e providências adequadas e necessárias para tanto;

Considerando que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205, CF)

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos e zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CR/88;

CONSIDERANDO as atribuições da Procuradoria da República no Município de Araguaína, com espeque no art. 11 da Resolução nº 01/2012 da Procuradoria da República no Estado do Tocantins;

Considerando que este Parquet tomou conhecimento, por meio de correio eletrônico, da existência de cursos de graduação ofertados pelo Instituto de Ensino Superior e Pesquisa de Araguaína, no município de Araguaína-TO;

Considerando que, após consulta à lista de instituições de ensino superior credenciadas pelo Ministério da Educação no Estado do Tocantins, não foi encontrada a referida instituição;

Considerando que, em pesquisa feita no síto do MEC (http://emec.mec.gov.br), não foi encontrado nenhum registro da referida instituição, não sendo possível, portanto, a oferta de cursos de graduação no Estado do Tocantins;

Considerando, que, acessando o endereço eletrônico http://iespacursos.com.br/contatoiespaaraguaina.html, constata-se que a pretensa Instituição de Ensino Superior encontra-se em pleno funcionamento, com inscrições abertas para processo seletivo até o dia 06 de setembro, com provas marcadas para o dia 09 do mesmo mês.;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Como providências iniciais, DETERMINA-SE:

I - encaminhe-se à COOJUR para registro no âmbito da PR/TO;

II - comunique-se a instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, encaminhado-se cópia da presente portaria, por meio eletrônico, para publicação;

III - fica designado a Servidora Marianne Ribeiro Paes Castro Pamplona, Mat. Nº 23715, para secretariar os trabalhos;

IV - proceda-se à afixação de cópia da presente Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias;

V - expeça-se, com urgência, recomendação ao IESPA no sentido de suspender a realização do processo seletivo marcado para o próximo dia 09 de setembro, oportunidade em que se deve requisitar informações sobre reconhecimento dos cursos ofertados e a lista de todas as pessoas que se inscreveram no processo seletivo;

VI - junte-se aos autos as impressões do sítio da IESPA em que constam a afirmação de que os cursos são reconhecidos pelo MEC;

VI - cumpridas as formalidades, os autos devem voltar ao Gabinete do Ofício Único da Procuradoria da República no Município de Araguaína.

Cumpra-se.

JOÃO RAPHAE LIMA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.647, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 127 e artigo 129, inciso III e VI da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII, artigo 8º e artigo 84, inciso II da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo da Representação nº 000030.2012.01.006/3-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da empresa AMME DESIGN E MODULADOS LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob o número 05.797.594/0001-27, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora, relacionadas à extinção do contrato de trabalho (9.9.4. empregado forçado a pedir demissão em razão de suposta falência da empresa);

CONSIDERANDO que em atenção ao OFÍCIO PRT 1ª REGIÃO/PTM NITERÓI 602/Nª 71494/2012 de fls. 29 a empresa AMME DESIGN E MODULADOS LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob o número 05.797.594/0001-27, apresentou a documentação acostada às fls. 30/245;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que a matéria tratada nos presentes autos versa sobre o descumprimento de normas trabalhistas que asseguram patamar mínimo civilizatório ao indivíduo que labora, revelando-se imperiosa a tentativa de composição extrajudicial da controvérsia em apreço, na forma preconizada pelo artigo 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85, mediante designação de audiência administrativa a ser realizada na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói;

CONSIDERANDO que o Termo de Ajustamento de Conduta tem por fim tomar do interessado o compromisso de ajustar sua conduta às exigências legais;

CONSIDERANDO que em essência, esse instrumento de composição extrajudicial consiste no ajuste de conduta que visa à adequação do comportamento às exigências legais. Ou seja, tem por finalidade buscar o cumprimento da lei de forma espontâne;

CONSIDERANDO que o Termo de Ajustamento de Conduta tem natureza eminentemente preventiva, buscando prevenir a prática, a continuação ou a repetição da ilegalidade detectada. Em outras palavras: o Termo de Ajustamento de Conduta visa a uma conduta futura, a fim de que, doravante, a investigada observe a legislação, pratique este ou aquele ato ou se abstenha de proceder desta ou daquela maneira;

CONSIDERANDO que a respeito do tema, vale destacar o autorizado magistério doutrinário de MAX ZUFFO, quando nos ensina que "Seu objeto, como se pode extrair da sua previsão legal, é necessariamente a adequação da conduta do agente que tenha causado ou venha a causar dano a qualquer um dos interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos tutelados por meio de ação civil pública às determinações legais, sendo condição de validade do ajustamento de condutas a integral reparação do dano causado ao bem lesado, ou o completo afastamento do risco ao bem jurídico difuso";

CONSIDERANDO que no dizer de HUGO NIGRO MAZZILLI, in "A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo", pág. 366, "o compromisso de ajustamento de conduta é garantia mínima, não limite máximo de responsabilidade", de maneira que as obrigações pactuadas podem assumir uma das seguintes características e possibilidades, a saber: a) adequar a conduta do(s) investigado(s) às exigências legais ou normativas (natureza corretiva); b) cessar a ameaça de dano (natureza preventiva); c) reparar o dano verificado (natureza reparatória) e, d) compensar os danos que não possam ser reparados (natureza compensatória);

CONSIDERANDO que no que diz respeito aos limites da transação quanto ao prazo e forma de cumprimento da obrigação prescrita em lei, a doutrina de RAIMUNDO SIMÃO DE MELO, in "Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho", pág. 78, nos ensina que "A natureza jurídica do termo de ajustamento de conduta é de título executivo extrajudicial, como já se viu. Não se trata, como pode parecer à primeira vista, de transação nem de acordo quanto à pretensão porque os legitimados não podem dispor dos interesses e direitos difusos da coletividade. O que eles podem é transigir quanto ao prazo e forma de cumprimento da obrigação prescrita em lei. Os legitimados concorrentes só têm disponibilidade processual, podendo até desistir da ação civil, mas não podem, em regra, dispor do direito material";

CONSIDERANDO que CELSO FIORILLO, MARCELO ABELHA e ROSA NERY, com propriedade, asseveram que "Vale lembrar que se trata de um ajuste de conduta. E, se é a lei quem prevê a conduta correta que deve ter aquele fornecedor infrator, obviamente que este compromisso feito pelo Ministério Público, não deve, jamais, ficar aquém do que diz a lei. Ao contrário, deve regularizar, tornar justo, conforme os ditames da lei, o proceder do infrator";

CONSIDERANDO que sobre o tema, ainda, vale destacar a lição de EDSON BRAZ DA SILVA, quando afirma que o Termo de Ajustamento de Conduta é um ato negocial restrito e não constitui uma transação no sentido do artigo 1.025 do Código Civil, pois não são possíveis nesse instrumento as concessões mútuas caracterizadoras da transação;

CONSIDERANDO que o compromissado obriga-se a se adequar à lei no tempo, modo e lugar aceitos pelo compromitente, sob pena de sofrer as cominações estipuladas no instrumento, e este promete não ajuizar a ação civil se houver a adequação da conduta à lei no prazo e condições pactuadas;

CONSIDERANDO que, na mesma direção, é a doutrina de FERNANDO GRELLA VIEIRA, in "Ação Civil Pública: Lei 7.347/1985 - 15 anos" - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 281, quando assevera que "Em razão da natureza indispensável dos interesses difusos ou coletivos e mesmo da tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, a liberdade de estipulação fica restrita ao modo, tempo, lugar e condições de cumprimento das obrigações pelo autor do dano, devendo o ajustamento às "exigências legais" (obrigações) traduzir integral satisfação da ofensa, tal como seria objeto do pedido da ação civil pública, sendo indispensável a existência de procedimento ou inquérito civil contendo o completo esclarecimento do fato e a adequação e suficiência das obrigações para a efetiva reparação.";

CONSIDERANDO que igual entendimento é compartilhado por HUGO NIGRO MAZZILLI, in "O Inquérito Civil", Capítulo 30, págs. 309/310 e 318/320, quando sustenta posição no sentido de que "Tal como está previsto no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, o compromisso de ajustamento é um termo de obrigação de fazer ou não fazer, tomado por um dos órgãos públicos legitimados à propositura da ação civil pública ou coletiva, mediante o qual o causador do dano a interesses transindividuais (meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, ordem urbanística etc) se obriga a adequar sua conduta às exigências da lei, sob pena de cominações pactuadas no próprio instrumento, o qual terá força de título executivo extrajudicial. (...) Apesar de não ser contrato, o compromisso tem natureza consensual, ou seja, é ato administrativo negocial, porque, se de um lado o causador do dano se obriga no campo do direito material, de outro lado o administrador aceita a solução. Mas, ao contrário de uma transação vera e própria do direito civil, na qual as partes transigentes fazem concessões mútuas para terminarem o litígio, já na área dos interesses transindividuais temos o compromisso único e exclusivo do causador do dano (compromitente), que acede voluntariamente em ajustar sua conduta de modo a submetê-la às exigências legais, sob cominações ajustadas no próprio termo (objeto). De sua parte, o órgão público legitimado que toma o compromisso (compromissário), não se obriga a conduta alguma, exceto, como decorrência implícita, a não agir judicialmente contra o compromitente em relação àquilo que foi objeto do ajuste, enquanto este venha a ser cumprido, exceto se sobrevier alteração da situação de fato (cláusula rebus sic stantibus implícita), ou se o caso envolver interesse público indisponível. (...) Convém insistir em que, para plena eficácia do título executivo, o acordo deverá: a) versar compromisso de ajustamento de conduta; ou b) sempre que possível, revestir a característica de liquidez, ou seja, obrigação certa, quanto à sua existência, e determinada, quanto ao seu objeto. São esta as principais características do compromisso de ajustamento: a) é tomado por temo por um dos órgãos públicos legitimados à ação civil pública ou à ação coletiva; b) nele não há concessões de direito material por parte do órgão público legitimado, mas sim por meio dele o causador do dano assume uma obrigação de fazer ou não fazer (ajustamento de conduta às obrigações legais); c) dispensam-se testemunhas instrumentais; d) dispensa-se a participação de advogados; e) não é colhido nem homologado em juízo; f)o órgão público legitimado pode tomar o compromisso de qualquer causador do dano, mesmo que este seja outro ente público (só não pode tomar compromisso de si mesmo); g) é preciso prever no próprio título as cominações cabíveis, embora não necessariamente a imposição de multa; b) o título deve conter obrigação certa, quanto à sua existência, e determinada, quanto ao seu objeto, e ainda deve conter obrigação exigível. O compromisso assim obtido constitui título executivo extrajudicial. (...) Se o compromisso de ajustamento vier a ser apresentado e homologado em juízo, o título passará a ser judicial. O compromisso de ajustamento de conduta é garantia mínima, não limite máximo de responsabilidade. Seu objeto o distingue de uma vera e própria transação do direito civil: esta versa interesses disponíveis de partes maiores e capazes. Ora, como os órgãos que o podem tomar não têm disponibilidade do direito material controvertido, o compromisso de ajustamento de conduta deve versar apenas a assunção de obrigação de fazer ou não fazer por parte do causador do dano, que deve ajustar sua conduta às exigências da lei. O tomador do compromisso de ajustamento, em troca da obrigação assumida por parte do causador do dano, não pode dispensar, renunciar ou mitigar outras obrigações legais do compromitente; pode, entretanto, estipular termos e condições de cumprimento das obrigações (modo, tempo, lugar etc)";

RESOLVE, com espeque no artigo 8º, § 1º da Lei Complementar nº 75/93 e no artigo 9º da Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000030.2012.01.006/3-602 em face da empresa AMME DESIGN E MODULADOS LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob o número 05.797.594/0001-27, e designar a servidora Susana da Silveira Mulin, ocupante do cargo de Analista Processual, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretária do presente inquérito civil;

ÉRICA DE ALMEIDA BONFANTE TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.045, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

O Procurador do Trabalho, ao final subscrita, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

O teor de representação (protocolo 008481, em 06/09/2012) dando conta do desligamento irregular realizado pela CLARO S/A de trabalhadores integrantes da CIPA, pois ainda em curso o prazo de garantia, sob o inverídico argumento de que extinto o estabelecimento sito na Rua Alberto Bins, nº 600, bairro Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90.303-140 (CNPJ 40.432.544/0093-65);

que a prática denunciada, em tese, viola, dentre outros, o disposto no art. 10, II "a" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público;

RESOLVE

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Representação nº 001491.2012.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JÚNIOR

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 522, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constitui?o Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85,

Considerando o teor dos autos do Procedimento 000911.2012.20.000/1, cuja representação inicial foi apresentada anonimamente, bem como da apreciação prévia proferida nos mesmos às fl.s.06/07;

Considerando que a representação versa sobre a possível violação de direitos e interesses metaindividuais, sob os seguintes temas:

TEMAS: 06. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO / 06.01. ASSÉDIO MORAL E DISCRIMINAÇÃO A TRABALHADORES / 06.01.01. Assédio Moral / 09. TEMAS GERAIS / 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS / 09.06. DURAÇÃO DO TRABALHO E PAGAMENTOS RESPECTIVOS / 09.06.03. Descanso e Intervalos / 09.06.03.01. Intervalo Intrajornada / 09.06.03. Descanso e Intervalos / 09.06.03.03. Descanso Semanal / 09.14. REMUNERAÇãO E BENEFÍCIOS / 09.14.09. Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios (campo de especificação obrigatória) / Complemento: salário e com base única e exclusivamente em comissão resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Instaurar Inquérito Civil em face de MOTOPOP LTDA (CNPJ 16.467.847/0001-10), para apura dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade.

Designar o servidor Weldon de Brito Fonseca, Técnico Administrativo, Matrícula 6005288-0, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

MANOEL ADROALDO BISPO

PORTARIA Nº 524, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85,

Considerando o teor dos autos do Procedimento 000909.2012.20.000/5, cuja representa?o inicial foi apresentada por pessoa com identidade sob sigilo, bem como da apreciação prévia proferida nos mesmos às fl.s.07/08;

Considerando que a representa?o versa sobre a possível violação de direitos e interesses metaindividuais, sob os seguintes temas:

TEMAS: 01. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO / 01.01. CONDIÇÕES DE TRABALHO, ÓRGÃOS E MEDIDAS DE PROTE?O / 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho / 09. TEMAS GERAIS / 09.06. DURA?O DO TRABALHO E PAGAMENTOS RESPECTIVOS / 09.06.01. Anotação e Controle da Jornada / 09.06.02. Jornada de Trabalho / 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face de TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA (CNPJ 11.552.312/0016-00), para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade.

Designar o servidor Weldon de Brito Fonseca, Técnico Administrativo, Matrícula 6005288-0, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

MANOEL ADROALDO BISPO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 68, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio da 1ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

Instaura o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.202551/12-62, que tem como interessados a Secretaria de Estado de Saúde do DF, Dinâmica Administração, Serviços e Obras, Ipanema Serviços Gerais e Transportes Ltda., Juiz de Fora Serviços Ltda., Apecê Serviços Gerais, visando a apuração de ato de improbidade e danos ao erário em contrato de prestação de serviço.

ROBERTO CARLOS SILVA
Promotor de Justiça

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA E REDISTRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Presidente da Turma: Senhor Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE
Às 10:59 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos virtuais:

DISTRIBUIÇÃO DE AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0090103-02.2007.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSE MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: EDELI DOS SANTOS SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500053-73.2011.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JUCELI FRANCISCA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500767-10.2009.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOÃO BATISTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504427-46.2008.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA FRANCIONE GOMES FAUSTINO
PROC./ADV.: CARLOS MENEZES DINIZ JÚNIOR
PROC./ADV.: IRAN DE BRITO MARROCOS FILHO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO: 0505549-23.2010.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL JOÃO DOS SANTOS
PROC./ADV.: LUIZ FELIPE COUTINHO DE MELO
PROC./ADV.: GONÇALO TAVARES DOREA JÚNIOR
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506392-54.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: JOSÉ PINHEIRO GUERRA
REQUERIDO(A): MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
PROC./ADV.: AUGUSTO CEZAR BESSA DE ANDRADE
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Indenização por dano moral - Responsabilidade do Fornecedor - Direito do Consumidor
PROCESSO: 0509318-85.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ DE FRANÇA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0512501-30.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: AMADEU ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0516405-92.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSE OLIMPIO FELIX
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0516714-50.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARTA DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.70.57.000638-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OVALDIR BORGES DE LIMA
PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LEITE
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.51.002500-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARISA JESUS FERREIRA ARIKAWA
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS NÓBREGA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF
ASSUNTO: Restabelecimento - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.54.000048-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROMILDA FACCHI
PROC./ADV.: WAGNER SEGALA
PROC./ADV.: HENRIQUE OLTRAMARI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.55.001047-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OURIVAL DA SILVA MEDEIROS
PROC./ADV.: RÉGIS DIEL
PROC./ADV.: RAFAEL H. VEECK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.63.005370-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JULEIDE DA COSTA
PROC./ADV.: LAURINDO JOSÉ DAGNESE
PROC./ADV.: NAILA MARIA DAGNESE
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço urbano - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.67.000912-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ENIO ROBERTO MAGNI
PROC./ADV.: IURI DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5001257-32.2011.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SERDIRLEIA APARECIDA ALVES MACHADO
PROC./ADV.: JOSÉ ENÉAS KOVALCZUK FILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

REDISTRIBUIÇÃO - ATRIBUÍDOS POR SUCESSÃO

PROCESSO: 0010125-49.2007.4.03.6309
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES BATISTA MENDONÇA QUEIROS
PROC./ADV.: SILMARA FEITOSA DE LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502025-53.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA VANUSA DO NASCIMENTO TEIXEIRA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0510506-70.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDVALDO JANUÁRIO DE SOUZA
PROC./ADV.: CONSTANTINO RIBEIRO DO CARMO
REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.70.53.005069-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: HELENA ALVES TORRES PAVINATI
PROC./ADV.: FERNANDA ZACARIAS GABRIEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília, 24 de setembro de 2012.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
3ª REGIÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 459, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum",
CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 184, de 12/1/2012, do Conselho da Justiça Federal, resolve:
Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2012, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NEWTON DE LUCCA

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1 .312 . 852,90 .	3.952,53	1.316.805,42
Pessoal Ativo	1.149.839	1.275	1.151.115
Pessoal Inativo e Pensionistas	163.014	2.677	165.691
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	160.077,48	3.952,53	164.030,01
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	732	0	732
Decorrentes de Decisão Judicial	297	0	297
Despesas de Exercícios Anteriores	7.452	3.943	11.395
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	151.596	10	151.605
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.152.775,41	0,00	1.152.775,41
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			600.187.795
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,192069 %	0,000000%	0,192069 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,356130%			2.137.448,79
LIMITE PRUDENCIAL (parágr afo único, art. 22 da LRF) 0,338324%			2.030.576,35

FONTE: Siafi Gerencial

ANDREA BUGANO PASSANEZI
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMELINO RABELO CUSTODIO
Diretor-Geral

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Aprova o Regimento Geral do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e dá outras providências.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que tratam os artigos 27 e 28, inciso II da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e de acordo com a deliberação adotada na Sessão Plenária Ordinária n° 10, realizada nos dias 5 e 6 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1° Aprovar o Regimento Geral do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), que constitui o Anexo desta Resolução.

Art. 2° A critério do Plenário do CAU/BR poderão ser realizados estudos para verificar a necessidade de atualização do Regimento Geral.

Art. 3° O CAU/BR adotará as seguintes ações, além de outras que se mostrarem necessárias, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação do Regimento Geral:

I - revisão e aprovação dos modelos dos atos administrativos normativos previstos no Regimento Geral;

II - reformulação dos atos administrativos normativos que contrariarem as disposições do Regimento Geral; e

III - aprovação de outros atos administrativos normativos que se façam necessários para o pleno cumprimento do Regimento Geral.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Fica revogado o Regimento Geral Provisório aprovado pela Resolução CAU/BR n° 1, de 15 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2011, Seção 1, páginas 104 a 107.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ
Presidente do Conselho

ANEXO

REGIMENTO GERAL DO CAU/BR

TÍTULO I - DAS FINALIDADES E DAS COMPETÊNCIAS. CAPÍTULO I - DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Seção I - Da Natureza e da Finalidade do CAU/BR. Art. 1° O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) é autarquia federal uniprofissional dotada de personalidade jurídica de direito público, que constitui serviço público federal, com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional, criado para cumprir sua finalidade de instância superior de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da profissão, visando a melhoria da qualidade de vida, a defesa do meio ambiente e a preservação do patrimônio cultural do País. Art. 2° No desempenho de seu papel institucional o CAU/BR exerce ações: I - orientadoras, disciplinadoras e fiscalizadoras; II - regulamentadoras; III - judicantes, decidindo em última instância as demandas instauradas nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF); IV - promotoras de condição para o exercício, a fiscalização e o aperfeiçoamento das atividades profissionais, podendo ser exercidas isoladamente ou em parceria com os CAU/UF, com as instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo nele registradas, com as entidades representativas de profissionais, com órgãos públicos e com a sociedade civil organizada; V - informativas, sobre questões de interesse público; e VI - administrativas, visando: a) gerir seus recursos e patrimônio; b) coordenar, supervisionar e controlar suas atividades; e c) supervisionar e contribuir para o funcionamento regular dos CAU/UF. Seção II - Da Competência do CAU/BR. Art. 3° Em conformidade com o art. 28 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, compete ao CAU/BR: I - zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização cultural e técnico-científica do exercício da Arquitetura e do Urbanismo; II - aprovar o seu Regimento Geral e suas alterações, respeitado o disposto no art. 10, parágrafo único, inciso I; III - aprovar o Código de Ética e Disciplina e suas alterações; IV - aprovar as Normas Eleitorais e suas alterações; V - editar, alterar e revogar resoluções, provimentos e os demais atos necessários à organização e

ao funcionamento do CAU/BR e dos CAU/UF; VI - adotar medidas para assegurar o funcionamento regular dos CAU/UF; VII - intervir nos CAU/UF quando constatada violação da Lei n° 12.378, de 2010, ou deste Regimento Geral; VIII - homologar os regimentos internos dos CAU/UF; IX - deliberar sobre as prestações de contas dos CAU/UF; X - firmar convênios com entidades públicas e privadas, observada a legislação aplicável; XI - autorizar a oneração ou a alienação de bens imóveis de sua propriedade; XII - julgar, em grau de recurso, as questões decididas pelos CAU/UF; XIII - inscrever empresas ou profissionais estrangeiros de Arquitetura e Urbanismo sem domicílio no País; XIV - criar órgãos colegiados com finalidades e funções específicas; XV - deliberar sobre todas as matérias administrativas e financeiras de interesse do CAU/BR, baixando os atos regulamentadores quando necessário; XVI - aprovar o Plano de Ação e Orçamento do CAU/BR e homologar os dos CAU/UF e as reformulações daquele e destes; XVII - manter relatórios públicos de suas atividades; XVIII - representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos federais que tratem de questões de exercício profissional referentes à Arquitetura e Urbanismo; XIX - aprovar e divulgar tabelas indicativas de honorários dos arquitetos e urbanistas; e XX - deliberar sobre a contratação de empresa de auditoria independente para auditar o CAU/BR e os CAU/UF, nos termos deste Regimento Geral, sem prejuízo das atribuições da auditoria interna. Seção III - Da Organização do CAU/BR. Art. 4° O CAU/BR tem sua estrutura e funcionamento definidos por este Regimento Geral. § 1° Para o desempenho de sua finalidade, o CAU/BR é organizado da seguinte forma: I - Plenário; II - Presidência; III - Conselho Diretor; IV - Comissões Ordinárias; V - Comissões Especiais; e VI - Colegiado Permanente com a participação das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas. § 2° Para o desempenho de atividades e funções específicas o CAU/BR poderá constituir comissões temporárias. Art. 5° Para a execução de suas ações, o CAU/BR é estruturado em unidades organizacionais responsáveis pelos serviços administrativos, financeiros, técnicos e jurídicos conforme organograma aprovado em norma própria pelo Plenário do CAU/BR. Parágrafo único. Ressalvados os empregos temporários necessários à implantação e instalação do CAU/BR, providos mediante processo seletivo simplificado, e os empregos de livre provimento e demissão, os empregados do CAU/BR serão contratados mediante aprovação em concurso público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 6° As unidades organizacionais do CAU/BR são: I - Gerência Geral; II - Secretaria Geral, com secretarias de apoio às comissões e aos órgãos colegiados; III - Gerências Técnica, Administrativa e Financeira; IV - Auditoria; V - Ouvidoria; VI - Assessoria Especial da Presidência; VII - Assessorias Técnica, Jurídica, de Relacionamento Institucional e Parlamentar, de Planejamento, de Comunicação e de Relações Internacionais. § 1° A Secretaria Geral e as Gerências Técnica, Administrativa e Financeira ficarão vinculadas e subordinadas à Gerência Geral. § 2° A Auditoria, a Assessoria Especial da Presidência e as Assessorias Técnica, Jurídica, de Relacionamento Institucional e Parlamentar, de Planejamento, de Comunicação e de Relações Internacionais ficarão vinculadas à Presidência. § 3° A Ouvidoria Geral, a ser instituída sob a forma de organismo vinculado diretamente à Presidência, atenderá ao seguinte: I - será instância consultiva; II - deverá ter como responsável um arquiteto e urbanista; III - terá papel de controle social do CAU, sendo um meio para que a sociedade tenha uma forma de relacionamento com o Conselho; e IV - será instituída pelo Plenário do CAU/BR. Art. 7° Fica instituído o Colegiado Permanente com a participação das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas (CEAU), a que se refere o art. 61 da Lei n° 12.378, de 2010, com atribuição para tratar das questões do ensino e exercício profissional. CAPÍTULO II - DO PLENÁRIO. Art. 8° O Plenário do CAU/BR é constituído por: I - 1 (um) conselheiro representante de cada Estado e do Distrito Federal; II - 1 (um) conselheiro representante das instituições de ensino superior de Arquitetura e Urbanismo. Parágrafo único. Cada conselheiro do CAU/BR terá 1 (um) suplente. Seção I - Da Competência do Plenário do CAU/BR. Art. 9° Compete ao Plenário: I - apreciar e decidir sobre as normas destinadas a regulamentar e executar a aplicação da lei e a resolver os casos omissos; II - regulamentar questões de integração com o Estado e a sociedade, de habilitação e fiscalização profissional; III - apreciar e decidir sobre normas relativas ao controle econômico-financeiro, de organização e de funcionamento do CAU/UF; IV - apreciar e decidir, quando couber, sobre ato do CAU/UF destinado a detalhar, especificar e esclarecer no âmbito de sua jurisdição as disposições contidas em resolução do CAU/BR; V - apreciar e decidir sobre o Regimento Geral do CAU/BR e suas alterações; VI - apreciar e decidir sobre diretrizes gerais para os regimentos dos CAU/UF; VII - homologar os regimentos dos CAU/UF e suas alterações; VIII - apreciar e decidir, em última instância, sobre matéria referente ao exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista; IX - apreciar e decidir sobre questões referentes ao esclarecimento e ao detalhamento das atribuições profissionais, atividades e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas, previstas no art. 2° da Lei n° 12.378, de 2010; X - julgar, em grau de recurso, as questões decididas pelos plenários dos CAU/UF; XI - apreciar e decidir sobre dúvidas suscitadas pelos CAU/UF; XII - apreciar e homologar o planejamento estratégico do CAU/BR; XIII - apreciar e decidir sobre o calendário anual de reuniões do CAU/BR proposto pelo Conselho Diretor; XIV - apreciar e decidir sobre proposta de constituição de órgão consultivo do CAU/BR; XV - posicionar-se sobre matérias de caráter legislativo, normativo ou contencioso em tramitação nos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; XVI - apreciar e decidir sobre ações de inter-relação com instituições públicas e privadas sobre questões de interesse da sociedade e do CAU/BR; XVII - apreciar e decidir sobre registro temporário de: a) empresas estrangeiras sem sede no País; e b) profissionais diplomados no exterior, sem domicílio no País; XVIII - apreciar e decidir sobre a indicação de profissional, instituição de ensino, entidade de classe, pessoa física ou jurídica de Arquitetura e Urbanismo a serem homenageados pelo CAU/BR; XIX - apreciar e decidir sobre o orçamento do CAU/BR, suas reformulações orçamentárias, a abertura de créditos suplementares e as transferências de recursos financeiros do CAU/BR; XX - estabelecer diretrizes orçamentárias e contábeis para formulação dos orçamentos dos CAU/UF, observando-se o disposto nos artigos 24 e 34 da Lei n° 12.378, de 2010; XXI - determinar a realização de auditoria financeira, contábil, administrativa, patrimonial e institucional no CAU/BR e nos CAU/UF; XXII - determinar, quando for o caso, a realização de tomada de contas especial no CAU/BR e nos CAU/UF de acordo com a legislação federal ou a partir de requisição do Tribunal de Contas da União; XXIII - apreciar e homologar, nos termos da legislação, as prestações de contas referentes às execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais do CAU/BR e dos CAU/UF; XXIV - intervir nos CAU/UF quando constatada violação da Lei n° 12.378, de 2010, ou deste Regimento Geral; XXV - autorizar o presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis do patrimônio do CAU/BR; XXVI - determinar a instauração de sindicância ou processo administrativo por indício de irregularidade de natureza administrativa ou financeira no CAU/BR e, quando couber, nos CAU/UF; XXVII - apreciar e decidir sobre destituição do presidente do CAU/BR; XXVIII - apreciar e decidir sobre a perda do mandato de conselheiro federal na forma da Lei n° 12.378, de 2010; XXIX - eleger, entre seus pares, e dar posse ao presidente do CAU/BR; XXX - apreciar e aprovar as Normas Eleitorais; XXXI - eleger os coordenadores das comissões ordinárias e, dentre estes, o primeiro e o segundo vice-presidentes do CAU/BR; XXXII - apreciar e decidir sobre a destituição dos vice-presidentes do CAU/BR; XXXIII - tomar conhecimento do licenciamento ou de renúncia do ocupante do cargo de presidente; XXXIV - tomar conhecimento de licenciamento ou de renúncia de conselheiro federal, apresentado pelo presidente; XXXV - instituir e compor comissões ordinárias, especiais e temporárias e aprovar os objetivos e prazos destas últimas; XXXVI - eleger os coordenadores das comissões especiais e temporárias; XXXVII - apreciar e decidir sobre a destituição dos coordenadores das comissões ordinárias; XXXVIII - apreciar e decidir sobre a destituição dos coordenadores das comissões especiais e temporárias; XXXIX - apreciar e decidir sobre atos administrativos de competência do presidente; XL - apreciar e decidir sobre ato do presidente que suspendeu os efeitos de decisão do Plenário; XLI - apreciar e decidir sobre matéria aprovada ad referendum pelo presidente; XLII - apreciar e decidir sobre matéria encaminhada pelo presidente ou por comissão; XLIII - apreciar e decidir sobre a representação do CAU/BR em qualquer instância e no desempenho de missão específica; XLIV - aprovar os planos de ação e orçamento do CAU; XLV - constituir delegação de representantes do CAU/BR em missão específica e apreciar relatórios de suas atividades; XLVI - homologar o registro de profissionais estrangeiros ou brasileiros diplomados no exterior; e XLVII - apreciar e deliberar sobre representações internacionais do CAU/BR e sobre composição de missões ao exterior. Parágrafo único. Farão uso da palavra em Plenário: I - conselheiros federais ou suplentes na titularidade; II - convidados, servidores e colaboradores do CAU/BR, quando solicitados; III - outras pessoas, a juízo do presidente ou do Plenário. Art. 10. O Plenário do CAU/BR manifesta-se sobre assuntos de sua competência, mediante ato administrativo da espécie deliberação plenária, normativa ou ordinatória, ou resolução. Parágrafo único. Serão tomadas por maioria simples as manifestações do Plenário, ressalvados os seguintes casos: I - pela maioria absoluta de seus membros, nas matérias de que trata o inciso V do art. 9° deste Regimento Geral; II - pela maioria de 3/5 (três quintos) de seus membros, nas matérias de que tratam os incisos XXVII, XXXII e XXXVII do art. 9° deste Regimento Geral. CAPÍTULO III - DO CONSELHEIRO DO CAU/BR. Art. 11. O conselheiro do CAU/BR é o profissional eleito como representante dos arquitetos e urbanistas da Unidade da Federação ou representante das instituições de ensino superior de Arquitetura e Urbanismo, de acordo com legislação específica. Art. 12. O conselheiro federal e seu suplente assinam os respectivos termos de posse na sessão plenária do CAU/BR convocada para este fim, com efeitos a partir do primeiro dia do período de mandato para o qual foram eleitos. Art. 13. O exercício do cargo de conselheiro do CAU/BR é honorífico. Art. 14. O mandato de conselheiro do CAU/BR tem duração de três anos, iniciando-se em 1° de janeiro do primeiro ano e encerrando-se no dia 31 de dezembro do terceiro ano do mandato para o qual foi eleito. Art. 15. É vedado ao profissional ocupar o cargo de conselheiro do CAU/BR por mais de dois mandatos sucessivos, estando ele na condição de conselheiro federal ou de suplente. Art. 16. A licença ou renúncia de conselheiro do CAU/BR deverá ser comunicada por escrito ao presidente. Parágrafo único. No caso de licença, o conselheiro deverá informar o período de sua duração, podendo suspendê-la a qualquer tempo. Art. 17. O conselheiro do CAU/BR impedido de atender à convocação para participar de reunião plenária, reunião, missão ou evento de interesse do CAU/BR deve comunicar, por escrito, o fato ao presidente ou pessoa designada por ele. Art. 18. O conselheiro do CAU/BR é substituído em suas faltas, impedimentos, licenças ou renúncia por seu suplente, o qual deverá ser convocado pelo presidente. Parágrafo único. O suplente de conselheiro federal exerce as competências deste quando no exercício do cargo. Art. 19. É vedada a convocação e designação concomitante do conselheiro federal e do seu suplente para reunião plenária, reunião, missão ou evento de interesse do CAU/BR. § 1° Iniciada a sessão plenária, reunião, missão ou evento, não será permitida a substituição do conselheiro nela presente. § 2° É facultado ao suplente de conselheiro federal, desde que sem ônus para o CAU/BR, participar das reuniões das comissões ordinárias e das reuniões plenárias do CAU/BR, na qualidade de observador, com direito a voz. Art. 20. O conselheiro federal, que durante um ano faltar sem justificativa a três reuniões consecutivas ou não, perderá o mandato, passando este a ser exercido por seu suplente em caráter permanente. § 1° Para efeito do disposto no caput deste artigo, o período de um ano compreende o ano civil. § 2° A justificativa a que se refere o caput deste artigo deverá ser encaminhada ao presidente do CAU/BR ou pessoa por ele designada e apresentada até três dias após o término da reunião, devendo constar em ata. § 3° As reuniões consideradas no caput deste artigo são as reuniões plenárias do CAU/BR e as reuniões de comissões ordinárias. Art. 21. A complementação de mandato de conselheiro federal pelo suplente, em caráter permanente, é considerada efetivo exercício de mandato. Art. 22. Ao conselheiro federal e ao seu suplente é vedado acumular cargo ou função, com ou sem remuneração, no CAU/BR ou CAU/UF. Art. 23. Compete ao conselheiro federal: I - cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação federal, das resoluções, das deliberações plenárias e dos atos administrativos baixados pelo CAU/BR e deste Regimento Geral; II - cumprir e zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Disciplina; III - acompanhar a execução do orçamento do CAU/BR; IV - participar das atividades do Plenário; V - participar das atividades das comissões ordinárias, especiais e temporárias; VI - participar do conselho diretor, de representação e de evento de interesse do CAU/BR, quando eleito ou designado; VII - manifestar-se e votar em Plenário, e quando integrante, em comissão ordinária, no conselho diretor, em comissão especial e em comissão temporária; VIII - manifestar-se sobre matérias encaminhadas para sua apreciação exceto quando julgar-se impedido; IX - comunicar, por escrito, ao presidente seu licenciamento ou renúncia; X - dar-se por impedido na apreciação de matéria em que seja parte direta ou indiretamente interessada; XI - analisar e relatar documento que lhe tenha sido distribuído, apresentando relatório e voto fundamentado de forma clara, concisa, objetiva e legalmente fundamentada; XII - pedir e obter vista de documento submetido à apreciação do Plenário, nas condições previstas neste Regimento Geral; XIII - pedir ao presidente autorização para exame de documento que contenha informações confidenciais em tramitação no CAU/BR, observados os requisitos para salvaguarda de seu conteúdo estabelecidos em legislação federal, e as responsabilidades legais em razão da quebra eventual desse sigilo; XIV - apresentar propostas por meio de documento dirigido ao CAU/BR, que deverá ser protocolado e distribuído para análise, de acordo com suas rotinas administrativas; XV - votar nas eleições realizadas no âmbito do Plenário do CAU/BR para presidente, vice-presidentes e para composição das comissões ordinárias, comissões especiais, comissões temporárias e ser votado naquelas nas quais seja candidato; e XVI - fazer cumprir o plano de trabalho do CAU/BR. Art. 24. O conselheiro federal e suplente que exercer integralmente o seu mandato fará jus a certificado expedido pelo CAU/BR. CAPÍTULO IV - DAS COMISSÕES DO CAU/BR. Seção I - Das Comissões Ordinárias. Art. 25. As comissões ordinárias têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência relacionadas à ética, à formação, ao exercício profissional, à gestão administrativa-financeira e à organização do CAU/BR e dos CAU/UF, bem como à comunicação e aos relacionamentos institucionais. Art. 26. São instituídas, no âmbito do CAU/BR, as seguintes comissões ordinárias: I - Comissão de Organização e Administração; II - Comissão de Planejamento e Finanças; III - Comissão de Ensino e Formação; IV - Comissão de Ética e Disciplina; e V - Comissão de Exercício Profissional. Art. 27. As comissões ordinárias serão constituídas por cinco conselheiros federais, eleitos pelo Plenário na primeira reunião do ano. § 1° O mandato do membro das comissões é de um ano, sendo permitida a recondução enquanto estiver na condição de conselheiro federal. § 2° O conselheiro federal pode integrar apenas uma comissão ordinária e uma especial. § 3° A comissão pode incluir conselheiro federal titular na condição de membro convidado temporário, por determinação do Plenário, da Presidência ou da própria comissão, sem direito a voto e nem a suplência. § 4° O membro da comissão será substituído na sua ausência pelo seu suplente. Art. 28. A comissão ordinária manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo da espécie deliberação de comissão. Parágrafo único. O CAU/BR definirá em normativo específico quais as matérias que terão caráter terminativo nas comissões ordinárias e quais serão submetidas à apreciação no Plenário. Seção II - Das Comissões Especiais. Art. 29. As comissões especiais têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, respeitadas as atribuições definidas neste Regimento Geral ou no ato de sua instituição. Art. 30. São instituídas, no âmbito do CAU/BR, as seguintes comissões especiais: I - Comissão de Política Profissional; II - Comissão de Política Urbana e Ambiental; III - Comissão de Relações Internacionais; e IV - Comissão Eleitoral Nacional. Art. 31. As comissões especiais serão constituídas por um mínimo de três e um máximo de cinco conselheiros federais, que serão eleitos pelo Plenário na primeira reunião do ano. § 1° O mandato do membro da comissão especial é de um ano, sendo permitida a recondução enquanto estiver na condição de conselheiro federal. § 2° O conselheiro federal pode integrar apenas uma comissão especial, além de uma comissão ordinária. § 3° O membro da comissão será substituído na sua ausência pelo seu suplente. Art. 32. A comissão especial manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo da espécie deliberação de comissão. Parágrafo único. O CAU/BR definirá em normativo específico quais as matérias terão caráter terminativo nas comissões especiais e quais serão submetidas à apreciação no Plenário. Seção III - Das Comissões Temporárias. Art. 33. A comissão temporária tem por finalidade atender demandas específicas de caráter temporário, tais como sindicâncias e processos administrativos, dentre outros. Art. 34. A comissão temporária tem como procedimento coletar dados e estudar temas específicos, objetivando orientar os órgãos do CAU/BR na solução de questões e na fixação de entendimentos. Art. 35. A comissão temporária é constituída pelo Plenário do CAU/BR, mediante proposta fundamentada apresentada pelo presidente, pelo Conselho Diretor ou por comissão ordinária. Parágrafo único. A proposta para constituição da comissão temporária deve contemplar justificativa para sua criação e a pertinência do tema às atividades da instância proponente. Art. 36. A comissão temporária é composta por um número fixado pelo Plenário do CAU/BR em no mínimo três e no

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

máximo cinco integrantes, entre conselheiros federais e profissionais com experiência ou conhecimento comprovado no tema, tendo por base sua complexidade. § 1° Entre os integrantes de comissão temporária haverá pelo menos um conselheiro federal. § 2° Os integrantes da comissão temporária não terão suplentes. Art. 37. A indicação dos integrantes da comissão temporária é efetuada pela instância proponente e aprovada pelo Plenário. Art. 38. No caso de término de mandato de conselheiro federal integrante de comissão temporária o Plenário indicará um substituto. Art. 39. A comissão temporária é supervisionada pelo órgão proponente. Art. 40. A comissão temporária manifesta-se sobre o resultado proveniente de suas atividades mediante relatório conclusivo, apresentado ao final dos trabalhos à instância proponente e desta ao Plenário. Seção IV - Das Competências das Comissões Ordinárias. Art. 41. Compete às comissões ordinárias: I - apreciar e deliberar sobre matérias de sua competência e, quando for o caso, encaminhá-las à decisão do Plenário; II - dirimir dúvidas e controvérsias, bem como elaborar e deliberar sobre entendimentos relacionados a matérias referentes à sua finalidade; III - acompanhar a execução de programas e projetos do planejamento estratégico do CAU/BR relacionados às suas atividades específicas; IV - elaborar sua proposta de plano anual de trabalho, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plenário do CAU/BR; V - propor ao Conselho Diretor o calendário anual de suas reuniões e as respectivas alterações; VI - posicionar-se sobre matéria de caráter legislativo, normativo ou contencioso em tramitação nos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário referentes à sua área de atuação; VII - propor ao Plenário a instituição de comissão temporária; e VIII - apreciar e deliberar sobre a indicação de representantes do CAU/BR em organizações governamentais e não governamentais, e no desempenho de missão específica referente à sua finalidade. Subseção I - Da Comissão de Organização e Administração. Art. 42. A Comissão de Organização e Administração tem por finalidade zelar pela organização e funcionamento do CAU/BR e dos CAU/UF, respeitado o disposto nos artigos 24, 33 e 34 da Lei n° 12.378, de 2010. Art. 43. Compete especificamente à Comissão de Organização e Administração, respeitado o disposto nos artigos 24, 33 e 34 da Lei n° 12.378, de 2010: I - propor ou apreciar e deliberar sobre o mérito, forma e admissibilidade de projeto de ato normativo referente à organização, ao funcionamento e à gestão estratégica do CAU/BR; II - apreciar e deliberar sobre ações para reestruturação organizacional do CAU/BR e CAU/UF; III - apreciar e deliberar sobre proposta de instituição de órgão consultivo do CAU; IV - apreciar e deliberar sobre o Regimento Geral do CAU/BR e suas alterações; V - apreciar e deliberar sobre normas gerais para os regimentos dos CAU/UF; VI - apreciar e deliberar sobre os regimentos dos CAU/UF e suas alterações; VII - apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização técnico-administrativa e sobre ações voltadas à eficácia do funcionamento do CAU/BR e dos CAU/UF; VIII - apreciar e deliberar sobre os indicadores de gestão de caráter administrativo para subsidiar a elaboração do planejamento estratégico do CAU/BR e dos CAU/UF, em conjunto com a Comissão de Planejamento e Finanças; IX - apreciar e deliberar sobre ações voltadas à eficácia da gestão administrativa, patrimonial e institucional do CAU/BR e dos CAU/UF; X - apreciar e deliberar sobre propostas de aquisição e alienação de bens imóveis pelo CAU/BR relativamente aos aspectos administrativos organizacionais; e XI - manifestar-se sobre proposição de intervenção em CAU/UF cujos fundamentos estejam associados a questões administrativas organizacionais. Subseção II - Da Comissão de Planejamento e Finanças. Art. 44. A Comissão de Planejamento e Finanças tem por finalidade zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do CAU/BR e dos CAU/UF, respeitado o disposto nos artigos 24, 33 e 34 da Lei n° 12.378, de 2010. Art. 45. Compete especificamente à Comissão de Planejamento e Finanças: I - propor ou apreciar e deliberar sobre o mérito de projeto de ato normativo referente à gestão econômico-financeira do CAU/BR e dos CAU/UF; II - supervisionar os estudos para atualização de valores de anuidades, taxas e multas; III - propor e deliberar sobre medidas econômico-financeiras voltadas à reestruturação organizacional do CAU/BR e dos CAU/UF; IV - apreciar e deliberar sobre os indicadores de gestão de caráter econômico-financeiro para subsidiar a elaboração do planejamento estratégico do CAU/BR e dos CAU/UF; V - apreciar e deliberar sobre ações voltadas à eficácia da gestão contábil, financeira, econômica e patrimonial do CAU/BR e dos CAU/UF; VI - acompanhar o comportamento da receita e da despesa do CAU/BR e dos CAU/UF; VII - analisar e deliberar sobre matérias econômicas, financeiras e contábeis do CAU/BR e dos CAU/UF; VIII - acompanhar o repasse de quotas dos CAU/UF ao CAU/BR; IX - propor, analisar e deliberar sobre critérios de transferência de recursos do CAU/BR para os CAU/UF; X - controlar o repasse de recursos do CAU/BR e verificar o cumprimento de sua aplicação; XI - apreciar e deliberar sobre o plano de ação e o orçamento do CAU, e de suas reformulações orçamentárias, propondo à aprovação do Plenário; XII - apreciar e deliberar sobre os planos de ação e orçamento dos CAU/UF em sua observância às políticas e diretrizes nacionais estabelecidas pelo Plenário do CAU/BR; XIII - manifestar-se sobre a proposição de intervenção em CAU/UF cujos fundamentos estejam associados a questões econômico-financeiras; XIV - apreciar e deliberar sobre propostas de aquisição e alienação de bens imóveis pelo CAU/BR relativamente aos aspectos econômico-financeiros; XV - apreciar e submeter à aprovação do Conselho Diretor e Plenário as diretrizes para elaboração do planejamento orçamentário anual; XVI - apreciar, decidir e supervisionar o planejamento estratégico do CAU/BR relativamente aos aspectos econômico-financeiros; XVII - acompanhar a execução de programas e projetos do planejamento estratégico do CAU/BR relacionados aos aspectos econômico-financeiros; XVIII - apreciar e decidir sobre os resultados dos projetos do planejamento estratégico do CAU relacionados aos aspectos econômico-financeiros; XIX - conduzir a articulação entre as ações de médio e longo prazo do CAU relativamente aos aspectos econômico-financeiros; e XX - apreciar e deliberar sobre os indicadores de gestão de caráter econômico-financeiro para subsidiar a elaboração do planejamento estratégico do CAU/BR e dos CAU/UF, em conjunto com a Comissão de Organização e Administração. Subseção III - Da Comissão de Ensino e Formação. Art. 46. A Comissão de Ensino e Formação tem por finalidade promover a articulação entre o CAU e o sistema de ensino de Arquitetura e Urbanismo, respeitado o que dispõem os artigos 2°, 3°, 4°, 24, 33, 34 e 61 da Lei n° 12.378, de 2010. Art. 47. Compete especificamente à Comissão de Ensino e Formação: I - organizar e manter atualizado o cadastro nacional das escolas e faculdades de Arquitetura e Urbanismo, incluindo o currículo de todos os cursos oferecidos e os projetos pedagógicos; II - propor ou apreciar e deliberar sobre o mérito de projeto de ato normativo referente à habilitação, atribuições, atividades e competências profissionais; III - apreciar e deliberar sobre habilitação, atividades e competências profissionais; IV - apreciar e deliberar sobre educação continuada; V - contribuir para a definição de critérios de uniformização técnico-administrativa de procedimentos voltados à habilitação, atribuições, atividades e competências profissionais; VI - propor diretrizes específicas para uniformizar ações e compartilhar informações no âmbito das Comissões de Ensino e Formação dos CAU/UF; VII - posicionar-se sobre matérias em tramitação no Conselho Nacional de Educação - CNE e demais órgãos de educação; VIII - posicionar-se sobre a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos da Arquitetura e Urbanismo para subsidiar decisão do Ministério da Educação e órgãos a ele relacionados nos termos da legislação em vigor; IX - propor medidas que estimulem as instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo a tratarem a questão da qualificação profissional como um processo contínuo; X - apreciar, deliberar e homologar registro de profissional diplomado por estabelecimento estrangeiro de ensino; XI - acompanhar as ações e normativos internacionais que tratam da formação profissional e seu rebatimento sobre as atribuições dos arquitetos e urbanistas; e XII - promover ações e propor medidas que estimulem as instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo a tratarem a questão da formação relacionada com as atribuições profissionais definidas no art. 2° da Lei n° 12.378, de 2010 e Resolução n° 21, de 2012, do CAU/BR. Subseção IV - Da Comissão de Ética e Disciplina. Art. 48. A Comissão de Ética e Disciplina tem por finalidade zelar pela verificação e cumprimento dos artigos 17 a 23 da Lei n° 12.378, de 2010, e do Código de Ética e Disciplina Profissional. Art. 49. Compete especificamente à Comissão de Ética e Disciplina: I - coordenar a elaboração do Código de Ética e Disciplina Profissional e suas alterações; II - propor ou apreciar e deliberar sobre o mérito de projeto de ato normativo referente à ética profissional; III - apreciar e deliberar, nas matérias em grau de recurso, sobre processos de infração aos artigos 17 a 23 da Lei n° 12.378, de 2010, e ao Código de Ética e Disciplina Profissional; IV - propor diretrizes específicas para uniformizar ações e compartilhar informações no âmbito das comissões de ética dos CAU/UF; V - propor diretrizes e programas para difusão dos valores e normas referentes à ética e disciplina profissional da Arquitetura e Urbanismo; e VI - acompanhar as ações e os normativos internacionais que tratam da ética e disciplina profissional da Arquitetura e Urbanismo. Subseção V - Da Comissão de Exercício Profissional. Art. 50. A Comissão de Exercício Profissional tem por finalidade zelar pela orientação, disciplinamento do registro e da fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo. Art. 51. Compete especificamente à Comissão de Exercício Profissional: I - apreciar e deliberar sobre o mérito de projeto de ato normativo referente ao exercício da Arquitetura e Urbanismo; II - apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização de ações voltadas à eficácia da fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo pelos CAU/UF; III - propor, apreciar e deliberar sobre projetos de atos normativos referentes a tabelas indicativas de honorários dos arquitetos e urbanistas; IV - apreciar e deliberar, nas matérias em grau de recurso, os assuntos relacionados à orientação e fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo; V - acompanhar as ações e normativos internacionais que tratam das atribuições e competências profissionais; VI - apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização técnico-administrativa de procedimentos voltados à habilitação, atribuições, atividades e competências profissionais; VII - apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização de ações voltadas ao registro e fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo pelos CAU/UF; e VIII - apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização de ações voltadas ao registro de profissionais e de responsabilidade técnica da Arquitetura e Urbanismo pelo CAU/BR. Seção V - Das Competências das Comissões Especiais. Subseção I - Da Comissão de Política Profissional. Art. 52. Compete especificamente à Comissão de Política Profissional: I - propor, deliberar e implementar ações visando o desenvolvimento profissional; II - propor, deliberar e implementar ações conjuntamente com as comissões ordinárias; III - estabelecer diálogo e convênios com as entidades nacionais de Arquitetos e Urbanistas, no sentido de promoverem ações conjuntas visando o desenvolvimento profissional; IV - propor ações de fiscalização do CAU como complemento e apoio às políticas de valorização profissional; e V - conduzir a articulação das ações de política profissional entre o CAU/BR e os CAU/UF. Subseção II - Da Comissão de Politica Urbana e Ambiental. Art. 53. Compete especificamente à Comissão de Política Urbana: I - acompanhar, avaliar e manifestar-se sobre projetos de lei, em trâmite no Congresso Nacional, relacionados à política urbana e ambiental; II - apreciar e propor medidas destinadas ao aperfeiçoamento da política urbana e ambiental no País; III - avaliar o exercício da prática profissional no contexto do planejamento urbano e ambiental e da expansão das cidades; IV - propor ao Plenário do CAU/BR a participação nos fóruns governamentais e da sociedade civil, relacionados à política urbana e ambiental; V - fomentar, junto aos CAU/UF, o desenvolvimento de ações relacionadas à política urbana e ambiental; e VI - propor diretrizes e programas para difusão da política urbana e ambiental, assim como os valores ambientais nas cidades brasileiras. Subseção III - Da Comissão de Relações Internacionais. Art. 54. Compete especificamente à Comissão de Relações Internacionais: I - acompanhar, avaliar e manifestar-se sobre a regulação do fluxo internacional de profissionais, empresas e serviços de Arquitetura e Urbanismo; II - manifestar-se sobre relatórios referentes a missões realizadas no exterior; III - acompanhar, avaliar e manifestar-se sobre projetos de lei, em trâmite no Congresso Nacional, relacionados às questões internacionais no contexto da Arquitetura e Urbanismo; e IV - propor a participação e a formação de delegações do CAU/BR nos fóruns internacionais, relacionados às questões da Arquitetura e Urbanismo, incluindo patrimônio cultural, meio natural urbano e paisagem. Subseção IV - Da Comissão Eleitoral Nacional. Art. 55. A Comissão Eleitoral Nacional tem por finalidade conduzir os processos eleitorais, no âmbito de jurisdição das Unidades da Federação, referentes às eleições de conselheiros do CAU/BR e dos CAU/UF, de acordo com os procedimentos estabelecidos em normativo específico. Parágrafo único. Para compor o CAU/BR, nos termos em que dispõe a Lei n° 12.378, de 2010, além dos representantes das Unidades da Federação, será eleito um conselheiro federal representante das Instituições de Ensino Superior de Arquitetura e Urbanismo. Art. 56. A composição e as competências da Comissão Eleitoral Nacional serão regulamentadas por normativo específico. CAPÍTULO V - DO PRESIDENTE E DOS VICE-PRESIDENTES DO CAU/BR. Seção I - Do Presidente do CAU/BR. Art. 57. O presidente será eleito por maioria de votos dos conselheiros e entre seus pares, em votação secreta. § 1° A eleição e posse do presidente do CAU/BR serão realizadas na primeira reunião plenária ordinária a ser realizada até o décimo dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao da eleição dos conselheiros do CAU/BR. § 2° Entre a data do término do mandato do presidente do CAU/BR e a da eleição do novo presidente, exercerá as funções deste o conselheiro federal mais idoso. § 3° No impedimento do presidente e dos vice-presidentes do CAU/BR, exercerá as atribuições de presidente o conselheiro federal mais idoso. Art. 58. O período de mandato de presidente é de três anos, iniciando-se no dia de sua posse e encerrando-se no dia 31 de dezembro do terceiro ano do mandato para o qual foi eleito. Art. 59. O exercício do cargo de presidente é honorífico. Art. 60. É vedado ao conselheiro ocupar o cargo de presidente do CAU/BR por mais de dois mandatos sucessivos. Art. 61. O presidente do CAU/BR é substituído nas suas faltas, impedimentos, licenças ou renúncia pelo primeiro vice-presidente e, na ausência deste, pelo segundo vice-presidente. Art. 62. O presidente do CAU/BR será destituído: I - no caso de perda do mandato como conselheiro na forma do § 2° do art. 36 da Lei n° 12.378, de 2010; e II - pelo voto de 3/5 (três quintos) dos seus pares na forma do § 3° do art. 36 da Lei n° 12.378, de 2010. Art. 63. Ocorrendo vacância do cargo de presidente haverá nova eleição entre os conselheiros federais, se o prazo para término do mandato for superior a doze meses. Parágrafo único. Se o prazo para o término do mandato for inferior a doze meses, o cargo de presidente será preenchido, em caráter permanente, por seu substituto legal, segundo a ordem de sucessão definida no art. 61 deste Regimento Geral. Seção II - Dos Vice-Presidentes do CAU/BR. Art. 64. Desempenharão os cargos de primeiro e segundo vice-presidentes os conselheiros federais eleitos para esse fim pelo Plenário do CAU/BR. Art. 65. O primeiro e o segundo vice-presidentes serão definidos, pelo Plenário, em votação secreta, dentre os coordenadores das comissões ordinárias que se candidatarem a esses cargos, pela ordem decrescente de votos. § 1° No caso de empate será eleito o mais idoso. § 2° O termo de posse de cada um dos vice-presidentes deverá ser assinado por este e pelo presidente do CAU/BR. Art. 66. O período de mandato de vice-presidente tem duração de um ano, iniciando-se na primeira reunião plenária do ano e encerrando-se no dia 31 de dezembro do mesmo ano, sendo admitidas reconduções. Art. 67. Será considerado efetivo exercício da Presidência o mandato assumido em caráter permanente pelo vice-presidente, na forma do parágrafo único do art. 63 deste Regimento Geral. Art. 68. Os vice-presidentes acumularão, às atribuições específicas da função, suas atribuições como conselheiro federal. Art. 69. O vice-presidente do CAU/BR será destituído: I - no caso de perda do mandato como conselheiro; e II - pelo voto de 3/5 (três quintos) do Plenário. Seção III - Da Competência do Presidente. Art. 70. Compete ao presidente do CAU/BR: I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões plenárias e os atos normativos baixados pelo CAU/BR, bem como este Regimento Geral; II - propor plano de gestão do CAU/BR; III - acompanhar a execução do plano de gestão do CAU/BR; IV - acompanhar a execução do orçamento do CAU/BR; V - acompanhar as atividades do CAU/BR; VI - convocar e conduzir os trabalhos das sessões plenárias e das reuniões do Conselho Diretor; VII - convocar os trabalhos das comissões e do colegiado permanente; VIII - convocar ou autorizar a convocação extraordinária das comissões e do colegiado permanente; IX - interromper os trabalhos das reuniões plenárias; X - suspender os trabalhos das reuniões plenárias em caso de perturbação da ordem; XI - presidir reuniões e solenidades do CAU/BR; XII - proferir voto de qualidade em caso de empate em votação no Plenário e no Conselho Diretor; XIII - informar ao Plenário o licenciamento ou a renúncia de conselheiro federal; XIV - designar conselheiro federal para análise de processo a ser relatado no Plenário; XV - designar membro do Conselho Diretor para análise de relatório referente à missão realizada no exterior; XVI - submeter proposta de sua iniciativa ao Plenário ou ao Conselho Diretor; XVII - resolver casos de urgência ad referendum do Plenário e do Conselho Diretor; XVIII - resolver incidentes processuais, submetendo-os aos órgãos competentes; XIX - assinar decisão do Plenário e do Conselho Diretor; XX - assinar convênios e contratos celebrados pelo CAU/BR; XXI - assinar atestados, diplomas e certificados conferidos pelo CAU/BR, bem como resoluções, deliberações plenárias e portarias; XXII - assinar correspondência em nome do CAU/BR; XXIII - delegar a empregado do CAU/BR a assinatura de correspondência, de acordo com o disposto em normativo específico; XXIV - assinar termo de posse ou designação de conselheiro federal, de seu suplente e dos vice-presi-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dentes; XXV - indicar ao Plenário empregado do CAU/BR para exercer a assistência à mesa diretora; XXVI - designar pessoas para exercerem os empregos de livre provimento e demissão, relacionados à direção, à chefia e ao assessoramento ou assistência aos órgãos do CAU/BR e às unidades de sua estrutura organizacional, de acordo com o disposto em normativo específico; XXVII - convocar assessores e empregados do CAU/BR bem como convidar especialistas para se manifestarem ao Plenário; XXVIII - representar o CAU/BR, em juízo ou fora dele, diretamente ou por meio de mandatário com poderes específicos; XXIX - consultar o Plenário sobre a conveniência de conceder voz a observadores que desejarem se manifestar ao Plenário; XXX - propor ao Plenário a abertura de créditos e transferência de recursos orçamentários, ouvida a Comissão de Planejamento e Finanças; XXXI - determinar a cobrança administrativa ou judicial dos créditos devidos ao CAU/BR; XXXII - autorizar o pagamento das despesas orçamentárias ou especiais autorizadas pelo Plenário e, juntamente com o gerente geral, e, no impedimento deste, com o gerente financeiro, movimentar contas bancárias, assinar cheques e ordens de pagamento bancário, e, ainda, emitir recibos; XXXIII - delegar à gestão administrativa e financeira do CAU/BR, de pagamento e movimentação de contas bancárias, assinatura de contratos, convênios, cheques, balanços e outros documentos pertinentes nos limites definidos pelo Plenário; XXXIV - propor ao Plenário a instituição de comissão especial e de comissão temporária; XXXV - propor ao Conselho Diretor a estrutura organizacional e as rotinas administrativas do CAU/BR; XXXVI - propor ao Conselho Diretor instrumentos normativos de gestão de pessoas; e XXXVII - outras atividades relacionadas à gestão administrativa e financeira do CAU/BR não cometidas ao Plenário e ao Conselho Diretor. Art. 71. O presidente manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante atos administrativos das espécies despacho, instrução, circular e portaria. CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DIRETOR. Seção I - Da Finalidade e da Composição do Conselho Diretor. Art. 72. O Conselho Diretor tem por finalidade fortalecer a relação entre o Presidente e o Plenário do CAU/BR, auxiliando-os nas matérias relacionadas à formação e exercício profissional, à gestão administrativo-financeira e à organização do CAU/BR, estabelecendo a integração com as comissões ordinárias e auxiliando nos atos relativos ao exercício da Presidência. Art. 73. O Conselho Diretor, integrado pelo Presidente e pelos coordenadores das comissões ordinárias, será constituído na primeira reunião plenária do ano. Seção II - Da Competência do Conselho Diretor. Art. 74. Compete ao Conselho Diretor: I - propor ao Plenário a realização de estudos para alteração do Regimento Geral do CAU/BR; II - propor ao Plenário o calendário anual de atividades indicando as datas de realização das reuniões plenárias; III - propor ao Plenário o plano anual de trabalho do CAU/BR; IV - acompanhar a execução do plano anual de trabalho do CAU/BR; V - apreciar e decidir sobre os resultados da execução do plano anual de trabalho do CAU/BR; VI - tomar conhecimento do orçamento do CAU/BR a ser encaminhado ao Plenário para aprovação; VII - apreciar e manifestar-se sobre o funcionamento das unidades organizacionais do CAU/BR, bem como propor-lhes modificações; VIII - apreciar e manifestar-se sobre a estrutura organizacional e as rotinas administrativas do CAU/BR propostas pelo presidente; IX - apreciar e manifestar-se sobre os instrumentos normativos de gestão de pessoas propostos pelo presidente; X - propor ao Plenário a instituição de comissão especial e de comissão temporária; XI - apreciar e manifestar-se sobre a formação de missões internacionais, assim como sobre os relatórios referentes às mesmas, ouvida a Comissão de Relações Internacionais do CAU/BR; XII - apreciar as diretrizes de elaboração do planejamento orçamentário anual das comissões do CAU/BR; XIII - deliberar sobre os casos omissos relacionados ao Fundo de Apoio aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), ouvida a comissão gestora do mesmo; XIV - realizar a análise técnica dos projetos com solicitação de patrocínio, ouvidas as comissões afins; XV - abrir editais para o desenvolvimento de pesquisas de interesse específico do CAU; e XVI - propor e opinar sobre a edição de livros, manuais e vídeos sobre Arquitetura e Urbanismo. Art. 75. O Conselho Diretor manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo da espécie deliberação do Conselho Diretor. Parágrafo único. O CAU/BR definirá em normativo específico quais as matérias terão caráter terminativo no Conselho Diretor e quais serão submetidas à apreciação no Plenário. TÍTULO II - DO FUNCIONAMENTO. CAPÍTULO I - DO PLENÁRIO. Seção I - Da Reunião Plenária. Art. 76. O CAU/BR realiza reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias. Art. 77. A reunião plenária é realizada na sede do CAU/BR ou, excepcionalmente, em outro local, mediante decisão do Plenário. Art. 78. As reuniões plenárias ordinárias serão mensais, realizadas em data definida no calendário anual do CAU/BR. Parágrafo único. O calendário anual contendo as datas de realização das reuniões plenárias ordinárias é proposto pelo Conselho Diretor e aprovado pelo Plenário do CAU/BR até a última reunião plenária ordinária do ano anterior. Art. 79. A convocação da reunião plenária ordinária deve ser encaminhada ao conselheiro federal com antecedência mínima de quinze dias da data de sua realização. Art. 80. A pauta da reunião plenária ordinária deve ser disponibilizada para conhecimento do conselheiro federal com antecedência mínima de sete dias da data de sua realização. Parágrafo único. Juntamente com a pauta deverão ser disponibilizados os textos que serão objetos de deliberação na reunião plenária objeto da convocação. Art. 81. A reunião plenária ordinária tem duração de dois dias, e, nos casos devidamente justificados, de três dias, preferencialmente com início às 9h e término às 18h. § 1° Excepcionalmente, em função da ocorrência simultânea de outros eventos ou do número de matérias pautadas, a duração da reunião plenária ordinária poderá ser reduzida para um dia. § 2° Excepcionalmente, em função da urgência ou do número de matérias pautadas, a presidência da mesa poderá submeter ao Plenário a postergação, por até duas horas, do término da reunião. Art. 82. A reunião plenária extraordinária é realizada, mediante justificativa e pauta pré-definida, com antecedência mínima de sete dias, contados da data da convocação, salvo em caso de apreciação de matéria eleitoral, que atenderá ao disposto em normativo específico. Parágrafo único. A reunião plenária extraordinária pode ser convocada pelo Presidente do CAU/BR, por dois terços dos membros do Conselho Diretor ou pela maioria dos integrantes do Plenário, mediante requerimento justificado. Art. 83. Os itens de pauta da reunião plenária extraordinária são disponibilizados ao conselheiro federal para conhecimento na mesma data da convocação. Art. 84. A reunião plenária extraordinária tem duração de um ou dois dias, preferencialmente com início às 9h e término às 18h. Parágrafo único. Excepcionalmente, em função da urgência ou do número de matérias pautadas, a presidência da mesa poderá submeter ao Plenário a postergação, por até duas horas, do término da reunião. Art. 85. A pauta de reunião plenária, ordinária ou extraordinária, poderá ser disponibilizada aos conselheiros por meio eletrônico. Art. 86. Toda matéria levada à apreciação do Plenário, após ser protocolada, deve ser analisada e relatada previamente por conselheiro, à exceção daquelas que, pelo seu caráter de urgência, podem ser encaminhadas pelo presidente diretamente ao Plenário. Art. 87. As reuniões plenárias serão públicas, e somente poderão ser declaradas sigilosas, no todo ou em parte, a critério do Plenário, quando deliberarem sobre matéria de cunho ético. Art. 88. O secretário executivo do Colegiado Permanente a que se refere o art. 154 deste Regimento Geral (CEAU) participará como convidado das reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do CAU/BR. Parágrafo único. As propostas do CEAU deverão ser encaminhadas ao Plenário por intermédio das comissões. Seção II - Da Ordem dos Trabalhos da Reunião Plenária. Art. 89. A reunião plenária é dirigida por uma mesa diretora composta pelo presidente e demais membros do Conselho Diretor. Art. 90. Os trabalhos da mesa diretora são conduzidos pelo presidente. Art. 91. O quórum para instalação e funcionamento da reunião plenária corresponde ao número inteiro imediatamente superior à metade dos integrantes do Plenário. Art. 92. A ordem dos trabalhos obedece à seguinte sequência: I - verificação do quórum; II - execução do Hino Nacional Brasileiro; III - discussão e aprovação da ata da reunião plenária anterior; IV - apresentação de extrato dos destaques de correspondências; V - apresentação de comunicados: a) do CEAU; b) da Ouvidoria; c) dos coordenadores das comissões; d) do presidente; VI - ordem do dia; e VII - comunicações dos conselheiros e assuntos de interesse geral. Parágrafo único. A ordem dos trabalhos poderá ser alterada quando houver matéria urgente ou requerimento justificado, acatado pelo Plenário, após a verificação do quórum. Art. 93. As matérias apreciadas pelo Plenário serão registradas em ata circunstanciada que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pelo empregado do CAU/BR responsável pela assistência à mesa diretora. Parágrafo único. Durante a discussão, o conselheiro pode pedir retificação da ata, apresentando-a por escrito à mesa diretora. Art. 94. O extrato dos destaques de correspondência recebida ou expedida pelo CAU/BR será disponibilizado na pauta. Parágrafo único. O conselheiro poderá solicitar cópia de correspondência à unidade organizacional responsável pela assistência ao Plenário. Art. 95. Os comunicados devem ser apresentados ao Plenário pelo Presidente, por coordenador de comissão ou por conselheiro federal. § 1° O conselheiro, em sua comunicação, pode fazer uso da palavra por, no máximo, três minutos. § 2° Somente o comunicado apresentado por escrito à mesa diretora constará da ata, salvo os casos cuja inclusão seja determinada pelo Plenário. Art. 96. A ordem do dia é constituída pelas matérias constantes da pauta e pelas matérias extras à pauta, podendo ser constituídas de: I - assunto aprovado ad referendum pelo Presidente; II - matéria em regime de urgência; III - pedido de vista; IV - pedido de reconsideração; e V - deliberação de comissão ordinária e especial. Parágrafo único. As matérias extras à pauta, encaminhadas por conselheiro para conhecimento ou para apreciação do Plenário, devem ser previamente analisadas pela Presidência, que, ouvido o Conselho Diretor, decidirá sobre sua pertinência e, se for o caso, determinará sua numeração, reprodução e distribuição. Subseção I - Da Apreciação. Art. 97. A apreciação de matéria constante da ordem do dia obedece às seguintes regras: I - o conselheiro relator ou o presidente, conforme o caso, relata ao Plenário a matéria a ser apreciada; II - o presidente abre a discussão, concedendo a palavra ao conselheiro que a solicitar; III - cada conselheiro pode fazer uso da palavra por duas vezes sobre a matéria em debate, pelo tempo de três minutos, cada vez; IV - o conselheiro federal com a palavra pode conceder aparte, que é descontado do seu tempo; V - o relator tem o direito de fazer uso da palavra sempre que houver interpelação ou contestação, antes de encerrada a discussão; e VI - será concedido o tempo de cinco minutos para cada encaminhamento de votação, favorável e contrário, quando necessário. § 1° Durante o relato da matéria não será permitido aparte. § 2° Durante a discussão, o conselheiro pode solicitar vista do documento cuja matéria esteja em apreciação. § 3° Durante a discussão, o conselheiro pode apresentar proposta de encaminhamento referente à matéria em apreciação. Art. 98. A questão de ordem é levantada exclusivamente sobre matéria regimental e tem preferência na sessão plenária, devendo ser dirimida pelo presidente. Subseção II - Da Votação. Art. 99. Encerrada a discussão, o presidente apresenta o encaminhamento da matéria para votação. § 1° Iniciado o processo de votação não será permitida manifestação. § 2° A votação será efetuada por chamada nominal. § 3° O Plenário decide por maioria simples, salvo nos casos em que a legislação ou este Regimento Geral exigir de modo diferente. § 4° No caso de voto fundamentado, de pedido de vista ou de proposta de encaminhamento divergente do relato original, apresentado durante a discussão da matéria, os votos referentes a cada proposição serão colhidos simultaneamente no momento da votação. § 5° Apurados os votos proferidos pelos conselheiros, a mesa diretora dos trabalhos proclama o resultado, que constará da ata e da deliberação plenária. § 6° A votação poderá ser simbólica, com o registro apenas de votos contrários e das abstenções, quando envolver o julgamento de matérias de rotina ou com jurisprudência firmada. § 7° A não manifestação do conselheiro no regime de votação será computada como ausência. § 8° Em caso de empate, cabe ao presidente proferir o voto de qualidade. Art. 100. O conselheiro, cuja proposta, apresentada verbalmente durante a discussão da matéria, for acatada pelo Plenário, deverá redigi-la e encaminhá-la à mesa para inclusão no texto e deliberação final do Plenário. Art. 101. Somente o conselheiro que divergir da decisão do Plenário pode apresentar declaração de voto por escrito, que constará da ata e da decisão plenária. Subseção III - Do Pedido de Vista. Art. 102. Todo documento submetido à apreciação do Plenário pode ser objeto de até dois pedidos de vista. § 1° O pedido de vista deve ser solicitado verbalmente pelo conselheiro federal durante a discussão do documento cuja matéria esteja em apreciação. § 2° O conselheiro que pediu vista deve devolver o documento, preferencialmente na mesma reunião ou obrigatoriamente na reunião plenária ordinária subsequente, acompanhado de voto fundamentado. § 3° Na hipótese de apresentação do voto fundamentado na reunião subsequente, o conselheiro deverá informar à mesa diretora que providenciará o acesso aos autos, pelos meios disponíveis. § 4° Durante reunião plenária ordinária, quando da apreciação de matéria caracterizada como urgente ou cuja tramitação esteja vinculada a prazo estipulado, o pedido de vista será concedido para análise do documento em mesa por tempo determinado, visando apreciar e decidir sobre a matéria no decorrer da reunião. § 5° Durante reunião plenária extraordinária, o pedido de vista será concedido para análise do documento em mesa por tempo determinado, visando apreciar e decidir sobre a matéria no decorrer da mesma reunião. Art. 103. A apresentação do voto fundamentado de pedido de vista obedece às seguintes regras: I - a deliberação ou o relatório e voto original tem prioridade na apreciação pelo Plenário em relação ao voto fundamentado de pedido de vista; II - o conselheiro que pediu vista que não apresentar o voto fundamentado no prazo estabelecido neste Regimento Geral deve manifestar suas razões por escrito e estas, obrigatoriamente, farão parte dos autos, do que será dado conhecimento ao Plenário; e III - caso as razões apresentadas pelo conselheiro que pediu vista não sejam acatadas, o documento será apresentado imediatamente pelo presidente ao Plenário para apreciação da deliberação ou do relatório e voto original. Subseção IV - Da Deliberação Plenária. Art. 104. Os atos do Plenário entram em vigor nos prazos e forma por ele determinados. § 1° Caso dependa de publicação na imprensa oficial essa deverá ocorrer até 15 (quinze) dias depois da sessão em que tiver sido aprovado o ato. § 2° Verificada a inexatidão material devida a erro ortográfico ou gramatical, o texto da deliberação plenária poderá ser alterado antes de sua assinatura, desde que a correção não configure alteração do mérito da matéria. Art. 105. O presidente do CAU/BR poderá, excepcionalmente, suspender deliberação plenária, por meio de ato fundamentado, por motivo de ilegalidade ou ilegitimidade de seu conteúdo. § 1° O ato fundamentado que suspende os efeitos da deliberação plenária terá vigência até a sessão plenária ordinária subsequente, quando obrigatoriamente os motivos apresentados pelo presidente serão apreciados pelo Plenário. § 2° Caso os motivos da suspensão não sejam apresentados pelo presidente ou apreciados pelo Plenário no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o ato fundamentado perderá sua eficácia e a vigência da deliberação plenária será restabelecida imediatamente. Art. 106. Ao apreciar o ato fundamentado do presidente, o Plenário pode adotar uma das seguintes medidas: I - não acolher os motivos apresentados pelo presidente, mantendo a deliberação plenária; II - acolher os motivos apresentados pelo presidente, revogando ou anulando a deliberação plenária; ou III - acolher os motivos apresentados pelo presidente, suspendendo a deliberação para análise técnica e/ou jurídica. § 1° Caso os motivos da suspensão não sejam acolhidos pelo Plenário, a vigência da deliberação plenária será restabelecida imediatamente. § 2° Caso os motivos da suspensão de deliberação plenária que aprovou ato normativo do CAU/BR sejam acolhidos, o Plenário somente poderá decidir sobre a matéria após sua análise técnica e/ou jurídica e a manifestação da comissão ordinária responsável pela análise do mérito, respectivamente. § 3° O Plenário decide sobre o ato fundamentado que suspendeu deliberação plenária por maioria simples, salvo nos casos em que a legislação ou este Regimento Geral exigir de modo diferente. Art. 107. Após a apreciação dos motivos da suspensão, a deliberação plenária que decidir sobre o ato fundamentado do presidente, deverá indicar os procedimentos a serem adotados relativamente aos efeitos gerados pela suspensão da decisão plenária anterior. Subseção V - Do Pedido de Reconsideração. Art. 108. Da decisão do Plenário do CAU/BR cabe um único pedido de reconsideração interposto pela parte legitimamente interessada, sem efeito suspensivo, desde que apresentados novos fatos e argumentos. § 1° O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado pela parte interessada, em correspondência dirigida ao presidente do CAU/BR. § 2° O pedido de reconsideração, após o trâmite de análise técnica e/ou jurídica, é dirigido ao presidente ou a funcionário por ele indicado, que designará conselheiro relator. § 3° O conselheiro relator deve apresentar o relatório e voto fundamentado na primeira reunião plenária ordinária subsequente à designação. Art. 109. Julgado procedente o pedido de reconsideração, o Plenário do CAU/BR poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a deliberação. Parágrafo único. Da revisão da decisão do Plenário do CAU/BR não poderá resultar agravamento da sanção. CAPÍTULO II - DO CONSELHO DIRETOR. Art. 110. O Conselho Diretor desenvolve suas atividades por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias. Art. 111. As reuniões ordinárias são realizadas em intervalos não superiores a quarenta e cinco dias, em número definido no calendário anual de reuniões. Art. 112. Os trabalhos do Conselho Diretor são conduzidos pelo Presidente do CAU/BR. Art. 113. O quórum para instalação e funcionamento de reunião do Conselho Diretor corresponde ao número inteiro imediatamente superior à metade de seus integrantes. Art. 114. O integrante do Conselho Diretor deve analisar documento a ele distribuído de forma clara, concisa, objetiva e legalmente fundamentada, emitindo informação consubstanciada ou relatório fundamentado. Art. 115. A organização e a

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ordem dos trabalhos da reunião do Conselho Diretor obedecem à regulamentação estabelecida para o funcionamento de comissão ordinária, com as devidas adaptações. CAPÍTULO III - DA COMISSÃO ORDINÁRIA DO CAU/BR. Seção I - Da Coordenação da Comissão Ordinária. Art. 116. Os trabalhos da comissão ordinária são conduzidos por um coordenador ou, na sua ausência, por um coordenador adjunto. Art. 117. O coordenador da comissão ordinária é eleito pelo Plenário e o coordenador adjunto é eleito pelos integrantes da comissão, dentre os membros desta. Parágrafo único. Nas funções a que se refere o caput deste artigo são permitidas reconduções. Art. 118. Os mandatos de coordenador e de coordenador adjunto de comissão ordinária têm duração de um ano, iniciando-se na primeira reunião plenária ordinária do ano e encerrando-se na primeira reunião plenária ordinária do ano seguinte, ressalvado o caso de conclusão de mandato de conselheiro neste período. Art. 119. O coordenador de comissão ordinária tem as seguintes atribuições: I - coordenar as reuniões da comissão de acordo com calendário estabelecido; II - responsabilizar-se pelas atividades da comissão junto ao Plenário do CAU/BR; III - manter o Plenário informado dos trabalhos desenvolvidos; IV - apresentar ao Conselho Diretor o plano anual de trabalho, incluindo objetivos, ações, metas, cronograma de execução e previsão de recursos financeiros e administrativos necessários; V - propor ao Conselho Diretor o calendário de reuniões em função do plano anual de trabalho; VI - propor ao Conselho Diretor alterações no calendário de reuniões; VII - cumprir e fazer cumprir o plano de trabalho da comissão; VIII - acompanhar o desenvolvimento dos projetos do planejamento estratégico do CAU/BR relacionados às suas atividades específicas; IX - acompanhar a aplicação dos recursos financeiros destinados à comissão; X - representar o CAU/BR em eventos relacionados às atividades específicas da comissão ou delegar outro membro de sua comissão; XI - relatar em reunião plenária os assuntos pertinentes à comissão; XII - relatar e votar em processos e proferir voto de qualidade, em caso de empate, na reunião da comissão; e XIII - sugerir ao presidente do CAU/BR a indicação de empregado para exercer a assistência à comissão. Art. 120. O coordenador é substituído nas suas faltas, impedimentos, licenças ou renúncia pelo coordenador adjunto. § 1° No caso de renúncia ou de licença do coordenador por período superior a quatro meses, o coordenador adjunto deve assumir em caráter definitivo a coordenação da comissão ordinária. § 2° Na falta do coordenador em mais de quatro reuniões consecutivas da comissão, o coordenador adjunto assumirá em caráter definitivo e a comissão elegerá novo coordenador adjunto. Seção II - Da Reunião da Comissão Ordinária. Art. 121. A comissão ordinária desenvolve suas atividades por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias. Parágrafo único. Podem participar das reuniões de comissão ordinária profissionais e especialistas, na condição de convidados, sem direito a voto. Art. 122. As reuniões ordinárias são realizadas em número definido no calendário anual de reuniões, com antecedência mínima de dez dias das reuniões plenárias do CAU/BR. Art. 123. A convocação de reunião ordinária é encaminhada aos integrantes da comissão ordinária com antecedência mínima de dez dias da data de sua realização. Parágrafo único. O integrante da comissão ordinária impedido de comparecer à reunião deve comunicar o fato com antecedência de três dias da data de sua realização. Art. 124. A reunião extraordinária é convocada pelo coordenador, após autorização do presidente do CAU/BR. § 1° A reunião extraordinária somente será autorizada mediante apresentação de justificativa e pauta pré-definida. § 2° A eventual realização de reunião extraordinária em horário coincidente ao da reunião plenária dependerá de autorização do Plenário. Art. 125. A pauta da reunião, ordinária ou extraordinária, é disponibilizada aos integrantes da comissão ordinária para conhecimento, juntamente com a convocação. Art. 126. O quórum para instalação e funcionamento de reunião de comissão ordinária corresponde ao número inteiro imediatamente superior à metade de seus integrantes. Art. 127. A ordem dos trabalhos das reuniões de comissão ordinária obedece à seguinte sequência: I - verificação do quórum; II - leitura, discussão e aprovação da súmula da reunião anterior; III - leitura de extrato de correspondências recebidas e expedidas; IV - comunicações; V - apresentação da pauta e extra pauta, quando houver; VI - distribuição das matérias a serem relatadas; e VII - relato, discussão e apreciação das matérias. Art. 128. Os assuntos apreciados pela comissão ordinária são registrados em súmula que, após lida e aprovada na reunião subsequente, é assinada pelo coordenador e pelos demais integrantes presentes à reunião. Art. 129. O integrante da comissão pode apresentar proposta de inclusão de outras matérias não constantes da pauta. Art. 130. O integrante da comissão ordinária deve relatar documento a ele distribuído de forma clara, concisa, objetiva e legalmente fundamentada, emitindo informação consubstanciada ou relatório e voto fundamentado. Art. 131. Após o relato da matéria, qualquer integrante da comissão ordinária pode pedir vista do documento, devolvendo-o, obrigatoriamente, na mesma reunião, acompanhado do relatório e voto fundamentado. Art. 132. Encerrada a discussão, o coordenador apresenta proposta de encaminhamento do tema para votação. § 1° A comissão ordinária decide por maioria simples de votos. § 2° Em caso de empate, cabe ao coordenador proferir o voto de qualidade. Art. 133. O conselheiro que divergir da decisão pode apresentar declaração de voto por escrito, que poderá constar da deliberação da comissão ordinária. Art. 134. As deliberações exaradas pela comissão ordinária são encaminhadas ao Plenário do CAU/BR para conhecimento, apreciação, ou homologação, conforme o caso. Art. 135. A comissão ordinária pode ser assistida por consultoria externa. CAPÍTULO IV - DA COMISSÃO ESPECIAL. Seção I - Da Coordenação de Comissão Especial. Art. 136. Os trabalhos da comissão especial são conduzidos por um coordenador e, na sua ausência, por um coordenador adjunto. Art. 137. O coordenador da comissão especial é eleito pelo Plenário e o coordenador adjunto é eleito pelos integrantes da comissão, dentre os membros desta. Art. 138. O coordenador de comissão especial tem as seguintes atribuições: I - responsabilizar-se pelas atividades da comissão junto ao Plenário do CAU/BR; II - relatar em sessão plenária os assuntos pertinentes à comissão; III - encaminhar ao Conselho Diretor o plano de trabalho, incluindo objetivos, metas, ações, calendário, cronograma de execução e previsão de recursos financeiros e administrativos necessários; IV - cumprir e fazer cumprir o plano de trabalho da comissão; V - convocar e coordenar as reuniões; e VI - relatar, votar e proferir voto de qualidade, em caso de empate. Seção II - Da Reunião da Comissão Especial. Art. 139. A comissão especial desenvolve suas atividades por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias. Art. 140. As reuniões ordinárias da comissão especial são realizadas de acordo com seu calendário de reuniões, elaborado em atendimento ao seu cronograma de atividades. Art. 141. O quórum para instalação e funcionamento de reunião da comissão especial corresponde ao número inteiro imediatamente superior à metade de seus integrantes. Art. 142. A comissão especial pode ser assistida por consultoria externa. Art. 143. A organização e a ordem dos trabalhos da reunião da comissão especial obedecem à regulamentação estabelecida para o funcionamento de comissão ordinária, com as devidas adaptações. CAPÍTULO V - DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS. Seção I - Da Coordenação da Comissão Temporária. Art. 144. A comissão temporária terá sua composição aprovada pelo Plenário. Art. 145. A comissão temporária é conduzida por um coordenador, e na sua ausência por um coordenador adjunto. Art. 146. O coordenador da comissão temporária é indicado pela instância proponente e o coordenador adjunto é eleito pelos seus integrantes. Art. 147. O coordenador da comissão temporária tem as seguintes atribuições: I - responsabilizar-se pelas atividades da comissão junto à instância proponente; II - manter a instância proponente informada dos trabalhos desenvolvidos; III - apresentar à instância proponente o plano de trabalho, incluindo objetivos, metas, ações, calendário, cronograma de execução e previsão de recursos financeiros e administrativos necessários; IV - cumprir e fazer cumprir o plano de trabalho da comissão; V - convocar e coordenar as reuniões; e VI - relatar, votar e proferir voto de qualidade, em caso de empate. Seção II - Da Reunião da Comissão Temporária. Art. 148. A comissão temporária desenvolve suas atividades por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias. Art. 149. As reuniões ordinárias da comissão temporária serão realizadas de acordo com seu calendário de reuniões, elaborado em atendimento ao seu cronograma de atividades. Art. 150. O quórum para instalação e para funcionamento de reunião da comissão temporária corresponde ao número inteiro imediatamente superior à metade de seus integrantes. Art. 151. A comissão temporária pode ser assistida por consultoria externa, mediante indicação da instância proponente. Art. 152. A organização e a ordem dos trabalhos da reunião da comissão temporária obedecem à regulamentação estabelecida para o funcionamento de comissão ordinária, com as devidas adaptações. Art. 153. O funcionamento da comissão temporária tem duração máxima de um ano. § 1° Observado o limite de prazo estabelecido no caput deste artigo, a comissão temporária será desconstituída no ato de conclusão de seus trabalhos. § 2° Excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada, o Plenário do CAU/BR pode autorizar a prorrogação do prazo por, no máximo, igual período. CAPÍTULO VI - DO COLEGIADO PERMANENTE COM A PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES DOS ARQUITETOS E URBANISTAS. Seção I - Da Composição e Coordenação do Colegiado Permanente. Art. 154. Fica instituído um Colegiado Permanente, com a participação das entidades nacionais dos arquitetos e urbanistas, de natureza consultiva, com atribuição para tratar das questões do ensino e exercício profissional. § 1° O Colegiado Permanente terá a seguinte composição: I - Presidente do CAU/BR; II - Coordenador da Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR; III - Coordenador da Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR; IV - um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil Direção Nacional (IAB/DN); V - um representante da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA); VI - um representante da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA); VII - um representante da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA); e VIII - um representante da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP). § 2° A admissão de outras entidades nacionais de arquitetos e urbanistas será definida em normativo especifico do CAU/BR. § 3° Será convidada a participar das reuniões do Colegiado Permanente, com direito a voz e sem direito a voto, a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA). § 4° As entidades indicadas nos §§ 1° a 3° serão representadas no Colegiado Permanente pelo respectivo presidente, ou em sua ausência ou impedimento por um membro da instância diretiva por ele indicado. § 5° As reuniões do Colegiado Permanente serão presididas pelo presidente do CAU/BR, e, na ausência deste, pelo secretário executivo. § 6° O secretário executivo será eleito entre os representantes das entidades nacionais dos arquitetos e urbanistas, na primeira reunião do ano, em votação simples, com mandato de um ano, sendo permitida uma recondução. § 7° As decisões do Colegiado Permanente serão tomadas por maioria simples, com registro em súmula. § 8° A organização e a ordem dos trabalhos da reunião do Colegiado Permanente obedecem à regulamentação estabelecida para o funcionamento de comissão permanente, com as devidas adaptações. Seção II - Da Reunião do Colegiado Permanente. Art. 155. O Colegiado Permanente desenvolve suas atividades por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias. Art. 156. As reuniões do Colegiado Permanente são realizadas por convocação do presidente do CAU/BR, de acordo com seu calendário de reuniões, elaborado em atendimento ao seu cronograma de atividades e aprovado pelo Plenário do CAU/BR. Parágrafo único. O quórum mínimo para o funcionamento será de metade mais um de seus membros. Art. 157. O Colegiado Permanente poderá ser assistido por consultoria externa, mediante solicitação ao Plenário do CAU/BR. Art. 158. Os assuntos pertinentes ao Colegiado Permanente serão relatados no Plenário do CAU/BR pelo secretário executivo. TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS. Art. 159. É vedado ao CAU/BR manifestar-se sobre assuntos de caráter religioso ou político-partidário. Art. 160. O CAU/BR deverá garantir a presidente, ex-presidente, conselheiro federal ou ex-conselheiro federal assistência jurídica em processos cíveis ou criminais, em lides que envolvam atos praticados no regular exercício de suas funções. Parágrafo único. A parte interessada deve solicitar a assistência jurídica ao Plenário do CAU/BR, mediante requerimento justificado, o qual deverá, obrigatoriamente, ser objeto de análise prévia da assessoria jurídica do CAU/BR. Art. 161. O CAU/BR baixará ato administrativo regulamentando os critérios para participação de conselheiros federais, empregados e convidados em eventos de interesse do CAU/BR. Art. 162. O CAU/BR regulamentará os critérios de concessão e os valores de diária, ajuda de custo e verba de representação para custeio ou ressarcimento de despesas de presidente, conselheiro federal, membros de colegiados, empregados e colaboradores eventuais do CAU/BR. Art. 163. Até a publicação do normativo a que se referem os parágrafos únicos dos artigos 28, 32 e 75 deste Regimento Geral, caberá ao Conselho Diretor do CAU/BR decidir sobre as matérias que terão caráter terminativo nas comissões ordinárias e nas comissões especiais, assim como as que deverão ser submetidas à apreciação do Plenário. Art. 164. Os prazos a que se referem os artigos 79 e 80 passarão a viger a partir de 1° de janeiro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei n° 12.378, de 2010 e dá outras providências.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que tratam o art. 28, incisos I e II da Lei n° 12. 378, de 31 de dezembro de 2010, e os artigos 15 e 29, incisos I, III e XXIV do Regimento Geral Provisório, e de acordo com a deliberação adotada na Reunião Plenária Ordinária n° 10, realizada nos dias 5 e 6 de setembro de 2012; Considerando a Lei n° 6.838, de 29 de outubro de 1980, que dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal por falta sujeita a processo disciplinar; Considerando o inciso LV do art. 5° da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa aos litigantes; Considerando a Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; resolve:

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE.

Art. 1° Esta Resolução estabelece procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos ético-disciplinares e para aplicação das penalidades relacionadas à prática de infrações ético-disciplinares previstas na Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e no Código de Ética e Disciplina da Arquitetura e Urbanismo a ser aprovado em resolução especifica. Parágrafo único. Os procedimentos estabelecidos nesta Resolução aplicam-se aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo que cometerem faltas ético-disciplinares previstas na Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e que transgredirem preceitos do Código de Ética e Disciplina, e serão executados pelas Comissões de Ética e Disciplina dos CAU/UF, pelos Plenários do CAU/UF e pelo Plenário do CAU/BR. Art. 2° A apuração e a condução de processo de infração ao Código de Ética e Disciplina obedecerão, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. CAPÍTULO II - DA DISTRIBUIÇÃO DAS DENÚNCIAS ÉTICAS. Art. 3° A denúncia da falta ético-disciplinar, depois de protocolada, será encaminhada ao presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado ou do Distrito Federal (CAU/UF) para ciência, que a enviará no prazo máximo de sete dias à respectiva Comissão de Ética e Disciplina. CAPÍTULO III - DA ADMISSIBILIDADE. Art. 4° O juízo de admissibilidade deverá ser realizado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/UF, cabendo-lhe admitir ou não o prosseguimento da apuração da falta ético-disciplinar. § 1° No caso da não admissibilidade, a Comissão de Ética e Disciplina do CAU/UF deverá proferir decisão fundamentada da qual a parte que propôs a denúncia será comunicada. § 2° O sigilo deverá ser obrigatório, não podendo haver qualquer espécie de publicidade do processo até que o mesmo tenha transitado e julgado. CAPÍTULO IV - DA COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA. Art. 5° A Comissão de Ética e Disciplina dos CAU/UF poderá atuar, preliminarmente, como instância mediadora, com o objetivo de pacificar e resolver os conflitos geradores do processo ético-disciplinar entre as partes envolvidas, conforme procedimento a ser estabelecido por ato normativo dos CAU/UF. Parágrafo único. Os CAU/UF deverão colocar à disposição da Comissão de Ética e Disciplina agentes com a incumbência de apoiar as reuniões, aos quais caberá lavrar atas e termos de depoimento e executar atividades administrativas e assessoramento, inclusive técnico e jurídico, necessários ao seu funcionamento. Art. 6° São atribuições da Comissão de Ética e Disciplina: I - iniciar o processo ético-disciplinar; II - instruir o processo ético-disciplinar por infração aos artigos 17 a 23 da Lei 12.378, de 2010, e ao Código de Ética e Disciplina, ouvindo denunciantes, denunciados e testemunhas, e determinando a realização de diligências necessárias para apurar os fatos; e III - emitir relatório e voto fundamentados a serem encaminhados ao Plenário do CAU/UF para análise e julgamento. Art. 7° A Comissão de Ética e Disciplina, para atendimento ao disposto nos incisos II e III do art. 6°, deverá: I - apurar o fato mediante recebimento e análise de denúncias, tomar depoimentos das partes e testemunhas, colher as provas documentais relacionadas ao fato; e II - verificar, apontar e relatar a existência ou não de falta ético-disciplinar ou de nulidade dos atos processuais. Art. 8° O coordenador da Comissão de Ética e Disciplina designará um dos conselheiros como relator de cada processo. CAPÍTULO V - DO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INÍCIO DO PROCESSO. Art. 9° O processo será instaurado após a denúncia ser protocolada pelo setor competente dos CAU/UF em cuja jurisdição ocorreu a infração. Art. 10. Caberá à Comissão de Ética e Disciplina proceder à análise preliminar da denúncia por infração ético-disciplinar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento da denúncia pelo CAU/UF, encaminhando cópia ao denunciante e ao denunciado, para conhecimento. § 1° A denúncia referente à negligência, imprudência, imperícia ou erro técnico, deverá ser acompanhada de parecer técnico conclusivo em que esteja descrita e caracterizada a falha técnica. § 2° Acatada a denúncia, a Comissão de Ética e Disciplina dará conhecimento às partes da instauração do processo ético-disciplinar, por meio de correspondência, encaminhada pelo correio com aviso de recebimento, ou por publicação de edital, ou outro meio legalmente admitido, cujo documento de entrega será anexado ao processo. § 3° Não acatada a denúncia, o processo será finalizado com comunicação às partes interessadas. Art. 11. Duas ou mais pessoas poderão demandar questão no mesmo processo sobre o mesmo fato. Art. 12. Será facultado às partes que os processos por infrações ético-disciplinares ocorram em caráter sigiloso conforme dispõe o § 1° do art. 21 da Lei n° 12.3708, de 2010. § 1° A manifestação para tramitação sigilosa do processo deverá ser por escrito, assinada, e fará parte integrante do processo. § 2° Somente as partes envolvidas, o denunciante e o denunciado, e os advogados legalmente constituídos pelas partes terão acesso aos autos do processo, podendo manifestar-se quando notificadas. Art. 13. O processo será duplicado quando houver pedido de vista ou recurso ao CAU/BR, mantendo-se uma cópia no CAU/UF de origem. Estando em uso o processo eletrônico, o disposto neste artigo será adaptado aos recursos tecnológicos disponíveis. CAPÍTULO VI - DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO. Art. 14. As audiências relacionadas ao processo devem realizar-se em dias úteis, preferencialmente na sede do CAU/UF responsável pela sua condução, cientificando-se às partes se outro for o local de realização. Art. 15. As atividades de instrução, destinadas a apurar os fatos, consistem na tomada de depoimento do denunciante, do denunciado e suas respectivas testemunhas, na obtenção de todas as provas permitidas em lei e na promoção de quaisquer diligências que se façam necessárias para o esclarecimento da denúncia. § 1° O depoimento será tomado verbalmente ou mediante questionário, se requerido pela parte e autorizado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/UF, ou em caso de audiência por meio de precatória. § 2° Somente provas obtidas por meios lícitos serão admitidas. § 3° A prova documental poderá ser o original, ou cópia autenticada em cartório, ou suas imagens em arquivos eletrônicos originais comprovados tecnicamente. § 4° As reproduções fotográficas originais, comprovadas tecnicamente, serão aceitas como provas. Art. 16. Cabe ao denunciante produzir as provas dos fatos que tenha alegado na denúncia, sem prejuízo de outras provas que sejam produzidas no curso da instrução do processo. Art. 17. Além da defesa prévia facultada na etapa de admissibilidade da denúncia, o denunciado poderá, na fase de instrução e antes da decisão da Comissão de Ética e Disciplina, juntar documentos e pareceres, bem como apresentar alegações referentes à denúncia objeto do processo. Art. 18. No caso de audiência ou quando for necessária a prestação de informações pelas partes interessadas, serão expedidas notificações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições para a prática do ato. § 1° A intimação, assinada pelo coordenador da Comissão de Ética e Disciplina, será encaminhada pelo correio com aviso de recebimento, ou por outro meio legalmente admitido, cujo recibo de entrega será anexado ao processo, registrando-se a data da juntada e a identificação do agente responsável pelo ato. § 2° Não sendo encontradas as partes denunciadas far-se-á intimação por edital, a ser divulgado em publicação do CAU/UF, ou em jornal de circulação na jurisdição, ou no diário oficial do Estado ou do Distrito Federal ou em outro meio que amplie as possibilidades de conhecimento por parte do denunciado, em linguagem que não fira os preceitos constitucionais de inviolabilidade da sua intimidade, da honra, da vida privada e da imagem. § 3° A notificação observará a antecedência mínima de trinta dias quanto à data de comparecimento. § 4° O não atendimento da notificação não implica o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo denunciado. § 5° O denunciado não poderá arguir nulidade da intimação se ela atingir os fins para os quais se destina. Art. 19. No caso de encontrarem-se as partes interessadas ou testemunhas em local distante da sede ou fora de jurisdição do CAU/UF, onde o processo foi instaurado, os depoimentos serão tomados pela Comissão de Ética e Disciplina da jurisdição onde se encontrarem ou em audiências conjuntas por meio de vídeo conferências. Parágrafo único. A Comissão de Ética e Disciplina da jurisdição onde o processo foi instaurado encaminhará questionário e as peças processuais necessárias à tomada dos depoimentos. Art. 20. As partes interessadas deverão apresentar, até quinze dias antes da audiência de instrução, o rol de testemunhas, no qual deverão ser indicados nome completo, endereço e, quando conhecidos, os dados relativos à qualificação. § 1° Havendo interesse da parte em que a testemunha seja intimada para a audiência pelo CAU/UF, esse pedido deverá ser formulado quando da apresentação do rol de testemunhas. Não sendo formulado o pedido de intimação da testemunha, presumir-se-á que a testemunha será conduzida ao local da audiência pela própria parte interessada no seu depoimento. § 2° Nos casos em que tenha sido formulado pedido para o CAU/UF intimar a testemunha, essa intimação será feita por meio de correspondência encaminhada pelo correio, com aviso de recebimento, ou por outro meio legalmente admitido, cujo recibo de entrega será anexado ao processo. § 3° Somente poderá compor o rol de testemunhas pessoas no pleno gozo dos direitos civis e que não estejam enquadradas entre aquelas impedidas judicialmente por afinidade ou parentesco até terceiro grau. § 4° A Comissão de Ética e Disciplina poderá, a seu critério, ouvir outras testemunhas além das arroladas. Art. 21. Na audiência, a testemunha declarará seu nome, profissão, estado civil e residência; se há algum impedimento legal por envolvimento com as partes e seu interesse no caso. Art. 22. O depoimento será prestado verbalmente, salvo no caso de incapacidade física, permanente ou temporária, em que se utilizarão recursos técnicos disponíveis. Art. 23. Os depoimentos serão reduzidos a termo, assinados pelo depoente e pelos membros da Comissão de Ética e Disciplina dos CAU/UF. Art. 24. É vedado, a quem ainda não depôs, assistir ao interrogatório de outrem. Art. 25. Durante as audiências de instrução a Comissão de Ética e Disciplina ouvirá, nessa ordem, o denunciante, as testemunhas do denunciante e as testemunhas do denunciado, e o denunciado. § 1° Deverão ser iniciados os depoimentos indagando-se, tanto ao denunciante quanto ao denunciado, sobre seu nome, CPF, número do documento de identificação ou registro profissional, naturalidade, grau de escolaridade e profissão, estado civil, idade, filiação, residência e lugar onde exerce suas atividades e, na sequência, sobre as razões e os motivos da denúncia. § 2° Ao denunciado será esclarecido que o seu silêncio poderá trazer prejuízo à própria defesa. § 3° Após ter sido cientificado da denúncia, mediante breve relato do encarregado do processo na Comissão de Ética e Disciplina, o denunciado será arguido sobre: I - onde estava ao tempo da infração e se teve notícias desta; II - se conhece o denunciante e as testemunhas arroladas e o que alegam contra ele, bem como se conhece as provas apuradas; III - se é verdadeira a imputação que lhe é feita; IV - se, não sendo verdadeira a imputação, se tem algum motivo particular para atribuí-la; e V - todos os demais fatos e pormenores que conduzam à elucidação dos antecedentes e circunstâncias da infração com inclusão de outras perguntas que se façam necessárias ao pleno esclarecimento do fato. § 4° As perguntas não respondidas e as razões que o denunciado invocar para não respondê-las deverão constar no termo da audiência. § 5° Havendo comprometimento na elucidação dos fatos em decorrência de contradição entre os depoimentos das partes, a Comissão de Ética e Disciplina do CAU/UF, a seu critério, poderá promover acareações. § 6° As partes poderão fazer perguntas ao depoente, devendo dirigi-las ao Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/UF, que após deferi-la, questionará o depoente. § 7° É facultado às partes requerer que sejam consignadas em ata as perguntas indeferidas. Art. 26. A audiência de instrução é una e contínua, sendo os interrogatórios efetuados na mesma sessão até que sejam ouvidas todas as partes e testemunhas presentes. Art. 27. O coordenador da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/ UF nomeará um relator dentre os membros da Comissão para elaborar relatório e parecer fundamentados do processo ético-disciplinar. § 1° O relatório e o parecer proferidos pelo relator serão submetidos à aprovação por maioria simples da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/UF. § 2° É facultado ao relator originário, à vista do encaminhamento das discussões, reformular seu relatório e parecer, caso em que permanecerá responsável pela sua redação. § 3° Havendo proposição de solução divergente da apresentada pelo relator originário, e sendo a proposição acolhida pela maioria da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/UF, a esse proponente competirá redigir o relatório e parecer. § 4° A Comissão de Ética e Disciplina do CAU/UF, após ter aprovado o relatório e parecer, deverá encaminhá-lo à apreciação do Plenário do Conselho, que fará o julgamento do processo ético-disciplinar. CAPÍTULO VII - DO JULGAMENTO DO PROCESSO NO PLENÁRIO DO CAU/UF. Art. 28. O Plenário do CAU/UF fará o julgamento do processo ético-disciplinar considerando as informações do respectivo relatório e parecer da Comissão de Ética e Disciplina, em votação por maioria simples de decisão plenária. § 1° O julgamento pelo Plenário do CAU/UF consistirá em sessão reservada para apreciação e votação do relatório e parecer, quando o caráter reservado tiver sido requerido por uma das partes. § 2° Durante a sessão do julgamento, o Plenário poderá aprovar ou rejeitar na íntegra ou parcialmente as conclusões propostas contidas no relatório e parecer da Comissão de Ética e Disciplina. § 3° Julgada improcedente a denúncia, o CAU/UF fará a publicação, conforme as determinações legais, da decisão plenária de julgamento. § 4° Julgada procedente a denúncia, o CAU/UF aguardará o trânsito em julgado da decisão conforme disposto no parágrafo único do art. 38, observando também o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do pedido de reconsideração, conforme estipula o § 2º do art. 39 da presente Resolução. Art. 29. O Plenário do CAU/UF deverá julgar o processo ético-disciplinar no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do processo. Art. 30. Após o julgamento do relatório e parecer aprovados pela Comissão de Ética e Disciplina, só serão aceitas novas provas e alegações, em grau de recurso, após o julgamento do processo pelo Plenário do CAU/UF. Art. 31. Estando as partes presentes no julgamento considerar-se-ão intimadas desde logo da decisão, dando-lhes conhecimento, por escrito, do início da contagem do prazo para recurso. Art. 32. Estando as partes ausentes no julgamento serão notificadas da decisão do CAU/UF por meio de correspondência, encaminhada pelo correio, com aviso de recebimento, ou por outro meio legalmente admitido, cujo recibo de entrega será anexado ao processo. § 1° Na notificação encaminhada às partes constará o prazo de 30 (trinta) dias a partir do seu recebimento para apresentação de recurso ao Plenário do CAU/BR. § 2° Após a primeira tentativa, em não sendo encontradas as partes, far-se-á sua notificação por edital divulgado em publicação do CAU/UF, ou em jornal de circulação na jurisdição, ou no diário oficial do estado ou outro meio que amplie as possibilidades de conhecimento por parte do denunciado, em linguagem que não fira os preceitos constitucionais de inviolabilidade da sua intimidade, da honra, da vida privada e da imagem. CAPÍTULO VIII - DA APRESENTAÇÃO DO RECURSO AO PLENÁRIO DO CAU/BR. Art. 33. Da decisão proferida pelo CAU/UF as partes poderão interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Plenário do CAU/BR, fazendo-o no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do comprovante de entrega da notificação, ou ainda, da cópia da publicação do edital. Parágrafo único. O teor do recurso apresentado será dado a conhecer à outra parte, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação. Art. 34. Recebido o recurso e manifestação da outra parte, o presidente do CAU/UF remeterá ao CAU/BR, para julgamento. Art. 35. Recebidos os autos do CAU/UF, o presidente do CAU/BR designará conselheiro para relatar o processo no Plenário. CAPÍTULO IX - DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DISCIPLINARES. Art. 36. Aos profissionais que incorrerem nas faltas ético-disciplinares previstas na Lei n° 12.378, de 2010, ou que deixarem de cumprir as disposições do Código de Ética e Disciplina serão aplicadas as penalidades previstas em lei. § 1° A advertência reservada deverá ser anotada nos assentamentos do profissional e terá caráter confidencial. § 2° A advertência pública, a suspensão do exercício da atividade, o cancelamento do registro e multas terão seus procedimentos anotados nos assentamentos do profissional e efetivados por meio de ampla divulgação através dos veículos de comunicação a ser detalhada em ato normativo do CAU/UF. Art. 37. As sanções disciplinares a que estão sujeitos os infratores, que serão detalhadas em ato normativo do CAU/BR, são as previstas no art. 19 da Lei n° 12.378, de 2010. Art. 38. As sanções serão aplicadas somente após o trânsito em julgado da decisão. Parágrafo único. Entende-se como transitada em julgado a decisão que não mais está sujeita a recurso. CAPÍTULO X - DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. Art. 39. Caberá um único pedido de reconsideração em processo disciplinar de decisão transitada em julgado, dirigido ao órgão julgador que proferiu a decisão, pela parte interessada, instruída com cópia da decisão recorrida e as provas documentais comprobatórias dos fatos arguidos. § 1° A reconsideração, no interesse do profissional sancionado, poderá ser pedida por ele próprio ou por procurador devidamente habilitado, ou ainda, no caso de morte, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão. § 2° O prazo para apresentação do pedido de reconsideração será de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento da notificação da decisão do julgamento do feito pelo CAU/BR. Art. 40. O pedido de reconsideração será admitido quando apresentados fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada. Art. 41. Julgado procedente o pedido de reconsideração, o órgão julgador citado no art. 39 poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão. Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção. CAPITULO XI - DA EXECUÇÃO DA DECISÃO. Art. 42. Cumpre ao CAU/UF da jurisdição onde ocorreu o fato denunciado e se iniciou o processo, a execução das decisões proferidas nos processos regidos pela Lei n° 12.378, de 2010, e pelo Código de Ética e Disciplina. Parágrafo único. Não havendo interposição de pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a execução da decisão transitada em julgado ocorrerá imediatamente. CAPÍTULO XII - DA REVELIA. Art. 43. Será considerado revel o denunciado que: I - se opuser ao recebimento da intimação, expedida pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/UF, para apresentação de defesa; ou II - se intimado, não apresentar defesa. Art. 44. A declaração da revelia pela Comissão de Ética e Disciplina dos CAU/UF não obstruirá o prosseguimento do processo, garantindo-se o direito de ampla defesa nas fases subsequentes. Art. 45. Independentemente da declaração de revelia, o denunciado será intimado a cumprir os prazos dos atos processuais subsequentes, podendo intervir no processo em qualquer fase. CAPÍTULO XIII - DA NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS. Art. 46. Nenhum ato será declarado nulo se da nulidade não resultar prejuízo para as partes. Art. 47. Os atos do processo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os atos que, realizados de outro modo, alcançarem a finalidade sem prejuízo para as partes. Art. 48. A nulidade dos atos processuais ocorrerá nos seguintes casos: I - por impedimento ou suspeição reconhecida de um membro da Comissão de Ética e Disciplina, do Plenário do CAU/UF ou do Plenário do CAU/BR quando da instrução ou quando do julgamento do processo; II - por ilegitimidade de parte; ou III - por falta de cumprimento de preceitos constitucionais ou disposições de leis. Art. 49. Nenhuma nulidade poderá ser arguida pela parte que lhe tenha dado causa ou para a qual tenha concorrido. Art. 50. As nulidades deverão ser arguidas em qualquer fase do processo, antes da decisão transitada em julgado, a requerimento das partes ou de ofício. Art. 51. As nulidades considerar-se-ão sanadas: I - se não forem arguidas em tempo oportuno, de acordo com o disposto no art. 50 desta Resolução; ou II - se, praticado por outra forma, o ato tiver atingido seu fim. Art. 52. Os atos processuais, cuja nulidade não tiver sido sanada na forma do artigo anterior, serão repetidos ou retificados. Parágrafo único. A repetição ou retificação dos atos nulos será efetuada em qualquer fase do processo. Art. 53. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidade dos atos que dele, diretamente, dependam, ou sejam consequência. Art. 54. Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo ao denunciado. CAPÍTULO XIV - DA EXTINÇÃO E DA PRESCRIÇÃO. Art. 55. A extinção do processo ocorrerá: I - quando o órgão julgador proferir decisão definitiva; II - quando o Plenário do CAU/UF concluir pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; III - quando a Plenário CAU/UF ou Plenário do CAU/BR declararem a prescrição do ilícito que deu causa ao processo; ou IV - quando o órgão julgador concluir por exaurida a finalidade do processo ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente. Art. 56. A punibilidade do profissional, por falta sujeita a processo ético-disciplinar, prescreve em cinco anos, contados da verificação do fato respectivo. Art. 57. A intimação feita a qualquer tempo ao profissional faltoso interrompe o prazo prescricional de que trata o art. 56. Parágrafo único. A intimação de que trata este artigo ensejará defesa escrita a partir de quando recomeçará a fluir novo prazo prescricional. Art. 58. Todo processo disciplinar que ficar paralisado por três ou mais anos, pendente de despacho ou movimentação processual cabível, será arquivado por determinação da autoridade competente ou a requerimento da parte interessada. Art. 59. A autoridade que retardar ou deixar de praticar ato de ofício que leve ao arquivamento do processo, responderá a processo administrativo pelo seu ato. § 1° Entende-se por autoridade o agente público dotado de poder de decisão. § 2° Se

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012092500116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a autoridade for profissional vinculado ao CAU, estará sujeita a processo disciplinar. CAPÍTULO XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. Art. 60. Nenhuma penalidade será aplicada ou mantida sem que tenha sido assegurado ao denunciado pleno direito de defesa. Art. 61. Se a infração apurada constituir violação ao Código Penal ou à Lei das Contravenções Penais, o órgão julgador comunicará o fato à autoridade competente. Parágrafo único. A comunicação do fato à autoridade competente não paralisa o processo administrativo. Art. 62. É impedido de atuar em processo o conselheiro que: I - tenha interesse direto ou indireto na matéria; II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante; III - haja apresentado a denúncia; ou IV - seja cônjuge, companheiro ou tenha parentesco com as partes do processo até o terceiro grau. § 1° O conselheiro que incorrer em impedimento deve comunicar o fato ao coordenador da Comissão de Ética e Disciplina, ou ao Plenário, conforme o caso, abstendo-se de atuar. § 2° A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares. Art. 63. Pode ser arguida a suspeição de conselheiro que tenha amizade íntima ou inimizade notória com alguma das partes ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau. Art. 64. Os prazos começam a correr a partir da data da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do comprovante de entrega da intimação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento. § 1° Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente no CAU/UF ou este for encerrado antes da hora normal. § 2° Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo. Art. 65. Nos casos omissos aplicar-se-ão, supletivamente, a legislação profissional vigente, as normas do direito administrativo, do processo civil brasileiro e os princípios gerais do Direito. Art. 66. Esta Resolução aplica-se, exclusivamente, aos processos de infração aos artigos 17 e 18 da Lei 12.378, de 2010, e ao Código de Ética e Disciplina, a ser aprovado em resolução específica, iniciados a partir da publicação desta Resolução. Art. 67. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.407, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

Aprova o CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social e altera os Anexos I e II do CTR 01.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, resolve:

Art. 1º Aprovar o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, que tem por base o Comunicado Técnico IBRACON n.º 07/12.

Art. 2º No CTR 01, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.345/11, substituir "de acordo as" por "de forma consistente com as" no texto do título Demonstrações do valor adicionado dos Anexos I e II.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

ANEXOS

Ata CFC n.º 969

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

CTO 01 - EMISSÃO DE RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO RELACIONADO COM SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Objetivo

1.Este Comunicado Técnico tem por objetivo orientar os auditores independentes sobre a execução de trabalhos e a emissão de relatórios de asseguração sobre informações relacionadas com sustentabilidade e responsabilidade social, objetivando prover alinhamento e uniformidade na aplicação dos procedimentos de revisão e na emissão dos relatórios de asseguração sobre esses temas divulgados no Balanço Social, Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, Relatório de Sustentabilidade ou em outras partes do Relatório Anual da Administração.

Introdução e contexto para emissão deste Comunicado

2.O Brasil, por meio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tem o compromisso de adotar as normas internacionais de auditoria, de revisão, de asseguração e de outros serviços correlatos emitidos pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) da Federação Internacional de Contadores (IFAC). O IAASB vem trabalhando na emissão de normas para trabalhos dessa natureza. Como exemplo, já foi colocada em audiência pública e aprovada a norma ISAE 3410 - Assurance Engagements on Greenhouse Gas Statements, que trata do efeito estufa.

3.Como se trata de tema em desenvolvimento, alguns países, como, por exemplo, a Alemanha e a Holanda, possuem normas específicas para esses tipos de trabalho. Por sua vez, a Federação dos Peritos Contábeis Europeus (Fédération des Experts Comptables Européens - FEE) estudou o assunto e emitiu um extenso documento resumindo as práticas que vêm sendo seguidas em quatro países europeus (Suécia, França, Holanda e Alemanha).

4.Nesse documento, a FEE conclui que precisa ser emitida uma norma específica para tratar de trabalhos dos auditores independentes e emissão de relatórios de asseguração sobre os temas de sustentabilidade, uma vez que atualmente os auditores independentes têm utilizado a norma internacional ISAE 3000 Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information (A NBC T0 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo CFC, é a norma equivalente ao ISAE 3000 do IAASB da IFAC), mas que, considerando a complexidade do tema, essa norma não endereça completamente todas as peculiaridades e, assim, deveria ser editada norma específica pelo IAASB da IFAC.

5.O desenvolvimento deste assunto vem sendo acompanhado e poderá ocasionar a emissão de orientações adicionais no período de transição, até que se tenha uma norma internacional aprovada, que ensejará a emissão pelo CFC de uma NBC TO específica para ser compulsoriamente aplicada no Brasil, após amplo processo de audiência pública.

6.Eliminado.

Conceitos-chave, estrutura conceitual para elaboração das informações e tipo de informação apresentada

Sustentabilidade

7.O conceito de sustentabilidade nasceu na década de 80 com críticas da ONU sobre o comportamento predatório de desenvolvimento econômico adotado pelos países desenvolvidos que se mostravam incapazes em manter o progresso em todo o planeta e de, em longo prazo, partilhá-lo com os países em desenvolvimento.

8.Nascia, assim, o conceito de desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade. A ideia se popularizou nas conferências do Rio de Janeiro, a Eco Rio 92, e de Johanesburgo em 2002. Desde então, o debate sobre desenvolvimento sustentável está presente na sociedade civil, governos, empresas, organismos internacionais e ONGs e foi tema central na Rio+20, realizada neste ano no Rio de Janeiro.

9.O Banco Mundial e o International Finance Corporation (IFC), em pesquisas, constataram que é cada vez maior a preocupação das empresas multinacionais com questões relacionadas à responsabilidade social corporativa. As negociações internacionais também avançam nesse sentido e são preocupações reais para a União Europeia, Canadá e a maioria das nações emergentes, como Brasil, China e Índia.

Balanço social

10.Balanço social é o nome dado à divulgação do conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas entidades no cumprimento de sua função social, informações essas dirigidas aos seus empregados, investidores, analistas de mercado, governo e às comunidades com quem interagem, direta ou indiretamente.

11.É considerado, também, um instrumento de demonstração das atividades das entidades que tem por finalidade conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das entidades, mas também a um número maior de interessados (stakeholders), formado pelos empregados, fornecedores, investidores, parceiros, financiadores, consumidores e comunidade em geral.

12.Ele surgiu como instrumento de comunicação de responsabilidade corporativa, constituindo o conjunto de informações de natureza econômica, social, laboral e ambiental pelo qual se avalia o desempenho da entidade na comunidade na qual está inserida e com a qual interage. Transcende, assim, da tradicional avaliação de natureza econômico-financeira, passando a medir o nível de respeito e comprometimento das entidades com o seu meio social.

Demonstração de informações de natureza social e ambiental

13.Essa demonstração, não obrigatória, foi instituída no Brasil pelo CFC, por intermédio da NBC T 15, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2006. Quando apresentada, ela deve ser considerada como informação suplementar às demonstrações contábeis e não deve se confundir com as notas explicativas às demonstrações contábeis. A referida NBC T 15 estabelece quais são as informações que devem ser incluídas nessa demonstração.

Informações de natureza social, ambiental e de responsabilidade social apresentadas nessa demonstração, em balanços sociais ou em relatórios de sustentabilidade

14.Essas informações possuem as seguintes características, que diferem de demonstração financeira ou outras informações financeiras históricas e que afetam a forma pela qual os trabalhos de asseguração são executados:

•O balanço social, demonstração de informações de natureza social e ambiental ou relatório de sustentabilidade, doravante denominados Informações sobre Sustentabilidade e Responsabilidade Social neste Comunicado, são direcionados geralmente para um grupo mais amplo e heterogêneo de usuários do que os usuários previstos de demonstrações contábeis.

•Elas geralmente incluem informações qualitativas de divulgações de políticas e gerenciamento, que são relevantes para ampla gama de usuários. A determinação da relevância para o propósito de proporcionar asseguração em tais informações requer entendimento das necessidades de informações dos usuários e a aplicação de julgamento profissional.

•As informações quantitativas divulgadas não são necessariamente mensuradas em unidade monetária, mas em diversas unidades aplicáveis para cada indicador e que são mutuamente independentes. Por exemplo, indicadores de desempenho relacionados à emissão de dióxido de carbono não podem ser agregados com informações sobre recursos humanos.

•As informações quantitativas divulgadas são derivadas usualmente de sistemas de informações não necessariamente integrados com os sistemas contábeis das entidades.

•Em determinadas situações, podem não existir sistemas de controles internos efetivos sobre essas informações. Em alguns casos, os sistemas de informação são menos desenvolvidos do que aqueles existentes para a geração de informações contábeis ou financeiras e, consequentemente, a informação fornecida pode não ser tão confiável no que se refere à sua integridade e precisão.

•As informações relevantes podem ser obtidas de outras áreas ou entidades sobre as quais a entidade que reporta possui diferentes níveis de influência, como, por exemplo, informações referentes a empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) e de fornecedores.

Principais estruturas conceituais (frameworks) e critérios observados na elaboração das informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social

15.Na elaboração das informações que tratem de sustentabilidade e de responsabilidade social, não existe apenas um instrumento ou estrutura conceitual que regule a sua elaboração ou que possa ser considerada a "melhor" alternativa para as entidades. Na prática, observa-se que as entidades têm utilizado a estrutura conceitual que melhor atende as suas necessidades, considerando o seu nível de maturidade à frente dos temas relacionados.

16.Dessa forma, a divulgação, pela entidade, dos critérios utilizados na elaboração dessas informações, incluindo a estrutura conceitual utilizada é informação relevante que deve constar das informações submetidas à análise dos auditores independentes. Assim, estão apresentados no Anexo I deste Comunicado algumas das principais estruturas conceituais (frameworks) e critérios aceitos na elaboração das informações relacionados com o tema.

Entendimento

Tipo de trabalho requerido pelo mercado e estrutura conceitual para trabalhos de asseguração

17.A execução de trabalhos e emissão de relatórios do tipo Procedimentos Previamente Acordados (PPA), em que as partes específicas (cliente e auditor) acordam previamente a extensão dos trabalhos, não atende à demanda do amplo mercado que requer uma asseguração sobre as informações relacionadas com esses temas. Portanto, a NBC TSC 4400, que não se enquadra na Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, não serve e não deve ser utilizada em trabalhos dessa natureza.

18.De acordo com a NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, trabalho de asseguração significa um trabalho no qual o auditor independente expressa uma conclusão com a finalidade de aumentar o grau de confiança dos usuários previstos da informação, outros que não a parte responsável, acerca do resultado da avaliação ou mensuração de determinado objeto de acordo com os critérios aplicáveis.

19.Essa estrutura define dois tipos de trabalho de asseguração. O primeiro, como trabalho de asseguração razoável, permite que o auditor independente emita uma opinião (como, por exemplo: Em nossa opinião, os controles internos são eficazes, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com os critérios XYZ; e o segundo, de natureza limitada, conhecido como trabalho de asseguração limitada, permite que o auditor emita uma conclusão na forma negativa, do tipo Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os controles internos não são eficazes, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com os critérios XYZ.

20.Os trabalhos de asseguração podem envolver informações históricas, como no caso das demonstrações contábeis, em que normalmente se utilizam os termos auditoria ou revisão, e observam-se as NBCs TA ou NBCs TR, conforme seja o tipo de segurança fornecido pelo auditor, ou informações não históricas em que se utilizam as normas NBCs TO. No caso específico de Informações sobre Sustentabilidade e Responsabilidade Social, enquanto não houver norma específica, deve ser utilizada a NBC TO 3000, cujos principais aspectos estão a seguir descritos.

NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão

Requisitos éticos (independência) e controle de qualidade

21.Este Comunicado tem como objetivo estabelecer os requisitos e procedimentos essenciais, além de fornecer orientação aos auditores independentes, para a realização de trabalhos de asseguração sobre informações não históricas, trabalhos esses que estão sujeitos ao cumprimento dos requisitos éticos de independência e ao necessário controle de qualidade sobre o trabalho e relatório a ser emitido.

22.Na oportunidade em que a NBC TO 3000 foi originalmente emitida pelo CFC ainda não existia a NBC PA 291, que trata da independência do auditor em outros trabalhos de asseguração. Portanto, a NBC TO 3000 está dividida em duas partes. A primeira parte (Parte A) trata da norma técnica propriamente dita, enquanto que a Parte B (que não existe na norma ISAE 3000) trata dos aspectos de independência, que ora estão contidos na NBC PA 291, que tem por base a Seção 291 do Código de Ética do Contador do IESBA da IFAC e que, portanto, deve ser integralmente observado em trabalhos dessa natureza.

23.O auditor independente, para poder executar trabalho de asseguração sobre as informações que tratam de sustentabilidade e responsabilidade social, deve possuir um controle de qualidade apropriado. Em conformidade com a NBC PA 01 do CFC, esse controle de qualidade deve incluir políticas e procedimentos que tratam dos seguintes elementos:

•responsabilidades da liderança pela qualidade na firma;
•exigências éticas relevantes;
•aceitação e continuidade do relacionamento com clientes e de trabalhos específicos;
•recursos humanos;
•execução do trabalho; e
•monitoramento da qualidade.

Aceitação ou continuidade de relacionamento ou do trabalho e os termos de sua contratação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

24.Conforme itens 7 a 9 da NBC TO 3000, o auditor independente somente deve aceitar (ou manter, se for o caso) o trabalho de asseguração dessa natureza se o seu objeto for de responsabilidade de uma parte que não sejam os usuários previstos e nem o próprio auditor, e se nada indicar ao auditor que ele ou as pessoas que executarão o trabalho (equipe) não possuam a competência técnica necessária ou não possam cumprir com as exigências éticas de independência. Adicionalmente, o trabalho deve apresentar:

(a) objeto apropriado;

(b) critérios adequados e disponíveis aos usuários previstos;

(c) acesso irrestrito, apropriado e suficiente do auditor independente às evidências que respaldarão sua conclusão;

(d) possibilidade de o auditor independente apresentar uma conclusão por escrito; e

(e) possibilidade de o auditor independente se convencer de que há um propósito apropriado para o trabalho. Se houver limitação relevante na extensão de seu trabalho, provavelmente o trabalho não terá um propósito apropriado.

25.Dessa forma, essas condições devem ser consideradas nos termos da contratação, por meio de contrato, carta de contratação ou outra forma que evidencie as condições estabelecidas e as responsabilidades de cada parte envolvida na contratação do trabalho. Nesse tocante, é importante destacar, em particular, a identificação do objeto do trabalho e dos critérios a serem utilizados na elaboração e divulgação das Informações sobre Sustentabilidade e Responsabilidade Social, que será base para a conclusão do auditor.

26.Esses critérios, que levam em consideração a Estrutura Conceitual selecionada (ver Anexo I), devem ser adequados para permitir uma adequada mensuração do objeto, com vistas a atender às características apresentadas no item 19 da NBC TO 3000.

Contratação de outro auditor independente para execução dos trabalhos de asseguração sobre as informações relacionadas com sustentabilidade e responsabilidade social

27.Em princípio, não existe qualquer restrição e, dessa forma, a entidade pode contratar diferentes auditores independentes para analisar suas demonstrações contábeis e suas informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social. Todavia, o auditor que for contratado nessa circunstância para efetuar um trabalho isolado sobre essas informações a respeito de sustentabilidade e responsabilidade social deve levar em consideração que ele não possui o mesmo nível de conhecimento de como a entidade opera, do seu ambiente de controle interno e dos sistemas de controle interno que geram as informações sobre as quais ele emitirá seu relatório de asseguração.

28.Assim, o auditor independente, contratado de forma isolada, deve aplicar procedimentos adicionais em relação ao auditor independente das demonstrações contábeis que possui maior conhecimento e aplicou a NBC TA 315 para identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis por meio do entendimento da entidade e seu ambiente de controle interno.

Planejamento e execução do trabalho sobre as informações relacionadas com sustentabilidade e responsabilidade social e tipo de asseguração fornecida

29.Conforme mencionado no item 14, as informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social apresentam certas características específicas, destacando-se que, além de os aspectos quantitativos não serem mensurados em unidades monetárias, elas apresentam aspectos qualitativos. As evidências são geralmente obtidas mais por indagações e revisões analíticas do que por evidências substantivas que poderiam fornecer segurança em nível mais elevado do que aquele que o auditor independente pode obter em decorrência dos procedimentos aplicados em trabalhos dessa natureza. Assim, embora a NBC TO 3000 admita as duas formas de asseguração (razoável ou limitada), o exemplo contido neste Comunicado, considerando os aspectos acima, é de relatório de asseguração limitada.

Relevância (ou materialidade)

30.Conforme mencionado no item 23 da NBC TO 3000, o auditor independente deve considerar a relevância para determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de obtenção de evidências e na avaliação se as informações sobre o objeto não contêm imprecisões. Assim, o auditor independente deve entender o que é relevante, principalmente para os usuários das informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social para estabelecer e documentar o raciocínio utilizado para determinar o nível quantitativo da materialidade (se for o caso) e os seus fatores qualitativos.

Uso de especialista

31.Os trabalhos desenvolvidos sobre sustentabilidade e responsabilidade social geralmente requerem algum nível de especialização e podem exigir o uso de especialistas, que podem ser internos, ou seja, de outros departamentos da própria firma de auditoria ou especialistas externos (ver requerimentos na NBC TA 620). De acordo com o item 30 da NBC TO 3000, o auditor independente deve envolver-se no trabalho e compreender o serviço para o qual o especialista é utilizado na extensão que lhe permita aceitar a responsabilidade pela conclusão em relação às informações sobre o objeto. O auditor independente avalia até que ponto os serviços de especialista devem ser utilizados para formar a sua própria conclusão.

Documentação

32.Os trabalhos sobre essas informações têm como objetivo assegurar os dados quantitativos e qualitativos. Portanto, devem obedecer à mesma conceituação e requerimentos de documentação observados na auditoria ou revisão de demonstrações contábeis. A documentação deve capacitar a reexecução dos procedimentos e o entendimento sobre a adequação e a definição de amostras para os testes executados, bem como o necessário controle de qualidade sobre o trabalho efetuado.

33.Esses aspectos acima destacados nos itens 29 a 32, assim como a avaliação da adequação do objeto e dos critérios, preliminarmente analisados e avaliados na aceitação do trabalho, devem ser reavaliados e monitorados de forma permanente ao longo do trabalho (desde o planejamento até a conclusão final). Assim, o auditor deve considerar integralmente a NBC TO 3000.

Relatório de asseguração relacionado com as informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social

Conteúdo do relatório

34.A NBC TO 3000 não requer que os relatórios de trabalhos de asseguração tenham formato-padrão. Em vez disso, ela identifica, no seu item 49, os elementos básicos que o relatório de asseguração deve incluir, a saber:

(a) título que indique claramente que se trata de relatório de asseguração emitido por auditor independente e que ajude diferenciá-lo de relatórios emitidos por outros profissionais;

(b) destinatário, identificando a parte ou as partes a quem o relatório de asseguração é dirigido;

(c) identificação do objeto e descrição das informações sobre esse objeto, incluindo, por exemplo: (i) data-base ou período a que a avaliação ou a mensuração se refere; (ii) nome da entidade à qual o objeto se refere; e (iii) explicação das características do objeto ou das informações sobre esse objeto. Por exemplo:

•grau com que as informações do objeto são quantitativa ou qualitativa, objetiva ou subjetiva e histórica ou prospectiva;

•mudanças no objeto ou outras circunstâncias do trabalho que afetam a comparabilidade das informações de um período para outro;

(d) identificação dos critérios. O relatório de asseguração pode incluir os critérios ou referir-se a eles, caso façam parte da afirmação ou das informações elaboradas pela parte responsável;

(e) quando apropriado, apresentação de qualquer limitação inerente que seja significativa;

(f) quando os critérios utilizados para avaliar ou medir o objeto são disponibilizados somente aos usuários previstos específicos ou são relevantes apenas para uma finalidade específica, inclusão de declaração restringindo o uso do relatório de asseguração a esses usuários ou para essa finalidade;

(g) declaração, identificando a parte responsável e suas responsabilidades, e as responsabilidades do auditor independente, ficando claro aos usuários a responsabilidade de cada parte;

(h) declaração de que o trabalho foi realizado de acordo com a NBC TO 3000;

(i) resumo do trabalho realizado, principalmente nos trabalhos de asseguração limitada, pois esse resumo ajuda aos usuários previstos entenderem a natureza da segurança proporcionada pelo relatório de asseguração;

(j) conclusão do auditor independente;

(k) data do relatório de asseguração. Essa data torna implícito que o auditor independente considerou os efeitos de eventos ocorridos sobre as informações relativas ao objeto até essa data;

(l) nome da firma e do auditor independente responsável técnico, os números de seus respectivos registros profissionais e o local de emissão do relatório.

35.Embora o relatório possa ser na forma curta ou na forma longa, a experiência tem indicado a preferência pela forma curta. Os relatórios em forma curta costumam incluir apenas os elementos básicos, enquanto na forma longa podem descrever em detalhe os termos do trabalho, os critérios utilizados, as constatações em relação a aspectos particulares do trabalho e, em alguns casos, as recomendações. O exemplo apresentado no Anexo II é de relatório na forma curta.

36.Outro aspecto que está sendo considerado na apresentação do exemplo de relatório neste Comunicado é o fato de que, conforme já mencionado anteriormente, a NBC TO 3000 não apresenta modelos de redação de relatório e, dessa forma, está-se incorporando no exemplo apresentado os progressos verificados na Norma ISAE 3420 da IFAC, que no Brasil encontra-se em fase de emissão pelo CFC como NBC TO 3420.

37.Nesse sentido, a conclusão do relatório fornece asseguração sobre a compilação das informações no contexto de uma estrutura em conformidade com os critérios estabelecidos e divulgados pela parte responsável.

Conclusão do relatório de asseguração limitada

38.A conclusão pode ser na forma direta ou indireta. Na forma indireta, a avaliação ou a mensuração do objeto é realizada pela própria parte responsável e o auditor independente conclui quanto às afirmações feitas pela parte responsável, enquanto que na forma direta, o auditor faz a avaliação e apresenta sua própria conclusão. O exemplo apresentado no Anexo II considera apenas o relatório na forma direta.

Conclusão com ressalva, adversa ou abstenção de conclusão

39.De forma similar aos relatórios sobre informações históricas (demonstrações contábeis), os relatórios de asseguração sobre informações de sustentabilidade e responsabilidade social podem ser emitidos com modificação, ou seja, conclusão com ressalva ou adversa e abstenção de conclusão. Os itens 51 a 53 da NBC TO 3000 apresentam orientações para essas situações, que são similares às orientações contidas na NBC TA 705.

40.Quando o relatório contiver modificações, ele deve apresentar em um parágrafo específico a descrição clara de todas as razões que levam o auditor a emitir o relatório com ressalva, adverso ou com abstenção de conclusão, sob o título: Base para emissão do relatório com ressalva, adverso ou Base para abstenção de conclusão. O exemplo apresentado no Anexo II está na forma curta e não apresenta modificações.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 234, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO o art. 48 da Resolução CONFEF nº 227/2012 que dispõe sobre o Regimento Eleitoral do CONFEF, onde versa que a Diretoria do CONFEF empossará na primeira Reunião do Plenário em exercício, após a publicação no Diário Oficial da União (que ocorreu em 14 de setembro de 2012) a chapa proclamada vencedora;

CONSIDERANDO o processo eleitoral CONFEF nº 004, referente ao pleito realizado no Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, para eleger os 28 (vinte e oito) Membros Conselheiros do CONFEF, sendo 20 (vinte) Membros Efetivos e 08 (oito) Membros Suplentes, para mandato de 04 (quatro) anos;

CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 15 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º - Homologar o pleito realizado no dia 12 de setembro de 2012 para eleger 28 (vinte e oito) Membros Conselheiros do CONFEF, sendo 20 (vinte) Membros Efetivos e 08 (oito) Membros Suplentes, para mandato de 04 (quatro) anos, para o período de 08 de novembro de 2012 a 07 de novembro de 2016, cuja relação segue abaixo:

MEMBROS EFETIVOS:
Almir Adolfo Gruhn, CREF 000001-G/PR;
Antônio Ricardo Catunda de Oliveira - CREF 000001-G/CE;
Ângelo Luis de Souza Vargas - CREF 000007-G/RJ;
Carlos Alberto Camilo Nacimento - CREF 000006-G/MG;
Carlos Alberto Oliveira Garcia - CREF 000002-G/RS;
Carlos de Souza Pimentel - CREF 000028-G/BA;
Emerson Silami Garcia - CREF 000046-G/MG;
Georgios Stylianos Hatzdakis - CREF 000688-G/SP;
Iguatemy Maria de Lucena Martins - CREF 000001-G/PB;
Janine Aparecida Viniski - CREF 000164-G/GO;
Jeane Arlete Marques Cazelato - CREF 000003-G/RS;
João Batista Andreotti Gomes Tojal - CREF 000003-G/SP;
Jorge Steinhilber - CREF 000002-G/RJ;
Lúcio Rogério Gomes dos Santos - CREF 000001-G/DF;
Marcelo Ferreira Miranda - CREF 000002-G/MS;
Márcia Regina Aversani Lourenço - CREF 001093-G/PR;
Marino Tessari - CREF 000007-G/SC;
Roberto Jorge Saad - CREF 000018-G/SP;
Sérgio Kudsi Sartori - CREF 000003-G/RJ;
Valéria dos Santos e Silva - CREF 000213-G/PE.
MEMBROS SUPLENTES:
Tharcísio Anchieta da Silva - CREF 000900-G/AM;
Teófilo Jacir de Faria - CREF 000017-G/MG;
Solange Guerra Bueno - CREF 011236-G/SP;
Elisabete Laurindo - CREF 002036-G/SC;
Sebastião Gobbi - CREF 000183-G/SP;
Wagner Domingos Fernandes Gomes - CREF 000035-G/RJ;
Walfrido José Amaral - CREF 000004-G/RJ;
Luisa Parente Ribeiro R. de Carvalho - CREF 000411-G/RJ.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Nº 17.247. Processo Administrativo nº 1899/2012. Nº Originário: Ofício nº 0160/2012. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CRF/PE. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Relator: Conselheiro Federal WALTER DA SILVA JORGE JOÃO. Ementa: Solicitação de doação de imóvel do CFF ao CRF/PE. Pela aprovação. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em APROVAR A DOAÇÃO DE IMÓVEL DO CFF AO CRF/PE, SITO À RUA AMÉLIA, Nº 36, BAIRRO ESPINHEIRO, RECIFE/PE, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 17.248. Processo Administrativo nº 1900/2012. Nº Originário: Of. Dir. 0408/2012. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRF/ES. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Relator: Conselheiro Federal WALTER DA SILVA JORGE JOÃO. Ementa: Solicitação de doação de imóvel do CFF ao CRF/ES. Pela aprovação. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em APROVAR A DOAÇÃO DE IMÓVEL DO CFF AO CRF/ES, SITO À AVENIDA JOUBERT DE BARROS, Nº 371, BAIRRO DE BENTO FERREIRA, VITÓRIA/ES, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 637, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Altera o artigo 2º da Resolução CFESS nº 561, de 19 de novembro de 2009, que regulamenta a porcentagem da cota - parte que deve ser repassada pelos CRESS ao CFESS, revogando, integralmente, a Resolução CFESS nº 421/2001.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando que o 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado nos dias 6 a 9 de setembro de 2012 em Palmas/Tocantins, DELIBEROU, conforme item 25 do eixo Administrativo Financeiro, alterar o art. 2º da Resolução CFESS nº 561/2009, que regulamenta a porcentagem da cota - parte que deve ser repassada pelos CRESS ao CFESS, mantendo-se os percentuais indicados até setembro de 2015;

Considerando, finalmente, a aprovação da presente Resolução "ad referendum" do Conselho Pleno do CFESS, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Resolução CFESS nº 561, de 19 de novembro de 2009, publicada no DOU nº 222, de 20 de novembro de 2009, Seção 1, página 295, que regulamenta a porcentagem da cota - parte que deve ser repassada pelos CRESS ao CFESS, revogando, integralmente, a Resolução CFESS nº 421/2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º- Os percentuais indicados no artigo 1º da presente Resolução serão mantidos por três anos consecutivos, ou seja, até setembro de 2015, independentemente do aumento de número de inscritos perante os Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS".

Art. 2º - As demais disposições da Resolução CFESS nº 561/2009, inclusive, seus considerandos, continuam em pleno vigor.

Art. 3º - A presente alteração entra em vigor na data de sua publicação, quando passará a surtir seus regulares efeitos, revogando quaisquer disposições em contrário.

SÂMYA RODRIGUES RAMOS

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DELIBERAÇÃO Nº 1.011, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O Farmacêutico Responsável Técnico no Programa Aqui Tem Farmácia Popular.

O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1960:

CONSIDERANDO a Lei nº 3.820/60 que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País;

CONSIDERANDO que é atribuição do CRF-RJ dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais farmacêuticas, com recurso suspensivo para o Conselho Federal de Farmácia;

CONSIDERANDO que é atribuição do CRF-RJ expedir as deliberações acerca de suas decisões, respeitando a hierarquia e as resoluções do Conselho Federal de Farmácia;

CONSIDERANDO o Decreto nº 85.878/81 que estabelece normas para execução de Lei nº 3.820/60, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, definindo as atribuições privativas dos profissionais farmacêuticos e as atribuições dos profissionais farmacêuticos ainda que não privativas ou exclusivas;

CONSIDERANDO que as atribuições do farmacêutico responsável técnico são aquelas estabelecidas pelos Conselhos Federal e Regional de Farmácia, observadas a legislação sanitária vigente para farmácias e drogarias;

CONSIDERANDO a Resolução CFF nº 357/2001 que aprova o Regulamento Técnico das Boas Práticas de Farmácia de que o exercício da profissão farmacêutica caracteriza-se além da aplicação de conhecimentos técnicos, completa autonomia técnico-científica e conduta elevada que se enquadra dentro dos padrões éticos que norteiam a profissão;

CONSIDERANDO que a RDC ANVISA nº 44/09 que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para a prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e determina que a atenção farmacêutica deve ter como objetivos a prevenção, detecção e resolução de problemas relacionados a medicamentos, promover o uso racional dos medicamentos, a fim de melhorar a saúde e qualidade de vida dos usuários;

CONSIDERANDO que a aferição de parâmetros fisiológicos ou bioquímico oferecida na farmácia e drogaria deve ter como finalidade fornecer subsídios para a atenção farmacêutica e o monitoramento da terapia medicamentosa, visando à melhoria da qualidade de vida;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 971/2012 que dispõe sobre as normas operacionais do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) e de que poderão participar do PFPB Aqui Tem Farmácia Popular as farmácias e drogarias que atenderem o critério de ter pessoal treinado para atuar no PFPB, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos;

CONSIDERANDO que o PFPB Aqui Tem Farmácia Popular tem por objetivo disponibilizar à população, por meio da rede privada de farmácias e drogarias, os medicamentos e correlatos previamente definidos pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que no PFPB Aqui Tem Farmácia Popular, a operacionalização ocorrerá diretamente entre o Ministério da Saúde e a rede privada de farmácias e drogarias, mediante relação convenial regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO que a(s) senha(s) de acesso ao Sistema Autorizador do PFPB Aqui Tem Farmácia Popular é exclusiva do estabelecimento, sendo que o seu representante legal assume inteira responsabilidade pelo seu uso de acordo com as normas do Programa;

CONSIDERANDO que no PFPB Aqui Tem Farmácia Popular todas as fases do processo eletrônico só poderão ser realizadas mediante autenticação eletrônica do atendente e que o cadastramento de todos os atendentes é de responsabilidade das farmácias e drogarias; e,

CONSIDERANDO que para a comercialização e a dispensação dos medicamentos no âmbito do PFPB, as farmácias e drogarias devem obrigatoriamente observar a apresentação pelo paciente, de documento oficial com foto no qual conste o seu número de CPF, e sua fotografia e apresentação de prescrição médica, resolve:

Art. 1º - O farmacêutico deve assegurar ao usuário da farmácia o direito à informação e orientação quanto ao uso de medicamentos, a ênfase no cumprimento da posologia, a influência dos alimentos, a interação com outros medicamentos, o reconhecimento de reações adversas potenciais e as condições de conservação do produto.

Art. 2º - Fica excluído o farmacêutico responsável técnico regido pela CLT de todas as fases do processo eletrônico das Autorizações das Dispensações de Medicamentos e Correlatos (ADM) do PFPB Aqui Tem Farmácia. Este procedimento contribui para maior disponibilidade do responsável técnico do estabelecimento para as atividades voltadas para a atenção farmacêutica, em busca da qualificação da assistência farmacêutica.

Art. 3º - O farmacêutico deverá denunciar à Comissão de Direitos e Prerrogativas do CRF-RJ constrangimento para exercer a atividade profissional, a falta de condições de trabalho e o descumprimento desta deliberação.

Art. 4º - Esta deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ORACY DA ROCHA AZEREDO
Presidente do Conselho

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

A IMPRENSA NACIONAL



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012092500120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.